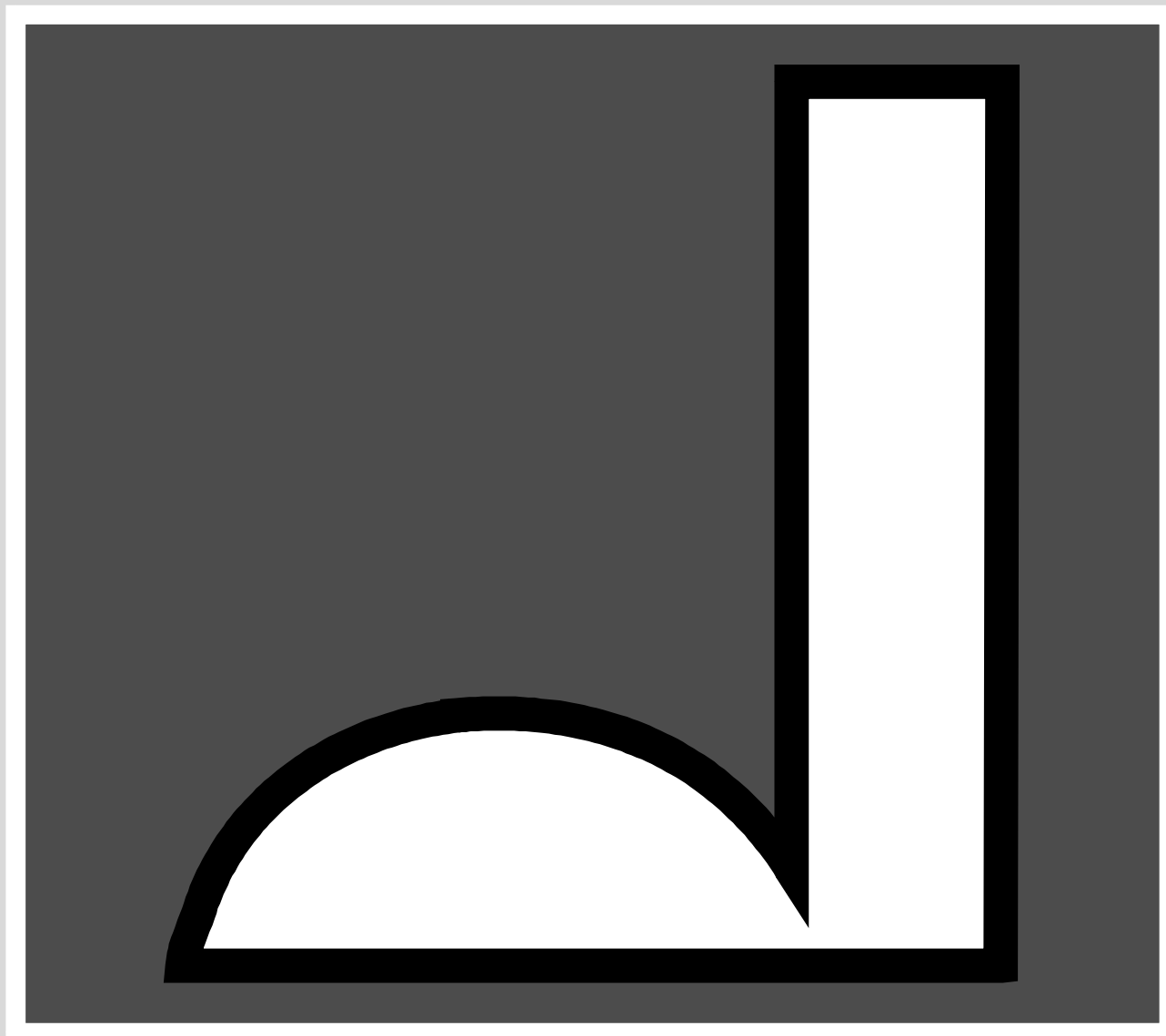




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS

1ª A 18ª REUNIÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2005-CN, PARA APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR

ANO LXI - SUP. AO Nº 153 - SEXTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2005–CN, PARA APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR		8ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2005.....	93
		9ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2005.....	136
		10ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005.....	149
		11ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2005.....	167
1ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2005.....	4	12ª Reunião, realizada em 25 de janeiro de 2006.....	173
2ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2005.....	16	13ª Reunião, realizada em 22 de março de 2006.....	173
3ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2005.....	30	14ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2006.....	186
4ª Reunião, realizada em 4 de agosto de 2005.....	41	15ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2006.....	203
5ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2005.....	60	16ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2006.....	236
6ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2005.....	73	17ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2006.....	236
7ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2005.....	77	18ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2006.....	252

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2 – CN, PARA APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR.

Ata da 1ª Reunião, realizada em vinte e dois de junho de 2005

Aos vinte e dois dias de junho de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Romeu Tuma e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Hélio Costa, César Borges, Leonel Pavan, Siba Machado, Reginaldo Duarte, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, bem como dos Senhores Deputados João Magno, André Costa, Mauro Lopes, Takayama, Zulaiê Cobra, Romel Anízio, Jackson Barreto, João Paulo G. da Cunha, Geraldo Thadeu, André Zacharow, Aldir Cabral e Leonardo Monteiro, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Romeu Tuma, declara abertos os trabalhos e convoca seus membros para a votação. Como escrutinadores são escolhidos os deputados Zulaiê Cobra e Takayama. A presidência declara o resultado: são eleitos o Senador Hélio Costa, para Presidente; e o Senador Marcelo Crivella, para Vice-Presidente. O Senador Romeu Tuma passa a palavra ao Senador Hélio Costa, que assume a presidência, agradecendo a confiança depositada em sua candidatura. Conforme disposto no artigo 10º, §3º, do Regimento Comum, designa o deputado João Magno para a relatoria da Comissão. Dando continuidade, a Presidência concede a palavras aos Senadores e Deputados presentes que manifestam a grande expectativa no bom resultado dessa CPMI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, convocando os membros para a próxima reunião no dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco às treze horas. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Esta reunião se limita à eleição do Presidente e do vice-Presidente da Comissão.

Antes de iniciarmos, faço uma referência especial ao Senador Hélio Costa e ao Senador Marcelo Crivella pelo desesperado interesse em verificar o que ocorre com os brasileiros que tentam, clandestinamente, entrar nos Estados Unidos. O Senador Marcelo Crivella, inclusive, já se encontra nos Estados Unidos, fechando um acordo para trazer de volta mais de mil brasileiros que lá se encontram. E vem aumentando, todos os anos, o número de brasileiros presos por entrada ilegal naquele país. É uma vida clandestina, como temos visto na novela “América”, de muito sofrimento. E, às vezes, alguém com menos vontade começa a acreditar que não é bom ir para lá.

A idéia do Senador Hélio Costa em conseguir assinaturas para a realização desta Comissão tem um papel importante, inclusive com relação aos aliciadores, os “coiotes”, todos aqueles que têm trabalhado, em troca de dinheiro, para colocar em risco a vida de brasileiros que para lá vão.

Vou dar início, portanto, à votação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permitiria uma observação como aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Destaco, também, o trabalho desenvolvido pelo Deputado João Magno em prol da instalação desta CPMI da Emigração Ilegal, que está ocorrendo hoje.

Uma Comissão Parlamentar do Congresso Nacional esteve nos Estados Unidos em janeiro do ano passado. Essa Comissão, Deputada Zulaiê Cobra, era constituída pelo Senador Hélio Costa, pelo Senador Marcelo Crivella e pelo Deputado João Magno. Naquela oportunidade, tivemos o primeiro contato com os brasileiros presos nos Estados Unidos. Os entendimentos mantidos por essa Comissão Parlamentar é que permitiram o retorno de cerca de mil brasileiros, em três vôos *charters*, em sua maioria mineiros – diga-se de passagem – da região leste do Estado de Minas Gerais, e permitem, agora, que novos entendimentos sejam mantidos. Esperamos que, a partir de agora, todos os

entendimentos com relação ao retorno de brasileiros passem por esta Comissão Parlamentar, a fim de que seja uma ação da Comissão, e nunca uma ação individual. Precisamos ter a força da Comissão a fim de resolver um problema que, ontem, chegou ao número de 23.814 – número exatos, fornecido pela Embaixada americana, pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos – de brasileiros detidos nos Estados Unidos. Ou seja, uma situação quase que de calamidade, absolutamente inesperada.

Em 2003, houve cerca de 4.000 incidentes de fronteira. Em 2004, 8.000. E apenas nestes primeiros cinco meses, de 12 a 15 mil casos de brasileiros presos na fronteira com os Estados Unidos. Ontem, quando fui informado dos 23.800, entendi a importância da instalação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pois temos que apurar as causas dessa diáspora, por que esses jovens estão sendo aliciados. Em nossa região, especialmente na região do leste mineiro, há jovens, moças e moços, até menores de idade, que são levados ao sonho quase impossível de chegar aos Estados Unidos se pagarem US\$10.000,00 (R\$30.000,00). Isso é um absurdo! E com a falsificação de documentos, como passaporte e certidão de nascimento. Tudo isso é um crime muito sério.

Esta CPMI da Emigração ilegal tem um trabalho importantíssimo a realizar.

Agradeço a presença do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, que faz parte desta Comissão Mista e vai trabalhar conosco.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Exª me permite – quebrando um pouco o ritual –, peço desculpas porque também participo de outra CPI. Nós, ultimamente, estamos com uma inflação de CPIs no Congresso Nacional. E mais duas estão sendo instaladas. Mas esta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Exª pode mandar pelos Correios o voto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PR) – Já dei o voto, Sr. Presidente.

Está é de suma importância, pois só pode saber o que estão passando os brasileiros iludidos por um sonho quem os vê presos em outro país, sem falar a língua, completamente isolados, sem ninguém por perto. Sei do trabalho grandioso que os Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella têm realizado a esse respeito, e tenho certeza de que aqui obteremos muito bons dividendos, muitos bons resultados.

Auguro o maior sucesso, e estaremos aqui prestigiando. Infelizmente, hoje, ainda estamos em fase de organização da outra CPI, e precisamos estar envolvidos.

Parabéns. Já deixei meu voto. Com certeza, é a melhor dupla para exercer a função de Presidente e vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Sr. Senador.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, vou devolver a palavra ao nosso Presidente **pro tempore**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ainda estou com a palavra.

V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que acompanhei a fala do Senador Hélio Costa e o trabalho desenvolvido com o Senador Marcelo Crivella. Presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, naquela época, indicamos o Deputado João Magno para fazer parte da Comissão Externa. Enfrentamos muitas dificuldades para enviar outros Deputados.

Esta Comissão Mista resolve, definitivamente, a questão dos Deputados. Pois nós, Deputados, muitas vezes, temos dificuldades de estar junto com os Senadores em um trabalho conjunto. Lembro-me, naquela oportunidade, que o Deputado João Paulo Cunha me disse: “Mas como? Vão dois Senadores. Um Deputado já é suficiente”. Eu disse: “Mas nós temos uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Poderíamos mandar pelo menos mais um. Seriam dois Senadores e dois Deputados”. Não encontrei eco na reivindicação. Portanto, fico muito contente com a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – uma Comissão que reúne o Senado Federal e a Câmara dos Deputados – em torno de uma questão tão importante para o Brasil.

Eu me lembro, Senador Hélio Costa, do sucesso de V. Exª em torno dessa questão. E também o Senador Marcelo Crivella. O mundo todo está atento ao tema. Eu não assisto à novela. Não sei se está melhorando ou piorando a situação. Ao ver uma artista bonita e sensual, homens sensuais, todo mundo pensa que é lindo esse negócio de ir para os Estados Unidos. Não sei se a novela ajuda ou não. Por pior que seja a realidade que a novela exhibe, a realidade é trágica, é triste. É triste ver brasileiros sendo humilhados na sua essência e na sua dignidade. Participei da deportação de dois brasileiros de Portugal para São Paulo, e vi a humilhação por que passaram no avião, pois até o passaporte é requisitado. Viajar em um avião sem passaporte, para mim, é retirar a cidadania, porque se o avião cai, você não tem identificação.

Portanto, parabeno esta Comissão que agora se inicia, com a presença de ilustres Senadores – desta Casa tão importante para o Brasil – a de Deputados, também importantes. Eu gosto da união: Senadores e Deputados.

Muito obrigada.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só um minuto, por favor.

Deputada, gostaria de cumprimentá-la. Já trabalhei em outras CPIs Mistas com o Deputado Takayama e com outros Deputados. Ela tem um valor por essa equidade entre os Parlamentares, passando serem Parlamentares do Congresso Nacional. Então, não há diferença no tratamento entre Senador e Deputado. Ela é mista e passa a ser uma CPMI do Congresso. Então, é por isto que tem que se equiparar e as escolhas para uma missão vai depender da visão de cada um. Então, o Presidente vai escolher aqueles que têm possibilidade de resolverem determinados assuntos. V. Exª, então, tem toda a razão. O isolamento dos Deputados – o isolamento do Senado – para tratar do mesmo assunto, traz um prejuízo enorme para a visão que a sociedade possa ter porque o Congresso tem que ter vibração, tem que ter vida. O Congresso não é só reunir para aprovar veto ou não veto ou empréstimo ou não. Ele tem que mostrar que trabalha com objetivo de beneficiar a sociedade. De sorte que V. Exª tem toda a razão.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria de iniciar a votação sem prejuízo dos oradores porque temos Parlamentares que têm que votar. Quem quiser votar, a urna está aberta.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Temos os candidatos a apresentar – desculpe-me: é o Senador Hélio Costa para Presidente, o Senador Marcelo Crivella para Vice-Presidente e S. Exª va indicar – já deve ter indicado – o Sr. Deputado João Marcos e, em seguida, ao Deputado que pediu a palavra.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Eu havia pedido a palavra inicialmente.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª e os demais Senadores e colegas Deputados e dizer que uma parte do pronunciamento que faria é para, exatamente, perguntar a V. Exª sobre os candidatos – e V. Exª já esclareceu – que têm todo o meu apoio, o meu voto e o meu aplauso. Quero dizer que essa questão da novela não conheço, mas prometo que vou mandar

gravar alguns capítulos para ver de madrugada – eu não tenho hábito de ver novela. Mas, seguramente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se o senhor quiser, eu conto para o senhor porque eu vejo todos. Só quando que, quando temos CPIs aqui, não dá para assistir.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. Exª não vai ter tempo para fazer isto, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – De vez em quando eu dou uma gravadinha ali.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Mas, Sr. Presidente, eu prometo fazer isto e queria, também, agregar que nós, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, votamos lá uma isenção de vistos – não sei como está o Projeto hoje – para turistas americanos e de outros demais países quando em visita aqui no Brasil, abrindo mão daquele princípio da reciprocidade. Acho que é um gesto nobre da população brasileira, representada pela Câmara Federal, que pode muito bem ser levado em conta nos trabalhos desta CPMI. Eu conheço, razoavelmente, a situação dos brasileiros que vivem no exterior e acho que esta CPMI tem, de fato, uma grande contribuição a prestar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O grande problema da isenção de vistos – o senhor disse financeiro ou isenção de facilidade de entrar no País?

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É assim, Sr. Presidente: abrindo mão dos vistos para turistas americanos. Qualquer pessoa que vier a turismo ou não – americano – aqui no Brasil. É para os americanos e parece-me que para a Austrália, Nova Zelândia e há mais um país que não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Na Europa há muitos países que não exigem.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Mas o Brasil, por proposição da Câmara Federal, estaria abrindo mãos do princípio da reciprocidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Existe um fato, quer dizer, o Brasil quer facilitar para o americano mas a soberania de cada país – na questão de receber ou não o estrangeiro, depende única e exclusivamente do país que recebe. Então, eles podem não abrir mão porque, infelizmente, nós, aqui, temos vários estrangeiros clandestinos – que entraram e estão presos. E aqui é um sofrimento para se conseguir que o país originário desses clandestinos autorize ou pague a viagem de retorno. Eles estão conseguindo

trazer de volta por facilidade, às vezes, até do governo americano em ceder o avião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas é preciso lembrar que existem alguns detalhes técnicos, Sr. Presidente, que precisam ser informados – até aos brasileiros que estão no exterior. Porque, veja só: se o brasileiro que está no exterior é deportado com a sua própria passagem, ele chega ao Brasil e se quiser, amanhã ele pode fazer o novo pedido de visto oficial para entrar nos Estados Unidos; se ele for deportado ou num voo charter ou com a passagem paga pelo Governo Norte-Americano, está automaticamente sem o direito de fazer um pedido de visto por cinco anos. Então, até essa questão é importante ressaltar.

Ouvi o Deputado João falar sobre a aprovação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que está chegando ao Senado Federal e que, na verdade, facilita para os norte-americanos virem ao Brasil por ser abolida a exigência de visto. Entendo que essa medida, Deputado João, é um absurdo. Inclusive, já pedi – e tenho do Senador Cristovam Buarque o compromisso de passar para o Senador Hélio Costa – a Relatoria desse projeto de lei na Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, porque essa questão só pode ser tratada segundo o princípio da reciprocidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso é sagrado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se eles abrirem oportunidade para os brasileiros entrarem nos Estados Unidos sem visto, nós faremos o mesmo com relação aos norte-americanos.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Inclusive, advogo essa possibilidade, fazendo coro com o Presidente da República, que esteve nos Estados Unidos, propondo que o visto fosse dispensado de lado a lado. Seria uma boa oportunidade para a geração de empregos, porque, se não há como criar empregos necessários no Brasil, gera-se lá ilegalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Todos já votaram? (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Farei mais uma ponderação com relação à reciprocidade, porque toda questão de visto entre países é tratada, evidentemente, por meio dos entendimentos mantidos entre os Ministérios das Relações Exteriores de um país e do

outro e dos tratados que passam evidentemente pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço à Deputada Zulaiê Cobra e ao Deputado Takayama para escrutinar os votos, por favor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O que está contratado com os Estados Unidos é a exigência de visto de brasileiros para entrar lá e de norte-americanos para entrar aqui. Mas qual é o valor, hoje, desses vistos cobrados pelo Ministério das Relações Exteriores nos Estados Unidos? Pelas minhas contas, chega a cerca de US\$30 milhões anuais. É o que o Governo Brasileiro consegue arrecadar nos Estados Unidos com os vistos emitidos para cidadãos norte-americanos que vêm ao Brasil.

Entendo que, aproximadamente nesses termos, acontece o mesmo com o Governo Norte-Americano, havendo uma diferença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Sr. Senador. Todos já votaram? (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Há uma única diferença: quando o norte-americano vai ao consulado brasileiro para pedir um visto a fim de chegar ao Brasil, ele tem 99,9% de chance de recebê-lo. Aqui, 85% dos pedidos de vistos de brasileiros para entrar nos Estados Unidos são negados. Lá, quando se recebe um pedido de visto, esse pedido é atendido quase automaticamente. Aqui, não: 85% dos pedidos de visto feitos aos consulados e à Embaixada Norte-Americana são negados. Mas o Governo Norte-Americano mantém a taxa de emissão do visto de US\$100, não o devolvendo.

Então, minha sugestão – que, inclusive, fiz, em forma de requerimento, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – é de que o Brasil, na reciprocidade, quando se negar um visto nos Estados Unidos, devolva o dinheiro e exija do Governo Norte-Americano, ao negar um visto no Brasil, que ele também devolva o dinheiro. Seria desse modo.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – V. Ex^a me permite a palavra agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Sr. Deputado. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a. Perdoe-me por não identificá-lo pelo nome.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Meu nome é João Magno, Sr. Presidente. Saúdo V. Ex^a, que preside esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por ser o mais velho.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Saúdo V. Ex^a, que preside esta reunião de constituição da Co-

missão Parlamentar Mista de Inquérito. Cumprimento também os companheiros Deputados Federais e a Srª Deputada.

Durante alguns meses, estamos nessa expectativa que se consuma hoje como fato concreto, que é a constituição e a reunião para eleger o comando desta CPMI e, sendo um Deputado atuante de uma região crítica de Minas Gerais, região leste de Minas, vivenciando já há alguns anos esse grave problema da emigração de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, fico pessoalmente satisfeito em ver Senadores e Deputados com experiência, com capacidade, perfil de todos os que estou observando aqui, certamente podendo trazer ao centro desta CPMI um trabalho eficaz, competente, dedicado, tendo em vista algumas soluções que são urgentes para o nosso País nesta área.

O foco ao qual temos que nos ater fundamentalmente é a questão do delito, o que se faz hoje traficando seres humanos, as mortes que vêm acontecendo e que não são poucas, os grupos que se criam, que se formam para poder angariar enriquecimento ilícito, o que, cada vez mais, torna-se uma instância paralela ao controle do Estado, pelo que já estamos percebendo.

Temos que produzir aqui uma investigação capaz de dar ao Brasil segurança neste momento em que um novo tipo de crime começa a estruturar-se com configuração nacional.

O outro aspecto que faz parte desta nossa luta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tráfico humano.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Tráfico humano.

É o aspecto da transição que o nosso País vive. O foco que percebo é a questão do delito, mas não podemos perder de vista que estamos vivendo um momento sociológico, político, histórico em que o Brasil deixa de ser um país de imigrantes, como fomos há 80, 100 anos, quando a população era de cerca de 6% a 7% de imigrantes, para nos transformarmos em um país de emigrantes. Existem, hoje, cerca de três milhões de brasileiros no exterior. E, dentro dessa realidade, em face de fatores diversos, econômicos da atualidade, percebemos que o nosso País está despreparado, Sr. Presidente, para enfrentar essa realidade.

Saliento que, não fosse a presença do Senador Hélio Costa para poder fazer um trabalho muito alvissareiro para o nosso País, e que, da minha parte, modestamente me curvei à sua capacidade de homem experiente, que viveu naquele país, fazendo jornalismo por 20 anos e, sem nenhum intento bajulativo, vi V. Exª fazer coisa diante das autoridades americanas

que tenho certeza de que talvez alguma outra autoridade, se não fosse a presença, a força do Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, não teria dialogado com autoridades em tempo de terror de tamanha relevância do Governo americano. Refiro-me ao que o Brasil fez para repatriar aqueles cidadãos, também com a presença do Senador Marcelo Crivella.

Creio que o Brasil está desatualizado. Temos que ter cuidado para produzir aqui uma leitura clara, visando propor concretamente uma terceira solução que penso que é a atualidade das leis e a criação de leis que possam regulamentar uma nova situação, porque é inegável também que uma parte da riqueza do nosso País hoje vem desses brasileiros. São dados da própria Receita Federal. No ano passado, foram US\$5,8 bilhões de dinheiro legal mandado para o Brasil de brasileiros que vivem nos Estados Unidos, na Europa e, sobretudo, no Japão. Não é problema só dos Estados Unidos, que têm 1,5 milhão de brasileiros em média - e V. Exª, Senador Hélio Costa, sabe muito bem disso. Mas, no Japão - o Takayama é testemunha ocular -, há acima de 250 mil brasileiros. Na Europa também há muitos brasileiros.

Esta CPMI vai trazer para o nosso País neste momento um marco histórico, que é produzir uma nova relação do Brasil com o mundo, em função desse quadro social, histórico, sociológico que o mundo está vivendo hoje. Deixamos de ser, em quinze anos, vinte anos, um país de imigrantes para se transformar em um país de emigrantes e tenho certeza de que esse trabalho não pode ficar só no apuramento de delitos, que é fundamental, mas também de propostas concretas.

As leis estão muito atrasadas, os consulados lá fora do Brasil estão preparados só para receber diplomatas, estudantes e turistas, mas às massas de trabalhadores que estão saindo daqui para trabalhar, legal ou ilegal, não existe estrutura do Governo brasileiro para poder apoiar. Isso que temos que trabalhar, fazer propostas concretas, tanto de lei como de gestão de governo, para que o Brasil olhe para esses brasileiros que estão lá fora também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Magno, eu conheço um pouquinho de alguns fatos, porque, como Diretor da Polícia Federal e antes na Polícia de São Paulo, tinha sob as minhas ordens a Delegacia de Estrangeiros, que controlava a parte de estrangeiros, imigrantes e emigrantes.

Quando começou o problema dos decasségus, começaram a se formar quadrilhas, e tinha até um Parlamentar envolvido. Como se já houvesse emprego, despachavam a pessoa, que chegava totalmente perdida, sem falar a língua, sem contato.

Tivemos algumas reuniões com autoridades japonesas, porque criava problema, cria problema também para o país, assistência à saúde etc. Fizemos vários acordos na área administrativa, sem intervenção no Parlamento. Aqui a força é maior porque o Parlamento pode aprovar qualquer acordo que foi feito. Então, a assistência médica... O próprio país começou a só receber decasségus com contrato assinado com responsabilidade das empresas. Hoje, a grande maioria do Japão tem a cautela de estar protegido. É claro que prendem porque, às vezes, o costume e uso lá é difícil. Fui com um japonês para lá e ele não falava direito o japonês. Quase bateram nele na rua porque acharam que ele estava fingindo.

Não é fácil viver no exterior, e a Europa está com um problema sério porque a União Européia responsabiliza o país por onde entrar um ilegal. Portugal e o Brasil podiam entrar e sair, mas se um brasileiro entrar por Portugal e for para a França, para outro país... Portugal hoje tem uma cautela enorme porque passa a ser responsável pela entrada desse clandestino na Europa.

Esse é um problema que a gente pode discutir nesta CPMI, independente de a gente só se preocupar com os... É claro que a grande preocupação são os clandestinos que estão sofrendo lá, mas para facilitar a vida daqueles que desejam...

Claro que o senhor tem razão. O Brasil tem que criar condições – quanto menos brasileiro for embora, melhor – e ter espaço aqui para trabalhar, para produzir, e achar que viver no Brasil é bom, com a sua família e com todos aqueles que lhe são queridos.

Deputado, com a palavra.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Quero saudar o Senador Tuma, que preside a nossa reunião, e cumprimentar a todos os Deputados na pessoa do Deputado João Magno, nosso companheiro da nossa região leste de Minas Gerais. Reconheço o trabalho que S. Ex^a tem feito em relação a essa questão da emigração ilegal.

Quero saudar sobretudo o Senador Hélio Costa e, assim fazendo, saudar todos os demais Senadores. Reconheço também o trabalho que o Senador Hélio Costa tem feito em relação à imigração ilegal, colocando à disposição a sua experiência como profissional da imprensa que atuou vários anos no exterior e como político e Senador por Minas Gerais.

Nós, que somos do leste de Minas, Senador Tuma, eu sou de Governador Valadares, vivemos uma realidade atípica e diferente das outras regiões e dos outros Estados do Brasil. Às vezes, somos perguntados como que se dá isso porque na nossa região, Senador, as pessoas saem com muita facilidade para o exterior. É

impressionante. A pessoa fica desempregada e, quando procuramos por ela, está nos Estados Unidos, em Portugal ou em outros países.

E isso ocorre porque nossa região foi a última do Estado a ser explorada, o leste de Minas, na fronteira com o Espírito Santo, e a partir da década de 30. Na década de 50, houve a aceleração da presença de estrangeiros na região, sobretudo americanos, que exploravam a mica, matéria-prima utilizada na Segunda Guerra, e também como isolante de ferro elétrico...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A malacacheta.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – A malacacheta. Eu, por exemplo, nasci em um distrito de Governador Valadares em que havia uma grande lavra de americanos. Meu pai tinha um comércio, e vendia para os lavristas, que trabalhavam na lavra dos americanos. Ou seja, o contato daquela região com os Estados Unidos é histórico, existe uma tradição. Posteriormente, teve início a ida de valadarenses para trabalhar a mica, a malacacheta, nos Estados Unidos, e a própria pedra preciosa. Pessoas não apenas de Governador Valadares como também de Teófilo Otoni e toda aquela região.

Com isso, com a colonização e também com a aceleração do desemprego, existe atualmente um número grande de valadarenses e da população daquela região nos Estados Unidos. E houve um acréscimo também no número de pessoas que acabam contribuindo para o tráfico nessa ida ilegal.

Parabenizo, portanto, a iniciativa do Deputado João Magno e do Senador Hélio Costa para a constituição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. É com muita alegria que faço parte desta Comissão. Espero que possamos trabalhar e resolver, ou pelo menos amenizar, o problema. Temos que discutir também a questão da nossa legislação, que foi constituída para receber no País pessoas de outros países.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Era um país de imigrantes.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Exatamente. E agora temos que, quem sabe, elaborar leis que sejam capazes de se adequar a outra realidade – existe um número grande de brasileiros nos Estados Unidos e em outros países –, e de instituir, sobretudo, uma política de Governo, como disse o Senador Hélio Costa, em relação ao Brasil e outros países, que possamos garantir uma relação fraterna entre o Brasil e outros países, no sentido de que lá possamos ser recebidos com mais fraternidade, e também dificultar a ida de brasileiros, sobretudo valadarenses, para os Estados Unidos.

Nós, como Deputados, recebemos demandas constantemente. Por exemplo, há poucos dias, fui procurado por um Vereador de minha cidade, que fazia um rateio, uma vaquinha, para trazer o corpo de um valadarense morto em Portugal. Constantemente, somos solicitados a resolver os mais drásticos problemas.

Parabenizo, portanto, com muita alegria, o Senador Hélio Costa e o Deputado João Magno, todos os membros da Comissão e o Congresso Nacional pela instalação desta Comissão. Espero que possamos, a partir de agora, melhorar as condições de vida de nossos vizinhos e amigos que tiveram, por qualquer circunstância, que ir para os Estados Unidos ou para outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado.

Vou anunciar o resultado da votação e passar a Presidência ao Senador Hélio Costa.

Por unanimidade, os votos foram para os Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella. O Deputado João Magno obteve um voto para vice-Presidente. Parabéns, isso quer dizer que a aprovação indireta da relatoria foi correta, mas penso que foi uma homenagem a V. Exª.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço que aguardem, pois gostaria de passar a Presidência ao Presidente eleito por unanimidade. São treze votos, todos que aqui compareceram.

Agradeço. Dentro do clima reinante no Congresso Nacional, com a CPMI dos Correios em funcionamento, e outras Comissões, arregimentarmos o número regimental, sem qualquer busca de pessoas pelos corredores, como aqui tem sido feito, o que dá uma expectativa de que esta Comissão alcançará bons resultados, se Deus quiser.

Cumprimento, portanto, o Senador Hélio Costa. Trata-se de uma missão árdua, que S. Exª já vem desenvolvendo há algum tempo com o Senador Marcelo Crivella. S. Exªs terão todo o sucesso, pois já adquiriram, Deputado João Magno, V. Exª também, uma larga experiência no campo da emigração brasileira para o exterior. Creio que conseguiremos resolver alguns problemas, e podemos pedir ao Governo que crie condições a fim de que as pessoas desistam de sair do País para o exterior.

Se Deus quiser, realizaremos esse sonho.

Passo a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em primeiro lugar, agradeço ao ilustre Senador Romeu Tuma, que representa com distinção o Estado de

São Paulo no Senado da República, a atenção por ser Presidente **pro tempore** desta reunião. S. Exª nos traz sua experiência também de vida, já que é membro da Comissão e vai nos ajudar imensamente com a experiência que tem como profissional da área de segurança, pois foi Superintendente da Polícia Federal durante vários. Tenho certeza de que a participação de V. Exª, Senador Romeu Tuma, será da maior importância.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, será instalada agora a Comissão de Cinemas. Como sou o autor do requerimento, preciso me ausentar. Se V. Exª me permite, gostaria de deixar registrado pelo menos alguma coisa do que estamos vendo em relação à emigração, principalmente para os Estados Unidos.

Recentemente, fiz aqui uma denúncia. Uma senhora, casada com um americano, e que lá vivia legalmente, foi espancada, perseguida, amarrada e torturada. Além disso, seu filho foi escondido pelo americano. Denunciamos o caso à Embaixada. Até agora, nada foi resolvido, apesar dos freqüentes contatos. Há poucos minutos, falei com o Deputado Estadual Clésio Salvaro, de Santa Catarina, uma das pessoas que está intermediando a solução do caso.

Nosso Presidente, o Senador Hélio Costa, é um grande lutador, principalmente nas questões sociais, e devemos reconhecer o trabalho que desenvolve pelo País. Nosso querido Senador Romeu Tuma dispensaria comentários por tudo que representa, pela justiça, pela segurança, pela honra pública do País. S. Exª é o maior exemplo de vida pública que pode servir a qualquer homem que queira ingressar nessa atividade. Além de um grande exemplo, é um grande amigo, e nós lhe agradecemos. Da mesma forma, cumprimentar a todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados Federais.

O sul do Estado de Santa Catarina tem mais de 30 mil pessoas que vivem nos Estados Unidos. Em Boston, o Deputado Clésio Salvaro* está instalando uma casa. Aliás, quando faz campanha – e ele faz campanha lá –, tamanha é a ligação das pessoas que lá estão com seus familiares no Brasil, que enviam para o Brasil, por mês, cerca de US\$30 milhões. Estão bem. Noventa por cento de emigrantes ilegais, mas estão bem lá, empregados, com negócios, e enviam dinheiro para o Brasil, cerca de US\$1.000,00 por mês, cada um. E o Deputado está instalando lá uma casa de apoio aos catarinenses, com advogados e tradutores.

Recentemente, faleceu um jovem, e o traslado do corpo custou, se não me engano, R\$ 30 mil. Para fazer essa despesa, eles rateiam e conseguem ajudar. O Parlamentar teve que ajudar em grande parte.

Observem V. Ex^{as} como existem oportunidades em outros países. Por que ocorre isso? Por que eles querem ir embora do Brasil? Abandonar a Pátria? Abandonar a família? Não, estão em busca de oportunidades, estão em busca daquilo que o Brasil não oferece, infelizmente.

Muitos que lá estão são levados por quadrilhas – não digo esses, mas muitos –, que levam meninas até para exploração sexual. Muitas, infelizmente, lá estão em função disso. Mas esses catarinenses cadastrados, Sr. Presidente – cadastrados –, é fácil de manter contato com eles. São quase 30 mil pessoas. Em Boston, estão 80% desses. O Deputado Clésio Salvaro mantém um amplo relacionamento e atende essas pessoas, e lá estarão à disposição advogados e tradutores.

Mas não dá para punir os nossos que lá estão. É impossível, porque foram buscar oportunidade e merecem o respeito, a proteção e a assistência da Embaixada brasileira, porque inclusive sustentam seus familiares aqui no Brasil. São US\$30 milhões por mês que vêm de lá para cá. Um valor significativo, de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Trinta milhões de dólares apenas para o Estado de Santa Catarina!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Porque, na verdade, são enviados para o Brasil cerca de US\$6 bilhões ao ano.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estou falando para o sul de Santa Catarina. Para cidades como Criciúma, Imbituba, Treviso, Araranguá, Tubarão, apenas algumas cidades da região do sul do Estado.

Portanto, é de extrema importância também que possamos dar a eles a devida assistência, pois estão contribuindo com o País.

Era o que gostaria de deixar registrado, Senador Hélio Costa, pois preciso me retirar para a instalação da Subcomissão de Cinema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Para nós, é sempre importante a presença constante de V. Ex^a, defendendo os interesses não apenas de seu Estado, Santa Catarina, mas do País. Santa Catarina, V. Ex^a deixou bem claro, é um dos Estados que mais contribuem para essa diáspora brasileira, para a presença

de brasileiros no exterior, produtivos evidentemente, importantes para a economia regional e para a economia nacional, e que precisam ser respeitados.

Acabamos de ouvir o comentário feito pelo ilustre Deputado de Minas Gerais a respeito de brasileiros que morrem no exterior e que são esquecidos por todos. É necessário fazer uma vaquinha entre amigos a fim de trazer o corpo para cá. Isso acontece todos os dias. Esses brasileiros que mandam US\$6 bilhões por ano para o Brasil não têm do Governo brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, US\$1.000,00 para comprar um caixão, colocar o corpo dentro e mandar de volta para o Brasil.

Portanto, temos que encontrar soluções. Esta CPMI é para isso. Vamos ter que encontrar caminhos para dotar o Ministério das Relações Exteriores de recursos e condições de dar apoio aos brasileiros que estão no exterior – apoio social, apoio jurídico, apoio moral, de todas as formas –, e não o que eu, o Deputado João Magno e o Senador Marcelo Crivella encontramos nos Estados Unidos. Quando chegamos à região de Houston, havia uma secretária contratada para atender mil brasileiros presos. Ela dizia que recebia em torno de 700 ligações por dia. Não há condição. Trata-se de um sistema que arrecada US\$30 milhões-ano, emitindo vistos para americanos virem ao Brasil.

Uma das sugestões que podemos apresentar, nesta Comissão, é criarmos uma espécie de DRU, uma espécie de desvinculação de receitas da União, e pegar, desses US\$30 milhões, pelo menos, 30% para atender os brasileiros que moram no exterior e mandam recursos para o Brasil.

Antes de continuar o debate em torno da instalação desta CPMI e passar a palavra ao ilustre Deputado, de acordo com o Regimento Comum e os Regimentos Internos da Câmara e do Senado, art. 10, §3º, como Presidente recém-eleito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nomeio o Deputado João Magno Relator desta CPMI.

Peço o apoio e o voto de cada um de V. Ex^{as} para confirmar o nome do Deputado João Magno.

Minha indicação do Deputado João Magno deve-se exatamente ao fato de ver em S. Ex^a um estudo da questão, como vários dos Srs. Deputados aqui presentes. Pude acompanhar, com ele, o trabalho desenvolvido na região leste de Minas Gerais, região que mais contribui para essa situação. Vejo que o Deputado João Magno está plenamente qualificado para fazer esse relatório. S. Ex^a, certamente, poderá indicar seus vice-Relatores – quantos julgar necessários – para ajudá-lo nesse trabalho.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Parabenizamos o nosso João Magno, que foi a melhor escolha para ser nosso Relator nesta CPMI.

Senador Hélio Costa, neste momento, parabenizamos não somente V. Ex^a, mas também os Deputados e Senadores integrantes desta Comissão, que nos fazem entender a riqueza e a legitimidade que isso traz a uma CPMI tão importante, em um momento tão importante, quando da investigação a respeito de um novo fenômeno. O Brasil estava acostumado a receber imigrantes. Mas o fenômeno da emigração é recente. Como já disse o companheiro Magno, a nossa legislação não estava adequada para atender esse novo fenômeno.

Existem alguns números, Senador Hélio Costa, dos quais até gostaria de discordar. V. Ex^a apresenta como seis bilhões o número de valores da remessa. O João Magno também apresenta número em torno de cinco bilhões. Nossa discordância não significa que eu esteja criticando V. Ex^{as}. Absolutamente, não! Toda essa situação é quase empírica. São estatísticas em que temos de nos basear. São números, como diz aqui, de emigrantes ilegais. Mas, de acordo com a minha avaliação, com os estudos que tenho feito, acredito que ultrapasse, Senador – pasmem V. Ex^{as} – a casa dos US\$30 bilhões a remessa dos brasileiros que vivem fora do Brasil. Ao longo dessa caminhada com a CPMI, acredito que poderei provar que esses valores são muito mais próximos da realidade do que esse apresentado por V. Ex^a. Se fossem seis, já justificaria nossa atenção sobre o novo fenômeno da imigração.

Nosso interesse é tão forte no assunto, que acabei conhecendo João Magno não aqui, no Congresso, mas sim num congresso sobre imigração na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, do qual S. Ex^a e eu estávamos participando. Venho acompanhando o assunto há um longo prazo também. Sou autor do projeto de lei chamado Cidadania sem Fronteiras exatamente para tentar ajudar.

Quero me tornar uma ferramenta para que esta CPMI atinja os objetivos e os anseios dos brasileiros que estão fora do País e, conseqüentemente, direta ou indiretamente, de milhares de famílias que têm um ente querido em outros países em busca da emancipação financeira que não conseguem encontrar no Brasil em função do quadro que estamos vivendo no momento.

Há três semanas, Senador Hélio Costa, estive no Japão, com o Presidente Lula, para ver o problema do chamado imigrante ilegal no Japão. Estive também em Londres, na Inglaterra. Pasmem V. Ex^{as} que existe

um número enorme de brasileiros vivendo de forma ilegal em Londres.

Um dos maiores problemas está bem próximo do nosso Paraná, Estado do qual sou Deputado Federal. É o problema dos imigrantes ilegais no Paraguai, que estão sendo, inclusive, expulsos depois de trazerem tantos benefícios ao país co-irmão. Estão sendo simplesmente expulsos do país como se não tivessem contribuído.

Este é um momento importante em que podemos nos debruçar para acompanhar de perto o assunto.

Informo a V. Ex^a que esta CPMI, esta reunião, está sendo acompanhada passo a passo, a todo instante, pelos brasileiros que estão vivendo nos Estados Unidos.

Segundo estatísticas, Senador Hélio Costa, alguns imaginam que haja em torno de um milhão e meio a dois milhões de brasileiros – eles não gostam de ser chamados de ilegais – “imigrantes sem documentos”. Na verdade, eles estão enviando ao Brasil uma quantidade que realmente extrapola qualquer capacidade de entendimento em um momento como este.

Com a legislação já ultrapassada do Brasil, estamos vendo exemplos pequenos. Por exemplo, estive visitando a Embaixada em Londres, diversos consulados em Miami, Boston e também em algumas outras comunidades no Estado da Flórida e Massachusetts. Informo a V. Ex^a que existem probleminhas como, por exemplo, da estampilha, que acaba trazendo enormes dificuldades no gerenciamento e na agilização de documentos e remessas de brasileiros ao Brasil.

Também tenho um ponto de vista divergente, Senador Hélio Costa, quanto à retaliação de vistos para brasileiros e americanos. Precisamos entender – e não estou defendendo o norte-americano, não – que eles estão em processo de guerra. Eles estão vivendo em guerra. É evidente que eles têm de ter o maior cuidado para receber os imigrantes. Depois do 11 de setembro, a realidade dos brasileiros e dos estrangeiros é outra nos Estados Unidos. Eles estão vivendo em clima de guerra. E ficarmos retaliando da mesma forma, estamos perdendo recursos porque o nosso setor do turismo poderia ser muito mais incrementado. Essa atitude de retaliação, no meu entender, não é muito inteligente. Penso dessa forma.

Eu gostaria de contribuir, na minha avaliação, porque creio que, da discussão, nascerá a luz para podermos resolver alguns problemas. Nessa situação, sou bastante pragmático. Eu gostaria de ver a questão avançando.

Existem focos de brasileiros, como em Boston, na região de Summerville e Cambridge, em cidades, como Framingham, onde há milhares de brasileiros que

aqueceram a economia norte-americana e que são muito bem vistos. Alguns acham que o brasileiro é mal visto lá. É mal visto por alguns porque estão tirando o trabalho dos norte-americanos. Mas, na verdade, há uma hipocrisia porque eles não fazem esse trabalho, vamos dizer, menor, trabalhos temporários, que talvez sejam humilhantes para eles. Mas, para os brasileiros que não têm emprego no Brasil...

Este é um momento importante para todos nós. Digo isso como filho de imigrantes. Sei que, quando meus pais vieram para o Brasil, estava o Japão vivendo uma recessão, e esta Nação acolheu meus pais. É hora de analisarmos o assunto com carinho nesta CPMI, com pessoas ilustres como V. Ex^a, que, com certeza, legitimam e enriquecem esta Comissão. Essa é a minha participação.

De acordo com algumas estatísticas que trouxe, por exemplo, de Miami e que me dão a certeza de que essas estatísticas estão erradas, nenhum consulado, nenhuma embaixada têm nenhum quadro estatístico. Por exemplo, como Miami tem 70 mil legais, eles imaginam, em uma estatística empírica, que haja mais 70 mil ilegais. Isso é conversa! Se há 70 mil legais, multiplique-se isso por dez: são mais de 700 mil. Provo isso porque, só numa cidade chamada Pompano Beach, uma pequena Brasil, existem mais de 200 mil brasileiros sem documentos. Ali não se pode brincar, levantando o dedo e perguntando se está legal. Assustam-se as pessoas porque, infelizmente, o número da ilegalidade é grande naquele País. Mas é um problema que tem de ser equacionado com a ajuda do Governo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Muito obrigado, Deputado Takayama.

Oficialmente, convido o Deputado João Magno para compor a Mesa como Relator desta CPMI, instalada hoje, com o voto dos ilustres Deputados e Senadores que aqui compareceram.

Faço a apresentação de um requerimento, cuja aprovação espero de V. Ex^{as}, e também um esclarecimento. Muito do que tem acontecido, nesses últimos meses, com relação a esse fluxo de brasileiros para o exterior – não só para os Estados Unidos, mas também para a Europa e Ásia – dá-se em função – e entendendo que seja em função – da exposição que o assunto vem tendo em horário nobre na televisão brasileira, mais especificamente na novela América, que retrata o drama do brasileiro que tenta ir para os Estados Unidos ilegalmente.

Apenas para ilustrar o momento que estamos vivendo e antes que possamos entrar, dentro de duas semanas, no convite ou convocação das autoridades

policiais que estarão presentes para participar conosco desta investigação, eu gostaria que, na semana que vem, fizéssemos uma primeira reunião da nossa Comissão, às 11 horas, na segunda-feira.

Digo 11 horas, segunda-feira, porque, com as inúmeras CPMIs que estão em funcionamento no Congresso no momento e as inúmeras comissões parlamentares da Câmara e do Senado, estamos praticamente sem horário definido para estabelecermos o momento em que iremos trabalhar semanalmente.

Estou sugerindo a segunda-feira porque é importante que o Brasil inteiro saiba que iremos iniciar um trabalho de investigação sobre os brasileiros que foram para o exterior e que estão no exterior, os não-documentados, os sem documentos de imigração em outros países. Para isso, estou querendo ouvir, nessa primeira reunião, as impressões colhidas por uma equipe que investigou, durante quase um ano, esse procedimento para resultar na novela América.

Sendo assim, fiz um convite à ilustre escritora e roteirista Glória Perez para que venha discutir conosco, nessa primeira reunião, o que foi a pesquisa feita, profissionalmente, por ela e sua equipe para chegar à história que se conta, que é uma verossimilhança porque, muita embora se refira a fatos, não conta a história como fatos reais. Às vezes, evidentemente, passa a impressão de que aquela história que está sendo contada ali é verdadeira, quando, na realidade, tem algumas dificuldades e deficiências da história verdadeira.

Sugiro a vinda da Glória Perez – minha amiga particular e, evidentemente, reconhecida como uma grande escritora e roteirista, neste momento, fazendo um sucesso muito grande com a novela América – para que ela venha conversar conosco e participar conosco da nossa primeira reunião.

Logo depois da reunião com a Glória, vamos estabelecer a votação dos requerimentos que, espero, sejam apresentados no decorrer da semana para que possamos discutir, também nessa reunião de segunda-feira, quais os requerimentos que julgamos válidos para o andamento da nossa Comissão.

Estou também fazendo, evidentemente, o convite para a atriz protagonista, principal, da mesma novela, Deborah Secco, que também já confirmou, praticamente, sua presença aqui. Espero que, com a vinda de Glória Perez e de Deborah Secco, possamos, na realidade, dar assim o *start*, o primeiro embalo, nos trabalhos de nossa Comissão, que vai, imediatamente após ouvirmos nossas convidadas, aprovar os requerimentos que espero sejam apresentados. E na semana seguinte já começamos com o trabalho da investigação policial.

Com a palavra o Deputado João Paulo Gomes da Silva.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Presidente, para cumprimentar V. Exª por ter sido eleito e pela felicidade da escolha que fez: o nome do Deputado João Magno para relatar. Quero cumprimentar S. Exª, o Parlamento, por essa iniciativa de criar esta Comissão, que vai enfrentar uma demanda muito grande, um trabalho que me assusta muito, principalmente no que concerne às moças que são aliadas aqui no Brasil para se prostituírem lá fora compulsoriamente; além de tantas outras questões que já foram levantadas aqui, como V. Exª e os colegas bem sabem, bem conhecem.

Mas eu queria falar de minha alegria. São dois mineiros nesta frente de combate, como Presidente e Relator, respectivamente. Quero dizer que V. Exª era candidato, eu nem sabia, fui me inteirar aqui. Quando soube, votei com muita alegria, com muito gosto, porque não é a primeira vez que voto em V. Exª e V. Exª sempre correspondeu. V. Exª talvez se lembre vagamente, quando fora candidato a Governador do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Lembro com muita certeza, Deputado.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – ... como somei a sua candidatura e, de uma maneira muito ética, não lhe pedi nenhuma reciprocidade nem nada, porque só a oportunidade de V. Exª dirigir nosso Estado já seria a maior reciprocidade. Sem dúvida, tenho a certeza absoluta de que estaríamos vivenciando realidade melhor hoje no Estado de Minas Gerais.

Ainda como candidato a Senador, tive oportunidade de trabalhar por sua candidatura e hipotecar-lhe meu voto, meu estímulo, meu apreço, meu respeito, e V. Exª tem correspondido plenamente. Essa é a razão pela qual eu gostaria de deixar aqui registrada essa minha palavra de admiração. Desejo que esta Comissão, de fato liderada por dois mineiros, consiga dar a resposta que o Brasil tanto precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Eu é que agradeço a V. Exª, Deputado João Paulo Gomes da Silva, primeiro por suas palavras extremamente elogiosas. Para mim, é sempre uma honra muito grande dizer que sou um companheiro de V. Exª em todas essas lutas que vivemos nos últimos anos em nosso Estado de Minas Gerais. E o Estado de Minas Gerais é que ganha, com sua liderança, com sua presença no Parlamento, sobretudo sua liderança política, sua liderança espiritual para todos nós. É uma honra muito grande tê-lo aqui em nossa Comissão.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Senador, V. Exª me permite a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exª a confiança em delegar a minha pessoa essa responsabilidade de relatar os trabalhos nesta CPMI. Entendo que é uma tarefa de grande responsabilidade para todos nós, até porque vejo nesta Comissão realmente, e faço questão de reafirmar – terminou de chegar agora o Deputado André Luiz –, pessoas que têm envolvimento real na problemática das relações internacionais, em tudo o que se refere à questão da emigração, direitos humanos etc. Este é um bom plantel de pessoas que estão aqui, tanto Senadores quanto Deputados Federais, para darmos o melhor de nós para o Brasil, para nossos irmãos brasileiros que vivem seriíssimas dificuldades.

V. Exª faz uma proposta que acolho, entendo que seja inteligente. Trata-se de um veículo que tem grande visibilidade para alertar o País neste momento, por mais que possa merecer visões diferenciadas. Refiro-me à novela “América”, que traz o tema para o debate no Brasil. Ao trazermos aqui a autora Glória Perez principalmente, acompanhada pela atriz principal, penso que abrimos esse trabalho dentro da amplitude, da atualidade dele, em meu modo de ver.

E quero dizer para V. Exª também que, junto com o Deputado Takayama, tive a oportunidade de acompanhar de perto e ver o filme “A Fronteira”, naquele país, quando estivemos lá num seminário sobre imigração. Penso que esse filme é uma produção com uma intensidade inteira de verdade do que é a realidade. Normalmente, o trabalho que se faz até hoje não consegue, especialmente a novela, não é possível mostrar o que é, com todo o talento artístico e com toda a fundamentação. Então, também estou propondo a V. Exª fazer aqui um requerimento verbal – se for o caso viremos a formalizar, se for conveniente – para fazermos um convite ao diretor do filme “A Fronteira”, que ele pudesse exibir aqui dez minutos desse filme no dia também, ele tem prontidão para vir a qualquer momento que o convidarmos. Esse filme traz, penso, também de fora para dentro, neste momento, de quem está vivendo, lidando com isso diretamente, outro aspecto dessa realidade. Então, se for do consentimento de V. Exª e também dos demais pares, podemos pedir que essas providências sejam tomadas no âmbito de nosso assessoramento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou passar a palavra ao ilustre Deputado André Cos-

ta, para que S. Ex^a possa dar suas observações iniciais sobre nossa Comissão.

O SR. ANDRÉ COSTA (PT – RJ) – Muito obrigado. Bom dia. Antes de mais nada, quero parabenizar a eleição de V. Ex^a, a escolha do ilustre Relator, nosso companheiro Magno, ambos de Minas Gerais, o que ajuda muito nesse momento, já que Minas tem, eu diria, várias bases no exterior, comunidades, como de resto toda a Federação, mas particularmente é mais emblemática a comunidade mineira, sobretudo nos Estados Unidos. E quero parabenizar a oportunidade da instalação desta CPMI.

É evidente que a novela tornou do conhecimento do grande público esse drama da emigração. Nós, que sempre fomos um País de receber gente, de imigrantes, convivemos nos últimos, pelo menos, 20 anos, com esta inflexão. Sem dúvida, essa discussão é muito oportuna e vai chamar a atenção exatamente porque ela não é de hoje, é um drama real já de algum tempo. Se a novela tem um foco maior sobre a emigração para os Estados Unidos, relatando o drama da travessia do Rio Grande, com perdas de vidas, centenas de vidas, é importante que a CPMI tenha um foco o mais abrangente possível, porque o drama é global. Nossos fluxos migratórios para a Europa apresentam igual ou maior dramaticidade, e aí, do que já foi dito, sobretudo o drama das escravas brancas, mulheres aliciadas, e, cada vez mais, no interior do País, são meninas, por vezes nada profissionais da prostituição. É bom deixar claro: hoje o perfil é outro. Eles não buscam profissionais de prostituição. Essas máfias enganam, mentem. Mas eu participei um pouco do outro lado, como lembrou o Deputado João Magno, como diplomata, que é minha profissão de origem, vivendo trabalhando em alguns consulados. Sobre tudo na Espanha, pude perceber a truculência da ação dessas máfias, em que essas mulheres são escravizadas e muitas das vezes são retidos seus passaportes. Como são pessoas bastante simples, humildes, do interior, têm até vergonha de relatar à família a forma com que se encontram e seguem por vezes até na mentira que lhe foi imposta no primeiro contato, ou seja, continuam dizendo que têm um trabalho digno em hotel, como camareira, em restaurante, como garçoneiro, e a prática não é essa.

Também vamos revelar ao Brasil a quantidade não só de abusos, mas a dramaticidade, mortes, que são muitas, não são poucas. Eu gostaria também de ver presente – sei que é do intuito desta Presidência convidar autoridades policiais – sobretudo a Polícia Federal, que tem muito que relatar da atuação dessas máfias, que se dá em grande parte aqui, no Centro-Oeste do País, na região de Goiânia, Goiás, e que, portanto, é mais do que oportuno. O perfil é diferenciado dessa

emigração. O fluxo migratório para a Europa, para os Estados Unidos, para o Japão, mesmo para a América Latina tem uma diferenciação. É importante que estabeleça uma radiografia, nítida, desse processo migratório. As raízes conhecemos quais são, mas vamos enfrentar aqui na CPMI essa realidade de frente, creio que pela primeira vez, e certamente os resultados colhidos aqui vão, de alguma forma, orientar nossas políticas públicas, o cidadão brasileiro que está no exterior, o cidadão brasileiro de pleno direito. Portanto, nossas instituições têm de observar, têm de agir – o Ministério da Justiça, a Polícia Federal –, inclusive na prevenção, no alerta, para que não caiam de forma incauta, ingênua, vítimas dessas máfias truculentas.

Então, parabenizo, por fim, esta instalação e tenho certeza de que esta Comissão vai prestar grandes serviços à Nação.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Deputado André Costa. Registro também a presença do Deputado Mauro Lopes, da região também do Leste de Minas.

No encerramento de nossas ações na manhã de hoje, quero agradecer a cada um dos Srs. Deputados, dos Srs. Senadores, Deputadas e Senadoras, que estão, evidentemente, como titulares e suplentes nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal. Entendemos que este é um assunto da maior importância, que precisa ser tratado pelo Congresso Nacional, especialmente no sentido de criarmos condições de podermos mostrar o caminho para a solução, primeiro do problema social, que na verdade ninguém deixa seu país simplesmente para ir morar em outro lugar porque quer sair daqui. Ele sai porque alguma coisa está faltando. Ele sai à procura de uma situação melhor. Sou resultado disso, inclusive. Aos 23 anos de idade, saí do Brasil, saí contratado, até por uma razão muito especial, em minha função, eu era jornalista na época, mas, ao chegar lá fora, contratado, com emprego certo e para estudar, já encontrei dezenas de brasileiros que saíam à procura de um melhor espaço, de uma melhor condição social, de uma melhor maneira de se manter e manter sua família. Então, esse é um problema que conheço a vida inteira, convivendo permanentemente com os brasileiros que no exterior estão trabalhando. E, diga-se de passagem, o brasileiro no exterior notadamente é tido como um trabalhador firme, fiel, capaz, responsável, esta é a verdade. Por mais que vejamos tudo isso apenas como uma aventura, não é só uma aventura. É realmente um trabalho muito importante que é feito pelos brasileiros lá fora e dão uma grande contribuição, inclusive, em qualquer

Nação em que estejam. Tanto é assim que me referi especificamente à Espanha.

V. Ex^a foi Diplomata na Espanha. Há mais ou menos quatro ou cinco meses, a Espanha fez uma anistia a todos os imigrantes ilegais no País. Segundo os cálculos que eu vi, havia cerca de 30 mil brasileiros. Desses 30 mil, 15 mil se apresentaram, regularizaram sua situação na Espanha e hoje estão, evidentemente, disputando o mercado de trabalho, normalmente, com os cidadãos espanhóis. Mas vejo isso como um exemplo do que precisa ser feito em vários Países, como no Brasil, que abre suas portas, escancara suas portas para toda a imigração. Na virada do século passado, recebíamos milhares de pessoas: os italianos, os japoneses, os alemães, os espanhóis. Nós sempre tivemos nossas portas abertas.

De repente, levo um susto quando vejo o que vi hoje na Internet. Peguei uma declaração de um representante do Governo português dizendo o seguinte: “Nós agora queremos investimentos brasileiros; não precisamos mais de brasileiros aqui em Portugal”. Como não? Que brincadeira é essa? Nós, que temos um País formado de portugueses. Eles são os únicos que não podem falar isso para o Brasil, não têm o direito de falar isso para brasileiro.

No meu Estado, por exemplo, do Deputado Mauro Lopes e do meu querido amigo João Magno, recentemente, o jornal **Estado de Minas** fez uma série de reportagens sobre o ouro de Minas, mostrando que levaram do nosso Estado o equivalente hoje a US\$60 bilhões. O ouro que foi extraído e retirado do nosso Estado, empobreceram Minas Gerais. Então, eles não podem falar isso.

Esta Comissão vai servir para, inclusive, poderemos lavar essa roupa suja com nossos queridos portugueses, espanhóis, americanos, etc.

Muito obrigado a todos os Srs. Deputados, os Srs. Senadores e, na próxima semana, portanto, às 11 horas, faremos nossa primeira reunião com a presença da Glória Perez e da Débora Secco e vamos, inclusive, analisar a possibilidade de ainda trazer para essa, se não der tempo, trazermos para a sequência, na próxima semana, o nosso convidado. Dia 27, segunda-feira.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 6 minutos.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em vinte e oito de junho de 2005

Aos vinte e oito dias de junho de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Hélio Costa e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Octávio, Leonel Pavan, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, bem como dos Deputados João Magno, Takayama, Zulaiê Cobra, Geraldo Thadeu, André Zacharow, Aldir Cabral e Leonardo Monteiro, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, declara abertos os trabalhos da 2ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 1ª reunião, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à discussão do Roteiro de Trabalho, proposto pelo Relator, Deputado João Magno, e à apreciação de requerimentos. Em seguida, concede a palavra ao Deputado João Magno, que faz a leitura do Roteiro de Trabalho, colocando-o em discussão. Dando continuidade, a Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos, colocando-os, em votação, em bloco, que são aprovados por unanimidade: Requerimento nº 01-2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando sejam convidadas as senhoras Glória Pérez e Débora Secco, para prestarem informações à Comissão; Requerimento nº 2-2005, de autoria do Deputado Aldir Cabral, solicitando seja convidado o delegado Paulo Roberto Ornelas, Coordenador-Geral de Polícia de Imigração da Polícia Federal; Requerimento nº 3-2005, de autoria do Deputado Aldir Cabral, solicitando seja convidado o senhor Luiz Paulo Teles Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; Requerimento nº 4-2005, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, solicitando sejam convidados os senhores Wanderley Vieira de Souza, Inês Vieira Cabral, Weber Soares (UNIVALE), Arufh Salmen Espíndola, Lincoln Birro Neto (ACGV), Rui Antonio da Silva (delegado GV), Castor Amaral (OAB-GV), Cabo Isar (CDHCM-GV), para audiência pública na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais; Requerimento nº 5-2005, de autoria do Deputado João Magno, solicitando seja convidado o senhor Roberto Carminati, diretor do filme “A Fronteira”; Requerimento nº 6-2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando Con-

sultores Legislativos da Câmara dos Deputados; Requerimento nº 7-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o Senador Edward W. Kennedy, do Partido Democrata- Congresso Americano; Requerimento nº 8-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o Senador John McCain, do Partido Republicano-Congresso Americano; Requerimento nº 9-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o senhor Simon Henshaw, Cônsul Geral dos EUA, no Brasil; Requerimento nº 10-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, seja convidado o senhor Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do MRE, para trazer informações acerca das medidas tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores; Requerimento nº 11-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o senhor Jaime Salazar, Agente da Patrulha de Fronteira e Chefe da Unidade de Inteligência no Estado do Texas; Requerimento nº 12-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o senhor John O'Malley, Oficial de Ligação entre o Departamento de Segurança Interna dos EUA e os Centros de Detenção para Imigrantes Ilegais; Requerimento nº 13-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o senhor Delegado Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça; Requerimento nº 14-2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando seja convidado o senhor John DaniloVich, Embaixador dos EUA no Brasil; Requerimento nº 15-2005, de autoria do Deputado João Magno, solicitando sejam convidados o senhor Jorge Costa, Comerciante e Líder Comunitário da Comunidade de Brasileiros nos EUA, a senhora Claudia Tamsky, Socióloga, e o senhor Cesar Rossatto, professor universitário e Assistente Social; Requerimento nº 16-2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando ao Ministro Celso Amorim que o Governo brasileiro peça informações ao Embaixador dos EUA, John Danilovich, sobre declarações de diplomatas americanos, na reunião da COPA, consideradas interferências do Governo americano nos assuntos internos das relações Brasil-México. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 02-2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de

brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que forem a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta da presente reunião destina-se à discussão do roteiro de trabalho e à apreciação de requerimentos.

Inicialmente, quero justificar a minha ausência, Sr^{as} e Srs. Parlamentares presentes, porque fui convocado para uma reunião de Líderes do Senado com o Ministro Palocci, uma reunião que deveria durar no máximo 40 minutos, mas que se iniciou às 11 horas e terminou somente agora. Então, lamentavelmente, o meu atraso se prende à defesa, evidentemente, dos interesses do Estado de Minas Gerais, e, certamente, todos os Srs. Líderes presentes, representando os diversos Estados brasileiros, que participaram dessa reunião tinham o mesmo objetivo.

Vamos, então, aos trabalhos da nossa reunião de hoje.

Passo a palavra, inicialmente, ao Relator, Deputado João Magno. Antes, porém, pediria que o Senador Marcelo Crivella tomasse o seu lugar à mesa, como Vice-Presidente, eleito que foi, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Passo a palavra ao Deputado João Magno, Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores, Srs. Deputados presentes, como havíamos acertado na primeira reunião de instalação desta CPMI, estamos trazendo, nesta oportunidade, uma proposta de roteiro de trabalho para discutirmos e aprovarmos. Também para avaliarmos como ficaremos durante o recesso parlamentar e marcarmos uma data para as próximas atividades.

Vou proceder à leitura do roteiro, e peço à assessoria que providencie a distribuição de cópias para os Srs. Senadores e Deputados.

Primeiro Roteiro de Trabalho da Relatoria

Objetivos:

1) Investigação sobre os delitos provocados pelos agenciadores de emigrantes – coiotes – que atuam no Brasil, na fronteira México-Estados Unidos, na Europa e no Japão;

2) Resgate dos direitos de cidadania dos brasileiros residentes no exterior;

3) Modernização da legislação e dos serviços consulares diante do novo momento do fenômeno migratório brasileiro no mundo.

Atividades:

a) Audiências públicas nos Estados. Inicialmente, em Governador Valadares – MG, Criciúma – SC e Goiânia – GO;

b) Oitivas de testemunhas e vítimas da rede de coíotes e possíveis denunciados de tráfico de emigrantes;

c) Depoimentos de estudiosos e autoridades (Polícia Federal, Ministério Público, Itamaraty, Governo Federal.)

d) Visitas aos países que apresentam os maiores problemas com a emigração de brasileiros: México, Estados Unidos, Europa, Japão e Paraguai.).

Metodologia:

O início efetivo dos trabalhos fica programado para agosto, no retorno do recesso parlamentar.

A primeira etapa de audiências públicas e oitivas vai servir para embasar os passos seguintes da Relatoria e deve estender-se por todo o tempo de duração da CPMI.

As audiências públicas serão iniciadas em agosto, de preferência intercalando atividades nos Estados e em Brasília.

Em seguida, está programada a fase de depoimentos, com a participação de autoridades governamentais e estudiosos do assunto.

As visitas internacionais serão realizadas a partir do terceiro mês do início dos trabalhos desta Comissão.

Aí há uma previsão de cronograma, onde primeiro vêm as audiências, as oitivas, depoimentos e, depois, a conclusão dos trabalhos.

Essas visitas, naturalmente, não precisam ser exatamente em uma segunda etapa. Quando for o caso, podemos considerar fazê-las, dentro da necessidade.

Então, a proposta de roteiro a ser apresentada é essa. Penso que podemos agora abrir para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Estive, na última sexta-feira, por uma outra razão, extremamente importante, na cidade de Governador Valadares e, no período em que lá estava, fui solicitado, até pelos meus companheiros da imprensa, a visitar uma fila de candidatos a tirar passaportes naquela cidade. O Deputado Leonardo conhece essa fila.

É lamentável o que se passou na região Leste de Minas Gerais: num determinado momento, à tarde, cheguei a contar quase cem pessoas na fila à espera de sua vez para tirar um passaporte, todos, evidentemente, com a pretensão de seguir para o chamado “sonho americano” – e coloco entre aspas porque o sonho acaba se transformando em um verdadeiro pesadelo.

Tive oportunidade, inclusive, de lhes falar sobre as dificuldades, os perigos, os problemas que, certamente, iriam enfrentar em qualquer situação de tentativa de entrar ilegalmente quer nos Estados Unidos, quer em outro país. Todavia, pude ver, pela disposição daqueles que estavam ali, que lamentavelmente de pouco valeu a minha pequena palavra de preocupação e, ao mesmo tempo, de temor de que se possa concretizar tudo aquilo que nós estamos tentando evitar nesta Comissão.

Então, certamente, quando ouço a proposta do Deputado João Magno de fazermos realizar, na região Leste de Minas Gerais, especialmente em Governador Valadares, uma audiência pública, tenho a certeza de que ali encontraremos importantes subsídios para a discussão desse problema que se agrava a cada momento, notadamente no instante em que estamos com pelo menos 23.800 brasileiros em situação delicadíssima nos Estados Unidos, presos por imigração ilegal.

Pergunto ao Senador Marcelo Crivella se deseja fazer uso da palavra, como Vice-Presidente. Antes, porém, apresento os nossos cumprimentos. V. Ex^a estava em viagem ao exterior, tratando inclusive de assuntos relacionados aos brasileiros nos Estados Unidos, e foi, por decisão da maioria do nosso colegiado, indicado e eleito Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ) – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade a V. Ex^a, ao Sr. Relator, Deputado João Magno, meu querido amigo, ao Deputado Aldir, companheiro do Rio de Janeiro, delegado da Polícia Federal, que certamente dará uma contribuição enorme a esta nossa Comissão, ao meu querido Deputado Valadares, ao Deputado Monteiro. Que Deus os abençoe e muito obrigado pela presença aqui!

Sr. Presidente, conforme V. Ex^a relatou, estive, há poucos dias, a pedido do Embaixador americano e do Cônsul-Geral dos Estados Unidos no Brasil, em visita ao Texas. Ainda conforme relatado aqui, 23 mil brasileiros, de 1º de novembro do ano passado até maio deste ano, foram detidos. É claro que esse número representa uma explosão em relação aos anos anteriores. As prisões superpovoadas acabam dando um péssimo tratamento aos nossos emigrantes, o

que não lhes é informado no momento em que partem para essa aventura. Eles só ouvem apenas a versão do coioite.

A meu ver, o item 01 do nosso roteiro é exatamente o foco principal dos nossos trabalhos: investigar e, se possível, dismantelar, desarticular essa quadrilha que vende ao brasileiro uma ilusão e que, depois, cobra deles.

O Deputado João Magno, o Senador Hélio Costa e eu já fomos lá e ouvimos deles que, se passam, têm de pagar US\$10 mil; mas, de qualquer forma, para ir, acabam assinando promissórias, passando carros para o nome do coioite, casas, passando gado, até porque a maioria deles são, sem sombra de dúvidas, do leste de Minas – Timóteo, Ipatinga, Governador Valadares, Afonso Pena, municípios que são contribuintes de imigrantes para os Estados Unidos.

O resgate da cidadania dos brasileiros lá é fundamental, porque, segundo me disse o Cônsul da Flórida, são 350 mil brasileiros só na região da Flórida. Nos Estados Unidos inteiro o número chega a um milhão, muitos deles vivendo nas sombras, embora a economia americana precise desse imigrante. Andando pelas ruas, podemos ver placas nas lojas “aceita-se trabalhador”. Duas vezes, num restaurante, fui avisado de que a fila seria de quarenta minutos, embora eu tenha visto muitas mesas vazias. Eles argumentaram que o problema não era mesa, mas a falta de garçons, atendentes, mão-de-obra. Não têm.

E, por incrível que seja a contradição da humanidade, extraordinária, num dos presídios que visitei no Texas, os brasileiros estão pessimamente atendidos. Tomam banho de sol uma vez por semana, contrariando as próprias regras do Departamento de Imigração americano, que determina um mínimo de três vezes. As roupas de cama estavam rasgadas, eles não têm atendimento médico, a água servida é tépida, não há limpeza alguma. E, quando, o Cônsul brasileiro no Texas e eu, fomos veementes com o diretor do presídio, imaginem qual foi a resposta dele? “Não tenho mão-de-obra, estou tentando contratar, treinar pessoas para trabalhar como guardas aqui, mas não encontro”. Os presídios, Deputado João Magno, são terceirizados. Tanta gente presa, procurando emprego, e o presídio procurando gente para trabalhar.

O desrespeito à cidadania dos brasileiros que estão vivendo lá, trabalhando, sem estarem legalizados, e dos que estão detidos, é tanto, que se torna fundamental que essa situação seja discutida, acordada e transformada em estatuto a ser assinado pelos dois governos. A modernização da legislação é, sem dúvida, uma grande contribuição que a nossa Comissão pode dar, porque os nossos consulados continuam

com pessoal e equipamento do tempo em que no exterior viviam poucos brasileiros, ignorando o fato de que hoje são milhões.

Acho, Deputado João Magno, Relator da nossa Comissão, que seria muito importante – inclusive fiz requerimentos para votarmos hoje – que pudéssemos acordar em torno de um acordo bilateral propondo uma solução definitiva. A realidade é que os Estados Unidos precisam, e precisam muito, dos imigrantes; outra realidade é que existem muitos brasileiros que querem viver lá. Acho que se cortarmos o visto para o México, vamos encarecer isso, uma vez que a corrupção vai aumentar, vão pedir mais cem ou duzentos dólares pelo visto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Estou, na realidade, aproveitando a menção que faz V. Exª da informação de que o México estaria para cortar, modificar ou cancelar o acordo de vistos com o Brasil, voltando a exigir vistos de entrada para brasileiros, para apresentar amanhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual sou membro titular, e na semana que vem, trarei para esta Comissão, um requerimento pedindo informações ao Ministro das Relações Exteriores à luz de informações que me foram passadas sigilosamente – evidentemente tenho que manter o sigilo. Trata-se de pessoas que estão preocupadas com declarações que foram feitas numa reunião do Copa, em Foz do Iguaçu, onde estavam presentes Cônsules de vários países, inclusive dos Estados Unidos, e, segundo essas informações que recebi, um dos Cônsules americanos teria feito declarações públicas de que o México está para cancelar o Acordo de Vistos com o Brasil, voltando a exigir vistos.

As informações que peço ao Ministro das Relações Exteriores é exatamente no sentido de que interpele o Embaixador americano porque, na verdade, essas informações que chegaram até mim dizem que isso é – e tendo a concordar com isso – uma grosseira interferência dos diplomatas americanos em assuntos internos das relações Brasil-México. Nós não podemos permitir que ninguém interfira nas relações entre o Brasil e o México, principalmente partindo de diplomatas americanos que evidentemente têm todo o interesse nesse sentido.

Nós não vamos modificar o nosso comportamento, as nossas ações, as nossas relações com o Governo dos Estados Unidos ou com o Governo do México em razão de exigências feitas pelo Departamento de Estado ou pelos diplomatas americanos no Brasil. Primeiro, que

um diplomata de um país não pode fazer declarações sobre as relações entre dois outros países.

Então entendo que, ao apresentar esse requerimento, que apenas é assinado pelo Senador Hélio Costa, mas não é necessariamente encaminhamento feito pelo Senador e, sim, em função das reclamações que recebo de pessoas que estavam presentes na reunião em Foz do Iguaçu e que se sentiram de certa forma agredidas. Os brasileiros se sentiram, na verdade, agredidos pelo fato de um diplomata americano estar falando sobre as relações Brasil e México e o que deve ser feito entre esses dois países.

Devolvo a palavra a V. Ex^a

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ)

– V. Ex^a fez um pronunciamento muito lúcido, porque acho que esse não é o caminho. Primeiro, a interferência americana é inaceitável; segundo, é que, se nós exigirmos visto de brasileiros para entrar no México e, por reciprocidade, de mexicanos para entrar no Brasil, com certeza, havendo mercado – e há – de trabalho nos Estados Unidos para brasileiros, a única coisa que vamos fazer é encarecer esse processo para o brasileiro que vai ter que pagar mais US\$100,00, US\$200,00. Vai surgir outra máfia e não resolver “bulhufas”.

Portanto, acho que podíamos convidar – e fiz um requerimento – o Senador Edward Kennedy, que é um democrata, e também o John McCain, que é um republicano, um do Texas, outro de Massachusetts e outro do Arizona, para virem aqui falar sobre o que acho que seria a grande solução, que o Guest Work, o projeto que os americanos... Primeiro, vão regularizar todos os que estão lá por três anos, renovados por mais três, e vão dar condições que possamos oferecer aos brasileiros um visto legal por três anos e de uma maneira muito mais fácil. Acho que aí seria um coroa-mento realmente para o trabalho da nossa Comissão. Se nós pudermos desbaratar...

Passo a palavra ao Deputado Takayama, que me pede um aparte, com muito prazer e muita honra.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR)

– Nós é que queremos agradecer a V. Ex^a pelo pronunciamento, trazendo-nos esses subsídios da sua recente viagem aos Estados Unidos. Gostaria até de perguntar a V. Ex^a se o Senador esteve naquela reunião do café da manhã com o Presidente Bush há uma semana, porque parece-me que coincidiu com a sua viagem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Não, não estive.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR)

– Foi há duas semanas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Ultimamente não estou sendo convidado para tomar café com o Bush.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – É

uma reunião feita exatamente com a chamada comunidade latina. Não sei se V. Ex^a sabe que é organizada por uma pessoa que é da íntima ligação, é um hispano, é a pessoa que, quando qualquer situação é realizada com relação aos latinos, o Bush se dirige a ele. É uma pessoa de sua confiança. E é um congresso chamado Esperanza, onde também os brasileiros, porque o brasileiro é inserido na estatística dos hispanos, e há um desejo do Presidente Bush exatamente de organizar essa questão dos três anos, mais três. Essa é uma experiência que no Japão dá certo. Os nossos dekasségus que vão ao Japão, são hoje, só no Japão, em número – Senador Hélio Costa – beirando a casa de 256 mil brasileiros ou que tenha sobrenome japonês, eles podem ficar no Japão exatamente pelo chamado visto temporário. É sugestão do próprio Presidente Bush, da sua assessoria, regulamentar esta situação, dando um visto de três, renováveis por mais três. Acho que seria a grande medida, a grande saída para que os brasileiros pudessem estar lá.

Várias pessoas dos Estados Unidos estão pedindo que eu passe meu rádio, meu Nextel ao vivo, para que lá eles possam colocar no ar, eles estão ouvindo, Senador, essa nossa segunda audiência, acompanhando de perto e diversos repórteres aqui do **Brazilian Times**, que é um dos maiores jornais que circulam lá, estão me pedindo informações do que está acontecendo.

Estive, recentemente, com o Deputado João Magno – e a nossa amizade começou exatamente lá nos Estados Unidos – numa reunião na Universidade de Harvard. Sempre me preocupei com o assunto dos brasileiros lá, são muitos amigos meus, não somente o pessoal de Governador Valadares, mas no Panamá também tem, na região de Curitiba-Ponta Grossa, e agora Santa Catarina na região de Criciúma, há um grupo enorme de emigrantes que estão vivendo na região da Flórida e na região da grande Boston.

Então, muito dos que vão lá têm até medo de ir ao dentista – têm os seus dentes completamente em situação ruim – com medo de serem apanhados e deportados.

Então existe uma técnica lá que a gente sabe que eles são apanhados quando atravessam a fronteira do México, mas aí a polícia americana, da emigração não tem como prender tanta gente, ele diz: Olha se você não retornar, se for apanhado novamente ... Então o problema não é ser apanhado a primeira vez e sim a segunda. E eles evitam exatamente esse contato com qualquer setor. Fico com dó dessa gente que está lá,

muitas vezes sem poder ir ao médico, com receio de ser apanhada. Mas a grande preocupação é que após o 11 de setembro o país mudou, até fica aqui a minha preocupação, porque nós estamos preocupados que retaliemos a América por causa da dificuldade, mas é preciso também entender que a América está em regime de guerra, estão em clima de guerra após o 11 de setembro, dificultaram muito e aí agora, o que era antes fácil de tirar: o *social security* e conseqüentemente a carteira de motorista – hoje um americano, ou qualquer pessoa que vive na América se não tiver a carteira, não consegue fazer nada, infelizmente esses brasileiros não tem a carteira de motorista, porque não tem o *social security*, que não é o *green card* é um outro documento.

Acho que com esse visto temporário, acho que essa CPI deverá culminar exatamente com uma sugestão, ou com um pedido do projeto em que possa regulamentar esse visto temporário. Tenho absoluta certeza que o Presidente nos receberia no Estados Unidos, ele está interessado nisso, Senador Hélio, para que nós possamos levar essa proposta e juntamente com alguns outros países latinos, possamos, através do Copa e de outras reuniões, tentar regulamentar essa situação, porque acho que esta CPI contribuirá, definitivamente, para normatizar esses nossos heróis brasileiros que estão lá. Eles não gostam nem que seja chamado de imigração ilegal. Eles pediram para substituir o nome da CPMI, para que seja transformado para Imigração dos Brasileiros Sem Documento. Acho que são heróis o que eles estão fazendo.

Na primeira reunião, nosso Senador Hélio Costa e Magno trouxeram alguns números – não estou discordando na tentativa de opor ao que eles estão pensando – acho, na minha avaliação o número que mandam ao Brasil é bem maior, porque só os brasileiros que estão no Japão mandam dois bilhões e meio de forma legal, se o nosso Banco do Brasil e a Caixa Econômica pudessem acabar tirando aquele sistema de cobrar US\$ 30 por remessa, tenho certeza, só nesse fato, dobrariam as remessas. Porque muito dos brasileiros que estão no Japão trazem o dinheiro de baixo da cueca, ou coisa semelhante, manda por amigos, manda até por *factory* ou por casas de câmbio, digo que são valores estratosféricos. A remessa legal, só do Japão, Senador Hélio é de dois bilhões, quase dois bilhões e meio por ano de forma legal, via Banco do Brasil. Mas muito dinheiro entra, eles trazem para evitar ter de pagar. Nós aqui não estamos concordando com essa questão, mas sabemos que eles fazem isso de forma prática. Então, os valores, por exemplo... Nos Estados Unidos, há muito mais de 1 milhão de brasileiros de forma entre os legais, entre os com documento e os

sem documento. O número supera essa casa. Estava até observando que as estatísticas, não só a do Senador, mas a do Deputado João Magno e a minha, são empíricas. Não temos idéia dos valores, mas, segundo alguns estudiosos, ultrapassa os US\$30 bilhões. Se somarem os brasileiros que estão no Paraguai... Temos de investigar também, Senador, as dificuldades com que estão vivendo. Estão sendo expulsos do Paraguai depois de ajudar o desenvolvimento de toda a agricultura da costa do Brasil com o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Segundo, dos Estados Unidos. Antes desta CPI, estive na Inglaterra. Agora os brasileiros estão migrando para a Inglaterra e depois para a Austrália. Um número enorme de brasileiros estão indo para os países europeus, alguns por causa da descendência italiana. Vão à Itália, mas lá não ficam, Senador. Utilizam isso, porque a Itália faz parte da Comunidade Européia, e migram, por exemplo, para a Inglaterra, onde conseguem viver, inclusive, com a ajuda do Consulado italiano. Conseguem, inclusive, alugar casa com subsídio – a regulamentação italiana permite que eles aluguem, que eles consigam casas com o preço subsidiado em qualquer país da comunidade. Então, os brasileiros que têm sobrenome italiano vivem ali. São muitos. Conseguem comprar casas, mas dessa forma. Os outros acabam indo de forma, digamos, ilegal e estão vivendo. O Embaixador da Inglaterra está preocupado. Não está entendendo por que está entrando tanto brasileiro. Eu disse: o mesmo fenômeno que ocorreu em Boston e na região da imigração, está ocorrendo agora na Inglaterra. Acho que poderíamos, com esta CPMI, tentar normatizar a questão do visto temporário, porque é mão-de-obra que eles precisam. Existe muita hipocrisia. Eles dizem que vão deportar, mas eles precisam dessa mão-de-obra do imigrante brasileiro, porque eles não conseguem manter sua mão-de-obra com esse tipo de trabalho temporário.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Peço que estabeleçamos prazo para as próximas intervenções. Que tenhamos o cuidado de abreviar as intervenções, a fim de também, na seqüência, apreciarmos a proposta de roteiro, aprovando e votando os requerimentos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Costa. PMDB

– MG) – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ)

– Deputado João Magno, precisamos estudar os objetivos, se não seria também nosso objetivo estimular ou talvez até concluir esse projeto de acordo com os Estados Unidos para aumentar o número de vistos.

Todos os anos, concluo citando esse dado, entram nos Estados Unidos 1 milhão de imigrantes legais – porque há uma necessidade da economia americana de US\$13 trilhões –: do México, 220 mil; da China, 60 mil; da Índia, 60 mil; das Filipinas, 40 mil; do Vietnã, 40 mil. E do Brasil? Ora, os Estados Unidos são o nosso maior parceiro econômico. Do Brasil, a média histórica é medíocre. Eles cedem apenas 6 mil vistos de trabalho para os brasileiros. Precisamos tentar pressionar, tentar um acordo, um objetivo. Se queremos acabar com essa imigração ilegal, vamos atuar em cima do coite, mas também fazer um acordo para que esses vistos sejam concedidos em número proporcional à grandeza do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Costa. PMDB

– MG) – Quero fazer a leitura do art. 148 do Regimento Interno das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, pois nos dará sustentação para os requerimentos que apresentaremos. O art. 148 diz que, no exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgãos públicos informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias. Isto aqui é o que nos dá sustentação para apresentação de todos os requerimentos que serão, a partir de agora, apresentados na nossa Comissão.

Inicialmente, nós recebemos vários requerimentos, e eu queria começar pelo requerimento que anunciei agora anteriormente, que, nos termos da forma do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216, 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja dirigido, por meio do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pedido de informações do Governo brasileiro ao Embaixador dos Estados Unidos, Sr. John Danilovich, sobre as declarações de um representante do corpo consular americano na reunião da COPA, em Foz do Iguaçu, e consideradas uma grosseira interferência americana nos assuntos internos das relações entre o Brasil e o México.

Justificação

Chegou a este Parlamentar de forma verbal e sigilosa que um Cônsul americano de Brasília teria declarado durante reunião da COPA, em Foz do Iguaçu, que o México irá cancelar o acordo de livre circulação de pessoas com o Brasil e voltará a exigir o visto de entrada de brasileiros em território americano. Tais comentários foram feitos perante autoridades do corpo diplomático do Brasil e México e à luz das discussões sobre a imigração ilegal de brasileiros para diversos países. Da mesma forma que o Governo mexicano protestou oficialmente, o Parlamento brasileiro não pode deixar de se pronunciar sobre esse incidente diplomático.

Ante o exposto, esperamos que o Ministro das Relações Exteriores informe por escrito e com a possível brevidade sobre as providências adotadas pelo Governo brasileiro junto à Embaixada norte-americana, em relação a esse assunto, tido como uma descabida interferência de um diplomata americano nos assuntos das relações entre Brasil e o México.

Sala das Comissões.

Apresento, portanto, à votação dos Srs. membros da Comissão, Senadores e Deputados.

Primeiro, a discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu voto favoravelmente.

Acho que cancelar o Acordo de Visto Brasil-México não resolve, é preciso aumentar paralelamente o número de vistos concedidos aos brasileiros que querem trabalhar nos Estados Unidos, como é dado livremente ao americano que quer trabalhar no Brasil. Eu duvido que você encontre nos Estados Unidos aquele que tem um emprego aqui, um convite de uma empresa, qualquer americano que se queixe que tenha pedido um visto para trabalhar no Brasil e não tenha obtido.

Portanto, eu acho que, se nós apenas cancelarmos esse acordo de visto com o México, não vamos diminuir a migração, vamos criar mais uma máfia, vai aumentar a corrupção. Nós precisamos realmente, queremos acabar, segurar os coites, isso é um papel nosso, e o papel dos americanos é aumentar os vistos concedidos. Qualquer interferência por parte das autoridades americanas em relação ao Brasil e México e seus acordos é realmente uma interferência completamente indevida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Deputado Leonardo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Quero, inicialmente, Senador, cumprimentá-lo enquanto Presidente da nossa Comissão, dizer também da

alegria de, como Deputado lá do leste da região de Valadares de receber o senhor semana passada lá, em Governador Valadares, que foi numa outra missão, mas uma missão também importante onde se discutia a universidade pública para o Vale do Rio Doce, para Governador Valadares. Sem dúvida nenhuma, é um trabalho também que tem tudo a ver com esta Comissão, porque é uma forma de desenvolver a nossa região, gerar trabalho e renda. Implantando a universidade da nossa região, com certeza, nós vamos estar criando também outra expectativa de trabalho para a nossa população da nossa região.

Mas quero dizer também que sou favorável ao requerimento, espero que durante o trabalho da nossa Comissão nós possamos estar promovendo, como disse o Senador Crivella, uma expectativa e uma relação onde possamos aumentar o número de vistos para os brasileiros trabalharem nos Estados Unidos. Vejo que esse deve ser o nosso objetivo enquanto proposição desta Comissão para a política de relações exteriores do nosso País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira mais discutir o assunto, vamos ao próximo requerimento e, depois, aprovamos todos em conjunto. Não é isso?

O próximo requerimento é nos termos do art. 58, § 2º, Inc. V, da Constituição Federal, combinado o art. 93, Inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as Srs Glória Perez, escritora e roteirista da novela América; Débora Secco, atriz protagonista da mesma novela; para comparecerem perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista de Inquérito e prestar depoimento sobre suas experiências adquiridas com as pesquisas relacionadas à imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América.

Em discussão. (Pausa.)

Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Tem a palavra V. Exª.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, eu vejo oportuno. Nós tínhamos até a idéia de trazermos essas duas protagonistas principais da novela da Rede Globo e, com certeza, Glória Perez fez um grande estudo para poder fundamentar esta novela que tem sido exibida para o Brasil inteiro. E mergulhou no tema, está vivenciado a atualidade desta imensa problemática que é a travessia, a adaptação dos brasileiros na fronteira do México. E a parte também do confronto cultural que existe. Enfim, é uma novela que

traz algumas novidades para que nós possamos ter mais dados inclusive e além disso o papel que a novela cumpre, hoje, no País, por mais que possa incentivar as pessoas irem – porque esse risco existe – mas também mostra os perigos, as dificuldades e tem um papel conscientizador.

Por isso, eu acho que é importante o requerimento para dar também uma boa visibilidade aos trabalhos desta Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Tem a palavra o ilustre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL – RJ)

– Olha, eu acho que a autora da novela e a artista têm uma contribuição extraordinária para dar aqui.

É fato que, no ano passado, nós três estivemos lá e encontramos mil brasileiros presos, hoje, são mais de vinte mil brasileiros que foram detidos. Possivelmente, a novela tenha servido de incentivo. Agora, a crise, o pano de fundo de isso tudo é a economia brasileira que não cresce, que não gera emprego, nosso superávit primário, e essa discussão toda que tem se tratado no Congresso Nacional.

Gostaria, sim, de conversar com a autora da novela exatamente porque é preciso que a gente entenda que o Brasil perde com isso. Nós estamos perdendo. Nossa juventude que podia trabalhar e desenvolver o nosso País aqui. Claro que existe aqueles que têm espírito aventureiro e amigos e familiares lá fora que querem unir às suas famílias. Esses têm que ter. Olha, o Brasil recebeu milhões de imigrantes entre 1846 e logo até o final da Segunda Guerra Mundial, 52 milhões de europeus saíram da Europa e vieram para a América, sobretudo, Canadá e Argentina. Nós fomos recebemos muito imigrantes aqui. Faz parte da natureza humana peregrinar pelo mundo desde os tempos bíblicos. E quem quer que vá. Agora, as pessoas saírem daqui desinformadas e chegarem à fronteira e achando que vão encontrar, como disse o Senador Hélio Costa, a terra prometida, é perigoso.

Então, é importante que num diálogo com os Parlamentares, a autora e a artista, pesem também a nossa preocupação, para que a novela não sirva como instrumento das elites e nós possamos exportar pobre, que é um horror. E nós não queremos isso.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho oportuno. Meu voto é favorável. Eu acho que será uma grande contribuição que a autora e a atriz poderão prestar a esse nosso esforço de esclarecer a imigração, principalmente ilegal, de brasileiros para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Eu, perfeitamente, Senador Marcelo Crivella, apenas

para confirmar que nós estamos em entendimento já com a roteirista Glória Perez para que ela possa comparecer na próxima semana até o dia 4, no máximo, possivelmente, ele estará aqui conosco, ou seja, na reunião da semana que vem, nós já vamos poder contar com a presença da Glória Perez e, certamente, de outros convidados que ela propõe a trazer, para participar conosco dessa discussão, dessa investigação. Acho da maior importância a vinda da roteirista à nossa Comissão, porque a pesquisa que foi feita, durante quase um ano, uma pesquisa imensa, que foi aos Estados Unidos, que foi à região leste de Minas, que foi a Roraima, que foi a Santa Catarina, a Goiânia, passou por todos os Estados brasileiros. Então, essa pesquisa é que trouxe os subsídios para que se produzisse esse folhetim, quer dizer, essa novela que é, na realidade, um depoimento, uma descrição de um momento atual que nós estamos vivendo, em que eu classifico como a diáspora brasileira, quer dizer, estamos perdendo os nossos jovens todos, que vão iludidos por essa idéia de que, indo para os Estados Unidos ou mesmo qualquer outro lugar, ele vai poder se realizar economicamente. É aquele negócio que uma vez o Chico Anísio disse de uma forma muito curiosa: lá é bom, mas é ruim; aqui é ruim, mas é bom, não é?

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Senador, eu até depois vou entrar com um requerimento, solicitando já, na primeira semana de agosto, a vinda também da cineasta Tizuka Yamazaki, porque ela está exatamente fazendo um filme sobre a migração dos brasileiros no Japão. Mas a razão que me traz à solicitação da fala é consultar, porque parece que entraremos de recesso no dia 30, dia 1º, então se ela, ao vir na semana que vem, se já não vamos entrar no período do recesso e aí queremos consultar de que forma isso juridicamente pode ser feito. E, uma segunda consulta, sem custo para a Comissão Parlamentar de viagem ou de passagem, se a CPMI me autorizaria a fazer umas visitas ao Consulado de Miami, para buscar alguns dados, algumas informações e na região, porque quero já aproveitar, às minhas próprias expensas, temos essas passagens que sobram milhagens, justamente fazer um apanhado.

A última estatística que tive aqui da Embaixada, aliás, do Itamaraty é que havia 70 mil brasileiros legais na Flórida, aí, empiricamente, como eles não têm estatística, não dá para saber quantos estão de forma ilegal, eles imaginaram que havia então outros 70 mil. Isso é um equívoco, sabemos que o número é bem maior. Só numa comunidade chamada Pompano Beach acho que tem mais de 200 mil brasileiros entre Fort Lauderdale e Pompano Beach e Fort Maia, onde está a grande migração dos catarinenses na região.

Então, se V. Ex^a me permitir, não haverá custo para a CPI, estaremos indo, aproveitando esse período de recesso e aí vem a minha consulta, se vai haver, como está havendo essa primeira audiência pública com a nossa cineasta, até que dia iríamos com essa Comissão. Essa é a razão da minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, tenho que fazer uma observação aqui. Se nós entrarmos em recesso no dia 1º de julho, automaticamente fica transferida a reunião, com a presença da Glória Perez, para primeira semana de agosto. Se nós não entrarmos na primeira semana em recesso, evidentemente que ainda haveria condições. Mas vamos ficar sabendo disso no máximo até amanhã ou depois de amanhã, não é?

Muito bem, Deputado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, queria, primeiramente, parabenizar o Presidente e o Relator desta Comissão, os demais membros Parlamentares, Deputados e Senadores, que se propõem a trabalhar com esse assunto nos próximos meses e, com certeza, temos uma grande responsabilidade e um grande serviço a ser prestado, principalmente aos familiares de brasileiros que estão no exterior. Sabemos que temos no Brasil milhões de famílias que sofrem, que vivem momentos de expectativa, muitas vezes de tristeza por saberem que seus entes queridos que, muitas vezes, estão em países a milhares de quilômetros da sua terra natal, estão passando por algum tipo de dificuldade, de pressão e isso causa um constrangimento muito grande. Sabemos que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, como já estávamos lendo aqui no roteiro apresentado pelo nobre Relator, Deputado João Magno. Sabemos que temos uma grande responsabilidade. E esse requerimento que está em pauta, apresentado, convidando a autora da novela, a escritora e os atores ali representados, para que possamos discutir e nos servir da experiência da pesquisa que foi feita, para que pudesse ser elaborado o roteiro da novela, com certeza vai enriquecer muito os trabalhos dessa Comissão.

Eu sou do Estado do Espírito Santo e juntamente com o leste de Minas nós temos algumas cidades do noroeste do Espírito Santo que enfrentam bastante problemas com relação à emigração: cidade de Mantenedópolis, Barra do São Francisco, Água Doce, Baixo Guandu. Sabemos que, de acordo com as pesquisas feitas por profissionais, pessoas que têm se dedicado a estudar o processo de emigração, 10% da população de brasileiros, principalmente nos Estados Unidos, é composta por capixabas.

Portanto, o povo do Espírito Santo tem uma grande preocupação em relação a esse assunto. Durante

o exercício do nosso mandato, desde o ano de 2003, nós temos nos preocupado com esse assunto, temos procurado debatê-lo com o Ministro das Relações Exteriores, com os embaixadores e levantado esse tema também no Brasil.

Por isso, solicitei ao meu Partido, o PL, que me indicasse para esta Comissão. Posteriormente, chegará uma carta aqui de substituição de um membro desta Comissão, que abriu mão de participar, para que eu pudesse aqui estar e colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. No momento estou falando como Vice-Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Não havendo mais quem queira discutir o requerimento para o comparecimento, a convite, da roteirista Glória Perez, eu passo ao próximo item, uma vez que vamos votar todos em conjunto, ao final.

Vamos votar agora o pré-roteiro de trabalho apresentado pelo Relator, Deputado João Magno, com as investigações sobre delitos provocados por agenciadores de emigrantes, resgate dos direitos de cidadania dos brasileiros residentes no exterior, modernização da legislação, audiências públicas, oitivas de testemunhas, depoimentos de estudiosos e autoridades, visitas aos países que apresentam os maiores problemas, e a metodologia que ele propõe, sobretudo, com o desenrolar de todas essas atividades da nossa Comissão.

Submeto à discussão o roteiro apresentado pelo Relator, Deputado João Magno.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL-RJ)

– Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL-RJ) –

Eu submeteria à nossa Comissão e ao nosso querido Relator, se não caberia no objetivo nº 4 a inclusão de um acordo de vistos de trabalho ou acordo e emigração com os Estados Unidos no sentido de rever o número de vistos concedidos anualmente. Eu acho que o tratamento que se dá aos brasileiros, tanto aos que vão pedir visto de turista como aos que vão pedir visto de trabalho, é um assunto que temos que tratar aqui. Precisamos trazer aqui os brasileiros com seus casos, aqueles que foram humilhados nas filas, que foram deixados ao relento sem nenhuma explicação, aqueles que apresentaram todos os documentos. Quantos casos batem ao nosso gabinete! Nós ficamos mandando e-mails, fazendo ligações e muitas vezes nem resposta obtemos. Nós precisamos ter isso no papel, escrito. Afinal de contas é o nosso maior parceiro econômico, parceiro cujas maiores companhias e bancos estão instalados aqui estão instalados aqui desde a época de Getúlio, de Jânio Quadros, de Juscelino. Por que

não temos o mesmo tratamento que a China? Há, nos Estados Unidos, a máfia chinesa. Por que não temos o mesmo tratamento que dão aos hispânicos? Há a máfia hispânica. Meu Deus, que pelo menos nos dê um tratamento de um país que foi inimigo na guerra. Nós fomos aliados. O Vietnã foi ... e tem quarenta mil vistos. Por quê? Nós temos seis mil vistos e filas imensas! É preciso discutir isso aqui.

Eu queria propor ao nobre Relator que incluíssemos dentro dos objetivos essa obtenção de acordo para emigração ou de vistos concedidos com os Estados Unidos, para que pudéssemos debater isso na nossa Comissão e chegar a uma situação melhor para os nossos irmãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Passo a palavra, inicialmente, ao Deputado João Magno, para as suas observações sobre a proposta do Senador Crivella.

O SR. RELATOR (João Magno. PT-MG) – Prezado Senador, acho isso importante. Nós até lembramos, inicialmente, que dentro desse processo de resgate da cidadania poderíamos fazer essa negociação bilateral com o Congresso americano, mas também com o Governo americano. Eu acho que a idéia de trazer aqui Senadores para que eles possam expor aqui essa situação, do ponto de vista dos Estados Unidos, é positiva. Uma negociação com objetivo definido com o Governo americano, com autoridades do Governo americano, e penso que podemos, em dado momento, depois que produzirmos um estudo mais adequado, uma investigação que possa ter linhas, diretrizes propositivas concretas para conversar com o Governo americano, que cabe. Nesse sentido, um quarto item, na linha que V. Exª está propondo, acho que é positivo colocar e reforço que temos de preparar uma estratégia de fazer uma conversa com autoridades do Governo americano visando conquistar isso para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Entendo que o pré-roteiro, proposto pelo Deputado Relator, João Magno, não é hermético, não é necessariamente apenas o que está proposto aqui. Nós podemos, no decorrer das nossas audiências e dos trabalhos da Comissão, somar outros assuntos, outras questões que vão certamente surgir e que vão precisar ser debatidas aqui. Eu, particularmente, hoje, gostaria também de sugerir a inclusão de um outro item, com o qual vamos nos deparar eventualmente, que é a questão não só dos brasileiros no exterior como dos estrangeiros no Brasil, porque temos de discutir a questão dos bolivianos, que são escravizados em São Paulo, submetidos quase que a trabalhos forçados. Não podemos deixar de ver o outro lado também. Quer dizer, da mesma forma que estamos reclamando do tratamento

que se dá a brasileiros no exterior, também temos de assumir a responsabilidade de tratar com dignidade os estrangeiros que vêm ao Brasil com o mesmo objetivo, de buscar aqui o seu Eldorado, de buscar aqui a realização dos seus sonhos, até porque, no início das nossas discussões aqui, o Deputado Takayama se referiu aos brasileiros no Paraguai e veja só o que está acontecendo. Ainda agora eu disse que me atrasei, porque estava numa reunião com o Ministro Palocci e, durante essa reunião, ele estava explicando uma situação extremamente delicada que está acontecendo nas relações econômicas Brasil-Paraguai, porque o Governo paraguaio, através do seu Congresso, está passando uma lei proibindo que os brasileiros, que residem no Paraguai e têm propriedades no Paraguai, passem para os seus herdeiros as suas propriedades, que deixem como herança para os seus herdeiros as propriedades que têm. É uma coisa tão absurda, tão inaceitável... É como dizer que um estrangeiro chega ao Brasil, compra uma fazenda, um apartamento ou uma casa e não pode passar para o seu filho, só pode passar para um brasileiro. Isso é uma coisa absurda! Vejam a que ponto chegam os detalhes, as nuances das relações entre países. Temos 400 mil brasileiros no Paraguai. Então, temos de fazer também essa discussão, colocar aqui nesse pré-roteiro as propostas das discussões que vamos fazer em torno de brasileiros em países vizinhos e, certamente, os vizinhos que vêm para o Brasil.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, para um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeito.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Objetivamente, V. Ex^a propõe um quinto item, um quinto objetivo. A redação dele... Vamos ter uma assessoria que vai dar uma forma redacional adequada, mas só para ficar mais claro, porque deve estar sendo gravado, qual é o objetivo?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ouvir sobretudo os estrangeiros que estão no Brasil e que estão sendo submetidos a tratamento desumano, mesmo os ilegais, mesmo aqueles que estão aqui de forma ilegal e que estão sendo submetidos a trabalhos forçados, a tratamento desumano. Tudo isso tem de ser levado em consideração. Deputado Tadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados. Minhas escusas pelo meu atraso, porque estamos acumulando duas CPIs, tanto a dos Correios como esta, coincidentemente. Mas tenho acompanhado, quero parabenizar principalmente o Senador Hélio Costa, o Senador Crivella, o Deputado João Magno pelo tra-

balho que vêm desenvolvendo, nessa luta, no acompanhamento do brasileiro, principalmente que tem ido e sofrido muito. Acredito que esta CPI vai trazer um alcance muito importante aos nossos patrícios.

Venho aqui, Sr. Presidente, vejo que nesse roteiro, o estabelecimento desse roteiro, gostaria de sugerir aqui, ao Presidente, a todos os componentes desta CPI, nesse primeiro item que está aqui, Governador Valadares, Criciúma e Goiânia, a cidade de Poços de Caldas. Poços de Caldas hoje deve estar aí para, mais ou menos, junto com Governador Valadares, não só Poços de Caldas, mas a região do entorno de Poços de Caldas, do Alto Rio Pardo que são doze municípios ali, o número de brasileiros daquela região ali, eu acho que o Senador Hélio Costa tem acompanhando, temos lá problemas seriíssimos, com denúncias que vamos apresentar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Há pouco tempo, numa audiência pública, veio aqui um jornalista que até entrevistou o Senador Hélio Costa recentemente, o Walter Avarenga e outras pessoas. Temos inclusive a Polícia Federal que já vem desenvolvendo um trabalho naquela região. Acho que terá muito material para nos fornecer aqui na CPI.

Gostaria de sugerir, se possível, a inclusão de Poços de Caldas nesse roteiro, nesse primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, entendo que o pré-roteiro do Deputado João Magno refere-se inicialmente a Governador Valadares, Criciúma e Goiânia, inicialmente, podemos acrescentar as outras cidades que forem necessárias.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Espírito Santo também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Por isso que eu digo, o Deputado João Magno falou “inicialmente”, exatamente para caber todas as outras localidades.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Poderia colocar na continuação do Deputado João Magno. Na continuação, não de primeira e segunda etapa, mas de um roteiro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, temos os focos. Os focos que consideramos nervosos, digamos, inicialmente, que por amostragem podemos fazer as primeiras para dar o arranque nos nossos trabalhos, Valadares já é um tanto conhecido, Criciúma, o Sul de Minas e na sequência temos outros também, Goiânia, Espírito Santo, Rondônia. Vamos ter de fazer algumas visitas, não dá para fazer todas no primeiro mês, mas vamos priorizar, porque o Sul de Minas, o Espírito Santo têm contingente muito grande de pessoas e também a cidade de Goiânia, do Estado de Goiás também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Temos vários requerimentos a votar. Vamos estabelecer um pequeno e breve comentário, evidentemente quando necessário para cada um deles, mas sempre observando o fato de que nós, possivelmente, dentro de 40 minutos, vão ser chamados para a Ordem do Dia e vamos ter de interromper a nossa reunião.

Então, perguntando inicialmente se ainda tem alguém que queira fazer comentário do pré-roteiro apresentado pelo Relator.

Não havendo, vamos ao próximo requerimento, que é de autoria do Deputado Aldir Cabral, solicitando que seja convidado o Dr. Paulo Roberto Ornellas de Linhares, Coordenador-Geral de Polícia de Imigração, de política de imigração da Polícia Federal, para fornecer informações a esta CPI.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, parabenizando V. Ex^a pelo belo trabalho realizado juntamente o Bispo Crivella, meu amigo, meu irmão, Deputado João Magno vem fazendo já de longa data. Fiquei muito feliz quando o Rodrigo Maia me indicou para esta CPMI. Na reunião de aberta, em que estivemos juntos, eu comentei com V. Ex^a que iria apresentar alguns requerimentos. Esse é de grande importância, visto que o Dr. Ornelas comanda, justamente, o serviço de polícia marítima aérea e de fronteiras no Brasil. E me deu satisfação, porque ele é meu colega de turma, muito me apraz. Fiz questão de ligar para ele, conversamos, e ele disse que estava pronto para se apresentar à CPMI. Inclusive, ele sugeriu que pudesse trazer o delegado sediado em Minas Gerais, que justamente trata das questões. Eu disse que ele poderia ficar à vontade. Ele até se interessou pela data, mas disse que será oportuna e ele será avisado.

Nós poderemos ouvi-lo com muita tranquilidade, para que possamos, inclusive, Sr. Presidente, manter um trabalho em conjunto, porque, em conversa com a pessoa do Dr. Ornelas, ele me disse do trabalho dele, disse-me do trabalho do Ministério da Justiça, que estão elaborando um pré-projeto para mudança da Lei de Estrangeiros, e um trabalho que está sendo feito no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. É um grupo consorciado pelos diversos segmentos do Governo Federal, visando elaborar um trabalho que possa dar respaldo às comunidades brasileiras no exterior.

Liguei para o embaixador e sou sincero que ele não foi assim um tanto maleável com relação à CPMI. Ele disse: não, o meu trabalho aqui é diferente. O trabalho de vocês é mais investigativo. Eu disse: tudo

bem, embaixador, não vamos discutir. Vamos deixar. No tempo oportuno, podemos convidá-lo, vamos dizer assim, para que ele possa fazer uma explanação a respeito desse trabalho, que creio que...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Convoqué-lo, se for o caso também.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Se for o caso.

Mas como a CPMI aqui é composta de pessoas inteligentes, educadas, finas e o embaixador também, acredito que a CPMI convocando-o, ele virá, de bel-prazer, apresentar aqui o trabalho que vem fazendo.

Procurei explicar a ele, Deputado João Magno, do trabalho da CPMI. Não seria só o que está escrito ali. Foi oportuno escrever para que...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Ex^a me permite uma pergunta?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Pois não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – O nome do embaixador?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Não tenho aqui no momento, perdoe-me, deixei na minha gaveta, por cuidado. Deveria ter trazido, mas lhe apresentarei.

Muito importante, isso me foi passado pelo meu colega, ao pé de ouvido, de que haveria esse trabalho. É um trabalho importantíssimo, porque é um trabalho no âmbito de palácio de Governo, tanto que o embaixador não quis estender sobre o trabalho que vem fazendo. Então, acredito que vamos ter oportunidade de ouvi-lo. Como V. Ex^a disse, vamos convidá-lo, mas se não vier, vamos convocá-lo. Brasileiro, então é fácil, não é? Mas acredito que será de grande respaldo para esta comissão.

E procurei explicar a ele que, justamente, o interesse desta Comissão não seria apenas investigar aqueles que estão levando-os – cooptando os nossos brasileiros para ganharem dinheiro nas costas deles – para o exterior. Não é só isso não. É a lei, o contato com os outros países, enfim, podemos fazer um trabalho aprofundado, mas com a colaboração dele, naturalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– O segundo requerimento também do Deputado Aldir Cabral, solicita que seja convidado o Dr. Luís Paulo Teles Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, para prestar informações a esta CPI.

Requerimento do Sr. Deputado Leonardo Monteiro, que solicita a realização de audiência pública na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, para discutir os efeitos e reflexos da emigração na região.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, nosso requerimento já vem ao encontro da proposta do Relator. Na verdade, Valadares é a cidade mais importante nesse contexto.

Estamos, inclusive, listando algumas autoridades, que achamos importantes, que poderão, sem dúvida, contribuir com a nossa Comissão, e espero contar com o apoio de todos os Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Requerimento do Deputado Relator, João Magno, solicitando a convocação do Sr. Roberto Carminati, diretor do filme “A Fronteira”, podendo ser contatado pelo e-mail rcarminati@uol.com, para prestar esclarecimentos e informações necessárias aos trabalhos desta Comissão.

O Deputado João Magno quer fazer algum esclarecimento sobre esse requerimento em particular?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É. Inclusive parte do material utilizado para o estudo de Glória Perez é uma longa pesquisa e conversa com esse cineasta. Pode ser considerado um novo talento brasileiro lá naquela comunidade, depois de quinze anos que eles vivem lá, produziram um filme com muito estudo, com uma grande capacidade. E pelo fato de viverem intensamente o problema migratório, sob todos os aspectos, naquele País, penso que é indispensável a presença dele, Sr. Presidente, aqui para acrescentar para todos nós, Senadores e Deputados, mais referências, mais conhecimento para que possamos desenvolver melhor o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – E sobretudo porque o filme mostra o drama e o sofrimento daqueles que estão nos Estados Unidos, que estão passando por provações sérias durante a sua permanência lá nos Estados Unidos. E certamente a aventura da ultrapassagem, da entrada, através da fronteira com o México, esse momento de muita tensão e perigo, e que muitas vezes custa a vida dos brasileiros que tentam chegar dessa forma aos Estados Unidos.

O próximo requerimento é de autoria do Senador Hélio Costa.

Nos termos regimentais, solicito a indicação de consultores legislativos da Câmara dos Deputados para assessorar os trabalhos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada com a finalidade de investigar delitos e outros crimes cometidos por agenciadores de emigrantes brasileiros para os Estados Unidos e outros países, bem como assegurar os direitos de cidadania dos brasileiros residentes no exterior, cujo Relator é o Exmº Sr. Deputado João Magno.

Da mesma forma, requerimento agora apresentado pelo ilustre Senador Marcelo Crivella, requerendo, nos termos regimentais, seja convidado para prestar esclarecimentos e informações perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Exmº Sr. Senador Edward W. Kennedy, do Partido Democrata, representante do Estado de Massachusetts, do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte, sobre a questão da entrada ilegal de brasileiros no País e particularmente sobre as possibilidades de aprovação de projeto de lei em curso naquele Parlamento que pretende regularizar a situação desses emigrantes como trabalhadores convidados e, assim, poderem receber eventualmente um visto de trabalho válido por três anos.

V. Exª quer usar da palavra, Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco-PL-RJ) – Sr. Presidente, já tinha citado aqui que o Senador Kennedy e o Senador John McCain, do Arizona, um democrata e um republicano, para não ficar mal aqui para as relações Brasil e Estados Unidos, que a gente convidou apenas um democrata e não um republicano, são os dois cosponcer do projeto, chamado **Guest Workers**, que acho que será um alívio para os brasileiros que vivem lá e para os futuros, que queiram migrar para trabalhar nos Estados Unidos. Se pudermos ouvi-los, se eles vierem, atenderem ao nosso convite, tenho certeza que o Congresso se sentirá honrado e daremos uma contribuição extraordinária para que esse projeto seja aprovado nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Vamos ao próximo requerimento, também do Senador Marcelo Crivella.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado para prestar esclarecimentos e informações perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Exmº Sr. Senador John McCain, do Partido Republicano, representante do Estado do Arizona no Congresso dos Estados Unidos da América, sobre a questão da entrada ilegal de brasileiros no País e particularmente sobre as possibilidades de aprovação do projeto de lei em curso naquele Parlamento que pretende regularizar a situação desses emigrantes como trabalhadores convidados e assim poderem receber eventualmente um visto de trabalho válido por três anos.

Requerimento, também do Senador Marcelo Crivella: Nos termos regimentais, seja convidado a prestar esclarecimentos e informações, em cooperação com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Sr. Simon Henshaw, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, quanto ao sistema em vigor para a concessão de visto de turismo e de trabalho para brasileiros desejosos de ingressar naquele país,

inclusive quanto ao tratamento e orientação dados os Consulados existentes no Brasil.

V. Ex^a quer usar a palavra agora ou sobre todos juntos?

O próximo requerimento também do Senador Marcelo Crivella, requer, nos termos regimentais, seja convida a prestar esclarecimentos e informações a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Exm^o Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty, sobre as medidas tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores quanto a contenção do número de emigrantes brasileiros que estão entrando ou tentando entrar ilegalmente nos Estados Unidos da América do Norte, via fronteiras terrestres, bem como se há estudos quanto a viabilidade de revisão do acordo de vistos com o México.

Requerimento também do Senador Marcelo Crivella, nos termos regimentais, ele pede que seja convidado para prestar esclarecimentos e informações a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o cidadão norte-americano James Salazar, Agente da Patrulha de Fronteira e Chefe da Unidade da Inteligência do Estado do Texas, Estados Unidos da América do Norte, particularmente sobre as medidas de segurança na fronteira do país como México naquele Estado no que diz respeito as tentativas de entrada ilegais de brasileiros, missões de patrulhamento aéreo, terrestre e fluvial, dados estatísticos, casos fatais, média de detenções diárias e anual, ocorrência de tráfico de drogas, seqüestro, além da disposição das autoridades ligadas ao problema quanto a possibilidade de celebração de convênio ou acordo com a Polícia Federal Brasileira e sua congênere norte-americana para atuarem em conjunto.

Requerimento também do Senador Marcelo Crivella, nos termos regimentais, ele pede que seja convidado para prestar esclarecimentos e informações a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o cidadão norte-americano John Omally, Oficial de ligação entre o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos da América do Norte e os Centros de Detenção para Imigrantes Ilegais, especialmente quanto as condições dos estabelecimentos prisionais, tratamento dado aos brasileiros detidos, tratamento médico, assistência jurídica, alimentação e demais aspectos circunstanciais, inclusive a propósito da adoção de uma proposta daquele Departamento denominada originalmente de *speed remove*, ou seja, remoção imediata. E eu queria até fazer uma observação, o Sr. John Omally foi o funcionário do Departamento de Estado que acompanhou a Missão Parlamentar que eu, o Senador Crivella e o Deputado João Magno fizemos aos Estados Unidos em janeiro do ano passado e

que nos ajudou a preparar o caminho para o retorno, através de dois vôos *charters* de quase mil brasileiros que estavam naquele momento presos nas diversas instituições americanas. É um funcionário americano que conhece com profundidade o problema da imigração ilegal e sabe tudo a respeito do tratamento que é dado aos brasileiros que estão presos neste momento nos Estados Unidos.

Também do Senador Marcelo Crivella – nós temos requerimento aqui para o ano inteiro, hem!, Senador Crivella -: “Requeiro nos termos regimentais seja convidado a prestar esclarecimentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça, sobre as medidas adotadas para fiscalização nos aeroportos internacionais do Brasil quanto à contenção da emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América do Norte, através das fronteiras com o México. Bem assim, se há estudos de um eventual acordo ou convênio para o trabalho conjunto com a polícia congênere e ou com o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos.

Da mesma forma, requerimento do Senador Marcelo Crivella. Requeiro nos termos regimentais seja convidado o Exm^o Sr. John Danilovich, Embaixador no Brasil dos Estados Unidos da América do Norte, para prestar esclarecimentos e colaboração a esta Comissão Parlamentar Mista quanto às medidas que aquele país amigo tem tomado para conter a imigração ilegal.

Em discussão.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Quero falar, Sr. Presidente.

Eu cumprimento, pela ordem da leitura, concluiu a leitura dos requerimentos, o Bispo Crivella, por ter elencado valores que podem, com certeza, enriquecer esse trabalho, para que façamos uma investigação adequada, que não seja uma CPI apenas no sentido de investigar delitos, mas que ela tenha um caráter também propositivo, de produzir uma ciência, de como o Brasil deve lidar daqui para a frente com esse tema migratório.

Estamos aprendendo a ser país de emigrantes. Nós não éramos e não temos. Tanto é que os consulados, a falta de estrutura que existe lá, o despreparo é uma situação flagrante.

Os demais colegas, Deputados, Senador Hélio Costa, que apresentaram também seus requerimentos, creio que todos devem ser aprovados, na minha maneira de ver, e vamos definir um roteiro para essas convocações, classificando, até mesmo priorizando, o que é melhor para uma estratégia que possa permitir a elaboração de um relatório final, que esteja pronto

para poder atender aos anseios maiores desta nossa CPMI.

Muito obrigado.

Tem mais uma aqui ainda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Mais um requerimento.

Nos termos regimentais, solicito a convocação dos Srs. Jorge Costa e Sr^a Cláudia Tamski e o Sr. Professor César Rossato, representante da Comunidade Brasileiros Residentes nos Estados Unidos.

Então, são esses os requerimentos apresentados. Vamos votar todos em conjunto. E eu pergunto aos Srs. Senadores e Deputados se estão de acordo com os requerimentos apresentados e, se estão de acordo, permaneçam sentados para aprová-lo. (Pausa.)

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (HÉLIO COSTA. PMDB – MG) – Perfeitamente, Deputado.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Eu observei atentamente, principalmente a dissertação do Bispo Crivella acerca dos assuntos tratados por esta CPI, e a sugestão é que esta Comissão possa encaminhar, principalmente para os Deputados que não acorreram a esta reunião, as notas taquigráficas, para que tenham ciência e consciência da gravidade daquilo que estamos tratando.

É certo que Deputado e Senador é um ente político e, como ser político, tende aos holofotes. Esta CPMI talvez não dê os holofotes, com outras, no Congresso Nacional, estão dando.

Acredito que o encaminhamento das notas taquigráficas para esses Deputados irá clarear suas idéias com relação à necessidade de sua presença neste auditório, bem com sua participação, que será de grande valia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pergunto se alguns dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados ainda desejam fazer uso da palavra. (Pausa.)

Nesse caso, vamos à votação de todos os requerimentos por meio de suas emendas também.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam as emendas apresentadas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A Mesa, evidentemente, acolhe a sugestão do Deputado Aldir Cabral. Vamos proceder de acordo com o sugerido por V. Ex^a.

Estaremos, portanto, aguardando a decisão da Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados, não entrando em recesso o Congresso Nacional, especial-

mente no que diz respeito à próxima semana. Continuando, pelo menos, até quarta-feira ou quinta-feira, teremos condições de fazer mais uma reunião desta Comissão. Se der tempo, tentaremos trazer a Glória Perez na semana que vem. Não havendo tempo, já fica, automaticamente, marcada a reunião para a primeira semana de agosto.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 03 minutos.)

Ata da 3ª Reunião, realizada em quatorze de julho de 2005

Aos quatorze dias de julho de dois mil e cinco, às dez horas, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador Ney Suassuna e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Siba Machado, Wellington Salgado e Sérgio Zambiasi, bem como dos Senhores Deputados João Magno, Mauro Lopes, Jackson Barreto, Geraldo Thadeu, Neucimar Fraga, Dr. Heleno e Valter Pinheiro (não-membro), justificam suas ausências os seguintes parlamentares: Senadora Lúcia Vânia, Deputado Takayama e Deputado Ivo José, este em licença médica, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, eventual, Senador Ney Suassuna, declara abertos os trabalhos e convoca seus membros para a votação. Como escrutinadores são escolhidos os deputados Neucimar Fraga e Dr. Heleno. A presidência declara o resultado: são eleitos, por unanimidade, o Senador Marcelo Crivella, para Presidente; e o Senador Valdir Raupp, para Vice-Presidente, com treze votos favoráveis e nenhum em contrário. O Senador Ney Suassuna passa a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que assume a presidência, agradecendo a confiança depositada em sua candidatura. Dando continuidade, a Presidência concede a palavra aos seguintes parlamentares: Deputado Neucimar Fraga, Deputado Mauro Lopes, Deputado Valter Pinheiro, Senador Wellington Salgado e Deputado Dr. Heleno, que manifestam apoio ao novo presidente eleito. A seguir,

a Mesa registra a chegada do Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, que solicita a palavra para consignar sua grande expectativa nos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e para manifestar sua alegria pela eleição do Senador Marcelo Crivella, como presidente, e Senador Valdir Raupp, como vice-presidente da Comissão. Por solicitação do Deputado Neucimar Fraga, o Ministro vai verificar possibilidade de se criar um número 0800 destinado a ajudar brasileiro no exterior. A Presidência informa que, antes da próxima reunião, vai elaborar os procedimentos de condução, que nortearão os trabalhos, bem como sistematizará os requerimentos aprovados e ainda elaborará um cronograma de trabalho para o segundo semestre de 2005. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, convocando os membros para a próxima reunião, a realizar-se na primeira semana de agosto de dois mil e cinco. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente, com as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 02, de 2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Esta nova eleição se dá pela vacância do cargo de Presidente em razão de o nobre companheiro Senador Hélio Costa ter assumido a Pasta de Comunicações do Governo.

Para tanto, solicito à secretaria distribuir as células, o que já foi feito. Quero informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Presidência desta CPI caberia ao PMDB, mas fizemos, com toda a prudência que o PMDB tem tido, um levantamento e chegamos à conclusão de que o mais credenciado para presidir, por estar mais envolvido, acompanhando com mais ênfase toda essa problemática, seria o nobre Senador Marcelo Crivella, embora não seja do nosso Partido. Abrimos mão do espaço, mostrando como nós, peemedebistas, somos democratas, e elegemos o melhor como o nosso candidato.

Queria convidar o Deputado Neucimar Fraga para, junto com o nobre Deputado Dr. Heleno, meu conterrâneo, fazerem a apuração dos votos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Antes, porém, gostaria de dizer algumas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Pois não, meu companheiro.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – De fato, vai haver uma eleição. A indicação do nome já foi uma eleição feita por todos nós porque indicamos, entre nós, o nome do Senador Marcelo Crivella, primeiro pela sua forma e seu formato de sentimento com o próximo, isso que é importante. Por isso, estou aqui, com todo o prazer, tomando parte desta Comissão, dizendo que, de fato, abraçamos a causa e não o causo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito bem, nobre Deputado, paraibano, pelo Rio de Janeiro, pela baixada fluminense...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Caxias.

Nobre Senador Marcelo Crivella, há paraibanos por todos os cantos. Há Deputados em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Já fizemos um Prefeito em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro atualmente. Em Rondônia, temos uma grande quantidade e em todo o Norte...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – O Prefeito de Nova Iguaçu é paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Também. Os paraibanos são muito politizados e têm distribuído essa politização por onde andam. Orgulho-me muito do meu Estado.

O SR. (Orador não identificado) – Já começou a votar?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Já. V. Ex^a pode ainda exercer o direito de voto, por favor.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, dizem que a maior virtude dos paraibanos é ser nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Somos um Estado muito sofrido, 70% do meu Estado está no semi-árido. Não é tão grande como o semi-árido da Bahia, de V. Ex^a, mas é um Estado que tem sobrevivido nas secas, com muita dificuldade. Isso já ficou tão...

Por favor, nobre Senador, exerça o seu direito de voto.

Todas as Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores já votaram? (Pausa.)

Então vamos iniciar o escrutínio.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) ... de fato ser paraibano é um gosto espetacular, ímpar, não é verdade? Além de ter

a cabeça grande, que é um ponto espetacular, podem notar o tamanho tanto do Senador Ney Suassuna como do Dr. Heleno, temos uma coisa que é o sentimento de família. Os retirantes da Paraíba e do Nordeste, de uma forma geral, não saíram do Nordeste para ir para o Sul, para ver a casa caiada, não. Eles saíram para sobreviver naquela época horrível. E hoje, graças a Deus, já se desenvolveu muito. Lá em Duque de Caxias, que é a minha cidade, no Rio de Janeiro, temos 70% de nordestinos, ou seja, um milhão de habitantes. E hoje é uma cidade referência no Estado do Rio de Janeiro porque os nordestinos brigam, mas brigam mesmo. Não é preciso ir aos Estados Unidos, não. Eles brigam mesmo no seu País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Heleno. Por gentileza, vamos então à contagem, o senhor e o Deputado Neucimar Fraga. Os dois, por gentileza, digam como foi a votação, para que possamos anunciar e empossar o nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A lista de votos indica treze votos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – São treze votos positivos. Portanto, está aclamado como Presidente o nobre Senador Marcelo Crivella, a quem eu peço que tome assento na mesa para comandar esta CPMI, daqui para adiante.

Parabéns ao nobre Senador e ao também Senador Valdir Raupp. Dessa forma, passamos à nova direção da CPI da Emigração.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Início agradecendo ao Líder do PMDB, sem o qual não poderia eu nem sequer ter disputado a Presidência desta Comissão. Agradeço penhoradamente, em nome do meu Partido, a V. Ex^a por esse gesto de grandeza e generosidade.

Agradeço a todos os companheiros, meu Neucimar Fraga, ao Valter Pinheiro, ao Dr. Heleno, ao nobre Deputado Mauro Lopes e também ao nosso Senador Salgado, pelo Estado de Minas Gerais; e informo ao Plenário que esta Presidência, no mês de julho, elaborará os procedimentos de condução que nortearão os trabalhos da nossa Comissão, bem como vamos sistematizar os requerimentos já aprovados e ainda elaborar o nosso cronograma da Comissão. Aviso também a nossa Comissão que o Relator é o Deputado João Magno, do Leste de Minas, cidade de Ipatinga, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Senador Marcelo Crivella, primeiramente parabenizamos V. Ex^a pela Presidência desta Comissão. Nós sabemos que, mais do que justo, tendo em vista que V. Ex^a, o Senador Hélio Costa, Deputado João Magno e Ivo José, e outros Parlamentares inclusive eu iniciamos também este trabalho na Câmara em 2003. Já estamos acompanhando este assunto há muito tempo. Com certeza, esta Comissão tem uma grande responsabilidade. Nós sabemos da participação dos emigrantes brasileiros no exterior, a contribuição que eles têm dado para o desenvolvimento de algumas cidades no Brasil.

Eu sou baiano, mas fui eleito pelo Espírito Santo Deputado Federal, e posso dizer que, segundo dado estatístico, 10% da população de emigrantes, principalmente nos Estados Unidos, é composta por capixabas. São cidadãos que deixaram a sua cidade de origem, a sua terra natal, em busca da realização de seus sonhos. Nós temos no Noroeste do Estado do Espírito Santo uma cidade cujo nome é Mantenópolis, que fica na divisa com Mantena, próximo de Valadares. É uma cidade de pouco mais de 15 mil habitantes, e cinco mil moradores, munícipes, hoje estão nos Estados Unidos e contribuem grandemente para a economia local.

Portanto, nós queremos deixar aqui bem clara a satisfação em tê-lo como nosso Presidente. Nós sabemos que a condução dos trabalhos desta Comissão está em boas mãos. Temos certeza também do empenho do Relator, dos demais membros desta Comissão. E aqui as Bancadas mineira, capixaba e de Rondônia também, do nosso Vice-Presidente Valdir, são os três Estados, juntamente com Goiás, que têm a maior representatividade no exterior.

Quero também deixar aqui registrado que há quinze dias nós tivemos a morte de um capixaba na travessia no Arizona, um cidadão da cidade de Pancas, do norte do Estado do Espírito Santo. E semana passada nós tivemos uma outra capixaba morta agora em Portugal, foi assassinada. Portanto, o Espírito Santo tem total interesse em acompanhar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que não tem como missão apenas evitar a emigração ilegal, mas nós temos também como uma grande missão assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. Então, nós temos várias missões dentro deste grupo de trabalho e com certeza vamos desempenhar com compromisso, responsabilidade, seriedade e com sensibilidade ao sofrimento dos nossos irmãos que hoje moram no exterior.

Parabéns ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Com a palavra o nobre Deputado Mauro Lopes, de Minas Gerais.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, parabenizá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Muito obrigado.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – ... por estar presidindo esta Comissão, dando continuidade ao trabalho brilhante do nosso Senador hoje Ministro Hélio Costa, um homem voltado para garantir aos cidadãos brasileiros dignidade para viver no exterior porque ele lá viveu muitos anos. Ele viveu lá e sabe como é, às vezes, o tratamento, principalmente nos Estados Unidos; a maneira como tratam os latinos, os nossos irmãos brasileiros. Eu até tenho familiares morando lá também, eu, que sou do leste de Minas Gerais.

Como disse o Neucimar, eles vão para lá, vão lutar, trabalhar. São brasileiros inteligentes e dignos, lutando e trazendo recursos para suas famílias aqui, melhorando a condição de vida dos seus familiares que aqui ficam e trazendo também desenvolvimento para as cidades do leste de Minas. Alguma cidade que era pequena, cresceu com o fruto do trabalho desses brasileiros. E às vezes recebem tratamento indigno. Não respeitam o cidadão, o ser humano que lá está.

Até eu queria aproveitar a oportunidade, se for o caso, depois com o andamento dos trabalhos aqui, de nós também, por intermédio de V. Ex^a, inserir neste trabalho nosso a Embaixada brasileira nos Estados Unidos, porque às vezes eles não estão bem inteirados da situação lá. Talvez fosse o caso, até, de uma comissão de Deputados capitaneados por V. Ex^a, depois de bem adiantados os nossos trabalhos aqui, ir até os Estados Unidos, até a Embaixada Brasileira nos Estados Unidos para fazer um trabalho junto com as autoridades dos Estados Unidos na área de emigração. Essa coisa toda. Eu acho que nós temos que levar um resultado deste nosso trabalho para a Embaixada Brasileira que lá está, que às vezes não está tão inteirada. Nós, às vezes, sabemos mais das notícias de sofrimento, aqui no Brasil, que as autoridades que lá estão. Então, fica aqui a minha sugestão. E eu tenho certeza que, com a sua capacidade de trabalho e com o nosso esforço, a nossa ajuda, nós vamos ter um resultado satisfatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Muito obrigado, Deputado Mauro Lopes, pelas palavras, pelos votos.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro, do PT da Bahia. Em seguida, o Senador Salgado, que pediu a palavra, e o Dr. Heleno.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Senador Marcelo Crivella, quero parabenizá-lo pelo exercício da presidência desta Comissão, de forma justa, o que mostra como o PMDB agiu de forma muito correta reconhecendo quem efetivamente poderia substituir o Senador Hélio Costa, que vinha fazendo um brilhante trabalho. E essa substituição é exatamente por alguém que já estava acompanhando os trabalhos da Comissão com dedicação, agregando a sua experiência de vida no exterior à questão mais importante: a defesa dos direitos humanos. Esse é um ponto fundamental.

Portanto, parabenizo V. Ex^a pela vitória do povo brasileiro que vive no exterior, na medida em que o Congresso Nacional também reconhece a necessidade da instalação de uma Comissão com essa exclusividade.

Em 1997, a Câmara, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, desenvolveu as primeiras iniciativas para tratar dessa questão dos brasileiros que vivem no exterior. É o caso do Japão, dos brasiguaios, uma polêmica que se arrasta até hoje, e, particularmente, dos brasileiros que vivem nos Estados Unidos, e mesmo daquela polêmica européia ocorrida a partir das manifestações na Bélgica.

Tive oportunidade, Senador Marcelo Crivella, duas vezes representando a Comissão de Direitos Humanos, de ir até a cidade de Miami, em razão dessa discussão envolvendo os brasileiros que lá se encontram. Quando foi sugerida aqui a procura da Embaixada, fizemos uma reunião, naquela época, no Consulado brasileiro, localizado na cidade de Miami, e uma grande conquista, desde aquela época, foi a inclusão de brasileiros no Conselho de Representantes. Recordo-me de que o cônsul dizia que lá havia um conselho de representantes. Estava lá o diretor da Varig, os diretores de grandes bancos, do Banco do Brasil, enfim... Ele disse que devemos botar no Conselho de brasileiros, no nosso Consulado, também gente que vive em dificuldades, as pessoas que estão lá.

Naquela época, foi possível inserir, inclusive, a Associação de Igrejas Evangélicas na América. No primeiro momento, se não me falha a memória, a representação foi com o Pastor Silair de Almeida, que pertence a Aiban, Associação Brasileira das Igrejas Batistas na América do Norte. Depois disso, conquistamos também, numa negociação com a embaixada brasileira, a instalação dos consulados itinerantes. Fazíamos o seguinte questionamento: imaginem se o brasileiro, que já vive em dificuldades, precisar de auxílio, sendo que o consulado ou a sede da embaixada

fica a não sei quantos quilômetros do ponto em que ele se encontra. Não havia como ele pudesse resolver um problema na Embaixada. Os consulados são distantes. Ele teria que largar um dia de trabalho. E lá funciona desse jeito: largou um dia de trabalho, no outro dia, tem que procurar outro canto. Já é uma relação conflituosa. E a Embaixada brasileira, particularmente o Consulado, admitiu a instalação, e hoje temos os consulados itinerantes. Num primeiro momento, também as igrejas foram utilizadas. O Consulado se deslocava, uma vez por semana, instalava-se na sede de igrejas ali situadas, em Fort Lauderdale, em Deerfield Beach, em Palm Beach, enfim, ia se espalhando, a cada dia, numa região daquela, para permitir que os brasileiros, que são muitos ali, pudessem regularizar a sua situação ou procurar a Embaixada para resolver problemas.

É claro que não temos a visão de uma investida dessa no sentido, inclusive, de buscar regularizar a documentação dos brasileiros lá. Gostaríamos muito de poder trazê-los... Não é essa a intenção também, mas seria importante...

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Walter, permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Pois não.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Isso ocorreu na Itália recentemente. No fim do ano de 2004, tínhamos a Embaixada na Itália, em Roma, e havia a necessidade, em razão de problemas de relações comerciais com a Itália, em Turin – problemas da Fiat, aquela dificuldade toda. Então, foi instalado um Consulado em Turin. Esse é o caso, por exemplo, nos Estados Unidos, e em várias regiões onde houver concentrada maioria de brasileiros, poderia haver os consulados legalizados. E isso seria um trabalho nosso.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – É importante, além do Consulado fixo, haver os itinerantes, porque, mesmo numa região como aquela, às vezes, tem... Boston, por exemplo, que tem muita concentração de brasileiros.

Para encerrar, Sr. Presidente, penso que é importante salientar essas questões. Vivi uma experiência, nesse período, que me deixou bastante animado, por ver como as pessoas ajudam. O Pastor Silair, num determinado momento, marcou uma vinda dele à cidade de Valadares. Ele juntou os brasileiros que vivem em Miami num grande salão, não sei se no templo da Primeira Igreja Batista Brasileira do Sul da Flórida, filmou esses brasileiros lá, nos Estados Unidos; cada um fez uma declaração para um familiar seu. Havia gente que não tinha contato com o familiar há dez anos, a não ser por telefone. Ele veio para o Brasil, trouxe essa fita, chegou à cidade de Valadares, botou na rá-

dio, avisou, alugou um cinema, chamou os parentes todos, colocou-os nesta sala, apresentou esse vídeo, todo mundo mandando mensagem... Ele disse que foi um chororó que não tinha mais tamanho. E fez a mesma coisa do lado de cá: gravou a mensagem dos parentes e levou de volta para apresentar aos brasileiros que vivem lá nessa região. Foi uma experiência fantástica, de tentar, pelo menos, botar para dialogar com imagens os brasileiros e ele disse que foi uma emoção muito grande.

Então, eles têm feito esse trabalho, vários pastores da Igreja Universal, Batista, Assembléia de Deus, Presbiteriana, enfim, várias frentes que hoje, inclusive, montaram uma espécie de central de atendimento a brasileiros nessa região. Aí dão assistência, acompanham, ajudam, não apenas assistência espiritual – o que importante e fundamental numa hora dessa – como também, às vezes, assistência material.

Portanto, fica essa sugestão, que acho que é muito boa. O Embaixador nos Estados Unidos é uma pessoa extremamente sensível, aberta, e seria importante que a Comissão pudesse conversar com o Embaixador não apenas para uma participação no Conselho, mas também para espalhar em diversas regiões dos Estados Unidos essa experiência do Consulado itinerante para atendimento de brasileiros e brasileiras que vivem nos Estados Unidos ou no exterior de um modo geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nós é que agradecemos e esta Comissão vai tomar providências na direção que V. Ex^a apontou.

Com a palavra o ilustre Senador, meu conterrâneo, mas Senador pelo Estado de Minas Gerais, Senador Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quero parabenizá-lo, Senador Crivella, pela Presidência desta Comissão. Quem conhece a sua história sabe que V. Ex^a sempre esteve preocupado com os seres humanos, as pessoas, conhecendo todo o seu trabalho desenvolvido no Nordeste, sabe que realmente que V. Ex^a está no lugar certo.

Quanto à questão da Comissão, eu acho que seria muito interessante, caro Presidente, se nós nos concentrássemos e procurássemos saber se acontece uma espécie de enganação com esses brasileiros que são, de repente, levados para o exterior. Aparecem pessoas que vão conduzir e acabam negociando, pelo que ouvi falar, a passagem de alguns, enquanto outros são presos realmente; parece que os locais onde ficariam presos são privatizados e, com isso, recebe do governo americano uma diária por isso. E, muitas vezes, em 30 dias, o valor é maior do que o que adiantaram essas pessoas para irem aos Estados Unidos.

Então, é importante para esta Comissão ver quem são essas pessoas que iludem os brasileiros dizendo que vão chegar ao destino e sabem que, no meio, apenas uma parte vai chegar, a outra não. Seria uma espécie de boi de piranha. Isso é o que acontece realmente, pelas informações que tenho até agora. Os bois de piranha são aqueles que receberam adiantamento, dizendo que, ao chegarem aos Estados Unidos, pagaram por essa despesa, mas, na verdade, está tudo acertado. Essa é a grande motivação para nós sabermos se essas pessoas estão sendo iludidas ou não, estão sendo enganadas ou não e quem são esses brasileiros – se forem brasileiros, a responsabilidade é nossa – que estão sendo iludidos ou estão iludindo.

Tenho certeza que, com V. Exª conduzindo os trabalhos, nós vamos descobrir, de preferência até colocando alguém disfarçado para tentar descobrir esse caminho. O Deputado Mauro Lopes não, porque, de cabelo branco, ele já é muito conhecido e seria logo identificado.

É um prazer tê-lo como Presidente, e esse trabalho me dará um grande prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Salgado, a sua preocupação é a nossa preocupação: brasileiros sendo explorados por coiotes, levados aos Estados Unidos, muitas vezes para passar 60 dias na cadeia.

Concedo a palavra ao Deputado de Caxias, Rio de Janeiro, nosso irmão, Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Caro Presidente, a declaração do Senador Wellington Salgado me deixa até entusiasmado porque nós aqui estamos começando a descobrir o direito de Justiça para com aquelas pessoas que são enganadas. Eu nunca dei muita atenção a isso. Contudo, fico entusiasmado para procurar formas de amenizar o sofrimento que decorre dessa enganação com a promessa de venda de felicidade. E declaro que estarei nesta Comissão atendendo pontualmente com a minha presença e com colaboração se for possível.

Satisfeito com a presença dos colegas e digo que podem contar comigo.

Meu Presidente, vamos lutar juntos!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado.

Para encerrar nossa reunião, quero lembrar um fato ocorrido agora no princípio deste mês: eu estava visitando as prisões de San Antonio, no Texas, e, quando entrei em uma delas, uma senhora de seus cinquenta e poucos anos me agarrou e disse “Bispo, o senhor não vai embora enquanto o senhor não me tirar daqui. Estou desesperada, choro todos os dias”. Tratava-se de uma senhora do interior de Goiás. Eu disse a

ela: “Mas o que a senhora veio fazer aqui, pelo amor de Deus?” E ela me respondeu o seguinte, Deputado Neucimar Fraga: “Senador, eu tenho um filho epilético, de 33 anos, que sofre 14 ataques só à noite, afora os de dia. Eu gasto, só com esse menino, para conter os ataques dele, para tratar da doença dele, R\$1.400,00 por mês, pedindo para um e para outro. Só que está cada vez mais difícil. Disseram-me que uma empregada doméstica ganha R\$5.000,00 nos Estados Unidos. Eu vim ser empregada doméstica aqui. Eu não sabia que iam me prender; eu nunca estive em uma delegacia; eu nunca fiz nada errado. Já estou aqui há sessenta dias e não consigo me explicar para eles; eles não me dizem nada”.

Pois bem; expliquei o caso às autoridades. Nesse domingo que passou, a TV Record mostrou, no **Domingo Espetacular**, a chegada dela em casa, lá em Goiás, e o filho, de 33 anos, com problemas de saúde, que também chorava o dia inteiro, porque a única pessoa que ele tem na vida é a mãe que o deixou sob os cuidados de outras pessoas para tentar ganhar os tais R\$5.000,00.

Quem ganhou esse dinheiro, na verdade, foram os coiotes e os donos de presídios americanos. Sim, porque o governo americano paga US\$60,00 por dia por imigrante preso. Mas imigrantes de outros países da América Latina voltam mais rápido, principalmente aqueles que fazem fronteira com os Estados Unidos. O brasileiro demora mais, porque temos menos consulados, a documentação tramita com mais dificuldade e se estende por mais tempo a prisão dessas pessoas.

Se V. Exª imaginar que há cerca de mil brasileiros presos neste momento nos Estados Unidos a US\$60,00-dia, são US\$60.000,00 por dia. Se multiplicarmos isso por trinta dias, V. Exª terá US\$1,8 milhão por mês só por conta dos brasileiros, por mês.

O SR. (Orador não identificado) – E quanto é que eles cobram aqui? Porque sei que eles dizem: “Você me adianta e eu te pago lá”. Quanto é que dá?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Normalmente os coiotes pedem US\$10 mil dólares para serem pagos quando estiverem lá. Arcam com a passagem, mas sempre pegam cheques pré-datados, promissórias, passam-se cauções de gado, terrenos, casas para eles aqui. Tenho recebido muitos *e-mails* que dão conta de que os coiotes têm ligações com as polícias locais, que ameaçam as pessoas que não pagam, que seqüestram, que invadem as casas. Esse trabalho será extraordinário quando pudermos entrar nos meandros.

Imaginem V. Exªs: nós tivemos, de 1º de novembro do ano passado a junho deste ano, 25 mil brasileiros presos nos Estados Unidos. Só de passagens aéreas

para se chegar lá estamos falando de US\$25 milhões. A maioria deles, 90%, não tinham esse dinheiro; foram financiados por esse tráfico que ganha quando o brasileiro entra e quando o brasileiro é preso. Quem perde é o governo americano, que tem que pagar todas as despesas de repatriamento e de alojamento durante o tempo em que ficam lá. Perde também o Governo brasileiro e, principalmente, o povo mais humilde do nosso País, que cai no conto do vigário. Mas esse...

Deputado Neucimar Fraga, V. Ex^a deseja fazer uma intervenção?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Senador, gostaria apenas de compartilhar com os nobres colegas, Deputados e Senadores, a informação de que, em 2003, nós convidamos o Ministro das Relações Exteriores e convidamos o Embaixador Gilberto Sabóia para tratar desse problema dos emigrantes brasileiros.

Na época, fizemos audiência pública no Estado do Espírito Santo com pessoas que tinham familiares presos nos Estados Unidos e em outros países. Lembro-me que a imprensa do Estado começou a fazer uma investigação, nos jornais, sobre os anúncios de facilidade para entrar nos Estados Unidos. Houve um repórter do meu Estado que foi a uma agência e fez uma matéria. A mulher disse: “Olha, por US\$7 mil a gente te coloca nos Estados Unidos, via México. É seguro”. Fez por cinco para ele.

Normalmente, é como o nobre Senador mencionou: nós temos um grupo de imigrantes que são iludidos; esses vão para ser, vamos dizer, bois-de-piranhas, vão para cair, porque enquanto um grupo é preso, os coiotes, que recebem uma parcela maior....porque a maioria dos que pagam de US\$10 mil a US\$12 mil entra nos Estados Unidos, ou seja, quem paga mais. Quem paga cinco ou sete vai ficar no meio do caminho. Falo isso porque, no Espírito Santo, acompanhamos a emigração de muitos capixabas e, normalmente, é essa a história. O preço normal para entrar com segurança é de US\$12 mil, porque devem pagar uma propina maior para o pessoal da imigração, a polícia, os coiotes, as agências; mas quem paga de cinco a sete, normalmente, são aqueles que são iludidos. Lembro-me que, na época, a Polícia Federal foi lá e fez uma apreensão, prendeu gente e fechou agências. Sabemos que há muitas agências que estão a serviço desses coiotes em algumas cidades brasileiras. Nós também precisamos investigar essas agências.

É claro que o nosso objetivo aqui é o de assegurar a cidadania, quem sabe travar uma luta de diplomacia para que possamos ter um número maior de brasileiros com possibilidade de visto para entrar nos Estados Unidos, uma cota maior. Já foi abordado aqui que há países que têm uma cota muito superior à do Brasil e

que são países até de risco para os americanos. Nós, brasileiros, até hoje, não tivemos ninguém envolvido em nenhum caso de terrorismo e somos os mais retaliados pelos americanos em relação à concessão de visto. Mas temos que trabalhar em várias etapas, tanto na etapa de assegurar a cidadania, como nessa de investigar as agências que representam essa máfia dos coiotes, principalmente mexicanos, que agem livremente no Brasil.

O que o Senador abordou é interessante: a característica do emigrante é, geralmente, do cidadão que, no Brasil, já está sem esperança e vê como única alternativa para resolver o problema de sua família ir para os Estados Unidos. Normalmente, sai daqui endividado, pega dinheiro emprestado, penhora bens dos pais, vende o gado da família, o sítio, com a única esperança de ir para os Estados Unidos, pagar as dívidas e depois voltar. E acontece o que estamos acompanhando pela imprensa: tem crescido, cada vez mais, o número de prisões nos Estados Unidos e a tendência é aumentar.

Estamos acompanhando uma série de reportagens repercutidas principalmente pelo “Bom Dia, Brasil” sobre a situação de algumas cidades americanas, a crise, a pobreza que já está chegando, o desemprego que está crescendo em algumas cidades, e a tendência é de, quanto maior for a crise interna americana, aumentar a dificuldade de os imigrantes disputarem uma vaga de emprego com os americanos. Portanto, tenho certeza de que esta Comissão vai prestar um grande serviço à Nação brasileira, principalmente para os quase dois milhões de brasileiros que hoje vivem no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito bem.

O nosso tema é, realmente, eletrizante e temos muito a investigar. Já temos diversos requerimentos para agosto, vamos trazer o pessoal da Inteligência americana, o pessoal da fronteira. Convidamos dois Senadores americanos – o Edward Kennedy, de Massachusetts, e o John McCain, do Arizona –, um republicano e um democrata, que virão falar sobre o projeto do *guest worker*, que, se aprovada no Congresso americano, dará cidadania aos brasileiros que estão lá hoje ilegalmente e não têm condições de receber um documento de identidade, uma carteira de motorista. Vivem na sombra, a verdade é esta, vivem na sombra.

Também está convidada a autora da novela *América*, da Rede Globo de Televisão, que, depois que entrou no ar, fez aumentar muito o número de brasileiros que vão para os Estados Unidos. Em 2003, foram 4,5 mil; em 2004, foram 9 mil presos; e, neste meio ano,

na metade do ano, já são vinte e cinco mil presos. Precisamos ver se talvez a novela – sem que a autora saiba, claro, ela não teria essa intenção – não acabe sendo um instrumento das elites para exportar pobre. No Brasil, as elites não gostam de fazer a divisão de riqueza e, às vezes, a exportação do pobre passa ser uma estratégia de concentração de poder e renda.

Esta Comissão continuará seus trabalhos na primeira semana de agosto, quando iremos tratar dos procedimentos de condução – o relator já está presente aqui – de um cronograma de sistematização e dos requerimentos para começar nossos trabalhos.

Não havendo nada mais a tratar...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, apenas uma última intervenção. Acredito que esse seja um instrumento que vai ajudar muitos brasileiros no exterior. Na época em que iniciamos esses trabalhos na Casa, sugerimos, inclusive ao Ministério das Relações Exteriores, a possibilidade de o Itamaraty ter um serviço 24 horas, de 0800, porque sabemos que a maioria dos brasileiros que são presos, quando caem nas cadeias, já estão sem dinheiro nenhum e não têm como comprar um cartão telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Que é caríssimo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Que é caríssimo, principalmente na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) Na cadeia, são 15 dólares o minuto.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O minuto. Fiz essa sugestão, na época, ao Ministério das Relações Exteriores para que o Itamaraty tivesse um 0800, um sistema de telefonia gratuito, para que todos os brasileiros no exterior pudessem se comunicar, quando encontrassem alguma dificuldade, aqueles que estão presos, em cárcere, porque temos muitos brasileiros em cárcere privado hoje nos Estados Unidos, como também nos países da Europa, para prostituição, para tráfico, e eles não têm contato porque um cartão telefônico é caríssimo lá fora.

Portanto, seria bom um serviço gratuito, um telefone, que todo brasileiro, ao viajar, já soubesse desse telefone e qualquer coisa que aconteça com ele no exterior, basta ligar para esse 0800 ou 0300 – não sei qual será o prefixo – para fazer um contato com o Itamaraty ou com o Consulado, a fim de obter uma assistência ou para informar o problema que está enfrentando, a sua prisão, quem sabe está internado, doente, e não tem condição até de falar a língua, porque quando compra um cartão e vai tentar fazer uma ligação, às vezes cai numa secretária que fala inglês, ele não sabe falar e fica no zero a zero.

A sugestão que faço a esta Comissão é que se tenha um telefone direto, com serviço que atenda 24 horas, patrocinado pelo Itamaraty e pelo Ministério das Relações Exteriores. Quem sabe até pudéssemos começar o trabalho dessa Comissão sugerindo isso, para começar de imediato, e poderíamos até obter mais informações sobre a situação dos brasileiros que estão espalhados pelo mundo todo, quem sabe enfrentando as mesmas dificuldades que enfrentam hoje os que estão nos Estados Unidos.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Aproveitando a oportunidade, eu queria pedir que, quando do término de todas as reuniões, já fique marcada a próxima e ainda pedir à Secretaria da Comissão que mande um comunicado para todos os gabinetes, com antecedência, porque hoje, por exemplo, me ligaram porque é eleição e conversamos sobre tudo. Mas chegou um comunicado agora que haveria uma reunião aqui. Então, seria o caso de se fazer a comunicação com antecedência, para que coloquemos na agenda do nosso dia de trabalho, para haver maior frequência aqui, para que possamos não perder nenhuma das reuniões, a fim de termos realmente um bom resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Obrigado, Deputado Mauro Lopes. Assim será feito. Concedo a palavra ao Senador Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Presidente, como esta Comissão vai mexer com coisas muito importantes, pessoas muito poderosas, de repente, deveríamos fazer algumas reuniões reservadas para traçarmos os procedimentos, porque esta reunião está sendo transmitida pela televisão e tudo está sendo muito claro. Penso que, em algumas ações nossas, poderíamos montar uma estratégia, a fim de que as reuniões fossem um pouco mais fechadas, até mesmo para não corrermos risco de vida porque vamos mexer em coisas muito importantes, com pessoas importantes, e há muito dinheiro envolvido nessas questões. Não sei se poderíamos, dentro do nosso Regimento, de alguma maneira, para que pudéssemos nos preservar, em algumas das nossas estratégias que forem muito importantes fazer num círculo um pouco mais fechado, porque estou sentindo que vamos ter problemas sérios pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Não há previsão regimental, mas a sugestão de V. Ex^a é muito interessante e, com certeza, iremos colocá-la em prática. Nossas estratégias que possam ser comprometidas, no momento que cheguem ao público, serão tratadas de maneira sigilosa.

Fica marcada para a primeira semana de agosto a nossa reunião, quando iremos tratar dos novos

requerimentos apresentados pelos membros desta Comissão solicitando a presença aqui de algumas pessoas. Na reunião seguinte, se a Comissão assim o decidir, convidaremos a autora da novela América e a atriz Déborah Secco, que irão tratar conosco sobre a experiência que obtiveram na pesquisa para realização dessa novela.

Quero avisar também aos componentes desta Comissão que está em curso uma tratativa do Governo brasileiro com o Governo americano para repatriar, em aviões charters, brasileiros que estão nas prisões em situação difícil. Lá o regulamento prevê três banhos de sol. Há brasileiros que estão tendo apenas um banho de sol, pouca roupa de cama. A água que vi lá estava sendo servida tépida. Como consideram o brasileiro latino, a comida toda vem com muita pimenta, e nós, brasileiros, não comemos a pimenta que comem os mexicanos, os guatemaltecos, e outros. De tal maneira que os brasileiros estão sofrendo; na alta temporada, é difícil encontrar passagem...

Tenho a grata alegria de anunciar a presença do senhor Ministro das Comunicações, ex-Presidente desta Comissão e autor do requerimento para que ela fosse instalada, Senador Hélio Costa.

Apenas para concluir, neste mês é possível que venha um avião com brasileiros; está em negociação essa possibilidade. E eu gostaria de manter os membros desta Comissão informados a respeito desse avião que, possivelmente, na última semana de julho, estará decolando do Texas e pousando em Confins, no Estado de Minas, trazendo brasileiros que já estão lá há muito tempo.

Tive essa experiência ano passado, em janeiro, com o Senador Hélio Costa, em que trouxemos centenas de brasileiros. É possível, por causa do aumento da quantidade de pessoas presas e, na alta temporada, a falta de assentos nos vôos regulares, que isso aconteça.

Sr. Ministro, V. Ex^a que fazer uso da palavra?

Com a palavra o Ministro das Comunicações, Senador pelo PMDB de Minas Gerais, Sr. Hélio Costa.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – Fico muito honrado com a deferência de V. Ex^a de me oferecer essa oportunidade e primeiro quero cumprimentá-lo como Presidente da Comissão Mista que está investigando e estudando a diáspora brasileira, a saída dos nossos jovens para o exterior e, evidentemente, o sofrimento a que são submetidos e também, lamentavelmente, os crimes que vamos detectando, na medida em que este assunto vai sendo levado ao conhecimento público.

Meu caro e ilustre Senador Marcelo Crivella, primeiro, quero dizer que a Comissão está muito bem presidida por V. Ex^a, em muito boas mãos. E vim aqui

para deixar muito clara – principalmente aos meus amigos brasileiros que estão esparramados por todos os países da Europa e nos Estados Unidos, que acompanharam o movimento que fizemos no ano passado para repatriar os brasileiros presos e que acompanham os procedimentos da Comissão Parlamentar Mista – a preocupação que V. Ex^a demonstrou e que eu e o Deputado João Magno, que é relator desta CPI, também demonstramos, com o destino desses jovens brasileiros que tentam cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Quero dizer a eles que, apesar da honra que me foi dada pelo Presidente da República, de assumir o Ministério das Comunicações, continuo com essa missão num lugar muito especial no meu coração, porque é muito mais do que um dever do homem público, do Senador, do Deputado, é, sobretudo, um ato humano de todos nós todos que tratamos deste assunto aqui.

O Senador Marcelo Crivella e eu estivemos nas prisões visitando os brasileiros, em janeiro do ano passado, e vimos os dramas, a situação aflitiva dos pais, dos familiares daqueles que estavam presos, o fim do sonho daqueles jovens que nós encontramos; e, lamentavelmente, a impunidade dos criminosos que levaram esses jovens a ficar nessa situação. Entendo que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem uma missão nobre acima de tudo porque ela vem atender à aflição dos pais, mães, irmãos, parentes e amigos de todos esses brasileiros que lá estão, hoje em números assustadores.

Quando começamos a pensar na idéia de trazer esses brasileiros de volta em aviões fretados, porque estavam em quantidade que já preocupava a todos nós, falávamos em 1,2 mil ou 1,6 mil brasileiros presos. Conseguimos trazer mil de volta. Mas agora temos mais de 20 mil. Não sei em que número estamos hoje, mas as últimas notícias dão conta de 23 mil.

A situação dos Estados Unidos já inspira uma preocupação especial. No entanto, temos também muitos brasileiros detidos na Europa, no Japão, em vários países da Ásia. Quer dizer, se somarmos tudo, cairemos naquela identificação do problema que chamo de diáspora brasileira: estamos perdendo os nossos jovens. Eles estão indo embora porque faltam, em determinado lugar ou outro, a oportunidade, a esperança. Com isso, caminham na direção de uma aventura que, lamentavelmente, pode chegar à morte, como muitas que foram catalogadas, mas pouco divulgadas. São inúmeros os brasileiros que morreram nessas travessias.

Vim hoje aqui me colocar inteiramente à disposição do Senador Marcelo Crivella, do Deputado João Magno, dos meus amigos e companheiros, Deputados

e Senadores que fazem parte desta Comissão, e fico muito feliz em ver que o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que me substituiu aqui no Senado para que eu assumisse o cargo de Ministro de Estado, esteja participando também desta Comissão, porque S. Ex^a é conhecedor deste assunto, tendo estado comigo, acompanhando todos os trabalhos que desenvolvemos, porque, na realidade, ele já estava se preparando para assumir esse cargo há mais de um ano. S. Ex^a não é suplente de Senador que, por acaso, assume o cargo. Todos vocês conhecem Wellington Salgado, presença constante aqui no Senado, participando de discussões não diretamente, mas observando-as nas comissões, estando nas reuniões dos Deputados e Senadores, exatamente para se preparar. Ele é um mineiro de coração que tem uma presença forte na região do Triângulo Mineiro e tem um conhecimento muito vasto de toda a economia e da história do nosso Estado de Minas Gerais. Fico, portanto, muito feliz de vê-lo aqui ajudando na defesa dos nossos brasileiros.

E quero também saudar o meu querido amigo, Deputado Mauro Lopes, para dizer...

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – ... que Mauro Lopes é também importantíssimo...

Vou permitir-lhe um aparte.

Ademais, o Deputado Mauro Lopes é de uma região que fica praticamente adjacente àquela região de Governador Valadares...

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – É o leste.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – É parte do leste de Minas. Por isso fico muito feliz em vê-lo aqui, Deputado Mauro Lopes.

Se o Presidente me permite, quero conceder a S. Ex^a um aparte, pois estou usando dessa...

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Peço este aparte enquanto V. Ex^a está com a palavra porque quando pedi a palavra para parabenizar o Senador Crivella, citei V. Ex^a, dizendo que tenho certeza de que ele vai dar continuidade ao trabalho do brilhante Senador, hoje Ministro das Comunicações, que é conhecedor do assunto, pois viveu muitos anos nos Estados Unidos e sabe dessa situação por que passam os nossos brasileiros.

O Wellington abordou um caso interessante. Foi importante a intervenção e a análise de S. Ex^a sobre o seguinte problema – o próprio Neucimar também falou sobre isso –: que há brasileiros que são levados pelos coiotes para lá. Uns são os bois de piranha, os que pagam um pouquinho. Mas os coiotes têm interesse em receber também do Governo americano, daqueles

presídios privatizados. E recebem um percentual que, às vezes, é mais do que o valor que aquele coitadinho está pagando. Então, são os bois de piranha. Os que pagam mais passam. Enquanto uns são presos, os outros estão passando.

Então, a intervenção do Wellington nesta Comissão foi fantástica.

Registro que V. Ex^a vai continuar nos ajudando muito, com a sua experiência de ter vivido no exterior, como Ministro das Comunicações, porque houve um pedido aqui do próprio Deputado do Espírito Santo, dizendo que o brasileiro passa por dificuldades – coitado –, passa fome, frio, enfim, ele é maltratado e não tem dinheiro para comprar um cartão, que é caríssimo, para falar com os seus familiares.

S. Ex^a sugeriu que houvesse um 0800 ou um 0300 pelo qual ele pudesse ligar gratuitamente para o Ministério das Relações Exteriores, para o Itamaraty, falando até na língua portuguesa. Imediatamente, quando ele ligar lá, gratuitamente, ele poderá se comunicar com o Itamaraty, dando um recado para a família, pedindo socorro. E o Ministério das Comunicações está realmente interessado em estudar esse pedido do Neucimar, sobre o telefone. Assim, acredito que o Ministro vai continuar nos ajudando muito.

Aproveito a oportunidade, Ministro, para registrar que V. Ex^a pode contar, não só com a Bancada, mas com o povo de Minas Gerais, pois estamos rezando e sabemos da sua qualificação, da sua capacidade nessa área, e que desenvolverá muito. Principalmente, estamos felizes com a sua investidura nesse cargo, pois ajudará muito o Governo brasileiro.

Espero que V. Ex^a continue nos ajudando aqui nas Comunicações, pois o seu conhecimento é muito importante para todos nós.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – Muito obrigado, Deputado Mauro Lopes, se o Presidente me permite, já valeu muito a pena passar por aqui esta manhã, porque somente as idéias que já recebi aqui, neste momento, em que o Ministério das Comunicações vai poder ajudar, eu já sinto que tornaram o dia seja mais feliz para mim.

Começo, imediatamente, ao chegar agora ao meu gabinete, a convocar os meus assessores para saber de que maneira colocaremos um telefone 0800 nos Estados Unidos, para que os brasileiros presos possam acessar imediatamente e sem custo as suas famílias aqui, no Brasil. Isso é importantíssimo. Nós vamos fazer isso. As providências técnicas serão tomadas ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivela. PL – RJ) – Senador Salgado, V. Ex^a deseja fazer o uso da palavra?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Aliás, quero dizer que hoje, pela manhã, liguei para V. Ex^a, mas caiu no telefone do Ministro. E eu disse assim “Senador Salgado, bom dia!” Ele falou “Não, aqui é o Senador doce.” Era o Ministro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Primeiro, saúdo o nosso Ministro. Realmente, Deputado Mauro Lopes, a minha exposição aqui já é fruto de conversas anteriores com o Ministro Hélio Costa e com o Senador Marcelo Crivella. Quer dizer, não é só de minha autoria a intervenção. Como eu sou do ramo de educação, eu fiz uma tutoria antes, já conversando e descobrindo toda essa situação, que é do conhecimento do Ministro Hélio Costa e do Senador Crivella, os dois que foram aos Estados Unidos. É maravilhosa essa idéia do 0800, com o Ministro das Comunicações presente. Quer dizer, já ganhamos o dia, digamos assim, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida, porque o Ministro das Comunicações esteve na prisão. S. Ex^a conhece os brasileiros, é de Minas Gerais, ama o povo de Ipatinga, sabe o sonho do brasileiro de chegar lá, não para ficar rico, mas para fazer a família rica ou melhor de vida aqui no Brasil. Lá ele luta desesperadamente, e o Sr. Ministro sabe, carrega isso no coração. Tenho certeza de que hoje temos, no Ministério das Comunicações, uma pessoa que entende a dor desses brasileiros.

Sr. Ministro, parabeno V. Ex^a também pela proposta de computador para todos, que é uma maneira de o brasileiro chegar aos Estados Unidos. Por meio do computador, da Internet, ele pode entrar nos museus, nas faculdades, nos *sítes* e instruir-se, ilustrar-se, verificar se tem, realmente, vontade de ir para lá ou de ficar aqui.

Com a palavra, o Deputado Neucimar Fraga, do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, primeiramente agradecemos a presença do Ministro Senador Hélio Costa. Acompanhamos sua trajetória no Senado e sua luta a favor dos brasileiros presos no exterior.

Senador e Ministro Hélio Costa, a sugestão de criação do 0800 já havíamos feito ao Ministério das Relações Exteriores no ano de 2003, mas até hoje não foi aceita. Um dos problemas, uma das dificuldades enfrentadas por brasileiros no exterior é a frieza de tratamento por parte do nosso Itamaraty. Em alguns países, a frieza é muito grande por parte dos nossos representantes até porque o perfil dos brasileiros lá fora é o de pessoas humildes, simples. Quem sabe,

muitos têm até medo de chegar ao consulado brasileiro e ser delatado. Temos de quebrar esse impacto entre o brasileiro lá fora e os nossos representantes no exterior. Temos de dizer-lhe que os consulados e as embaixadas são para atender o brasileiro, não importa sua situação, se está ilegal ou legalmente naquele local. Os consulados e as embaixadas são casas de ressonância dos seus problema.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – Se V. Ex^a me permite, é importante ressaltar que são esses brasileiros modestos, simples, que estão enviando, anualmente, para o Brasil mais de US\$6 bilhões de dólares. Eles trabalham, às vezes limpam o chão nas cozinhas dos restaurantes e das lanchonetes nos Estados Unidos, fazem o serviço que os americanos não querem fazer, não fazem e passam para os latino-americanos. Esses brasileiros correspondem a um investimento anual no Brasil de mais de US\$6 bilhões, o que é muito importante. Por isso, eles têm de ter o respeito das autoridades, têm de ser reconhecidos como importantes no sistema, principalmente na estrutura do Ministério das Relações Exteriores. V. Ex^a está com toda a razão.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só para completar, Sr. Presidente, sabemos que nenhum segmento da economia brasileira é capaz de oferecer um saldo na balança comercial do Brasil de US\$6 bilhões de dólares. Com certeza, qualquer segmento que desse essa oportunidade de saldo na balança teria um tratamento *VIP* do Governo brasileiro, das nossas embaixadas.

Portanto, Ministro Hélio Costa, a sugestão do 0800, se possível, deveria ser estendida aos demais países. Seria um serviço destinado a qualquer brasileiro que estivesse passando por dificuldades, seja no Japão, seja na Europa ou nos Estados Unidos. Deveria ser feita uma publicidade, para se divulgar o número. Esse 0800 poderia atender aos brasileiros em qualquer parte do mundo, até na hora de tirar um passaporte, de comprar uma passagem no aeroporto. Para isso, deveria ser feita uma massificação na mídia, para que eles saíssem daqui conhecendo que canais de comunicação teriam com o povo brasileiro.

Ficamos extremamente felizes, ao saber que V. Ex^a, como Ministro, como Senador, como um dos autores do requerimento que criou esta Comissão, sensibilizou-se com essa proposta e estudará essa possibilidade. Tenho certeza de que esse será um grande instrumento para esta Comissão e para os milhões de brasileiros hoje no exterior.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – Sr. Presidente, agradecendo muitíssimo o carinho e a atenção de V. Ex^a, quero dizer que fiz questão de passar hoje aqui para

dar um abraço em V. Exª e desejar-lhe todo o sucesso no trabalho desta Comissão Parlamentar Mista.

Tenha absoluta certeza de que, com sua experiência, com sua vivência e, sobretudo, com sua sensibilidade, com seu coração bom – todos reconhecemos em V. Exª um homem de bem, uma pessoa querida –, V. Exª tem tudo para fazer um belíssimo trabalho em benefício dos nossos irmãos que neste momento sofrem nas prisões, em qualquer parte do mundo.

Muito obrigado pela sua atenção, como Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Em nome da Comissão, agradecemos, honrados, a presença de V. Exª, Ministro das Comunicações do Governo do Presidente Lula e criador desta Comissão.

Que Deus abençoe V. Exª, e muito obrigado.

O SR. MINISTRO (Hélio Costa) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Por favor, o senhor fique à vontade.

Tivemos a presença do Sr. Ministro das Comunicações.

Um abraço, Sr. Ministro.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

Pois não. Com a palavra, Senador Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, agora que o Ministro se foi, eu queria fazer uma colocação – eu não queria falar na frente de S. Exª porque é fruto de conversas pessoais com o Ministro. Veja que o Ministro largou o seu trabalho e veio aqui cumprimentar V. Exª. Quando o Senador Hélio Costa foi nomeado Ministro das Comunicações, numa conversa, naquele momento festivo – porque acho que para S. Exª foi um grande fechamento de carreira, que dá esperança a todos os profissionais, sair do jornalismo sozinho e chegar a Ministro das Comunicações, acho que isso desperta em todo mundo aquela esperança, já que estamos falando muito em esperança, de galgarem todos os degraus de uma grande profissão –, o engraçado é que a primeira coisa que veio à cabeça do Ministro foi a seguinte: “Puxa! Mas eu vou sair da CPI da Emigração!”.

É impressionante como o Ministro tem amor e preocupação, assim como V. Exª, porque conheço a sua história, Sr. Presidente, sempre voltada para temas dessa natureza. Mas queria fazer essa colocação, pois a presença de S. Exª aqui demonstra isso: largou todo o seu trabalho, que com certeza é muito, e veio aqui para parabenizar e cumprimentar V. Exª.

A outra colocação que eu queria fazer é que, no momento em que estávamos discutindo a possibilidade de o PMDB fazer outro Ministro, ele foi para os

Estados Unidos com V. Exª. Conclusão: na hora em que estavam acontecendo as negociações no Partido em torno do Ministério, S. Exª resolveu largar tudo e ir para os Estados Unidos, juntamente com V. Exª. De lá, trouxeram vários brasileiros, em vôos *charters*. Então, S. Exª abandonou naquele momento uma discussão sobre o Ministério, o qual ele teria, pela sua história, grande chance de integrar, e foi atrás dos brasileiros que estavam no exterior.

Então, vejam bem, o carinho e o amor ao povo brasileiro, a essas pessoas que vivem de esperança, como V. Exª muito bem colocou aqui aquela questão da mãe que tem um filho doente e larga tudo para tentar ganhar dinheiro para cuidar do filho, e o filho, em vez de passar mal à noite, chora dia e noite com saudade da sua mãe. Isso é importante, e é esse mesmo carinho que o Ministro Hélio Costa demonstra ter com o povo brasileiro.

Queria só fazer essa colocação, porque tenho certeza que é o mesmo carinho que V. Exª tem, Sr. Presidente, e talvez seja essa uma missão na terra que V. Exª tem, inclusive na sua vida pessoal e não apenas como Parlamentar.

Acho que vamos começar uma grande CPI. Será muito interessante, muita esclarecedora, e deveremos ter um pouco de cuidado com tudo o que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– E teremos um Ministro do Presidente Lula ao nosso lado, para lutar pelas nossas causas.

Meus irmãos, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a se realizar na primeira semana de agosto.

Tenham todos um bom dia.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h33min.)

Ata da 4ª Reunião, realizada em quatro de agosto de 2005

Aos quatro dias de agosto de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, Takayama, Geraldo Thadeu, André Zacharow, Aldir Cabral, Leonardo Monteiro, André Costa, Mauro Lopes, Neucimar Fraga, Ivo José e Júnior Betão, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL

DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 4ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 3ª reunião, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos. Em seguida, o Presidente faz um relato sobre a sua viagem aos Texas, juntamente com os Deputados Neucimar Fraga e Geraldo Thadeu, para acompanhar a vinda dos 318 brasileiros repatriados daquele país. Dando continuidade, a Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos, colocando-os em votação, em bloco, que são aprovados por unanimidade: Requerimento nº 17-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando sejam convidados o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Cônsul do Brasil nos EUA, Eduardo Galvão, para debaterem sobre a emigração ilegal de brasileiros naquele país; Requerimento nº 18-2005, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, solicitando seja convidado o senhor Alan Rodrigues Melo, jornalista da Revista Isto É, autor da matéria “Travessia Mortal”, para falar sobre a imigração de brasileiros para os Estados Unidos; Requerimento nº 19-2005, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, solicitando seja convidado o senhor Walter Alvarenga, jornalista da TV Poços de Caldas, responsável pelo Programa “Nova York Um Sonho Brasileiro”, para falar sobre a emigração de brasileiros para os Estados Unidos; Requerimento nº 20-2005, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, solicitando seja convidado o delegado Sebastião Augusto de Carvalho Pujol, Chefe da Delegação da Polícia Federal, em Varginha (MG); Requerimento nº 21-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando seja convidado o senhor José Vanderlício, morador da cidade de São Félix (MG), para esclarecer informações acerca de um político mineiro que controla a máfia de coiotes que leva brasileiros para entrar de forma ilegal nos EUA; Requerimento nº 22-2005, de autoria do Neucimar Fraga solicitando ao Itamaraty informações sobre a situação de brasileiros que se encontram presos nos EUA, por entrarem ilegalmente naquele país; Requerimento nº 23-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores a implantação de uma central 0800 para atender brasileiros que estão no exterior; Requerimento nº 24-2005, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, solicitando a criação de Grupo de Trabalho para averiguar circunstâncias da morte de Jean Charles de Menezes, executado pela Scotland Yard, na estação do metrô da Inglaterra; Re-

querimento nº 25-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando às companhias aéreas VARIG e AEROMÉXICO lista de passageiros dos últimos dois anos do Brasil com destino ao México; Requerimento nº 26-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando à Embaixada dos EUA, no Brasil, o número de vistos solicitados, aceitos e negados, de brasileiros para os EUA, nos últimos quatro anos; Requerimento nº 27-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando ao Banco Central informações sobre valores enviados por brasileiros que residem no exterior, nos últimos quatro anos; Requerimento nº 28-2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando à Polícia Federal de Minas Gerais informações referentes aos depoimentos de brasileiros deportados dos EUA no dia 03 de março de 2004; Requerimento nº 29-2005, de autoria do Deputado Aldir Cabral, solicitando à Rede Globo cópia do programa “Globo Repórter”, exibido no dia 29 de julho de 2005; Requerimento nº 30-2005, de autoria do Deputado André Costa, solicitando seja convidado para prestar esclarecimentos e informações o senhor Alan Rodrigues. – jornalista da Revista Isto É; Requerimento nº 31-2005, de autoria do Deputado André Costa, solicitando seja realizada uma missão de parlamentares com destino à região entre México e os Estados Unidos; Requerimento nº 32-2005, de autoria do Deputado André Costa, solicitando seja realizada uma missão de parlamentares desta CPMI com destino à Espanha, em cuja comunidade observa-se um amplo espectro de concidadãos vulneráveis à máfia do aliciamento com vistas à exploração sexual; Requerimento nº 33-2005, de autoria do Deputado André Costa, solicitando que sejam convidadas as senhoras Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, pesquisadoras sobre Tráfico de Mulheres, crianças e Adolescente para fins de exploração sexual; Requerimento nº 34-2005, de autoria do Deputado André Costa, solicitando que seja convidado o senhor Rui Antônio, delegado da Polícia Federal-MG, para prestar esclarecimentos e informações perante esta CPMI; Requerimento nº 35-2005, de autoria do Deputado João Magno, solicitando sejam adotadas providências com a finalidade de instruir a primeira audiência pública da CPMI e oitivas de testemunhas a ser realizada em Governador Valadares-MG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu, Izaías Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A ata da reunião anterior encontra-se sob a mesa, a qual coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A pauta desta quarta reunião destina-se à apreciação de requerimentos. Antes, porém, gostaria de franquear a palavra ao Deputado Neucimar Fraga e, logo em seguida, ao nosso querido Deputado Takayama para que fizessem um breve relato sobre as ações que tiveram por ocasião do recesso com relação à situação dos brasileiros no exterior.

Deputado Takayama, com a palavra.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dou-lhe as boas-vindas nesse novo período depois de um recesso que, na verdade, foi de muitas atividades. Quero saudar também os demais companheiros, o companheiro Magno e os demais companheiros que compõem a CPI.

Estive, sem custo para a comissão e sem custo para a CPI, nos Estados Unidos. Estive visitando alguns presídios para levantar informações. Quero agradecer ao Consulado-Geral de Miami que nos ofereceu um amplo relatório sobre a situação no Estado da Flórida.

Estive no presídio de Khrome, nas proximidades de Miami e também um segundo presídio cujo nome me falha agora. Dentro de alguns instantes, poderei dar essa informação. Rapidamente, passo às mãos da comissão um relatório breve no número de deportados e, em rápidas pinceladas, o que pudemos ver ali sem nenhum custo para a Câmara dos Deputados.

Entrevistamos algumas pessoas que denunciaram, por exemplo, maus tratos não das pessoas do presídio, mas malandragens de advogados que se aproveitam da ocasião, tomam dinheiro dos emigrantes que foram apanhados, que estão presos, e nada fazem. Então, há algumas denúncias de alguns nomes. Também há o caso de pessoas que estão presas não por questões de imigração somente, mas por outros assuntos.

Acredito que o grosso da situação deverá ser uma visita posterior – na minha avaliação – de uma outra subcomissão para ir às regiões do México e analisar os problemas da travessia dos coiotes. No dia em que eu estava ali, recebi a informação de que uma senhora foi

brutalmente morta porque não poderia continuar a viagem por ter sido picada por cascáveis. Há um número muito grande, naquela divisa, de animais peçonhentos e, com isso, o coioete teve que matá-la.

Só no dia que estive ali houve dois ou três casos que mostram apenas o espelho do que está acontecendo. Uma menina de treze ou catorze anos foi encontrada boiando no rio da divisa. Com quase toda certeza, morreu afogada na hora da travessia. Então, são coisas dessa natureza que merecem maior atenção desta comissão. Esse é o rápido relatório. Gostaria de, para não tomar muito tempo, passar às mãos do Relator algumas informações que colhi no Consulado-Geral de Miami. Ali, o problema não é tão acentuado como na travessia pelo lado do Texas ou na divisa com o México.

A grande parte dos imigrantes sem documento na Flórida vêm de forma legal, vêm com passaportes normais. Chegam ali, não voltam ao Brasil e se tornam ilegais por não voltar nos prazos, vamos dizer, estipulados na hora da migração.

Tivemos casos em Orlando, por exemplo. E são centenas e milhares de brasileiros que estão ali, sendo que alguns deles não tinham nenhum documento. Perderam na travessia, foram tomados pelos coiotes, não têm nenhum documento, absolutamente nenhum documento. Fiquei com pena de algumas dessas pessoas e vou inclusive tentar verificar a possibilidade de conseguir pelo menos um documento aqui no Brasil, para que essas pessoas não tenham essas dificuldades.

Passo às mãos, portanto, na seqüência, do nosso Relator, as informações gerais que recebemos. O presídio que estive visitando é o de Krome e mais um outro presídio cujo nome vou passar às mãos de V. Exª.

Estão aqui as relações das pessoas que estão em processo de deportação na Flórida. Também gostaria de passar ao nobre Relator a situação daqueles que estão naquela região da Flórida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nós é que agradecemos a V. Exª por ter, no seu período de férias, de recesso, feito um trabalho tão importante para a nossa Comissão e os brasileiros.

Passo a palavra ao Deputado do PL do Espírito Santo, Neucimar Fraga, que acompanhou ontem, juntamente com esta Presidência, e mais o Deputado Geraldo Thadeu, da região sul de Minas, o retorno de 318 brasileiros que chegaram de volta a Confins, às 8 da manhã.

Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas parlamentares,

Deputados e Senadores que fazem parte desta Comissão, que tem um papel muito importante a desempenhar no Brasil, sabemos do caráter humanitário desta Comissão.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com certeza, está tocando num assunto que durante muito tempo foi evitado por alguns de nossos representantes, inclusive no Congresso Nacional. Sabemos que não existe acordo acerca do processo migratório e das condições de deportação dos brasileiros que se encontram irregularmente no território americano.

Queremos dizer que nessa viagem que tivemos oportunidade de fazer tivemos a honra e o privilégio da companhia do Senador Marcelo Crivella, que já se tornou um expoente nesse assunto, no Brasil, e tem o reconhecimento da população brasileira e dos nossos representantes nas embaixadas e nos consulados. Queremos nos somar ao trabalho do Senador Marcelo Crivella. Sabemos da sua importância, tivemos oportunidade, visitando consulados, de perceber as dificuldades, a falta de material humano e de apoio, apoio que os nossos consulados precisam ter do Ministério das Relações Exteriores, para tratar desse assunto.

Esses brasileiros que hoje estão no exterior enviam anualmente ao Brasil US\$6,5 bilhões. Nenhum segmento da economia permite um saldo na balança comercial desse tamanho, dinheiro que vem diretamente, Deputado Takayama, para o setor produtivo no Brasil, para construir casa para os familiares, para pagar tratamento médico, para resolver algum problema financeiro que foi deixado para trás, dinheiro que movimenta a economia em muitas cidades do País.

Temos que convencer o Ministério das Relações Exteriores da necessidade de dar uma atenção especial para os brasileiros que estão nessa situação. Percebemos, de perto, a dificuldade enfrentada pelos nossos consulados, a falta de apoio, a falta de recursos.

A estrutura do consulado, muitas vezes, não comporta as necessidades. Alguns consulados precisam ter uma estrutura melhor, principalmente aqueles situados na região do Texas, do Arizona. Precisamos de escritórios desses consulados nas cidades mais próximas da divisa da fronteira, como Laredo e Santo Antonio.

Tivemos oportunidade de acompanhar o vôo desses repatriados. E a história deles praticamente é a mesma. São homens e mulheres, jovens, adultos, pessoas trabalhadoras, sonhadoras, até porque nos Estados Unidos não há lugar para preguiçoso. Lá, quem quer receber dividendos melhores do que os que recebe no Brasil tem que trabalhar uma jornada muito maior, cerca de 16 horas por dia, para arrecadar melhor do que o faria aqui e aumentar o seu faturamento.

São pessoas que sonham. Muitos vão para encontrar a mãe que já está nos Estados Unidos, algumas mulheres vão encontrar seus maridos que já estão morando lá há cinco ou dez anos, são filhos que vão para encontrar-se com os pais, ou seja, é um drama muito maior do que podemos imaginar. Muitos vão pela primeira vez, mas muitos vão para tentar fazer a integração da família que ficou, Deputado Ivo José, desestruturada porque o pai foi, ficou a mãe, muitas vezes os pais vão e os filhos ficam para trás.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Deputado Fraga, permita-me só um aparte porque acho que acrescenta em seu pronunciamento. Sobre o caso dessa senhora que morreu, soube que o coito, vendo que ela estava em agonia – segundo as experiências dele ela morreria ali – quis abreviar e deu dois tiros nela. Essa senhora é uma mãe que veio buscar a sua filha para ir aos Estados Unidos. Ela já estava nos Estados Unidos, veio ao Brasil, buscou a filha que passou, mas ela morreu.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Pois é, Deputado, é um trabalho que o Brasil ainda não conhece, porque a maioria dos brasileiros ainda não conhece a realidade enfrentada principalmente pelos mineiros, capixabas, goianos, os cidadãos de Rondônia, do Pará e do Paraná, Estados que normalmente formam o maior contingente de emigrantes brasileiros.

Na semana passada, recebemos em Vitória, na sexta-feira, o corpo da Maria Aparecida, uma capixaba que, juntamente com a filha de 16 anos, foi atravessar a fronteira para entrar nos Estados Unidos para se encontrar com o marido e as outras filhas que já estavam em Massachusetts. A capixaba, durante a travessia do deserto não agüentou, passou mal. Os coiotes as abandonaram, a filha ficou presenciando a agonia da mãe, que não tinha força para caminhar. A filha, vendo que não tinha como resolver o problema, atravessou o rio para pedir ajuda à polícia americana, e a polícia americana fez um ato de prisão e disse que não poderia atravessar o rio porque do outro lado era problema da polícia mexicana. Assim, a filha não pôde nem voltar para dar o último adeus à mãe. O corpo dessa capixaba chegou sexta-feira em Vitória, Espírito Santo.

E essa é uma das muitas histórias, outras não poderão ser contadas aqui porque muitos não ficaram para contar a história, muitos foram abandonados pelo deserto e a família pensa que ainda estão presos em algum local da emigração americana.

Nesta Comissão, Deputado Leonardo, temos o compromisso de resgatar essa história, de mudarmos nossas relações com esses países, aprimorarmos nossa legislação, buscarmos um acordo entre Estados Unidos e principalmente com o México. E olha que es-

tamos falando apenas sobre os problemas enfrentados nos Estados Unidos, mas temos ainda problemas na Espanha, em Portugal e em outros países, onde nossos irmãos trabalham, porque foram para lá em busca da realização dos seus sonhos.

Senador Marcelo Crivella, quero dizer da satisfação de viajar com V. Ex^a, acompanhado do Deputado Geraldo Thadeu e dos nossos representantes lá no Texas para participar da repatriação de 318 brasileiros que chegaram ontem, às oito horas e vinte minutos, ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte. Quem sabe nesse momento já devem estar dando um abraço em seus familiares e recebendo apoio e carinho.

Esta Comissão tem uma tarefa muito importante. Por isso, conclamo os nossos colegas, para que possamos participar efetivamente. Sabemos que temos diversas outras comissões em funcionamento na Câmara e no Senado, mas não vamos perder o foco dessa missão humanitária que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem.

Portanto, ficam aqui os nossos agradecimentos à Casa pela oportunidade que nos concederam de participar dessa repatriação. Temos milhares de brasileiros presos aguardando nosso trabalho aqui para que possam voltar também ao convívio de seus familiares aqui no Brasil.

Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Para mim foi uma honra e um privilégio muito grande viajar com V. Ex^a e adquirir um pouco da experiência de V. Ex^a neste trabalho e na sua vida espiritual e no exercício da vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Deputado Neucimar Fraga, a honra foi nossa. Sou testemunha do trabalho incansável de V. Ex^a, atendendo um por um, conversando. Foram onze horas de vôo, indo de poltrona em poltrona, de pessoa em pessoa, entrevistando, conversando, e ontem no repatriamento deles até duas e meia da manhã, em Confins, ainda se buscava passagens para Rondônia, Brasília, ônibus para lá e para cá, numa ação extraordinária.

Parabéns a V. Ex^a. Acredito que os brasileiros estão bem representados com esse esforço que V. Ex^a tem feito pelos emigrantes brasileiros. Temos na lista os nossos Deputados Leonardo Monteiro, o Ivo José e o André Costa, mas eu pediria aos meus Pares que pudessem ouvir o Relator, que já me disse que tem uma viagem marcada, e é muito importante que ele possa nos dirigir nos trabalhos que a Comissão fará nessas próximas semanas.

Com a palavra o Relator da nossa Comissão, Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, demais Parlamentares aqui presentes, em primeiro lugar, quero saudar V. Ex^a, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela ação feita no último final de semana, juntamente com Deputado Neucimar Fraga, o Deputado Hidekazu Takayma, em uma outra frente, e o Deputado Geraldo Thadeu já efetuando atividades concretas, mostrando a importância e a necessidade desta CPMI, justificando, na prática, o motivo de sua instalação. Certamente é uma CPMI que vem nos dar um volumoso trabalho, porque temos que, em algumas coisas, partir do zero, para podermos realizar aquilo que o País precisa neste momento com relação ao problema migratório.

Quero, então, já entrar num primeiro ponto, ponderando com todos os Srs. Deputados e Senadores que compõem a Comissão, dizendo que a nossa preocupação é compreender que o nosso trabalho, quando realmente engrenar nas ações que cabem a ela, faltará gente para trabalhar, em razão da dificuldade que já se apresenta: o problema dos imigrantes latinos, de quem está vindo trabalhar no Brasil e que não estava ainda pautado, mas vem chegando para nós darmos uma resposta nesta CPMI. São bolivianos e de outros países que vêm para o Brasil; é o problema dos europeus, o problema dos japoneses; é a questão clara dos Estados Unidos que nós já estamos tendo um acesso mais direto.

Observo que de alguma maneira esse trabalho demorou a ser instalado por causa da conjuntura que estamos vivendo no Brasil. Precisamos também, evidentemente, fazer as visitas e ir apresentando aos poucos os resultados. Existem aqui já na nossa pauta 29 requerimentos. Já foram aprovados 16, e há outros em pauta para serem aprovados. Penso que uma boa parte deles poderemos resolver, de início, com essa audiência que faremos em Governador Valadares. E, já propondo de uma maneira concreta, vou ler aqui algumas propostas para que V. Ex^a, Sr. Presidente, encaminhe até o final dos trabalhos de hoje, uma vez que não vou poder ficar até o final em razão de viagem.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Relator Deputado João Magno, só para tirar uma dúvida, essa audiência de Valadares já está marcada?

O SR. RELATOR (João Magno. PT - MG) – Vamos definir aqui agora.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ah, tá. Pensei que V. Ex^a fosse abordar os temas que serão tratados na audiência e não só sobre a audiência.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ela está prevista e vamos definir agora a melhor forma de realizá-la.

Providências quanto à audiência pública da CPMI da Emigração em Governador Valadares:

1 – Vou colocar para que V. Ex^a, então, encaminhe. Convite ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal do Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Morato Fonseca, para designar o membro da instituição responsável pelas ações penais que abrangem o problema da emigração ilegal. De acordo com contato previamente mantido, a Dr^a Zanica de Souza, caso convidada, coloca-se à disposição para participar de audiência pública. Acho importante já proceder a um expediente, formalizando esse convite.

2 – Formalização do mesmo convite ao Delegado-Chefe da Polícia Federal na cidade de Governador Valadares. Isso já foi cogitado na reunião passada. É uma questão de fazer a formalização.

3 – Requerimento à Polícia Federal para a entrega de cópias autenticadas pelos depoimentos prestados pelos brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos. É essa missão que foi feita agora. Peço que isso seja até antecipado, para que, antes de irmos a Valadares, isso chegue a esta comissão para averiguarmos. É evidente que os Senadores e os Deputados que estiveram presentes lá têm na memória, mas que isso seja também socializado para que todos da CPMI possam também acompanhar.

4 – Adaptação do requerimento já apresentado pelo Deputado Leonardo Monteiro, delimitando os nomes dos convidados. Previsão da possibilidade de convocação de testemunhas, considerando representação dos repatriados, inclusive para oitiva em reunião secreta.

5 – Requerimento à Polícia Federal para assegurar escolta e proteção aos membros e à equipe da CPMI.

Na parte de adaptação, é importante já deixar votada e definida a questão das testemunhas aqui, porque, para qualquer providência que tenhamos de fazer em termos de testemunha em Valadares e em outras audiências, já tenhamos aqui aprovado, para efeito de confirmação com o nosso Regimento.

6 – Providências administrativas. Solicitação à Polícia Federal para auxiliar diretamente nas investigações da CPMI, cedendo um delegado ou uma delegada para integrar a equipe de assessoria. Tal providência segue a tradição de outras comissões parlamentares de inquérito, uma vez que a colaboração do órgão, sobretudo nas diligências externas, é absolutamente indispensável, uma vez que já temos alguma experiência de CPMI - eu, particularmente, já acompanhei a CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Temos oitivas secreta, especialmente os coioetes. É evidente que parentes e pessoas atingidas

por coioetes não vão querer aparecer. Creio que até mesmo essas pessoas que foram repatriadas não vão querer dar depoimento público. Por isso, a importância dessas providências de se ter a Polícia Federal para essas convocações.

Proponho também que sejam dois homens e uma mulher dessa equipe que foi repatriada recentemente.

A partir de uma solicitação do ilustre Parlamentar aqui, eu também – em função de que tenho de sair, Deputado, e V. Ex^a já demonstrou essa necessidade – trarei para esta comissão o relato que fiz da viagem aos Estados Unidos, quando repatriamos em duas vezes, naqueles primeiros vôos, para que esta comissão tenha a memória daquela repatriação anterior, em que V. Ex^a esteve presente conosco.

É o que tenho a dizer.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Relator, Deputado João Magno, eu queria sugerir também, como está requerido o depoimento dos repatriados de ontem, que fosse incluído, solicitando à Polícia Federal, o depoimento daqueles repatriados nesse vôo que V. Ex^a citou anteriormente, o do ano passado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu acho importante que seja anexado para que o Sr. Presidente faça o devido ofício.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nós colocamos aqui em votação esses requerimentos apresentados pelo Relator, e que deverão ter o seu objetivo atingido antes da nossa audiência que ocorrerá dia 18 de agosto, em Valadares, e na segunda semana de setembro em Poços de Caldas.

Os membros desta Comissão que concordam com a aprovação desse requerimento e que a Secretaria tome as ações necessárias permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Temos que realizar as reuniões dias 18 e 19, porque as oitivas secretas devem se realizar dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Dia 18 é quinta-feira, então seriam na quinta e sexta-feira.

O SR. IVO JOSÉ (PT – MG) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar a minha chegada a esta CPMI e cumprimentar a todos os seus membros e dizer da grande satisfação de poder vir somar. Temos trabalhado sobre este tema. Sou da cidade de Ipatinga, no Vale do Rio Doce e já tratei dessa temática na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Direitos Humanos, e, permanentemente, em demandas na região. Eu perguntaria se a data

é imprescindível que aconteça nesses dias 18 e 19, já que tenho uma missão, pois representarei a Presidência da Câmara, na Argentina, nesses 2 dias. Esta minha participação já estava marcada anteriormente. É só por isso, mas se houver a possibilidade de adiar as reuniões para outra semana, eu consulto a V. Exª dessa possibilidade, pois eu gostaria muito de levar também minha contribuição.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, eu entendo que o Deputado Ivo José tem um trabalho realmente dedicado à causa dos imigrantes, porque é da mesma cidade onde estamos, em Ipatinga. Compreendo que ele merece, de nossa parte, esta consideração. Alerto que tenha que ser o mais rápido possível, porque estamos no limite de estar adiando, porque já adiamos 2 vezes essa audiência de Governador Valadares. A imprensa está cobrando nos cobrando muito uma posição definida. Mas, em função do apelo dele, de minha parte eu deixo por conta de V. Exª, concordo em antecipar em uma semana essas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Talvez o melhor mesmo seria antecipá-las. Se não pudermos realizá-las dia 18, proponho ao Plenário, já que adiamos por 2 vezes, talvez pudéssemos fazer no dia 11 e 12.

Há algum problema com o senhor dias 11 e 12?

O SR. IVO JOSÉ (PT – MG) – Dias 11 e 12, eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Temos que decidir com o Plenário, porque eu acho Deputado Ivo José, eu concordaria com V. Exª se pudéssemos adiar para antecipar. Adiar para postergar, acho que é prejuízo para a Comissão. O assunto está na pauta, as pessoas estão querendo saber o que que estamos fazendo com esta CPMI. Recebi hoje a resenha das notícias que saíram com a chegada dos brasileiros ontem. Mais de 40 jornais publicaram a chegada e falaram sobre a CPMI. De tal maneira que então, proponho mantermos ou adiantarmos, mas não postergar as reuniões.

Vamos colocar então em votação dia 18 ou dia 11.

Quem concorda que seja dia 18 permaneça como se encontra. (Pausa.)

Fica então para os dias 18 e 19.

Iremos para lá na quinta-feira, faremos audiência na quinta e na sexta-feira.

Os que concordam com os demais requerimentos apresentados pelo Relator para realização dessa audiência e as devidas providências permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Segue para a Secretaria da Comissão para as devidas providências.

Com a palavra o nobre deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, antes tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ilustre Presidente, Srs. Parlamentares, precisamos continuar firme nesse trabalho, porque estou, como todos nós, consciente que o trabalho é grandioso e irá, se Deus quiser, dar muito resultado para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Relator.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizá-lo como Presidente da nossa Comissão, sobretudo pelo trabalho que tem feito. Acompanhei, ontem, a chegada, no aeroporto de Confins, dos dois vãos que trouxeram os brasileiros e as brasileiras deportados dos Estados Unidos. Sem dúvida nenhuma, somos testemunhas, acompanhamos a tristeza, a frustração de todos. Saem do Brasil com uma expectativa de ganhar dinheiro, de resolver problemas familiares, de adquirir uma casa, de construir uma casa – a maioria tem a ambição de ter uma casa para morar – e voltam naquela situação a que assistimos.

À noite, Senador, participei de um programa na TV Minas, na TV Cultura lá de Belo Horizonte. A entrevistadora fez uma enquête, cujo resultado foi que 85% da população é contrária à ida de brasileiros e brasileiras para os Estados Unidos.

Fica constatada a necessidade, a importância desta Comissão – como disse o Deputado Neucimar Fraga – aprimorar a legislação brasileira. É necessário que o Governo brasileiro estabeleça um processo de negociação com os outros países, sobretudo com os Estados Unidos. Quero reafirmar a necessidade de constituirmos, talvez, uma subcomissão para visitarmos os Estados Unidos, o México, para que possamos estudar e apresentar sugestões de solução para o problema da emigração ilegal, que traz transtornos terríveis para a nossa população. Sou Deputado por Minas Gerais, moro no leste do Estado, em Governador Valadares, e sou constantemente procurado por pessoas que ficam presas ora nos Estados Unidos, ora no México. Seus familiares, como disse o Deputado, morrem durante a travessia afogados no rio ou agonizando no deserto que há entre o México e os Estados Unidos. Isso traz uma contradição muito grande, porque algumas pessoas que vão para lá em busca

de aventura, como imigrantes, às vezes conseguem ser bem-sucedidas, o que motiva outros familiares a arriscarem-se na travessia.

Quero dizer, Senador, que acompanhei a chegada do corpo de Jean, que morreu em Londres. Estava em Governador Valadares na semana em que ele morreu e, na segunda-feira, como Deputado e também em nome da nossa Comissão, visitei os pais de Jean, Seu Matosinho e Dona Maria, lá em Gonzaga. Estavam em uma tristeza muito grande. A expectativa era a de que demorasse quarenta dias ou mais a chegada do corpo. Fizemos um contato com o Itamaraty e tivemos a informação, na segunda-feira, de que o Embaixador Celso Amorim já estava em Londres – o que também acompanhamos pela televisão. Quero, neste momento, parabenizar o Governo brasileiro, o Ministro Celso Amorim e o Governo Lula, por terem providenciado com rapidez o retorno, o traslado do corpo de Jean. É lógico que isso não resolve a perda da família, mas, sem dúvida nenhuma, diminui o sofrimento daquela família. A mãe de Jean, inclusive, estava sob a ação de medicamentos, quando estive lá na segunda-feira. Depois, acompanhei a chegada do corpo, na quinta-feira, quando chegou acompanhado de um cônsul do Itamaraty, Sr. Manoel, parece-me, e de um representante do Governo brasileiro. Portanto, o nosso Governo fez sua parte. Esperamos que o governo inglês possa retratar-se ao Governo Brasileiro e à família de Jean. Sabemos, também, que a indenização não vai suprir a perda do filho, da família, mas, sem dúvida nenhuma, a família tinha expectativa de melhores condições de vida, até porque com a ida do Jean para Londres eles já tinham melhorado suas condições de vida, já tinham melhorado a casa da família. Portanto, há uma necessidade de o Governo brasileiro indenizar os familiares pela perda do seu filho, de seu ente querido.

Então, eu queria aqui, na minha manifestação, justificar para a Comissão – porque estávamos em recesso – que acompanhei, como Deputado da região e também como membro da Comissão, todo o processo de traslado do corpo do Jean até Governador Valadares e, depois, para a cidade de Gonzaga.

Quero parabenizar a Prefeitura Municipal de Gonzaga pela solidariedade prestada. O Prefeito acompanhou o tempo todo e colocou toda a estrutura à disposição. A mesma solidariedade pudemos perceber de todas as cidades da região entre Governador Valadares e Gonzaga. Isso demonstra o grande número de pessoas que têm parentes fora do País; eles foram solidários com o Seu Matosinho e com a Dona Maria na dor da perda de seu filho.

Portanto, quero, Sr. Presidente, como membro da Comissão e como Deputado, colocar-me à disposição

para participar de grupos trabalhos do Congresso Nacional que proponham a diminuição dessa contradição que é a saída dos nossos parentes e amigos do nosso País para trabalhar em outros países em subempregos, vivendo, muitas vezes, em condições subumanas.

Quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho que vem desenvolvendo e dizer da importância do mesmo, que, além de tentar resolver esse problema da emigração, preocupa-se também com os direitos humanos. Estendo os parabéns a todos os Deputados e Deputadas membros desta Comissão e, sobretudo, ao nosso Presidente, o Senador Marcelo Crivella.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Deputado Leonardo Monteiro, agradeço, comovido, as palavras de V. Ex^a.

No enterro de Jean Charles, fiquei impressionado: a cidade inteira subiu o morro para enterrar o rapaz. A oração da mãe, ao final, comoveu a todos. Ela ajoelhou-se ao lado do caixão e disse: “Meu filho, enquanto eu pude cuidar de você ninguém botou a mão, ninguém te fez nada. Mas você tinha um sonho que era maior do que a nossa cidade [veja, uma senhora humilde com palavras tão profundas] e você partiu e não voltou mais para a sua mãe.” Foi com muitas lágrimas que nós todos assistimos à última despedida daquela senhora tão humilde, mas que falou palavras do fundo do coração.

Estava ali o Ministro Hélio Costa, representando o Presidente da República, que me convidou para acompanhá-lo. Estava o Secretário da Ação Social do Governo de Minas Gerais, representando o Governador Aécio Neves; estava o Prefeito da cidade de V. Ex^a, Bonifácio Mourão, e também o Prefeito de Gonzaga.

Depois da cerimônia, depois das orações, as pessoas vieram falar conosco. “Olha, meu filho está lá, minha sobrinha...” “Eu tenho dois irmãos.” Praticamente, todas as famílias que falaram conosco estavam preocupadas, porque os brasileiros lá fora estão sem cidadania, vivem como Jean Charles, apavorados de serem abordados pela imigração e serem deportados. O Jean teve medo de conversar, de saber o que era. Não teve uma atitude de enfrentamento. Por isso ele inspirou a ação violenta da Polícia, que achava que era mesmo terrorista que estava fugindo e ia explodir a bomba dentro do trem. Mas não. Ele fugiu porque não tinha passaporte com o visto de trabalho, como a maioria dos brasileiros. São dois milhões lá, e mais de um milhão está nessa situação. Aliás, convidamos dois Senadores americanos, o Robert Kennedy e o John McCain, para virem aqui falarem conosco sobre o projeto do *guest worker*, que está tramitando no Congresso americano e que dará a todos os imigrantes

– e os brasileiros vão se beneficiar – três anos legais, renováveis por mais três.

Agora, realmente a situação do vôo de ontem... As pessoas já chegaram no aeroporto dizendo: “Senador, eu não posso ficar no Brasil. Eu agradeço o apoio do Governo brasileiro, mas eu vou daqui para São Paulo, vou tentar ir pela Colômbia, pela Bolívia, mas eu tenho que voltar para lá, porque estou endividado, porque eu não tenho onde morar, eu vendi minha casa, eu estou voltando para São Paulo.” Eu estou pegando aqui um deles, do Maranhão, cuja passagem aérea foi oferecida pelo Senador Edison Lobão, que disse: “Olha, eu agradeço muito. Por favor, leve o meu agradecimento, a minha gratidão, ao Senador Lobão, mas fique com a passagem, eu estou indo é para o sul, para São Paulo; estou voltando.”

Quer dizer, nós não podemos ter apenas seis mil vistos por ano do Governo americano para este País, quando temos uma demanda muito maior e quando os americanos precisam dessa mão-de-obra. Todos os anos, os senhores podem olhar no Manual de Imigração Americano, chegam um milhão de trabalhadores legalmente. Os americanos dão um milhão de vistos de trabalho. No país do lado, o México, são 220 mil. Na Índia, são sessenta mil. Na China, são sessenta mil. Nas Filipinas e no Vietnã, são quarenta mil. E por que só nos concedem seis mil, se somos o maior parceiro comercial dos Estados Unidos no hemisfério sul e as grandes companhias americanas, os grandes bancos e as montadoras de automóveis estão instaladas aqui?

Não dá para entender essa situação. Precisamos, nesta Comissão, como diz o João, desbaratar essas quadrilhas de coiotes que tomam as coisas dos nossos irmãos mais humildes e que os deixam em um “beco sem saída”. E eles ficam tentando entrar repetidas vezes. Encontrei alguns na prisão, lá nos Estados Unidos, que já estão cumprindo pena porque vão, são presos, aí, na segunda vez, vão com passaporte falso. Os americanos já notaram isso e agora estão desenvolvendo um projeto de computador para identificar digitais. Eles vão com passaporte falso, com uma outra digital, chegando lá é tirada a digital do brasileiro, é aquela maquininha que tem no aeroporto... O senhor passou pela maquininha, o senhor botou o dedo... Na hora ele pega aquilo ali, aí vê a do passaporte e diz: “Opa, aqui, está falso. Certamente já veio antes.” Não é mais indocumentado, é transgressor de lei federal, portanto, presídio de três a cinco anos. E nós não podemos fazer nada. Quando é indocumentado, quando foi para lá para tentar trabalhar pela primeira vez, vai para o centro de detenções... Nós visitamos... Esses aviões custaram US\$250 mil cada um. Foram dois,

portanto, US\$500 mil; o Governo pagou e trouxe para cá. Agora, quando é reincidente, e eles estão descobrindo agora pela digital, pegam de três a cinco anos. É preciso que os brasileiros saibam disso.

Por isso o meu temor de adiar a nossa audiência em Valadares. O povo tem que saber disso. Vai voltar. Passaporte...

Pois não.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Eu queria aproveitar para me colocar à disposição de V. Ex^a e da Comissão. Eu fui Presidente da Câmara Municipal em Valadares, portanto, conheço o atual Presidente, Vereador Júlio Avelar, para, se for necessário, ajudar a tomar algumas providências em relação à questão de estrutura para a realização da audiência pública. Pode contar conosco e com o nosso mandato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Deputado. Vai ser importantíssimo. Nós precisamos divulgar para todo o pessoal de Valadares e da região do Vale do Leste, região do Vale do Aço, de modo geral, Ipatinga, Timóteo e Gonzaga, do perigo que o brasileiro está correndo agora, e nós precisamos ver isso aqui.

Quero franquear a palavra ao meu conterrâneo, Deputado Ivo José, e dizer que tenho sobre a mesa, desculpe-me, meu conterrâneo é o Deputado André Costa. Fiquei com a cabeça no Ivo porque ele está... O senhor sabe o que é? É que eu sou um carioca um bocado falsificado. Na verdade, eu sou um carioca do brejo. A minha família toda é da região de Simão Pereira, perto de Juiz de Fora. Então, sou um carioca meio do brejo, porque ali é que está, no fundo, muitas raízes da minha vida. Então, acabei me confundindo aqui.

Mas temos sobre a mesa os requerimentos do Deputado André Costa. Farei a leitura e, em seguida, franquearei a palavra ao nobre Deputado.

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para prestar esclarecimentos e informações perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Sr. Alan Rodrigues, jornalista da revista **Istoé** [o Alan foi responsável por uma série de reportagens, inclusive viajou, foi lá], sobre a questão da entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos da América do Norte, já que realizou extensa reportagem sobre a rede de agenciadores dessa perigosa jornada, investigando a fundo o esquema dos “coiotes” e as penúrias por que passam os brasileiros que arriscam a vida para tentar concretizar a ilusão de uma vida melhor no exterior.”

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada uma missão de Parlamentares desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com destino à região entre México e os Estados Unidos, onde os brasilei-

ros que desejam adentrar esse país de forma ilegal cruzam o rio Grande e arriscam-se pelos desertos da fronteira [o rio é Grande do lado dos Estados Unidos e é rio Bravo, o rio é o mesmo, mas tem dois nomes, o mexicano chama de Bravo, o americano chama de Grande] com vistas à visitação aos principais pontos da referida travessia, a um maior conhecimento do esquema de emigração ilegal operado pelos ‘coiotes’, já que também é de interesse do governo estadunidense que esse esquema seja desbaratado. A missão a ser realizada nos Estados Unidos deverá ter em sua agenda a visita às cidades de Boston e Nova Iorque, onde reside uma expressiva comunidade brasileira, muitas vezes carente de ações e apoio do Governo Federal e com amplo testemunho do esquema de travessia dos ‘coiotes’.”

“Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada uma missão de Parlamentares desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com destino à Espanha, em cuja comunidade observa-se um amplo espectro de concidadãos vulneráveis à máfia do aliciamento com vista à exploração sexual de escravas brancas, notadamente nas grandes cidades e regiões balneárias daquele país.”

“Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidadas Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, organizadoras da pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil, realizada pela Cecria (Centro de Referência de Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes), para que forneçam informações acerca de seu objeto de análise e investigação a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.”

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para prestar esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Delegado da Polícia Federal Rui Antônio, do Estado de Minas Gerais, sobre a questão de entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos, particularmente sobre a rede de agenciadores dessa desastrosa e por vezes trágica jornada, organizada por criminosos mais conhecidos como “coiotes”, atuantes no território brasileiro.”

Eu queria colocar em votação e discussão os requerimentos que falam sobre convites de pesquisadoras, de delegado e de repórter, porque esses não envolvem despesa pecuniária. Em seguida, vamos discutir e debater as viagens para a Europa e Estados Unidos, e darei a palavra ao meu conterrâneo para que possa, então, defender sua causa.

Em votação o requerimento dos convites do delegado, do repórter e das pesquisadoras, as Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Em discussão, e passo a palavra para discutir, em primeiro lugar, ao nobre Deputado André Costa, sobre as duas viagens, uma para a Espanha, para acompanharmos o tráfico das mulheres deportadas, cooptadas, ou seqüestradas, ou iludidas, para prostituição, e a viagem ao México, na região do rio Grande, do médio rio Grande, onde se dá a maior parte das travessias da fronteira de maneira ilegal.

Com a palavra o nobre Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, um bom-dia aos Srs. Senadores e Deputados que compõem esta CPMI. Desejo também parabenizar o nobre Senador pela assunção dos trabalhos à frente desta CPMI, que já vem desenvolvendo um trabalho bastante grandioso, acho que há cerca de um ano, da repatriação de brasileiros nos Estados Unidos, acompanhando atentamente esse tema da emigração.

De fato, até dito há pouco, é um tema que hoje está na ordem do dia da imprensa nacional, da grande mídia, mas que, de fato, não é um tema tão recente, tão novo. Sabemos que tem origem por volta dos anos oitenta e noventa, muito em razão das sucessivas crises econômicas que nosso País vem enfrentando, e que mudamos, assim, o perfil desse grande País continente, de receptor das gentes, das várias gentes européias do mundo árabe e asiático, e passamos a ser um exportador de gente. É uma nova realidade, inclusive para a estrutura consular brasileira. Não temos, ao certo, dados de 2,5, alguns falam de 3 milhões de brasileiros hoje residentes no exterior. Esses dados são imprecisos porque uma boa parte não está matriculada nos respectivos Consulados brasileiros, portanto, não temos dados oficiais. Podemos estimar em torno disso. É uma imigração, de um modo geral, ordeira. Tantos fluxos migratórios para a América do norte, para a Europa, para o Japão, e mesmo aqui, para os vizinhos países da América Latina, mas que também, em grande parte, sofre dificuldades, abusos, arbitrariedades, às de vezes de autoridades locais ou da população estrangeira em razão de preconceitos. E, na sua grande maioria, é uma comunidade bastante vulnerável, nestes aspectos. É bastante oportuna e necessária a instalação dessa CPMI, que creio, tem como escopo maior definir, quem sabe, um novo padrão de gestão pública no trato de nossas comunidades no exterior. Isso talvez com propostas de reestruturação do nosso serviço exterior, no que tange os trabalhos de setores consulares, que, ainda trabalham como uma estrutura física-material de uma outra realidade brasileira. Portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Ex^a me permite? Acho que ninguém, nesta Comissão, melhor do que V. Ex^a para assumir uma Sub-Relatoria sobre esse aspecto que o Deputado Neucimar falou no princípio. V. Ex^a fez parte, ou é licenciado, do corpo diplomático brasileiro...

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Licenciado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – ...que ainda tem uma estrutura da época em que moravam no exterior cerca de 10 mil, 100 mil brasileiros. Eu e ele tentamos ligar para o Consulado Brasileiro em Houston, insistentemente, e a ligação só caía na secretária eletrônica. Agora você imagina, um Deputado e um Senador, e os que se encontram numa prisão! Ligamos com cartão telefônico. E não é porque as pessoas no Consulado de Houston se eximem, é porque são poucas. O Consulado de Houston tem uma renda consular de 300 mil dólares mensais, que não é menor do que a de Miami, que não é menor do que Washington. Talvez seja um pouquinho menor do que a de New York. Eles faturam muito. Então, V. Ex^a prestará um grande trabalho a esta Comissão se puder debruçar sobre estes aspectos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só um aparte, nobre Deputado, só para complementar o nobre Senador Marcelo Crivella, nós fomos muito bem recebidos pelo nosso Cônsul, em Houston, Ministro Milton Torres. Ele nos acompanhou, nos deu toda a atenção, como os funcionários do Consulado, que, de fato, são poucos. Agora, veja só, eu estava conversando com o nobre Deputado Geraldo Thadeu, e com o próprio Senador, dos poucos funcionários que temos no Consulado, temos ainda um filipino e um chinês. Poderíamos ter 2 brasileiros lá, trabalhando no Consulado. Claro, que, respeitando a profissão e a função de cada um, exercendo dentro do quadro para o qual foram contratados. Mas, veja só, entre os funcionários do Consulado brasileiro estão um chinês e um filipino. É claro que nós brasileiros, com certeza, temos, além da obrigação funcional, um sentimento patriótico, em relação aos nossos irmãos que estão presos. Imaginem um brasileiro ligando para o Consulado e tentando conversar com um chinês, com um filipino! Muito bem, eles podem cumprir a função deles, como funcionários, mas se tivesse um brasileiro no lugar, com certeza, o sentimento seria outro.

Na reunião passada desta Comissão, nós abordamos outro assunto. Estive no Banco do Brasil de Viena, na Áustria, para fazer um, câmbio, estava na missão pela Comissão de Segurança, não tinha um funcionário brasileiro no Banco que falasse o português! Tive que esperar mais de uma hora para o gerente chegar,

pois só ele falava português. Estava conversando com o nobre Deputado, amigo meu, André de Paula, e ele me disse que teve o mesmo problema na França. Foi a um Banco do Brasil para fazer um câmbio e ninguém falava português. Hoje o Banco do Brasil é autorizado a fazer o repasse de verbas do exterior via contas do Banco do Brasil de brasileiros que estão no exterior. Eles fazem remessas para o Brasil para seus familiares via Banco do Brasil. Imagine a dificuldade desses brasileiros, chegarem ao Banco do Brasil, fazer uma remessa, precisar de uma informação e os funcionários não falam português. Esse é um assunto para ser resolvido do ponto de vista da diplomacia por meio do Itamaraty. Obrigado, Deputado.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Eu que agradeço, nobre Deputado. É bastante válida a sua colocação, essas e outras dificuldades encontradas deverão ser objeto de análise desta CPMI.

Eu me sinto honrado com a fala de nosso Presidente. É evidente que eu acataria qualquer designação, que, por ventura a Mesa, o Senhor e este Plenário me prestigiar.

Eu gostaria apenas de salientar, até por conta de uma experiência profissional na área consular, que, de fato, o nosso, como lembrou bem o nobre Senador, o nosso serviço consular está caduco, não atende a esta realidade, e, por vezes, também deparamos com uma lacuna do Estado Nacional brasileiro em termos de diretrizes para o tratamento de uma forma coordenada, conjunta, concatenada para essa grande comunidade brasileira no exterior. Isso faz com que as soluções improvisadas ou não aconteçam por parte mesmo das autoridades consulares locais, dentro da penúria de estrutura física, tentar, da melhor forma possível o atendimento aos nossos brasileiros. Acho que esta CPMI operaria no sentido de prover esta lacuna a uma grande diretriz nacional para o nosso Estado Maior.

Sobre questão pecuniária aqui levantada, quer dizer, em torno de 6 bilhões de ingressos de dólares no Brasil, por conta do trabalho dessa grande comunidade, se não estou enganado, maior, inclusive, do que toda a soma de exportação da soja, nosso maior produto de exportação, aliado ao grande volume, que lembrou o Senador, da arrecadação pecuniária dos Consulados, alguns, como o Consulado de Barcelona, de Zürich. É uma soma fantástica. Poderíamos pensar numa contrapartida dessa soma que vem para o Erário, em contrapartida em ações concretas, sobretudo no apoio jurídico a essas comunidades. Lembrando aqui que o brasileiro, no exterior, onde quer que ele se encontre, é um cidadão de plenos direitos. Em nossas Constituição não há distinção, isso é importante para um debate com a sociedade deixar isso claro. É a CPMI

que apóia os brasileiros e não quer criar nenhum tipo de constrangimento á iniciativa dos brasileiros que desejam imigrar. Ao contrário. É protegê-los aqui e no além-mar. Temos o Instituto da Defensoria Pública e outros mais. Quer dizer, essa garantia a esses brasileiros, onde quer que eles se encontrem, inclusive do apoio jurídico, é constitucional, e deve ser tratado dessa forma.

Brevemente, eu queria destacar, desse meu trabalho profissional, lembrado pelo Senador que preside esta CPMI, dois momentos. Um, no Consulado brasileiro em Barcelona, até por isso, objeto de um dos requerimentos, e outro, em nosso Consulado, na Guiana Francesa, que ainda pertence à França, é um território de ultra-mar francês.

Em Barcelona, nos 3 anos que ali servi ao País, percebi claramente a vulnerabilidade da comunidade brasileira como um todo, mas, especialmente, das brasileiras aliciadas aqui, boa parte no interior, não nas grandes cidades, esse é o novo foco das máfias de aliciamento, que produzem os dramas das escravas brancas, porque são vítimas incautas. Muitas, com promessas em balneários e em redes hoteleiras, para trabalhar como garçonetes, como camareiras, e, na prática, têm seu passaporte apreendido, são escravizadas sexualmente. O drama é muito grande. As famílias perdem o contato com essas jovens, e, às vezes, quando têm um mínimo de contato, elas mesmo ficam envergonhadas, não passam para a família a condição de vida a que estão submetidas na Espanha. Isso vale também para outros países. Mas na Espanha, particularmente, as máfias têm sido truculentas nesse aspecto. E há sempre uma contraparte no Brasil, evidentemente. E daí a importância de examinarmos a política do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, até mesmo dessa contraparte brasileira.

Alguns dramas de mortes e tragédias foram aqui ressaltados. Eu também convivi, nesses três anos, com isso. Fiz algumas visitas. Acompanhei algumas batidas da polícia espanhola nessas casas noturnas, enfim. E, por vezes, nos deparamos com dramas de chegar um pouco tarde, dada a situação em que essas meninas – algumas inclusive, para espanto nosso mesmo, menores de idade – a que estavam submetidas e que foram acometidas pelas mais várias doenças. Inclusive uma delas, ao chegarmos em Bilbao – chegamos um pouco tarde –, havia falecido há poucas horas por maus tratos e porque havia sido acometida pela tuberculose.

Então, é um drama real. E é um drama real que, embora agora seja objeto da grande mídia em nosso País, já vem de algum tempo. Porque se pensarmos que em torno de três milhões de brasileiros residem

hoje no exterior, se para cada um desses considerarmos que haja em torno de vinte entes queridos próximos, entre parentes e amigos próximos, são sessenta milhões de brasileiros envolvidos com esse drama, diretamente envolvidos.

Portanto, é realmente uma questão nacional que deve ser tratada pelo Estado Brasileiro. Creio que esse é um pouco o espírito das recomendações que faço em torno desta CPMI, acerca da aprovação desses requerimentos.

Parabenizo, mais uma vez, a instauração da CPMI e a assunção do meu conterrâneo, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Deputado André Costa. Creio que ficou clara a razão do requerimento do nobre Deputado e o coloco em discussão.

Aqueles que quiserem discuti-lo...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Eu só gostaria de trazer algumas informações adicionais, não no sentido de desmerecer a fala do companheiro, mas para acrescentar informações. Percebo que o companheiro Fraga e o nobre Deputado que nos antecedeu na fala citou que é em torno de US\$5 a US\$6 bilhões que se enviam anualmente por esses brasileiros heróis que estão vivendo fora do País, em consequência do momento recessivo que nós vivemos aqui.

Mas a verdade é uma só. Os números são bem maiores. Volto a insistir nessa informação. Não são somente US\$6 bilhões. Eu vou dar uma informação. Somente do Japão, os números oficiais são US\$2,4 bilhões por ano. Só do Japão. Isso vem de forma oficial. Agora, existem os valores que vêm de forma, digamos, extra-oficialmente. Nos Estados Unidos, conforme conversei com o Cônsul de Miami, os valores de US\$5 bilhões ou US\$6 bilhões são valores oficial, mas o número de pessoas que estão vivendo de forma irregular ou sem documentos, melhor assim dizendo, é muito maior. Então, nobre companheiro, acredito que os valores ultrapassem, só nos Estados Unidos, US\$30 bilhões, por ano. Hoje já se pode trazer dólar até na cueca – percebemos isso. Então, imagino o número de dólares que são trazidos de fora do País por pessoas que têm medo de declarar os valores. É claro que não podemos fazer nenhuma estatística baseada em, vamos dizer, “irregularidade”, mas estamos falando em nível de realidade. A realidade é essa: os números são bem maiores.

Sr. Presidente, há um segundo problema que nós enfrentamos. Oficialmente, o país que recebe o maior número de emigrantes brasileiros é o Paraguai. Agora, sabemos que em números extra-oficiais, hoje, o país são os Estados Unidos. Porém, é preciso também ver a questão do Paraguai, que é um país vizinho nosso, porque o atual Presidente do Paraguai está deportando, expulsando todos os brasileiros que estão no Paraguai sem documento. Sabemos que a realidade daquele País deve ser analisada com mais critério, mesmo porque quem ajudou a desenvolver toda agricultura paraguaia foram os brasileiros que estão ali, a quem chamamos de “brasiguaios”.

Hoje eu não trouxe o requerimento, mas gostaria de verbalmente fazê-lo e, posteriormente, realizá-lo de ofício. É sobre a perspectiva de esta CPMI também fazer uma visita ao Governo paraguaio. Parece que é longe, mas podemos ir a Foz do Iguaçu a um custo baixo, para que uma parte da Comissão se dirija àquele local e converse com o Governo paraguaio, ali na divisa, e já analisar os problemas que vão desde a Gleba 16 a Santo Alberto, La Paloma, enfim, toda aquela área que hoje faz divisa com o Brasil. O fato é que muitos brasileiros estão sofrendo em função da nova atitude do Governo paraguaio, mas eu acredito que o que ele quer é moralizar. Não estou criticando o Governo paraguaio, pelo contrário, acho que é uma atitude louvável no sentido de regulamentar a situação, porque até alguns brasileiros achavam que o Paraguai era um país que contribuía com o contrabando e com a ilegalidade. O Governo atual paraguaio, pelo contrário, vem fazendo um trabalho sério, mas evidentemente isso traz seqüelas para os brasileiros que estão indo em busca de trabalho.

Uma terceira situação, Sr. Presidente, que eu gostaria de abordar é que esse fenômeno novo da migração faz com que os nossos consulados, conforme foi citado por alguns companheiros, estejam vivendo uma nova realidade. Consulados que estavam habituados a receber estudantes, artistas e empresários agora vivem o fenômeno inverso que é o de busca de documento, desde certidão de casamento até uma série de documentos que são protocolados nos consulados. Então, nós percebemos, bem como o Deputado Neucimar Fraga e outros Deputados que estiveram visitando os Estados Unidos devem ter percebido, que nos consulados se vive um problema muito grande de burocracia. Acredito que esta Comissão pode ajudar a resolver esse problema.

Um grave problema que os nossos consulados brasileiros estão enfrentando, desde o Consulado em que estive, da Embaixada do Brasil em Londres, até o Consulado de Miami e de Boston, todos eles têm uma

observação: os funcionários dos nossos consulados brasileiros apresentaram um problema burocrático: o uso de estampilhas. Parece um pequeno detalhe, mas isso multiplica e muito as dificuldades, porque eles ainda devem usar as estampilhas do tempo do Império, uma prática daquele período, num momento em que hoje é possível utilizar máquinas que fazem isso rapidamente.

Eu percebi em Boston filas enormes, inclusive fora do Consulado brasileiro, até pelos corredores e na escada. Isso na legislação americana é proibido, mas não havia como resolver. O volume de pessoas que procura o consulado para documentos, segundas vias e outros é tão grande que os cônsules ou os funcionários dos nossos consulados brasileiros acabam se desdobrando.

Nós precisamos, talvez por meio desta CPMI, sugerir ao nosso Itamaraty e ao Governo que mude essa prática da estampilha e modernize essa situação, o que abreviaria bastante a agonia por que os brasileiros passam, muitas vezes tendo que perder dias inteiros em função da busca da solução dos seus problemas burocráticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero poder acrescentar.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Permite-me um aparte?

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra ao nosso Deputado do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente. É só um aparte sobre a atuação dos Consulados. Queria fazer um adendo: tem sido uma demanda crescente dessas comunidades – lá em Boston percebemos isso muito – a distância física da instauração de um consulado, como o nosso em Nova Iorque, na Ilha de Manhattan, das comunidades brasileiras que se encontram na região. E, por vezes, há a necessidade de se formular um processo de consulados itinerantes, ou até mesmo propor o deslocamento físico desses consulados, uma readequação da nova realidade geográfica dessas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Vou pedir aos meus companheiros Deputados, vou alertar V. Ex^{as} sobre dois problemas importantes. Primeiro, solicitar um apoio de V. Ex^{as} junto ao Relator da LDO, que é de Minas Gerais, Deputado Gilmar Machado, do PT, no sentido de que ele possa acatar a emenda que pedi que fosse em nome da nossa Comissão, que era para colocarmos uma rubrica no próximo orçamento de repatriação de corpos de brasileiros. É claro que caberá ao Itamaraty decidir que corpo vai

repatriar, dependendo das condições financeiras da família que requer, mas, poderíamos fazer emendas para atender e colocar no orçamento recursos para atender essa despesa.

Em segundo lugar, pediria também aos meus irmãos que pudessem se preocupar com um projeto que tramita na Câmara, já há algum tempo, para isentar a Embaixada Americana e o Consulado Americano do meu Estado, da minha cidade do Rio de Janeiro, ali no Castelo, a pagamentos de impostos, tendo em vista que eles querem vender aquele prédio e mudar para a Barra da Tijuca e não conseguiram, no requerimento que fizeram, porque a legislação não permite a isenção de impostos, que nunca pagaram e nem o brasileiro paga no exterior, que teria que ser arcado pelo proponente cobrador. Enquanto não resolvermos isso, o governo americano não dará autorização para abertura de novos consulados ou até escritórios consulares na fronteira ou em outros locais nos Estados Unidos. É um impasse que, de repente, os senhores poderiam ajudar a desobstruir na Câmara. E aí, poderíamos sim, nos trabalhos da nossa Comissão, conseguir com o Itamaraty que abrisse – o Itamaraty já fez duas propostas ao governo americano em Washington para abrir um consulado em Atlanta e um escritório consular na fronteira, onde disse Neucimar, em McKinley. E foi negado, exatamente por conta do problema do nosso Consulado Americano no Rio de Janeiro. Os senhores sabem que a diplomacia tem esse princípio de reciprocidade.

Concedo a palavra ao Deputado Ivo José.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (manifestação fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Eu gostaria de agradecer à Secretaria e pediria que atendessem ao apelo do Deputado Takayama. Isaías, por gentileza, nosso Secretário querido, por favor.

O SR. IVO JOSÉ (PT – MG) – Senador Marcelo Crivella, gostaria também de registrar o meu agradecimento à Liderança do PPS, que permitiu a minha presença nesta CPMI. E queria dizer também que, embora o objeto desta CPMI seja os crimes e os delitos penais e civis praticados na emigração contra brasileiros no exterior, ela pode, na minha opinião, cumprir um grande papel. Os números apresentados até agora mostram o envolvimento de muitos brasileiros, diretamente e indiretamente. Então, chega a quase 40% da população brasileira com algum envolvimento com relação a esse fenômeno sociológico, que, na minha opinião, é uma coisa recente. A tradição brasileira não é de mandar seus familiares para fora; a tradição é a de receber. Mas é um fenômeno muito recente e muito mal trabalhado. Nós reconhecemos o esforço que vem

sendo feito pelo atual Governo do Presidente Lula. Eu posso testemunhar, em vários contatos com o Itamaraty, com o Ministério da Justiça, com a Secretaria de Direitos Humanos, fatos novos que comprovam essa disposição do Governo de trabalhar no sentido de assegurar aos nossos irmãos brasileiros uma melhor condição. Mas, muita coisa precisa ser trabalhada, como foi dito aqui com relação à estrutura do Corpo Diplomático, que até mesmo tem se voltado para essa nova questão. Nesse sentido, a presença do Deputado André Costa, com certeza, contribuirá muito para que possamos nos aproximar mais e ter mais informação direta com relação à questão da estrutura do nosso Corpo Diplomático. Mas a contribuição que eu vejo – e que a CPMI vai permitir – é com a transparência, longe do sensacionalismo. Fatos como esse, que V. Exª presenciou, em que a mãe do jovem Jean Charles que, lá em Gonzaga... Então, fatos como esses, sem sensacionalismo, mas bem próximos da realidade. Fatos como esse – e nós concordamos e compartilhamos, porque todos nós vivemos isso no dia a dia – quanto ao drama, quando morre algum parente. A maioria das pessoas ainda está em situação difícil. É um drama para alavancar recursos para trazer fazer o traslado dos corpos. Todo o movimento feito ao Itamaraty, nós sempre temos a resposta de que não existe recurso, não tem dotação orçamentária e não existe similar em qualquer país do mundo... Aí, vêm aquelas respostas muito bem trabalhadas, mas não correspondem à realidade. Então, nós queremos contribuir no sentido de que esta CPMI possa fazer um grande trabalho e ir além do objeto principal, que é seriíssimo: a exploração, os agenciadores, os exploradores de vidas humanas. Acho que a CPMI vai, historicamente, desbravar essa questão, mas nós temos outras tarefas. No México, nós vimos, quando lá estivemos, uma campanha institucional muito bem feita nas emissoras de rádio e de televisão das cidades. Eu acho que o Brasil poderia fazer, também, uma campanha institucional. Não permitir que fique só nas manchetes da imprensa ou mesmo na abordagem de uma telenovela, porque não sabemos qual o objetivo da emissora, não sabemos aonde ela pretende chegar. Mesmo nos fatos, como foi o caso da morte de Jean Charles... Nós não podemos ficar nessa superficialidade, Sr. Presidente, eu acho que a CPMI tem um papel muito importante a cumprir, e V. Exª tem uma tarefa que a gente confia e sabe do seu comprometimento e dos Parlamentares que estão integrando esta CPMI. Eu queria concluir, cumprimentando a delegação, presidida por V. Exª, com a última chegada dos repatriados. Quero dizer que recebi hoje um telefonema do Prefeito da cidade Bom Jesus do Galho, padre Aníbal Borges, dizendo que veio um mo-

rador daquela cidade, mas o seu irmão ficou. Então, vou passar os dados para V. Ex^a, para ver se nos trabalhos de averiguação saibamos em que condições se encontra o filho do Sr. John Kennedy Mendes Abraão e da Sr^a Roseumira Gomes Abraão. Ele é um jovem de 21 anos: Alysson Douglas Abraão. Precisamos saber como ele está lá na penitenciária do Texas. Então, vou deixar os dados para que a gente possa fazer a pesquisa junto à Embaixada, Consulado... Para que a gente possa ter a possibilidade de trabalharmos juntos. Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Ivo José, vamos enviar, então, hoje um e-mail com o nome do Alison para saber... Porque, se são irmãos, chegaram juntos e percorreram todos os procedimentos jurídicos juntos. É de estranhar que tenha ficado para trás. A idéia que temos é de que foram juntos, estavam na mesma prisão, são irmãos. E nós tivemos dois rapazes que não puderam embarcar por tuberculose, não tinham liberação dos médicos. E o irmão também não me falou lá, na hora do vôo... Talvez pudéssemos ter tido uma ação.

Agora V. Ex^a tocou em um assunto fundamental: nós não podemos permitir que o Brasil perca tantos jovens pela situação econômica que vive de recessão. Isso dói, e nem seis, nem dez bilhões podem pagar a perda, a falta que eles fazem junto à família, junto a nossa sociedade, o que eles podiam produzir para desenvolver o nosso País, porque são, na maioria, jovens empreendedores. E pior: assusta-me quando uma novela da Rede Globo pode exercer, sim, um papel de instrumento das elites para “exportar pobre”. Nós sabemos que a elite brasileira dificilmente discute distribuição de riqueza. Nós assistimos hoje a uma luta pelo Governo do nosso País, mas, seja o projeto neoliberal ou seja o projeto do nosso Governo, não muda a distribuição de renda no nosso País; continuamos pagando juros muito altos e com nível de desemprego asfixiante.

Neste momento, nós temos um requerimento para trazer aqui – para fazer um debate político – a autora da novela e a principal personagem. É fato que o número de brasileiros detidos nos Estados Unidos triplicou na metade do ano. Não sabemos como vai acabar. O ano fiscal nos Estados Unidos começa dia 1º de novembro e termina dia 31 de outubro. Chegamos a 25 mil brasileiros presos, detidos por emigração, nos Estados Unidos. Ano passado, no ano inteiro, foram 9 mil; na metade do ano, 25 mil. Como vai ficar isso até o final do ano?

O Deputado Ivo José sabe que não podemos ser superficiais. Nós temos que ver as causas desse problema, e penso que o relatório tem que ser profundo

sobre esse drama, em que o brasileiro se vê obrigado a deixar seu País para ter um raio de aurora que não tem aqui, na sua terra. Na minha época de menino, nós emigrávamos, a minha família toda emigrou para o Rio de Janeiro ou para outros centros, mas ter de sair do País é realmente um drama que pesa, e pesa muito.

Com a palavra o nobre Deputado de Minas Gerais Leonardo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para parabenizar o Deputado André Costa pelos requerimentos e destacar inclusive o requerimento que solicita a instituição de uma sub-comissão desta Comissão para visitar o México e os Estados Unidos, ou seja, para investigar a problemática da travessia para os Estados Unidos.

Quero dizer também que, diante de toda essa problemática da emigração, há uma questão que é mais urgente, que é resolver o problema desses 25 mil brasileiros que estão presos. Vejo que deve ser uma atitude nossa trabalharmos no sentido de resolvermos essa problemática com os Estados Unidos, o mais rápido possível, sendo que a maioria está presa em decorrência de visto ilegal; alguns cometeram algum crime lá, mas a maioria não. Então, eu gostaria que priorizássemos essa questão da liberação, porque isso traz, como nós já estamos comentando aqui, um grande trauma para todos os familiares que estão aqui, muitas vezes sem saber notícias da situação deles, de como eles estão vivendo lá, e para essas pessoas que estão lá.

Registro também essa questão da emenda que o senhor disse que está encaminhada a LDO eu, como membro da Comissão de Orçamento, comprometo-me a ajudar a defender, junto ao Deputado Gilmar Machado, até porque vivemos essa realidade, como disse aqui o deputado Ivo José, lá na região, principalmente do leste de Minas, já fomos solicitados várias vezes por familiares que têm notícia que o parente morreu e precisa de o corpo ser transladado para cá. Aí solicitam a gente, como Deputado, para poder pagar o traslado. Há pouco tempo vimos inclusive um prefeito da nossa região ser envolvido num processo de denúncia porque a família pressionava o Prefeito a pagar o traslado. Não foi possível a prefeitura pagar, porque não existe forma legal, e o prefeito foi denunciado, inclusive, porque não conseguiu resolver o problema; na cidade de São Félix, Minas, próximo à cidade de Valadares.

Então vejo que é procedente essa questão da emenda, para que possamos, de forma legal, de se for o caso, tanto o Governo Federal, ou até os governos estaduais ou municipais de poderem assumir essa questão de quando acontece um traslado da neces-

sidade de resolver o problema do traslado de uma pessoa que morre lá nos Estados Unidos.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – Não podemos fazer traslado apenas quando a notícia chega no jornal, quando o caso traz comoção social e deixar aquele outro operário esquecido. Para ele não tem recursos. Tem apenas para aqueles que foram notícia no jornal. Quer dizer, precisa haver, realmente uma...

Não havendo mais quem queira discutir...(Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT-RJ) – Só um adendo final à proposta de V. Ex^a, quanto à emenda orçamentária, talvez também em algum momento da CPMI trabalhávamos uma solução jurídica para que essa arrecadação, esse grande volume arrecadado pelos Consulados possam, pelo menos em alguma parte reverter-se para o atendimento às necessidades locais dessas comunidades. Sabemos que da forma que está, toda essa arrecadação é remetida ao Brasil, ao Tesouro Nacional e aqui fica. Acho que seria justo que uma parte delas, pudéssemos trabalhar alguma solução jurídica nesse sentido, ali permanecesse, para que esses Consulados atendessem diretamente as necessidades das comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – Acho pertinentíssima.

Há um projeto, de minha autoria, que gostaria até de propor à comissão, passar a ser projeto da comissão, que é na remessa de recursos brasileiros, hoje, o Banco Central, Banco do Brasil ficam com uma parte, uma comissão desses recursos.

Fiz um projeto desse, projeto de lei, mas poderia passar a ser projeto da comissão, para que nos recursos enviados pelos brasileiros no exterior para o Brasil, parte disso fosse destinado ao Itamaraty para melhora do seu corpo consular, reverteresse isso aos brasileiros que estão lá fora e que remeteram dinheiro e que precisam do serviço. Um serviço público importante. Duas iniciativas que podemos incluir na pauta.

Os Deputados que concordam com os requerimentos apresentados pelo Deputado André Costa, permaneçam como estão. (Pausa.)

Os requerimentos foram aprovados.

Antes de encerrar nossa reunião, gostaria de propor, em bloco, os requerimentos:

Nobre Deputado Neucimar Fraga: convite ao Ministro das Relações Exteriores, ao Cônsul do Brasil nos Estados Unidos, para debate sobre imigração ilegal de brasileiros naquele país.

Deputado Geraldo Thadeu: convite ao Sr. Alan Rodrigues Melo, jornalista revista IstoÉ e autor da matéria “Travessia Mortal”, foi contemplado...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Sr. Presidente, nesse requerimento meu, não sei se a assessoria redigiu de forma equivocada, porque estava ausente, em vez de cônsul é embaixador dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – Pois não.

Embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Eduardo Galvão – É o Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Eduardo Galvão? Não saberia dizer agora. Mas vamos confirmar.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Não sei quem está no momento, mas gostaria que fosse convocado o embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – O embaixador.

É muito pertinente esse requerimento, porque conversando com o Sr. Ministro do Consulado brasileiro em Houston, ele nos dizia que não recebeu nenhum telegrama do Ministério das Relações Exteriores para dizer da criação da nossa CPMI, que me parece, até este momento, está sendo ignorada, que, segundo penso eu, deveria estar acompanhando-a por meio de seu assessor parlamentar.

Com a palavra o nobre Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Há pouco, nas reformas do atual Governo, houve uma reforma no organograma, na estrutura do Itamaraty, das Secretarias de Estados aqui em Brasília, e foi criado um Departamento específico para lidar com as comunidades brasileiras no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL-RJ) – Departamento chefiado pelo Rui Costa e pelo Embaixador Manoel Pereira.

Precisamos fazer com que o Itamaraty acompanhe esses trabalhos.

O requerimento de V. Ex^a será expedido ainda hoje.

O Deputado Geraldo Thadeu pede também que seja expedido por esta Comissão convite ao Sr. Walter Avarenga, jornalista da TV Poços de Caldas, responsável pelo Programa Nova Iorque, um sonho brasileiro.

Deputado Geraldo Thadeu pede um convite ao Delegado Sebastião Augusto de Carvalho Bujol, da Polícia Federal de Varginha.

O Deputado Neucimar Fraga propõe convite ao Sr. José Vanderlício, Procurador da cidade de São Feliz,

de Minas Gerais, para esclarecer informações acerca de um político mineiro que controla a máfia de coíotes, de acordo com o art. 36 Inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Alguém deseja discutir?

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e proponho a aprovação em bloco.

Os Deputados e Senadores que concordam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 22, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicita ao Itamaraty sobre a situação de brasileiros que se encontram presos nos Estados Unidos por entrarem ilegalmente naquele país.

Requerimento do Deputado Neucimar Fraga, solicitação ao Itamaraty de uma central de 0800 para atender aos brasileiros que estão no exterior.

Deputado Leonardo Monteiro, solicita a criação de um grupo de trabalho para averiguar circunstâncias da morte de Jean Charles Menezes.

Eu gostaria de abrir à discussão, porque propõe o nobre Deputado constituir uma comissão que visite a Scotland Yard, o Sr. Chefe de Polícia Ian Blair, a Srª que ordenou a morte do brasileiro, Crescida Dick, e demais policiais. Aliás, 2 estão de férias, para verificar a que ponto estão as investigações.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Eu disse na minha fala anterior que tive oportunidade de visitar os familiares, logo após a informação da morte, depois estive também no recebimento do corpo, um dia antes do enterro. No dia do enterro não foi possível a minha presença, pois tinha outro compromisso, e também tive a notícia de que o senhor e o Senador Hélio Costa estariam presente, fiquei mais tranquilo. Mas, o sentimento que toda a população tem é que há uma necessidade da apuração dos fatos. Ainda ontem, conversando com uma pessoa na região, comentava-se que se o Jean tivesse as características de um inglês, ele, talvez, não teria sido assassinado. Há uma séria de informações e contradições. Vejo que seria necessário a presença da Comissão lá, inclusive para além de exigir a indenização, o reparo, exigir também do próprio Governo inglês um processo contra aqueles policiais que causaram esse drama. É necessário que eles sejam processados. Apesar de ser num outro país, a situação não pode ficar impune. É lógico que há a necessidade da participação do Governo brasileiro. Mas o que esperamos é que os policiais que cometeram esse crime sejam processados pelo crime que cometeram.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – Eu proponho à Comissão que façamos seguinte, pois acho este requerimento da maior relevância, temos aqui um membro de nossa Comissão que é Delegado da Polícia Federal, Deputado Aldir Cabral. V. Exª quer fazer uso da palavra?

Com a palavra o Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sim, Sr. Presidente, em razão de V. Exª ter me citado.

Conversava agora, há pouco, com o Deputado André Costa, justamente sobre esse fato. Existe uma situação de terrorismo na Europa. Existe ainda o fato de o Jean ter sido tão brutalmente assassinado. Mediante os fatos, acho muito difícil e até por força da lei brasileira, qual correspondência em razão da ação policial. Há uma defesa legal por parte de policiais. Acredito que esse requerimento é de grande valia para fazermos uma pressão política em cima disso. Não é só com relação à Inglaterra não, à Polícia inglesa mais ao nosso Ministério de Relações Exteriores. É preciso não só para criticar mas também para ajudar o nosso Ministério. A situação é na verdade crítica e precisamos ajudar e, principalmente, fazendo uma correlação aqui com a LDO. Acho que isso tudo vem a calhar, a CPMI está sendo de grande valia. Fico um pouco calado, Sr. Presidente, porque fico preocupado com que estou ouvindo. Estou centralizando os pontos. Porque é como V. Exª disse, não adianta fazermos uma CPMI e sermos achincalhados. Esta é a palavra. Porque, naturalmente, vai ter gente que vai dizer: “Vai acabar em pizza”, “Não vai dar em nada”. E outros dirão: “Ele está apenas com o propósito de passear, de viajar”. Há também uma preocupação minha com relação às viagens prematuras. Essa não. Essa tem que ser feita já, de imediato. Outras seriam de bom alvitre, que fizéssemos primeiro as audiências públicas. Aí sim, nós daríamos vazão a essas viagens. Consolidando sim. Por quê? Porque vão dizer que estão viajando porque têm interesse em passear, levar a esposa. Não é isso. Acho que estamos aqui para trabalhar, mas trabalhar sério. Precisamos dar essa resposta que bem V. Exª disse no início desta reunião, de que estamos sendo cobrados pela mídia, em razão já dos fatos do Jean. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – V. Exª tem toda razão. Acho que há dois objetivos que não podemos perder de vista nos nossos trabalhos. Temos que lutar para que milhões de brasileiros, eu digo, mais de 1 milhão lá fora, que hoje se encontram de maneira ilegal, tenham cidadania. Existem muitos outros Jeans Charles em Portugal, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. No Japão nem tanto. Na Europa Ocidental e nos Unidos tem. É preciso que

eles sintam protegidos, ainda não tenham um visto regular de trabalho, saibam que seus parlamentares vieram a Londres, fizeram uma ação junto ao Parlamento britânico, deram entrevistas aos jornais, foram à polícia e disseram: “Estamos aqui porque um brasileiro foi assassinado de maneira brutal e nós queremos saber quando serão punidos os culpados.” É preciso que o brasileiro lá fora sinta que há um Estado, um Parlamento, uma Nação que não vão abandoná-los. Esta é a preocupação. Por isso acho de grande relevância esse nosso requerimento.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Usando as suas palavras agora, o grande problema nosso é que a base é um direito constitucional. O Direito Internacional Público nos dá as condições de reciprocidade. Mas não se fala em política. E isso é que é importante. E nós, desculpem-se a expressão, não é apropriada, mas tem que ser falada: um país tupiniquim, a política nossa é apenas interna, e não podemos sair daqui para termos um contato maior com outros Parlamentares, com outras Câmaras e com outros Legislativos. Apenas o Brasil, temos que ficar aqui quietinhos e atentarmos para as leis brasileiras e não as internacionais. De fato, isso ocorre no nosso lado, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Relações Exteriores. E é muito importante; vemos aí os convênios assinados internacionalmente com o Brasil e outros países, e abrange tudo isso. Hoje, temos, principalmente no Direito Comercial, um instituto que fala sobre isso; prevalece como lei hoje, no Brasil. Então, assim poderemos fazer também em relação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – À ação política.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) ...à ação política de imigração e emigração.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª tem razão. Proponho, então, ao Plenário da Comissão que enviemos um requerimento ao nosso Embaixador em Londres, o Embaixador Bustani, para que S. Exª pudesse conseguir para a nossa Comissão, em curto espaço de tempo, uma visita à Casa dos Lordes, à Casa dos Comuns e à política, à Scotland Yard, de tal maneira que tivéssemos audiências com essas pessoas.

No Parlamento, falaremos com nossos iguais, em discurso político; poderemos falar à Comissão de Relações Exteriores de Londres, desculpe, da Casa dos Comuns, depois também ter um encontro com o Presidente na Casa dos Lordes, e, fundamentalmente, conversar – isso seria importante –, ter uma audiência com o Mr. Ian Blair, que, a princípio, deu declarações com um ar muito natural, do tipo: “Ah! Foram cinco tiros, a polícia tem que agir assim”, não sei o quê e tal.

E lembro-me de que houve uma mudança na descrição dos fatos, quando um senhor londrino, sentado dentro do vagão – não é citado o nome nas reportagens – disse: “eu vi ele ser dominado no chão por três pessoas, e, aí, fizeram os disparos”, que eles disseram serem cinco, e, depois, na autópsia, verificamos que foram oito, com um tiro no ombro e sete na cabeça. Foi dito, publicado em jornal em inglês e reproduzido em jornais brasileiros, que o rapaz foi alvejado quando estava dominado, deitado no chão e com os três policiais em cima dele. Esse episódio nos assusta.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANDRÉ COSTA (Sem Partido – RJ) – Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – V. Exª me deu outro gancho agora, em se tratando de Direito Penal. Ele foi alvejado e, depois, mudaram o modus operandi, já com aquela arma...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sim, do choque.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – ...de choque, que paralisa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Paralisa sem matar.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Então, eles viram a bobagem que fizeram.

Essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Exatamente.

Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Quero fazer uma consideração e fazer coro aqui às considerações do Deputado Aldir Cabral de que realmente temos de ser seletivos, até perante a opinião pública, bastante seletivos nessas missões ao exterior. Mas também vale ressaltar que, pela natureza desta CPMI, grande parte dos trabalhos vão se desenvolver a partir de oitivas no exterior, porque, inclusive, grande parte das provas se encontram lá, ou seja, muitos estão em situação ilegal, não podem vir ao Brasil, deixar suas condições de trabalho. Enfim, até para alimentar as nossas convicções, embora isso implique um custo a esta Casa, mas, pela natureza específica da CPMI, infelizmente, alguns casos serão altamente necessários.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nada impede que façamos requerimentos aos presidentes das empresas para que possam nos ceder passagens, até porque os vôos internacionais sempre as têm disponíveis, para que possamos realizar nosso trabalho sem onerar o Orçamento público.

Deputado Neucimar Fraga, do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, queria fazer duas ponderações também, sendo uma, nesse sentido, da questão das viagens. Mas queria sugerir a esta Comissão que pudéssemos marcar uma audiência com o Ministro Celso Amorim ou com um representante do Consulado Geral dos membros desta Comissão, para que pudéssemos conversar, explicar o objetivo do trabalho, quais são os interesses desta Comissão, que tipo de parceria pode acontecer entre membros do Itamaraty e esta Comissão. De repente até solicitar – não sei se já existem – membros do Itamaraty para assessorarem esta Comissão. Assim como temos consultores, poderíamos solicitar para esta Comissão alguém da Polícia Federal, assessoria parlamentar dessas instituições, para que possamos fazer um trabalho em conjunto, porque vamos precisar do apoio do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, dos nossos Consulados nesses países, Receita, Polícia Federal. Julgo importante termos alguém do Ministério Público aqui nesta Comissão. As Comissões que hoje estão funcionando têm esse aparato todo e nós precisamos dessa parceria.

Outra sugestão que eu queria fazer é que, na Câmara, temos um grande problema... problema, não, é uma forma de trabalhar encontrada pelo Presidente Severino Cavalcanti, que, querendo dar um basta nas viagens feitas muitas vezes de forma desordenada por alguns Parlamentares – que viajavam dez, quinze vezes, enquanto alguns não viajavam nunca, nunca conseguiram fazer uma viagem ou apenas uma –, chegou a um consenso de que cada Parlamentar pode fazer no máximo duas viagens por ano.

Então, sei que os membros desta Comissão vão encontrar dificuldade, porque, como disse o nosso Deputado André Costa, a essência do nosso trabalho praticamente é ouvir, é conhecer a realidade no México, nos Estados Unidos, em Portugal, no Japão, na Espanha, somente onde estivermos tendo problemas com os nossos emigrantes, problemas como exploração, trabalho escravo, desrespeito à legislação.

Então, a nossa natureza é essa. Teremos que ter uma conversa com o Presidente da Câmara, para que ele possa ver que essas viagens não são viagens de indicação de Comissão para representar o Brasil numa conferência, num seminário, num congresso. É um trabalho de comissão parlamentar de inquérito. Não se faz inquérito sem investigar, e para que possamos realizar a investigação, é necessário que façamos diligências. E muitas dessas diligências vão acontecer nas fronteiras, onde temos problemas, como Paraguai, Bolívia e México, mas teremos que romper também as fronteiras para outros países.

Assim, eu queria solicitar ao Presidente desta Comissão que pudesse marcar uma conversa com o Presidente da Câmara também para informá-lo dessa necessidade. É claro que todo rigor vai ser aplicado aqui, as sugestões estão sendo feitas, inclusive a do nobre Parlamentar, a preocupação de levar a esposa. Normalmente, quando são viagens de indicação de Comissões, o Parlamentar paga a passagem e leva a esposa. Mas, nesta Comissão de investigação, nesta comissão de trabalho, a recomendação é que isso não aconteça, para que possamos investir e gastar o nosso tempo de trabalho somente em trabalho e não realmente em passeio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª deu uma sugestão valiosa. Hoje à tarde já farei expediente na nossa Comissão para nomear representantes nossos e obter para eles audiência com o Sr. Ministro das Relações Exteriores ou com o Secretário-Geral do Itamaraty, com o Diretor da Polícia Federal, com o Procurador-Geral da República para apresentarmos a nossa Comissão os objetivos e o pedido de apoio.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E solicitar ao Secretário-Geral que envie correspondência aos Consulados no exterior, às Embaixadas, comunicando sobre a existência da Comissão e do trabalho que vamos desenvolver, para que, quando solicitarmos alguma informação, algum tipo de apoio desses Consulados ou das Embaixadas no exterior, nós possamos encontrar o respaldo e ter o reconhecimento da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Perfeito. E faremos também gestão junto ao Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, sobre a natureza da nossa Comissão.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Só uma sugestão operacional...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ.) – Com a palavra o Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Sugiro que, nessa interlocução com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro ou com o Secretário-Geral, ali mesmo possa ser encaminhado um pedido formal para que o Ministério faça uma circular para todos os postos, todas as missões diplomáticas no exterior, comunicando os objetivos desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ.) – O tempo se vai. Deputado Aldir Cabral, eu gostaria de colocar em bloco os requerimentos de V. Exªs, para que possamos tomar providências e expedirlos de maneira rápida, e assim atingirmos nosso objetivo.

Solicitação do Deputado Neucimar Fraga às Companhias Aéreas Varig e Aeroméxico lista de passageiros dos últimos 2 anos do Brasil com destino ao México.

Deputado Neucimar Fraga solicita à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil número de vistos aceitos e negados, de brasileiros para os USA, nos últimos 4 anos.

A média histórica é medíocre. São concedidos não mais do que 6 mil vistos de trabalhos legais para brasileiros. É muito pouco se comparado, por exemplo, com a China. E existe a máfia chinesa nos Estados Unidos. Também há a máfia hispânica, quando foram concedidos 220 mil vistos. Sempre fomos um país amigo, não há como justificar esse tipo de tratamento.

Deputado Neucimar Fraga solicita ao Banco central informações sobre valores enviados por brasileiros residentes no exterior, nos últimos 4 anos.

Do Deputado Neucimar Fraga solicitação à Polícia Federal de Minas Gerais informações referentes aos depoimentos de brasileiros deportados dos Estados Unidos, no dia 3 de março de 2004. Na verdade, foram 4 vôos ao total.

Do Deputado Aldir Cabral solicitação à Rede Globo da cópia do Programa Globo Repórter, exibido no dia 29 de julho de 2005, de acordo com o art. 148 do nosso regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Nada mais havendo a acrescentar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 58 minutos.)

Ata da 5ª Reunião, realizada em dezesseis de junho de 2005

Aos dezesseis dias de agosto de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, dos Senadores Eduardo Suplicy; Valdir Raupp, Edison Lobão, Eduardo Azeredo; Reginaldo Duarte, Sérgio Zambiasi e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, Takayama, André Zacharow, Leonardo Monteiro, André Costa e Neucimar Fraga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRÁTICA-

DOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 5ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à exposição do delegado Rui Antônio da Silva, chefe da Delegacia da Polícia Federal em Governador Valadares. Em seguida, o Presidente convida senhor Rui para fazer sua exposição acerca da atuação da Polícia Federal naquela região mineira, no que concerne ao processo emigratório, principalmente, para os EUA. Usaram da palavra os seguintes parlamentares João Magno, Leonardo Monteiro, André Costa, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta desta nossa quinta reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Rui Antônio da Silva, chefe da Delegacia da Polícia Federal em Governador Valadares, em Minas Gerais, acerca das investigações da Polícia Federal na questão da emigração ilegal naquela região.

Eu gostaria de convidar o Sr. Delegado Rui Antônio da Silva para que tome lugar à mesa e possa, então, fazer sua exposição.

V. Sª tem a palavra por dez minutos.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, como Delegado de Polícia Federal, estive trabalhando na Delegacia de Polícia Federal em Governador Valadares pela primeira vez, por três anos, entre os anos de 1999 e 2002. Passei um período fora, trabalhando em Mato Grosso, e retornei no final do ano de 2003, e lá me encontro até a presente data.

Nesse período, pudemos constatar e compreender, mesmo que de forma não completa, vamos dizer assim, a questão que envolve a emigração de brasilei-

ros para outros países de forma ilegal ou clandestina, especialmente para os Estados Unidos da América. Isso se dá em função de uma cultura que se desenvolveu naquela região desde a década de 40, quando os americanos se interessaram pela mica produzida na região de Governador Valadares. Depois disso, esses americanos levaram alguns brasileiros como empregados domésticos para os Estados Unidos, e daí se iniciou essa cultura de brasileiros irem para os Estados Unidos.

Penso que isso que a gente encara como um problema – e, geralmente, quem encara esse fenômeno como problema são pessoas que não vivem naquela região –, para os habitantes de Governador Valadares e cidades circunvizinhas isso seria mais uma solução, porque eles não entram no mérito da ilegalidade ou de abusos a que, eventualmente, estejam se sujeitando, mas pensam tão-somente em buscar melhores condições de vida para si e seus próximos.

Na verdade, o que o cidadão daquela região busca é trocar um potencial salário que dificilmente superaria o limite de R\$500,00 – ou coisa parecida – por um salário muito melhor fora do seu País, mesmo sujeitando-se a humilhações pelas autoridades, no caso americanas, mas com a possibilidade de ter o seu negócio em alguns anos e de comprar uma casa para seus familiares, conseguindo um futuro melhor para si e seus filhos.

Aproveitando dessa condição, atualmente, em Governador Valadares e região, estimamos que existem aproximadamente 40 quadrilhas que exploram esse serviço. Essa exploração é realmente muito forte, porque se cobra em torno de US\$10 mil para mandar uma pessoa interessada para os Estados Unidos. E é muito fácil obter um “cliente”, porque não é difícil encontrar uma pessoa que queira sair de uma situação em que recebe um salário de R\$300,00 ou R\$500,00 mensais, buscando a possibilidade de receber alguns milhares de dólares mensalmente.

Não é preciso, inclusive, que esse cidadão interessado tenha qualquer quantia em dinheiro para que seja levado para os Estados Unidos – ou, pelo menos, para que tentem colocá-lo naquele País. Essas quadrilhas utilizam-se desse mecanismo, não sendo necessário a pessoa interessada falsificar ou usar qualquer documento falso – falarei grosso modo para agilizar. Sai-se do Brasil com documentos autênticos e, se esse brasileiro que é levado para os Estados Unidos praticar qualquer ilícito, a infração ocorre em território mexicano ou americano.

Assim, ao nosso ver, quem pratica ilícitos nessa atividade são os chamados cônsules, que é aquela pessoa que assume o negócio, ou seja, quem tem o

dinheiro e financia a ida desses brasileiros para os Estados Unidos de forma clandestina. Também envolvem-se nesses crimes os denominados “coiotes”, que são aquelas pessoas que ficam no território mexicano e cuja participação se dá promovendo a efetiva entrada do brasileiro nos Estados Unidos. Há, ainda, os chamados aliciadores, que são aqueles que vão em busca dos clientes em potencial.

Então, essa é a situação. Não há, em nosso ordenamento jurídico, um dispositivo penal para responsabilizar, de forma mais fácil e satisfatória, as pessoas envolvidas nesse esquema. Precisamos buscar, para resolver esse problema, o enquadramento desses envolvidos em outros dispositivos penais. Basicamente, a legislação brasileira dispõe sobre crimes contra o sistema financeiro e, por consequência, ordem tributária, formação de quadrilha ou bando e lavagem de dinheiro.

O primeiro passo para que possamos responsabilizar essas pessoas – cônsules, coiotes e aliciadores – é a prova do crime contra o sistema financeiro. Isso não é muito fácil, porque não se trata de neófitos. São pessoas experientes na prática de crimes de modo geral, que até já estiveram envolvidas com outros crimes e migraram para essa atividade por entenderem mais lucrativa.

Temos conhecimento, em razão das nossas atividades investigativas, de pessoas que, simplesmente, enriqueceram nos últimos três a cinco anos e tiveram os seus patrimônios multiplicados algumas vezes. Imaginem que, de cada pessoa que é mandada, é cobrada a quantia de US\$10 mil. Desse valor, os cônsules não gastam mais de US\$4 mil para promover a entrada do cliente nos Estados Unidos. Então, haveria aproximadamente US\$5 mil a US\$6 mil de lucro líquido por cliente.

Estimamos que, atualmente, cerca de mil brasileiros da região de Governador Valadares estejam saindo desses locais e indo para o México com a pretensão de entrar nos Estados Unidos clandestinamente – entendemos por essa expressão uma circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Governador Valadares, que abrange 136 Municípios, com uma população superior a US\$2,1 milhões. Existe uma massa humana muito grande para que essas quadrilhas possam explorar.

Essa prática tem-se expandido, não se restringindo apenas à região de Governador Valadares e alcançando outros Municípios e Estados Brasileiros. No Nordeste, já existem algumas células dessas organizações criminosas. Nos Estados de Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia, há também pessoas envolvidas nessa atividade de mandar brasileiros

especialmente para os Estados Unidos. O mercado é promissor e muito rentável, razão pela qual é natural que o negócio se expanda.

Mas, como eu disse no início, encaramos essa situação como um problema principalmente social, porque são centenas e talvez milhares de famílias que estão tendo os seus pais – ou responsáveis por gerir a família – indo para outro País sem perspectiva de volta pelo menos a curto prazo. A maior parte das pessoas que vão para lá são financiadas pelas organizações criminosas, e temos notícia de que elas têm que trabalhar pelo menos um ano e muitas horas por dia simplesmente apenas para pagar o financiamento. Então, só depois do segundo ou do terceiro ano, o brasileiro conseguirá algo para enviar para sua família. E sabemos que família, na minha concepção, para que ela possa sobreviver, enquanto família, ela tem de estar junta. Pelo menos marido e mulher têm de estar juntos. Então, se um ou outro sai, a tendência é gerar algum tipo de complicação. Outro dia mesmo, conversando com um amigo, ele me falou de um caso em que o pai de família foi para os Estados Unidos. Quando voltou, teve uma dificuldade lá, e acabou praticando um homicídio contra a sua esposa.

Então, casos dessa natureza ocorrem com frequência, porque não é da natureza humana, não é da nossa cultura – pelo menos, é o que entendo – que um homem e uma mulher se casem, um vá para algum lugar e fique, anos a fio, e essa família permaneça estruturada. Eu penso que isso é muito difícil de acontecer. E, aí, filhos que se vão e são presos e humilhados... Mas isso é na nossa visão. Na visão das pessoas de Governador Valadares e região, isso não é problema, porque a preocupação que eles têm é com o patrimônio, com a condição financeira. E eles vislumbram facilmente que isso pode ser resolvido com a entrada deles e a permanência nos Estados Unidos.

Mas penso que outros esclarecimentos poderão ser prestados, a partir de provocações dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Dr. Rui, muito obrigado pelo seu depoimento.

V. S^a esteve à frente da Delegacia ou ainda está? Há quantos anos?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Eu estive lá, entre 1999 e 2002; fiquei um ano e meio no Mato Grosso e voltei no final do ano de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – E continua lá?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Continuo lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Então, V. S^a tem uma grande experiência no trato diário dessas famílias que perdem um membro para ir aos Estados Unidos. E tocou em um assunto muito

importante, que é a separação, a cisão familiar. Levar um marido, que fica mandando dinheiro para a família, mas longe da família, é um problema para ele lá e para a família aqui. E é um caso comum. Essas vezes que tenho ido aos Estados Unidos, tenho encontrado muito disso. O casal não vai junto. Sempre vai o homem, na esperança de, depois, trazer a mulher. E é difícil levar a mulher, porque os vistos estão cada vez menores para os brasileiros. E ficam mesmo separados.

Mas eu gostaria de franquear a palavra ao nosso Relator, em primeiro lugar, para fazer as perguntas, e depois ao Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Relator desta Comissão, o Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Senador Valdir Raupp, caro Dr. Rui, delegado da Polícia Federal, a vinda de V. S^a a esta Comissão, visando trazer mais informações, dados, para o nosso trabalho na audiência pública que faremos na próxima quinta e quarta-feira, naquela cidade de Governador Valadares, tem um grande valor, uma vez que V. S^a tem acompanhado esse tema de perto, desde o processo de emissão de passaportes, porque é uma cidade atípica no Brasil – ao se chegar na sede da Polícia Federal, em Valadares, é comum, de segunda-feira a sexta-feira, verem-se filas imensas de jovens, homens, mulheres, até muitas vezes semi-analfabetos, preparando-se para ir aos Estados Unidos pelas mãos dos coiotes e agenciadores.

Há alguns meses, tivemos a oportunidade de dialogar a respeito desse

Neste momento, com os trabalhos em andamento na CPMI, percebo que um dos pontos mais difíceis sobre o qual precisamos ter uma orientação para esta CPMI chegar ao centro da problemática e obter um encaminhamento adequado refere-se aos coiotes, cômputes, agenciadores. Como vamos chegar a eles, com os órgãos competentes, para obter um resultado efetivo no sentido de que esse processo criminoso de enriquecimento – às custas, muitas vezes, da morte de pessoas – seja interrompido? Esse é um dos objetivos desta CPMI.

Pelo que V. S^a falou, essa é uma das questões que também continua sendo difícil para a Polícia Federal, porque eles não deixam margem para serem pegos; têm experiência e antecedentes. Mas penso que, de alguma maneira, é uma ciência que nós precisamos desenvolver.

Então, a minha pergunta é: o que há de informação acumulada, na Polícia Federal, com relação a esses agenciadores, que pode dar a esta CPMI uma condição de ter, efetivamente, ações para prisões? Agora mesmo precisaremos fazer uma audiência. Será que

conseguiremos obter, nessa audiência, alguma pista sobre alguém que já esteja ao alcance desta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra o Delegado Rui Antônio da Silva.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Penso que, para se chegar a bom termo no sentido de provar a participação dos chamados cônsules, coiotes e agenciadores, e isso de forma inquestionável, satisfatória, a primeira atitude que se deve tomar é dotar a Delegacia de Polícia Federal, em Governador Valadares, de um efetivo mínimo que venha a permitir a realização de investigações nesse sentido.

A Delegacia de Polícia Federal, em Governador Valadares, para que possa realizar investigações, precisa de um efetivo mínimo de quatro delegados, vinte agentes, cinco escrivães. E nós temos, lotados naquela delegacia, apenas dois delegados. Estou há 35 dias fora da delegacia em função de um curso superior de polícia que estou fazendo aqui em Brasília. Desde o dia em que saí de lá a delegacia conta com apenas um delegado, e dessa forma é impossível fazer qualquer investigação. Há apenas um delegado na delegacia.

Estamos falando aqui de uma das preocupações da nossa delegacia, mas o nosso rol de atribuições é imenso. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, até o final de 2004 a nossa delegacia emitia, em média, cinquenta passaportes por dia. Essa média hoje é de cento e oitenta. Então, quase quadruplicou o número de passaportes emitidos.

Para a emissão de um passaporte não basta simplesmente a pessoa chegar e requerê-lo para ele sair sem maiores complicações; isso envolve uma série de atos que devem ser praticados.

Então, temos essa questão de emissão de passaportes, o atendimento a estrangeiro. Todo serviço de segurança privada, esse controle, fiscalização, segurança privada, é realizado pela Polícia Federal, e a nossa circunscrição é muito grande – como já mencionei.

Então, a Polícia Federal é a polícia judiciária da União. Em todo crime cuja competência para apurar for da Justiça Federal, a apuração é da Polícia Federal. Então, temos uma gana de atribuições muito grande. Estamos falando aqui só sobre um dos aspectos relacionados às atribuições da Polícia Federal. Então, o primeiro ato, vamos dizer assim, que tem que ser praticado para que possamos chegar a um bom termo é dotar a delegacia da Polícia Federal, em Governador Valadares, de efetivo que seja compatível minimamente com as suas atribuições.

Hoje, se formos fazer uma análise, vamos concluir que não há nenhum agente na delegacia que esteja... que possa se preocupar unicamente com as investigações – isso de uma forma geral. Então, se pensarmos

que essa investigação é muito ampla e complexa – a investigação no que diz respeito à atuação desses cônsules, coiotes e aliciadores –; se pensarmos que, para se chegar a bom termo, precisaríamos de, pelo menos, um delegado que ficasse por conta disso – seria uma equipe de, no mínimo, quatro agentes e um escrivão –, essa realmente é a primeira preocupação.

A questão de prova é realmente complexa, mas ela é possível. Possível por quê? Por que sabemos de pessoas... E precisamos produzir, porque não basta saber, você tem que apresentar as provas. Aí é que está questão: não basta que eu tenha o conhecimento, eu tenho que exibir as provas, e essas provas têm que ser inquestionáveis. Então, temos conhecimento de pessoas que ficaram ricas, adquiriram um patrimônio muito grande, nos últimos três ou quatro anos. E sabidamente esse patrimônio foi adquirido em função dessa atividade de mandar pessoas para os Estados Unidos mediante a cobrança de altas quantias, cerca de U\$10 mil dólares por pessoa.

Então, algum crime, com certeza, essa pessoa cometeu. Mas alguém vem e diz: você mandar ou participar para que alguém saia do País, com documento autêntico, isso não seria nenhum crime. Tudo bem. Mas, se essa pessoa financia esses milhares de brasileiros que estão saindo, financia e recebe isso, depois que essas pessoas estão trabalhando nos Estados Unidos, e essa entrada lá se dá de forma clandestina... Sabemos que essa atividade de financiar alguma coisa é atividade típica de instituição financeira.

Então, se fizermos uma análise na nossa legislação, especialmente na Lei nº 7.492, veremos que essa pessoa está praticando, com certeza, um crime contra o Sistema Financeiro. É só ter um pouquinho de boa vontade para fazer essa análise. E aí precisaremos naturalmente da participação da Receita Federal, porque é ela quem vai dizer sobre a evolução patrimonial desses indivíduos. Naturalmente nem tudo estará no nome desses envolvidos – isso deve ser objeto de apuração por parte da Polícia Federal. Se esse patrimônio estiver em nome desses chamados cônsules, ele vai, necessariamente, ter prestado uma declaração falsa na sua declaração de renda, porque ele jamais vai dizer que esse dinheiro foi adquirido no esquema de mandar pessoas para os Estados Unidos. E essa evolução patrimonial à qual eu me refiro é uma coisa pública e notória, não só em Governador Valadares, mas em diversas outras cidades que compõem a circunscrição da nossa delegacia. Então, o que a gente precisa é de pessoas e de boa vontade para apurar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – O que o senhor sabe a respeito da operação dessas máfias com empresas montadas para poder lavar dinheiro, principalmente dentro de Governador Valadares e na região, com conexão, inclusive, no México? Tem alguma denúncia na Delegacia, em Governador Valadares, a respeito dessas máfias que se aprimoram, crescem cada vez mais, formando um novo padrão de acumulação de dinheiro? Existe indício concreto de denúncia?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Existe, sim. Geralmente, esse dinheiro é aplicado na aquisição de imóveis, principalmente imóveis rurais – fazendas, muito gado. Essas pessoas, muitas vezes, estão envolvidas ou têm participação em algumas empresas, de pequeno e médio portes, mas têm. O que ocorre realmente é essa lavagem de dinheiro, ela existe. Precisa ser melhor investigada a partir do momento em que a gente receber o pessoal – recursos humanos – que possa se empenhar mais diretamente nessas investigações.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu vou concluir agora, para dar oportunidade aos demais Parlamentares. A pergunta é a seguinte: existe também alguma denúncia, já do conhecimento da Delegacia em Governador Valadares, de pessoas que foram transportadas, deram os R\$10mil ou mais ou menos para coiotes, foram presas e ficaram lá, e esse dinheiro não foi devolvido a elas?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Olha, como eu mencionei, as pessoas não têm interesse em fazer esse tipo de denúncia. Por quê? Mesmo nos casos em que as pessoas são presas, elas não desistem. E se elas denunciarem, estarão comprando uma inimizade com as pessoas que têm o *know how*, têm todas as condições para fazer com que elas voltem para os Estados Unidos. Então, isso ocorre com frequência. As pessoas são presas, são deportadas. Até porque as organizações criminosas têm estrutura. Pode ocorrer até de, em um caso ou outro, sofrer algum prejuízo; elas assumem esse compromisso de fazer com que a pessoa chegue e permaneça nos Estados Unidos. Então, no caso de elas serem presas, muitas vezes a própria organização criminosa é que paga a fiança, banca o retorno dessas pessoas para os Estados Unidos. Então, existe um pacto, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Uma cumplicidade que existe e o medo, também, de retaliação às famílias.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Exatamente. Geralmente, não denunciam, porque não desistem dessa pretensão de chegar e permanecer nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Está bom. Muito agradecido a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra o Senador, Líder de Rondônia, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Presidente, bondade sua.

Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella; Sr. Relator, Deputado João Magno; Sr. Depoente, Dr. Rui Antônio da Silva, Delegado da Polícia Federal; Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, pelo que estou vendo, é uma espécie de tráfico de pessoas do Brasil para outros países, principalmente para os Estados Unidos. É semelhante mesmo ao tráfico de drogas, lamentavelmente. E eu lamento que a Polícia Federal esteja impotente. Pelo que o Dr. Rui está falando, ela não tem estrutura para combater toda essa situação, porque é só combater, é só prender os agenciadores, os coiotes. Ninguém vai sozinho, a não ser com visto legal, para os Estados Unidos; nenhuma pessoa se arriscaria a ir sozinha, sem alguém a agenciando ou escoltando até os Estados Unidos. Então, isso é muito lamentável.

Penso que esta Comissão tem que marcar urgentemente – nem vou fazer perguntas porque o Dr. Rui já esclareceu tudo – uma audiência com o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda. Vejo, em operações da Polícia Federal no País afora – Operação Mamoré, Operação Curupira e outras –, duzentos, trezentos agentes e delegados, um batalhão de pessoas da Polícia Federal envolvido nessas operações. Por que não criar também uma operação para essa questão da emigração, para combater os agenciadores e os coiotes? Acredito que está muito fácil. E é muito mais fácil combater isso do que o tráfico de drogas, porque o tráfico de drogas está espalhado pelo País inteiro, pelos outros países vizinhos, e esse caso, não; é fácil chegar até a fonte, que são os agenciadores. Penso que não é tão difícil localizar essas pessoas, processá-las, e reprimir esse tráfico de pessoas que está ocorrendo.

Só lamento, para encerrar, Sr. Presidente, que, não obstante o fato de Brasil ter, no passado, em todas as crises de outros países, acolhido milhares ou milhões de emigrantes desses países, como Itália e Alemanha, por exemplo – temos cidades espalhadas pelo Brasil afora com nomes de cidades desses países, como Nova Trento, em Santa Catarina; Nova Veneza, no Espírito Santo; Americana, no Estado de São Paulo; na depressão de 1929, dos Estados Unidos, até uma cidade foi fundada em homenagem aos imigrantes americanos –, os emigrantes brasileiros estejam sen-

do tão maltratados nesses países. Os Estados Unidos lideram. Não vejo esses maus-tratos no Paraguai, que é o segundo maior país que recebeu emigrantes brasileiros; no Japão, que, se não me engano, é o terceiro país; na Inglaterra, onde, em que pese o último episódio do jovem assassinado, fora isso – que foi incidente lamentável –, não tivemos notícia de outros abusos da polícia inglesa; enfim, na Espanha, temos milhares de brasileiros; em Portugal, e seria muito justo mesmo que os portugueses tratassem bem os brasileiros porque o Brasil proporcionou riquezas fantásticas para o Reino de Portugal na época da Colonização do Brasil. Então, é lamentável que só nos Estados Unidos estejam ocorrendo esses maus-tratos, essa repressão violenta contra os brasileiros que lá estão chegando.

Então, sugiro ao Sr. Presidente que agendemos uma audiência com o Ministro da Justiça e com o Diretor da Polícia Federal para que uma operação seja feita sentido. Não estou vendo nada, nenhuma operação lá, em Governador Valadares, que é o foco maior. Também nas demais localidades, não vejo ação alguma da Polícia Federal para combater esses abusos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Senador Valdir Raupp, a sugestão de V. Ex^a será acaçada pela Mesa Diretora, e vamos providenciar uma audiência com o Sr. Ministro da Justiça. Realmente não faz sentido, não faz sentido a delegacia de Governador Valadares... O Senador Eduardo Azeredo, que foi Governador de Minas Gerais, conhece o drama que vivem os cidadãos mais humildes da região leste de Minas, tendo de trabalhar nos Estados Unidos, e com risco de vida – porque atravessar aquela fronteira e aquele rio é risco de vida –, por pessoas que enriquecem.

Há quarenta quadrilhas, como disse o delegado, que estão operando no leste de Minas, estão enriquecendo. O senhor delegado já falou aqui sobre os sinais exteriores de riqueza: compra de gado, de terras, e negócios em um curto prazo. Por quê? Só este ano foram presas nos Estados Unidos 25 mil pessoas. Dessas 25 mil pessoas, seguramente 20 mil foram libertadas sob palavra – 20 mil foram libertadas sob palavra – porque os americanos não tiveram prisão para prender 20 mil pessoas. Prenderam cinco. E essas 20 mil pessoas estão soltas nos Estados Unidos e deverão pagar, como V. S^a disse, US\$10 mil – tirando a despesa, a conta líquida é US\$6 mil ou em torno disso.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – Então, são 20 mil pessoas pagando US\$6 mil – são US\$ 120 milhões, US\$ 120 milhões nas mãos de uma quadrilha que está cada vez mais sofisticada,

cada vez mais equipada. Meu Deus do céu, não sei o que vai acontecer, porque estão levando nossos jovens com todo esse volume de recursos. E está aumentando: ano passado era oito mil, este ano já estamos com 25 mil, sendo que ano passado foi o ano inteiro e este ano estamos com 25 mil na metade do ano. Podemos chegar a 50 mil jovens, o que é uma perda, em termos de defesa nacional, extraordinária. Nenhum país na guerra perde tantos jovens assim como estamos perdendo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – Pois não Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, li uma reportagem de V. Ex^a sobre a quantidade de vistos legais que os Estados Unidos fornece ao Brasil: em torno de seis mil. Esses seis mil são por ano?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – Por ano.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – É uma média histórica e medíocre, porque, para o México, a despeito da máfia hispânica, os Estados Unidos concedem 220 mil vistos. Isso é o manual que eu li no *Department of Homeland Security* lá em Washington. E lembro também que, para a Índia eram 60 mil, para a China 60 mil, para as Filipinas e para... Chamou-me a atenção: para o Vietnã, um país que esteve em guerra com o Estados Unidos, 40 mil. Para o Brasil – e é o nosso maior parceiro econômico – a média histórica tem sido de seis mil pessoas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só um breve comentário, Sr. Presidente, exatamente pela reunião que tivemos na semana passada na Comissão de Relações Exteriores, onde foi aprovado o nome do novo Embaixador do Brasil no México. Nessa hora, então, pudemos discutir essa questão do visto. Efetivamente aqui com os Srs. Parlamentares, a informação colocada foi de que existe, sim, não a pressão oficial do governo mexicano, mas existem conversas, uma discussão interna dentro do governo mexicano no sentido de rediscutir a liberação de vistos para os brasileiros entrarem no México. Ao mesmo tempo, levantou-se essa questão de que nós poderíamos ter uma solução na medida em que os Estados Unidos aumentassem o número de vistos legais ou de autorizações para trabalhar ou morar nos Estados Unidos. Parece-me, talvez, que esse seja um dos caminhos que podemos ter aqui. Acho que uma das conclusões desta Comissão pode ser exatamente a de que o Congresso se posicione no sentido de fortalecer a busca

do momento de autorizações dos Estados Unidos em relação aos brasileiros. Quanto a essa questão com o México, que está sendo uma ponte para entrar nos Estados Unidos, os números realmente, na hora que os trazemos para números diários, são muito impressionantes: segundo dados que o embaixador nos ofereceu, vinte pessoas por dia chegam ao aeroporto e são devolvidas. Quer dizer, já que todos os dias 20 pessoas chegam lá – são dois vôos por dia, me parece, que chegam do Brasil ao México – e vinte pessoas voltam? Mesmo assim outros que vão ainda são retornados depois na fronteira. Agora, no próprio aeroporto são vinte por dia que estão devolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só para complementar as palavras do Senador Eduardo Azevedo, as informações que temos, Senador, é que essas vinte que estão voltando não estão na relação que os coiores pagaram à polícia da imigração mexicana para passar. São as que não pagaram, são as que foram para lá sem grupo, são as que tentaram entrar sozinhas. Como não estão na lista dos coiores mexicanos, que já estão autorizados a passar na imigração, elas são deportadas ali do próprio aeroporto. Os que estão na lista seguem para outro caminho, seguem o roteiro. Quer dizer, os que estão voltando não é pelo trabalho eficiente da polícia, mas porque não pagaram a propina para a polícia mexicana para poder entrar no país. Foi isso que foi relatado para nós, praticamente, pelos 318 deportados que acompanhamos semana passada em retorno ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Leonardo Monteiro, de Minas Gerais.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Cumprimento o Senador Marcelo Crivella, Presidente desta Comissão; o Deputado João Magno, Relator; e o Dr. Rui, Delegado de Polícia Federal da nossa cidade, Governador Valadares. É um grande prazer tê-lo conosco nesta Comissão. Sem dúvida alguma, a contribuição do senhor e da Polícia Federal em Valadares será muito importante para a nossa Comissão.

Sexta-feira, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Dr. Marinho, seu substituto, com quem conversei sobre o nosso trabalho e sobre a audiência pública que realizaremos dias 18 e 19 em Governador Valadares.

Peço ao senhor que contribua com informações sobre a Operação Tequila. Ano passado, houve a prisão de várias pessoas envolvidas com a questão de lojas que repassavam dinheiro dos Estados Unidos para o Brasil. Se fosse possível, gostaria de ouvi-lo dizer quantos processos e inquéritos foram abertos

pela Polícia Federal, bem como quantas são e quem são as pessoas de Governador Valadares envolvidas na Operação Tequila.

Sabemos que, na região de Governador Valadares, há um número muito grande de cônsules, como o senhor disse, incluindo pessoas que progrediram financeiramente, ficaram ricas. Alguns, bem sucedidos, até mesmo se elegeram prefeitos na região. Se possível, gostaria de ouvi-lo falar sobre algumas dessas pessoas citadas que hoje são prefeitos. Os órgãos públicos, as prefeituras ou as câmaras também são utilizados como instrumentos para facilitar a montagem de processos para levar pessoas para os Estados Unidos? As pessoas fizeram isso só com a sua estrutura física ou houve também o envolvimento das prefeituras ou das câmaras municipais?

O Deputado João Magno fez uma pergunta sobre as empresas que são usadas para lavagem de dinheiro. Em Valadares, há muito comentário sobre lojas, revendedoras de carros e postos de gasolina. Peço ao senhor que comente se é possível trabalharmos a fim de investigar mais precisamente algumas dessas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Antes de passar a palavra ao Dr. Rui, gostaria de acrescentar que eu e o Deputado Neucimar Fraga estivemos nos Estados Unidos, e cooperamos conosco as autoridades mexicanas e também a nossa Embaixadora. É claro que não há, por parte das autoridades mexicanas, nenhum envolvimento com máfias de coiores, que são grupos criminosos paralelos, traficantes de pessoas. Como disse o Dr. Rui – e constatamos isso lá – estamos lidando com milhões, expondo uma gama de pessoas.

Comunico a esta Comissão que ontem um rapaz de Minas Gerais faleceu dentro do presídio americano por um ataque fulminante de coração. Era ainda muito jovem, o que foi uma grande surpresa. Lamentamos profundamente esse fato. Esperamos que, no próximo vôo, possamos repatriar esse corpo. A família está devastada por essa morte abrupta e absurda.

Peço ao Relator que assuma a Presidência, por alguns instantes, pois terei de me ausentar.

Passo a palavra ao Dr. Rui para responder ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. RUI ANTONIO DA SILVA – Srs. Senadores e Deputados, poderíamos dizer que essa atividade ilícita alcança pessoas dos mais diversos segmentos, inclusive políticos no âmbito pessoal – pelo menos conforme o que é do meu conhecimento – em alguns Municípios da nossa região. Não pretendo generalizar, mas há também pessoas ligadas à política de alguns

Municípios envolvidas nesse esquema de enviar brasileiros para os Estados Unidos. Prefiro não citar nomes, a não ser um que se tornou público, que é o caso de São Félix de Minas, do qual o Senhor tem conhecimento. Esse já foi amplamente divulgado, razão pela qual não é preciso omitir.

A resposta à sua pergunta é afirmativa. Há pessoas envolvidas dos mais diversos segmentos, ligadas à política, ao comércio. A situação é bem generalizada. Quanto a nomes, é importante que avancemos nas investigações até para que esse trabalho não seja prejudicado.

Sobre a Operação Tequila, o seu objetivo é apurar a participação, a materialidade e a autoria desses ilícitos. O que fazemos é avançar nas investigações de forma preliminar à instauração de inquérito, que só é instaurado no momento em que reunimos elementos importantes de autoria e materialidade. Então, nesse aspecto, apenas um inquérito foi instaurado principalmente em razão do que já mencionei, isto é, da precariedade de recursos humanos, que permitiriam que essas investigações estivessem bem mais avançadas. Esta é a situação: existe um inquérito em andamento, mas muitos outros poderão ser instaurados. Como falei, são pelo menos 40 quadrilhas que se ocupam dessa atividade ilícita.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Deputado João Magno, e demais Colegas Parlamentares, Sr. Delegado Rui Antonio da Silva, algumas vezes, fomos questionados sobre a tipificação desse crime cometido pelos brasileiros que, como dizem alguns em suas localidades, ajudam no transporte dos interessados em entrar nos Estados Unidos.

A nossa legislação prevê que tipo de penalidade para esse fato? Que crime essas pessoas estão cometendo? Por exemplo, um cidadão de Governador Valadares que ajuda alguém a entrar no México pode ser enquadrado em que tipo de crime? Está tipificado em nosso Código?

O SR. RUI ANTONIO DA SILVA – Quanto a essa análise mais preliminar, a nossa legislação penal é omissa nesse sentido, porque o tráfico de seres humanos é tipificado para fins de prostituição e também para o trabalho escravo. Então, o tráfico no sentido de levar pessoas para fora do País – por exemplo, para os Estados Unidos – para trabalhar, como é feito por essas organizações criminosas, sem que haja uma comprovação de que o objetivo é trabalho escravo ou similar, não está tipificado.

Entretanto, a questão não deve parar nesse ponto. Há outros aspectos que devemos levar em consideração.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Por exemplo?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Por exemplo, o crime contra o sistema financeiro que, a meu ver, está sendo praticado por essas organizações criminosas, porque elas não apenas levam os brasileiros, mas financiam todas as despesas, e isso, salvo entendimento diverso, é uma atividade típica de instituição financeira. A nossa lei permite esse enquadramento, inclusive do particular; não precisa ser uma pessoa jurídica, pode ser um particular. Se ele agir dessa forma, no sentido de financiar, digamos assim, a **grosso modo**, essa ida de brasileiros para os Estados Unidos ou para qualquer lugar que seja, ele está...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Mas isso é previsto como crime? Quero entender porque conheço algumas pessoas que já foram para os Estados Unidos, colegas, amigos, pessoas que conhecemos no trabalho, e dizem que não é crime. Que tipo de crime seria? Esses dias fui conversar com um rapaz sobre isso. Apareceu até um Vereador do meu Estado que disse que já levou mais de trezentos para os Estados Unidos. Ele é considerado um herói no Município dele e foi eleito porque ajudou a levar trezentos moradores do Município, durante a história dele, para os Estados Unidos. Lá ele é considerado um cidadão de bem, um herói, porque ajudou a resolver o problema financeiro de muitas famílias, praticamente mudou a rotina do lugar. E fui questionado: mas que tipo de crime essa pessoa cometeu? Quanto à questão do tráfico, não existe, porque não é nem para prostituição nem para trabalho escravo. Vamos imaginar que ele tenha financiado a ida. É crime alguém pagar a passagem de outra pessoa? Estou perguntando porque isso muitos fazem, não digo para os Estados Unidos, mas para São Paulo, para Rondônia, para o Pará. Às vezes uma pessoa pede ajuda, e alguém compra a passagem e dá. Por isso quero saber qual a diferença. O nosso Código prevê esse tipo de crime? Não. É crime o cidadão pagar a passagem para outro ir para o México, para os Estados Unidos ou para Portugal? Que tipo de crime o cidadão está cometendo quando paga a passagem para outra pessoa?

Então, quero entender porque temos que ter argumento para trabalhar. É claro que, ao chegarmos ao final do trabalho da Comissão, teremos que fazer alterações na legislação para tipificar esse comportamento como crime. E precisaremos de auxílio da Polícia Federal, das instituições, para que possamos realmente trabalhar uma legislação para criarmos barreiras, por-

que, hoje, pelo que estamos percebendo – e como o senhor disse –, na questão do transporte, não existe o crime. Pode existir um crime do sistema financeiro, por estar financiando, mas não sei...

Pelo que conversamos com alguns brasileiros, principalmente mineiros e alguns capixabas, percebemos até uma mudança de comportamento. Em Minas e no Espírito Santo, onde a influência é muito grande, 90% dos que estão indo não estão pagando nada; vão com tudo pago, com emprego garantido, e, quando chegam aos Estados Unidos e já estão trabalhando, começam a pagar, mas vão sem pagar nada. Os goianos, os paraenses e também os rondonienses, pelo que percebemos, estão pagando, estão ficando até no prejuízo, porque, às vezes, pagam e não conseguem entrar; vendem até a casa. Mas os mineiros e capixabas, do grupo cuja deportação acompanhamos, praticamente nenhum deles pagou nada para ir; já foram com emprego garantido, passagem aérea, hotel e tudo, levaram só o dinheiro do custo da viagem praticamente e para pagar o coioite lá no México, US\$600.00. Mas toda a despesa seria paga por eles na volta.

Então, quero saber o seguinte: que tipo de crime a pessoa que bancou a viagem está cometendo? Quero saber porque é bom termos conhecimento desses detalhes.

Outra questão. Não assisti à sua exposição, mas certamente V. S^a deve ter feito prestado as informações necessárias sobre as pessoas que estão atuando.

Pergunto: existe uma ligação entre os grupos que operam em Minas, no Espírito Santo, em Goiás, em Rondônia e no Pará? Ou eles atuam isoladamente? Vocês já conseguiram identificar essa questão, porque, normalmente, percebemos que os Estados são os mesmos: Minas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rondônia,...

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Mato Grosso.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – ...Mato Grosso e agora no Sul, acho que Santa Catarina está entrando na rota. Então, existe uma ligação entre esses grupos, uma coisa mais orquestrada ou cada um age isoladamente conhecendo a mesma rota?

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Nós vamos dar um tempo médio de cinco minutos, dando prioridade para os que ainda não se manifestaram. V. S^a responde e já tem inscrito o Deputado André. O senhor se inscreve? E, na seqüência, o Deputado Leonardo Monteiro pode responder.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Eu diria que essa questão da tipificação...Mencionei aqui que essa conduta – e o senhor acabou de reforçar a minha argumentação, quando o senhor disse que 90% das pessoas que vão ou são....

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Os mineiros e capixabas.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – ..levadas para os Estados Unidos não precisam de dinheiro, não é? São financiadas. Todas as despesas são financiadas. Quem financia é a instituição financeira. Se verificarmos a Lei 7.492, vamos constatar que essas quadrilhas estão praticando crime contra o sistema financeiro, porque não têm autorização do Banco Central para funcionar como tal. Então, com certeza – é claro que admite argumentação em sentido contrário, tudo bem, mas é preciso de um pouco de boa vontade, uma dose de boa vontade para chegarmos a determinadas conclusões e aí não é simplesmente uma conjectura não. Isso é com base numa análise técnica da legislação.

Agora, temos que entender que até pouco tempo atrás tudo que se relacionava a essa questão de levar brasileiros para os Estados Unidos dizia respeito à falsificação de documentos. As pessoas iam para os Estados Unidos com passaportes e vistos falsos, não é? Só que depois que o México deixou de exigir o visto do brasileiro para entrar em território mexicano, não foi necessário mais falsificar documento. Para que falsificar documento se é bem mais fácil e seguro sair do Brasil com documento autêntico? Vai para o México e de lá passa para os Estados Unidos? Então, simplesmente essas quadrilhas migraram da falsificação de documentos para essa atividade de mandar para os Estados Unidos via México com documento autêntico.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Relator, só para eu entender melhor, essa abertura da não exigência do visto pelo governo mexicano foi uma solicitação do Governo brasileiro ou foi uma cortesia do governo mexicano por acordo? Existia solicitação do Governo brasileiro para a não exigência de visto para os brasileiros entrarem no México? Ou foi o governo mexicano que decidiu por livre e espontânea vontade? O senhor sabe? O senhor tem informação sobre isso ou não?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Sr. Deputado, eu lamento, mas não tenho essa informação.

O SR. NEUMIMAR FRAGA (PL – ES) – Acordo bilateral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Foi um acordo bilateral. A intenção foi realmente do Brasil, porque, dentro da integração latino-americana, existem vários acordos bilaterais como esse. Na verdade, se tivermos a exigência do México novamente, não vai resolver de todo, porque o Brasil tem liberação de visto, por exemplo, com a Guatemala. Então, você vai poder ir para a Guatemala. Só que, ao invés de chegar direto, vai fazer Guatemala, México de alguma maneira e depois os Estados Unidos. É claro que fica mais difícil.

Vai dificultar um pouco. Mas o Dr. Rui coloca bem aí. Quer dizer, na verdade, acabou uma área de delitos que tínhamos, que era a falsificação de passaportes.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Exatamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Realmente, se voltarmos atrás e ter exigência de visto...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Senador, além disso, se houver a exigência, nós vamos entrar naquela dependência da máfia mexicana, que vai ser um crime muito pior.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Sim, com certeza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, não vai resolver o problema.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha posição é de defender a manutenção do acordo bilateral de não exigência de visto.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Conclua.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Só concluindo a resposta sobre essa questão de pessoas consideradas heroínas na região que o Senhor mencionou, esse fato ocorre em Governador Valadares e região, porque é alguém que está contribuindo para o indivíduo deixar de receber um salário de R\$300,00 e passar a ganhar US\$2 mil ou US\$3 mil. É questão de sobrevivência. Esse indivíduo jamais será considerado um criminoso.

Há pouco tempo, houve uma audiência pública na Câmara Municipal em Governador Valadares e esse fato ficou bem claro para todas as pessoas que participaram. Esses chamados cônsules não são considerados criminosos naquela região. Mas a nossa análise deve ser técnica. Se há um enquadramento legal, eu não posso fugir desse aspecto. Entretanto, é importante estarmos atentos também para a questão social desse negócio.

Sobre a correlação existente entre quadrilhas em Minas Gerais e nos demais Estados, em alguns casos, ela existe, mas não necessariamente. A região de Governador Valadares é considerada o local onde se encontra quem detém o *know-how* nessa área de mandar pessoas para fora, falsificando documentos se necessário. Contudo esse fato não mais se restringe apenas à região de Governador Valadares. Pessoas naturais de outros Estados já fazem o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Concedo a palavra ao Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, dou meu bom dia a todos. Ilustre Delegado Rui Antonio da Silva, obrigado pela presença e pelos esclarecimentos.

Farei apenas uma ponderação, porque estamos lidando com o tráfico de gente, existindo claramente uma lacuna jurídica. Há bem pouco tempo, quando havia exigência de visto para ingresso no México, notava-se perfeitamente a formação de quadrilhas para fraudar documentos. Parece que o cenário mudou – se entendi bem, ele é outro. Então, a própria caracterização de quadrilhas fica um pouco dificultada. Como V. S^a diz, existem cerca de 40 quadrilhas. Como se caracteriza essa quadrilha hoje? Qual é o ponto da ilicitude que pode ser definido como tal?

Se voltarmos o relógio na História do Brasil, veremos que, na segunda metade do Século XIX, quando recebíamos migrantes, sobretudo europeus, existia um esquema lícito. O Governo incentivava, até como substituição à mão-de-obra escrava, a vinda de migrantes. E, da parte desses países de origem – Alemanha, Itália, Rússia, Ucrânia –, havia também os agenciadores. Era um jogo combinado com o Governo Brasileiro.

Hoje, a nossa realidade inverteu-se nas últimas décadas em razão de excessivas crises econômicas e da saída – como lembrou há pouco o Senador-Presidente da Comissão – em torno de 50 mil jovens-ano, o que é demais. Trata-se de uma perda lastimável, sobretudo tendo em vista o fato de que muitos são jovens bastante qualificados. Eles estudaram, prepararam-se e usarão essas ferramentas teóricas e acadêmicas de trabalhadores alhures – e não para a produção da riqueza interna, em nosso País. Então, é lamentável. Mas é a realidade e um direito de todo cidadão. O brasileiro, não importa onde estiver, goza sempre de plenos direitos, conforme a nossa Constituição.

Portanto, qualificar e definir essa ilicitude nesse processo parece que, agora, está um pouco dificultado. Peço que V. S^a fale um pouco sobre esse assunto e como se configuram essas quadrilhas. Elas são qualificadas como quadrilhas, uma vez que não há mais essa prática fraudulenta. Solicito que V. S^a discorra também pouco sobre – sabemos que a sua atuação mais pontual é em Governador Valadares, talvez a região de maior emigração – se, dentro da Polícia Federal, há já uma inteligência maior, no sentido da constituição de uma rede de inteligência para saber a operação dessas quadrilhas, se assim podemos qualificá-las, no todo em nosso País.

Sobre o trabalho que a Polícia Federal desenvolve no sentido de reprimir essa prática criminosa, o trabalho não ocorre de forma sistematizada ou centralizada. Ele ocorre de forma isolada. Temos o nosso trabalho em Governador Valadares, lá em Varginha, Minas Gerais, que têm uma demanda nesse sentido. Também na delegacia de lá há investigações. Nos demais Estados, nas demais delegacias a coisa acontece desse

jeito. Não existe uma investigação sistematizada, até porque, como já mencionamos, o momento é de transição. Existia a questão da falsificação de documentos. Agora, já adotam esse artifício de mandar as pessoas com documentos autênticos. Até existe algumas ponderações sobre a tipicidade dessa conduta, se ela é típica ou não, porque a Polícia Federal se envolve com questões de grande complexidade. É questão de estabelecer uma ordem de prioridades. Vamos dizer assim, que haveria outras questões mais prioritárias para se preocupar. É possível entender isso?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Permite-me uma colocação, doutor? É que, por exemplo, temos o drama das escravas brancas, da prostituição, do aliciamento de menores, que se dá muito no Centro-Oeste e também em outras regiões do País. De repente, esse drama estaria sendo pensado num conjunto pela Polícia Federal também com a questão da imigração ilegal para trabalho, seja na América do Norte, Europa ou outros destinos?

Parece-me que a Polícia Federal já tem bastante resolvida uma estratégia de combate a essas máfias, quadrilhas que lidam com o tráfico para a prostituição. Há uma conexão? O senhor percebe que há na Polícia Federal uma conexão com essas quadrilhas que insistiam na imigração para trabalho?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Não. Se existe conexão entre as quadrilhas...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Na análise que consta da Polícia Federal?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Começamos a nos preocupar mais com isso, até porque tem chegado ao nosso conhecimento que nem todas as pessoas do sexo feminino que vão para os Estados Unidos vão efetivamente para trabalhar. Já começa a haver essa preocupação também com relação à prostituição.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Também para os Estados Unidos?

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Exatamente. Mas é uma coisa recente. Começamos a pensar nisso agora, porque a cultura é neste sentido: as pessoas vão para trabalhar, mas recebemos alguma notícia de que algumas pessoas estão indo com essa finalidade. É preciso separar as coisas. Quem manda não tem essa preocupação sobre o que a pessoa vai fazer lá, diferentemente das quadrilhas que aliciam para fins de prostituição, já com um fim determinado. Mandam para Portugal para prostituição, para a Espanha para prostituição, onde já existe um local certo para receber essas pessoas. Agora, quem manda para os Estados Unidos, algumas pessoas podem estar envolvendo-se com isso, o que não significa que as quadrilhas que

enviam ou que oferecem esse serviço estejam direcionando para esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Foi aprovada, no início desta reunião, uma audiência com o Sr. Ministro da Justiça. Faremos um esforço, conforme pedido do Senador Valdir Raupp, no sentido de garantir, com o referido Ministro, urgente providência para ampliar o quadro de servidores da Polícia Federal para que alguma ação desde já seja realizada, porque, realmente, a situação de precariedade é inegável. Estive na Polícia Federal, onde me reuni, e hoje foi relatado aqui que não existe um Delegado sequer para cuidar dessa área.

Pelo fato de ser uma questão relativamente nova, esse processo emigratório no Brasil entrou nesse disparo mediante a montagem das máfias de transporte de pessoas, nos últimos cinco anos, de forma acelerada. Especialmente nos últimos dois anos, o fato está mais preocupante. Desse modo, o Brasil precisa preparar uma nova Polícia Federal para esse fim. Devemos, então, organizar uma pauta adequada para levar ao Ministro da Justiça, fazendo essa solicitação.

Lerei um requerimento para, em seguida, conceder a palavra aos Srs. Parlamentares a fim de que seja aprovada aqui a audiência pública que haverá em Governador Valadares na quinta-feira e na sexta-feira.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Relator João Magno, eu estava imaginando que o Dr. Rui, na sua fala, mostrou o quadro, afirmando que há em torno de 40 quadrilhas ou mais na região. Ele falou também sobre o limite da Polícia Federal em relação ao número de profissionais, havendo, inclusive, apenas um inquérito instaurado no tocante à Operação Tequila.

Baseado nessa preocupação que é a audiência com o Ministro da Justiça, pergunto se não é possível organizarmos uma espécie de força-tarefa, uma equipe com a participação da CPMI, da Polícia Federal e da Receita Federal a fim de, em conjunto, trabalhemos com base, inclusive, nesse número de quadrilhas que já é visível. A equipe poderia ser formada por um Delegado, três Agentes, um Escrivão, a Receita Federal, o Ministério Público e representantes da CPMI para podermos trabalhar e apurar, de fato, principalmente, essas quadrilhas já previstas, que são as 40, das quais a própria Polícia Federal já tem uma visão. Pode-se, por exemplo, fazer um mutirão para atender a essa demanda que existe, apesar do número insuficiente de Policiais Federais neste momento.

Essa é uma proposta que poderemos fazer ao Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – A Mesa acolhe essa proposta de V. Ex^a e, evidente-

mente, encaminha para que a assessoria técnica da Comissão faça os devidos reparos e aprimoramentos se for necessário.

Lerei o requerimento e, depois, farei a comunicação oficialmente e diretamente a V. S^a, Dr. Rui:

“Requer a convocação para oitiva em Governador Valadares de dois presos que estão sob custódia da Polícia Federal naquela Cidade por falsificação de documentos e para que o Delegado facilite os procedimentos para essa diligência.”

Encaminharemos oficialmente a convocação a V. S^a. Aqui está o primeiro rascunho do requerimento feito oralmente para, na sequência, serem tomadas, para quinta-feira e sexta-feira, essas providências, facilitando o nosso trabalho.

Ainda está aberta a inscrição para algum Parlamentar. Estamos encaminhando-nos para o fim dessa reunião de hoje.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Relator, sobre a preocupação da tipificação, como disse o Deputado Neucimar Fraga, gostaria de falar a respeito do lado positivo e do lado negativo dessa questão da emigração. O Delegado Rui é de Governador Valadares e também tem conhecimento do fato.

A Região Leste de Minas Gerais, basicamente Governador Valadares, num determinado período, desenvolveu-se com base na extração da madeira e, depois, do minério. Essa época da extração do minério, inclusive, foi o período em que tivemos uma relação forte com os estrangeiros – norte-americanos e ingleses. Na região de Governador Valadares mesmo, havia as lavras dos ingleses e dos norte-americanos, que tiravam mica, isto é, malacacheta, para, inclusive, produzir instrumento bélico da Segunda Guerra Mundial. Então, essa relação da nossa região com os Estados Unidos e com o exterior é histórica, faz parte da região.

Depois, tendo em vista o esvaziamento da região – até porque as cidades cresceram e Governador Valadares desenvolveu-se com base na extração da madeira e do minério –, quando essa exploração acabou, a opção de renda das pessoas passou a ser, então, ir para os Estados Unidos ou para outro País. Primeiramente, as pessoas iam como turistas. Eu era jovem ainda na minha cidade e lembro-me de que se tirava passaporte como turista. Posteriormente, esse processo foi dificultando-se e passou-se a falsificar passaportes. Recordo-me de que, numa época, era forte a falsificação de passaportes em Governador Valadares.

Atualmente, o próprio Delegado diz que não há necessidade de falsificação, pois as pessoas tiram o passaporte legalmente e vão para o México. Então,

quando ficou difícil a passagem por meio de passaporte falsificado, passou-se a ir para o México. Esse fato trouxe outra fonte de renda: não para aqueles que vão a fim de ganhar dinheiro, mas para os que ficam e que produzem o passaporte falsificado ou que financiam a passagem e outras condições para as pessoas emigrarem.

Se alguém, por exemplo, é pedreiro em Governador Valadares, não tem condição alguma de sair. Mas há o agente que organiza o esquema para ele, cobrando US\$10 mil, e o coloca nos Estados Unidos depois. Esse agente vai ficando rico com esse processo. Hoje, há várias pessoas em Governador Valadares envolvidas nesse caso. Há histórias daqueles que se tornaram Vereadores, Prefeitos, além ???. O Prefeito ficou famoso, havendo inúmeras reportagens sobre o assunto.

Peço também uma contribuição do Sr. Delegado, se for possível, para nós, Parlamentares, Deputados e Senadores. Qual seria a sugestão, ou seja, como poderíamos alterar a nossa legislação – a Constituição Federal ou o Código Civil – para tipificar esse crime que sabemos que é o tráfico humano? Exerce-se, em nossa região, o tráfico de pessoas, inclusive acobertado até por essa falsa legitimidade, que é o fato de levá-las para fora a fim de ganhar dinheiro e desenvolver a região.

É um fato muito comum nas cidades dessa região. Vemos tanto em Governador Valadares quanto em outros locais essa defesa segundo a qual a chegada do dólar no País é importante e que as melhores casas construídas são por meio de dólares que vêm de fora. Há também uma “defesa” dessa ida das pessoas da região para lá.

Como poderíamos produzir uma legislação que pudesse tipificar esse tráfico de seres humanos, que, atualmente, é uma prática em nossa região? Peço ao Sr. Delegado que nos dê uma contribuição nesse sentido seria importante.

Outro aspecto que eu queria reforçar, como já disse na minha intervenção anterior, é a necessidade de construirmos essa equipe. Já sugeri que pudéssemos contribuir com a própria Polícia Federal, no sentido de estar apurando essas quadrilhas que já existem e já são qualificadas na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Concedo a palavra o Dr. Rui.

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – São dois aspectos de altíssima relevância. Penso que a participação da Receita Federal nesse trabalho será de grande importância, especialmente para buscar a comprovação da evolução patrimonial das pessoas que estão ou que estejam envolvidas nesses crimes de mandar

brasileiros para os Estados Unidos. Creio que, dessa forma, poderemos chegar facilmente à comprovação de que essas quadrilhas... à comprovação dos crimes praticados, especialmente dos crimes contra o sistema financeiro praticados por essas quadrilhas, porque evidentemente não vão ter declarado que essa evolução patrimonial ocorreu em virtude dessa atividade. É tudo uma questão de prova, e a prova passa por esse procedimento, a participação da Receita Federal. Isso será de grande valia com certeza.

Da parte da Polícia Federal, para se alcançar esse objetivo, cabe apresentar a qualificação, digamos assim, dos principais ou de algumas pessoas envolvidas, as que mais apresentam esses sinais exteriores de enriquecimento. A partir desses dados fornecidos pela Polícia Federal, a Receita Federal certamente poderá fazer um trabalho importante.

O SR. ANDRÉ COSTA (Sem Partido – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Com a palavra o Deputado André.

O SR. ANDRÉ COSTA (Sem Partido – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

A tipificação existente no art. 206 do Código Penal fala sobre facilitar a emigração mediante meios fraudulentos.

Essa realidade que examinamos aqui hoje, que é a inexistência de visto para ingresso no México, muda a situação. Caímos, a meu ver, em uma lacuna, porque esses meios fraudulentos não são mais aplicados, mas sabemos que, na ponta – não na partida, mas na ponta –, esse cidadão, o emigrante, estará em uma situação bastante vulnerável, porque há uma conexão da quadrilha no México e aqui, não no ingresso no México, mas no ingresso nos Estados Unidos. Ou seja, estará numa situação bastante vulnerável. Pergunto: como combater essa quadrilha, se aqui na origem, na saída do emigrante, não há mais a prática de meios fraudulentos, não mais ocorrendo, portanto, a tipificação do art. 206?

O SR. RUI ANTÔNIO DA SILVA – Essa é a segunda questão bastante importante que eu tinha mencionado. Está dentro da pergunta do Sr. Deputado. Como resolver isso? A coisa caminha dessa forma. Há a identificação do problema e, a partir da identificação do problema, temos que buscar a solução para esse problema. Se passamos a considerar esse fenômeno como um problema, temos que buscar a solução para ele. A meu ver, uma das alternativas seria a alteração do art. 206 do Código Penal, que diz – salvo ligeira falha na minha lembrança: aliciar trabalhador, mediante fraude, para fins de emigração. Então, há o elemento subjetivo, que é a fraude, pois tem que ser mediante

fraude, e o fim, que é a emigração. Essa questão para tipificar essa conduta pode ser resolvida, penso até que de forma bastante simplificada, com uma simples alteração do art. 206 do Código Penal. Não é isso? Basta que a gente apresente o problema para os Srs. Assessores do Senado, do Parlamento, que, com certeza, eles vão encontrar um texto lá que vai passar a considerar essa conduta como típica. Talvez eliminar o elemento da fraude.

Porque o art. 206 para que ele seja, para que a pessoa se enquadre nessa conduta, nesse tipo penal, primeiro que ele tem que praticar a conduta mediante fraude; segundo, tem que ser trabalhador. Não é isso? Então, o entendimento jurisprudencial aí é no sentido de que tem que ser uma empresa que recrute trabalhadores e queira mandar esses trabalhadores para o exterior, e que já exista um emprego lá determinado, uma coisa já definida. Então, penso que para tipificar isso aí é uma simples alteração no art. 206 do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Para fins de formalizar a aprovação do requerimento lido anteriormente, que convoca para a oitiva em Governador Valadares dos dois presos que estão sob custódia da Polícia Federal, coloco sob a aprovação.

Os Srs. Senadores e Deputados que são favoráveis queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Encaminho a V. Sª, Dr. Rui:

“Na qualidade de Presidente, assinado pelo Senador Marcelo Crivella, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, comunico a V. Sª que esta comissão deliberou convocá-lo para prestar esclarecimentos perante a CPMI em audiência pública a realizar-se no próximo dia 19 de agosto de 2005, sexta-feira, na Câmara Municipal de Governador Valadares.”

Passo a V. Sª então o requerimento.

Consulto o Deputado André Zacharow se quer fazer uso da palavra.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PSB – PR) – Sr. Presidente, apenas justificando a minha, não praticamente ausência, mas ter chegado tarde em função de a convocação ter sido feita tão-somente hoje, há poucos instantes. E me coloco à disposição. Mas gostaria de receber da Mesa quais os crimes, delitos penais e

civis que são tipificados para caracterizar a emigração como ilegal.

O SR. PRESIDENTE () – O senhor está fazendo a pergunta ao Dr. Rui?

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PSB – PR) – À Mesa, à Presidência. Gostaria de receber da assessoria para podermos trabalhar com mais clareza. E também saber quais os outros países, além dos Estados Unidos, que são objeto da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Esta Mesa dará, a partir da assessoria técnica, a resposta a V. Ex^a. Já é uma solicitação que o Presidente faz.

Então vamos concluir a reunião. Esta CPMI agradece a V. S^a pela presença. Certamente as orientações já preliminares trazidas aqui por V. S^a serão úteis para que esta Comissão prepare a estratégia que teremos em Governador Valadares, que é um centro crítico desse processo de emigração hoje no Brasil. E, a partir dessa audiência que faremos lá, que é uma referência para nós, vamos naturalmente trabalhar em outros lugares do Brasil, outras providências tomaremos.

De modo que agradecemos a prontidão de V. S^a por ter atendido ao nosso convite. Queremos contar com a continuidade do trabalho de V. S^a em Governador Valadares, na reunião a ser realizada no próximo dia 19.

Agradecemos a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 23 minutos.)

Ata da 6ª Reunião, realizada em vinte e cinco de agosto de 2005

Aos vinte e cinco dias de agosto de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presença dos Senadores Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, Neucimar Fraga, Geraldo Thadeu, Dr. Heleno, Jackson Barreto, Aldir Cabral, Takayama, André Zacharow, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella,

declara abertos os trabalhos da 6ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina aprovação da agenda da Comissão e a apreciação e votação de requerimentos. A presidência coloca em discussão a agenda da Comissão, passando a palavra aos seguintes parlamentares: Aldir Cabral, Leonardo Monteiro e João Magno. O Deputado João Magno, relator, propõe que seja feito convite ao Embaixador Manoel Gomes Pereira, do Ministério das Relações Exteriores, para que ele possa trazer informações à esta CPMI sobre o andamento do caso do Jean Charles Menezes, brasileiro que foi assassinado na estação de metrô, em Londres. O presidente coloca em votação a proposta do relator que é aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o relator, Deputado João Magno propõe a aprovação do requerimento que solicita à Polícia Federal a cópia do inquérito que apura eventuais crimes praticados por norte-americanos naturalizados brasileiros e o Presidente, Senador Marcelo Crivella, acrescenta a esta votação os seguintes requerimentos que são aprovados por votação simbólica: **Requerimento nº 36-2005**, de autoria do Deputado Geraldo Tadeu, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos brasileiros repatriados no dia 3 de agosto de 2005; **Requerimento nº 37-2005**, também do Deputado Geraldo Tadeu, em que solicita a relação dos brasileiros que viajaram para os Estados Unidos no período de 2002 até a presente data; **Requerimento nº 38** do Deputado Neucimar Fraga, em que solicita a convocação dos Srs. José Gomes Barreiro, Manuel da Silva e João Ênio Rodrigues de Mendonça, acusados de tráfico de seres humanos para outros países de forma ilegal, mais especificamente o aliciamento para a prostituição; **Requerimento nº 39**, de autoria do Senador Leonel Pavan, em que solicita audiência pública em Criciúma para debater com a população a situação da emigração de brasileiros que estão vivendo na região de Fort Myers; **Requerimento nº 40**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando sejam convidados Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras – MG, e o senhor Wanderley Vieira de Souza, Prefeito de São Félix de Minas – MG, e o senhor Milton de Jesus, fichado na Polícia Federal em Governador Valadares, como falsificador e agenciador de emigrantes; **Requerimento nº 41**, de autoria do Deputado Maarclo Crivella, solicitando seja convidado o senhor Eduardo Morato Fonseca, Procurador da República em Minas Gerais; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – (*Trecho inicial sem registro de áudio*) em que falaríamos à imprensa, e uma reunião com os brasileiros. Enviamos esse requerimento ao embaixador brasileiro em Londres, Bustani, que no mesmo dia respondeu, dizendo que a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns estava em recesso, voltando às atividades apenas em outubro; que o Sr. Ian Blair, depois do incidente, tirou férias. Portanto, nos ofereceram para conversar com o auxiliar dele. Os contatos com a comunidade e a imprensa estariam mantidos. Nós, então, replicamos, pedindo, já que o Ian Blair estaria de férias, que falássemos com o Ministro da Justiça. Nesse ínterim, a comissão que o Governo havia nomeado, que tinha representantes do Itamaraty, do Ministério Público e da própria Polícia Federal, pudesse acompanhar as investigações como representante do Governo brasileiro. Eles foram, ficaram de me mandar um e-mail ontem – o Embaixador Manuel Pereira –, mas não foi enviado. Pedi a ele que nos enviasse um e-mail para que eu pudesse mandar aos membros da Comissão. Mas me adiantou que haviam conversado com o advogado da vítima, o governo inglês fez uma proposta – recusada – de, me parece, US\$27 mil, não conseguiram falar com o Chefe de Polícia de Londres, porque realmente estava de férias, mas que estavam vendo a nossa ida com o Ministro do Interior.

Eu gostaria de abrir a discussão para que V. Ex^{as} pudessem se expressar e chegarmos a uma conclusão sobre o que fazer: esperar para que acabe o recesso dos parlamentares lá ou irmos antes, aguardando apenas a confirmação da audiência com o Ministro da Justiça? Isso ainda não havia sido deliberado pela Comissão.

Está aberta a discussão.

Os que queiram discutir se manifestem.

Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Sr. Presidente, acredito que a minha preocupação deve ser a dos demais componentes desta Comissão, visto que temos diversas viagens, e hoje surgiu essa oportunidade dessa viagem a Estados Unidos e México, junto à fronteira. O que me preocupa é porque há agora, este mês, a viagem a Poços de Caldas e vejo que as duas outras seriam oportunamente levadas para uma data mais à frente. E, para que não pegue nenhum parlamentar aqui desprevenido, e não seja açodada a viagem; nós possamos fazê-la com tranquilidade, montando um trabalho em cima daquele cronograma que o relator apresentou e que eu já pedi à assessoria técnica. Para

que possamos, dentro – não digo do interesse pessoal de cada um – do interesse de trabalho, viajar.

Por exemplo, Takayama fez a viagem às próprias expensas aos Estados Unidos, fez um trabalho belíssimo que eu acredito que acrescenta ao trabalho do relator e do Presidente quando estiveram nos Estados Unidos.

Então, é preciso olharmos as possibilidades de datas. E eu não digo que nosso trabalho esteja atrelado a essa viagem dos representantes brasileiros, mas que esteja entrelaçada com o trabalho deles, para que tenhamos realmente uma afinação de trabalho e bons resultados.

Pergunto a V. Ex^a: o recesso parlamentar na Inglaterra termina em que data?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Dois de outubro.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Então, já pode ser feita a montagem de uma viagem para outubro, que acredito que será com respaldo maior em razão de a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns estarem em funcionamento.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – V. Ex^a tem razão. A idéia de irmos lá não seria apenas para dar entrevistas ou promover a cidadania do brasileiro, como representantes do povo brasileiro, que está indignado e pedindo uma investigação e a punição dos culpados, mas também levar uma proposta aos nossos “correlatos” de um projeto do tipo desse que tramita dos americanos. Vai chegar o momento em que acho que esta Comissão vai fazer um projeto semelhante, que é o *Guest Worker*, do trabalhador convidado, em que possamos, num determinado momento, regularizar, no momento da publicação da lei, todos aqueles que estejam aqui trabalhando. Foram contratados, têm emprego, estão produzindo no país. Por que manter essas pessoas como cidadãos de segunda classe? Não é isso que queremos para os nossos brasileiros lá fora? Acho que talvez seja isso o que esta Comissão chegue à conclusão. Não sei.

Mas, no cronograma que vamos montar, se pudessemos deixar essa viagem mais para frente, realmente seria oportuno, porque seríamos pela Comissão de Relações Exteriores e de Direitos Humanos das duas Casas, e acredito que teríamos um papel político, na conjuntura da morte do Jean que pudesse se transformar efetivamente num ganho, num benefício para os milhares de brasileiros que estão lá como o Jean, trabalhando, produzindo arduamente, mas sem o documento deles, sem poder ter direito a um atendimento de saúde, a um hospital, à Previdência ou a contar o tempo para a aposentadoria.

Dentro dessa perspectiva, acho que o contato parlamentar de levar uma proposta, pedir para ali debater, seria realmente primordial.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permitiria uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Sim.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – De que fizessemos essa viagem a Londres na segunda quinzena.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Pois não. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Senador, vejo que são duas questões importantes. Uma, como V. Ex^a disse, é estarmos fazendo um estudo também, em nível de Europa, Inglaterra, semelhante ao que estamos fazendo e propondo para os Estados Unidos dentro desse processo de legalização.

A questão do Jean é urgente. Houve uma morte, há contradição nas informações, inclusive nas próprias reportagens. Em princípio havia uma versão, hoje já há outra. Temos um problema de calendário, como está sendo colocado aí, inclusive, do recesso do parlamento inglês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – A dele é dia 21 de setembro.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – 21 a 23 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Ah, não, a dele é outubro também?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Outubro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Aí já não dava para ser na segunda quinzena, porque na segunda quinzena haverá essa viagem para lá.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – É, tem que ser na primeira quinzena.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Pois é. Aí eu vejo que tem, assim, uma questão de tempo. Porque, na verdade, o objetivo nosso é contribuir com a investigação, para sabermos se procede ou não a versão da morte do Jean, qual é a versão verdadeira. Eu vejo que o ideal seria que já tivéssemos até ido, ou que fôssemos agora. Mas há o nosso problema de agenda. Sugiro, além da proposta de agenda que estamos construindo, que pudéssemos ouvir – não sei se a comissão de representantes do Governo brasileiro já voltou, inclusive o Cônsul Manuel Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Ainda estão lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Assim que chegassem, a gente fizesse uma reunião com essa

equipe para também já ter uma noção do que eles conseguiram de informação e de investigação – acho que isso também pode nos subsidiar – e nos prepararmos para a ida em seguida. Até porque há uma expectativa muito grande, na família, na cidade e na região, de termos uma versão real do que aconteceu.

Então, além de construirmos esse calendário, seria importante, assim que a comissão chegar, sentarmos com eles e ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Sem dúvida.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Apenas para completar o pensamento do nosso Deputado, talvez até pudesse ser feita uma convocação pela Polícia Federal, para ter um membro da política forense, ou da perícia técnica, para já ir trabalhando esse laudo, porque, realmente, as informações são contraditórias. De repente, poderia haver alguém trabalhando dentro da Polícia, investigando as fotos e acompanhando nessa viagem quando ela fosse feita. Sugiro solicitarmos à Polícia Federal envie alguém.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Deputado Leonardo, há duas questões que precisamos deliberar agora: vamos lá com o mesmo objetivo da comissão do Governo, de pressionar a investigação e saber realmente a verdade, ou vamos lá para um contato parlamentar, tentando levar um projeto semelhante ao que os americanos estão tentando aprovar no Congresso para regulamentar? Precisamos debater isso. Já há uma comissão do Governo acompanhando a investigação. Foram lá com a Polícia Federal, o Ministério Público e o Itamaraty cobrando soluções, cobrando a definição de quem é o culpado, qual a versão final, apresentando o que os jornais dizem e o que a polícia diz. Vamos fazer esse mesmo trabalho, ou vamos lá para contato parlamentar, tentando colocar um projeto de lei do tipo desse dos americanos, sobre o qual acho que esta Comissão vai deliberar no final se propõe para o Brasil também? Se formos para um contato parlamentar, outubro, porque está em recesso. Se formos para uma pressão política sobre a investigação – válida também, porque você leva uma posição do Governo e, em seguida, vai o parlamento, faz uma pressão, dá entrevista, reúne com os brasileiros. Mas precisamos que a Comissão delibere sobre isso.

Com a palavra, o Relator.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Estou propondo, Sr. Presidente, que a gente aprove aqui um convite ao Ministro Manuel, do Itamaraty, para que ele venha aqui na semana que vem nos explicar, por uma hora, e nós debatermos com ele, sabermos o que está acontecendo efetivamente. Porque a imprensa brasileira pautou

o assunto de uma forma prioritária; estamos vendo aí. Em termos de assunto internacional, esse é um assunto pautado por toda a imprensa. E de fato é um assunto muito relevante, porque, de fato, o nível de crueldade que foi praticada contra a pessoa é um problema de relacionamento bilateral Brasil-Inglaterra, se isso não tiver um esclarecimento e um pedido de retratação mais adequado por parte da Inglaterra. Além disso, há os interesses da família, há um tipo de proteção ao qual a família tem direito. Estão oferecendo o que está muito aquém do que é o que a família pretende.

Então, acho que devemos convidar o Ministro para a semana que vem e deliberar depois. Que seja com ele a abertura da reunião de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Os que aprovam a proposta do relator permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Poderíamos deixar essa reunião para começar às 11h na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Semana que vem, quinta-feira, 11 horas.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Já há outras pessoas chegando, mas nós vamos incorporá-los, dada a importância.

O SR. (orador não identificado) – Seria quinta-feira?

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Quinta-feira.

O SR. (orador não identificado) – Dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Nós precisamos ver no Itamaraty se ele volta semana que vem. Eu não sei quanto tempo ele vai ficar lá.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Dependendo da volta dele.

Agora, eu tenho complemento a fazer aqui, Sr. Presidente, alusivo a esse trabalho da Polícia Federal com o dinheiro do doleiro, cujo requerimento anterior foi lido. Para complementar a nossa necessidade, solicito à Polícia Federal o inquérito que apura eventuais crimes praticados por norte-americanos naturalizados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Cópia do inquérito.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Nós estamos solicitando que seja incluído para aprovação nesse requerimento. Peço a V. Exª que submeta à Comissão para aprovar essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de concluirmos, pergunto se a Comissão deseja acrescentar algo mais a tudo o que foi tratado na nossa reunião.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – Com relação a critérios, estou precisando falar com V. Exª e os demais parlamentares. Uma coisa inevitável é que, nesta CPML, vamos fazer muitas diligências. Porque é uma coisa grande sobre a qual ainda não há uma referência a respeito de como vamos concluir o trabalho. Eu advogo uma visão de que temos que fazer comissões com pessoas já com o perfil de poder acompanhar. É evidente que todos os parlamentares que aqui estão têm perfil para acompanhar suas situações distintas. Mas que sejam comissões mais enxutas, com tarefas já pré-determinadas. Especialmente, teremos que tê-las para os Estados Unidos, para a Inglaterra e, em breve, para tratar da questão do Paraguai – já nos chegou um ofício aqui – e do Japão, que não sei como está, mas que deve ficar para adiante. Então, estou ponderando sobre a necessidade de termos algum cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Esta é uma sugestão minha que submeto aos senhores: acho que aqueles Deputados e Senadores que estão participando mais é que devem compor, porque são os mais interessados pela causa nas suas regiões.

No Requerimento nº 36-2005, o Deputado Geraldo Tadeu solicita ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos brasileiros repatriados no dia 3 de agosto de 2005.

Também do Deputado Geraldo Tadeu, do PPS de Minas Gerais: solicita à Polícia Federal a relação dos brasileiros que viajaram para os Estados Unidos no período de 2002 até a presente data.

Requerimento do Deputado Neucimar Fraga, do PL do Espírito Santo. Solicita a convocação dos Srs. José Gomes Barreiro, Manuel da Silva e João Ênio Rodrigues de Mendonça, acusados de tráfico de seres humanos para outros países de forma ilegal, mais especificamente o aliciamento para a prostituição.

Senador Leonel Pavan solicita audiência pública – aliás, já veio aqui uma grande comissão de Criciúma formada por prefeitos e parlamentares, vereadores – para debater com a população a situação da emigração de brasileiros – são mais de 30 mil catarinenses que estão vivendo na região de Fort Myers.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Pois não. Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Apenas a minha preocupação é com essa votação, em razão de ser encaminhado esse pedido à Polícia Federal de encaminhamento da relação de pessoas que viajaram de

2002 até hoje. O autor não especifica qual o propósito disso. Para que queremos ter uma lista dessas?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– A justificativa?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – A justificativa.

Porque a Polícia Federal vai ter um trabalho ímpar, difícilíssimo, tem muitas ocupações, e nós sabemos que o contingente é pequeno para atender o serviço de polícia marítima, aérea e de fronteiras. Imaginamos que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– V. Exª não acha que isso já está no computador, já tem isso na memória?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Pode ser

que sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– São mais ou menos, segundo a Embaixada, 60 mil brasileiros que viajam por ano para os Estados Unidos a negócio e a turismo.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Ele quer o

quantitativo ou quer o nome das pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– Eu vou ler para V. Exª o requerimento com a justificativa.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Correto. E

até termos um calhamaço aqui e...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– “Requer à Polícia Federal a relação dos brasileiros que viajaram para os Estados Unidos no período de 2002 até a presente data.”

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Neucimar já

fez um desse igualzinho. Já está aprovado, inclusive. Podia fazer a anexação dele aos autos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– Realmente, V. Exª tem razão. De 2002 até hoje, estamos falando de 200 mil pessoas.

“Nos termos do § 3º (ininteligível) e dos demais dispositivos regimentais, solicita-se a apresentação, pela Polícia Federal, da relação dos brasileiros que foram para os Estados Unidos da América e que ainda não retornaram para o Brasil.”

Aqui é diferente. Deputado, o requerimento é outro: “a relação dos brasileiros que foram para os Estados Unidos da América e que ainda não retornaram para o Brasil” – aí é bem diferente – “no período de 2002 até a presente data, bem como seus respectivos endereços no Brasil à época em que viajaram”. Aqui, sim: “apenas aqueles que foram e não retornaram”.

Os que concordam...

O SR. ALDIR CABRAL (PFL-RJ) – Sr. Presiden-

te, isso até me dá a oportunidade de dizer que, se a Polícia Federal ainda não tem essa visão que o nobre Deputado teve, passará a ter. Não é que seja um con-

trole, mas é um controle necessário até em razão de pessoas desaparecidas. Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ)

– Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 13h04min.)

Ata da 7ª Reunião, realizada em trinta de agosto de 2005

Aos trinta dias de agosto de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Edison Lobão, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, Romel Anízio, Neucimar Fraga, Geraldo Thadeu, Ivo José, Dr. Heleno, Mauro Lopes e Júnior Betão, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 7ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a ouvir a exposição do Embaixador Manoel Gomes Pereira, sobre a viagem da delegação brasileira a Londres para acompanhar as novas denúncias em torno da morte do Jean Charles de Menezes, brasileiro morto, naquela capital, pela política inglesa. A Presidência convida o Embaixador Manoel Pereira para iniciar sua exposição. Após a exposição, o Presidente concede a palavras aos seguintes parlamentares: João Magno (relator), Eduardo Suplicy, Leonel Pavan, Neucimar Fraga, Eduardo Azeredo, Dr. Heleno e Ivo José. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e vinte minutos, convocando a Comissão para a próxima reunião, a realizar-se no dia 1º de setembro de 2005, a fim de ouvir os depoimentos dos senhores Wanderley Vieira de Souza, Prefeito de São Félix de Minas; Edson Bodola, ex-prefeito da cidade de Divino das Laranjeiras – MG; e Milton de Jesus, fichado na Política Federal, em Governador Valadares-MG, como falsificador e agenciador de emigrantes. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Havendo quórum regimental, damos por aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga emigração ilegal.

Gostaríamos de pedir ao nobre Deputado Neucimar Fraga que traga à Comissão o Embaixador Manoel Gomes Pereira, para que preste seu depoimento.

Em atendimento ao requerimento do nobre Deputado João Magno, formulando convite ao Embaixador Manoel Gomes Pereira para que comparecesse à nossa Comissão e falasse sobre sua recente viagem a Londres, compondo delegação do Executivo brasileiro para acompanhar as investigações da morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, esta Comissão, com muita honra, recebe o Embaixador Manoel Gomes Pereira, a fim de que possa nos instruir a respeito das iniciativas e dos conhecimentos, enfim, fazer um relato breve da sua viagem à Inglaterra.

Muito obrigado, Embaixador, por ter vindo à nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Embaixador Manoel Gomes Pereira. V. Exª dispõe de vinte minutos para o seu relato.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Sr. Presidente, muito obrigado. Deputado João Magno, amigo de outras viagens em defesa das comunidades brasileiras no exterior, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, Senador Marcelo Crivella, fico muito honrado de vir a esta Comissão, três dias após a minha chegada de Londres, para dividir com V. Exªs um pouco do que fizemos na semana de 22 a 26.

V. Exªs sabem que a nossa missão nasceu de um entendimento entre o Ministro Celso Amorim e o Secretário Jack Straw durante uma conversa que eles tiveram três dias depois da trágica morte de Jean Charles de Menezes em Londres. O Ministro Celso Amorim propôs, então, que uma Comissão do Executivo fosse a Londres com alguns objetivos muito específicos.

Em primeiro lugar, queríamos demonstrar a importância com que o Governo brasileiro trata desse assunto. Evidentemente, há uma série de dúvidas que decorrem daqueles acontecimentos de 22 de julho. Pela violência do atentado e pelas circunstâncias da morte de Jean Charles, acreditamos que não só a família, mas também o Governo e povo brasileiros mereciam respostas a esse respeito.

Outra questão não menos importante é que queríamos também informações sobre o andamento do inquérito e, posteriormente, do processo à luz da lei penal inglesa, que é bastante diferente da lei penal brasileira.

Com base nesses objetivos, estabelecemos, com a ajuda da Embaixada e do Consulado Geral do Brasil em Londres, uma série de entrevistas que começaram no próprio dia 22, quando chegamos a Londres. Entrevistamos o Sr. John Yates, Comissário Adjunto da Polícia de Londres, que esteve no Brasil na ocasião da chegada do corpo de Jean Charles. Entrevistamos também – esse é outro fato importante – o Sr. Nick Hardwick, Presidente da Comissão Independente para a Apuração de Queixas contra a Polícia, que é um organismo novo, com um ano e meio de criação, e que, possivelmente, nesse caso Jean Charles, está recebendo seu batismo de fogo.

Estivemos igualmente com representantes de organizações não-governamentais. A primeira delas é a Inquest, uma organização cujo objetivo primordial é acompanhar as questões de morte pela Polícia de pessoas detidas por ela ou sob sua custódia. Falamos também com as advogadas da família de Jean Charles, as Drªs Gareth Pierce e Harriet Wistrich.

Falamos, finalmente, com um *corner*, que é um juiz – esta é uma peculiaridade do sistema inglês –, um magistrado vitalício nomeado pelo Poder Executivo. Ele cuida exatamente de todas as circunstâncias relativas à morte de alguém por causas não naturais, como envenenamento, suicídio, morte por tiro, mas ele não determina quem matou. Ele trabalha em torno das circunstâncias – como, onde, quando –, mas não do nome da pessoa.

Portanto, Senador, creio que tivemos um amplo espectro de contatos nesses dias. Falamos também com representantes do Ministério Público inglês.

O que fizemos? Vimos onde é que está o processo: está em fase de inquérito na Comissão Independente. No sistema da Comissão Independente, o inquérito envolvendo policiais não é levado pela Polícia. A Polícia não investiga a Polícia na Inglaterra. Essa Comissão Independente de Apuração de Queixas contra a Polícia é que deverá preparar um relatório. A informação dada por eles mesmos é a de que esse relatório será entregue, até antes do Natal, ao *corner*, para quem essa Comissão trabalha, pois é quem pode pedir provas adicionais.

No dia 23 de fevereiro, está marcada uma audiência para a discussão desse relatório ou pelo menos para a sua entrega formal. O relatório, como trata de questão policial, não é público.

Uma vez passada essa fase, o caso, então, é levado à Procuradoria, ao Crown Prosecution Service, que, então, decide se vai fazer ação penal. E aí passamos para a fase judicial.

Do nosso ponto de vista – hoje estamos no segundo dia útil depois da volta de Londres –, ainda estamos

digerindo a massa de informações que recebemos. Na semana que vem, o Dr. Wagner Gonçalves, Sub-procurador-Geral da República; o Dr. Márcio Garcia, Vice-Diretor de Cooperação Jurídica Internacional no Ministério da Justiça; e eu vamos, então, preparar um relatório final sobre a nossa visita. Senador, para iniciar, é o que eu posso relatar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Gostaria de perguntar se os Parlamentares presentes gostariam de fazer perguntas ao Embaixador Manoel Gomes Pereira sobre esse relato e as versões apresentadas pela Polícia e pela Imprensa em Londres a respeito de Jean Charles de Menezes, o nosso irmão assassinado. Alguém gostaria de fazê-lo? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga, do PL do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra, mas dou preferência ao Relator. Posso falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª gostaria de fazer perguntas?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Quero fazer uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Prezado Ministro Manoel Gomes Pereira, importante autoridade, também tive a satisfação de acompanhar algumas situações bem delicadas no nosso País relativas ao problema de imigrantes. E o motivo pelo qual entendemos que deveríamos trazê-lo aqui para dar uma explicação mais emergente foi a necessidade de esta Comissão Parlamentar de Inquérito acompanhar de perto esse caso, que vem tendo imensa repercussão não só no Brasil e na Inglaterra, mas em todo o mundo.

Já há um requerimento na Comissão definindo uma viagem à Inglaterra, tendo em vista uma investigação, por parte do Congresso, desse caso. Certamente, todo o trabalho feito por V. Exª e por sua equipe naquele país é elementar para que possamos ter algum êxito nessa investigação.

Queremos agradecer-lhe a pronta atenção de, em apenas dois dias úteis, chegar aqui e estar disponível para esclarecer algumas situações que para nós são importantes.

O Jean Charles é da região onde nasci. Gonzaga é a cidade em que nasceu minha mãe. De alguma maneira, por todos os sentidos, isso toca muito fortemente e simbolicamente no nível de crueldade com que se destrói uma pessoa. Isso, simbolicamente, demarca uma carga odiosa que, hoje, lamentavelmente,

permeia ações existentes em países que determinam rumos políticos e econômicos para o mundo.

Penso que, ao ocorrer isso com o nosso País, que tem tido uma índole pacífica ao longo de séculos, é preciso que realmente haja uma ação por parte do Governo, e vejo que, por parte do Itamaraty, as coisas estão acontecendo.

Na medida em que não compreendemos o processo criminal e legislativo da Inglaterra – o Código Penal inglês é diferente do nosso –, estou temeroso, pela própria demora que já se prevê, pelo curto relato que o senhor nos fez aqui, de que esse processo seja deixado ao esvaziamento ao longo dos meses, assim que passar o fogo das denúncias que ocorrem hoje.

O que pode ser feito pelo Governo brasileiro? Sabemos que ainda é preciso concluir uma leitura por parte do Itamaraty do que se apanhou de investigações lá nesses últimos dias, mas o que pode ser feito para impedir que o governo inglês fique isento de criminalização pelo que aconteceu? O Congresso brasileiro não fica satisfeito, de maneira alguma, com o fato de eles só virem ao Brasil, como vieram, e dizerem que vão pagar alguns dólares pela morte de Jean Charles.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – É claro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – A minha pergunta concreta é esta: o que pode ser estudado em nível de governo para que não seja – existe uma relação bilateral com a Inglaterra – entregue ao esquecimento esse crime tão perverso que houve com um brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Tem a palavra o Embaixador Manoel Gomes Pereira.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Agradeço muito a sua intervenção, Deputado João Magno, e me solidarizo também do ponto de vista familiar. A minha família é mineira, é de uma cidade chamada São João Evangelista, que fica naquela região, é muito próxima à cidade Gonzaga.

V. Exª chamou-nos a atenção para uma preocupação com algo muito importante: pouco a pouco, à medida que o tempo passa, esse caso sai da imprensa e, com isso, vai sendo esquecido, vai entrando numa rotina burocrática.

Nesse caso, a responsabilidade também é nossa como um todo. O Congresso, possivelmente, dentro de algum tempo, irá à Inglaterra, como V. Exª disse. Não sei quando isso ocorrerá, mas, enfim, essa é uma coisa para a qual devemos chamar a atenção.

Seguramente, essa missão da qual fiz parte não será dissolvida. É uma missão que durará ao longo do tempo, e, com a ajuda das nossas repartições em Londres, tanto o Consulado quanto a Embaixada, que acompanharão o dia-a-dia, voltaremos, querendo Deus,

a Londres, em certas datas. Suponho que, naquela data que já mencionei, 23 de fevereiro, eu esteja lá.

Em uma conversa que tive no Ministério Público inglês, verifiquei que o Ministério Público inglês, ao receber o inquérito policial, antes de dar início à ação propriamente dita penal, examina o caso, aquele dossiê, de dois pontos de vista. O primeiro deles é o ponto de vista da suficiência das provas. E a suficiência das provas, para nós, hoje, é crucial.

Imagine V. Ex^a que esse inquérito, que começou há cerca de um mês, foi entregue, segundo a Polícia nos informou, à Comissão Independente no dia 27 de julho. Houve uma hesitação, com a qual ficamos um pouco chateados, pois a Polícia levou três dias para passar o inquérito para a Comissão Independente, que disse que havia elementos que podiam ser confundidos com terrorismo. Quando se trata de terrorismo, o inquérito não vai para a Comissão Independente, mas fica na própria Polícia, até que o Ministro do Interior, sob cuja tutela trabalha, diga: passem-no para a Comissão Independente. Então, para lá ele foi passado.

Na semana passada, no *corner*, um dos membros do *board*, da direção da Comissão Independente, foi perguntado pela imprensa: acabou o trabalho de investigação? E respondeu: não, ainda há muitas provas a serem examinadas.

Então, uma vez que isso seja completado, é passado para o Ministério Público, que examina se aquele dossiê contém provas suficientes. E, depois, se se trata de interesse público... A própria Procuradora nos disse: esse é um caso de profundo interesse público; não posso discutir com o senhor se as provas são suficientes, mas é de profundo interesse público.

O Ministério Público inglês, caso não considere que haja provas suficientes, voltará à Comissão e ao *corner* para obter mais provas, para rediscutir provas, para verificar o valor de provas. É um trabalho lento, no início, o qual será, creio, impulsionado pela nossa presença, a presença do Legislativo, a presença do Executivo, a cada momento, a cada fase importante. Creio que isso é muito necessário que façamos.

Essa viagem que V. Ex^a anunciou hoje, sobre a qual o Senador Marcelo Crivella já havia comentado comigo, é muito importante. O Parlamento reabre, depois das férias de verão, no dia 10 de outubro. Tenho a impressão de que seria, Sr. Senador, se V. Ex^a me permite dar uma opinião, o momento, com o Parlamento aberto, de os Parlamentares brasileiros trocarem impressões e mostrarem o seu interesse e a sua indignação com o caso aos seus colegas ingleses.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Ex^a será atendido, porque o Embaixador Bustani já está tratando, para nós, de uma audiência na Câmara

dos Lordes e na Câmara dos Comuns e, possivelmente, também, com o Ministro do Interior, que é o Ministro da Justiça deles lá, não é?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – É o Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Ministro Manoel Gomes Pereira, o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Neucimar Fraga, o Senador Valdir Raupp e a Dr^a Helena querem fazer perguntas a V. Ex^a.

Mas eu queria fazer uma ponderação rápida. Quando tomamos conhecimento da morte do nosso irmão, foi dito que ele se evadiu quando foi chamado pela Polícia, que ele correu, que ele pulou a catraca do metrô, que, no meio da multidão, tentou se evadir e entrou num trem de metrô que estava para partir e que, nesse instante, então, foi interceptado pelos seus perseguidores, que atiraram na sua cabeça, porque tinham medo de que ele estivesse, já que usava um casaco pesado, com um colete de dinamite enrolado no corpo, o que causaria a morte de muitas pessoas. Essa foi a primeira versão que chegou aqui.

Hoje, diversos tablóides ingleses dizem que ele não usava esse casaco, que não entendem por que a Polícia não o abordou no trajeto do prédio até a estação do metrô, que ele não pulou catraca, que ele não se evadiu. E há pessoas que estavam sentadas no trem que disseram que ele foi dominado, que foi lançado ao chão – e aí dava para apalpar, para ver se ele tinha bomba ou não – e que, no chão, recebeu sete tiros na cabeça e um no ombro.

V. Ex^a teve tempo de discutir essas versões conflitantes por ocasião da visita que fez lá?

V. Ex^a pode guardar essa pergunta, porque o Senador Eduardo Suplicy quer também fazer uso da palavra e fará uma pergunta a V. Ex^a, que, se puder, pode responder às duas perguntas.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr. Relator, Deputado João Magno, prezado Embaixador Manoel Gomes Pereira, a pergunta do Marcelo Crivella é de todos nós, brasileiros, e S. Ex^a a formulou muito bem. Gostaria apenas de acrescentar algo. É possível que tenha já exposto o assunto, mas, se já o fez, tudo bem. Infelizmente, só pude chegar agora.

Com respeito à morte de Jean Charles de Menezes, sua família e todos seus amigos em Minas Gerais e no Brasil não podem tê-lo de volta, então que sirva tudo que estamos aqui debatendo como uma reflexão até em sua memória, em sua homenagem, para evitar que haja procedimentos dessa ordem. Acho que é muito importante que possam as autoridades brasi-

leiras e nós, brasileiros, aproveitarmos esse diálogo. Inclusive, se houver a oportunidade, uma comissão de parlamentares poderia dialogar com os parlamentares no Parlamento do Reino Unido, um pouco mais a fundo, sobre a origem de todos esses episódios de terrorismo, dentre os quais a própria guerra contra o Iraque, assim como o ato que levou à morte de mais de três mil pessoas nos Estados Unidos, quando houve o atentado de responsabilidade de Osama bin Laden e outros.

Mas acho que nós, brasileiros, precisamos ir mais a fundo. A nossa colaboração tem que ser relativamente à origem disso tudo. Por que algumas organizações, sejam muçulmanas, sejam de outras naturezas, estão tendo essa atitude de rebelião contra os Estados Unidos, contra o Reino Unido? E, de repente, é o nosso Jean Charles que se vai em meio a tudo isso, como atingido por uma bala perdida dessa guerra.

Então, seria importante esse diálogo, pois, no Parlamento Inglês, houve muitos parlamentares, inclusive do Partido Trabalhista, que fizeram reflexões muito críticas sobre o fato de o Governo Tony Blair ter agido em consonância com o Governo dos Estados Unidos na guerra contra o Iraque.

Eu aqui muitas vezes mencionei que seria ótimo se o Presidente George Walker Bush tivesse ouvido mais as recomendações daquele que dizia que sempre precisamos confrontar a força física com a força da alma e não aceitar tomar do chá do gradualismo, mas nunca também tomar do cálice da vingança, do ódio, da guerra, da violência. Infelizmente, o Presidente dos Estados Unidos não escuta um Senador brasileiro aqui, nem se S. Ex^a faz homenagens a um dos norte-americanos mais homenageados. Inclusive, eu estava em Washington em fevereiro último e fiz questão de prestar atenção na homenagem que George Walker Bush fez a quem disse essas palavras, Martin Luther King Jr., no dia – que é um feriado nos Estados Unidos – em que ele é homenageado. Só que, na hora de proceder segundo seus ensinamentos, de seguir a não violência, não o fez.

Então, acho que tudo que for nessa direção... O Governo brasileiro foi um dos que procuraram chamar a atenção do Governo dos Estados Unidos, do Governo do Reino Unido e de outros para não usarem da violência naquela hora. Nós que soubemos acabar com a ditadura com o povo na rua, sem precisar de que outra potência viesse aqui e atirasse contra nossos governantes militares, poderíamos ter dito ao Presidente dos Estados Unidos: vamos nos empenhar um pouco mais, vamos ajudar o povo ir para a rua e – quem sabe? – persuadir Saddam Hussein a sair de outra forma que não aquela. Isso acabou resultando

em todos aqueles atos posteriores. Então, queria colocar a questão nesse sentido amplo.

Com respeito à família de Jean Charles – talvez V. S^a já tenha exposto –, gostaria de saber se as autoridades do Reino Unido já definiram se haverá alguma compensação, indenização e qual a sua natureza. Que fatores estão sendo considerados para definir esse procedimento, uma vez que não cabe mais dúvida alguma de que Jean Charles de Menezes, infelizmente, foi vítima de um ato abusivo da parte das autoridades policiais de Londres?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MANOEL GOMES – Muito obrigado, Senador Crivella. Eu vou responder às duas questões na ordem em que foram colocadas.

Senador Crivella, quanto à situação de Jean Charles de Menezes, na primeira entrevista que nós tivemos com o Sr. John Yates, ele nos informou, efetivamente, que Jean Charles não correu em nenhum momento, nem pulou a catraca. Ele passou a catraca com o seu bilhete e ainda foi recolher um daqueles jornais gratuitos que encontramos nas estações de metrô, foi calmamente, desceu as escadas, calmamente... Ele só correu, ao final, porque estava querendo alcançar o vagão do trem. Ele foi acompanhado pela polícia desde que saiu de casa. Tudo isto se deu em 20 minutos: sair de casa, pegar um ônibus que o levou à Estação de Stockwell, entrar e morrer. Ele teria sido confundido com um acusado de terrorismo que morava no mesmo prédio. O seu prédio estava sendo vigiado há alguns dias. Então, houve uma confusão que eles mesmos disseram lamentável. Em se tratando de uma polícia preparada como a Scotland Yard, não é razoável que isso, um erro dessa natureza, aconteça. Evidentemente, a política do atirar para matar, que estava sendo seguida – isso não foi dito desde o início, ela apareceu em virtude da execução do Jean Charles de Menezes –, tem sofrido muitas críticas, inclusive de parlamentares. Eu me recordo de que, anteontem ou ontem, a imprensa noticiou que o Ministro do Interior, o governo inglês, de certa forma, estaria procurando qualificá-la para que não fosse uma política absoluta nesse sentido, porque o risco ali é muito grande.

Com relação ao que me perguntou o Senador Eduardo Suplicy, estou plenamente de acordo: essa é uma questão muito mais ampla e que envolve coisas muito sérias como direitos humanos. Ontem, a **Folha de S. Paulo** publicou um longo artigo do Embaixador Gilberto Sabóia, que é o nosso representante em Haya, e que foi Secretário Nacional de Direitos Humanos. O artigo é, exatamente, uma espécie de alerta sobre a utilização do terrorismo, sobre a utilização sem quali-

ficações do terrorismo. Dizia ele que, em nosso caso – repetindo o Ministro Celso Amorim –, quando nós tivemos problemas de mortes, proporcionadas pela polícia, nós abrimos o País às organizações internacionais de direitos humanos. Eu me recordo, particularmente, de um caso que aconteceu na cidade de São Paulo, o caso Parada São Lucas, em que o Governo brasileiro chegou a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos porque policiais paulistas, numa rebelião dentro da delegacia, teriam matado e ferido alguns detentos.

Quer dizer, não é razoável, e eu acho que uma contínua indicação de que estamos acompanhando com interesse o caso – eu falo do Governo Federal como um todo, tanto o Legislativo quanto o Executivo –, não é razoável que não possamos fazer um acompanhamento desses, diante do fato de que nós mesmos, quando temos situações em que estamos do outro lado da cerca, nos dispomos a abrir inteiramente o país para investigações estrangeiras.

Eu acho que uma visita, um diálogo... Repito, Senador Eduardo Suplicy, que o diálogo do Congresso brasileiro com o Parlamento britânico é uma coisa extremamente importante. Eu acho que o caso em si de Jean Charles ganhará muito.

Com relação à questão que V. Ex^a ainda me perguntou, da indenização, estivemos também discutindo isso. Isso é uma reparação, que se falou desde o início. A família de Jean Charles é uma família pobre – V. Ex^a viu lá em Gonzaga. Jean Charles contribuía, com seu trabalho, para o sustento daquela família, do Sr. Matosinho e da Dona Maria. O Governo inglês, em agosto, ofereceu o que eles chamam de pagamento gracioso, que é uma quantia em torno de quinze mil libras para atender a gastos imediatos, com velório, enterro, essa coisa toda. A indenização vai ser discutida ao fim do processo criminal. Mencionamos à Dr^a Peirce se não havia possibilidade de essa ação ser iniciada anteriormente. Ela foi um pouco circunspecta, porque, na negociação pela indenização, em função do grau de culpabilidade dos agentes policiais, vai-se poder ganhar mais ou menos. A depender do grau de culpabilidade – isto é informação de uma outra advogada que entrevistamos, a Dr^a Louise Christian, que é presidente da ONG Inquest –, em certos casos, dado o grande interesse público – e há grande exposição pública nesse caso –, a Polícia pode se aproximar da família e, para evitar clamor excessivo, negociar uma indenização que ela acreditaria que poderia ser uma boa indenização.

Então, neste momento, Senador, há uma série de possibilidades abertas. Como estamos muito no início,

é uma coisa que nos reservávamos para sermos mais precisos numa outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, se...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, estamos aqui na comissão dos brasileiros que estão no exterior. O Embaixador Manoel Gomes Pereira hoje veio dar informações a respeito de Jean Charles, mas, como está muito relacionado a essa área, se houver alguma informação nova relativa ao paradeiro do Sr. João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em janeiro deste ano... Eu tenho recebido, assim como outros Parlamentares, inúmeros apelos de sua família, como sua irmã, Isabel Vasconcellos, que, inclusive, está aguardando a resposta a uma solicitação de audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – eu mesmo escrevi uma carta ao Presidente, solicitando. Acredita ela que, como aconteceu com outros que estiveram sob o domínio dos rebeldes iraquianos e, quando os Chefes de Estado da França, da Itália, da Austrália e do Japão se empenharam, conseguiram a libertação de seus respectivos cidadãos.

Eu sei que o Ministro Celso Amorim tem-se empenhado nisso, mas agradeço se puder nos dar a última informação, se porventura tiver, sobre o paradeiro de João José de Vasconcellos Júnior.

O SR. MANOEL GOMES - Obrigado, Senador. Terei que transferir essa sua última pergunta a outra área do Ministério, porque o Departamento das Comunidades no Exterior não está se ocupando desse caso específico, mas prometo-lhe que, hoje mesmo, encaminharei o seu pedido à área competente, para que o senhor tenha uma resposta o mais breve possível.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT - SP) - Muito obrigado.

O SR. MANOEL GOMES - Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL - RJ) - Com a palavra o Deputado Nelcimar Fraga e, em seguida, o Senador Valdir Raupp e o Deputado Heleno Silva, que foi o primeiro parlamentar a chegar a esta Comissão, a quem peço desculpas por termos iniciado com atraso. Formulem suas perguntas e, em bloco, o nosso embaixador dará a resposta. Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, nobre relator, Deputado João Magno, quero saudar os companheiros de Comissão e também o Exmo. Senhor Embaixador Manoel Gomes Pereira. Quero parabenizá-lo pelo tra-

balho que vem realizando e pelo interesse diplomático do Brasil em acompanhar, de perto, essa questão que envolve o assassinato do Jean Charles.

É bem verdade que temos informações sobre outros crimes cometidos contra brasileiros em outros países, que também merecem atenção por parte das nossas embaixadas e consulados em alguns países e Estados, mas, como esse caso chamou a atenção do mundo todo, pelo momento que estava vivendo a Inglaterra, com certeza recebeu uma atenção especial.

Pergunto se esse episódio ocorrido com o Jean Charles dificultou ou melhorou o tratamento dado pelos ingleses aos brasileiros que moram lá. Quero saber se há informação sobre alguma reação positiva e como os brasileiros que estão hoje na Inglaterra são tratados pelo Governo inglês. Há uma maior tolerância? Acompanhamos pela imprensa uma manifestação dos brasileiros que estão lá, em favor de Jean Charles. Qual a reação do Governo inglês em relação a essas manifestações? O comportamento adotado pelo Governo brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, e toda essa preocupação do Congresso Nacional realmente são importantes para chegarmos a uma conclusão, no final desse inquérito?

Já está provado que foi um engano, que Jean Charles não era nenhum terrorista. Não conhecemos a essência do inquérito policial, deve haver outras informações sobre as quais não temos acesso, porém, as informações que são divulgadas pela imprensa nos levam a entender que foi um tremendo engano, que Jean Charles foi morto por engano. Quais as informações que queremos ainda no final desse inquérito? Qual a dúvida que existe em relação ao desfecho desse inquérito? Existe a possibilidade de Jean Charles ter sido morto como um exemplo ou para amedrontar outros estrangeiros na Inglaterra? Porque, pela informação que temos, em depoimento prestado, ele já estava no metrô quando foi abordado, deitado no chão e, com certeza, revistado, porque dificilmente a polícia iria atirar de longe num cidadão dentro do metrô. Com certeza, ele estava sentado perto de algumas pessoas, pois era um horário onde existe movimentação no metrô e não iriam atirar de longe para acertar um provável suspeito. Portanto, essas informações de que ele foi abordado, detido e revistado procedem. Se a polícia inglesa teve essa oportunidade de abordar, deitar ali o cidadão, fazer revista e atirar, com certeza, já estava consciente, aquele policial, e tinha informações de que não era um terrorista e de que não representava perigo. Não sabemos se aquele policial, movido por um sentimento de patriotismo muito grande e de revolta pelas mortes ocorridas nos meses anteriores... Com a política implantada do “atirar para matar”, não

sabemos se estava em um momento de desequilíbrio quando cometeu o crime, ou se o cometeu consciente, para dar um exemplo para os demais estrangeiros na Inglaterra, exemplo de que, a partir daquele momento, o tratamento seria muito duro e que ninguém ousasse, ao menos, tentar cometer algum crime contra o Governo inglês ou intentasse qualquer ação terrorista naquele Estado.

Quero saber o seguinte: a tendência, no final, é podermos ter essa conclusão? Já está provado que houve engano, que ele não era terrorista. Algumas informações, do inquérito, ainda estão sendo escondidas. Com certeza, os metrôes ingleses têm câmaras que devem ter filmado toda a ação. Existe essa possibilidade, foi conversado sobre essa possibilidade. Interessa-me muito saber se melhorou ou piorou o tratamento dado pelo Governo inglês aos brasileiros que hoje estão na Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Vamos fazer as perguntas em bloco.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr. Relator, João Magno, Sr. Embaixador Manoel Gomes Pereira, não seria bem uma pergunta, mas apenas um comentário. É lamentável que tenham ocorrido episódios como esse do assassinato de Jean Charles de Menezes e outros. Isso tudo vem em função do temor, da paranóia que atormenta os americanos, os ingleses e, especialmente, os espanhóis, como ocorreu antes da eleição presidencial. A tensão terrorista na Espanha foi um pouco aliviada depois da derrota de Aznar, que também entrou na guerra do Iraque.

Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Sr^{as} e Srs. Deputados, nosso Embaixador na Inglaterra, José Maurício Bustani – um grande Embaixador – deve estar empenhadíssimo nessa questão. Quando ele era diretor ou coordenador daquele Programa de Não-proliferação de Armas Químicas – Alpac foi convidado a retirar-se por pressão do governo americano. O Brasil teve que substituí-lo e ele ficou no limbo por um período. Dizia que não havia armas químicas no Iraque, isso antes da guerra. Foi, de certa forma, prejudicado pelo governo americano porque era um dos que contrariava a opinião americana de que o Iraque possuía armas químicas, o que provocou a guerra. É lamentável que tudo isso esteja ocorrendo. Se o governo americano e os outros governos tivessem ouvido o Embaixador José Maurício Bustani muitas mortes, inclusive de ingleses e americanos, teriam sido evitadas. Quantos soldados americanos e ingleses, nosso próprio Embaixador – Sérgio Vieira de Mello* – e quantas outras autoridades americanas, inglesas, brasileiras, espa-

nholas e de tantas outras nações morreram em função dessa guerra errada, proveniente de uma decisão errada de governos. Falo da invasão ao Iraque. Como disse o Senador Eduardo Suplicy, talvez pudessem ter sido encontradas outras formas de depor o ditador Saddam Hussein sem a decretação da guerra, como ocorreu no Iraque.

Então, era mais um comentário. Mais uma vez, repriso a questão do Embaixador Maurício Bustani, que é um rondoniense, pois nasceu em Porto Velho, onde seu pai era médico, ainda na época da Ferrovia Madeira–Mamoré. O pai do Embaixador Maurício Bustani foi médico na cidade de Porto Velho. Foi lá que ele nasceu. Ficou lá apenas cinco anos, da data de nascimento até cinco anos de idade, e que, hoje, se destaca, no Brasil e no mundo, como um grande Embaixador e como um grande homem público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – A terra de V. Ex^a é uma terra de eminentes brasileiros. Sem sombra de dúvida, um dos Estados mais aprazíveis de nosso País.

Com a palavra, o meu conterrâneo, do PMDB do Rio de Janeiro, o Deputado Dr. Heleno, do lindo Município de Duque de Caxias.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito obrigado.

Senador Crivella, Embaixador Manoel Gomes Pereira, João Magno, colega, Deputados e Senadores presentes, meus amigos, é de estarrecer! Depois dessa exposição, eu mudei o pensamento, várias vezes, em relação a perguntas. E, por um momento, me deu vontade de ver outros filmes de 007. Mas por quê? Para ver a tecnologia inglesa. A que ponto eles chegam para respeitar o ser humano? E a tecnologia deles, tão refinada e tão perfeita, que é incapaz de cometer um erro! Isso nós poderíamos ver em comentário de televisão, mas, pela primeira vez, um brasileiro morreu, para ter, de fato, o Brasil lugar na página internacional, como vigilante dos seus nacionais, defendendo e estando presente para saber qual foi a causa, que não foi a varíola, não foi a tuberculose, não foi uma doença qualquer, mas um assassinato. Um assassinato primário, em que poderíamos ver o ânimo dessas pessoas a que ponto poderia chegar, de raiva ou ódio, ou mesmo terem o treinamento para matar, e matarem um brasileiro que talvez se assemelhasse a um terrorista.

É lógico que eles ainda não descobriram o maquinário para saber se aquela pessoa é um terrorista ou não! Eles não descobriram o pensamento, não descobriram a lógica, nem tampouco a ideologia das pessoas! Mas, nessa confusão toda, eu fico com medo de ir à Inglaterra, fico com medo de viajar pela Europa,

mas tenho, cada vez mais, como paraibano, vontade de morar no Rio de Janeiro! E, quando me perguntam: “Como vai o Rio?” Eu digo: Continua lindo, com várias baixas! Porém, essas baixas são como constatamos ontem: passamos numa favela, como Santa Marta, onde houve um tiroteio e parece que três ou quatro foram feridos. Aí vocês olham: É o Rio! Mas a razão disso é que administradores passados não olharam, não vigiaram, também não tomaram conta do chão, aí as favelas foram criadas, para o bem-estar, para abrigarem pessoas, famílias – e elas moram lá até hoje –, mas tornaram-se também o abrigo de bandidos.

A culpa pertence a quem? Pertence ao administrador. E, hoje, eu vejo essa reforma. Agora, eu vejo essa confusão aqui de mensalão, toda atenção possível, e vejo que já está ficando caro para os eleitores, que estão perdendo novela, estão perdendo outras coisas e estão perdendo o interesse pelos políticos. E o julgamento é uniforme, quando deveria ser o contrário: o julgamento da pessoa é pelos dados da pessoa. E, às vezes, o erro, no julgamento final, aquele não é erro, é pelo ânimo da pessoa, se tem excesso ou não.

Aí eu vejo, faço essa comparação. É bom? É, para nós despertarmos para o que é a nossa brasilidade e o que é o comportamento dos nacionais estrangeiros nas suas terras. Aí eu vejo também uma reforma política onde eles falam: “para com isso, para com aquilo, não pode gastar, não pode gastar em show, não pode gastar em camisa”. Está certo, não pode gastar em nada, tem que gastar só em palavras! Palavras! No entanto, nós vemos, no Rio e em outras cidades, os vereadores com centros sociais, onde o deputado vai pedir ajuda. Eles pedem dez mil, vinte mil... Aí nasce o mensalão! Porque se um Deputado vai pagar isso, automaticamente, ele está tirando de algum lugar. E por que esta Casa também não vai vigiar lá fora o que está havendo de gasto externo? Isso é que, às vezes, é aquele pensamento, aquela oração que fazemos, pedindo a Deus orientação e ao Espírito Santo que nos guie.

Embaixador, com orgulho, ouvi a sua explanação. Foi muito rápida, mas objetiva, como se fosse uma visita, um café da manhã, mas disse tudo o que eu queria ouvir, e eu aprendi. Depois, as perguntas dos meus colegas me enriqueceram; me deu vontade até de estar presente, já me vi conversando com os Lordes. Não sei como, mas precisaria ter até um intérprete para falar. Sinais, eu sei fazer, mas eles é que não saberão entender. Já provei na China isso.

Então, eu faço uma pergunta, a primeira pergunta, que seria: Como estão os familiares dele? Os familiares perderam um ente querido, perderam um brasileiro, perderam um filho, um irmão, um parente. Como

estão sendo assistidos? O senhor deu a resposta. Eu pensei que a indenização fosse apenas aquelas quinze mil libras. Aí não dá para sobreviver. Talvez, com muita economia, daria, mas não dá. Mas há advogados que abraçaram a causa e que, pelo seu crivo ético, vão defender os brasileiros, e a família do brasileiro, nesse sentido, vai ser amparada.

Segundo, o Brasil está presente? Está. Aqui está uma Comissão, justamente, que alerta para isso, que dá a pujança e o ânimo a todos nós para continuarmos perseguindo, não com terrorismo ou insolência, mas sim com educação, com diplomacia.

Vejo também, e pergunto, meu Embaixador, sobre essa audiência pública, no dia 23, onde se dará a leitura do relatório, de acordo com os costumes jurídicos que eles possuem lá, e, a partir daí, se dará o julgamento. Essa é outra pergunta. E há também essa comissão independente, que está presente. Então, não somos apenas nós, há comissões e instituições que também estão acompanhando o caso.

Agora, a idéia de falar com os outros políticos, os parlamentares ingleses, é sensacional, porque passamos a ser uma ponte viva, com a humanização das nossas idéias e das nossas reivindicações, que serão sempre atendidas e despertadas, o que é maravilhoso.

Por isso, estou feliz, contente, e participo desta Comissão com o maior prazer possível. Eu vinha para cá na terça-feira, mas estou vindo na segunda à noite, justamente para dar atenção a esta Comissão.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª tem sido um membro brilhante desta Comissão. Agradeço a V. Exª por estar se deslocando do nosso Estado para cá na segunda à noite.

Aviso à Comissão que, na quinta-feira, teremos depoimentos candentes aqui. O tráfico de brasileiros para o exterior já é uma coisa que está envolvendo, até a metade deste ano, US\$250 milhões. É fácil fazer a conta: são 25 mil brasileiros que foram para lá, e os coitotes, os agenciadores, pagam para eles chegarem lá US\$4 mil, o que dá US\$100 milhões de dólares. Isso já foi pago para botar, até junho, 25 mil brasileiros pobres na fronteira com os Estados Unidos, pagos, financiados, por coitotes, que vão transformar esses US\$4 mil em US\$10 mil. A partir do momento em que o brasileiro der uma ligadinha de lá e disser: Cheguei!, aqui a família dá US\$10 mil. É lógico que esse brasileiro, em seguida, irá a um Consulado brasileiro – as filas, nos Estados Unidos, dos poucos Consulados que temos hoje são quilométricas – e tira um novo passaporte, porque a prisão americana fica lotada de pessoas, que são libertas sob palavra, mas têm o passaporte preso.

Então, o brasileiro pega um outro, remete aqui para o Brasil, os falsários colam um visto de trabalho, por R\$500,00 – aliás, um desses falsários já está preso, segundo a Polícia Federal lá de Governador Valadares –, e mandam de volta e já tem mais um Jean Charles de Menezes trabalhando nos Estados Unidos, mas sem cidadania porque tem um visto falso, grosseiro. Claro que aquele visto não é para ser usado no aeroporto, nem para passar por um fiscal, por qualquer pessoa de imigração, aquilo é para dar para o dono de um posto de gasolina, de uma loja, que vai olhar aquilo ali com bons olhos porque ele está precisando da mão-de-obra. Ele vai dizer: “esse visto está bom, vou aceitar, sim, porque estou precisando desse sujeito aqui para trabalhar para mim”. É mais um Jean Charles.

Então, os falsários, os políticos envolvidos no financiamento, prefeitos estarão aqui quinta-feira dando depoimento. Eu faria um apelo para que nossos membros estivessem aqui, acompanhassem o que eles têm para dizer, assim como os representantes do Itamaraty, do Ministério Público e da Polícia Federal, e que nós pudéssemos chegar ao centro dessa quadrilha, que só este ano – repito – até junho mandou 25 mil brasileiros pobres.

E, antes de o Embaixador Manoel Gomes Pereira responder, quero dizer que está aberto o prazo para apresentação de emendas para o projeto de lei da Comissão que vai tipificar o crime de financiamento de brasileiro pobre para emigrar ilegalmente, com fins de lucro pecuniário, que não existe no nosso Código Penal. Está aberta a inscrição para emendas ao projeto de lei da Comissão que deverá ser votado na próxima reunião, quinta-feira, dia 1º de setembro, e daremos entrada para tramitação no Congresso Nacional.

Com a palavra V. Exª, Embaixador Manoel Gomes Pereira.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Eu agradeço aos três Parlamentares que me questionaram antes, o Deputado Neucimar Fraga, o Senador Valdir Raupp e o Deputado Dr. Heleno. Eu tomei notas, mas se alguma coisa escapar, por favor, me perdoem e refaçam a pergunta.

O Deputado Neucimar Fraga mencionou a questão da melhoria ou da piora do tratamento dos brasileiros no Reino Unido em função do caso da execução do Jean Charles de Menezes.

Não, durante esses dias que eu passei lá, eu não notei nada nesse sentido, nem melhoria, nem piora, nem tive informações de membros da comunidade brasileira.

Grande parte do meu tempo em que eu não estava entrevistando alguém, eu passei no Consulado, e

procurava, então, comentar, conversar, como é que as pessoas viam a situação. Não, não há nem melhoria, nem piora. O que há, efetivamente, é uma espécie de preocupação do inglês médio com o problema do terrorismo. Mas o caso Jean Charles não é uma questão que se coloca nessa situação.

Eu não vejo, Deputado Neucimar Fraga, que haja melhoria ou piora no tratamento dos brasileiros lá.

Com relação às perguntas sobre se Jean Charles de Menezes foi morto como exemplo ou se nós temos alguma informação sobre quem matou, evidentemente, a **IPCC (Independent Police Complaints Commission)**, a Comissão Independente, deverá ter, saber exatamente quem matou. O que veio foi que foram onze tiros, dos quais sete na cabeça, por trás, um no ombro; mas, evidentemente, um inquérito corre em segredo. Como eu disse no início da entrevista, os inquéritos que envolvem policiais correm em segredo.

A propósito, na quinta-feira à noite, eu havia voltado ao hotel e estava assistindo televisão, e saiu um desses *flashes* de notícia de última hora. A Polícia Metropolitana de Londres tinha aberto uma queixa contra a IPCC com medo de que ela desvelasse os nomes dos policiais envolvidos na história; ou seja, a própria polícia estava ali, se protegendo previamente, como se fosse uma espécie de mandado de segurança para se proteger com relação a isso.

Efetivamente, a informação que nós temos sobre se Jean Charles foi confundido com terrorista ou se ele foi morto como exemplo, não temos idéia sobre isso, quer dizer, eu não tenho, é um assunto que não foi mencionado.

Agora, a questão das câmeras sim. Foi perguntado ao Dr. Nick Hardwick, que é o presidente da comissão independente, se ele tinha o filme completo do acompanhamento policial. Ele disse que tinha falhas. E alguém mexeu com uma certa ponta de ironia: será que alguma câmera não estava funcionando ou estava quebrada? E ele virou e disse assim: “Não seria surpresa”. Quer dizer, a gente não sabe muito bem e, como não nó não vimos a fita, não sabemos exatamente... Aparentemente, onde há falhas é no percurso de Jean Charles ao entrar na estação até chegar ao trem. Creio que seriam as perguntas que o senhor me fez, Deputado.

O Senador Valdir Raupp não fez perguntas, mas fez um grande elogio a um grande colega meu: José Maurício Bustani, que é rondoniense, eu não sou, mas gosto dele. Acho que ele, realmente, tem acompanhado o caso. Tenho visto, nesta fase, o cuidado com que a embaixada tem acompanhado isso. É excepcional. Isso se deve muito à figura de José Maurício Bustani. Evidentemente, estamos em uma quadra, na Inglaterra,

como o senhor disse para nós, antiterrorista. Eles estão preocupados com isso, mas a embaixada tem feito para nós, tem nos informado, o que nos permitiu preparar essa missão, que foi preparada desde logo depois da execução de Jean Charles de Menezes. Foi uma missão discutida com o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal. Quer dizer, ele nos ajudou, e muito, perante governo inglês... Propusemos nomes, essa coisa toda. Acho que foi um trabalho excepcional.

O Deputado Dr. Heleno fez algumas perguntas sobre como estão os familiares. As minhas informações são de 1º de agosto, a última vez em que os vi. Evidentemente, estão numa situação muito dura. O seu Matosinho e a Dona Maria estão realmente arrasados. A morte de um filho e a morte de um filho executado nas circunstâncias em que foi, evidentemente, os dois e o resto da família também, primos... Ele só tinha um irmão, que era o Giovani, também muito arrasado, essa coisa toda.

Estamos presentes desde o início. Quando recebi a notícia, no dia 23, de que poderia ser brasileira aquela pessoa morta no metrô de Londres no dia anterior, eu liguei para um colega que trabalha no gabinete do Ministro Celso Amorim, e ele me disse: “O Ministro Celso Amorim acaba de viajar para Londres”. Quer dizer, desde esse momento, ele está acompanhando e nós, acompanhando no Brasil. Nesse próprio dia, ainda falei com o Giovani. Gonzaga – não é, Deputado João Magno? –, é uma cidade que é uma delícia, mas a gente não consegue nem falar de celular lá. E a família do Menezes mora num distrito e não tem telefone. Quer dizer, eu falei com o Giovani, em São Paulo, e foi a partir dali que nós fizemos o acompanhamento.

Com relação à audiência pública de 23 de fevereiro, não acredito, Deputado Dr. Heleno, que tenhamos acesso ao relatório. Tenho a impressão de que esse relatório vai ser aberto na hora em que ele for à Procuradoria, ao Ministério Público. E por quê? Por aquilo que eu disse desde o início, na fase de investigação, como se trata de investigação que envolve policiais, os relatórios são reservados. Isso só vai ser dado, enfim, as pessoas só poderão conhecê-lo na hora em que passarem à Procuradoria. Essa, aliás, foi uma das queixas da Drª Gareth Pierce, quando comentou: “Eu tenho informações, mas desconfio”. Evidentemente que elas são incompletas e são informações requentadas. Quer dizer, a gente não tem informação. Eu falava, por exemplo, com o Corner, com o John Sempson. A primeira coisa que ele nos disse foi: “Eu não posso falar sobre o caso”. A IPCC comentou coisas conosco, mostrou-nos, por exemplo, a seqüência de eventos daquela manhã. Foram cerca de 20 minutos entre o

início do acompanhamento e a morte de Jean Charles, mas sem nome, sem nada, quer dizer, como se fosse uma dessas *flow charts*, dessas cartas de fluxo, mas sem nome, só com indicação de horas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Só eventos?

O SR. MANUEL GOMES PEREIRA – Só eventos. Uma cadeia de eventos. O senhor, no final, se referiu à interação entre o Congresso e o Parlamento inglês. Nesse caso, eu acho que é absolutamente necessário. Eu já tinha falado antes com o Senador Marcelo Crivella, nas conversas que freqüentemente temos. Acho que é muito importante que representantes do Congresso Nacional estejam em Londres, a partir de 10 de outubro. É mais um exemplo, mais uma ocasião em que o Brasil, como um todo, mostra o seu interesse, a sua preocupação com resultados e com informações. De maneira que, Deputado Dr. Heleno, é realmente fundamental. Não sei se respondi às perguntas que me foram feitas. Mas, enfim, são essas.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Primeiro, eu queria parabenizar o nosso Embaixador. Percebemos como S. Ex^a se recorda bem dos fatos, cita os nomes dos familiares, do pai, da mãe, do primo. Isso demonstra que realmente existe um efetivo interesse da Embaixada no caso; que ela está acompanhando de perto, tem acesso a algumas informações da cidade. É muito importante esse laço afetivo que se cria entre a nossa diplomacia e a família da vítima.

Mas eu queria somente uma informação complementar – sobre o caso, está esclarecido –, não sei se o Embaixador tem esta informação: quantos brasileiros há hoje na Inglaterra e qual a cidade da Inglaterra em que temos a maior presença de brasileiros e que tipo de atividade eles exercem? Se o Embaixador tiver essa informação, pois, de repente, é um outro Departamento o responsável. Eu só estou perguntando para aproveitar a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Por favor, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. MANUEL GOMES PEREIRA – Não, Sr. Deputado, V. Ex^a dirigiu a pergunta à pessoa que tem, por competência, cuidar disso. Eu conversei um pouco com os colegas lá. Nós não temos números definitivos. Por quê? Porque muitos dos brasileiros que estão lá são irregulares. Quem é irregular lá não conta nas estatísticas. Então, fazemos certo tipo de aproximação, como número de passaportes expedidos, número de procuração, número de certidões de nascimento e de

casamento. E o Consulado em Londres tem jurisdição sobre todo o país – Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Não há outra repartição do Brasil fora de Londres. Acreditamos que haja cerca de cem mil brasileiros na Inglaterra, em números redondos. Uma parte expressiva, talvez setenta, oitenta mil brasileiros, concentrada em Londres e o restante um pouco espalhado.

E, aqui, isto é um pouco ilustrativo: temos grupos de brasileiros hoje trabalhando na Escócia e na Irlanda do Norte como profissionais de matadouros. Eles são contratados para matar bois, essas coisas. Eles fazem esse tipo de trabalho. Inclusive, estão lá empregados regularmente.

Com relação ao número – e o senhor estava falando do tráfico de pessoas –, lembro-me de que, em junho do ano passado, a **Folha de S. Paulo** publicou em dois dias, entre 20 a 30 de junho, artigos de um depoimento de uma *free lancer* que escreveu sobre a experiência dela se apresentando como irregular no Reino Unido e pedindo para trabalhar. Quer dizer, conseguiu documentos falsos – há quadrilhas que fazem isso no Reino Unido também – e foi trabalhar em uma fábrica de sanduíches. E passou lá uma semana, só para ver em que condições. Quer dizer, exatamente condições muito pesadas, trabalho muito mal remunerado. E ela escreveu dois artigos para a **Folha de S. Paulo**, nesse período do ano passado, que eu coloco à sua disposição desde já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Ótimo! Aliás, Embaixador Manoel Pereira, V. Ex^a tem sido tão brilhante quando fala e escreve os seus telegramas! E eu havia anunciado aqui, depois de uma ligação que mantive com V. Ex^a na Inglaterra, que V. Ex^a enviaria um *e-mail* a nossa Comissão e que eu faria a leitura no plenário. Não tive oportunidade de receber esse *e-mail*. Sei que V. Ex^a esteve também muito ocupado esse tempo todo, com todas essas entrevistas. Mas, em relação a esse relatório que V. Ex^a disse que vai terminar dentro de dois ou três dias, se V. Ex^a pudesse enviar uma cópia para os membros da Comissão, seria de grande valia para que possamos compreender, em todos os aspectos.

Aliás, recebi também hoje um telegrama primoroso do nosso Cônsul-Geral na Ciudad del Leste, no Paraguai, o nosso Ministro Antônio Fernandes, em que ele fala da expectativa de 350 mil brasiguaios com os trabalhos da nossa Comissão, para que eles venham a ter cidadania e ver as suas questões discutidas, inclusive com relação à prestação de serviços de saúde, previdência, posse da terra, entrada e saída do país e questões desse tipo.

Eu gostaria de passar a palavra, Sr. Embaixador, ao nosso Senador Eduardo Azeredo, que é de

Minas Gerais e tem especial atenção em relação à matéria, uma vez que a maioria dos nossos nacionais que se encontram no exterior, de coração aventureiro, é de mineiros, que vivem hoje produtivamente fora do Brasil, enviando para este País bilhões de dólares a cada ano.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Crivella, eu quero aqui manifestar a minha preocupação permanente com a situação dos brasileiros que buscam realizar um sonho no exterior. No caso, Minas Gerais tem sido realmente um pólo emissor desses brasileiros, especialmente para os Estados Unidos. Mas, mesmo para a Europa, há um número significativo. O caso específico de Jean Charles nos afetou muito e levou a todo um sentimento de revolta em Minas Gerais.

Eu não pude estar presente desde o princípio, Embaixador, e quero lhe pedir desculpas, pois estava em outra audiência, da Comissão de Assuntos Sociais, ao lado. Mas quero manifestar a confiança no trabalho realizado pelo Itamaraty. Vejo que o Ministério realmente tem acompanhado o caso e procurado o esclarecimento devido e a responsabilização. Evidentemente, não há mais o que fazer devido à morte dele, a não ser uma reparação, ainda que financeira, que não é evidentemente o que se gostaria, mas é o mínimo que se deve fazer para a família, que é humilde e poderia ter pelo menos essa indenização pela perda de um filho. Mas que isso sirva de exemplo para evitar fatos futuros, seja na Inglaterra, seja em qualquer outro país. Que o Brasil esteja sempre presente defendendo os seus filhos, como, aliás, fazem alguns outros países e os próprios Estados Unidos. Quando acontece qualquer problema com um americano, quase cai o mundo. Então, é importante que o Brasil também esteja dessa maneira defendendo a vida dos seus cidadãos.

A minha intervenção é somente neste sentido, de manifestar confiança e colocar que nós todos de Minas Gerais estamos acompanhando essa questão e temos um sentimento que é um misto de revolta e esperança de que isso não se repita mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Ex^a sabe que, assim que abrir o Parlamento Inglês, esta Comissão se fará representar por uma comissão de alto nível, de Deputados e Senadores, para dialogar com a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, exatamente para expressar esse sentimento de V. Ex^a. Quando assassinam um eletricista, um cidadão humilde, num trem de metrô, é preciso que a Europa, o Japão e os americanos saibam que, por trás desse brasileiro humilde, existe uma pátria, um Congresso, irmãos que não vão sossegar – e o Poder Executivo

e o Itamaraty – até que os culpados sejam punidos e se paguem as indenizações devidas, porque são dois milhões de brasileiros que estão fora, muitos deles sem a cidadania, embora produzindo para os países.

É um assunto que está sendo tratado no Parlamento americano pelos Senadores Robert Edward Kennedy e John McCain, um democrata e um republicano: o projeto Guest Worker, que é uma questão de direitos humanos, porque, se há um imigrante trabalhando ilegalmente e o país usufrui de sua mão-de-obra, então por que não legalizá-lo? Por que não dar a ele cidadania? Por que fazê-lo cidadão de segunda classe?

Com a palavra, o Senador de Santa Catarina, que também é envolvido diretamente, porque de Criciúma existem, somente nos Estados Unidos, dezenas de milhares de brasileiros trabalhando nos Estados Unidos.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan e, em seguida, ao Deputado Mauro Lopes, que é de Minas Gerais, também interessadíssimo no caso da emigração.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiro, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, quero deixar registrado aqui o nosso reconhecimento, os nossos cumprimentos pelo trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo nesta Comissão. E esse reconhecimento já tem alcançado, certamente, apoio em todos os lugares do Brasil e, principalmente, em Santa Catarina, onde inúmeras matérias da imprensa do interior do nosso Estado, do Sul do nosso Estado, falam, referem-se ao trabalho que V. Ex^a tem desenvolvido e está desenvolvendo em benefício dos emigrantes brasileiros.

E agora, há pouco, quando fui chamado por um dos assessores para que pudesse estar aqui presente e ouvir o nosso Embaixador, eu dizia ao assessor o seguinte: “como vou participar de tantas comissões?” Faço parte de três CPIs que já estão atuando – no caso, a do Mensalão, a dos Bingos e esta, que é tão importante quanto aquelas, talvez até mais importante, porque se refere à vida. Só que fui convocado, pelo meu Partido, para me fazer presente na CPI dos Bingos. Mas eu disse que viria aqui para conversar com o Presidente Marcelo Crivella, cumprimentar o nosso Embaixador, Manoel Gomes Pereira, até que possa buscar, pelo menos, o meu suplente, que está em outra CPI, para me substituir na Comissão dos Bingos, e eu possa retornar para cá. Então, queria, primeiro, justificar.

Segundo, Sr. Presidente, qual é o valor da indenização que pode substituir a vida de alguém que foi tentado, em longas distâncias, separado do seu país, de sua família, buscar meios de sobrevivência, para ele

e para seus familiares? Qual é essa indenização que irá substituir a vida desse trabalhador brasileiro? E o desaparecimento não foi uma coisa muito normal. Ele foi triturado, ele foi massacrado, ele foi alvejado por diversas vezes, certamente a cada movimento que ele dava em um de seus dedos ou do seu corpo, recebia mais um balaço. Pelo menos são essas as informações que temos.

Não há indenização que substitua a dor dos brasileiros; a da sua família é impossível substituí-la. Mas, nós, brasileiros, fomos atacados, fomos ofendidos. Reparar como? Criar um conflito internacional? É impossível. Não dá também. Como substituir? Talvez o desaparecimento dessa pessoa, a perda desse trabalhador brasileiro, a morte desse trabalhador brasileiro, o assassinato desse trabalhador, possa servir de exemplo. Talvez seja muito maior do que o próprio valor a ser indenizado, para que seja usado como exemplo para alertar o mundo que não é dessa forma que você busca a paz, que você consegue diminuir o terrorismo no mundo: não é alvejando um inocente. Um país como aquele, tão forte na tecnologia, tão forte nas investigações, tão preparado para combater o terrorismo, de repente, alveja uma pessoa inofensiva, sem nenhum problema, tomba-o como se ele fosse um saco de lixo e o alveja.

Então, não há como dizer que uma indenização vá substituir a perda desse brasileiro. Mas, confiamos no Itamaraty, confiamos no Embaixador e talvez consigamos encontrar, por parte das autoridades internacionais, um respeito maior para com os brasileiros que estão servindo também àqueles países, levando a mão-de-obra qualificada do povo brasileiro, a garra, a determinação, a seriedade de milhares de brasileiros que estão em outros países. Eu queria dizer ao nosso embaixador que do sul de Santa Catarina há, mais ou menos, 16 mil pessoas no exterior. Eles enviam para os seus familiares quase 30 milhões – não sei se de reais ou dólares –, por mês, para o nosso País. Eles vão a trabalho. Eles prestam um grande serviço àqueles países que precisam, também, de mão-de-obra qualificada, às vezes é mão-de-obra barata, mais barata que a deles.

Lamento, profundamente, não poder dar continuidade, pois o embaixador veio de tão longe para ouvir os Senadores, para discutir com os Senadores, com esta Comissão, o caminho que devemos seguir e, de repente, acabam os Deputados e Senadores estando em um número inferior ao que se esperava. Mas é para mostrar, também, que nós trabalhamos muito aqui. É muito trabalho! Então, quero pedir compreensão ao nosso embaixador, que é um homem público e que entende perfeitamente a nossa função. Peço desculpas

por muitos não estarem aqui. Eu mesmo tenho de me retirar para atender outro compromisso, cumprir outra missão. Certamente, esse é o sentimento de nosso Presidente, Marcelo Crivella, e de todos os que aqui estão. Mas os seus esclarecimentos e suas idéias que, certamente, serão brilhantes, serão aqui gravadas, e nós poderemos, depois, ter acesso a elas. Quero me colocar à disposição do embaixador para podermos dar mais segurança aos brasileiros que saem de nosso querido País para buscar meios legais de vida legais e também àqueles que, mesmo estando ilegalmente em outros países, tentam buscar meios de sobreviver sem roubar, sem matar, tentam, por meio do seu trabalho, do seu esforço, da sua coragem, da sua capacidade, buscar subsídios legais para atender os seus familiares. Fica aqui o meu apoio. Peço desculpas por minha retirada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Na quinta-feira, nós vamos ouvir aqui na Comissão os prefeitos de São Félix, Divino das Laranjeiras. Eu pediria, então, aos membros da Comissão que preparem suas perguntas, a fim de que pudéssemos obter informações valiosas para a conclusão de nosso relatório, dar subsídio ao nosso Relator, sobre esse caso de financiar brasileiros para emigrarem, ilegalmente, para outros países.

Com a palavra, o nobre Deputado, por Minas Gerais, Mauro Lopes, do PMDB.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Sr. Senador

Marcelo Crivella, digno Presidente de nossa Comissão; João Magno, brilhante Deputado lá do vale do Rio Doce, que tem lutado muito pela região do vale e, inclusive, do leste mineiro, pois o maior índice de imigração é de nossa região de Minas, Embaixador Manoel Gomes Pereira, é um prazer conhecê-lo e tê-lo aqui em um tão difícil. Peço desculpas por não ter chegado a tempo, logo no início desta reunião tão importante, porque hoje estão prestando uma homenagem à Polícia Rodoviária Federal, onde eu tive a honra de servir por 35 anos. De patrulheiro, fui galgando os cargos até Diretor-Geral, comandando o País inteiro. Assim, tive de fazer um pronunciamento. Como disse, também, o Senador que me antecedeu, Leonel Pavan, o problema maior são os trabalhos das duas Casas. Nós temos diversas Comissões. Temos a Comissão de Emigração, Compras de Votos, da qual também faço parte; a do Tráfico de Armas; Crime Organizado no Nordeste, voltando à era da cangaço. Então, são tantos os problemas que a gente tem que correr atrás, trabalhar e estar atento, afora as Comissões de Orçamento, de Constituição e Justiça, de Transportes, de Agricultura etc. Realmente, a nossa vida aqui dentro é muito ativa.

Mas, realmente, é com tristeza que a gente está comentando esse fato do nosso Jean Charles, que foi barbaramente assassinado na Inglaterra. Com isso o povo brasileiro está todo condoído. Contudo, isso não está acontecendo somente lá, apesar de que os olhares hoje estão mais voltados para este caso. E nós temos certeza de que as autoridades do Ministério das Relações Exteriores vão trabalhar com rigor para que se faça justiça. É claro que a falta, a perda desse ente querido jamais será recuperada, mas é preciso se dar um alento a essa família, para eles sentirem que as autoridades brasileiras estão atentas e dando realmente um sentido de amor e respeito ao ser humano, o que pode também dar um conforto espiritual e de solidariedade humana de parte das autoridades brasileiras. A meu ver, esse é o momento. O importante que nós queremos é isso.

Mas, aproveitando esta reunião – e V. Exª faz parte do Ministério das Relações Exteriores, representa o interesse do Brasil em todos os continentes, em todos os países do mundo –, eu, que sou do Leste de Minas Gerais, tenho visitado aquelas cidades do interior e tenho visto o sofrimento das famílias. Nós estamos com 27 mil brasileiros presos numa condição tal que, às vezes, um animal que tem dono é mais bem tratado do que um ser humano nesses presídios que estão lá fora. É, pois, uma falta de respeito para com os brasileiros.

Esperamos que o Itamaraty possa cobrar desses países a reciprocidade de tratamento que nós, aqui, no Brasil, dispensamos aos estrangeiros, com muito respeito. Nós damos a eles a liberdade de transitar por este Brasil grande que nós temos, mostrando-lhes as nossas riquezas. Ocorre que, quando o brasileiro chega lá, até mesmos nós, Parlamentares, quando chegamos num aeroporto desses aí, a gente, às vezes, é levado até a constrangimentos. Não respeitam nada. Até na própria Embaixada dos Estados Unidos, aqui em Brasília, o tratamento dado a um Parlamentar é inexpressivo, não demonstrando nenhum respeito pelas autoridades brasileiras. Nós somos autoridades brasileiras, eleitos pelo povo brasileiro, e deveríamos ter um tratamento respeitável, inclusive o Itamaraty deveria exigir isso porque nós representamos o País. Tenho pedido insistentemente isso e aproveito a oportunidade para pedir que o senhor leve ao Ministro Celso Amorim esse clamor nosso, essa preocupação nossa.

Mas tenho certeza absoluta de que o Itamaraty, nesse caso do Jean, está tomando as providências necessárias. Já foi uma comitiva, já estiveram lá, na Inglaterra, tomando todas as providências. É importante até para que nós também sejamos informados, ainda porque somos lá da região do Jean – eu moro

lá. O João Magno também é de lá. Então, eu desejaria que, quanto a todas as providências que estão sendo tomadas, o Presidente Marcelo Crivella nos repassasse as informações que o Itamaraty lhe passar, até para que pudéssemos levar essas informações à nossa região, o que poderia dar um alento aos nossos conterrâneos. E, realmente, o Itamaraty está tomando as providências para que casos como esses não se repitam mais.

Mas o clamor maior desta nossa Comissão é voltado também para os Estados Unidos, pois são 27 mil brasileiros presos naquele país. Inclusive, há um pedido que já fiz ao Itamaraty – e não tenho aqui, neste momento, o nome – relativamente a uma pessoa que foi, talvez clandestinamente pelo México, aos Estados Unidos, e não se tem notícia nenhuma dela há mais de sessenta dias, nem no Brasil, nem lá fora, se morreu ou se está vivo. Tenho esses documentos no meu gabinete. Posteriormente trarei para o Presidente, Senador Marcelo Crivella, a fim de que possamos dar resposta a essa família. Passarei ao senhor por intermédio do Presidente.

Era essa a intervenção que pretendia fazer.

Confio nas autoridades brasileiras, no embaixador, no Itamaraty, no Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Crivella, que está trabalhando com muita sensibilidade neste caso, nos nosso pares, no honrado Governador de Minas Gerais, que está aqui juntamente com o Deputado Ivo José. Estaremos aqui trabalhando. No que for possível, estaremos prontos para ajudá-los nessa batalha. Se for possível viajar para colaborar... Esperamos ter êxito nessa batalha.

Às vezes, o povo não tem voz – a voz do cidadão vem desta Casa. Por isso espero que possamos dar um eco maior e levar o assunto às autoridades, a fim de que possam fazer justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Nós agradecemos a V.Exª, Deputado Mauro Lopes. Semana que vem, realizaremos uma audiência pública no Sul de Minas. A Comissão estará se reunindo em Poços de Caldas na quinta e sexta-feira, dias 15 e 16.

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Estarei lá, porque tenho uma forte ligação no Sul de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Deputado Ivo José, do PT de Minas Gerais, V.Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. IVO JOSÉ (PT – MG) – Gostaria de agradecer, Sr. Presidente Marcelo Crivella. Cumprimento o Embaixador Manoel Gomes Pereira; o Relator, Deputado João Magno; o Senador Eduardo Azeredo; o Deputado Mauro Lopes.

Quero dizer que é muito importante ver esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito atuante, porque ela tem uma pauta, uma temática diferente do que estamos vendo na mídia, mas isso não importa. O importante é que estejamos cumprindo a tarefa que vem sendo designada pela sociedade.

O Senado e a Câmara agora têm a oportunidade de tratar dessa temática da emigração, desse fenômeno sociológico, juntamente com o Governo e com as organizações da sociedade que clamam por um posicionamento. É bom contar com a presença dos colegas Parlamentares e também do Embaixador Manoel Gomes Pereira, que, há um bom tempo, vem sendo muito solidário e muito atencioso em todas as nossas solicitações. A Presidência de V.Exª muito nos orgulha. Colocamo-nos sempre à disposição para as ações e intervenções naquilo que V.Exª julgar que possa competir a nós.

Estamos atentos a solicitações de setores da sociedade que querem discutir. Trago verbalmente a solicitação de várias universidades de Belo Horizonte que reivindicam um debate com a CPMI no intuito de aprofundar o assunto, juntamente com o movimento estudantil, com os graduandos e com as pessoas que trabalham essa temática. Eles gostariam de que esta Comissão pudesse comparecer à Assembléia Legislativa de Minas, onde há Deputados estaduais trabalhando nesse assunto. Participei de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e em Comissões que tratam dessa questão na Assembléia. Trago verbalmente esse pleito de realizarmos uma reunião na Assembléia, junto com as universidades. Formalizarei requerimento nesse sentido para que possamos dar oportunidade a setores que já atuam e debatem essa questão, a fim de que possam ouvir e opinar junto com a CPMI sobre esse tema. Certamente, contribuições valorosas chegarão nesses debates, porque essa questão está permeando toda a sociedade de Minas Gerais. Então, acho que essa questão também poderá trazer uma contribuição para os nossos trabalhos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Aguardamos requerimento de V. Exª, que já tem o parecer favorável do nosso Relator.

Pergunto ao Relator, antes de concluir os trabalhos, V. Exª quer fazer uso da palavra?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, V. Exª já fez um pedido ao ilustre Embaixador Manoel Gomes Pereira, nosso amigo, no sentido de que, assim que for terminado, o relatório seja encaminhado para nós. E faço um reforço, porque, para o nosso trabalho de relatoria é de grande importância. E

agradeço também a presteza de V. Sª, que veio aqui tão rapidamente nos atender. A minha palavra é essa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Senador, desculpe, Embaixador Manuel Gomes Pereira, Senador no futuro, mas, atualmente, Embaixador do Quadro Diplomático do Itamaraty, também oriundo de Minas Gerais.

V. Exª tem a palavra.

O SR. MANUEL GOMES PEREIRA – Senador Crivella, muito obrigado, V. Exª me deu hoje uma dupla satisfação, primeiro, a de vir ao Senado, a esta Comissão tratar desse assunto tão candente. Acho isso muito importante. E, depois, sobrepôs diante de vários representantes do meu Estado para me argüirem, ainda fiquei mais contente ainda, porque a minha família, mineira, é daquela região, de uma cidade que fica a 100 quilômetros de Gonzaga, São João Evangelista. De maneira que ser argüido por representantes do meu Estado é um prazer adicional.

Eu queria só fazer alguns comentários, se o senhor me permitir, Senador, muito rapidamente. Primeiro, ao Senador Eduardo Azeredo, que me manifestou a preocupação de que, nós, do Itamaraty, acompanhe-mos sempre as comunidades brasileiras no exterior. Isso não é mais do que nossa obrigação. Deputado Ivo José, Deputado João Magno, Senador Crivella sabem que um pedido do Congresso de acompanhamento, localização de brasileiros, verificação do estado em que estão detidos. E temos feito isso porque é parte do nosso trabalho diário.

Temos um programa de visitas a prisões de brasileiros ou porque estão condenados ou porque estão detidos regularmente para deportação. Eu mesmo acompanhei o Senador Crivella diversas em janeiro e em dezembro de 2004 a diversos centros de detenção na fronteira dos Estados Unidos com o México. De maneira que essa é a essência do nosso trabalho, que, com a ajuda de Deus e dos senhores, vamos continuar a fazer.

O Senador Leonel Pavan chamou atenção para uma coisa realmente muito séria, que é o problema da indenização em relação à vida, que é, de longe, muito mais importante. Não se discute isso. E acho que o Senador tem toda razão. Vi a situação da família, que tem muita dificuldade, quer dizer, Jean Charles era um arrimo de família. Ele e o Giovani, o irmão que trabalha num banco em São Paulo, são os dois arrimos de famílias, são os dois únicos filhos daqueles pais já de idade, que dependem do trabalho. Acho que a questão do respeito aos brasileiros no exterior, ainda que fazendo trabalhos mais humildes, é um cidadão respeitado onde está, quer dizer, é um cidadão pacífico, é trabalhador, é honesto. Em 2003, exatamente há dois anos, estive

numa reunião consular nos Estados Unidos. Fazemos reuniões consulares com os Estados Unidos a cada ano. A próxima será no final de setembro, recebemos, através do Consulado em Boston, o depoimento verbal do prefeito de Framingham*, exatamente elogiando os brasileiros que eram do seu município, exatamente como pessoas industriais, honestas, respeitadoras da lei, quer dizer, são todas pessoas que perdemos, no fundo, perdemos essas pessoas no Brasil, mas estão construindo em outro lugar.

Deputado Mauro Lopes, de Caratinga – acabei de saber porque foi soprado pelo Senador Crivella –, há muitos brasileiros presos efetivamente, presos e não presos, porque, em alguns casos, os centros de detenção não têm capacidade para reter esses brasileiros, eles notificam brasileiros para aparecer numa citação diante do juiz, e esse brasileiro aparecerá ou não. Eles andaram modificando esse procedimento. O brasileiro emigrado irregularmente não vai mais ao juiz; ele já é preparado para a deportação nos célebres vãos que chegam a Confins. Tivemos dois no início do mês, no dia 2 ou 3, se não me engano, e possivelmente teremos mais ainda. Estamos esperando eles nos indicarem, porque a nossa tática foi de não dar um cheque em branco, dizendo: “Vocês podem mandar vinte e sete mil brasileiros!” Optamos por dizer: “Quando houver a lotação de um avião, vocês peçam que nós autorizemos”. Inclusive, até para o próprio Governo de Minas Gerais poder se organizar. Tenho a impressão de que isso até permite ao Governador Aécio Neves que faça um trabalho ao longo do tempo.

A reciprocidade de tratamento, como o senhor se referiu, de estrangeiros no Brasil com relação aos brasileiros no exterior, Deputado, temos aquele ditado: “pobre é mão aberta; rico é pão duro”.

Temos negociado, desde abril de 2003, acordos de regularização migratória, que são anistias parciais para brasileiros e estrangeiros – brasileiros fora e estrangeiros aqui. Nós negociamos em Portugal, onde estamos regularizando cerca de vinte e cinco mil brasileiros lá e uns mil e poucos portugueses aqui. Negociamos também com o Suriname. Vamos negociar com a Guiana. E acabamos de negociar um com a Bolívia, para a regularização de bolivianos no Brasil. Só na cidade de São Paulo estima-se que haja mais de quarenta mil bolivianos trabalhando em situação irregular, e sendo explorados em confecções de fundo de quintal, essa coisa toda.

Quer dizer, num país que tem as dificuldades do Brasil, de repente, com um tratado ou com um acordo, autorizar a regularização de quarenta mil pessoas é realmente... Aí entra o ditado: o pobre é que é mão aberta, não é?

O SR. MAURO LOPES (PMDB – MG) – Em detrimento da mão-de-obra nossa.

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Não; o senhor sabe que acho que nem isso, porque são pessoas que já trabalham... Tivemos muito cuidado de acertar isso com o Ministério do Trabalho. Antes de regularizarmos, discutimos isso longamente com o Ministério do Trabalho, exatamente pelo volume. Estávamos muito preocupados com o volume e com a concorrência no mercado de trabalho. Então, nós discutimos, ainda na gestão do Ministro Berzoini, e, no final, viram que não haveria impacto com a regularização desses bolivianos.

A última coisa que eu queria pedir, Deputado, é que me passe, o mais rapidamente possível, o seu pedido de informações sobre brasileiro. Então, quanto mais rápido o senhor nos passar, mais rápido poderemos obter a informação.

Temos tido um grau muito alto de êxitos, Ainda durante a minha estada em Gonzaga, no enterro do Jean Charles, o Prefeito Julinho me chamou e disse: “O senhor poderia me fazer um favor, Embaixador: eu estou com esse caso aqui, de uma família de Santa Efigênia”. Falei: “Claro; o senhor me dá e eu providencio”. E em uma semana tínhamos localizado. Quer dizer, isso é parte do nosso trabalho e não é caso de deixar famílias, no Brasil, nervosas, preocupadas, sem saber como é que está a sorte... Como sabemos que há episódios de morte na passagem da fronteira, não é o caso de deixar essas famílias assim.

Por outro lado, finalmente, queria agradecer as generosas palavras do meu amigo, Deputado Ivo José, com quem temos trabalhado em alguns casos – não é, Deputado? Aqueles casos do México, aquela coisa toda que ainda não pudemos resolver, porque o tratado não está definitivamente aprovado. Então, não podemos trazer o caso do Alan etc. Temos ainda que ter essa aprovação e a promulgação do tratado, para que possamos trazer esses brasileiros para o Brasil.

Não sei se respondi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco-PL – RJ) – No Itamaraty, qual o sentimento que V. Ex^a traduziria para nós com respeito à revisão ou uma reavaliação do acordo de não necessidade de vistos para brasileiros e mexicanos que hoje vigora. V. Ex^a acha que, com esse número expressivo de brasileiros entrando pelo México, as coisas vão se encaminhar para se estabelecer algum tipo de controle?

O SR. MANOEL GOMES PEREIRA – Ainda não terminamos as discussões com o México. Na verdade, temos recebido um pedido deles para fazer uma denúncia bilateral ou uma suspensão bilateral do acordo. Neste momento, a nossa idéia, a nossa opção é

no sentido de que, se o México quiser denunciar, nós nada oporemos. Mas a denúncia recíproca seria muito difícil. Nossa idéia hoje, no Ministério – e discutimos isso também com o Ministério da Justiça –, é que, se eles quiserem fazer uma denúncia unilateral, não haverá nenhum problema.

Ainda não foi tomada uma decisão, mas eles estão querendo suspender o acordo por um ano, impondo o visto por um ano. Esse é um outro problema de insegurança jurídica. A partir de quando vai valer? Eu saio daqui sem precisar de visto, chego ao México precisando de visto. O controle da Polícia Federal vai ter que ser muito maior. Vai ter que ser duplicado o controle da Polícia Federal, por causa das datas.

Portanto, esse é um assunto que ainda está em evolução.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Eu não sei qual será a decisão do Governo brasileiro, mas acho que esta Comissão deve participar disso. Mas já dizia o nosso ex-presidente, o Senador Hélio Costa, a interferência americana, segundo foi publicado pelos jornais mexicanos e brasileiros, é que seria indevida. Quer dizer, havia pressões americanas para que o México suspendesse ou denunciasse, ou forçasse o Brasil a fazer isso. Mas, a meu ver, não cabe essa interferência nas relações entre países estrangeiros, até porque o princípio de não-intervenção, copiado em nossa Constituição, é praticamente universal.

Embaixador Manoel Gomes Pereira, nós confiamos na perspicácia, na inteligência, no nacionalismo, no patriotismo, na boa vontade de V. Ex^a. Andei com V. Ex^a pelos presídios americanos, pelos desertos. Chegávamos tarde ao hotel, saíamos cedo, entrávamos em filas, ficávamos horas e horas ouvindo os brasileiros, sentindo suas dores. O pessoal que está lá também... Faço até uma menção honrosa ao nosso Ministro em Houston, Milton Torres da Silva, com 67 anos. Ele passava horas e horas provando comida, providenciando medicamentos. Ele é realmente um sujeito excepcional! Milton é gaúcho, Ministro de Primeira Classe, e presta um trabalho extraordinário. Quem teve oportunidade de ler o telegrama que ele enviou ao Governo brasileiro, que eu passei à Comissão, viu a riqueza de detalhes e o interesse que ele tem pela nossa causa.

Assim, leve V. Ex^a ao Itamaraty o reconhecimento desta nossa Comissão e a certeza de que, trabalhando juntos, poderemos cuidar dos nossos brasileiros lá fora e evitar que eles saiam daqui ilegalmente. Quem sabe possam ir de maneira legal?

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 39 minutos.)

Ata da 8ª Reunião, realizada em primeiro de setembro de 2005

Ao primeiro dia de setembro de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, Neucimar Fraga, Geraldo Thadeu, Dr. Heleno, Jackson Barreto, Aldir Cabral, Takayama, André Zacharow e Leonardo Monteiro, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 8ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina às oitivas dos senhores **Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras – MG; e WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA, Prefeito de São Félix de Minas-MG**, bem como para apreciar o Projeto de Lei (da Comissão), que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. A seguir, o Presidente coloca o Projeto de Lei em discussão. Concede a palavra ao Relator, Deputado João Magno, e aos Deputados Geraldo Thadeu; Leonardo Monteiro; Takayama; Dr. Heleno; Aldir Cabral; e Neucimar Fraga. Colocado em votação, simbólica, o Projeto de Lei é aprovado pela Comissão, o qual, oportunamente, será apresentado à Secretaria da Mesa do Senado Federal. Dando continuidade à reunião, convida os senhores depoentes para prestarem seus esclarecimentos (em reunião reservada). Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. E, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. – Senador **Marcelo Crivella**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Sob a graça do nosso Deus Pai, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito,

criada por meio do Requerimento nº 2-2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Antes de começarmos o depoimento, gostaria de colocar em discussão o projeto que esta Comissão e sua consultoria elaboraram para tipificar o crime que hoje não existe no Código, de financiamento da ida ilegal de brasileiros para o exterior com fins pecuniários.

Farei apenas um pequeno preâmbulo. Esse negócio envolveu, neste ano, 25 mil brasileiros. Vinte e cinco mil brasileiros foram financiados para ir aos Estados Unidos. Se colocarmos um preço médio de US\$5 mil, estamos falando de US\$125 milhões que foram fornecidos por um financista, por um grupo, por uma organização. Cobraram pela ida de brasileiros para os Estados Unidos, conforme é notório e já se publicou em vários jornais, e esta Comissão já apurou. Isso resulta em um pagamento de US\$10 mil quando o brasileiro chega lá.

Então, investiram US\$125 milhões e ganharam US\$250 milhões. Investiram US\$125 milhões e os transformaram em US\$250 milhões, porém, com o risco da vida do nacional, do brasileiro.

E é isso que nós, na nossa Comissão, estamos colocando em discussão com os Srs. Deputados, membros e Relator. Já abrimos prazo para emendas. Na última semana, foi colocado em discussão, e ficaram para esta semana as emendas.

Pergunto se alguém quer inscrever-se para discutir esta matéria, antes de passarmos para o depoimento do Sr. Edson Bodola, ex-Prefeito de Divino das Laranjeiras, que deporá em nossa Comissão.

Deputado Geraldo Thadeu, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, considero este projeto de lei muito importante. Eu tinha uma grande dúvida. Estamos aqui numa investigação. Temos várias pistas já, praticamente um roteiro, desse processo de emigração de brasileiros. Sabemos dos agenciadores. Nós vamos caminhar, vamos descobrir, vamos chegar a pontos importantes, mas como vamos condenar esse pessoal?

Não tínhamos como, mas este projeto de lei preenche essa lacuna. Então, agora ficamos respaldados para que esta CPMI possa depois encaminhar essas pessoas que fazem agenciamentos e que têm lucros exorbitantes, às vezes com as desgraças das pessoas. Queremos que esta CPMI traga aos brasileiros que tenham vontade de ir para o exterior condições para que possam trabalhar, mas com dignidade, com

segurança, e que eles não sejam levados ilegalmente e vivam na clandestinidade.

Nessa viagem que realizamos recentemente, vimos que 90% ou mais daqueles que foram estão voltando, mas que não gastaram nada porque foram financiados por agenciadores. Trata-se de um grande lucro isso aí. Na realidade, estimulam a pessoa voltar, a ficar lá presa, voltar pela segunda, pela terceira vez. Ela sabe que vai chegar um momento em que a polícia americana vai colocar na prisão o brasileiro e vai ser muito difícil tirá-lo porque será reincidente por três, quatro vezes.

Na realidade, temos de acabar com isso mesmo, mas tem que haver uma punição. Se não tiver punição, vamos acabar morrendo na praia.

Então, quero parabenizá-lo pelo projeto de lei. Acho que ele é muito importante. Inclusive, temos de trabalhar para que ele seja agilizado e possa ser aprovado logo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida, V. Exª tem toda razão. Aqui no Senado, nós podemos trabalhar com os membros da Comissão e apresentar como um projeto da Comissão, que tem uma tramitação mais rápida. Mas, quando o projeto chegar à Câmara, realmente, vamos depender dos membros da nossa Comissão, que conhecem o assunto, sabem da importância, para agilizar a tramitação.

Há mais alguém que queira discutir? (Pausa.)

Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu também penso, Sr. Senador, que, dada a emergência deste projeto para as necessidades do grande problema da emigração no nosso País, o mesmo procedimento que tomávamos aqui no Senado – de colocar a força de uma CPMI, que já tem produzido alguns resultados ao longo da própria investigação – deve ser adotado na Câmara dos Deputados. Levar a força da CPMI para lá, como um projeto que marca as duas Casas, a fim de garantir uma tramitação a mais ágil possível, usufruirmos desse instrumento da CPI.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não. Com a palavra V. Exª.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, Senador Marcelo Crivella, o nosso Relator, Deputado João Magno, e todos os Deputados aqui presentes. Mais uma vez, reforço a importância desta CPMI da Emigração para nós de Minas Gerais, sobretudo para nós do leste de Minas.

Esta Comissão, como podemos perceber dos nossos trabalhos, inclusive pelo roteiro apresentado pelo Deputado João Magno, vai ter a importância de fazer

a investigação, de apurar irregularidades em relação à ida de pessoas para os Estados Unidos, seja tráfico, seja transferência de dinheiro – V. Ex^a percebeu lá em Governador Valadares aquela realidade. Mas vejo também que esta CPMI terá uma função importante, qual seja a de criar as condições legais para incriminar aquelas pessoas que hoje cometem o ato ilegal, que é a questão do tráfico, transferência de recursos.

Por último, a Comissão terá condições de propor – e isso o Deputado João Magno deixou ressaltado no roteiro que foi apresentado para nós aqui –, seja para o Governo de Minas, seja para o Governo Federal, alternativas de trabalho e renda naquela região de Minas Geras – Vale do Rio Doce, leste de Minas, uma das regiões mais empobrecidas do nosso Estado. As cidades cresceram baseadas no extrativismo, inclusive do extrativismo do minério e da mica. Os americanos e ingleses exploraram a nossa região, o que contribuiu para a nossa relação com o estrangeiro. As primeiras pessoas que foram para fora trabalhavam com ingleses e americanos, com a mica, material usado na Segunda Guerra Mundial.

Portanto, é antiga a nossa relação com os estrangeiros, com o Estados Unidos, com os europeus. Sem dúvida alguma, como essa região cresceu baseada no extrativismo, depois, com o esgotamento do minério e da madeira, a região entrou num refluxo, e hoje as cidades no entorno de Governador Valadares, todas elas, têm um número muito menor do que tinham há dez, quinze anos.

Então, repito: além de termos a função de investigar, de apurar essas irregularidades, além de termos uma outra atribuição importante nesta Comissão, que é propor formas de tipificar o crime, temos a função de propor projetos na linha de geração de renda na nossa região.

Para V. Ex^a ter uma idéia, Senador, o Vale do Rio Doce é a única região do leste de Minas que não tem uma universidade pública federal. Além de projetos, como foi apresentado lá na nossa reunião de audiência pública, pela Deputada Elisa Costa, projetos na linha de geração de renda... Faz-se necessária a atuação do Governo Federal nesse sentido.

O Vale do Jequitinhonha é uma região pobre de Minas, mas está incluído na área da Sudene e temos lá o Banco do Nordeste, e a região leste de Minas está abandonada.

Por isso, ressaltamos aqui o trabalho importante que V. Ex^a tem dedicado a esta Comissão, ao trabalho do Deputado João Magno. A esta Comissão não é dada a importância, a atenção e os holofotes da imprensa, mas, sem dúvida, ela vai ter um papel muito importan-

te, que é resolver esse problema do tráfico ilegal de pessoas para os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida. V. Ex^a sabe que as outras CPIs tratam de corrupção, mas aqui nós tratamos de vidas.

Hoje de manhã, tive um encontro com o Embaixador americano, John Danilovich, que está deixando o Brasil. Em três semanas vai embora. Eu reiterei a ele que esta Comissão considera fundamental que se aumente o número de vistos legais aos brasileiros. Esse foi um compromisso que nós assumimos em Valadares e pelo qual, certamente, seremos cobrados também na região de Poços.

Estamos fazendo a nossa parte, na certeza de que o governo americano há também de tratar o Brasil... porque os americanos concedem um milhão de vistos de imigração por ano. Um milhão! Por que ao Brasil só seis mil, se não temos a máfia brasileira lá? Há a máfia chinesa, e os chineses recebem 60 mil. Existe a máfia hispânica, e os mexicanos recebem 220 mil por ano, e nós, brasileiros, ficamos com essa média. Estou falando em seis mil, que foi o recorde. Se eu for botar a média, é quatro e meio, cinco, não passa disso.

Então, falei com ele hoje, falei com Simon também, que todos os esforços estamos fazendo para evitar a emigração ilegal dos nossos irmãos para os Estados Unidos, mas também queremos que haja, por parte do governo americano, um tratamento mais justo com aqueles que desejam emigrar e não conseguem, por simples preconceito.

Aliás, fiz também um pedido a ele, para que nos ajudasse a trazer os dois Senadores americanos, Edward Kennedy e John McCain, para virem aqui falar sobre o *Guest Work*, projeto importantíssimo que tramita no Congresso americano. E, finalmente, os patrulheiros, o *Border Patrol*, e os que lidam com os presídios americanos – a maioria é terceirizada –, para que venham fazer aqui uma explanação. Assim, cada um de nós iria saber com detalhes aquilo que eu, João Magno e Neucimar Fraga, que estivemos lá, sabemos: as condições dos presídios, e também como eles fazem a defesa da fronteira com o México.

Com a palavra V. Ex^a, o nosso querido Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, companheiro Magno, demais companheiros, quero pedir uma orientação, para discutir o projeto de lei, à assessoria técnica sobre a redação. De repente, amanhã – sonhamos um pouco – o Governo brasileiro, seja por meio de uma ONG, possa financiar a ida desses brasileiros para lá. Da forma como está a redação, não dificultaria

a legitimação, vamos dizer, a regulamentação desse projeto de lei?

Eu sempre sonho com o modo como a China apóia os seus – não sei se de forma irregular, pois não conheço os detalhes da legislação chinesa, mas o número de chineses que circulam pelo mundo é muito grande. É a maneira de eles tentarem emplacar os seus produtos, pelo menos aqui no Brasil, de forma irregular.

Então, peço que a assessoria técnica analise se, como está na redação, não prejudicaria por exemplo, amanhã, a criação de uma ONG, ou então, de forma oficial, pela Caixa, pelo Banco do Brasil, uma linha de crédito para esse pessoal. É a mesma coisa quando, por exemplo, proibimos o jogo do bicho, mas temos a loteria esportiva, a loteria estadual. Quer dizer, se é oficializado, não há irregularidade. O que é irregular é a forma como é feita, o que é inclusive um fator para aumentar a criminalidade, que, no caso, é a questão do jogo do bicho, que acaba financiando a contravenção e a infração penal.

Era só essa a ressalva que eu gostaria de fazer, para que, amanhã, se o Governo ajudasse, ou, então, por meio de ONG's, pudéssemos ter mecanismos ou, quem sabe, pelo Banco ou Caixa Econômica, ajudar esses brasileiros a ir para fora, no momento em que o Brasil precisa – e não há vergonha nenhuma nisso. A maior parte de nós, que estamos aqui, é descendente de italianos, de japoneses. Meus pais, quando vieram para o Brasil, vieram ajudados pelo governo japonês, numa época em que a situação era difícil, principalmente na questão de envio dos navios, subsidiados, para que os japoneses viessem num momento de recessão no Japão; para que fossem, em outras partes de mundo, em busca de mercado de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª tem razão, porque – só para dados da nossa Comissão –, de 1836 a 1948, vieram para a América, sobretudo Canadá, Estados Unidos, Brasil e Argentina, 52 milhões de europeus, fora os asiáticos. Cinquenta e dois milhões de europeus vieram, de 1836 a 1948, para as Américas, sobretudo Canadá, Estados Unidos, Brasil e Argentina. No entanto, Deputado Takayama, fui informado pela nossa Comissão, pela consultoria que não interferiria, porque aqui fala em obtenção de lucro, imigração ilegal e mediante fraude. Quer dizer, cooperativas, empresas ou o próprio Governo que queira incentivar a ida de nacionais em programas de ocupação.

Por exemplo, existe aqui, no Brasil, um belo programa desenvolvido pela Austrália – o embaixador australiano estava me explicando: o brasileiro que queira ir

para a Austrália preenche um formulário e, de acordo com a aptidão do brasileiro, não prometem emprego, mas autorizam a imigração – porque eles sabem que não é oficial, mas, oficiosamente, conforme disse V. Exª, é certo conseguir emprego –, indicam a área da Austrália em que o brasileiro pode trabalhar. Milhares têm ido todos os anos.

A Austrália é um país quase do tamanho do Brasil. Não parece muito, porque o Brasil é comprido, e ela é mais retangular, mas a Austrália tem seis milhões de quilômetros quadrados e 20 milhões de habitantes. Imaginem! Vinte milhões de habitantes é a metade de São Paulo. Metade de São Paulo! Então, é preciso povoar extensas áreas, e eles têm esse programa. É interessante que eles concedem mais vistos para o Brasil que os Estados Unidos, que é o nosso maior parceiro econômico.

Há, então, esse incentivo. São programas dessa natureza que os brasileiros ainda desconhecem e que podem servir de refúgio em épocas de dificuldade, como disse o Deputado Takayama.

V. Exª quer discutir o projeto, Deputado Heleno Silva? (Pausa.)

Com a palavra V. Exª.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – Sr. Presidente, o projeto em si abre lacunas e um abre um campo para que possamos assegurar o direito de justiça, sem dúvida nenhuma. Mas V. Exª falou na tônica de toda essa nossa reunião, na proposta da Comissão, que não é banir os brasileiros, tirar deles o direito de imigrar. Não é tirar-lhes o direito de ir e vir, nem tampouco, na forma constitucional internacional, tirar-lhes o direito de conhecer e de viver em outros países, mas, sim, o nosso caso é com países que têm preconceito em relação a nós. E, embora não se demonstre, a culpa é nossa por esse preconceito, porque não somos agoniados. Se fôssemos agoniados, se sempre estivéssemos mexendo, bulindo nesse assunto com os Estados Unidos, eles achariam, sem dúvida nenhuma, mais brechas para nós, como estamos fazendo agora.

Então, a tônica disso tudo para mim é aumentar os vistos. É o que V. Exª falou agora. Se existe esse preconceito numérico, vamos cortar isso; vamos mostrar que tem de existir um sistema para se aquilatar o visto. Se o país tal tem tantos vistos, por que nós, na mesma extensão, tão próximos, quase um prosseguimento de continente, não é verdade, de direção, de região, e não temos isso.

E os nossos brasileiros não são bagunceiros. Sentimos por isso. Temos poucas reclamações. Não é verdade? Enquanto os mexicanos são uma parada. E temos outros países mais bagunceiros. Os nossos são portadores do medo, porque aqueles que vão es-

condidos, quando conseguem o trabalho, ficam indo da casa para o trabalho. São verdadeiros escravos do medo. Não têm a liberdade condicional e não têm a internacional.

Está certo e temos que ver...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– E o pior, Deputado, é que ficam lá o tempo todo sem ver a família. Como não são legais, não podem vir ao Brasil, não podem levar a família. Passam o ano, realmente, como exilados.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – São escravos internacionais sem mérito. Posso dizer, são piratas do obscuro, sem dúvida nenhuma. Parabéns! Essa turma está entusiasmada e estamos aí para trabalhar.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra, para discutir, V. Ex^a.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, não para discutir, apenas para dar o apoioamento à essa lei e ilustrar, aqui, a realidade do nosso País com os Estados Unidos. São leis distintas e a lei brasileira abriga, sim... Porque tudo vem do nascedouro do País. O Brasil cresceu no eixo Rio-São Paulo. Nasceu aí. E os Estados Unidos cresceram diferentes: de dentro para fora. E o Brasil, de fora para dentro, conforme está acontecendo agora com a população de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará. A lei brasileira, a lei de estrangeiros facilita para aquele que tem tecnologia, aquelas vagas, aqueles empregos, aquela mão-de-obra adequada possam, sim, entrar no Brasil com visto de trabalho temporário e irem para esses lugares que citei agora, que ainda não têm muita população.

Os Estados Unidos são diferentes. Eles têm tecnologia. O que eles precisam é da mão-de-obra brasileira, como arrumadeira, lavadores de carro. Lá é diferente, é o Primeiro Mundo. E essa é a nossa realidade; e temos que prestar atenção para o que queremos, onde queremos chegar, que é justamente essa abertura que temos de mais e eles têm de menos. E o que temos de menos, eles têm de mais, que é a parte tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra V. Ex^a

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, o presente projeto de lei apresentado, com certeza, veio para preencher um vazio que existia na nossa legislação a respeito do assunto. Mas como não tive oportunidade de estudar a legislação sobre o tema – mas considero importante a aprovação dessa matéria –, gostaria de indagar da Presidência, tendo em vista que V. Ex^a tem outros conhecimentos na área,

a emigração... Esses crimes cometidos na emigração não estão previstos no nosso Código Penal.

Mas estamos vivendo um problema semelhante com os bolivianos entrando no Brasil. Gostaria de saber se existe penalidade já prevista para brasileiros que facilitam a entrada de imigrantes de forma ilegal e financiam a entrada desses estrangeiros no País. Estamos percebendo... Temos aí o grupo dos chineses, dos bolivianos que estão entrando no País e estão servindo de trabalhadores escravos, principalmente no Estado de São Paulo, e isso já foi denunciado pela imprensa brasileira. Assim, caso esses temas não estejam previstos na nossa legislação, gostaria de fazer uma sugestão para que pudéssemos acrescentar isto a essa lei: os crimes cometidos por financiamento da emigração e os crimes cometidos pelo financiamento da imigração irregular no Brasil. Essa é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– V. Ex^a será atendido. Achei a sugestão muito boa. Vamos, então, estudar com a consultoria se é oportuno acrescentar nessa lei. Numa primeira análise, pensamos que devemos fazer um outro projeto. Mas V. Ex^a traz à baila um assunto importante a ser discutido pelo Senador Edward M. Kennedy e pelo Senador John McCain, que é o *Guest Worker Program*.

Veja bem, Deputado Neucimar, vamos analisar isso rapidamente. Um país que tem um estrangeiro trabalhando, produzindo – legalmente ou ilegalmente – está se beneficiando daquela mão-de-obra, a mercado está se beneficiando. Por que mantê-la como um cidadão de segunda classe? Não é justo. É contra os direitos humanos. Dentro desse princípio, criou-se o *Guest Worker Program*, nos Estados Unidos. Todos que têm emprego, na data da publicação da lei, estão regularizados por três anos, podendo renovar por mais três. Passa o governo a arrecadar mais impostos, aquele sujeito pode ver a família quando tiver férias, enfim, passa a viver, a ter cidadania. Sem sombra de dúvida é um projeto que podíamos analisar para ser adotado aqui também.

Hoje, votamos e aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, terminativamente – já tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados – do acordo bilateral Brasil-Mercosul, incluindo Chile e Bolívia, para livre trânsito de pessoas. E podem vir para cá e aplicar visto de trabalho aqui; não precisam aplicar no país de origem. Isso significa que todos que estão trabalhando aqui de maneira ilegal e que antes não poderiam virar legais porque teriam que voltar ao país de origem, já podem aplicar aqui, o que é uma grande facilidade, até porque são pessoas humildes e

para voltar, por exemplo, para Bolívia ou Chile, ou para Uruguai, Paraguai ou Argentina complicaria.

V. Ex^a tem razão. Precisamos agir dos dois lados. Se queremos respeito lá fora, temos que respeitá-lo aqui.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Uma outra sugestão, Sr. Presidente, dentro dessa discussão do aumento de visto para os brasileiros, principalmente nos Estados Unidos, que é onde temos a maior demanda, acredito que temos que encontrar uma forma, um critério, porque senão vamos continuar convivendo com os problemas. Por quê? Porque hoje percebemos que os Estados onde temos o maior número de emigração são os Estados onde existem a maior relação dos brasileiros com os que estão nos Estados Unidos, principalmente, que são os laços familiares: é o esposo que vai encontrar a esposa, são os filhos que vão ao encontro dos pais.

Assim, se ao fazermos a reivindicação do aumento de vistos, não discutirmos, dentro dos critérios de concessão de vistos, que o percentual desses vistos sejam concedidos prioritariamente para os parentes ou familiares que já estão morando lá, vamos continuar com essa pressão, porque o que move, a ferramenta que move o brasileiro a deixar a sua terra natal, muitas vezes, é porque está sozinho aqui, o pai e a mãe já estão lá. Inclusive, na última viagem que fizemos havia duas capixabas no voo de repatriamento cujos pais já estão morando lá e elas estavam morando sozinhas no Brasil, em Barra de São Francisco, no norte do Estado do Espírito Santo, e não têm nenhum parente. A única alternativa que lhes restava era ir ao encontro dos parentes.

Portanto, se ao brigarmos pelo aumento de vistos, não estudarmos a possibilidade de colocar como critério que um percentual desses vistos atenderão prioritariamente aos familiares que aqui ficaram, vamos continuar com a pressão social muito grande, porque vamos continuar com esse problema familiar e sentimental.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Estou um pouco preocupado porque temos dois depoentes e esse assunto que está sendo debatido é de larga importância para a nossa Comissão. Mas o que vou propor para V. Ex^a é que se precisarmos aprofundar mais o debate, que se adie para outra oportunidade, porque na quinta-feira ainda há dois assuntos a serem tratados.

Vamos, então, passar às oitavas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Vamos nos encaminhar para as oitavas.

Deputado Neucimar Fraga, podemos encaminhar requerimento para convidar o Cônsul-Geral dos Estados Unidos, Simon Ransom(???), para que venha a nossa Comissão debater conosco esse assunto tão importante para os brasileiros que estão lá fora.

V. Ex^a tem toda a razão: é um pai que está lá com as duas filhas aqui que é obrigado, ao invés de mandar duas passagens aéreas, pagar, no caso dele, US\$20 mil para colocar clandestinamente, fica com o coração na mão, esperando essas meninas atravessarem o rio – podendo ser presas – e chegarem a Boston, Miami. Isso é uma indignidade, V. Ex^a tem toda razão.

Eu gostaria de convidar, então, o Sr. Edson Bodola, ex-Prefeito de Divino das Laranjeiras, Minas Gerais, para que ocupe o seu lugar na mesa a fim de prestar depoimento aos membros desta Comissão.

Quero fazer o alerta de que, hoje, o almoço, se V. Ex^{as} concordarem, será servido aqui – ou o lanche –, para que nos possamos dedicar integralmente ao nosso trabalho.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Da minha parte, existe uma total concordância, Sr. Presidente, porque não podemos interromper os trabalhos, sob o meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Perfeito.

Sem mais delongas, eu pediria à Secretaria que conduzisse o depoente.

Para iniciarmos os nossos trabalhos, convido o Sr. Edson Bodola para se apresentar perante esta Comissão e assinar o termo de compromisso. (Pausa)

Nós temos que ver esse negócio dos vistos. Os vistos concedidos são muito poucos. Nós estamos gastando uma fortuna. O brasileiro vai para lá e gasta uma fortuna para poder levar mãe, pai, irmão, arrisca a vida. É realmente uma indignidade.

Antes de começarmos o depoimento, eu pediria ao Sr. Edson Bodola que assinasse o termo de compromisso.

Sr. Edson Bodola, passo-lhe a palavra para que V. S^a faça a sua apresentação.

Seu nome completo?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Meu nome é Edson Alves de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – A profissão?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu sou engenheiro mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Engenheiro mecânico.

V. S^a foi Prefeito de Divino das Laranjeiras e, hoje, é empresário ou profissional liberal?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Continuo sendo empresário e profissional liberal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Tem residência fixa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Fixa. Nas-ci em Divino das Laranjeiras e continuo morando lá até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – O endereço de V. S^a?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – O endereço é Rua Amazonas, nº 164, Centro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. S^a sabe por que foi convocado para prestar este depoimento?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Sei. Desde que me envolvi na política, na minha cidade, eu tenho sofrido perseguições pela minha posição. Isso é o que tem acontecido.

Moro numa cidade de cinco mil habitantes, con-segui ganhar uma eleição de uma família, de Eduardo Monteiro, que comanda a minha região há 42 anos – uma família que, acredito, no Brasil era a única, a última que comandava, ainda, uma cidade –, e, por isso, estou aqui hoje.

Eles não aceitam – e, portanto, estou afastado do cargo há dois meses – a perda. Eles não concordam que tenham perdido a política para mim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado.

Após essa apresentação, passo a palavra ao Relator.

Com a palavra, o nobre Deputado João Magno, Relator desta Comissão.

Já está circulando uma lista de inscrições para que V. Ex^{as} possam se dirigir ao nosso depoente, a quem agradeço por ter vindo a esta Comissão.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Eduardo Alves de Souza...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Edson.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Edson Alves de Souza, V. S^a tem conhecimento de que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, envolvendo as duas Casas do Congresso Nacional, constituída para investigar casos de emigração no nosso País.

Sou um Deputado também daquela região do leste de Minas Gerais, do Vale do Aço – de Ipatinga, precisamente.

Inúmeros transtornos vêm acontecendo nos últimos anos, de que V. S^a, como Prefeito daquela cidade

agora afastado, tem conhecimento, e é uma verdade que existem fatos muitos concretos, mas também existem controvérsias. Existem fatos controvertidos e existem fatos palpáveis, concretos, de pessoas que são denunciadas, envolvidas, umas com provas concretas, outras, eventualmente, até por situações com a que V. S^a nos está comunicando, de perseguição.

De modo que esta Comissão tem por objetivo cumprir o Regimento maior das duas Casas, que regula-menta uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não temos por objetivo prejudicar as pessoas. Todo cidadão tem o direito de se defender, de se colocar. Compreen-demos que uma Comissão como esta pode resgatar a imagem de uma pessoa – que esteja manchada para a sociedade, dependendo da situação em que ela pos-sa incorrer – e, até mesmo, a dignidade que cada um sempre tem quando não tem relação com denúncias infundadas, como V. S^a, mesmo, iniciou dizendo, ou seja, de que a possibilidade seja essa.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Com cer-teza. Por isso estou aqui.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Vamos fazer esse levantamento. Eu vou iniciar, e os nobres Pares que aí estão, Senadores e Deputados, também têm perguntas a fazer.

Sou o Relator e começo perguntando a V. S^a: é casado?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Casado e bem casado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual o nome de sua esposa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Linda Ba-tista Brito e Souza.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ela exerce ou já exerceu alguma atividade remunerada?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Nunca.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. S^a tem filhos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho três filhos, homens.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eles possuem bens? (Pausa)

Eles possuem bens, os seus filhos homens? V. S^a tem filhos, não tem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Filhos ho-mens. Três homens. O meu mais velho tem 12 anos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Doze anos? Então, não tem, ainda, idade para ter bens.

Antes de V. S^a exercer o cargo de Prefeito, qual era a principal ocupação e, depois de sua cassação, qual é sua ocupação atual?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu sou pecuarista.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Antes era pecuarista e continua sendo pecuarista?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual o valor dos subsídios recebidos em razão do cargo de Prefeito de Divino das Laranjeiras?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Salário?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Quatro mil e duzentos e pouco, líquidos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Hoje, V. Sª tem um salário médio, por ser pecuarista, de quanto, mensal?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu, na verdade...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ganho.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – A minha renda, hoje... A minha história se baseia no seguinte: eu me formei em Engenharia em 86, no MIT. Dois anos após ter ficado na fazenda de minha mãe, emigrei para os Estados Unidos, com visto e tudo. Fiquei lá, morei lá, tenho empresa lá, certo?

Fui empregado, lá, por dois anos. A partir daí, montei minha própria empresa. Fui o brasileiro em Danbury, Connecticut, pioneiro. Fui o primeiro brasileiro a abrir uma companhia de *landscape* em Danbury. Então, meus rendimentos, muitos que tenho, ainda, vêm de lá, porque eu preparei meu irmão mais novo, que está lá. Ele toma conta de nossos negócios lá. Continua lá. Então, alguns dos meus rendimentos vêm de lá, além da propriedadezinha que tenho perto de minha cidade.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual é o nome da empresa que o senhor tem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Green Life Landscape.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – E ela faz, efetivamente, o quê?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ela faz prestação de serviços na área de jardinagem.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Jardinagem. Emprega, lá, quantas pessoas?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Na faixa de dez a doze pessoas, ou oito, dependendo.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Preferencialmente brasileiros?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Brasileiros, tenho, algumas vezes, americanos, mexicanos. Depende da área em que a gente trabalha.

Na área de construção, por exemplo, quando a gente vai fazer um muro, quem mais trabalha são os mexicanos, que têm a preferência.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Há quantos anos o senhor tem essa empresa lá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Há quinze anos. Em 1990 eu montei a minha empresa.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Possui carros, casa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Possuo, com certeza.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Aplicações bancárias?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não? Então, V. Sª tem conta no banco, mas não tem aplicação?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho conta em banco; aplicação, não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Propriedades rurais, V. Sª tem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho, tenho.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual o tamanho dessa propriedade rural?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Minha propriedade rural tem 23 alqueires.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Vinte e três alqueires?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Na região de lá, mesmo?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – A dois quilômetros de Divino das Laranjeiras.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Já está colocado que é proprietário de uma empresa lá, com seu irmão, que é sócio dela, não é?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Exato. Sou residente lá, também, nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Legalizado?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Sou legalizado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual a participação de sua família na Lider Travel Services?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu sou dono da Lider.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não é a empresa de que V. Sª falou agora, da família?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, a outra é a Green Life, uma companhia de *landscape*.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Então, V. Sª não tem uma, mas tem duas empresas?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu tenho duas empresas.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não tem mais do que duas, não? Só duas?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Só duas.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual é o endereço dessa empresa, lá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Da Lider?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É 255, Main Street.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Como são as instalações da Lider Services, lá em Danbury?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Como é que é?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – A Lider Services está instalada em Danbury?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Em Danbury.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Como são as instalações dela lá, dessa empresa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Como assim?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Como são, como essa empresa existe lá? Como são as instalações dela lá, em Danbury?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Num prédio.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Num prédio?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, alugado. Um prédio.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É alugado?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É alugado, eu pago aluguel.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É grande ou é pequeno o espaço que ela ocupa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – O espaço é num prédio e eu divido o aluguel com outra empresa, de seguros.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual é o nome da outra empresa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – RM Seguros.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É de proprietário de Minas Gerais, mesmo? É de gente daqui que fica lá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Do Rio de Janeiro.

Quais são a arrecadação e o patrimônio da Lider?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – O patrimônio?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Na faixa de US\$30 a 40 mil. Seria o valor dela.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Patrimônio dela. E a arrecadação mensal dela?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Na faixa de US\$3 a 5 mil.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Mensais?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – A Lider presta que tipo de serviços, mesmo?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É uma empresa de turismo.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Turismo?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Quantas pessoas ela transporta e preferencialmente de que lugar ela transporta? E para onde transporta, por mês?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ela vende passagem lá dentro, para fora, entendeu?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Do Brasil para os Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ou dos Estados Unidos para o Brasil, como é que é?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, só de lá para cá, uai!

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Só de lá para cá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ninguém compra passagem daqui para lá, não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Só de lá para cá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, uai! Ou para a Flórida, ou para dentro dos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não, no caso, a empresa de V. S^a, mas muitos americanos vêm de lá para cá, também.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, certo, mas não comprem daqui para lá, porque a passagem daqui para lá é mais cara do que se comprar de lá para cá, entendeu?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não estou compreendendo.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Elas são vendidas de lá para cá.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – De lá para cá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, com certeza, ou para outros países.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sim, então, V. Sª não manda pessoas por intermédio da Líder só para o Brasil, manda para outros países também.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, eu não mando, não. Eu vendo a passagem para a pessoa.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Vende a passagem, é claro.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, vendo a passagem. (Risos.)

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sim. A empresa de V. Sª é que manda, não é isso?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, não manda, ela vende a passagem. Quem leva é a empresa: a Varig...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Justamente, mas V. Sª propicia a condição de mandar as pessoas, por intermédio de sua empresa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, eu vendo a passagem para ela.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sim. É uma questão de entender o português. O senhor não vai ser incriminado por isso, não, fique tranquilo.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, talvez, o senhor ...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Estou dizendo que manda porque é a maneira como estou compreendendo: a empresa de V. Sª prepara condições. Não estou entrando no mérito de se é legal ou ilegal, mas prepara.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Está certo, mas se você comprar uma passagem ali no guichê, ele está te mandando para algum lugar? Ele está vendendo a passagem.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – O senhor pode mandar remessa de recursos para um lugar e isso não ilegal.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Certo, mas eu cheguei na agência de (inaudível) ontem, comprei uma passagem para cá. Ela não me mandou para cá, não. Eu comprei uma passagem dela.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Perfeitamente, mas ela propiciou condições para que o senhor viesse, não propiciou?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tudo bem.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Então, agora nós estamos entendidos, não é?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Está.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Então, está de bom tamanho.

Eu, por enquanto, Sr. Presidente, estou satisfeito com o que me foi apresentado aqui, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Seguindo a ordem de inscrições, concedo a palavra ao nobre Deputado do Espírito Santo, do Partido Liberal, Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nobre Relator, Deputado João Magno, quero cumprimentar todos os colegas e também o depoente, Sr. Edson Bodola.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Edson Bodola, pode ser.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Edson Bodola – vou pronunciar bem claramente essa palavra.

Sr. Edson, o senhor morou por quanto tempo nos Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu morei, com a minha família, por nove anos. Nove não, oito – de 88 a 96.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sua família compreende quem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Minha família são minha mulher e meus dois filhos, que nasceram lá.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Seus pais, não?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, meus pais, não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor confirmou que entrou legalmente nos Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Exatamente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Certo.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Em 03 de março de 1988.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Juntamente com a esposa e os filhos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não. Eu me casei depois, dois anos depois. Vim buscá-la.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E levou-a também legalmente?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ela foi legalmente, também.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Os filhos também?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Meus filhos nasceram lá.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Os filhos nasceram lá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Os dois mais velhos. O caçula nasceu aqui.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nos Estados Unidos, V. S^a montou uma empresa de prestação de serviços?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Hum, hum.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Prestava qual tipo de serviço lá?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Continuo prestando: *landscape*. No início, em 1990. A Lider, eu já comprei em 94.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A empresa foi constituída e registrada normalmente, de acordo com a legislação americana?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Com certeza. Com certeza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quantos funcionários tem a sua empresa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – De 10 a 12 funcionários estão trabalhando.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – De onde são os seus funcionários?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – De onde?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quem são os funcionários?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – São brasileiros.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Qual a nacionalidade deles?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – São brasileiros, mexicanos, americanos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Brasileiros e mexicanos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Americanos. Depende da necessidade do trabalho.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quantos brasileiros tem a sua empresa, trabalhando?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Hoje, uns seis brasileiros a oito.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quantos deles estão legalmente nos Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – (Riso) Eu acredito que nenhum.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É importante.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Está certo. Aliás, tem um, desculpa. Tem um, do Rio de Janeiro. Ele é até residente, ele jurou bandeira lá. Tem um.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Eu só quero dizer a V. S^a que esse depoimento é muito importante para esta Comissão

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Daí pra frente, sou o culpado de tudo. Na verdade, a minha participação era no sentido de ajudar, até porque o menino é

muito amigo da gente lá, inclusive eu realmente acreditava que ele estava vivo, porque o Edilson era um cara que era meu amigo e nunca acreditou. Depois disso tudo, acabei ligando para ele para saber o que tinha acontecido e ele falou que a advogada havia mentido, para pegar os quinhentos dólares. Possivelmente, ela não encontrou ninguém. De lá para cá, sou o grande culpado de tudo, mesmo sem ter culpa nessa situação de levá-lo para qualquer lugar que seja.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Mas V. Ex^a não considerava muito arriscado, diante de uma pessoa sumida, contratar uma advogada sem ter um contrato mais explícito de responsabilidade, a coisa ficar um pouco a ermo e, de repente, a advogada dar o tombo na praça, como é o termo comum usado, e o senhor ficar envolvido pela família num clima até emocional? Como o senhor explica isso?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - A verdade é que não contratei a advogada. Quem contratou foi o rapaz lá e, realmente, falei com ele que não poderia fazê-lo. Não existe contrato, haja vista que a advogada é americana e estava na cidade de Laredo. Contrato como? É questão de amizade, resolvendo por telefone.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor tem mais alguma coisa a explicar a respeito desse caso?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - No momento, não estou lembrando.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) Vou fazer algumas outras perguntas que têm a ver com a necessidade técnica do relatório. O senhor pode responder abreviadamente, se sim ou não, ou discorrer alguma explicação com mais tempo, se for o caso.

Em Governador Valadares, V. Ex^a já esteve, é claro. Já esteve no México ou nos Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não tenho nem passaporte. Nunca saí do Brasil.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Nunca saiu do País?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Há quantos anos possui passaporte?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não tenho.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Já foi detido por uso de passaporte falso? Também não?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Sim.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Já? Pensei que não, o senhor falou que nunca tinha saído.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não saí mesmo não. Deixe-me explicar. Posso?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Pode explicar.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Há uns doze anos atrás, eu, como os outros jovens da região, também tinha o sonho de ir embora para os Estados Unidos e fui ludibriado por uma pessoa que pegou a minha foto, botou num outro passaporte, com a intenção de me levar. Eu, muito jovem, nem imaginava que aquilo me daria problemas. Quando fomos embarcar, foi aquela conversa toda, a pessoa me botou numa outra família e foi uma confusão. Quando fui embarcar com aquele pessoal, em Confinis, fomos detidos pela polícia federal, compareci em audiências na justiça federal e, por volta de sete anos, fiquei envolvido nesse processo, por ter sido colocada a minha foto num outro passaporte. Mas não saímos do Brasil, nessa oportunidade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Já recebeu, em casa ou na prefeitura, alguma pessoa interessada em ir para os Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Essas pessoas lhe pediam que tipo de ajuda?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Na minha cidade, é muito comum as pessoas quererem ir embora, haja vista que têm muitos familiares lá e a maioria é bem sucedida, no sentido de que a remuneração no Brasil é muito pouca e essas pessoas têm a oportunidade de ganhar, às vezes, três a quatro mil reais. Por esse motivo, a vontade de ir é tamanha. Já recebi os mais diversos pedidos de ajuda que o senhor possa imaginar. De dinheiro a ser avalista de diversas pessoas. Algumas eu até ajudei.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Ajudou com quantos reais ou dólares para a pessoa ir?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Geralmente, em torno de cinco a sete mil dólares.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor tirou do bolso esse valor?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Como o senhor ajudou?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Por exemplo, o cara tem o dinheiro para emprestar. Empréstimo, mas tem que arrumar dois avalistas. A pessoa, às vezes, paga esse preço alto. Procura por nós e não conseguimos dizer não, para algumas você acaba fazendo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Quantas pessoas o senhor encaminhou, mais ou menos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Encaminhar, ninguém.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Nessa condição de financiar, de ser aval?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Nessa condição, acredito que umas dez, doze pessoas.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Umas dez, doze pessoas. A pessoa pede para ir e então tem que ter um avalista?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Tem que ter um avalista. E vem a quem?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Vem ao prefeito. O prefeito tem feito isso até hoje?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor agiu assim até quando?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Devo ter feito até por volta de dezembro.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Dezembro? Antes de tomar posse?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Antes de tomar posse.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Dezembro de 2004? Não desse ano?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - De 2004.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Não é desse ano agora?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não. Mas sou procurado incessantemente. Tenho um amigo que, essa semana, me procurou.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - A média é de quatro a cinco mil dólares?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Geralmente cinco, porque as pessoas que levam pegam cinco de entrada e financiam o restante.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Para chegar lá e ela mandar os outros cinco parcelados.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Exatamente, parcelados.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Quando ela estiver trabalhando.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - E, para conseguir esses cinco de que ela precisa, para dar de entrada, é que ela recorre a uma ajuda.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - No seu caso, o senhor tem conhecimento de alguém que já penhorou, deixou casa ou sítio na região?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Várias. Na minha cidade, meus vizinhos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor, como autoridade daquela região, pensa que esse processo, do jeito que está indo, com muitos agentes e até agências que estão sendo criadas, precisa ser melhor conduzido pelo Estado brasileiro ou pode deixar do jeito que está?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Penso que tem que ser revisto.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Como o senhor pensa que tem que ser revisto?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Vou explicar por que tem que ser revisto. Porque existem pessoas, realmente, que prometem passagem fácil e até mesmo uma situação de facilidade. Vendem sonhos e não é o que acontece nos Estados Unidos hoje. Quem tem muitos amigos lá sabe disso. A coisa lá está muito complicada e creio que o processo tem que ser melhor conduzido. Imaginamos uma forma e pensamos ser meio complicado. Vou explicar por que. As pessoas que conheço, que já tive oportunidade de conviver, e que foram para lá, em todo seu trajeto, daqui até lá, a maioria não vi cometer crime algum, haja vista que o cara vai, compra a passagem, vai embora para o México, é entregue para a imigração americana e, daí a alguns dias, a imigração o solta e ele vai com uma carta para lá. Tenho dois cunhados lá...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Quando a pessoa vai individualmente, por conta própria? O senhor está se referindo a isso? Ou quando mesmo o agente leva, o coioote atravessa a pessoa?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Mesmo o agente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O coioote atravessa, normalmente, na sua prática...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Vou te contar a história que a minha cunhada passou. Ela viajou para o México, alguém a pegou lá e levou até a fronteira. Da fronteira, alguém atravessou com ela o rio, numa cidade lá, chegaram e a pessoa a entregou para a imigração americana. Ela foi presa. Ficou detida por volta de 24 horas e foi liberada pela imigração para seguir sua viagem.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Recentemente?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Deve ter uns oito meses que ela foi.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Estou perguntando ao prefeito. O senhor acha normal essa situação na região do leste de Minas Gerais, quando está indo uma média de mil pessoas por mês, por várias agências mandando, mesmo na situação que o senhor está falando? É bom sabermos disso das autoridades da região.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não, acho um exagero. Apesar de que, para o município, São Félix, o senhor não deve ter tido oportunidade de conhecer...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Conheço.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Conhece? Recentemente, de uns cinco anos para cá, houve uma melhora considerável na vida das pessoas e, muito

dessa melhora, foi em função desses imigrantes que estão lá.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Concorde com o senhor. Aqui não estamos querendo fazer nenhum tipo de inquisição, no sentido de que compreendemos bem essa situação. Ipatinga é a sua cidade. Mas vamos ter as coisas claras, porque sabemos que, quando um agente leva uma pessoa da região e passa essa pessoa, que começa a trabalhar e está bem lá fora, para os familiares o agente é uma pessoa de notório valor.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Sim.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Quando a pessoa morre, é presa ou tem qualquer tipo de problema, o agente e o coioote são pessoas de um alto grau de periculosidade, consideradas pelas famílias pessoas criminosas.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Criminosas.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Nós sabemos disso. Existe um sistema montado. A minha pergunta é se o senhor pensa que, daqui pra frente, deve-se continuar assim ou deve-se estabelecer uma maneira de estancar esse problema.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Acho que se chegou a uma situação que realmente há a necessidade de mudar, pois fica até mal para o Brasil a forma como estão sendo conduzidas as coisas. Essa forma de imigração desenfreada, sem controle, sem critério.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor nunca tentou passar pessoas para os Estados Unidos? Ou tentou passar alguém, na fronteira com o México, junto com outras pessoas?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Jamais.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Lá, a família afirma que o senhor faz parte desse grupo que faz remessa de pessoas para os Estados Unidos.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Acredito que eles afirmaram isso.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - O senhor acha que convém, se for da nossa necessidade, uma acareação da mãe da pessoa com o senhor?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Se os senhores considerarem de extrema necessidade, sim.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - É se consideramos necessário, mesmo.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Mas, se pedirem a minha opinião, penso que ela é uma pessoa extremamente descontrolada e não sei se isso irá produzir algum efeito.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) - Nós é que vamos julgar e tomar a decisão.

Considero completa a minha participação nessa primeira parte da nossa audiência e não há inscrições para essa primeira fase. Onde está a lista de inscritos? Apresente-me, por gentileza, a lista de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR - RJ) - Passo a palavra ao nobre Deputado Leonardo Monteiro, primeiro inscrito da lista, para inquirir S. Ex^a, o Prefeito.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Quero cumprimentar V. Ex^a, que está presidindo a nossa Comissão, cumprimentar também o Deputado João Magno, nobre relator da Comissão, saudar aqui a presença do senhor Wanderley Vieira de Souza, Prefeito de São Félix, e dizer da nossa satisfação por tê-lo aqui na Comissão.

Como disse o Deputado João Magno, esta Comissão tem uma função importante, que é a de estar, primeiro, apurando possíveis irregularidades no envio de pessoas para os Estados Unidos. Isto tem trazido vários problemas, desde esse nosso caso aqui específico, quando a pessoa morre nos Estados Unidos e não tem como fazer o traslado para cá, até vários outros transtornos, inclusive familiares, como um pai que mora lá, está ilegal, e não tem como ver a mulher, os filhos ou qualquer outro parente. Existem formas legais da prefeitura ou do próprio Governo federal pagar o traslado, em casos como o nosso aqui. Portanto, esta Comissão tem uma função importante que é justamente trabalhar a oportunidade de legalizar as condições para as pessoas emigrarem, não precisando ir para os Estados Unidos para trabalhar passando pelo México, de uma forma ilegal.

Temos que trabalhar e a nossa Comissão pretende também propor ao próprio Governo federal programas e projetos na área da linha de geração de trabalho e renda na nossa região. É bom estarmos diante de um prefeito, a sua vinda aqui é importante, mesmo porque todos nós que moramos ali naquela região, principalmente nas cidades menores, sabemos que há um número muito grande de pessoas que vão para os Estados Unidos de uma forma ilegal e temos também muitas notícias a respeito dos chamados cômputos, agenciadores e coites. Seria importante para esta Comissão conseguirmos detectar aqueles criminosos que praticam o tráfico de pessoas para os Estados Unidos. Se for possível, o senhor poderia nos fornecer alguns nomes que conhece que estão envolvidos nessa questão. Talvez não aqui na Comissão, pois o senhor pode considerar melhor nos passar essas informações de uma forma mais sigilosa, posteriormente.

Ouvimos uma pessoa lá em Valadares que citou um nome que achei interessante. Trata-se de uma pessoa que mora no Rio de Janeiro, americano naturali-

zado brasileiro, e queria saber se, por acaso, o senhor já ouviu falar nessa pessoa. Chama-se Donald Ening Sutton. É um americano. Já ouviu falar?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Outra coisa que gostaria de saber diz respeito a sua casa. O nosso relator inclusive já fez menção a isto e a revista **IstoÉ** deu um enfoque muito grande. Considero uma informação importante para nós aqui da Comissão, principalmente para o conjunto da Comissão que não o conhece, mas que possui essas informações. O senhor poderia descrever sua casa, como ela é, quanto vale, etc. O senhor poderia falar sobre isso?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Sem problemas. Acredito que o valor da minha casa, hoje, esteja em torno de cinquenta a setenta mil reais. É uma casa na rua principal, em um terreno adquirido antes do meu casamento, há cerca de seis anos atrás e, até pelo fato da imigração de pessoas da minha cidade para os Estados Unidos..

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - E lhe pedem o aval...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Hum, hum.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Em cima de quê? De banco? De terceiros? Para emprestar o dinheiro? Porque o senhor disse que eles saem daqui e ao chegarem nos Estados Unidos é que eles, trabalhando, vão pagar.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Exatamente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Então, alguém emprestou o dinheiro para que eles pudessem adquirir passagem ou contactar alguém para chegar ilegal nos Estados Unidos. Então, pergunto: como avalista, como surge esse aval? Como o senhor faz? Em cima de banco? Em cima de terceiros?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não, em cima de terceiros. Pessoas particulares.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Ah, então são pessoas da cidade...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - Não, pessoas de lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Ah, de lá dos Estados Unidos que...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA - É, são amigos de lá. Exato.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Ah! Então, o senhor tem terceiros, nos Estados Unidos, que emprestam o dinheiro à pessoa aqui no Brasil para que ela possa...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, não empresa à pessoa; empresta para mim. Não empresta às pessoas.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Então, como é que o senhor é aval? Alguém só é aval de terceiros.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não. Se ele empresta para mim, eu sou aval dele.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado, se V. Ex^a me permite...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Um brasileiro quer ir para os Estados Unidos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Mas não tem os recursos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Justo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Ele, então, contrata os serviços de uma organização, aqui no Brasil, que o coloca lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas isso é o senhor que está dizendo. Ele não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Não. Mas só para esclarecer um fato aqui que nós já dissemos antes. É preciso ter um aval de que esse brasileiro, quando chegar lá, vai pagar.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sim, Ex^a, mas só que o Sr. Edson não explicou até agora como é feito esse aval.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Mas ele vai explicar agora. Quer dizer, a dúvida do Deputado...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Isso eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – ... e a dúvida da Comissão, esse aval que V. S^a prestava é para aquela organização brasileira que fará o brasileiro chegar lá. Ela diz: “Olha, eu mando ele para aí desde que o senhor garanta que vai ser pago”. Aí o senhor diz: “Então está bom. Tem o meu aval. Botando ele aqui, nós pagamos”. É isso?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Uma pessoa contrata a pessoa... Por exemplo, o cara que quer viajar, ele contrata a pessoa. Não sei quem ele vai contratar, quem vai levá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sim. Mas precisa de um aval.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Certo. Ele precisa... Ele vai pagar lá. Então, ele tem que ter a certeza de que, quando ele chegar lá, esse dinheiro vai estar lá para ele pagar o (Inaudível), seja quem for ele. Esse é o aval. Não é um aval, eu pegaria dinheiro emprestado para a pessoa, e ela vai pagando depois.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Então, por favor, vamos por partes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Então, é diferente do que nós pensávamos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Justamente. Então, eu estava na linha certa. Existe a sua pessoa, existe o brasileiro que quer ir para os Estados Unidos e existe aquele terceiro, que vai emprestar o dinheiro lá nos Estados Unidos. Ele está nos Estados Unidos. Então, o senhor conhece essa terceira pessoa. Para o senhor ser aval, o senhor conhece essa pessoa.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, com certeza.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Justamente. Então, essa pessoa lhe empresta o dinheiro. O senhor não é avalista. O senhor pega emprestado e empresta à pessoa. Foi isso que entendi. Suas palavras. Por favor, por favor. O que entendi foi o seguinte: tem o senhor, tem o brasileiro que vai para os Estados Unidos e o terceiro que o senhor conhece nos Estados Unidos. Esse terceiro lhe empresta o dinheiro – e o senhor colocou a palavra como “aval” – e o senhor empresta ao brasileiro que vai para os Estados Unidos. Foram essas as suas palavras. Está sendo gravado.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Pode ser.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Essa é a realidade. Então, o senhor não é avalista. O senhor empresta o dinheiro.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Pode ser dessa forma.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – O senhor financia.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Pode ser dessa forma.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Aí eu pergunto: e se a pessoa não lhe pagar? Como é que o senhor vai cobrar? Porque ela está nos Estados Unidos.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Por isso eu... Quando eu fiz, eu fiz com gente da minha confiança, amigos meus. Por isso eu fiz para umas quatro ou cinco pessoas. pessoas da minha confiança, que eu poderia estar fazendo isso para eles.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Concorde plenamente. Agora eu pergunto ao senhor: e na

eventualidade dessa pessoa amiga não conseguir pagar? Como vocês vão forçá-la a pagar?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não existe. Vai acontecer a perda. Vai perder, infelizmente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Então, realmente é um negócio. É um negócio. E o senhor empresta sem capitalizar nada?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Sem nada.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Graciosamente?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Por isso que eu só fiz para poucas pessoas. Só para os meus amigos, pessoas da minha inteira confiança, da minha cozinha.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – O senhor tem idéia de quantas pessoas o senhor já avalizou?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eu? Quatro pessoas ou cinco.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Só?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Só.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Interessante. Para quem tem uma empresa nos Estados Unidos, duas empresas empregando gente, é muito pouco.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Agora, eu não faço esse compromisso, porque quem toma conta da empresa é meu irmão.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Não, não estou dizendo que já sai daqui contratado pelo senhor não.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Certo. Eu não posso fazer esse compromisso com ele, porque se chega lá, por exemplo, e ele não gosta da pessoa, como é que eu vou fazer? Eu não posso fazer esse compromisso com ninguém. E outra coisa: às vezes, as pessoas que eu avalizei foram para outros Estados, nem estão na cidade onde eu moro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Excelente. Pergunto ao senhor: o senhor pode encaminhar à Secretaria os nomes dessas pessoas que o senhor avalizou?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Posso.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Excelente. É um compromisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Perfeito.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quando o senhor falou a respeito dos “coiotes”, e eu até entendo o risco de vida que V. S^a corre, porque, como bem disse o nosso Presidente, o negócio é vultoso.

Isso rende dinheiro a muita gente. Então, os “coiotes” – não sei se vamos ter essa audiência secreta –, os “coiotes”, apenas para ficar claro aqui, esses “coiotes” seriam brasileiros que cooptariam pessoas para levarem aos Estados Unidos. Certo?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Poderia repetir?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – O senhor disse que conhece o “coiote”, alguns “coiotes”, agenciadores.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Agenciadores. É, exatamente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Não é? O agenciador, no Brasil. E o senhor conhece, diz que não poderia dá-los agora porque seria de risco de vida. É verdade? Pergunto ao senhor: esses agenciadores trabalham em Minas Gerais? Pergunto ao senhor.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Hoje, existem no País todo, no Pará, em Rondônia, no Mato Grosso, em Goiás...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sua resposta não digo que é evasiva, mas é generalizada, porque o senhor disse que conhece. Então, se o senhor conhece, é localizada.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, eu conheço...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – É localizada.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, claro. É naquela região ali.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Onde?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Na nossa região, no vale do Rio Doce.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Ah, no Vale do Rio Doce! Uma pergunta ao senhor: o senhor tem conta bancária nos Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Tem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Qual banco?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Union Safety Bank.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – No Union. E no Brasil?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Tenho no Bradesco e no Banco do Brasil.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Bradesco e Banco do Brasil.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Exato. E agora estou abrindo no (?), porque o Banco Brades-

co fechou na minha cidade e vai ser aberto um novo banco lá. Mas não abri a conta ainda.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Ah, sim! Ainda não abriu. Está no Bradesco.

Sua esposa faz parte da conta conjunta?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Faz.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Faz, não é?

Sr. Edson, o senhor já mandou dinheiro para o exterior?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas o senhor já recebeu?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Já recebi. Com certeza.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – De onde?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Lá de Denberry.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – De ...?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – De Denberry.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Denberry.

E quem encaminhou esse dinheiro para o senhor?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – O meu irmão...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Seu irmão...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ele é meu sócio, não é?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – ... e quem mais? Seu sócio?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Ele é meu sócio, meu irmão.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Ah, seu irmão!

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Da minha companhia, não é?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sim. E, dentro daquele aval, como o senhor recebia o dinheiro do terceiro que estava nos Estados Unidos, para que a pessoa pudesse sair do Brasil?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, a pessoa me pagava, a pessoa lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas ela ainda não saiu do Brasil?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Como é que é? O aval? O aval é só depois que a pessoa chegava.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Não. Houve um empréstimo para o senhor.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Hum, hum.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Então, a pessoa mandaria o dinheiro para o senhor para o senhor...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, o pagamento é feito lá. Eles pagam... Eu não sei como é que é feito.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas como é que o brasileiro sai daqui se ele não tem dinheiro? O senhor que seria o avalista, seria um empréstimo...

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – O pessoal hoje sai sem dinheiro daqui. A maioria.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas, sem dinheiro, como é que compra passagem?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Quem faz isso tudo é que leva. A pessoa que é responsável por quem está levando. Quem vocês chamam de agenciadores. Eles que fazem tudo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Ah, então têm os agenciadores!

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É, eles fazem tudo aqui para receber lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – E nunca lhe preocupou o senhor se intrometer no negócio dos agenciadores, não?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Nunca. Eu não tenho ligação nenhuma com eles.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Tem. Indiretamente, sim.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Porque o senhor empresta o dinheiro à pessoa que vai para os Estados Unidos. O seu relacionamento é profundo. Não pense o senhor que não.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Uma pessoa, por exemplo, que chegou lá vai pagar a pessoa e ela mesma vai fazer tudo. Eu apenas vou ceder meu nome para aquela pessoa.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Eu entendi. Eu entendi. Ela vai pegar dinheiro com um terceiro nos Estados Unidos. Então ela tem que ter algum dinheiro para sair do Brasil.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, o agenciador é que faz tudo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas quem financia a saída dela para os Estados Unidos?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – É o próprio agenciador. Ele faz tudo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Ah, então está aí! E o risco de não pagar? Como fica com os agenciadores?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Eles correm esse risco também.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Porque há uma perda. O senhor disse que há uma perda.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Com certeza. Existe essa perda.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Se a pessoa não pagar, vai perder. Só que o agenciador não perde, não. De alguma forma ele vai receber, nem que seja com a vida da pessoa. Mas ele vai receber.

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não, isso com certeza. Ele sempre recebe.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Então a minha pergunta seria essa, Sr. Presidente, a respeito do terceiro. É isso que nós precisamos desenvolver, porque está nebuloso.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – É só para lhe ajudar. Eu estive em um restaurante em Newark, uma cidade que tem muitos brasileiros, na região de New Jersey. Nesse restaurante, havia uma moça trabalhando ali... Inclusive, o dono do restaurante, por misericórdia, a socorreu. E ela me contou que na região ali de... Na sua cidade... A mais famosa... Governador Valadares. Pois naquela região ali, não sei se exatamente ali... Ela nos contou o seguinte, chorando: “Olha, eu fiz um empréstimo... Empréstimo não. Eles me pagaram, financiaram a passagem”. E teria ela que devolver. Aquilo ia custar de US\$10 mil a US\$12 mil, agora não me lembro, está anotado em uma caderneta. Quer dizer, a passagem deve custar US\$800.00 ou US\$1.000.00, dependendo da época, da alta temporada ou baixa, varia por aí. Vamos dizer que seja até US\$1.500,00. Mais a travessia, uns US\$2 mil. Mas teria que devolver de US\$10 mil a US\$12 mil. Não lembro os detalhes. Perguntamos: “Como é que você paga?” “Olha, não estou...” Os juros, a correção, agora eu me lembro, eram 12% a 15% ao mês. Eu perguntei: “Mas como é que você vai pagar?”. Ela disse: “Olha, nós pegamos o dinheiro desse agenciador – “coiote” na linguagem hispana, dos mexicanos – atravessamos pelo México, estamos aqui, e a maneira como vamos pagar, com o que estamos recebendo, não vai dar para pagar os juros”. Eu perguntei: “E o que é que você deixou... Como é que eles emprestaram, então, esse dinheiro para você?” Ela disse: “Nós demos...” Foi aí que eu desco-

bri a prática: essas pessoas que emprestam amarram alguma espécie de penhora. E a penhora funciona da seguinte maneira: uma fazenda de um tio ou um sítio da própria pessoa. Quer dizer, com certeza, a pessoa... São juros em dólar ainda. Por sorte, o dólar está meio estabilizado. Mas vai pagar juros em dólar lá em Governador Valadares. A cobrança é em dólar. E aí a pessoa não consegue pagar porque eles não querem que pague. Eles querem tomar a fazenda, os bens. E há pessoas milionárias nessa situação.

Falei isso apenas para ajudar, companheiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sr. Presidente, agradeço a intervenção do nobre Deputado Takayama.

Essa é a realidade. Naturalmente, o Deputado Takayama fez alusão genericamente, mas nós estamos investigando o Sr. Edson. E a realidade do empréstimo é que alguém tem que pagar. Por isso, Sr. Presidente, requeiro a quebra do sigilo telefônico dele e a do seu Imposto de Renda e das suas contas bancárias. Solicito porque realmente vamos chegar aonde pretendemos. Não estou acusando o Sr. Edson. Nada disso! Muito pelo contrário! Depois disso, ele pode sair ileso e provar na sua cidade: “Não tenho nada com isso. A CPMI me investigou e eu não tenho nada com isso.” Mas, como sindicantes, nós temos que nos aprofundar nessa investigação. E volto a essa parte, porque é como o Deputado Takayama disse: alguém empresta, alguém participa, alguém avaliza e alguém quer receber.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – O requerimento de V. Ex^a terá o encaminhamento devido.

Uma pergunta apenas para esclarecer a Comissão. Qual o preço pago? V. S^a foi avalista de que valor?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Isso aconteceu em 2002, no ano de 2002. Foi de US\$9 mil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nove mil dólares. Chegando lá, o brasileiro pagaria US\$9 mil?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Não pareceu a V. S^a um preço exagerado?

O SR. EDSON ALVES DE SOUZA – Não sei. A pessoa é que estava se sujeitando a isso. Eu acho muito caro; eu acho. Muito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pediria ao nobre Relator que assumisse a Presidência, pois terei que me ausentar por um momento.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Gostaria de saudar o Senador Marcelo Crivella, Presidente da nossa Comissão; o Deputado João Magno, nosso Relator, neste momento no cargo da Presidência; o Edson Bodola, nosso amigo da região de Governador Valadares e de Divino das Laranjeiras.

Primeiramente, gostaria de reafirmar o que foi dito na abertura dos trabalhos, com a presença do Edson Bodola, que esta Comissão tem um papel muito importante, principalmente para nós que somos daquela região de Minas Gerais, porque nós temos um número muito grande de pessoas nos Estados Unidos, vizinhos, parentes e amigos. Uns deles estão bem-sucedidos, como é o seu caso, que foi para lá e tornou-se empresário, mas temos também inúmeros casos de pessoas malsucedidas.

Como os meus antecessores afirmaram, há um número grande de pessoas presas; há mais de 25 mil brasileiros nas cadeias nos Estados Unidos. E a situação de ilegalidade é terrível.

V. S^a citou o seu caso, que vai aos Estados Unidos três ou quatro vezes por ano. Mas as pessoas que vão de forma ilegal têm que ficar três, quatro, cinco anos sem ver os filhos ou a mulher, o que gera um transtorno na vida delas. Se um parente, um ente querido tenta entrar nos Estados Unidos indo pelo México, ele corre um grande risco de ser preso, violentado e até mesmo morto.

Esta Comissão tem uma atribuição muito importante que o próprio Relator definiu no início dos nossos trabalhos, quando foi constituída a Comissão, que é justamente criminalizar, ou seja, arrumar condições de tipificar as formas ilegais de tráfico de pessoas e de dinheiro para os Estados Unidos ou de lá para cá, e fazer isso de uma forma legal. E como V. S^a foi eleito prefeito de uma cidade, sabe que temos que ter projetos para o desenvolvimento daquela região, gerar trabalho e renda e, além disso, criar formas legais, como disse o Senador, no sentido de aumentar o número de vistos. Quem vai legalmente, com visto, pode voltar aqui quando quiser, e sua família pode ir visitá-lo também. Esta Comissão está trabalhando nesse sentido, portanto é importante ouvirmos várias pessoas envolvidas, os bem-sucedidos e os malsucedidos, para podermos estabelecer um juízo.

O Relator tem aqui o papel mais importante, porque vai apresentar o relatório final dos trabalhos. Portanto, Sr. Edson Bodola, gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Mas, antes, queria deixar claro que, apesar de sermos políticos da mesma região – V. S^a foi candidato a prefeito e eu sou Deputado Federal – e de estarmos numa Comissão de políticos, de Deputados e Senadores, nós queremos trabalhar de uma forma

suprapartidária, sem discriminação alguma. Temos ouvido pessoas de várias correntes e partidos. Dessa forma, a sua presença aqui não tem a ver com uma possível disputa eleitoral na região ou na cidade Divino das Laranjeiras.

Primeiro eu queria uma confirmação de V. S^a: se já ouviu falar de um sistema de remessa de dinheiro denominado operação a cabo. V. S^a conhece esse sistema?

O SR. EDSON BODOLA – Já ouvi falar.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – É um sistema de pagamentos feitos no Brasil e nos Estados Unidos. Funciona da seguinte forma: uma pessoa que deseja remeter dinheiro para o Brasil faz o pagamento em dólar lá nos Estados Unidos a uma empresa norte-americana. É uma operação casada. Outra empresa aqui no Brasil faz o pagamento à pessoa daqui.

A sua empresa Líder funciona dessa forma? Por exemplo, uma pessoa está nos Estados Unidos e quer mandar um dinheiro para o Brasil, ela repassa o dinheiro lá e o senhor o faz chegar às mãos da pessoa aqui...

O SR. EDSON BODOLA – Eu não; quem faz é a Uno.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – A Líder é que faz?

O SR. EDSON BODOLA – Não. A Uno é que faz; eu sou agente Uno.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – A Uno é outra empresa que funciona...

O SR. EDSON BODOLA – A Uno é uma agência credenciada dentro dos Estados Unidos para fazer esse tipo de coisa, tipo a Vigo, a West Union, a Global.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Então esse trabalho é feito pela Líder em conexão com a Uno?

O SR. EDSON BODOLA – A Uno. Eu sou agente Uno.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Você é agente dela?

O SR. EDSON BODOLA – Eu trabalho para a Uno lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Executando essa operação a cabo?

O SR. EDSON BODOLA – Não. O jeito que ela faz eu não sei. Quem paga no Brasil é a Uno, através de bancos. A Uno é uma empresa que trabalha tipo a West Union. A West Union não paga para o Banco do Brasil? De que forma ela paga para o Banco do Brasil, eu não sei.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Nesse procedimento, o que acontece? A empresa paga um

montante para o destinatário, com isso, evita-se que a remessa passe pelo sistema bancário legal.

O SR. EDSON BODOLA – Não. Ela passa pelo sistema bancário. Ela deposita no banco. É depositada no banco, na conta da pessoa.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – V. S^a conhece o Sr. Donald Sutton?

O SR. EDSON BODOLA – Quem?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Donald Anthonhy Henning Sutton. Ele é um brasileiro naturalizado e residente no Rio de Janeiro.

O SR. EDSON BODOLA – Nunca ouvi falar.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O jornalista da **Folha de S. Paulo** esteve em Danbury, fez inclusive uma reportagem grande sobre a sua participação.

O SR. EDSON BODOLA – Eu lembro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – V. S^a confirma sua participação no esquema de tráfico ilegal de emigrantes para os Estados Unidos via México?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Aquela reportagem da **Folha de S. Paulo** então...

O SR. EDSON BODOLA – Aquilo foi uma reportagem paga. Por sinal, o repórter morava em Washington e saiu de Washington para ir a Danbury fazer isso. Quer dizer, isso foi puramente político, puramente político. E isso aconteceu depois que eu ganhei a eleição. Por que isso não aconteceu antes? O pecado meu foi ter sido candidato a prefeito.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Antes de ser candidato a prefeito, V. S^a foi candidato a vice-prefeito.

O SR. EDSON BODOLA – Exatamente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Então, isso configura que a reportagem não foi em razão de V. S^a ter disputado a prefeitura.

O SR. EDSON BODOLA – Essa reportagem foi publicada depois que ganhei a prefeitura.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sim, mas V. S^a já tinha disputado antes a vice-prefeitura.

O SR. EDSON BODOLA – Exato. E perdido, né? E perdido.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Com que frequência V. S^a vai aos Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Duas, três vezes por ano.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Duas, três vezes por ano.

V. S^a conhece uma pessoa de nome Bolinha?

O SR. EDSON BODOLA – Nunca ouvi falar.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Nunca ouviu falar?

O SR. EDSON BODOLA – Nunca.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Não foi seu cabo eleitoral?

O SR. EDSON BODOLA – Bolinha?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – É.

O SR. EDSON BODOLA – Está falando do Bolinha da minha cidade? Sim. Ele não foi meu cabo eleitoral; ele é da minha cidade.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Hoje ele está na sua cidade ou está nos Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Está nos Estados Unidos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Está morando nos Estados Unidos? Como ele foi para os Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Via México. Ele foi via México.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – V. S^a contribuiu com a ida dele para os Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Do Bolinha não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Porque ele confirma que foi seu cabo eleitoral e que V. S^a o ajudou a ir para os Estados Unidos. Sabia disso?

O SR. EDSON BODOLA – Não; ele não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Ele confirma isso.

O SR. EDSON BODOLA – Ele pode confirmar, mas eu não ajudei ele não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E o Marcelão, V. S^a conhece?

O SR. EDSON BODOLA – Conheço. Está até em Divino trabalhando para o meu primo, fazendo construção lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Ele foi deportado do México?

O SR. EDSON BODOLA – Exato.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – V. S^a, durante esses seis meses que foi prefeito, chegou a usar a estrutura da prefeitura para encaminhar as pessoas para os Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – V. S^a tem um irmão conhecido por Kiko – isso já foi confirmado aqui –, ele é seu sócio ou trabalha para V. S^a nos Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Ele não trabalha lá. Ele mora aqui no Brasil.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O Kiko mora no Brasil?

O SR. EDSON BODOLA – Hum, hum.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Trabalha para você aqui no Brasil?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Mas vocês são sócios?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Ele tem o negócio dele.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Onde ele se encontra neste momento? Ele mora em Divino das Laranjeiras?

O SR. EDSON BODOLA – Mora em Divino. Tem residência fixa lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Nós temos informação também de que V. Sª foi proprietário de um laticínio.

O SR. EDSON BODOLA – Sim. Eu não fui proprietário. Infelizmente, meu cunhado que foi; eu era apenas sócio do prejuízo, porque nunca participei de nada. Só tive prejuízo com aquilo. Fui ajudar a família e acabei perdendo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Ele é de sua propriedade ainda?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Ele está fechado hoje. Ele faliu; meu cunhado faliu.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – É o Laticínio Queijo Bom?

O SR. EDSON BODOLA – Exatamente.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E os funcionários do laticínio, os que trabalhavam lá?

O SR. EDSON BODOLA – O que que têm eles?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Eles moram em Divino das Laranjeiras ou estão nos Estados Unidos hoje?

O SR. EDSON BODOLA – Uns moram em Divino.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Alguns estão trabalhando nos Estados Unidos com V. Sª?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Comigo não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Mas foram para os Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Foram para lá.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O senhor financiou a ida de alguns deles?

O SR. EDSON BODOLA – Eu ajudei; com certeza. Eu ajudei um rapaz de nome Nilsinho. Ele trabalhou para nós, para mim não, para o meu cunhado, dez anos no laticínio. Ele é uma pessoa que quando saiu... quer dizer, saiu, sabia da condição do meu cunhado, de falido, não levou ele na Junta, não quis prejudicar ele. Essa pessoa, nós ajudamos ele.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E o Miltinho, V. Sª conhece?

O SR. EDSON BODOLA – Conheço.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O Rogério?

O SR. EDSON BODOLA – Rogério é o irmão do Nilsinho, trabalhava também no laticínio. São os dois que eu ajudei.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Eles foram para lá?

O SR. EDSON BODOLA – Exato. Em 2002. Foram os casos que eu já relatei.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Hoje eles estão em Danbury?

O SR. EDSON BODOLA – Estão em Danbury.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Trabalhando para V. Sª?

O SR. EDSON BODOLA – Não. O Miltinho, por exemplo, até casou esses dias agora. Eu estive no casamento dele lá. Ele não trabalha para mim; trabalha em carpintaria.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Os jornais, como V. Sª disse, como um próprio jornal que circula na região e outros do Estado também, denunciaram a questão do processo eleitoral que houve em Divino das Laranjeiras, inclusive, por esse motivo, V. Sª foi afastado da prefeitura, judicialmente, por compra de votos. Qual a origem do dinheiro que V. Sª utilizou para comprar os votos?

O SR. EDSON BODOLA – Eu não comprei voto. Eles alegam... no noivado lá, a comida... eu ia fazer um comício no mesmo dia do noivado lá, certo? Por sinal, eu não fiz o comício, pelo fato de ter o noivado. E esse noivado se realizou, teve uma comida, eles filmaram e entraram na Justiça alegando que eu estava dando comida no dia do comício. Tinha o meu palanque lá, como eu ia fazer comício, mas não fiz... Essa que foi a alegação na zona eleitoral, de compra de votos, através da comida, somente a comida. E que os Tribunais Eleitorais no Brasil não consideram isso como sufrágio.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E os recursos da sua campanha? O dinheiro é originário de onde?

O SR. EDSON BODOLA – É meu; de amigos, companheiros... Cada um ajudou um pouquinho. Um arranjava um carro. Você sabe como funciona campanha no interior. Um arranja um carro, outro dá a gasolina, faz uma vaquinha...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Gostaria de entender melhor – sei que já foi dito aqui – como funciona a questão da empresa Líder nos Estados Unidos, uma empresa que vende passagem.

O SR. EDSON BODOLA – É, também.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – De turismo, que vende passagem. Vende passagem para pessoas que estão nos Estados Unidos. O senhor inclusive já disse que é para ir de Danbury para outro local dos Estados Unidos.

O SR. EDSON BODOLA – Não, e também para o Brasil, para Portugal, para a Europa, para onde a pessoa quiser...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Ou do Brasil também para os Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Porque a passagem, como eu disse, para comprar aqui, de lá para cá, é mais barata. Daqui para lá é mais barata, às vezes. Então as pessoas não usam esse sistema de comprar lá para ir daqui para lá. Ninguém usa esse sistema. Os meus familiares, por exemplo, a minha mãe quando quer ir, ou a minha sogra, elas compram a passagem aqui, naturalmente. Dividem em cartão em dez vezes.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E o Kiko tem uma firma que vende passagem aqui no Brasil?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Ele não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Relator, estou esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Com a palavra o Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Edson Bodola...

O SR. EDSON BODOLA – Não, é Bodola.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Bodola! Mas isso é para mostrar que o erro é comum; a gente comete em qualquer lugar.

O SR. EDSON BODOLA – Ok, doutor.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E é isto que quero dizer ao senhor. O senhor fique à vontade; aqui não é um ato de uma penitenciária, tampouco estamos aqui para enforcá-lo ou colocá-lo na cadeira elétrica. O que desejamos é clamar justiça para aqueles que sofrem, imbuídos por lucros de terceiros que não olham nenhum sofrimento e nem olham a vida alheia.

Sou assim: não gosto nunca de julgar, porque toda vez que julgo, julgo errado. Mas em pedir esclarecimentos, sim.

Então, eu estava observando o senhor, a sua forma... o senhor está à vontade, em certos momentos; em outros, não. Não queremos que o senhor minta, porque se o senhor mentir terá que fazê-lo por toda a vida. Pode enganar esses homens todos aqui, mas, no final, a verdade vai aparecer, sem dúvida nenhuma.

Então, fique à vontade. O senhor já notou o tratamento nosso aqui – um tratamento cortês, e de ne-

nhuma forma estamos acusando sem, primeiro, ter a certeza. Estamos buscando a verdade.

Muito bem. Tenho uma séria de perguntas, mas entre elas me interessou muito sobre a lavagem de dinheiro e essa remessa.

E, quando o senhor foi inquirido pelo meu colega, o senhor falou que foi fiador, que o senhor caucionou a ida de um brasileiro para lá. Pergunto dentro disso aí: quantos brasileiros o senhor financiou?

O SR. EDSON BODOLA – Cinco brasileiros, como eu disse desde o início.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E com ro-teiro pelo México?

O SR. EDSON BODOLA – Sim.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Qual foi a garantia que o senhor teve como fiador?

O SR. EDSON BODOLA – Nenhuma.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Nenhuma. E quais são esses brasileiros, quais são os nomes deles e os endereços?

O SR. EDSON BODOLA – O nome completo eu não sei.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor já recebeu esse dinheiro deles?

O SR. EDSON BODOLA – Já. Foi em 2002.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Em 2002, mas recebeu. Não teve nenhum calote?

O SR. EDSON BODOLA – Não tive problema nenhum.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E eles pagaram como?

O SR. EDSON BODOLA – Trabalhando lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Sim, mas como? O senhor recebeu como? Em que período o senhor demorou a receber, ou seja, registrou esse recebimento?

O SR. EDSON BODOLA – Na faixa de sete a oito meses.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Dez?

O SR. EDSON BODOLA – Não, sete, oito, nove meses.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Certo. E o senhor sabe em que eles trabalharam?

O SR. EDSON BODOLA – Em loja de carpintaria, em pintura...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Certo. Então, disso aí, eles trabalharam em lugares que o senhor conhecia?

O SR. EDSON BODOLA – Às vezes sim, às vezes não. Às vezes eles trabalhavam para americanos, que eu não conhecia; eu sabia de nomes, de empresas... mas eu não conhecia.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eles estavam de forma irregular?

O SR. EDSON BODOLA – Como todos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eles estavam recebendo por hora, por semana ou por dia?

O SR. EDSON BODOLA – Lá se recebe por hora.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Por hora então. A pessoa pode trabalhar até doze horas que não tem problema?

O SR. EDSON BODOLA – É e recebe por hora.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E quanto é a hora?

O SR. EDSON BODOLA – Jardinagem, por exemplo, o salário inicial hoje é de oito dólares. Na carpintaria, varia de dez a doze dólares. Na *foundation*, que é a fundação de casas e que, geralmente, quem trabalha são pessoas que têm porte físico avantajado, é na faixa de catorze a quinze dólares, para começar.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito bem. E os nomes deles, o senhor lembra?

O SR. EDSON BODOLA – Lembro: Nilsinho – como eu disse –, Rogério, Miltinho...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Sim, pode citá-los, por gentileza.

O SR. EDSON BODOLA – O Marconi e o Wagner.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – São quatro?

O SR. EDSON BODOLA – São cinco.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Não são mais quatro, são cinco. Está certo. O senhor confirmou isso todo o tempo.

Muito bem. E quanto a esses cinco que foram ajudados pelo senhor, qual é a sua relação com eles agora?

O SR. EDSON BODOLA – Continuam amigos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E a gratidão deles existe?

O SR. EDSON BODOLA – É imensa.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E da família?

O SR. EDSON BODOLA – Também.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Moram também em...

O SR. EDSON BODOLA – Moram em Divino... São gratos a mim.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O que o senhor recebeu de lucro com isso?

O SR. EDSON BODOLA – Eu? Nada.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor recebeu o mesmo dinheiro?

O SR. EDSON BODOLA – Eles que pagaram... eles que pagaram.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Certo. Agora, como é que o senhor fez? O senhor pegou o seu dinheiro, não caucionou e nem pegou de outro, pegou o seu dinheiro e emprestou a eles porque o senhor confiava. É isso?

O SR. EDSON BODOLA – Exato. Eu peguei o dinheiro para eles lá, porque algumas vezes eu estava aqui no Brasil. Então, eles faziam esse pagamento lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Agora, o senhor recebeu por intermédio do seu irmão.

O SR. EDSON BODOLA – Não, eu não recebi, não...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Como é que o senhor recebeu de volta?

O SR. EDSON BODOLA – Eles pagavam lá a pessoa.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas pagava lá que pessoa?

O SR. EDSON BODOLA – A pessoa que emprestou para mim.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Ah, não foi o seu dinheiro?

O SR. EDSON BODOLA – Não, a pessoa que emprestou para mim.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor só caucionou?

O SR. EDSON BODOLA – Exato.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito bem, está certo, concordo...

O SR. EDSON BODOLA – Às vezes que eu estava aqui, eles mesmo pagavam esse dinheiro lá. Eles mesmo falavam: “–Pessoal, vou pagar fulano, entregar pra fulano, o que eu vou...” “–Você deve a fulano, você vai pagar a ele”. E eles mesmo pagavam.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Então eles pagaram a terceiros, a pessoas para eles? Não foi o senhor quem emprestou?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor foi apenas o fiador?

O SR. EDSON BODOLA – O fiador, eu apenas avalei eles.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Perfeito. E os nomes deles estão registrados lá?

O SR. EDSON BODOLA – Sim.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito bem. Eles têm parentes em Divino?

O SR. EDSON BODOLA – Têm, com certeza.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Continuam com os parentes?

O SR. EDSON BODOLA – Continuam...mãe...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Esse reconhecimento existe, eu repito, porque isso é bom e atenuante para o senhor, sem dúvida.

O SR. EDSON BODOLA – Estão lá os parentes

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Agora, vejamos uma coisa. Se nós fizemos uma mistura de avaliador com o agenciador, será que o senhor não estará enquadrado como agenciador?

O SR. EDSON BODOLA – Acredito que não, porque eu nunca fui a São Paulo, eu nunca registrei... se V. Ex^a for a São Paulo, por exemplo, e nos hotéis de lá checar as empresas de aviação... eu nunca viajei de Belo Horizonte a São Paulo ou Valadares, a não ser nas minhas pontes aéreas. Quer dizer, uma pessoa que mexe com isso acredito que tenha que estar sempre viajando nesse percurso, sempre atrás disso.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Tudo bem. Mas o senhor conhece algum agenciador, com nome e que possa nos ajudar nesse sentido?

O SR. EDSON BODOLA – Conheço e se falasse o contrário eu estaria mentindo. Até o Deputado Monteiro deve conhecer também, porque ele é de Valadares.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Será que podia citar alguns nomes para nos facilitar nesse trabalho?

O SR. EDSON BODOLA – Acredito que não é bom.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Vou explicar por que estou fazendo essa pergunta. Não é para agoniar, não. Primeiro, é porque acho que a tônica está aí: o agenciador é que é o causador da dor.

O SR. EDSON BODOLA – Mas é que hoje, na região do Vale do rio Doce, se for citar nome, daria mais de mil.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E há possibilidade de dar esses nomes?

O SR. EDSON BODOLA – Eu não, eu não conheço... tem dó. Estou dizendo o seguinte: pelas informações que tenho, é muita gente que mexe com isso lá. Eu não sei nome...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E o senhor sabe o endereço de alguns deles?

O SR. EDSON BODOLA – Eu não sei de ninguém...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Ou não pode prestar esse serviço para nós, conforme o senhor disse “eu vim aqui para prestar um serviço”?

O SR. EDSON BODOLA – Eu não sei. Porque a pessoa diz assim: “Eu vou com o Chicão”; outro amigo fala assim: “Eu vou com o Mané lá”; para outro eu pergunto: “Com quem você foi para os Estados Unidos?”

Ele responde: “Eu fui com o ‘Antônio-das-contas’”. É assim que são ditas as coisas.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Onde o senhor mora não tem nenhuma loja perto, não tem nenhum escritório perto nesse sentido?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Em Divino, não tem.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito bem. Mas o senhor sabe do sofrimento...

O SR. EDSON BODOLA – Com certeza.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – ... e da perda de patrimônio de parentes que foram para os Estados Unidos...

O SR. EDSON BODOLA – Eu conheço “n” histórias, eu poderia escrever um livro, porque tenho 17 anos nisso e já lanchei com pessoas, eu trabalhando no dia-a-dia com meus empregados, que me contavam histórias...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Quantos casos o senhor conhece?

O SR. EDSON BODOLA – Lá dos Estados Unidos, os que foram?

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Não, daqui. Quais pessoas perderam o seu patrimônio? Porque os filhos, os sobrinhos...

O SR. EDSON BODOLA – Não, estou dizendo sobre pessoas que estão lá e que contam histórias sobre o que aconteceu com as passagens delas. Às vezes, é uma pessoa lá de Rondônia, de Mato Grosso, que a gente fica conhecendo numa festa ou num churrasco, que conta como foi feito ou como chegou lá. Entendeu? É isso que eu quero dizer.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Então, dentro disso aí, eu já estou mais ou menos... Eu não tive nenhuma colaboração do senhor para nos enriquecer sobre esses mil que existem e que podem ser “coiotas”... não, agenciadores. E eles são justamente o fio da navalha para nós... Precisamos justamente desses nomes...

O SR. EDSON BODOLA – Eu sei.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – ... para investigar cada um, sem terrorismo; descobrir quem são os bons e quem são os ruins, porque é lógico que uns fazem um bem e outros fazem o mal. O bem é quando dá certo e traz essa remessa de dinheiro para cá, para o Brasil; e o mal é quando eles ficam agonizados com o sofrimento do isolamento, sem nada, ilhados e na prisão.

Então, diante disso, faço umas perguntas ao senhor. E dessas perguntas, algumas o senhor já respondeu.

Mas V. S^a já esteve em Governador Valadares? É lógico que o senhor já respondeu pela dissertação

que fez; o senhor convive ali perto, logo tem uma frequência constante, não tem?

O SR. EDSON BODOLA – Com todos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Sempre?

O SR. EDSON BODOLA – Sempre. Duas a três vezes por semana eu vou a Valadares.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – No México, o senhor já respondeu – e seria esta uma de minhas perguntas – que nunca esteve lá, que nunca foi ao México.

O SR. EDSON BODOLA – Graças a Deus! Nunca estive lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Só sabe notícias, só sabe das coisas... E nos Estados Unidos, o senhor já esteve várias vezes porque está radicado lá.

O SR. EDSON BODOLA – É, eu sou residente lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Residente lá. E o senhor tem um telefone há 16 anos – pelo que vou dar os parabéns ao senhor, pois eu não passo três meses com um porque eu perco sempre o telefone. Já o senhor conserva... Isso é zelo, sem dúvida nenhuma.

O SR. EDSON BODOLA – Graças a Deus.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas pergunto também ao senhor: Quantas ligações o senhor faz para os Estados Unidos com frequência?

O SR. EDSON BODOLA – Faço sempre.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Todos os dias?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Eu tenho sobrinhos lá – por sinal, tenho um sobrinho meu vai casar lá agora, dia 2...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – É rádio ou telefone?

O SR. EDSON BODOLA – Não, é telefone meu fixo; eu faço ligação sempre para lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Certo. Mas o senhor deve ter um gasto de quanto, mais ou menos, com telefone?

O SR. EDSON BODOLA – Na faixa de R\$150 a R\$200 por mês.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Só isso de telefone?

O SR. EDSON BODOLA – Só. Eu quase não ligo para os Estados Unidos. Ligo só a trabalho para o meu irmão...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E o senhor já utilizou os telefones da prefeitura para fazer tais ligações e já permitiu que pessoas fizessem ligações internacionais a custo do Erário Municipal, quando estava, durante seis meses, no governo?

O SR. EDSON BODOLA – Nunca, nunca.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor tem certeza?

O SR. EDSON BODOLA – Absoluta.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Porque, às vezes, a gente dirige uma casa e não sabe o que faz com a casa.

O SR. EDSON BODOLA – Se a pessoa usou o telefone o fez na minha ausência, sem eu saber.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Certo. Muito bem. V. S^a tem conhecimento de que o Decreto-lei nº 2.001, de 1967, define como “crime de responsabilidade do prefeito a conduta de utilizar-se indevidamente, em proveito próprio ou alheios, de bens, renda ou serviços públicos...”; e que a Lei nº 8.429, de 1992, define como “ato de improbidade administrativa utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essa entidade...”. O senhor já usou algum desses...

O SR. EDSON BODOLA – Nunca. Uma vez eu fui buscar umas 50 cestas básicas e 50 cobertores que eu ganhei em Belo Horizonte, e utilizei a minha camionete a serviço da prefeitura. Eu fiz o contrário. Em vez de usar um bem da prefeitura eu usei o meu para servir ao meu Município.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor possui telefone celular, como já vimos. Agora, há possibilidade de o senhor passar para nós o número dele?

O SR. EDSON BODOLA – Com certeza: é (033) 9102-7895.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E outros utilizados que o senhor tenha?

O SR. EDSON BODOLA – Não, eu só tenho esse celular há cinco anos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Só esse. Muito bem. E já recebeu em casa, na empresa ou na prefeitura algumas pessoas interessadas em ir para os Estados Unidos, sem ser esses cinco já citados?

O SR. EDSON BODOLA – Já.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor lembra os nomes deles?

O SR. EDSON BODOLA – São várias pessoas que vão lá para eu...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas o senhor sabe? Pode mencionar os nomes deles?

O SR. EDSON BODOLA – São várias pessoas, eu não posso nem... eles vão lá para saber como é que é, como é que estão os Estados Unidos, se está tendo emprego, se não está... Pelo motivo de eu estar sempre indo e voltando, eles sempre querem saber informações de lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Quanto aos nomes, não há possibilidade, o senhor não lembra?

O SR. EDSON BODOLA – Não é nome, são pessoas que às vezes...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas sabe se eles já estão nos Estados Unidos? Já estão lá radicados?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Alguns talvez estejam...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Não sabe?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Porque quando eu fui para os Estados Unidos, por exemplo, eu informei a respeito de um primo meu, casado com a minha prima, como seria a vida lá.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Bom, V. S^a respondeu a esta pergunta, mas aqui continuo perguntando: V. S^a conhece alguém com o codinome de Pardal?

O SR. EDSON BODOLA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Nunca ouviu falar. Ele nunca trabalhou para o senhor?

O SR. EDSON BODOLA – Nunca.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Em nenhuma atividade?

O SR. EDSON BODOLA – Nunca. E nunca ouvi falar nesse apelido.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – V. S^a sabe como os brasileiros irregulares que vivem em Danbury lá chegaram? Como esses brasileiros lá chegaram?

O SR. EDSON BODOLA – Não só em Danbury como em todos os Estados Unidos, a maioria hoje, pelo que o próprio Senador disse – são só seis mil vistos, só –, então, a maioria chega de forma ilegal, hoje.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Alguns deles são seus clientes?

O SR. EDSON BODOLA – Muitos são.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E os nomes?

O SR. EDSON BODOLA – Ah, são muitos. São pessoas de Goiás, de Mato Grosso...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas isso o senhor tem de cor, porque o cliente geralmente a gente tem, não é? É a nossa vida, é a nossa...

O SR. EDSON BODOLA – São vários clientes, são muitos.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – É a nossa sobrevivência.

O SR. EDSON BODOLA – A nossa comunidade são 20 mil habitantes lá em Danbury.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eu sei. Mas quantos são clientes do senhor.

O SR. EDSON BODOLA – Não sei dizer quantos, exato. Depende muito.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Pode citar alguns nomes?

Para colaboração, se puder citar todos, eu agradeço.

O SR. EDSON BODOLA – São várias pessoas que estão lá, por exemplo, Maria Aparecida; às vezes, eu nem sei quem é.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas você não conhece?

O SR. EDSON BODOLA – Não. São pessoas que entram na loja e saem.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Na sua loja, eles são clientes da sua loja?

O SR. EDSON BODOLA – É. Por exemplo, eu vou lá, eu tenho desde 96, vou lá e fico 5 dias, 10 dias e volto. Às vezes, vou pouco na loja.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Concedo mais um minuto para V. Ex^a concluir, Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão.

V. S^a. poderia estimar, aproximadamente, quantas pessoas já foram para Divino das Laranjeiras e entraram irregularmente nos Estados Unidos?

O SR. EDSON BODOLA – São muitas.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Não sabe?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mencione alguns.

O SR. EDSON BODOLA – Nomes?

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Sim.

O SR. EDSON BODOLA – Ah, são muitos!

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eu sei que é difícil, eu fiz aqui pergunta difícil.

O SR. EDSON BODOLA – São pessoas que estão lá há 12 anos; tem pessoas que foram para lá há 15 anos, pelo México. Há 15 anos, eles foram pelo México.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mas esse pessoal de Divino das Laranjeiras, que entraram irregularmente pelo México, o senhor sabe notícias de algumas delas.

O SR. EDSON BODOLA – Conheço quase todas.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – E tem correspondência?

O SR. EDSON BODOLA – Como assim?

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Mantém correspondência um com outro?

O SR. EDSON BODOLA – Não. Quando eu vou aos Estados Unidos, eu encontro, em festas, em...

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – O senhor colaborou com alguns deles?

O SR. EDSON BODOLA – Eu já disse: cinco.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Está citado nesses cinco que o senhor ajudou?

O SR. EDSON BODOLA – Exato.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Só esses cinco que estão em Divino das Laranjeiras?

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Tempo esgotado, Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Terminou o prazo?

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Pode fazer a última pergunta.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eu peço desculpas, porque eu imaginava gastar um minuto, para deixá-lo à vontade.

O SR. EDSON BODOLA – Pode ficar à vontade.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – Eu aqui tenho não arrancar a verdade. Queremos apenas receber a verdade que o senhor conhece, que o senhor tem. Acusá-lo sem culpa, isso, para mim, danifica a minha imagem, a minha moral. Mas estamos procurando a verdade para tirar justamente essa culpa que estão imputando ao senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Antes de passar a palavra para o próximo Deputado, quero esclarecer com V. S^a uma questão. No início dos trabalhos, V. S^a afirmou que 90% das pessoas que vão para lá, vão porque tem um primo, um parente, pai, amigo, etc. No entanto, a Polícia Federal mostra, comprova, que tem pelo menos cem agências ilegais na região leste de Minas mandando pessoas para os Estados Unidos. V. S^a argumentou que tem mais de mil agências aqui.

O SR. EDSON BODOLA – Não é agência.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Foi sua palavra.

O SR. EDSON BODOLA – Não é agência. Aí você falou agência.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Agenciadores.

O SR. EDSON BODOLA – Agentes.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – São agentes, agenciadores.

O SR. EDSON BODOLA – Eu imagino, o Vale do Rio Doce todo, Ipatinga, Vale do Aço.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Todo o leste de Minas.

O SR. EDSON BODOLA – Todo o leste de Minas.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – V. S^a já joga dez vezes mais.

Não fica fácil para a gente entender que as pessoas que estão indo para lá, a maioria hoje, é só porque tem um parente lá. O parente, dos Estados Unidos, liga e fala: vem, que eu te espero aqui.

Estamos vendo alguns fenômenos muito diferentes disso, fatos muito diferentes disso. As provas que existem é de que tem redes mesmo, constituídas, trazendo problemas gravíssimos.

A nossa intenção aqui, a nossa necessidade é que V. S^a possa esclarecer o máximo que puder. Nós não queremos aqui, não temos nenhum motivo, nenhuma função de condenar ninguém aqui, não é o papel da CPMI. Agora, quando existem denúncias, e nós podemos falar e comprovar, com fundamentos, fatos e provas documentais que não estamos envolvidos, acho que esse é o caminho. Que cada cidadão, cada ser humano precisa perseguir e quer para que as coisas fiquem realmente adequadas diante da vida dele e da sociedade. É nesse sentido que espero que V. S^a, conforme assinou o documento, ao correr no trilho da verdade, discorrer com a verdade, possa nos auxiliar e se auxiliar também.

V. S^a tem mais alguns detalhe com relação ao funcionamento da agência, das agências que funcionam? Dos agenciadores? Como é que elas funcionam?

O SR. EDSON BODOLA – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – V. S^a começou falando que vão para São Paulo, tem que ir, tem que ter muita frequência em São Paulo.

O SR. EDSON BODOLA – É o caminho! O pessoal viaja por São Paulo. Pelas histórias que todo mundo me conta, é assim. Foi o que eu disse. Várias pessoas me contaram histórias. Eu conheço muita gente lá. Então cada um tem uma história. Gente que foi há 15 anos, por exemplo, que passaram por vários tipos de dificuldades para chegar lá. Há 10 anos, 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Eu agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, companheiro João Magno.

Eu queria saudar nosso convocado, Edson Bodola.

Tenho ouvido aqui algumas indagações de alguns companheiros, e a gente percebe, Deputado Magno, que o mundo é assim, não é? O camarada vai... Estamos exatamente hoje com uma CPI para lidar com limites, fronteiras. Não é só fronteiras, atravessar daqui para os Estados Unidos, não. Eu gostaria de levar a

questão na chamada fronteira da legalidade, o limite entre a legalidade e a ilegalidade. Algumas pessoas, com o tempo, misturam a legalidade com a ilegalidade. Sabemos que esse limite, essa fronteira, é tão fina que, se passarmos uma unha, saímos da legalidade para a ilegalidade. E muitas as pessoas misturam. Percebo na fala do Sr. Edson que ... Estou acreditando em você, Edson, eu acredito que possa ter acontecido essa, vamos dizer, uma questão política até. Mas sabemos que se não tomarmos cuidado, passamos do lado certo para o lado errado com muita facilidade. E isso não é só no campo da tua ida para os Estados Unidos. No meio político, nós vemos muito disso. E gostaríamos da colaboração do senhor, se o senhor entende que está dentro da legalidade, estou acreditando, sou um dos deputados que está acreditando na sua posição inocente, mas que, se não tomar cuidado, entra no caminho da ilegalidade. Algumas colaborações que vamos precisar, alguns dados, informações. Percebemos que o senhor, já por estar há tantos anos lá na região, já conhece a fundo a situação. Tem idéia de quantos brasileiros, aproximado, estão em Danbury? Qual é a população de Danbury hoje, entre americanos e ...?

O SR. EDSON BODOLA – Eu acredito que de 90 a 110 mil.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Quantos brasileiros, aproximadamente, podem estar lá em Danbury hoje?

O SR. EDSON BODOLA – Mais de 20 mil.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Desses 20 mil, você tem idéia ... pegando 10 brasileiros, dos 10, quantos são legais e quanto são ilegais? Só para ter uma idéia, uma estatística empírica aqui.

O SR. EDSON BODOLA – Acredito que uns 10% sejam legais.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – 10%! Quer dizer, de cada 10, um é legal, 9 estão na ilegalidade.

O pessoal lá não gosta de ser chamado de ilegal, e sim de brasileiro sem documento. Até entendo que estão em busca de mercado de trabalho, e talvez a defesa dele de citar alguns nomes, até compreendo, porque o pessoal fica com medo. Eu soube que tem gente que tem medo até de ir ao dentista.

O SR. EDSON BODOLA – Nem sai de casa. Só vai para o trabalho e volta, com tanto medo.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Lá, então, não pode levantar o dedo e brincar: “Tá legal aí?”, porque a coisa é séria.

Eu sei que tem Danbury, Hadford, enfim, grandes comunidades de brasileiros...

O SR. EDSON BODOLA – Tem uma comunidade grande em Bridge Port.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – A maior parte vem pelo México, hoje?

O SR. EDSON BODOLA – Com certeza.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Algumas perguntas que eu gostaria de fazer.

Desses 10% de legais, nós percebemos que eles mandam dinheiro para cá. A idéia é ir para a América e tentar melhorar o recurso de vida dos familiares ou dele próprio. Vai lá para, com aquele dinheiro, comprar alguma coisa, um bem imóvel aqui no Brasil. Eles mandam isso de forma legal ou ilegal?

O SR. EDSON BODOLA – Legal.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Não precisa citar. Eu vou colaborar.

O SR. EDSON BODOLA – De forma legal, com certeza.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Essas empresas, como a Uno, Vigo, West Union, e até Banco do Brasil.

O SR. EDSON BODOLA – A West Union é associada ao Banco do Brasil, então é tudo legal.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Então, todo o dinheiro é computado.

O SR. EDSON BODOLA – Com certeza.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Mas muitos deles trazem, existem empresas, vamos dizer, factorings, casas de passagem, de câmbio, que fazem isso de forma ilegal? A pessoa recebe em dinheiro lá? Recebe em dólar lá e entrega para o Brasil em real?

O SR. EDSON BODOLA – Hoje não existe mais.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Você está protegendo, não está?

O SR. EDSON BODOLA – Hoje não existe mais. Hoje só os bancos estão pagando.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Toda a transação é de forma legal?

O SR. EDSON BODOLA – Com certeza. Todas são via banco.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Mas essas empresas, por exemplo, casa de câmbio, que muitas vezes não estão regulamentadas aqui, pode ser que não estejam fazendo isso de forma legal.

O SR. EDSON BODOLA – Aí eu não sei.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Você recebe com recibos e tudo?

O SR. EDSON BODOLA – Eu recebo direto na conta.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Eu estava recebendo um rádio de brasileiros que estão me ligando. Um deles é o Carlos Silveira, que o nobre companheiro João Magno conhece, esteve naquele congresso nosso na Universidade de Harvard, e ele nos informou que

vai ter um congresso lá, onde vão se reunir todas as lideranças comunitárias dos Estados Unidos no dia 21 a 23 outubro, e eles gostariam que alguém da Comissão estivesse lá. Estou repassando.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – A determinação, Sr. Deputado, é que esta Comissão estará lá nesse período. Todos os parlamentares, uma comissão, a começar pelo México, onde eles serão ouvidos, como uma das ações da CPMI.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Se possível, aqueles conferencistas que estiveram em Harvard, que estão fazendo um trabalho de forma científica. Eu espero poder participar desse congresso, vou ter que adequar a minha agenda, porque considero muito importante. Eles estão reunindo todas as lideranças das comunidades brasileiras de toda a América, da Califórnia à Flórida, de Boston a Canerica

Continuando, nessa situação, de cada 10 brasileiros, percebam, senhores, muitos trazem dinheiro através de amigos ou coisa semelhante}

O SR. EDSON BODOLA – Eu não sei informar.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Estou contando isso só para ajudar esta nossa CPMI, porque o governo brasileiro não tem idéia dos valores. Foi dito aqui que é em torno de 5 a 6 bilhões, por ano, que os Estados Unidos mandam. Não é verdade. É um valor muito maior. Se no Japão tem 230 mil brasileiros, e eles enviam 2,5 bilhões por ano, então, nos Estados Unidos, onde o número é estratosféricamente maior, deve estar mandando um valor muito maior para o Brasil. É isso que eu queria saber, porque acho que não deve estar vindo tudo de forma legal, mesmo porque eles têm medo de mandar dinheiro de forma legal porque têm medo de ser apanhados.

A gente percebe, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais companheiros, que existem quadrilhas sim, e gostaríamos de pedir a ajuda do Sr. Edson para que possamos desbaratar essas quadrilhas, porque eles exploram esses brasileiros que vão para lá, e muitos deles não conseguem pagar aquilo que eles solicitam a essas pessoas. É prática comum um brasileiro ajudar outro, eu sei disso; está lá com um parente, e ele sabe que aqui não vai ganhar o que se ganha lá, como estamos vendo... Dá para ganhar, em uma hora, conforme o trabalho, como carpintaria, ganha em um dia o que leva um mês para ganhar aqui.

O SR. EDSON BODOLA – Numa hora, não. Num dia de trabalho.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Um dia! Em um dia dá para ganhar o que se ganha em um mês aqui. São 12 dólares a hora, se trabalhar 10 horas, já são 120 dólares num dia, o que dá R\$300,00, que é

o nosso famigerado salário do cidadão brasileiro, lamentavelmente.

Mas eu queria concluir.

Se os brasileiros que vão para lá ajudam um, ajudam outro, aquela fila, a coisa está aumentando exatamente porque um parente percebe que é bom estar lá, então eles pagam os riscos de estar lá. E uma maneira de nós analisarmos aqui, encarmos sob esse prisma para talvez conseguirmos junto ao nosso governo, companheiro Magno, uma forma de o Governo ajudar. A primeira etapa seria visitar o Embaixador norte-americano, depois, em conversa com os Senadores, conseguirmos um apoio para que se aumente esse número de brasileiros com visto temporário de trabalho, desse irrisório número de 6 mil para 50 mil. Estarei batalhando para que isso aconteça.

Sabemos que, muitas vezes, o senhor não vai aqui afirmar com receio de alguma coisa. Mas sabemos que a grande maioria faz isso: empresta o dinheiro para receber lá e, claro, vai ter algum benefício. Sabemos que é prática comum um ajudar o outro. A minha última pergunta é: O mercado de trabalho americano é mais de procura? Há falta de emprego nesse chamado subemprego que o americano já não mais se presta a fazer e, por isso, vão os chamados latinos, que já é um termo pejorativo, é onde o brasileiro se insere nessa estatística.

E isso?

O SR. EDSON BODOLA – Exato.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – A procura é muito grande.

Na sua avaliação existe algo em torno de 100 empresas de jardinagem...

O SR. EDSON BODOLA – Na área de jardinagem, entra latinos, brasileiros...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Empresa de jardinagem. Corta grama, Só em Danbury?

O SR. EDSON BODOLA – Só em Danbury.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Os brasileiros montam suas próprias empresas. Têm facilidade, mesmo sem ter documento?

O SR. EDSON BODOLA – Tem pelo seguinte. Lá as pessoas contratam uma empresa para cortar a grama. Então, toda semana, tem que cortar grama. Os preços variam de 30 a 100 dólares, depende da casa.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – A pessoa que trabalha limpando casa, seria melhor montar uma empresa...

O SR. EDSON BODOLA – A pessoa que trabalha por 10 horas ganhando 100 dólares; numa casa de 30 dólares ele gasta meia ou uma hora para cortar a grama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – É o caso da diarista...

O SR. EDSON BODOLA – Das faxineiras, hoje, em Danbury há uma grande quantidade de faxineiras que trabalham por contra própria, é impressionante. Elas começam a trabalhar para americanas portuguesas e logo estão...

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Ele percebe que há tanta gente procurando emprego que ele passa a ser um agenciador. Aquelas casas que ele já não consegue limpar, pela quantidade de casas, ele chama outro, divide aquela comissão, então monta uma empresa. É um negócio lucrativo.

O SR. EDSON BODOLA – Não, não. Por exemplo, a pessoa começa a trabalhar para mim. Dentro de um ou dois anos, ela está com experiência, então ela abre a companhia ou compra de alguém que está voltando. E assim vai.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Estive na cidade de Bridgeport e Framingham. Em Framingham, a comunidade americana tem muita consideração pelos brasileiros, não sei se é assim em Danbury, porque os brasileiros não dão trabalho. Diantes das muitas comunidades: cubana, portoriquenha, chinesa, asiática, de uma forma geral, pois temos os vietnamitas, os brasileiros são os que estão em mais alta conta.

Como é a situação dos brasileiros na cidade de Danbury?

O SR. EDSON BODOLA – Em Danbury está começando a ficar complicado. A comunidade brasileira cresceu muito, como também os problemas sociais.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Em Framingham, os brasileiros aqueceram a economia.

O SR. EDSON BODOLA – Exato. Em Danbury, o prefeito já está se sentindo prejudicado.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Tanto que casas de 70 mil dólares, hoje estão sendo vendidas a meio milhão de dólares.

O SR. EDSON BODOLA – A área social e educativa, em Danbury, já está sendo prejudicada.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – E os brasileiros são discriminados pelos americanos, porque eles invadem o mercado de trabalho do americano. Mesmo não fazendo isso eles sentem que são intrusos.

O SR. EDSON BODOLA A discriminação que existe lá é igual a de São Paulo com relação aos nordestinos. É algo natural de qualquer comunidade.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Quero agradecer ao senhor e estou acreditando, porque conheço um pouco a realidade. Eu precisava dessa informações para que possamos sair daqui com uma minuta de intenções, como por exemplo, essa de que os americanos e o nosso governo possam fazer uma pressão

para aumentar o número de vistos de trabalho temporário. Muito obrigado.

O SR. EDSON BODOLA – Seria muito importante. Cito como exemplo o caso de um amigo lá perto da minha cidade que tem 15 anos que ele foi para lá. Há 15 anos ele não encontra com a mãe. Ela tentou um visto e não conseguiu. É uma senhora de quase 70 anos. Temos que trabalhar nesse campo para aumentar o número de visto, porque infelizmente a pessoa foi mas...

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Acho até que 50 mil visto é pouco porque só em Danbury temos uma média de quantos brasileiros?

O SR. EDSON BODOLA – Mais de 20 mil.

O SR. TAKAYAMA (PMDB –PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Magno PT – MG) – Já demos oportunidade de os parlamentares se manifestarem. O Deputado Leonardo deseja usar da palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Queria uma complementação. V.Sª informou que o laticínio está fechado e que tem uma fazenda de 23 alqueires.

O SR. EDSON BODOLA – Exato.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O Sr. podia resumidamente dizer o que existe na fazenda, as benfeitorias...

O SR. EDSON BODOLA – Casa, curral, fiz uma plantação de coco mas fui infeliz. Eu esperava uma coisa mas hoje o mercado mudou

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Quantas cabeças de gado?

O SR. EDSON BODOLA – Tenho de 70 a 80. Agora, vendi mais ou menos 60 a 70 vacas leiteiras para saldar contas.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, por gentileza, gostaria de pedir ao Sr. Edson que colaborasse porque se o senhor, como está realmente dizendo está fazendo as coisas de forma legal para ajudar algumas pessoas, e eu acredito nisso, pois vejo muita gente no Paraná nessa situação, uma acaba informando ao outro. É uma questão de amizade que, nessa situação funciona. Nem todos são agenciadores ou coiotes mal-intencionados. Mas gostaria de pedir ao senhor, para que brasileiros não continuem sofrendo ou morrendo pelo caminho, conforme já vimos aqui, que colaborasse. Talvez não de forma aberta, pois estamos gravando o depoimento que vai para todo o Brasil mas, posteriormente, por meio de uma lista especial, sabermos quem são os bandidos, aqueles que cobram altas somas para encaminhar os brasilei-

ros para lá e acabam colocando esse pessoal nessa camisa-de-força, nessa pressão em que muitos não conseguem cumprir com os compromissos assumidos na hora em que no afã, no entusiasmo da busca do eldorado que, na verdade, não existe. Mas que, em busca do nada qualquer coisa é boa. Fica aqui o meu pedido e o meu agradecimento, acreditando que V.Sª irá colaborar conosco.

O SR. EDSON BODOLA – Apenas 10% conseguem vencer, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (João Magno PT – MG) – A presidência requisita cópias do processo, nas devidas instâncias em que concluiu pelo afastamento do Sr. Edson da Prefeitura Municipal, para anexar aqui para o devido estudo da preparação do relatório.

Em nome do Presidente desta Comissão que teve que se ausentar para exercer outra atividade quero agradecer a V.Sª por ter aqui chegado e trazido algumas explicações. Evidentemente que nem todas as explicações que solicitamos V.Sª não se dispôs a oferecer, mas respeitamos o seu procedimento. Agradecemos a sua presença.

Suspendo a sessão por 5 minutos quando voltaremos para iniciar a oitiva do Sr. Prefeito Wanderley da cidade de São Félix de Minas.

O SR. EDSON BODOLA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva final?

O SR. PRESIDENTE (João Magno PT – MG) – Sim.

O SR. EDSON BODOLA – Estou disposto a colaborar todas as vezes em que me chamarem. Só que recebi esse comunicado, ontem, às 11 horas e 40 minutos. Eu tinha me informado de que seria ouvido aqui. Mas estou disposto a vir mais vezes. Mas que me comunicassem com antecedência porque para mim foi chato...

O SR. PRESIDENTE (João Magno PT – MG) – Nós nos desculpamos diante de V.Sª pela forma como foi convocado com a devida agilidade, e a convocatória, realmente, foi muito em cima da hora. Mas se for necessário, certamente V.Sª será convocado com antecedência.

O SR. EDSON BODOLA – Pode ser até por telefone. Se o Senador Crivella me ligar, estarei disposto a comparecer.

O SR. PRESIDENTE (João Magno PT – MG) – Vamos suspender a reunião por 5 minutos.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral.PFL - RJ) – Reaberta a reunião em nome de Deus.

Convido o Sr. Wanderley, Prefeito de São Felix de Minas, para apresentar-se perante esta Comissão.

Vamos assinar o termo de compromisso.

Antes de passar a palavra ao nobre Sr. Wanderley Vieira de Sousa, afirmou que o mesmo está sob juramento mediante a assinatura do termo de compromisso.

Passo a palavra ao Sr. Wanderley para que faça a sua apresentação.

Seu nome completo.

O SR. DEPOENTE – Wanderley Vieira de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Sua profissão?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Professor.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Hoje prefeito?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Hoje prefeito de São Félix de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – O senhor é empresário ou profissional liberal?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Professor.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Residência fixa, onde?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Rua Frei Inocência, no centro de São Félix de Minas, nº 316.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – O senhor sabe por que está sendo convocado?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Passo, no momento, a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Magno PT – MG) – Sr. Wanderley, esta é uma CPMI destinada a investigar delitos, crimes que são cometidos contra brasileiros que fazem a travessia no México, mas também com o objetivo de apresentar soluções para essa problemática que vive o País. Não só no México, mas todos os problemas com relação à imigração.

Chegaram à Secretaria desta CPMI algumas denúncias arrolando o nome de V.Sª... posso tratá-lo de V.Exª, Prefeito da cidade de São Félix de Minas, Minas Gerais. A nossa CPMI esteve reunida em Governador Valadares, ocasião em que foi feito um convite a V.Exª nos foi explicado que, em função da precariedade do tempo – o convite foi feito pela secretaria uma semana antes –, no entanto não tivemos, naquele encontro, a presença de V.Exª. Procedeu-se, então, essa convocação para alguns esclarecimentos.

Conforme está considerado por parte da assessoria técnica e da secretaria desta CPMI temos aqui um breve relato, que desejo ler, onde fica explicitado

os motivos da convocação de V.Exª “Wendel Johnatan Pereira, saiu de Governador Valadares de ônibus para São Paulo em 23-12-2004 e embarcou no dia seguinte em 24-12-2004 para o México. Outras quatro pessoas teriam feito o mesmo trajeto: Marquinhos, João de Deus Rosa Neto, por intermédio de Wanderlei Vieira de Souza, Prefeito de São Félix de Minas, e Didi Gonçalves Couto.

Chegando a Laredo, cidade do Estado do Texas, nos Estados Unidos, próxima a Nuevo Laredo, cidade mexicana pertencente ao Estado de Nuevo León, Wendel manteve contato com a família, em 27-12-2004, comunicando que a travessia havia sido tranquila, queixando-se apenas do frio. O grupo permanecia trancado no hotel até que os “coiotes” informassem o dia de seguir para a Flórida. Wendel teria mantido contato telefônico com a sua namorada, Gislaine, e também com a família, entre os 27-12-2004 e 11-01-2005. Ainda em Laredo, Wendel teria se queixado à família do abandono por parte de Wanderlei e Didi, já que o irmão e o sobrinho deste já teriam partido para a Flórida. No dia 11-01-2005, Wendel teria ligado para a sua namorada pedindo que entrasse em contato com Wanderlei, pois estava passando muito mal. Gislaine ligou para Wanderlei e, em seguida, retornou para Wendel, pedindo que ele mesmo falasse com o prefeito, pois este não estava acreditando nela. Segundo Gislaine, Wendel ligou então para Wanderlei. Momentos depois, quando o casal conversava novamente ao telefone, Wendel teria dito a Gislaine que teria de interromper a ligação, pois teria chegado ao hotel o carro que o levaria ao hospital. Depois disso, a família não voltaria a falar com Wendel.

Cobrando explicações de Wanderlei e de Didi, que dava respostas evasivas, por intermédio de uma terceira pessoa, de nome Márcia, residente nos Estados Unidos, a família soube que Wendel teria morrido e, depois disso, havia sido enterrado como indigente. O reconhecimento foi possível porque Wendel possuía uma aliança com o nome de Gislaine. A família disse que Wendel sofria de bronquite asmática e teria reclamado de ficar trancado por vários dias em um quarto com carpete.

Esta é a síntese dos depoimentos que foram feitos por familiares do falecido nos Estados Unidos, conforme está aqui, em inteiro teor, de acordo com as declarações chegadas a esta Comissão.

Então, inicio fazendo as seguintes perguntas a V. Exª:

Realmente foi V. Exª que levou, que deu as condições para que Wendel fosse aos Estados Unidos, conforme a família afirmou?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Eu gostaria apenas de fazer um breve comentário antes com referência aos convites. Eu fui convidado praticamente pela imprensa, porque o convite da Comissão chegou vinte e quatro horas depois de ter sido feito lá em Valadares, na minha Prefeitura. Eu estava em Belo Horizonte no dia e cheguei já tarde, de forma que não foi possível estar presente. E o convite para hoje foi entregue em mãos ontem, exatamente ao meio-dia de ontem, por um agente da Polícia Federal. Quase foi impossível estar presente aqui hoje. Entretanto, fizemos um esforço descomunal para conseguir passagem, vindo de carro até Belo Horizonte. Então, esse é o motivo pelo qual não estive presente lá em Valadares.

Com referência à pergunta de V. Exª, devo dizer que não tenho nada a ver com isso e, inclusive, já fui alvo de investigação pela Polícia Federal, com buscas em minha casa, porque essa família disse que eu também estaria envolvido com documentação falsa. Na verdade, isso é uma perseguição, uma grande injustiça que esse pessoal tem cometido comigo.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Antes de exercer o cargo de Prefeito, qual era a principal ocupação de V. Exª?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Eu sou funcionário público já há dez anos, Professor de Física e Matemática numa escola de ensino médio da minha cidade. Tornei-me diretor desse estabelecimento há cinco anos e, agora, estou afastado para exercer o cargo de Prefeito.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual o valor dos subsídios recebidos em razão do cargo de Prefeito de São Félix de Minas hoje?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Hoje, são R\$4.600,00 reais líquidos, sendo R\$6.000, 00 o valor bruto.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Exª poderia detalhar o seu patrimônio, se possível? Possui carros, casa própria, aplicações bancárias, propriedade rural?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Hoje, possuo uma casa própria, que, conforme foi noticiado pela revista **IstoÉ**, é uma mansão. Mas é uma casa que foi construída durante esses dez anos de vida de funcionário público e que deve valer, na minha cidade, algo em torno de R\$50.000,00.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Exª é ou já foi sócio de alguma pessoa jurídica, ainda que por interposta pessoa?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – É casado?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Sim, sou casado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Qual o nome da esposa?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Ivanice Brito de Moraes, também funcionária pública.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Ela exerce também alguma atividade remunerada?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – É professora do ensino médio assim como eu.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Tem filhos?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Sim, dois filhos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Entre os bens declarados, quais foram adquiridos após assumir a Prefeitura de São Félix?

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Nenhum.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Com relação à morte de Wendel nos Estados Unidos. A família reclama que até hoje não consegue ter nem o óbito, nem o motivo da morte, e ela envolve V. Ex^a, que teria, em vários momentos, tentado postergar informações – palavras da família, da mãe da pessoa, lá na audiência da CPMI em Valadares, que estamos passando a V. Ex^a. O bom seria que V. Ex^a estivesse lá no dia para, se fosse o caso, mediante sua aceitação e a deles, fazermos uma acareação. Mas, como não estava, nós estamos tentando trazer à memória aquela audiência para que as coisas sejam esclarecidas a bom termo, até porque este pode ser um momento singular na sua vida, uma vez que, não tendo nenhum tipo de envolvimento ilícito ou criminoso, V. Ex^a, com o cargo que ocupa, tem a oportunidade de sair com o nome limpo, até em uma CPMI como esta. Digo isso porque qualquer cidadão, neste País, pode ser acusado de tudo, e, tendo a dignidade de fazer a sua defesa, de se mostrar, de se colocar com toda a inteireza da sua coragem e determinação, fica mais fácil.

É isso que estamos querendo fazer. Esta CPMI não tem o objetivo de condenar as pessoas, mas esclarecer os fatos, buscar a verdade, para que o País tenha um código, uma referência, daqui para frente, no tratamento dos problemas emigratórios.

Então, como Relator, vou fazer essas perguntas, uma vez que estive lá diretamente.

O que é que houve realmente? V. Ex^a não se importou, mesmo sabendo que a pessoa já estava... O que é falado lá é que a pessoa já estava morta, o senhor sabia e não fez nada para informar a família. Se não fosse a Márcia, o senhor não apareceria como um

implicado nesse crime que aconteceu lá nos Estados Unidos. É o que dizem lá.

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Essa é uma história um pouco longa, e, se vocês me permitem, eu vou contá-la.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Pode contar. É importante para nós.

O SR. WANDERLEI VIEIRA DE SOUZA – Esse rapaz, o Wendel, era funcionário da Prefeitura Municipal de São Félix de Minas e carregava com ele um sonho de ir embora. Ele era Chefe do Departamento de Pessoal da nossa Prefeitura e tinha vontade de ir embora. Ele tinha uma namorada, essa menina chamada Gislaine. O sonho dele era ir embora para os Estados Unidos, porque ele tinha um primo lá que fora bem-sucedido, trabalhando, ganhando razoavelmente bem. Então, ele queria fazer a mesma coisa.

Ele era muito meu amigo, uma pessoa maravilhosa, um companheiro político meu naquela oportunidade. Então, ele carregava esse sonho com ele. Ele nem morava com essa família dele; ele morava com a família do meu vice-Prefeito atual, hoje, que são os tios dele. Vivía lá em São Félix; morava lá. A família é de Valadares. Parece que ele não se dava bem com a irmã e com a mãe, principalmente. Bom, passaram-se as eleições, que nós vencemos, e ele comentou comigo que estava querendo ir embora. Eu disse a ele: “Rapaz, fica aí!” Disse isso porque o cargo de Chefe do Departamento de Pessoal da Prefeitura é comissionado. Disse então: “Fica aí, porque nós vamos continuar precisando de você etc.” Ele disse: “Não, estou pensando em ir embora, o meu primo disponibilizou os recursos que eu vou precisar para ir para lá e tal”. Eu disse: “Bom, é você que sabe. Só acho que vai ser complicado para você ir”. A minha participação termina aí; nunca estive na casa dessa senhora; nunca estive na casa onde ele morava, que era a casa do vice-Prefeito, tratando com ele qualquer assunto dessa natureza, mesmo porque eu tinha acabado de vencer as eleições e estava preocupado com outras coisas, como compor o mandato, ou seja, preocupado lá com a gestão. Vocês podem observar que a data é 23 de dezembro.

Pois bem, fiquei sabendo que ele foi embora, juntamente com um grupo de rapazes, como você colocou aí – e quanto a isso ela disse a verdade. Eles viajaram, foram embora, e eu não tive participação nenhuma, sequer com ele eu toquei no assunto. Quem pode, inclusive, não sei se é o caso, elucidar isso, com tranquilidade, é a namorada dele, pessoa que conviveu com ele 24 horas por dia nos últimos dias dele em São Félix. Essas pessoas que disse aqui: o vice-Prefeito, a esposa dele, que é irmã dessa senhora que fez a denúncia contra mim; essas são as pessoas que

conviveram dia a dia com ele. Essas pessoas podem comprovar e dizer realmente o que aconteceu. Então, não tive envolvimento nenhum.

Mas o que ocorre? O menino viajou, foi embora, sumiu. Um belo dia, por volta de 23h, a namorada dele, Gislaine, me ligou e me disse o seguinte: “Wanderlei, tem alguma possibilidade... Como o Wendel está sumido e fiquei sabendo que ele está num hotel lá, que está passando mal, há alguma possibilidade, você conhece alguém, sabe de alguma forma de a gente tentar ajudar ele lá?” Eu disse: “Olha, Gislaine, conhecer eu conheço muita gente; conheço, inclusive, um rapaz” – cujo nome até citei na Polícia Federal – “que é o Edílson Dornelas, que mora em Boston, que tem uma relação muito boa com as pessoas de fronteira lá, porque ele é envolvido com esse tráfico de pessoas na região”. Ele, lá nos Estados Unidos, comanda mais ou menos... Eu conheço esse cara porque ele já morou próximo da minha cidade lá, já foi até meu colega de escola. Disse então a ela: “Vou ligar para esse rapaz e ver se ele pode fazer alguma coisa”. Foi exatamente o que fiz. Se vocês tiverem oportunidade de verificar, por exemplo, as minhas contas telefônicas, vão perceber que exatamente início de janeiro – não me recordo o dia – há uma ligação para Boston nesse horário. Liguei para ele, e o que ele me respondeu? “Não, rapaz, eu conheço. Tem um pessoal lá que é amigo meu e que resolve esse problema. Eu mando um carro lá, e, imediatamente, eles o levam ao hospital”. Eu disse: “Então, faça isso, porque parece que o menino, segundo a namorada falou, está sumido, tem problemas de asma e pode estar passando mal lá”. Passei o telefone dele para a Gislaine, que também entrou em contato, explicando mais coisas, coisas que ele tinha conversado com ela anteriormente, porque ele sempre falava com ela. Aí o que acontece? Parece que ele realmente foi lá e pegou o corpo, quer dizer, o rapaz, levou para o hospital. Bom, a minha participação terminou aí.

Mas aí o seguinte: esse rapaz disse para a Gislaine que tinha levado para o hospital e tal. Bom, daí um tempo a menina começa a ficar preocupada de novo, pois o rapaz não ligava. Se foi para o hospital, tem que dar alguma notícia. O rapaz não liga, não aparece, e o tempo foi passando. Passados alguns dias, ela voltou a me procurar: “Wanderlei, o que está acontecendo? Eu não consigo mais falar com esse Dornelas, cujo telefone você me passou, e o Wendel está sumido. Como é que faz?” Eu disse: “Vou falar com ele de novo”. Ele me respondeu: “Não, o menino pegou ele e o levou para o hospital”. E eu passava essas informações para a Gislaine; para a família nunca. Passava para ela. Sim, está no hospital, mas qual hospital etc... E aí começou; foi aquela confusão.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Para a família, porque a Gislaine é filha da...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não, o senhor está confundindo. Passei para a Gislaine, que era a noiva dele. Não é a filha da Dona Lúcia não.

Bom, aí começou aquela confusão: ele estava sumido e não se achava. E aí o Edílson me disse: “Olha, a única forma... Devem ter levado ele para o hospital, a Imigração, como ele não tinha documentação, deve ter pego ele lá e o deve ter prendido”. Aí eu disse: “Você tem como saber disso?” Ele disse: “Tenho”. Eu disse: “Então, providencia”. Ele me respondeu: “Bom, mas isso tem um custo. Para obter essa informação me custa US\$500,00, porque eu vou pagar para a advogada ver onde é que ele está”. Então eu disse: “Faça! É meu funcionário aqui. Faça!” Esse rapaz, um belo dia, por volta de 19h – nem ligou para mim não –, ligou para a escola, porque pensou que eu ainda trabalhava lá, e deu essa informação para a tia dele, na casa de quem ele morara. Ele disse: “Foi encontrado o Wendel. Ele está preso em uma cidade chamada Lexon, um negócio assim. Ele está preso lá e está em vias de deportação”. Ele disse isso para a tia dele, irmã da Dona Lúcia, que espalhou a informação: “Que bom! Ele está preso, vai voltar”.

Passou-se mais um tempo, todo mundo calmo, mas o menino sumido. Um belo dia, estou num congresso lá em Belo Horizonte, a menina me liga desesperada: “Que absurdo! Você está mancomunado com o pessoal que levou ele, porque todo mundo sabia que ele estava morto”. Eu falei: “Menina, o que é que você está falando?” Ela disse: “O Wendel foi encontrado morto na cidade tal desde aquele dia que o seu amigo ligou para lá dizendo que mandaria o carro pegá-lo”. Eu falei: “Você está brincando!” E ela disse: “Verdade; e você é culpado...” Daí para frente, eu sou o culpado de tudo. E, na verdade, e, até pelo fato da emigração de pessoas da minha cidade para os Estados Unidos, as coisas se valorizaram. Na época, era muito barato, depois, acabou valorizando. É extremamente simples, sem comentários relevantes sobre ela. Uma casa simples, de um quarto, uma suíte e um quarto de... um quarto, uma biblioteca, uma sala, uma cozinha e uma varanda.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – O senhor tem conta bancária em quais bancos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Tenho conta bancária no Banco do Brasil, Crediriodoce e Itaú.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Possui conta bancária no exterior?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Automóveis, o senhor tem automóvel?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Atualmente, não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Pais, familiares nos Estados Unidos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Vários.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Muito obrigado.

Estou satisfeito, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Neucimar Fraga, relembro aqui as perguntas do nobre Relator, Sr. Prefeito, eu gostaria de ouvir de V. Ex^a a respeito do aval. O senhor falou que existe um aval. Como é isso, o aval para que a pessoa possa viajar?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – É um aval comum. Quando se toma algum dinheiro emprestado, a pessoa que está emprestando quer algumas garantias. Se você não dispõe, por exemplo, de algum bem que possa efetuar essa garantia, no mínimo, recorre-se a um ou dois ou três amigos dessa pessoa que está tomando dinheiro emprestado para ajudar a efetuar a garantia. Caso essa pessoa que tomou esse recurso emprestado não pague, evidentemente, o credor recorre aos avais.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – E esse empréstimo é feito onde, aqui no Brasil ou no exterior?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Muitas vezes, no Brasil, e algumas até no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Como assim?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – A pessoa que está lá, por exemplo, dispõe de US\$5 mil. Aí, a pessoa que quer tomar o dinheiro emprestado recorre a ele, liga para ele, e fala: “Eu empresto, mas você vai entregar, por exemplo, uma nota promissória à minha família aí, avalizada por fulano” – até escolhe, muitas vezes –, “fulano e fulano”.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Quer dizer que a pessoa lá fora... A pessoa, no Brasil, quer ir para os Estados Unidos, mas ela sai com dinheiro ou sem dinheiro? Já daqui.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Eu não posso afirmar, com certeza, mas acredito que, muitas vezes, sem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Sem dinheiro?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Sem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Então, alguém lá fora é que empresta o dinheiro?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Na maioria das vezes, são os familiares. Quando não é familiar, um amigo que exige algum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – O senhor já foi avalista de alguém?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Já. Falei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado João Magno, nobres colegas Parlamentares, quero cumprimentar também o Sr. Wanderley, Prefeito da cidade de São Félix, em Minas Gerais.

Sr. Wanderley, o objetivo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é investigar a situação dos brasileiros que hoje estão no exterior, não só nos Estados Unidos, mas em qualquer país estrangeiro, e investigar também o envolvimento de grupos de pessoas, podemos dizer que em algumas situações até de quadrilhas, que têm, com certeza, muitas vezes, participação no Brasil, envolvendo os “coiotes” mexicanos, brasileiros que já estão no exterior, migração americana, mexicana e intermediários aqui do Brasil, com a facilitação de entrada de brasileiros em outros países de forma ilegal.

Além de estar investigando, esta Comissão tem outras atribuições. Queremos colaborar, contribuir com os nossos irmãos brasileiros que estão no exterior. Hoje nós temos mais de um milhão de brasileiros, somente nos Estados Unidos – com certeza, centenas de São Félix de Minas e outros tantos das regiões circunvizinhas ali àquele Município.

Temos interesse, além de ajudar, em encontrar formas conjuntas com o governo americano e com outros países de resolver o problema dos brasileiros que hoje estão em situação ilegal, mas que moram lá há muitos anos. Tendo em vista que temos informações sobre os laços familiares que existem, dos brasileiros que daqui saem diariamente para buscar a vida e resolverem seus problemas, principalmente financeiros, em outros países, estamos ouvindo o senhor aqui, nesta oportunidade, e queríamos contar com a colaboração.

De que forma esta CPMI pode contribuir para amenizar o sofrimento dos brasileiros que estão no exterior? De que forma nós poderemos contribuir para facilitar a entrada desses brasileiros de forma legal no exterior? E quais seriam os procedimentos que pode-

ríamos adotar para legalizar a situação de milhares de brasileiros que estão no exterior? Todas essas informações nós queremos obter nos trabalhos desta Comissão.

Também queremos conhecer o funcionamento dessa rota migratória. Temos diversas informações colhidas, mas tenho certeza de que V. Ex^a poderia realmente nos dar essa colaboração.

Temos consciência de que, nesse trabalho que se iniciou há anos, muitos, no desejo de ajudarem a resolver os problemas dos vizinhos e por terem parentes nos Estados Unidos, por terem influência, por terem conhecimento, eram procurados para ajudar essas famílias, ajudar um filho a encontrar um pai, uma esposa a encontrar o esposo, que já estava morando nos Estados Unidos. E muitos começaram a ajudar, chegaram até a financiar, avalizar, ser avalistas, quem sabe até a custear despesa, ajudar, mas essa modalidade de ajuda e de trabalho começou a se tornar perigosa para milhares de brasileiros, porque muitas pessoas entraram no ramo sem terem conhecimento de causa, sem saberem como funciona, e, em vez de ajudarem a resolver problemas, começaram a incentivar, a irem em busca de pessoas para incentivá-las a entrarem nos Estados Unidos. Venderam ilusões, venderam sonhos. Muitos foram extremamente iludidos, e alguns aproveitadores até enriqueceram, pela falta de conhecimento de milhares de brasileiros, que não tinham noção das dificuldades que seriam enfrentadas na travessia, principalmente na rota pelo México.

É por isso que estamos fazendo este trabalho. Estamos investigando e queríamos contar com colaboração.

Eu queria perguntar ao depoente: o senhor chegou a morar, alguns anos, nos Estados Unidos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nunca morou?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Tentou entrar quantas vezes?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Uma vez.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Uma vez? Pelo México também?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Com passaporte?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Montado, falso, na época.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Foi barado onde?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Em Confins, em Belo Horizonte.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Aqui, na saída?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Na saída.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Você foi um mineiro que deu um azar arretado, não é?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Dei sorte!

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sorte, porque não chegou a...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não cheguei a ir para lá, e hoje não vou, em hipótese alguma. Acho que, naquela oportunidade, tive sorte.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nem teria colocado os pés na terra do Tio Sam, mas...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Há males que vêm para bem, dizia a minha avó.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, você confirma que nunca entrou nos Estados Unidos.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E tem parentes morando lá?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Tenho.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Os seus parentes, algum deles tem empresa nos Estados Unidos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nenhum deles tem empresa?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Em São Félix ou em qualquer outra região de Minas, o senhor tem alguma empresa que preste serviços nessa área de transporte?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Agência?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – De viagem?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor disse que já ajudou muitas pessoas a irem para os Estados Unidos. Confirma?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Eu não diria “muitas”, não é? Em torno de umas dez, doze. Amigos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Dez, doze, no período de quantos anos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Uns dois anos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, antes dessa data, o senhor nunca...?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Confirma que nunca ajudou nem enviou?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Exatamente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Conhece alguém, fora do Estado de Minas, que também tem facilidade de enviar brasileiros para fora?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Em Goiás?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Pará?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Espírito Santo?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não conhece?

Tem contato com alguém no México?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ninguém?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Ninguém.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quero que V. Ex^a saiba que a Comissão vai quebrar sigilo telefônico, vai quebrar sigilo bancário de muitos depoentes, se nós julgarmos necessário.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Isso.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Conforme julgarmos necessário. Por isso, é importante que seja expressado somente aquilo que for verdade, para que se possa contribuir com o trabalho desta Comissão.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Com certeza. Estou entendendo

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, não tem contato com ninguém no México?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nunca teve?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Nas minhas contas de telefone, se a CPI tiver oportunidade de quebrá-las – acho que nem é preciso; se recorrerem a mim, eu as forneço todas –, não há uma ligação, nenhuma sequer, para o México.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E de outros telefones. Porque podem ter sido usados outros telefones também.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Nenhum outro.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Estou perguntando porque quero ouvir da sua voz.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não tenho ligação nenhuma com o México, não conheço ninguém lá, nunca fui lá. É aquela história: eu sou uma pessoa que, envolvida com isso, segundo essa senhora, nunca fui aos Estados Unidos, nunca estive no México, não tenho passaporte; nas minhas contas de telefone, não há ligação para o México. Um dia eu perguntei para ela: Você acha que eu controlo isso por telepatia? É possível?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas quando foi procurado pela Sr^a Wislaine a respeito do seu irmão, o senhor tinha conhecimento do caso?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Volte aí. Procurado por quem?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Wislaine?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – (Fora do microfone.) Gislaine.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Está Wislaine aqui.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Gislaine.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Desculpe. É que parecia que estava com “W” aqui.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – É Gislaine.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É Gislaine?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Só um momentinho, Deputado. Ele poderá refazer toda a história, porque acredito que V. Ex^a, no momento, estava lá fora atendendo a um telefonema...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É, mas creio que, fazendo as perguntas, fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL – RJ) – Tudo bem. Pode fazer a pergunta, e ele irá responder...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – A Gislaíne, então, você conhece?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Conheço.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Então, o senhor ajudou realmente o Wendel a ir para os Estados Unidos?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Quando ela o procurou para pedir ajuda... com informações sobre o irmão que estava no hotel e se sentia abandonado, realmente esse fato ocorreu?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ocorreu.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Ocorreu? Por que ela o procurou?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Olha, essa menina é muito amiga da minha esposa, da minha casa, foi minha ex-aluna, eu tenho uma relação muito boa com ela, e ela me procura por diversos assuntos, pelo fato de ser Prefeito, naquela oportunidade, de ser muito amigo dela. Acredito que seja por isso.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Então, só por isso?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ela não tinha conhecimento, então, de que o senhor poderia ter sido um dos avalistas da ida do Wendel para...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não fui avalista dele.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não foi avalista?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Posteriormente, parece que ela o procurou para ajudar no traslado do corpo.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Ela, não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A família?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Essa família, aí, sim.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A família o procurou?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Procurou.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E o senhor não pôde ajudar?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Tentei ajudar, de diversas formas, através do meu amigo Leonardo Monteiro, de outros Deputados aqui da Casa, até de algum Senador com quem a gente tem alguma relação, através das vias políticas. Todos me responderam que não havia aqui, por parte do Governo, recursos para isso. E o pessoal...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Inclusive, nesta Comissão – só para orientação dos Parlamentares presentes –, apresentamos uma emenda à LDO deste ano, ao Orçamento, incluindo, Sr. Relator, Deputado João Magno, uma rubrica no Ministério das Relações Exteriores, para que possamos incluir no Orçamento uma verba para repatriamento de corpos, porque o Ministério das Relações Exteriores sempre alega que não tem recursos para fazer esse custeio de repatriamento de corpos. E estamos percebendo que o número de brasileiros que estão morrendo no exterior tem aumentado – pelo menos, tem chegado ao nosso conhecimento –, e de pessoas que não têm possibilidade de pagar o repatriamento. Então, essa é uma proposta desta Comissão.

Então, não tem contato nenhum, não tem nada a ver com o caso da saída do Wendel para os Estados Unidos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não. Inclusive, uma das revoltas da família é exatamente por isso. A gente não conseguiu efetuar esse traslado do corpo para cá, haja vista que, quando se percebeu, se descobriu, vamos dizer assim, porque ele estava morto e já havia sido enterrado em uma cidade lá dos Estados Unidos, teria que se exumar o cadáver para depois repatriá-lo ao Brasil. Isso demorava em torno de até seis meses e consumia um volume razoável de recursos. Por parte da Prefeitura, eu não poderia fazer naquela oportunidade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Conhece, na região, donos de agências ou facilitadores que iludem, incentivam os brasileiros a irem para o exterior?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Incentivadores, não. Conhecer algumas pessoas envolvidas com isso, que ouço falar que são envolvidas, eu conheço.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E quanto a essas pessoas que financiam, que ajudam, qual o compromisso delas com os brasileiros que tentam entrar? Elas acompanham, passo a passo, a saída de Minas, a chegada em Confins, ou a ida pela Bolívia, a

chegada ao México, o recebimento na fronteira, o hotel em que fica hospedado, perto da divisa, o traslado até a cidade de destino, normalmente Boston ou Massachussets...Elas acompanham, do início ao fim?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Penso que sim. Inclusive contei a história de uma cunhada minha que foi e parece que esteve acompanhada. Não sei se por alguém daqui ou se por alguém do México, mas sei que alguém acompanha, sozinhos eles não chegam não.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Quando o senhor ajudava a levar também, tinha alguém que acompanhava para o senhor?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Nunca ajudei a levar. O meu grau de comprometimento nessas idas, às vezes, era como avalista, como colaborador, nesse sentido da parte financeira.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Mas, quando o senhor era avalista aqui no Brasil, o senhor afirmou que havia duas modalidades. Uma em que o familiar que estivesse nos Estados Unidos era procurado por alguém que queria levar um parente e tinha um facilitador nos Estados Unidos que bancava, mas a pessoa teria que deixar uma nota promissória para ser resgatada, posteriormente. Lá ou aqui?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Não entendi sua pergunta.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - A pessoa assinava a nota promissória lá ou aqui?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Aqui, evidentemente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - E, depois que chegasse lá, com certeza iria trabalhar?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Essa pessoa pagava para alguém lá.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - E, quando dava errado e a pessoa não conseguia atravessar e voltava, como é que ficava a situação?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Simplesmente, eram rasgadas as promissórias.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Eram rasgadas as promissórias?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Sim.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - O custo real para uma entrada, para todo esse trajeto, de Minas até o local de destino, fica em quanto, hoje?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Não sei precisar, com certeza. Penso, pela forma como se negocia isso, que deve ser em torno de cinco mil dólares, porque, em muitos casos, a pessoa acaba tendo que dar cinco mil dólares de entrada e cinco mil dólares depois.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Dez mil dólares, então.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - O senhor está falando do custo total?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - De todo o trajeto.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Geralmente é isso, nove a dez mil dólares.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Dez mil dólares. Levando-se em consideração que o preço de uma passagem para os Estados Unidos, hoje, ida e volta, fica em torno de mil e duzentos dólares, dependendo do Estado – Miami é mais barato, setecentos dólares, mas, para Boston, já fica em uma faixa de novecentos a mil dólares –, realmente, Sr. Presidente, é um setor lucrativo. A margem de lucro, nesse caso, no mínimo é de seiscentos a setecentos dólares. É um investimento muito bom. Para uma região que tem um fluxo migratório muito grande, com certeza há muitas pessoas, não estou dizendo que é o caso do senhor, que podem ter entrado no ramo para ganhar muito dinheiro. E muitos estão pouco se lixando para os que morrem, para os que sofrem, para os que ficam órfãos, para as mães que ficam sem os filhos e para os maridos que ficam longe das esposas. O que eles querem é ganhar dinheiro.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Com certeza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL - ES) - Sei que, nesse meio, há muitas pessoas cuja intenção é apenas de ajudar, mas, com certeza, há também muitos aproveitadores fazendo esse tipo de serviço e que entraram no mercado sem ter conhecimento de causa e têm causado esse transtorno.

Sr. Presidente, gostaria de encerrar minha participação dizendo que esse aumento de imigrantes brasileiros, principalmente para os Estados Unidos, aconteceu por um fato já narrado anteriormente. Muitos coiotes e muitos agenciadores, tendo conhecimento de que as cadeias americanas estavam lotadas, pelo aumento de fluxo migratório, pagando o Governo americano, hoje, cerca de sessenta dólares a diária de cada preso, sabiam que a imigração não estava tendo condições de prender todas essas pessoas. Assim, as pessoas eram detidas e muitas eram orientadas a se entregarem, a se apresentarem à imigração, a não fugirem. Diziam que se apresentassem, porque não estavam prendendo. Depois da apresentação à imigração, assinariam um termo, ficariam 24 horas em uma sala fria, que todo mundo tem medo, e teriam trinta dias para se apresentarem à justiça, para iniciar o processo de abstração. Nesse período, com um documento para ficarem trinta dias, os coiotes atravessariam o brasi-

leiro até o local de destino e, depois disso, seria outra conversa. Com isso, aumentou o fluxo, porque muitos começaram a incentivar a ida.

Detectamos esse problema, porque, na última viagem em que fizemos uma repatriação de 320 brasileiros, juntamente com o Deputado Geraldo Tadeu e o Senador Marcelo Crivella, os brasileiros que vieram no vôo foram todos presos com menos de 15 dias nos Estados Unidos, ou seja, o Governo americano mudou a estratégia: já que ninguém se apresentava para ser deportado, começou a deportar, de imediato, todos aqueles que eram presos pela imigração. Portanto, poderemos ter uma redução do fluxo imigratório, mas queremos continuar o nosso trabalho.

Muito obrigado e Deus abençoe esse trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PFL - RJ) - Satisfeito o Deputado Neucimar Fraga, passo a palavra ao nobre Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Desculpe, Sr. Presidente, mas esta é a época de deixarmos os assessores agirem. Nós, que somos sexagenários, sarados e turbinados, pelo menos...Muito obrigado, mas considero monótono isso aqui. De vez em quando, tem que haver uma alegria, um sorriso, um sentimento, caso contrário, daqui a pouco isso vai parecer uma prisão. E a prisão é nossa, nós é que estamos sofrendo, não o Wanderley, que está chegando aqui. Somos nós e, pelo porte, vejo que essa turma trabalha e isso é muito bom, gosto muito disso. Temos liberdade de entrar e sair, da melhor forma possível. Mas, vamos adiante, a pausa de alegria já foi usada.

Sr. Presidente, é gostoso quando estamos por cima da carne seca. Mas, Wanderley, saiba de uma coisa: V. Exª não está sendo inquirido aqui para o final da sua vida nem tampouco para uma cadeia. Absolutamente. Fizemos um convite, uma convocação para que o senhor ajudasse essa Comissão, porque temos aqui não uma denúncia, mas uma sinopse sobre um dos brasileiros que desapareceu nos Estados Unidos e os últimos contatos que fez foram com o senhor e com a namorada.

Pensei, pela expressão que vi aqui, que o senhor tivesse 120 kg e 2,20 m de altura, mas, quando olhei...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Com um milhão de dólares na minha conta.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Exato. E, quando olhei, era uma simpatia, um professor, logo, um transferidor de conhecimentos. Portanto, formulo aqui umas perguntas.

O senhor ajudou dez a doze pessoas. Ajudou essas pessoas financiando a viagem delas, com dinheiro, para irem para os Estados Unidos?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não. Nunca tive essas quantias que são exigidas.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Muito bem. Como o senhor ajudou essas pessoas? Queria que o senhor repetisse, não ouvi bem.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Na verdade, simplesmente com o crédito e com a reputação que, ao longo do tempo, conseguimos adquirir. Apesar de funcionário modesto do Estado, meu pai é produtor rural, gozou sempre de um prestígio na cidade, e é com isso que acabamos ajudando, nos comprometendo, inclusive, a pagar dívidas, como no caso de uma das pessoas que ajudei e, hoje, estou sendo convocado a ajudar a pagar contas que ela não está tendo condições de pagar.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - O senhor ajudou dez a doze pessoas. Gostaria de perguntar se cumpriram os compromissos, pagando o empréstimo.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Tenho esse caso, do qual acabei de falar, em que a pessoa não está conseguindo. É uma pessoa muito boa, de família vizinha, mas não está ganhando o suficiente para estar quitando e os credores, as pessoas que emprestam, não querem saber disso. Se você deu seu nome, tem que ajudar a pagar. Estou com essa dificuldade, aconteceu esta semana, é recente. E tem muito tempo que ele foi.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - O senhor foi avalista deste caso, que foi recente?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não. Já deve ter uns oito meses que esse rapaz está lá. Por incrível que pareça, ele não consegue trabalho fixo. É uma pessoa amiga nossa, mas está com dificuldades lá, alega que lá não está tendo emprego, que o número de imigrantes é muito grande e que não consegue arrecadar o suficiente, uma quantia à altura do compromisso que fez aqui.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Perfeito. Como é que o senhor poderia colaborar conosco? Até agora, pelo que inquirimos anteriormente, não tive uma satisfação de saber se a resposta foi plena e pedi, inclusive, ajuda. Na sua cidade, na cidade vizinha ou de quem o senhor conhece, como iremos descobrir esses agenciadores aqui do Brasil. O senhor tem nome e endereço deles?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Respondi essa mesma pergunta ao delegado da Polícia Federal, pois já estive lá prestando esclarecimentos sobre esse fato e ele me perguntou se eu poderia apontá-los. Conheço centenas, de ouvir falar. Não te-

nho provas contra nenhum deles. Assim como eu não gostaria que alguém fosse leviano comigo, falando que estou envolvido com alguma coisa, como não tenho provas, não vou citar nomes. Mas, se a Comissão tem realmente interesse em saber quem são essas pessoas, em qualquer cidade que se chega, contatando pessoas simples, chamando para uma conversa, acredito que possam descobrir, principalmente contatando pessoas que têm familiares lá, que são muitas. Naquela região de Governador Valadares e na minha região, há pessoas que realmente escutam falar que enriqueceram com isso.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Volto a outra pergunta. A quem o senhor ajudou com a fiança, o senhor pode nos deixar nome e endereço?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Posso. Nome e endereço? É complicado para mim.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Pelo menos para a Secretaria. O senhor pode nos passar isso?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Posso providenciar, porque, de memória, é complicado.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Muito bem, agradecemos. Apenas para dar continuidade, o senhor já utilizou o telefone da prefeitura para fazer tais ligações ou permitir que pessoas fizessem ligações internacionais a custo do erário público?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Jamais.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Jamais.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - A não ser em casos como, por exemplo, o da morte desse menino. Fizemos algumas ligações para o Consulado, em Huston.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Serviço Social?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Só Serviço Social.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Já sabemos que V.S. possui telefone. Qual o número atual do aparelho celular e de outros já utilizados? Seria bom sabermos isso aqui. Está entendendo?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Sim. Do residencial, 32469009, DDD 33. O meu celular, 99832106, DDD 333, também.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Complementando, qual a relação que o senhor mantém com o senhor Didi Gonçalves Couto?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Relação de amizade. Ele é meu amigo e esposo da irmã da minha esposa.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Exerce alguma atividade em parceria com ele?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Já recebeu ou pagou alguma importância dessa pessoa?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não entendi a pergunta.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - O senhor já recebeu ou pagou alguma importância dessa pessoa? O senhor recebeu algum dinheiro dela...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Entendi.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - O senhor pagou alguma despesa dela?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não. Ele já me fez algum empréstimo, já fiz empréstimo para ele, mas foi só isso.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Fez empréstimo?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Sim.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Que banco? Sabe?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - CreditRioDoce.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Só esse?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Sim.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Sabe dizer qual é a principal ocupação dele?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Didi Gonçalves Couto?

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Sim.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Comerciante, dono de um pequeno supermercado na cidade.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Tem informação sobre o seu patrimônio, o que ele possui?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Tenho.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Por exemplo?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Possui esse pequeno supermercado e a casa onde o supermercado opera. Tem um carro também, um Gol 2000, mais ou menos.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Muito bem, está registrado. Conhece Hugo Maia da Silva?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Sim.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Primo de Wander(?)

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Sim.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Conhece como? De infância?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Ele foi meu aluno, muitos anos, na escola. Atualmente, está no Brasil, e esteve nos Estados Unidos por um bom período.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Não construiu nenhuma atividade comercial com ele?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não, nenhuma.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Não. Muito bem. Ficou acertado, em algum momento, que Hugo lhe pagaria uma quantia de dez mil dólares, referente à viagem de Wander?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não, jamais.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Não existe essa conversa, esse fato?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Não, nunca.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - V.S. conhece a senhora Marly Bernarda Ferreira?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Marly?

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Sim.

Vou avivar esta pergunta. Em reportagem na revista **IstoÉ**,...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Lembrei quem é. Porque a conhecemos como Lena.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Lena. Tem alguma relação comercial com ela?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DA SILVA - Nenhuma relação comercial. Ela é uma ferrenha adversária política minha. Aliás, só virei vítima dessa denúncia exatamente quando ganhei as eleições lá. Passei a ter envolvimento com tudo, por causa dessas pessoas.

O SR. DR. HELENO (PSDB - RJ) - Ela afirma que foi constrangida a entregar-lhe a própria casa, no valor de três mil dólares, como forma de pagamento da viagem do filho aos Estados Unidos, além de dois mil dólares em espécie, viagem essa que teria sido agenciada por V. S^a, confirma a acusação.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Jamais foi constrangida de nada. Ela vendeu a casa que tinha, onde nem ela morava, para um irmão meu. Na cidade, ele é que pegou a casa dela, ele recebeu, ele pagou pela casa. Nem foi em dólar. Ele pagou 10 mil reais nessa casa.

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Então, seu irmão é que comprou?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Sim.

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - É verdade que, na campanha à prefeitura de São Félix, V.S^a teria prometido a cabos eleitorais a facilitação da entrada nos Estados Unidos, caso vencesse as eleições?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Nada. Se eu promettesse isso, eu não ganharia as eleições, porque não tinha condição de cumprir.

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Segundo reportagem da revista **IstoÉ**, isso teria acontecido, por exemplo, com a filha de Marina Pereira dos Reis e com Sidney Rodrigues, filho do lavrador José Rodrigues. V.S^a tem esse conhecimento?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Conheço os dois;

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Mas houve esse fato?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Não.

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Não? V.S^a tem conhecimento de qual ...

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Inclusive, só interrompendo um minuto...

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Pois não.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Uma das pessoas com quem tenho dificuldade com financiamento, que falei aqui, que não está pagando a pessoa, portanto, pressuponho que, se não melhorar, terei que assumir a dívida, é dessa menina aí.

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Muito bem.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Ela foi realmente... trabalhou na minha campanha, é minha amiga, ex-aluna minha, ajudei-a por volta de novembro. Eu e meu amigo comerciante da praça que abonou uma promissória de 15 mil reais para ela. Agora, o credor está querendo receber e ela não está pagando. Essa senhora aí também é uma ferrenha adversária política que... Nossa mãe!

O SR. HELENO SILVA (PL - SE) - Eu me dou por satisfeito. Agradeço.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA - Eu gostaria só de complementar, se fosse possível, Ex^a. A gente, em cidade pequena, tem um problema político muito grande: não sei se é de interesse da Comissão, mas o interesse era tão político nessas minhas denúncias e uma injustiça tão grande cometida por essa revista, que pegou, me colocou como um dos grandes traficantes de pessoas para os Estados Unidos, uma pessoa que usa de todos os meios, falsificação, um bandido de verdade. O que tenho para provar isso é minha história de vida, a vida inteira professor, amigo de todo mundo, uma pessoa que chegou à prefeitura de São Félix de Minas através de relação realmente boa com todo mundo. E se fosse o bandido que se co-

loca naquela revista, acredito que o povo de São Félix não seria tão tolo a me escolher.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – Só para complementar, para terminar o raciocínio. É que eu havia esquecido. Já que houve essa caução, houve de fato a sua fiança, quem são os credores dessa fiança?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Dessa menina aí é uma pessoa da cidade que tem o hábito de emprestar dinheiro. Nem é a pessoa que a levou. Ele emprestou o dinheiro, vamos dizer assim.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – Sabe o nome?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Sei.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – Pode passar?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Reginaldo Matias de Moraes.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL - RJ) – Com a palavra o nobre Deputado Leonardo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Wanderley, eu queria só uma complementação em relação.. O nosso Deputado Heleno citou a questão do Didi.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Sim. Didi.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Que você respondeu. Tem uma matéria que cita o Didi Gonçalves Couto e o Carlos Moreira. Quem é o Carlos Moreira?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não conheço.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – E a empresa Check-in Turismo, em Mantena era do Carlos Moreira ou do Didi?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Check Turismo?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Check Turismo.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – É uma empresa que vende passagem aérea em Mantena e não é de nenhum dos dois. O proprietário chama Vivaldo. Esse é, inclusive, conhecido e amigo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Obrigado.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Só uma outra coisa. Quando eu disse a questão política, recentemente, há uns 60 dias, foi levado para a Câmara, através da família do Wendel, mais uma pessoa, adversário político da região, entrou na Câmara com uma denúncia pedindo o meu afastamento do cargo. A

Câmara apreciou e votou. Foi uma votação com nove vereadores; oito contrários ao pedido, e uma pessoa absteve-se de votar porque tinha relação direta com a família. Então, se não tivesse o cunho de revanchismo político, isso não teria chegado à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL - RJ) – Com a palavra o nobre Relator João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Prezado Prefeito Wanderley, esta Relatoria fará uma checagem com as declarações de V.Exª, as respostas dadas às nossas perguntas, com as declarações dos familiares, nos detalhes, evidentemente com a sustentação da nossa assessoria da Comissão. Esta CPMI tem a prerrogativa de quebrar sigilo bancário, telefone fiscal de qualquer cidadão que for convocado aqui, além de ter o poder de polícia.

Evidentemente, precisamos mesmo é de elucidar os acontecimentos. Há um ditado nas nossas Minas Gerais, muito comum, que diz que quem não deve não teme. Isso vale para o Brasil todo.

O senhor já se sente confortável em deixar o sigilo bancário, telefônico e fiscal liberado, nesta data, nesta Comissão ou prefere esperar mais um bocado, porque, no nosso caso, respeitando a autoridade de V. Exª temos essa condescendência que consideramos justa com V. Exª.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Fica liberado o sigilo bancário, telefônico e fiscal.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – É um gesto muito positivo de V.Exª porque já demonstra uma determinação de princípio a algo a temer.

Agradeço a V. Exª e ao Sr. Presidente. Da minha parte, está concluída a minha interrogação.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL - RJ) – Pois não, Sr. Relator.

Sr. Prefeito, a fim de que possamos constar na gravação e para finalizar essa oitiva, pelo visto, V. Exª não tem empresa no exterior.

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL - RJ) – Tem empresa de algum amigo, de algum conhecido?

O SR. WANDERLEY VIEIRA DE SOUZA – No exterior? Não.

O SR. PRESIDENTE (Aldir Cabral. PL - RJ) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a oitiva do Sr. Prefeito de São Félix de Minas, Sr. Wanderley Vieira de Souza, aguardando, através da assessoria, convocação para nova audiência ou reunião.

(Encerra-se a reunião às 15 horas e 41 minutos.)

Ata da 9ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2005.

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Valdir Rauppe Reginaldo Duarte, e ainda com as presenças dos Deputados João Magno, João Magalhães, Takayama, Zulaiê Cobra, Jackson Barreto, Neucimar Fraga, Aldir Cabral Leonardo Monteiro e Dr. Heleno, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 9ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a ser Administrativa, o Presidente concede a palavra aos seguintes parlamentares: João Magno (relator), Valdir Cabral, sugerindo transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Edson Bodola, ex-prefeito da cidade de Divino das Laranjeiras, do Estado de Minas Gerais; **Presidente:** fala sobre a novela América e problemas com dinheiro retido no Banco Central;

Takayama: completa sugerindo uma reunião (visita, audiência) com o Ministro das Relações Exteriores; **Presidente:** pode haver uma visita aos Estados Unidos da América; **Neucimar Fraga:** menciona operações da Polícia Federal “Canaã” e “OverBox”, no estado de São Paulo, esquema de tráfico de seres humanos. Com informações dos Departamentos dos Estados Unidos da América e da Espanha que acompanham; **Aldir Cabral:** indaga requerimentos sobre a Polícia Federal e audiência pública de autoria do mesmo e do Presidente; **Relator:** apresenta requerimento para ser votado e fala dos requerimentos aprovados, e dos seus respectivos atendimentos; Takayama solicita a presença da autora da novela “América”, o Presidente fala sobre o contato já feito com a novelista sem sucesso quanto a data; Relator menciona sobre o Seminário a ser realizado em Boston nos EUA; Neucimar Fraga indaga sobre qual seria o desfecho final da novela “América”; Presidente propõe formar uma comissão inclusive com Deputados do Rio para definir uma data para a oitiva da escritora da novela; Relator divulga sobre os traba-

lhos a serem realizados no dia de amanhã, dia quinze, quinta-feira, em Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, mostrando o roteiro a cumprir. Zulaiê Cobra menciona intenção de seu voto ser favorável a quebra de sigilo. Em votação o requerimento de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de dos Prefeitos de Laranjeiras e de São Félix, de autoria do Deputado Valdir Cabral, envolvidos em tráfico de pessoas para o exterior. Romeu Tuma solicita investigação nos países vizinhos principalmente no Paraguai. Em votação nominal: aprovado a quebra do sigilo bancário com dez votos favoráveis e uma abstenção. Presidente menciona a presença do Cônsul do Governo do México na reunião. Presidente elogia a grande operação feita pela Polícia Federal nas fronteiras; Romeu Tuma solicita a presença do chefe da diligência da grande operação feita pela Polícia Federal. Leonel Pavan – escolha de uma data para realização de uma audiência pública na cidade de Criciúma, Santa Catarina. O Presidente propõe ao plenário a votação da escolha da primeira semana de outubro para a visita à cidade mencionada. O Presidente solicita a secretaria formulação do convite a ser enviado à escritora da novela, de autoria dos Deputados Aldir Cabral e Dr. Heleno, o Relator propõe na quarta-feira, às quinze horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, **Izaias Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta desta 9ª reunião destina-se a apreciar os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Srs. Edson Bodola, ex-Prefeito de Laranjeiras, Minas Gerais, e Vanderlei Vieira de Souza, Prefeito de São Félix de Minas, bem como a discutir a audiência pública que a Comissão realizará amanhã, quinta-feira, dia 15, na cidade de Poços de Caldas.

Para discutir, concedo a palavra ao autor dos requerimentos, o nobre Deputado e Delegado da Polícia Federal – é bom que se diga – do PFL do Rio de Janeiro, Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais presentes, boa tarde. Esses requerimentos têm consistência em

razão das audiências que tivemos com o Sr. Vanderlei e com o Sr. Edson Alves. É certo que poderíamos até fazer uma diferença entre os dois, porque o primeiro ouvido tem empresas lá fora. Realmente, há uma consistência de que podemos chegar à conclusão de que houve participação dele, direta ou indiretamente. O segundo, nem tanto, mas não podemos fugir à nossa competência, que é, realmente, a de abrir o sigilo fiscal, bancário e telefônico de ambos, para dirimir toda e qualquer dúvida. Se um prefeito tem culpa, vamos mostrar que tem culpa; se o outro não tiver culpa, mostraremos que não tem culpa, que está isento.

Realmente, a CPMI está caminhando dentro do seu âmbito de competência e fazendo realmente aquilo que tem que fazer a fim de dar uma satisfação à sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Indago ao nobre Relator, Deputado João Magno, se gostaria de se manifestar a respeito antes de colocar o tema em discussão.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, de acordo com o que está apresentado no requerimento, sou inteiramente favorável. Só vou fazer uma breve explanação aqui, buscando também incluir na pauta de hoje, em função das nossas necessidades, a discussão de um requerimento que já apresentei ao Plenário da Câmara, mas considero importante que seja aprovado pela nossa CPMI. Nele questiono o Governo brasileiro no que se refere à problemática que aconteceu agora em relação ao México e ao Brasil, proibindo a ida aos Estados Unidos sem visto. O Governo brasileiro precisa nos explicar isso.

Também temos de apresentar aos ilustres Pares o roteiro da nossa viagem aos Estados Unidos, passando pela fronteira do México e Miami – inicialmente, essa é a proposta –, e também a conferência que faremos em Boston. Já chegou toda a programação, e peço à Secretaria que oportunamente a encaminhe a cada Parlamentar aqui presente. São essas as duas questões. Há um requerimento de um grupo de estudo sobre a emigração que se faz hoje no Brasil e no mundo que quer estar conosco na CPMI e que, mais adiante, oportunamente, quero também apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Pois não. V. Ex^a, então, propõe a aprovação desse requerimento, e o faremos assim que encerrarmos a discussão sobre a quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal pedida pelo nosso Deputado Aldir Cabral.

Pergunto se há algum outro membro da nossa CPMI que gostaria de discutir a matéria.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Sr.

Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, o nosso Relator, o Deputado João Magno, e todos os Deputados da Comissão, dizendo da importância desse requerimento, que, como disse o Deputado Aldir Cabral, possibilita à Comissão ter conhecimento das contas bancárias do Prefeito Edson Bodola.

Na verdade, como S. Ex^a disse, há uma diferença entre os dois prefeitos que estiveram aqui na Comissão. Nós também temos a esperança de que o Prefeito Vanderlei tenha tido uma participação, como ele afirmou aqui na Comissão, muito simples no sentido de estar participando de algumas pessoas que moram na sua cidade, que são seus amigos, são vizinhos, que pediram contribuição para ir aos Estados Unidos. Mas, de qualquer forma, vejo que quebra de sigilo será uma forma também, além da Comissão, de os próprios prefeitos depois terem como expor para os seus pares, os seus eleitores e todos os munícipes, tanto os de Laranjeiras quanto os de São Félix, que não estão incriminados, não têm “culpa no cartório”, como diz um ditado popular em Minas Gerais.

Quero, também, Sr. Presidente, deixar a nossa manifestação de repúdio em relação ao México, sobretudo aos Estados Unidos, porque sabemos que há interferência dos Estados Unidos nessa matéria. Os Estados Unidos demonstram, mais uma vez, o domínio sobre os outros países, o autoritarismo em relação aos países da América, sobretudo ao Brasil, quando impõe a necessidade do visto para entrar no México. Isso demonstra uma interferência na política de relações exteriores com os outros países.

Portanto, espero que o nosso Governo possa se manifestar sobre isso e tomar uma atitude, pois não é dessa forma que vamos diminuir ou acabar com o contrabando de pessoas para os Estados Unidos. Discutimos aqui em várias reuniões que uma das formas seria a legalização do visto de trabalho, do maior número de vistos de trabalho para os Estados Unidos, cuja importância V. Ex^a mesmo, Senador, já ressaltou, e países menos insignificantes têm um número grande de vistos para os Estados Unidos. Nós só temos 6 mil vistos. Então, acho que esta tem de ser a nossa defesa, a defesa da Comissão: aumentar o número de vistos para os Estados Unidos e que possamos convencer, tanto o México como os Estados Unidos, de que não há necessidade de o brasileiro ter visto para entrar no México.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– A verdade é que esse assunto foi debatido na nossa Comissão e levado ao Ministro das Relações Exteriores, na pessoa do Secretário-Geral do Itamaraty, quando a

proposta americana visava a aumentar o número de 6 mil para 30 mil, desde que o Brasil pudesse, juntamente com o México, rever o acordo de vistos, da não-necessidade de vistos para turistas irem de um país para o outro. O Governo brasileiro demorou a tomar uma decisão. Ali podíamos ter feito um acordo. É muito importante notarmos que existem interesses muito mais profundos do que podem identificar no horizonte. A novela América acabou aumentando, incentivando a ida de brasileiros para os Estados Unidos de uma maneira inesperada. Os brasileiros lá fora, e já são 2 milhões, exercem um papel fundamental para a riqueza, a elite brasileira, que quer dolarizar a sua fortuna. O que estou dizendo é que existe muita empregada doméstica limpando chão em Portugal, na Inglaterra e nos Estados Unidos para enviar dólar para cá, mas não chega moeda verde à sua família, fica no Banco Central e depois disponível para que o capital brasileiro possa ser dolarizado e acumulado no exterior. Portanto, existem interesses poderosos implícitos com a ida de brasileiros para o exterior. É uma pena que tenhamos perdido a oportunidade de ter aumentado, em acordo com os americanos, esse visto de 6 mil, que é uma média medíocre, conforme V. Ex^a disse, para 30 mil. Como não houve resposta do Governo brasileiro, e não conseguimos, nós também, motivar o Governo a ter uma atitude rápida, o México fez um acordo. O México, que tinha – e que sempre terá – questões de interesse com os Estados Unidos, acertou-se com eles e denunciou o acordo unilateralmente. Porque quando o México pediu para que houvesse denúncia mútua do acordo, há 45 dias, ou dois meses atrás, o Governo brasileiro não aceitou. E, aí, exatamente... E já era esperado... E já era esperado...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Agora, eu acho o seguinte: realmente não se vai resolver a questão, porque o número não vai diminuir. Essa medida vai acabar fazendo com que aumente a corrupção. O visto proibido vai acabar custando mais alguns dólares para ser liberado aqui ou ali. Os brasileiros não só conseguem vistos para embarcar para o México. Aqui, muitos deles, embarcam da Bolívia, da Colômbia... Viajam até Colômbia, Bolívia e, de lá, eles embarcam para os Estados Unidos. A medida é autoritária, extremamente discutível do ponto de vista diplomático. Mas, acima de tudo, ela é ineficaz, pois não vai diminuir o número de brasileiros. O que pode diminuir é se nós obtivermos maior número de vistos legais. É importante a Comissão ter isto em consciência: existe mercado de trabalho nos Estados Unidos e existem pessoas que querem trabalhar aqui.

E os pais do neoliberalismo sabem que as forças do mercado não podem ser reguladas pela lei. Sempre haverá imigrantes para os Estados Unidos, havendo trabalho com os salários que eles queiram receber. O convite é diário... São parentes, amigos... E esse fluxo continuará a existir.

Concedo a palavra ao Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Dentro de sua fala, Senador, gostaria de perguntar se não haveria a possibilidade de esta CPMI fazer uma visita ao Ministro das Relações Exteriores e levantar essa questão. E, dentro de uma segunda pergunta, o fato de o México ter-se adiantado e feito esse acordo, não anula a possibilidade – e essa é a pergunta que eu gostaria de fazer – de o Brasil fazer esse acordo também?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Eu estive com o Embaixador dos Estados Unidos, John Danilovich, há uma semana. Não havia, ainda, sido noticiado que o México iria denunciar o acordo. No entanto, a recepção que tive do Embaixador foi muito diferente das anteriores... Deixo claro aqui à Comissão. Foi uma recepção fria. Ele agradeceu o trabalho que estamos fazendo, tendo em vista que a imigração ilegal... nós não estamos fazendo para defender os Estados Unidos, mas acabamos por beneficiá-los. Estamos fazendo para proteger nossos irmãos que arriscam a vida nessa situação complicada. Mas não vi a sensibilidade que tinha quando aceitou a proposta desta Comissão de aumentar o número de vistos. Eu acho que, se esperarmos mais um pouco, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos fará um próximo relatório no final do mês. Eles terminam no final de outubro. Em 31 de outubro fecha. O ano fiscal nos Estados Unidos conta de 1^o de novembro a 31 de outubro, não é como o nosso que é de 1^o de janeiro a 31 de dezembro. Lá, começa em novembro o ano fiscal. Então, em 31 de outubro, eles vão apresentar um novo relatório. Esses números deverão chegar a perto de 40 a 45 mil brasileiros presos e deportados dos Estados Unidos... Um recorde extraordinário! Como esse acordo foi denunciado agora em meados de setembro, os números não devem baixar. Aí, sim, acho que vamos ter a oportunidade de fazer uma visita e tentar colocar os nossos argumentos que são pelo bom senso. Quer dizer, não adianta propormos a legislação que propomos – e já está tramitando no Congresso – para tipificar o crime do brasileiro que financia a ida de outro brasileiro pobre para os Estados Unidos, por emigração ilegal (para os Estados Unidos ou para qualquer parte do mundo), tipificar esse crime quando o apelo, por intermédio da novela, das pessoas que estão lá ou do mercado de trabalho que existe nos Estados Unidos, que é tão forte para levar brasileiros para lá.

Deputado Neucimar Fraga, com a palavra V. Ex^a.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, nobre Senador Marcelo Crivella, Deputado João Magno, Relator desta Comissão, demais colegas Parlamentares, Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, nós temos aqui em mãos informações sobre uma operação realizada pela Polícia Federal na manhã de hoje em alguns Estados brasileiros – Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e São Paulo – que, com certeza, já é fruto do trabalho desta Comissão.

Então, hoje a Polícia Federal está realizando duas operações: uma, chamada Operação Canaã, que está sendo realizada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e outra, a Operação *Over Box*, nos Estados do Paraná e do Espírito Santo. Diversas pessoas já foram presas, acusadas de participarem de uma quadrilha internacional de tráfico de seres humanos, que, segundo a Polícia Federal, tinha base no Estado de São Paulo. A base dessa organização criminosa é no Estado de São Paulo, onde funcionava um esquema de tráfico de seres humanos – de envio de pessoas, irregularmente, para diversos outros países. O interessante é que temos informações de que 600 policiais federais estão envolvidos nessas operações. Nessa operação, há observadores do Departamento de Segurança dos Estados Unidos e também pessoas indicadas pela Embaixada da Espanha. Estão acompanhando essa operação, porque a quadrilha, além de ter ramificação no Brasil, trabalha também na Europa, no México, nos Estados Unidos e na Ásia.

Então, parabenizamos a Polícia Federal. Sabemos que essa operação é fruto do trabalho desta Comissão, que tem alertado às autoridades brasileiras sobre essas facções que estão trabalhando em nosso País. E, aqui, fica claro para nós que existe, sim, uma ramificação e uma integração dessas quadrilhas. É difícil acreditar que todo esse esquema funcionava, isoladamente, em alguns Estados, como Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. Então, já está comprovada a ramificação dessas quadrilhas que agiam, tendo como base o Estado de São Paulo, principalmente o Aeroporto de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – É um “polvo”. Tem tentáculos no Brasil inteiro, mas a cabeça é centralizada.

Nós precisamos de quórum para deliberar sobre os requerimentos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Sr. Presidente, queria informação também sobre o Agnaldo Faria Moreira, cuja esposa, Maria Auxiliadora Farias, esteve presente em nossa audiência pública em Governador Valadares. Ela informou o falecimento do Agnaldo lá na região de Miami, nos Estados Unidos. A família conseguiu fazer um rateio entre os familiares e alguns amigos nos Estados Unidos. O corpo vai chegar amanhã, às 9h50min, em Belo Horizonte e de lá será trasladado para São José do Divino, que é a cidade de origem do Agnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito bem. Fica consignado.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL-RJ) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – É apenas a oportunidade de lembrar daqueles dois requerimentos – um de minha autoria e o outro de autoria de V. Ex^a – a respeito da Polícia Federal. Nós podemos fazer aquela audiência pública que considero de grande importância em razão do tempo. Nós temos pouco tempo e seria interessante que nós ouvíssemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Qual é o requerimento de V. Ex^a?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – O meu foi do Chefe de Polícia Marítima e Aérea de Fronteiras, nacional, e o de V. Ex^a é do Diretor-Geral. Seria bom que nós ficássemos a par do que está acontecendo, porque ficamos um pouco distante deles, ou eles de nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida. Eles já nos enviaram um Delegado da Polícia Federal que irá acompanhar os trabalhos desta Comissão e ele se apresentou nesta semana para estreitarmos as nossas ligações. Mas o Requerimento de V. Ex^a será encaminhado à Secretaria para marcarmos a data. Amanhã e depois teremos audiência pública em Poços de Caldas para ouvirmos as ramificações, no sul de Minas, dessa organização de envio de brasileiros, ilegalmente, para o exterior.

Pergunto ao Sr. Relator se gostaria de fazer rapidamente um pequeno apanhado da nossa viagem aos Estados Unidos e até verificar quais são os membros da Comissão que gostariam de participar, já que é um pedido dos brasileiros que estão lá. Um dos objetivos da nossa Comissão não é apenas evitar que os brasileiros saiam do Brasil ilegalmente, mas também que tenham cidadania vivendo no exterior.

Nós fizemos um convite para dois Senadores americanos virem aqui ao Brasil para falarem do projeto chamado *Guest Worker*. Seria muito interessante se pudéssemos também visitá-los nessa ida aos Es-

tados Unidos, porque eles estão vivendo lá problemas com temporais, enchentes, furacões. De repente, estão com dificuldade de agenda para virem aqui. O Embaixador do Brasil em Washington fez o convite, e não há resposta até este momento, mas poderíamos pedir ao Embaixador que marcasse a visita de alguns membros da Comissão, se o Relator achar que deve, para visitar os Senadores e vermos como está a aprovação.

Esse projeto *Guest Worker* é de alto nível humanitário, porque visa, na data da publicação da lei, a tornar legais todos os imigrantes que estejam nos Estados Unidos com emprego regular. Hoje existem milhões de pessoas trabalhando ali, construindo o País, mas vivendo como cidadãos de segunda classe. Os Estados Unidos, como a grande economia que é, não deveria se beneficiar de uma situação como essa.

Com a palavra V. Exª, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, em função do bom quórum que temos aqui, eu gostaria de apresentar esse requerimento em primeiro lugar, lê-lo rapidamente para ser votado e, na sequência, falo da nossa programação da viagem aos Estados Unidos e de como andam os requerimentos que também foram aprovados aqui, para que possamos, até o fim dos trabalhos, cobrir o atendimento a todos que já foram aprovados.

Requerimento. Solicito informações ao Sr. Ministro de Estado e das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre os brasileiros residentes na região dos Estados do Alabama, Mississippi e Louisiana, nos Estados Unidos, atingidos pelo furacão Katrina. Sr. Presidente, nos termos regimentais solicito a V. Exª seja encaminhado ao Exmº Ministro das Relações Exteriores o seguinte pedido de informação:

Quantos brasileiros e brasileiras, entre documentados e indocumentados, residiam nos Estados do Alabama, Mississippi e Louisiana, nos Estados Unidos, até às vésperas da catástrofe provocada pelo furacão Katrina, no dia 26 de agosto?

Quantos brasileiros e brasileiras, entre documentados e indocumentados, conseguiram sobreviver ao Katrina?

De modo especial, quantos brasileiros e brasileiras, entre documentados e indocumentados, residiam em Nova Orleans, a cidade mais atingida pelo Katrina, e quantos sobreviventes sobreviveram à passagem do furacão naquele local?

Quais providências estão sendo adotadas pelo Governo Federal, por meio dos Consulados de Houston e Miami, para auxiliar e amparar os cidadãos brasileiros sobreviventes, diante das grandes dificuldades materiais e de saúde pública que agravam o quadro social daquela região devastada?

Acontece que somente têm chegado informações pela imprensa. O próprio Governo americano está perdido diante do socorro que tem de ser prestado e, no momento em que nós precisamos reformular procedimentos, o Governo Brasileiro tem que encarar uma nova realidade no que se refere a estabelecer nos seus consulados uma estrutura para enfrentar a problemática dos emigrantes que já estão lá fora. Eu acho que o Brasil, o Governo Brasileiro precisa nos responder, a fim de que também tenhamos um norte para os nossos trabalhos aqui com relação a essa tragédia que aconteceu nos Estados Unidos.

Então, essa é a leitura do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Nós estamos precisando ainda de três Senadores ou Deputados para fechar o quórum. Por isso fica sobrestada a votação. Peço a V. Exª que passe para a leitura do nosso itinerário de ida aos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Pois bem. Sr. Presidente, eu ainda preciso ter uma conversa com a assessoria para fazer um roteiro mais adequado, porque nós estávamos esperando a programação das Lideranças que estão promovendo um grande encontro em Boston. Nós pretendemos fazer uma viagem aos Estados Unidos, mas que possa trazer substância para os trabalhos da nossa CPMI. Então, certamente será essa nossa ida a Boston o motivo principal, porque vamos nos encontrar com brasileiros que, por meio de suas lideranças, num encontro, num seminário programado, irão apresentar todas as demandas, as dificuldades que o povo brasileiro nos Estados Unidos vive neste momento.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Desculpe interrompê-lo, Deputado Magno. Dentro desse requerimento, também estão, além dessa questão da viagem... O primeiro requerimento que criamos, contando que viesse à Mesa, seria o da vinda da autora da novela América para trazer alguns esclarecimentos, porque ela deve ter muitos subsídios...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Esse é um assunto – se V. Exª me permite um aparte – que precisamos deliberar aqui. Diversos convites foram feitos, datas foram adiadas, e a autora não teve sequer a consideração de marcar uma data ou de nos responder dizendo da sua impossibilidade de comparecer. Alguns membros da Comissão me procuraram para que discutíssemos a possibilidade de fazer uma convocação, porque já estamos tentando trazer a autora da novela América há mais de um mês e meio.

Portanto, é muito oportuna a observação de V. Exª. Acho que, assim que o Relator terminar o relatório, podemos entrar no debate sobre isso.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Então, continuo a minha exposição.

O principal ponto do nosso trabalho será esse seminário em Boston, porque vamos, com certeza, obter muitos subsídios da efetiva problemática e até propostas dos brasileiros, exigindo do Governo brasileiro algum planejamento e alguma ação. Há também o problema da repressão que o Governo norte-americano faz até a alvos brasileiros que estão lá hoje. Em algumas cidades existe o xenofobismo, toda essa problemática com que vamos nos deparar. Nesse encontro haverá lideranças também de outras partes dos Estados Unidos. Aqui está o roteiro. Para não tomar tempo, Sr. Presidente, não vou ler isso aqui. Peço que seja...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Exª podia dizer a data da viagem?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – O seminário está programado de 21 a 23 de outubro. Portanto, uma semana de trabalho.

Em princípio, propomos fazer uma passagem pelo México, atravessar a fronteira e, na sequência, seguir até Boston para esse encontro detalhado.

Está conosco o Cônsul do México, Ramiro Wong, que já se dispõe a nos acompanhar na audiência em Poço de Caldas. Evidentemente, as autoridades do México estarão nos apoiando nesse trabalho, em que o Governo do México tem também que apresentar alguma alternativa para que possamos ter o melhor resultado possível no nosso trabalho, naquilo que envolve a emigração pelo México.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Deputado João Magno, para essa reunião de Boston há uma expectativa e uma esperança muito grande de toda a comunidade brasileira de costa a costa, do Pacífico ao México, que se está reunindo para, nessa reunião, encontrar uma saída. Então, eles estão criando uma expectativa muito grande. Recebo diariamente e-mails e também informações para que, nessa reunião, esteja uma comitiva do Brasil exatamente para estudar as saídas para essa situação.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Então, o que estou pensando? Se for o caso de termos de formar grupos de trabalho para poder, por exemplo, fazer algum encontro em Miami ou em Houston com o consulado, que possa ser de interesse dos nossos trabalhos, vamos fazer. Se não for, vamos juntos até à fronteira do México. De lá, vamos direto para Boston, onde vai ser o trabalho efetivo.

Daqui até lá, temos, evidentemente, alguns trabalhos preparatórios. Devo-me reunir com o Sr. Presidente, de preferência na quarta-feira, e com toda a nossa assessoria da CPMI, para detalharmos a nossa programação efetiva, tanto no México quanto nos Es-

tados Unidos, nessa viagem que faremos nos dias 21 a 23. Também considero que todos os membros desta CPMI estão convidados para fazer parte desse trabalho, em que vamos nos deparar com o centro nervoso do problema que nos motivou a fazer esta CPMI, que é o problema da emigração para os Estados Unidos. A nossa CPMI também tem de cuidar do problema na Europa e no Japão logo na sequência. Essa é a minha consideração alusiva à nossa viagem.

Então, estou propondo, Sr. Presidente, na quarta-feira, com horário a ser definido, uma reunião exclusivamente interna, com toda a nossa assessoria, para detalharmos o roteiro da nossa viagem aos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Gostaria de passar à discussão sobre a vinda da autora da novela América, da **Rede Globo de Televisão**, para prestar esclarecimentos a esta Comissão...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Dando continuação ao que disse o Deputado João Magno, verifiquei que os dias 21 a 23 de outubro seriam sexta, sábado e domingo. Olhei no calendário: sexta, sábado e domingo. Nós viajaríamos direto ou começaríamos pelo México? Qual a previsão de dias? Qual a previsão aproximada de sair, para podermos já preparar as nossas agendas?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Com certeza, temos que viajar antes, para chegarmos nesse dia, 21, na abertura do seminário de Boston.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nós teríamos que chegar lá, então, no dia 20 à noite ou 21 pela manhã.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sim. Devemos sair daqui possivelmente numa terça-feira.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nós vamos pelo México?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Para o México primeiro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E, terminando no dia 23, já retornamos ao Brasil?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Vamos retornar ao Brasil assim que terminar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Dia 23?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Dia 23.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, já que começa na sexta, podemos sair daqui na quarta à noite?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Não, antes. Será antes. Temos que sair na segunda, na terça no máximo. Agora, prefiro detalhar isto com o apoio da nossa assessoria: tecnicamente como vamos fazer, o tempo que vamos gastar, que agenda vamos fazer no México efetivamente. Mas vamos, de início, deixar uma semana livre, no mínimo, para esse trabalho.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Três, quatro, cinco dias não são suficientes para o problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Takayama, V. Ex^a tem a palavra, para falar sobre a convocação ou a insistência no convite da autora da novela América, Glória Peres.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Senador, companheiros da Mesa, estamos um pouco preocupados, porque havia um calendário, dentro do qual havia a primeira convocação, aliás, o convite, que seria para a autora da novela “América”. Sabemos que é uma novela que desperta na população brasileira não somente o interesse pelo problema da emigração, mas também, naqueles que não a tinham, a idéia de ir para a América. Essa é a verdade. Ainda que fantasiosa, existe inserido no contexto o desejo do brasileiro desempregado, que é uma grande parcela da nossa população, de correr o risco, por meio de uma aventura, e ir para aquele país.

Então, acredito que, se ela fez essa novela, tem subsídios. Gostaríamos de saber como ela os buscou ou se existe muita fantasia. Nós conhecemos a realidade. Acho que o Deputado João Magno, o Senador Marcelo Crivella e outros companheiros, que vivem o problema da migração, conhecem a realidade sob a nossa ótica. Mas é preciso ver sob a ótica daqueles que estão lá, por isso é muito importante, Deputado João Magno, ouvirmos, nesse seminário que será feito nos Estados Unidos, as lideranças de todo o País, sobre os brasileiros que vivem na América.

Agora, sobre a questão da autora, Glória Peres, penso que deveria haver, por meio da Secretaria da Comissão, uma consulta, para sabermos a agenda dela. Entendemos que as atividades dela devem ser muitas; então, devemos fazer essa consulta, para obtermos uma data em que consigamos fazer coincidir nosso calendário com a disponibilidade dela. Mas é sumamente importante que ela seja uma das primeiras a serem ouvidas, conforme esse roteiro dos requerimentos, das solicitações que estão sendo colocadas em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra, o Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, no propósito de colaborar, sugiro que se faça primeiro uma visita à nobre autora da novela, por quê?

Porque convocar é coercitivo, e, com relação à pessoa da autora, isso não fica bem. Penso que o convite é elegante. Agora, precisamos conscientizá-la da responsabilidade desta CPML e do que almejamos. De repente, os interesses da nobre autora Glória Peres vai ao encontro aos interesses do nosso País, como bem V. Ex^a explicitou, que é legalizarmos a situação do nosso povo lá fora. Se não pudermos debelar o problema, pelo menos minimizaremos a ação da corrupção junto aos nossos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra, o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, congratulo-me com o nobre Deputado por suas palavras. Sabemos que a proposta de S. Ex^a é interessante, até porque, com essa onda que há em Brasília, das CPMLs do Mensalão, dos Correios, da CPI dos Bingos – hoje está mais explícito na imprensa o trabalho dessas comissões –, muitas pessoas não têm noção, a própria imprensa e a sociedade brasileira em geral, dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão.

Acredito que, em vez de convidar a autora, poderíamos primeiramente apresentar-lhe um relatório do trabalho da Comissão, com seus objetivos, e também saber o objetivo da novela e seu desfecho. A intenção seria incentivar o Governo brasileiro a melhorar sua política de atendimento aos brasileiros no exterior? Fazer-nos enxergar essa difícil relação que existe hoje com os Estados Unidos? Ela está piorando.

Tive oportunidade de falar há um mês com um líder da comunidade nos Estados Unidos, que é brasileiro, e ele me disse: “Mudou a política brasileira internacional e também o tratamento dos americanos para com os brasileiros aqui”. E temos que admitir que as nossas relações internacionais também mudaram um pouco de rumo, com a entrada do novo Governo. O Presidente Lula tem-se relacionado com alguns tradicionais adversários do governo americano. Realizamos aqui, em Brasília, a reunião da cúpula árabe. Temos relações muito estreitas com Chávez, que é apontado hoje como um problema na América. Então, nosso comportamento nas relações internacionais se alterou, e está-se alterando a forma de os americanos enxergarem os brasileiros que estão lá.

Portanto, esse não é um problema simples de resolver. Há um problema diplomático que tem de ser tratado com bastante sabedoria para não se azedarem ainda mais as relações. Devemos tentar estreitá-las pelo trabalho desta Comissão e das Casas de leis, o Senado e a Câmara, envolvendo o nosso Ministro das Relações Exteriores. Talvez as autoridades não estejam conseguindo enxergar que essa mudança de comportamento por parte do Governo americano em

relação aos brasileiros pode também ser fruto da nossa mudança na política internacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Proponho, então, que façamos uma comissão composta pelos Deputados do Rio de Janeiro, Heleno Silva e Aldir Cabral, para que levem à autora da novela um convite formal da Comissão, expondo-lhe os objetivos e os trabalhos já desenvolvidos, e acertem uma data, para que ela venha aqui prestar seu depoimento, seus esclarecimentos. Se o Deputado Takayama, que é autor do requerimento, concordar, podemos, então, partir para essa solução. V. Ex^a concorda?

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Concordo com essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Então, fica... Pois não.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – A única situação é perguntar-lhe se essa novela, de que é autora, tem apenas o propósito de entreter ou se existe esse cunho de uma crítica a um problema social que se avoluma a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra, o nobre Relator, Deputado João Magno, que nos vai falar sobre os trabalhos que serão feitos amanhã em Poços de Caldas.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Já foi entregue, Sr. Presidente, às Sr^{as} e aos Srs. Deputados e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o roteiro da audiência pública que faremos amanhã.

Todos estão com o roteiro nas mãos? (Pausa.)

Os convidados são: Dr^a Zani Cajueiro de Souza, Procuradora da República em Minas Gerais; Walter Avarenga, jornalista da **TV Poços de Caldas**.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Pela ordem, Relator. Não temos acesso a esse roteiro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Faça chegar a S. Ex^a, por favor.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Jornalista da **TV Poços de Caldas**, responsável pelo programa Nova Iorque – um sonho brasileiro, que também atende ao requerimento do Deputado Geraldo Thadeu; Alan Rodrigues, jornalista da revista **IstoÉ**, autor da matéria Travessia Mortal, atendendo ao requerimento dos Deputados André Costa e Geraldo Thadeu; Prefeitos e Vice-prefeitos da região, Presidentes das Câmaras municipais da região e outras autoridades locais.

Vamos ouvir também os seguintes convidados: Luciana Aparecida Ribeiro – são as vítimas –, Eliane de Fátima Pacheco, filha de José Cândido da Silva e Maria Luiza. Não vou ler todos os dados, para ganharmos tempo. José Vicente Barbosa Filho, Luiz Barbosa de Lima, Sebastiana Gonçalves de Lima, genitores de

José Vicente Barbosa, qualificado no Item 1.3, supra, para deporem sobre a morte dos filhos. E há os agenciadores e promotores da emigração ilícita de brasileiros nos Estados Unidos. Acredito que essa audiência, Sr. Presidente, vem oferecer-nos até mais subsídios, pois não conseguimos ouvir diretamente coíotes na audiência de Governador Valadares. Já está sob guarda da Polícia Federal um coíote, que vamos ouvir. E há um elenco de vários outros acusados: Marcos Rodrigues da Silva, filho de Antônio Ubirajara Rodrigues; Roberto Abati Gomes, sócio proprietário da agência de turismo, envolvido nesse tráfico de pessoas; Claudinei Inácio, conhecido pelo apelido de Cuca; Claudinei Preto, irmão do sócio-proprietário da agência; Paulo Turato Salves, proprietário de uma agência corretora de câmbio em *right plans*, em Nova Iorque.

Registro a chegada da ilustre Deputada Zulaide Cobra.

Vou ler, Sr. Presidente, este ofício dirigido à CPML, para que os Srs. Membros desta Comissão saibam que, a partir da instalação dos nossos trabalhos, já existem organizações competentes, sérias, também querendo participar conosco desse trabalho.

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), ligada ao Ministério do Planejamento, criada pelo Decreto nº 1.605, de 28 de agosto de 95, tem por competência, entre outros, reunir, sistematizar, avaliar e divulgar informações coletadas junto às áreas afetas ao tema população e desenvolvimento; promover a análise do impacto demográfico das políticas governamentais e das ações da iniciativa privada. O CNPD é composto por representantes de vários Ministérios e da sociedade civil. Atualmente, a comissão é presidida pelo professor Eduardo Rios Neto, do Cedeplar – UFMG. O Cedeplar é um dos mais importantes órgãos de planejamento do Estado, reconhecido pela seriedade deste órgão.

As atividades desenvolvidas pelo CNPD são organizadas pelos grupos de trabalhos – GTs –, e um desses grupos trata especificamente da emigração internacional. Entre as atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho, sobre emigração internacional, está a realização, em dezembro de 2004, em Belo Horizonte, em parceria com a PUC de Minas Gerais, de um seminário sobre emigração internacional e desenvolvimento. Em 2005, para distribuição na reunião da Comissão Internacional de Imigração, realizada pela ONU na cidade do México, foi elaborado um documento informativo sobre a migração de brasileiros, que está em anexo (*vou encaminhar a todos os senhores Parlamentares*). Nesse de outubro, comemorando os dez anos de criação da CNPD, estaremos realizando um evento em Brasília, que terá como pano de fundo os

lançamentos dos relatórios da CGI e a discussão de políticas migratórias para o Brasil.

Isso nos interessa, porque nós consideramos que o Governo brasileiro ainda está muito incipiente (*sempre temos falado isso aqui*) nos trabalhos com relação ao problema migratório, que cresceu de forma vertiginosa nos últimos dez anos.

Aproveitando a oportunidade da sua visita a Poços de Caldas (*aqui ele pede para conversar conosco*), proponho abrimos a agenda por quinze minutos para eles exporem esses trabalhos, a fim de que todas as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares tenham conhecimento desse órgão, que pode trazer um ganho substancial para o nosso relatório.

Então, passo o ofício à apreciação de V. Ex^a, Sr. Presidente, para que o Plenário possa abrir esse espaço na nossa agenda de amanhã.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra, V. Ex^a.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É um prazer muito grande estar aqui, ainda mais ouvindo o Deputado João Magno, nosso Relator. Além disso, o lanche de V. Ex^{as} é muito melhor do que o nosso.

Estou começando a ouvir o Presidente do PP, Deputado Pedro Corrêa e sou a quarta a perguntar, portanto não posso ficar aqui. Mas quero deixar meu voto, que é a favor. Quer dizer, quero que meu voto seja favorável àquilo que for a decisão da CPI. Se é quebra de sigilo, meu voto é pela quebra de sigilo, se assim entenderem os membros da Comissão. Quero acompanhar o raciocínio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a. Fica consignado o voto de V. Ex^a.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – (**Ausência de gravação**) ao encaminhamento dado pelo Relator.

Com a palavra V. Ex^a, Deputado João Magalhães.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Só uma pergunta ao nobre Relator, Deputado João Magno: essas quatro pessoas que a Comissão vai ouvir em Poços de Caldas, o Marcos, o Roberto, o Claudinei e o Paulo Turato, foram convocadas ou são convidadas?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Já estão convocadas.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Muito bem, aguardamos a presença de mais um membro desta Comissão. Já são doze, falta um para treze, ou seja, para podermos deliberar sobre os requerimentos para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, requerida pelo Deputado Aldir Cabral.

Anuncio também a presença...

Ah, bom, agora, com o Senador Romeu Tuma, já temos quórum para deliberar.

Senador Romeu Tuma, estamos deliberando sobre a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de dois Prefeitos envolvidos com o tráfico de brasileiros para o exterior, o Prefeito de Divino das Laranjeiras e o Prefeito de São Félix de Minas. O autor do requerimento é o Deputado Aldir Cabral, que também é seu colega, ou seja, Delegado da Polícia Federal. Estávamos aguardando a presença de mais um membro desta Comissão. Agora já são treze.

Pergunto a V. Ex^a se gostaria de discutir a matéria ou de apresentar o voto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, acredito que o Deputado Aldir Cabral tem conhecimento profundo da atividade ilegal, porque é Delegado Federal e hoje já está no terceiro mandato, não é Deputado?

Quarto mandato, e sempre trabalhando bem.

Acredito que essa busca que V. Ex^a tem mantido com o Hélio Costa aqui, desde que se levantou esse problema da emigração ilegal, principalmente do sofrimento de brasileiros que tentam a vida em outros países. Quando há envolvimento político de administradores, precisamos agir com rigor.

Sou favorável à aprovação. Sem dúvida alguma, sigo o exemplo de V. Ex^a. Depois, gostaria que V. Ex^a pensasse, com mais calma, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e com a Comissão do Mercosul, o problema da instalação de 400 *marines* no Paraguai. Creio que esse assunto não foge a um processo que poderá trazer consequências para a emigração futuramente. O Paraguai poderá começar a pedir visto aos brasileiros, como o México já o faz em razão da proteção de fronteira americana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Como há quórum, gostaria de deliberar sobre a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e as Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A votação será nominal?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Procederei à votação nominal. Perdão.

Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – “Sim”, Sr. Presidente, pela quebra do sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado João Magalhães; Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – A Deputada Zulaiê Cobra já deixou o seu voto consignado, que foi...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sim.

O Deputado Jackson Barreto estava aqui presente. S. Exª deixou o voto consignado?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Por uma questão de prudência, solicito a V. Exª que consideremos o voto da Deputada Zulaiê Cobra no fim da votação, quando saberemos a média do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não.

Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Ivo José (Pausa.)

Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Deputado Mauro Lopes (Pausa.)

Deputado João Castelo (Pausa.)

Deputado Júnior Betão – S. Exª não está.

Senador Leonel Pavan – S. Exª estava há pouco no plenário. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. A Senadora deixou o voto consignado?

O SR. (orador não identificado) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – S. Exª se absteve.

O Presidente não vota. Senador Valdir Raupp – S. Exª estava sentado aqui. O Senador Valdir Raupp se encontra no plenário, na Secretaria?

Pergunto ao Secretário quantos votos consignados há.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pergunto como vota V. Exª com relação à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos prefeitos envolvidos no tráfico de pessoas de Minas Gerais para o exterior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode votar “sim”.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sim. O Senador Valdir Raupp acompanha o Corregedor da Casa.

Vamos precisar aguardar, então, os outros Membros da Comissão. Pediria que alguém da Secretaria chamasse a Senadora Lúcia Vânia – S. Exª já se absteve – e o Senador Leonel Pavan, que estava aqui conosco. Parece que o assessor de S. Exª já o está chamando. É bem provável que esteja aqui do lado, na CPI. É bem provável que esteja lá.

Eu gostaria de consignar a presença do Cônsul do México. Agradeço a sua presença.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Será que nós não precisamos de visto mais?

O SR. (orador não identificado) – Sr. Senador, enquanto estamos em processo de votação, gostaria de consultar a Mesa sobre como ficou a presença, o apoio da Polícia Federal, que deveria estar nos acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – A Polícia Federal já enviou um delegado, que esteve conosco ontem. Porém, a Polícia Federal realizou uma operação gigante na manhã de hoje, chamada Operação Canaã. Canaã é a Terra Prometida. Nós que lemos a Bíblia a conhecemos bem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma homenagem ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Não é uma homenagem ao meu projeto, mas é a Terra Prometida. Essa operação envolveu 600 homens da Polícia Federal, que fizeram uma grande investigação e prisões em flagrante de quadrilhas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo. Nunca foi feita uma ação desse vulto e com esse objetivo na Polícia Federal do Brasil. Como disse o Deputado Neucimar Fraga, essa já foi uma grande contribuição desta Comissão, porque despertou na Polícia Federal não só o interesse – porque já havia o interesse –, mas a premissa do assunto com a ida de 25...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra, V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É um passo gigantesco. Na época em que eu estava na direção da Polícia Federal, fizemos uma grande operação, inclusive contando com o apoio de membros das Forças Armadas, policiais militares em quase todas as fronteiras. Havia uma máfia chinesa que operava, ao contrário, trazendo clandestinos – bolivianos, etc – e os instalando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Tenho a impressão de que, para conter a emigração...

Como vota o nobre Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com o voto da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Sim?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com o voto da maioria, “sim”.

Parece-me que, para conter a emigração ilegal de brasileiros para o exterior, é a primeira vez em que ocorre uma operação com o envio de 600 homens. V. Exª tem conhecimento de que é primeira vez?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É permanente. A Polícia Federal tem agido muito com as pessoas contratadas de forma irregular para serem enviadas ao exterior e lá serem exploradas. Então, ela está sempre vigilante nos portos e aeroportos. Mas operação para pegar quadrilha é rara, porque é muito difícil. Essa é uma das maiores que se fez ao longo desses anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Segundo a imprensa, 600 homens foram envolvidos no desbaratamento dessa quadrilha.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)

– Na verdade, foram feitos vários curativos e agora foi feita uma cirurgia, uma operação completa.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Não, mas

é sempre. É cíclico, não é, Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria interessante, Sr. Presidente, que V. Exª convidasse o chefe dessa diligência para nos explicar todos os detalhes, quais foram os escritórios, quem foi preso ou não, a fim de que tenhamos uma noção exata da dimensão que já estava instalada no País dessas operações de envio de clandestinos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Senador Romeu Tuma, complementando, já existe um requerimento para isso. V. Exª imagine o seguinte: primeiro semestre de 2005, 25 mil homens indo aos Estados Unidos ao custo de US\$5 mil cada um, totalizando

US\$125 milhões. Chegando-se lá, pagava-se US\$10 mil, totalizando-se US\$250 milhões. É de vulto!

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para dizer ao Senador Romeu Tuma que os dois requerimentos – um de minha autoria e outro da lavra de V. Exª – são para convite do Sr. Diretor-Geral e do Chefe de Polícia Marítima, área de fronteiras. É oportuno agora esse contato bem rápido da nossa assessoria, a fim de que possamos ouvi-los com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Amanhã mesmo o Delegado que nos está acompanhando – e que foi cedido pelo Diretor Paulo Lacerda – falará sobre isso na nossa reunião, em Poços de Caldas. Ele foi um dos que participaram dessa operação.

Vou proclamar o resultado do requerimento apresentado pelo nobre Deputado Aldir Cabral com relação à quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Prefeitos envolvidos no tráfico de pessoas para o exterior em Minas Gerais, notadamente São Felix de Minas e Divino das Laranjeiras.

Votaram SIM 10 Senadores; não houve votos contrários.

Houve uma abstenção.

Quórum: 12.

O requerimento de V. Exª foi aprovado.

A Secretaria avisará a V. Exªs a saída do avião amanhã para Poços de Caldas. Iremos em um avião da FAB que descera em Poços de Caldas por volta de 9h ou 9h30min. Depois a comitiva se dirige ao hotel, e, em seguida, iremos à Assembléia Legislativa de Poços de Caldas, onde serão feitas as audiências.

Por gentileza, aqueles que desejarem ir a Minas Gerais para as oitivas, na quinta-feira e sexta-feira, dêem apenas o nome, para que possamos organizar o transporte.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, primeiro, quero dizer que fui convidado para essa viagem pelo assessor hoje, mas, infelizmente, não poderei fazer-me presente em função de compromissos já agendados em Santa Catarina. Mas gostaria imensamente.

Apenas informo ao Sr. Presidente que ficou pré-marcada ou combinada uma audiência pública em Criciúma, Santa Catarina, em 30 de setembro. Está muito rápido e eu não tenho tempo, pois o dia 30 de setembro já é muito difícil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estaria marcada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– A princípio, consulto a Secretaria da Comissão. V. Ex^a propõe adiarmos?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se V. Ex^{as} quiserem que a audiência seja no dia 30, não há problema – ela permanece. Senão, teríamos que encontrar uma data – por exemplo, dia 13 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Mais de 35 mil brasileiros de Criciúma estão vivendo nos Estados Unidos.

Coloco em discussão a proposta ao plural da Comissão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se for no dia 13, Sr. Presidente, daria tempo de eles se organizarem, porque será uma audiência muito grande. Apenas nessa região, são mais de 30 mil famílias representadas por pessoas estrangeiras. Então, poderíamos prorrogar para o dia 13 de outubro. Mas o dia 12 de outubro é feriado e, então, não será possível.

No dia 3 de outubro, há possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– O Relator gostaria de manifestar-se?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sim, quero manifestar-me.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois, não. Pode manifestar-se. V. Ex^a deseja um aparte?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Quero manifestar-me se for o momento, ilustre Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se for um aparte...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – O Senador Leonel Pavan não terminou ainda e pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – O Senador Leonel Pavan coloca em discussão a data da audiência. Agora, estou lembrando-me, Senador Leonel Pavan, que tínhamos marcado essa audiência lá, mas foi um pedido da Polícia Federal, que estava atuando na área numa investigação, que nós a adiássemos. Provavelmente tenha sido essa operação deflagrada hoje pela manhã, envolvendo 600 homens. Trata-se da Operação Canaã, atuando no Sul, em São Paulo, em Minas Gerais e no Espírito Santo para identificar e prender quadrilhas que levam brasileiros ilegalmente para o exterior.

Pergunto ao Relator: V. Ex^a poderia pronunciar-se a respeito do assunto? Há alguma idéia sobre a melhor data para fazermos uma audiência pública em Santa Catarina?

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Tive que sair por um momento, Sr. Presidente. A proposta do Senador Leonel Pavan é que seja realizada em 30 de setembro?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– No princípio de outubro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Como já apresentamos um prévio roteiro no início dos trabalhos e conversando com a nossa assessoria técnica da CPMI, entendemos que há mais duas audiências importantes a serem feitas: a de Criciúma, Santa Catarina, e também no Espírito Santo, dada a incidência de pessoas que estão lá.

Entretanto, creio, Sr. Presidente, que, quanto a esse seminário de Boston, teremos que ir a uma travessia na fronteira. Há muito o que fazer, vamos ficar lá praticamente uma semana. Desse modo, havendo duas audiências subseqüentes nesse feriado, seria demais para nós fazer, em pouco tempo, uma nova audiência, podendo haver prejuízo para o trabalho que faremos em termos de juntar subsídios em Santa Catarina e no Espírito Santo. Há inúmeros procedimentos a fazer especialmente para a viagem aos Estados Unidos. Será antes do dia 23 de outubro e já está praticamente chegando a hora dessa viagem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Faço um aparte: no dia 3, atrapalharia? Essa audiência poderia, inclusive, trazer subsídios justamente para essa visita nossa.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Mas entendemos que, como a nossa CPMI tem o prazo, no mínimo, de seis meses, há muito a fazer, conforme está sendo previsto no esboço do nosso relatório. No que tange à parte de delitos, teremos que buscar a forma de punir. Quanto à parte de propostas para o Governo, a CPMI tem que fazer levantamentos sobre a demanda que está lá fora e também sobre a que está aqui dentro. Não há um planejamento do problema migratório no Brasil, nós temos de fazê-lo. Há proposta de mudanças na lei. A nosso ver, para não termos de fazer mais uma outra audiência, mobilizar toda a CPMI para Santa Catarina – porque o Deputado Neucimar também nos pediu – ou para o Espírito Santo, nesse momento, nós estamos achando que vai ficar muito corrido...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Foz do Iguaçu também.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Nós estamos achando que vai ficar muito corrido. Agora, eu só estou ponderando porque esse é o meu dever de Relator. Ao fazer as coisas de forma corrida, às vezes, a gente perde...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Deputado João, mais uma vez, peço a V. Ex^a que me permita um aparte. Esse diálogo é importante.

Santa Catarina já tem inclusive uma casa nos Estados Unidos, parece-me que em Boston, de assis-

tência aos imigrantes lá. E há um Deputado Estadual de Santa Catarina que viaja a cada seis meses para os Estados Unidos e coloca à disposição deles lá intérpretes, professores, bancados por eles.

Existem centenas de pessoas cadastradas. Eles são organizados. Ele poderia, de repente, levar uma comissão por conta deles, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, indo junto um Deputado ou um assessor. Ou nós aproveitaríamos essa audiência para nos fornecerem subsídios, eles têm dados de onde estão localizadas as pessoas, têm endereços. Eles sabem o número de pessoas, são mais de 30 milhões de dólares por mês que eles enviam de lá para cá. É muito dinheiro.

Eu estou dizendo isso, porque já veio aqui o Prefeito de Criciúma e falou com o Crivella; veio uma comissão de umas 10 ou 12 pessoas, Deputados, e pediram que fosse feita essa audiência antes da viagem, porque teriam alguma coisa a fornecer à Comissão.

Mas se entenderem que não...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu compreendo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Em discussão...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Claro.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu compreendo, Senador, que os motivos de V. Exª são realmente fortes e justificam haver por parte dessa Comissão uma flexibilização.

Entendo que, com certeza, há pelo menos dois lugares aonde esta Comissão deve ir. Esse é o meu ponto de vista. Eu vi a comunidade de Santa Catarina lá em Boston, quando lá estive. Já estive naquela cidade por duas vezes por conta desse trabalho e sei que ela é a segunda mais operante depois do povo da região Leste de Minas Gerais.

Com certeza, temos que ir lá. Eu pensei pudéssemos ir depois para poder fechar o Relatório, consagrando o que nós já tínhamos levantado lá fora enquanto propostas e fazer uma interação com o povo que está aqui, os familiares, e toda a problemática. Mas eu me demovo pelos argumentos de V. Exª e proponho que seja então... Declino aos argumentos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Primeira semana de outubro.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Para contribuir, eu considero a proposta do nobre Senador importante. Primeiro – creio que muitos não têm esse problema, mas alguns têm –, no dia 30 praticamente encerra-se o prazo de filiações partidárias, é um processo eleitoral. Assim, muitos estarão comprometidos nos Estados em articulação. Teremos dificuldade em estar, nessa última sexta-feira do mês, em uma audiência pública fora dos nossos Estados, por causa do problema de filiações partidárias.

Eu gostaria de fazer uma sugestão: dias 06 e 07, que são quinta-feira e sexta-feira seguintes de outubro, faríamos em Santa Catarina e faríamos no Espírito Santo, quando retornássemos de Boston, no início de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Esse é o pensamento do Plenário? (Pausa.)

Então, faremos na primeira semana de outubro audiência pública em Santa Catarina.

Eu gostaria apenas, para terminar a nossa reunião, de submeter o requerimento, que já foi lido pelo Relator, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores Embaixador Celso Amorim, sobre o acordo bilateral sobre a isenção de visto de turismo e negócios firmado entre o Brasil e o México, que foi denunciado unilateralmente pelo México.

Os Srs. Deputados e Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de saber se há mais algum Deputado ou Senador que queira fazer uso da palavra.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – A pedido do Deputado Takayma, Sr. Presidente, assim que passar essa segunda fase de ida a Boston, vamos discutir, com certeza, a oportunidade de irmos lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Eu pediria à Secretaria que providenciasse o convite à escritora Glória Perez para que, já nesta semana, o Deputado Dr. Heleno Silva e o Deputado Aldir Cabral, quando retornassem ao Estado, pudessem levar esse documento à autora. Eu pediria à Secretaria da Comissão que preparasse esse convite, hoje mesmo eu posso assinar, para que o Deputado Heleno Silva e o Deputado Aldir Cabral amanhã, quando voltarem a seus Estados, pudessem levar esse convite formal.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Também como Relator, estou convidando para uma reunião técnica com a assessoria, para nós esboçarmos o roteiro de nossa viagem aos Estados Unidos na quarta-feira às 15 horas, com local a ser confirmado pelo Isaías.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Para a gente fazer um trabalho... Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – ... colaborar com os trabalhos da Comissão, dentro dessa nota da operação realizada pela Polícia Federal, temos dois dados importantes que já foram objeto de preocupação desta Comissão: além dos agenciadores e falsificadores, a Polícia Federal também está atrás de funcionários de companhias aéreas acusados de facilitar a viagem de pessoas aliciadas pelo bando e de policiais federais que receberiam propina para não barrar o embarque de imigrantes no Aeroporto de Guarulhos. São dados importantes que geram preocupação nesta Comissão e a operação cujo relatório vamos ter no final da tarde com certeza, talvez cause grande surpresa e ofereça um grande desfecho para este trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Muito obrigado.

Nada mais havendo a discutir ou deliberar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos presentes.

(Levanta-se a reunião às 13h14min.)

Ata da 10ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2005.

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Deputados João Magno, Takayama, Aldir Cabral, Geraldo Thadeu, Leonardo Monteiro, Doutor Heleno, André Costa, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 10ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a apreciar os requerimentos apresentados desde 14/09/05. O Presidente concede a palavra aos seguintes parlamentares: João Magno (relator) que apresenta Requerimento para prorrogar os trabalhos da Comissão por mais 180 dias. Em seguida, concede a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, que enaltece a importância da viagem da desta CPMI à Europa e relata que o problema emigratório

brasileiro não se concentra apenas nos EUA, mas em todo mundo. Na sequência, o Deputado Aldir Cabral parabeniza o trabalho desta Comissão e diz que o resultado desses trabalhos fará com que o Governo possa dar mais atenção aos emigrantes brasileiros. O Deputado André Costa diz que é a primeira vez que, nas comissões de inquérito, se trabalha numa maneira didática para solucionar problemas, e que também é favorável à prorrogação desta Comissão. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Deputado Neucimar Fraga, que faz um relato da sua visita ao cemitério da cidade de El Centro (Califórnia-EUA), no qual há cerca de 440 corpos enterrados, dos quais cerca de 180 são de brasileiros. Revela que esses corpos são identificados como “João de tal número x” e que há somente o registro de onde os corpos foram encontrados e algumas informações sobre esses corpos. O chefe de polícia daquela cidade disse que a única forma de quantificar o número de brasileiros ali enterrados é fazer um cadastro dos brasileiros que saíram do Brasil e não chegaram ao destino e não deram mais notícias aos familiares. Esse cadastro seria útil para localização dos corpos de brasileiros. Nesse sentido, o Deputado Neucimar Fraga propõe uma campanha de mobilização através da imprensa para divulgar essa situação. Para discutir, o Deputado João Magno (relator) esclarece que a campanha de divulgação é pertinente, mas acha prudente que se aprofunde essa matéria, com a assessoria técnica desta CPMI, para que essa seja inserida no relatório final. Dando Continuidade, o Presidente passa a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que se manifesta favoravelmente à prorrogação dos trabalhos da Comissão. Com palavra o Deputado Takayama, que convida todos os membros da Comissão para participarem da Audiência Pública, no dia 02/12/05, na Cidade São Paulo, para discutir, com a comunidade japonesa, a questão dos decasségus. E revela que, em algumas cidades japonesas, existem placas dizendo que brasileiros não são bem-vindos. O Deputado André Costa diz que os brasileiros residentes fora do Brasil, onde quer que estejam, contaminados pelo vírus HIV, têm direito ao coquetel para tratamento da Aids e também fazem jus à assistência jurídica. Na discussão, o relator propõe uma audiência com o Ministro da Saúde para discutir o assunto. Dando sequência à reunião, o Presidente, Senador Marcelo Crivella, coloca em discussão e votação, em bloco, os seguintes requerimentos, que são aprovados por unanimidade: **Requerimento nº 47/2005**, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando sejam convocados os senhores José Geraldo Jorge, o Russo; Vagna Fernandes de Matos; Márcio Gomes; Leandro Fernando; Alessandra Melo; Marcelo Oliveira e Estanislau Flávio de Assunção Cos-

ta, o Silau, presos na cidade Ipatinga-MG; e Wellington Carvalho dos Santos, preso na cidade de Vila Velha – ES, acusados de serem membros de uma quadrilha especializada em enviar pessoas ilegalmente para os Estados Unidos, México e Europa; **Requerimento nº 49/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, solicitando cópia integral do inquérito da Polícia Federal sobre a Operação Canaã; **Requerimento nº 50/2005**, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, solicitando sejam tomadas providências cabíveis em relação à identificação e repatriação dos corpos de aproximadamente 180 brasileiros, enterrados como indigentes na cidade de El Centro/Califórnia-EUA; **Requerimento nº 51/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Civil e ao Ministério Público de São Paulo cópia de toda a documentação referente à Operação América; **Requerimento nº 52/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando à Polícia Federal o envio de toda a documentação referente à Operação Êxodo; **Requerimento nº 53/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando realização de audiência pública sobre o tráfico de mulheres brasileiras para exploração sexual no exterior; **Requerimento nº 54/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando realização de audiência pública com pesquisadores brasileiros que trabalham com a emigração de brasileiros para diferentes países; **Requerimento nº 55/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando à Secretaria da Comissão que providencie a autuação do documento recolhido no Parlamento britânico; **Requerimento nº 56/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando à Secretaria da Comissão que faça a autuação das matérias de jornais e revistas, anexos ao requerimento, sobre os problemas que cercam os imigrantes brasileiros residentes no exterior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Izaías Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – *(Falha na gravação.)* um assunto pragmático com relação à pauta de amanhã. Na hora que ele chegar, continuamos o trabalho com relação aos outros itens que estão na pauta de hoje para votarmos. Para ganhar tempo, nós temos uma reunião a ser feita em São Paulo na sexta-feira, sob a responsabilidade do Deputado Takayama de fazer a coordenação do relatório que tem a ver com a questão dos dekassegus e também dos brasiguaios, não é Takayama?

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Com a sua permissão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Eu lhe passo a palavra para que V. Ex^a faça uma exposição sobre como prevê organizar esse trabalho para que tenhamos uma prévia conversa para acertarmos a nossa ida lá de forma adequada.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Relator, João Magno, espero que, no retorno da viagem, V. Ex^a tenha recuperado a questão do fuso horário. Quero dizer da minha satisfação em poder revê-lo e aos demais companheiros que compõem a Comissão.

A questão dekassegui são brasileiros que vão ao Japão. O problema do Japão é diferente do problema, por exemplo, dos Estados Unidos e da Europa. No Japão, raramente, se consegue entrar de forma irregular. O problema lá é outro. Estamos sendo envergonhados no Japão por pessoas que não têm um currículo aqui no Brasil coerente com a dignidade. São pessoas que têm problemas de prisão, vão ao Japão e conseguem o passaporte e os vistos e chegam lá, decepcionam. Hoje, temos em torno de 280 a 290 mil brasileiros – já está beirando à casa dos 300 mil – trabalhadores. Mas no meio dos trabalhadores, no meio do trigo, vai o joio também, infelizmente.

Então, queríamos encontrar, por meio da CPMI, um mecanismo para dificultar não digo o visto, mas o passaporte até para pessoas que têm passagem pela polícia. Hoje, em alguns lugares do Japão, eles colocam placas “Não recebam brasileiros.”, tamanha é a vergonha que essas pessoas acabam deixando.

Além desses, existem os que, por problemas sociais, por acompanharem os pais, que vão para um trabalho temporário – porque todo emprego no Japão são pelo chamados vistos temporários –, eles vão exatamente para aquilo que no Japão se considera um subemprego. Mas como os salários de lá são altíssimo em relação ao câmbio, o brasileiro acaba recebendo por um trabalho temporário algo em torno de um salário mínimo de lá, que é de US\$3 mil, quase R\$6 mil a R\$7 mil. É evidente que é um grande salário; as pessoas acabam até se desdobrando, porque sabem que o visto é temporário e eles acabam pegando dois empregos. Eu conheço gente que tem até três empregos. Acordam as 5h e só chegam em casa à meia-noite. Trabalham em dois ou três empregos para poder juntar o máximo que podem.

É evidente que não existe qualidade de vida, acabam morando em casas ou apartamentos onde caberiam no máximo duas pessoas dividem com cinco ou seis pessoas. Isso já dá uma noção do problema.

Não bastasse isso, existem agenciadores que criam problemas, acabam furtando dinheiro dessas pessoas. Então, com relação a isso, nós gostaríamos

de convidar os nobres Pares para estarem conosco nessa reunião que haverá sexta-feira pela manhã, das 8h ao meio-dia, em uma audiência pública, que eu gostaria que V. Ex^a confirmasse hoje a nossa solicitação, em São Paulo, no Hotel Nikkey, na área onde reside a comunidade nipo-brasileira. Nessa reunião ouviremos o Presidente da Associação Dekassegui.

Dekasseguis são brasileiros filhos de japoneses que estão indo em busca desse trabalho temporário.

Gostaríamos de ter a presença dos companheiros para buscar uma regulamentação em alguns setores como, por exemplo, a questão previdenciária, que é um problema geral, não apenas de lá; a questão da educação, os filhos de japoneses dos dekassegui que vão não conseguem se integrar socialmente nas escolas japonesas. Já existe essa discriminação provocada pelos maus exemplos dados por alguns brasileiros que foram para lá. Com isso, eles acabam se tornando o quê? Marginais, delinquentes juvenis, porque os pais, ao migrarem de uma cidade para outra, evidentemente que o filho não consegue de adequar às escolas. E aí é que vem o terceiro problema: eles terão de estudar em escolas brasileiras. As escolas brasileiras particulares que existem lá cobram algo em torno de US\$500 por mês por pessoa. Isso, evidentemente, inviabiliza qualquer trabalhador que vá para o Japão. Se ele tiver dois filhos, são US\$1000 por mês. É impossível para uma pessoa pagar, por mais que o custo de vida lá seja alto.

Então, são essas situações pelas quais pedi a V. Ex^a que houvesse esta audiência pública; exatamente para se dirimir esses problemas e para que esta CPMI pudesse ajudar a normalizar essa situação, que já se vem prolongando por alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Então, para encaminhamento, Deputado Takayama, temos um depoimento do Presidente da Associação Dekassegui...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – O Presidente da Associação Nipo- Brasileira, em São Paulo, e convidei também, fiz contato, com Paulo Okamoto, que é Presidente do Sebrae. Se ele ou alguém pudesse orientar, porque outro problema é a volta. Esses brasileiros nisseis trazem muito dinheiro ao Brasil. E, por ficarem lá alguns anos, acabam se distanciando da realidade brasileira e acabam se tornando vítimas frágeis nas mãos de pessoas mal intencionadas.

Além deles, vai falar uma senhora que esteve no Japão e que o conhece socialmente e profundamente.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Na parte da manhã, então, é a nossa atividade com

relação a essa audiência em São Paulo para tratar do assunto dos dekassegui.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Com relação aos brasilguaaios...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Acho que não dá para misturar os assuntos...

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Tá!

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – ... por se tratar da questão dos brasilguaaios. Ou faríamos uma audiência em Foz do Iguaçu ou pode ser aqui mesmo, em Brasília. Ficará a critério de V. Ex^a essa reunião. Poderemos diluir esses detalhes nas próximas reuniões.

Mais uma questão, com a permissão de V. Ex^a. Lembro que, na audiência de sexta-feira de manhã, como iremos quinta, parece que quinta-feira vai haver uma reunião com algumas pessoas relacionadas à área. Por exemplo: existem órgãos no Japão chamados Jaika e Jethro. Antigamente eram órgãos governamentais, mas, com a mudança da sistemática política no Japão, tornaram-se ONGs.

São entidades que intermediam o governo japonês com o Governo brasileiro ou prefeituras para liberarem recursos, trabalhos nas áreas sociais da agricultura e também na área técnica. Então, se alguns companheiros desejarem estar na reunião de quinta, à noite, vamos trazer o Presidente da Jaika e da Jethro, aproveitando essa situação para tratarmos exatamente da questão dos investimentos do Japão no Brasil. E prefeitos e deputados – que há muitos prefeitos – poderão, ao ouvir os Presidentes dessas duas entidades, saber como podem ser canalizados os recursos.

É muito importante, apesar de estar fugindo um pouco do assunto em pauta, saber que, por exemplo, organizações como a Campo conseguiram recuperar o cerrado brasileiro, tornando o Brasil no maior produtor de soja do mundo. Esse projeto foi realizado em parceria com financiamento ou verbas doadas do Japão para financiar essas organizações, a Campo e outros órgãos no setor da agricultura.

Muito obrigado, Sr. Relator, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG) – Agradeço ao Deputado Takayama e consulto os nobres Pares a respeito da confirmação da presença de V. Ex^{as} nessa tão importante audiência que faremos em São Paulo, na próxima sexta-feira, a partir das 8h. Todos estaremos presentes – porque eu já estou confirmando o meu nome? (Pausa.)

Deputado Leonardo Monteiro, presente.

O SR. (Orador não identificado) – Se o Deputado Heleno não for, cancelo a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG)

– Pronto! O Deputado Heleno também é indispensável.

Sexta, na parte da manhã, cedinho. O trabalho está marcado para abrir às 9h em ponto, sem atraso.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG)

– Bom, então, vamos passar para o próximo assunto, que é o seguinte, meus prezados e nobres Parlamentares: quanto a esse requerimento, e vamos aguardar a presença do Presidente Senador Crivella para proceder à devida aprovação, quero antecipar uma explicação a respeito. Ele trata do adiamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, visando a dar à Comissão as condições práticas de conclusão das investigações e, também, a garantir à assessoria técnica desta CPMI as condições de elaboração do relatório. Portanto, vamos necessitar de mais um período, de mais alguns meses.

O requerimento foi feito com uma proposta de adiamento por mais 180 dias. É até possível que não precisemos de todos esses dias, mas vamos deixar esse prazo para não ter que, diante de algum imprevisto, voltar novamente às duas Casas para poder pegar assinaturas visando a ampliar o prazo.

Então, eu quero, **a priori**, consultar todos os Srs. Parlamentares sobre se há concordância em fazermos esse adiamento por 180 dias e, junto com essa concordância, a distribuição de tarefas. Nós temos que recorrer a cada Parlamentar para poder pegar 180... Quantas assinaturas, Isaías?

O SR. ISAÍAS – Cento e oitenta na Câmara e 27 no Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG)

– Cento e oitenta na Câmara e 27 assinaturas no Senado.

Então, eu abro a palavra a respeito do adiamento dos trabalhos da CPMI para o Deputado que quiser se manifestar.

Com a palavra, o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Relator, Srs. Parlamentares, vejo pelos trabalhos que, realmente, a questão da emigração é complexa, porque cada processo, cada país, cada origem que os emigrantes tomam tem uma característica. Então, é realmente complexa, bem diversificada e, realmente, necessita-se de um prazo maior para a elaboração de um trabalho.

Considero que a CPMI já vem obtendo resultados positivos e temos visto ações importantes serem desenvolvidas. Ontem mesmo, houve mais de 30 prisões, no País, de agenciadores e coiotes. Foi a Operação Coiote da Polícia Federal, aliás, de vários órgãos e do

Ministério Público. Na realidade, já vem apresentando resultados importantes.

Essa questão que o Deputado Takayama colocou, por exemplo, mostra que a característica do Japão é completamente diferente da dos outros países, como os da Europa e os Estados Unidos. Isso tem que ser visto e ser muito bem abalizado.

Eu gostaria, Sr. Relator, de fazer uma sugestão: que, dentro dessas tarefas, nós pudéssemos, agora, de cada visita que foi feita, reunir grupos, talvez, de alguns Parlamentares com assessoria técnica, e desenvolver um trabalho de avaliação bem criteriosa, para ajudar a conclusão do próprio relatório de V. Ex^a.

Espero que, a partir da próxima semana, por exemplo, já possamos dar início a essas reuniões administrativas, porque temos muito trabalho para realizar dentro do que já colhemos com essas visitas, esses depoimentos e tudo mais.

Então, sou a favor da prorrogação por 180 dias, que considero importante. Temos muito trabalho, ainda, pela frente.

O SR. PRESIDENTE (João Magno. PT – MG)

– Pela ordem, então, estão inscritos os Deputados Leonardo Monteiro e, na seqüência, Aldir Cabral e o Deputado André Costa. Reforço que há uma peculiaridade no funcionamento desta CPMI: a presença empenhada de todos os Parlamentares de modo dedicado e espontâneo de S. Ex^{as}. Estou cada vez mais consciente de que esta CPMI, com certeza, vem apresentar para o Brasil algum resultado positivo para preparar o nosso País para os grandes desafios, em função deste novo momento que o Brasil vive diante do processo migratório. Portanto, na condição de Relator, cabe-me apenas fazer os agradecimentos.

Com a presença do Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Crivella, concluo a minha fala ratificando a dedicação de inúmeros Parlamentares, juntamente com a qualificação da nossa assessoria técnica que cada vez mais tem se empenhado em reuniões com o Senador Marcelo Crivella, com o Isaías e comigo, e, enfim, com os Parlamentares, evidentemente, dentro do possível. Penso que o que disse o Geraldo Thadeu deve ser considerado. Cada Parlamentar tem, pela natureza da sua atividade, às vezes, um pouco mais de acúmulo com uma ou outra matéria trabalhada na CPMI. Vou dar-lhes um exemplo do Leonardo: o Jean Carlos de Menezes, diretamente de sua cidade, pedimos a ele que nos auxiliasse no relatório alusivo ao trabalho realizado em Londres, e ele já se prontificou a conversar com a assessoria para poder auxiliar o relator geral. Isso acontece com vários Parlamentares, e, aqui, não é necessário nominá-los, porque cada

um, certamente, tem participação ativa de acordo com a sua capacidade de colaboração.

Senador Marcelo Crivella, vou passar a presidência a V. Ex^a.

Antes de V. Ex^a chegar a esta Comissão, tratávamos de informações da nossa ida a São Paulo a fim de participarmos da audiência, que será coordenada pelo Deputado Takayama, que está sendo bem preparada, para tratarmos dos decaseguis; depois, passamos à apreciação de um requerimento propondo adiamento dos trabalhos desta Comissão por 180 dias. Então, seguindo a ordem de inscrição, temos os Deputados Leonardo Monteiro, Aldir Cabral e André Costa. Caso V. Ex^a queira continuar nessa sequência, o agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Sr. Relator, agradeço a V. Ex^a.

Tendo em vista compromissos parlamentar, atrasei-me para a nossa reunião, oportunidade em que peço desculpas a V. Ex^{as}.

Vamos seguir o ritmo traçado por V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Ex^a e ao nosso Relator, Deputado João Magno, pela competência com que V. Ex^{as} estão conduzindo os nossos trabalhos. Parabéns a V. Ex^{as}. Está Comissão tem um importante papel, qual seja, estudar o fenômeno da problemática dos emigrantes, irmãos nossos, brasileiros e brasileiras, que estão indo para fora do País.

Saudações a todos os Deputados aqui presentes.

Sr. Presidente, quero dizer da importância da viagem feita recentemente à Europa que, para mim, foi de fundamental importância nossa ida a Londres, Madrid, Portugal. Em primeiro lugar, tivemos uma visão ampla acerca da emigração. Não se trata de algumas pessoas que saem do País, mas de um problema maior, pois são milhares que estão fora do País, principalmente aqueles que estão nos Estados Unidos, que, na verdade, foi o motivador da instalação desta CMPI, tendo em vista o grande número de pessoas oriundas da região leste, Governador Valadares, Poços de Caldas e de outras regiões do País que para lá se dirigiram. Portanto, hoje, constatamos que há brasileiros não só no Japão como também nos Estados Unidos, enfim, em todo o mundo há brasileiros e brasileiras. Somos testemunhas disso, porque em todos os lugares por onde passamos, fomos atendidos por brasileiros e brasileiras, desde a recepção do hotel, em Londres, até restaurantes e em todos os lugares. Foi uma viagem muito importante. Espero que nosso relatório, como disse aqui o Deputado João Magno, nosso Relator, cada um de nós terá uma atribuição e, sem dúvida

nenhuma, teremos um relatório final que vai ser muito importante não só para nós, Deputados, não só para o Congresso Nacional mas, sem dúvida nenhuma, será um relatório importantíssimo para o nosso Governo e para o nosso País, como Estado, do ponto de vista de propor modificações, alterações no nosso País do ponto de vista de corresponder, atender à expectativa desse número grande de emigrantes que estão fora do nosso País. Quero dizer com isso que justifica plenamente a proposta do nosso relator de prorrogar o prazo da Comissão por mais 180 dias, para que possamos concluir definitivamente o nosso relatório.

Portanto, sou a favor da prorrogação do prazo e me coloco à disposição para que possamos nos empenhar no sentido de concluir o relatório da nossa Comissão.

Está de parabéns o nosso Presidente, o Senador Marcelo Crivella, o Deputado João Magno, pela condução dos trabalhos da nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, nobre Relator João Magno, nobres Pares, foi com satisfação que apus a minha assinatura no requerimento para solicitação de prorrogação de prazo desta CPMI, visto que é de grande importância os trabalhos que estão sendo efetivados pela Comissão nas diversas viagens que já foram feitas e acredito que o trabalho continuado dará profícuo rendimento, uma vez que o trabalho executado pelo Legislativo tem-se refletido no Executivo. Tal razão está na notícia de que a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, que se distingue da Polícia Federal porque ela é uniformizada e a Polícia Federal, não, elaboraram uma ação conjunta e obtiveram grandes resultados na área da emigração ilegal.

Temos que observar que o resultado desta CPMI fará também com que o Executivo, e digo isso com relação ao Planalto Central, à Presidência da República e seus Ministros, veja que teremos uma resposta, sim, àquilo que queremos com relação aos que estão lá fora; os que estão legais, tudo bem, mas em relação àqueles que estão ilegais e se assustam no dia-a-dia, como foi o caso do Jean Charles – coitado! –, que de uma ação deliberada da polícia londrina resultou a sua morte. Vimos, pela revolta da sua família, que alguma coisa precisa ser feita. Acredito que o trabalho da Comissão vai impulsionar, sim, o trabalho do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça com relação a uma nova lei de estrangeiros também para aqueles que chegam ao Brasil.

Lembro que esta visita feita a Londres, a Madri e a Lisboa me trouxe preocupação com relação àquilo que ouvi. É lógico, e isso não poderíamos contestar de forma alguma, que aqueles países estão consolidados pela União Européia e, como tal, num acordo comum, as portas estariam abertas para aqueles que são da União Européia. Aqueles que fazem parte da América do Sul não teriam o espaço, a primazia que caberia àqueles da União Européia. Fiquei preocupado. Isso faz com que a CPMI tenha a responsabilidade, no seu relatório, de conscientizar o nosso Governo de que a ingerência do Presidente da República deve ser feita de tal maneira como aconteceu em Lisboa, quando Sua Excelência lá esteve e assim veio um novo tratado. É preciso que com aqueles outros países se dê da mesma forma, a fim de que eles possam repensar a situação dos nossos brasileiros que estão ilegais naquele país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Eu agradeço a V. Ex^a a contribuição.

Concedo a palavra ao Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PT – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a. Boa tarde. Ao cumprimentar V. Ex^a e o Relator, cumprimento todos os colegas, senhoras e senhores presentes na tarde de hoje.

Sobre a prorrogação, Sr. Presidente, estou plenamente de acordo, porque vejo nesta CPMI algo que vai além do tradicional nas CPLs nesta Casa. Quer dizer, não estamos apenas investigando uma situação delituosa, tipificando melhor no Código Penal, mas indo além. Ela tem uma propositura didática. A CPMI deve ser didática para todo o País. É a primeira vez que a Nação brasileira olha para a questão dos emigrantes, essa nova realidade construída nos últimos 15, 20 anos em nosso País, os cerca de 3 milhões que vivem alhures. Portanto, a prorrogação pode emprestar, mais do que ao Executivo, ao Estado nacional brasileiro, uma inteligência maior sobre como tratar a emigração em nosso País. Portanto, por esse fator, sobretudo, didático da CPMI, sou mais do que favorável à sua prorrogação.

Vemos que o assunto está esquentando na sociedade brasileira, e a Polícia Rodoviária Federal teve uma grande ação ainda ontem, com repercussão inclusive na minha cidade, Niterói. Em toda parte, vimos que ONGs e centros acadêmicos começam a ter uma melhor percepção desse fenômeno – claro, um País que sempre foi de imigrantes não começa a olhar para os seus emigrantes de um dia para o outro. E a CPMI aos poucos começa a ser um foco de interlocução muito grande em toda essa questão, até porque fun-

ciona no Congresso Nacional, depositário de todas as discussões da sociedade.

Não poderia furtar-me a falar, Sr. Relator, dessa missão recente dos nossos colegas, que discorreram a esse respeito. Trago a minha impressão pessoal. É evidente que, do ponto de vista protocolar, tivemos muito sucesso; teve êxito. No aspecto da interação institucional, demos um passo a mais, sem dúvida alguma, tanto no trato da questão como um todo como também questões pontuais, mais claramente a questão Jean Charles na Inglaterra. Mas também fica claro para todos nós que cada país deve cuidar do seu nacional – não podemos correr disso. E é isto que a CPMI deve fazer: cuidar para que, após a CPMI, o Estado nacional brasileiro cuide melhor do seu nacional, que pretende emigrar, e temos tanta vulnerabilidade sendo discutida ainda na questão das redes de tráfico de pessoas – não quero alongar-me nisso.

Cito, porém, uma participação minha. Ontem, na Comissão de Relações Exteriores, houve uma audiência pública com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim. Fiz uma intervenção, entre outros aspectos, citando a comunidade brasileira no exterior. Citei pontualmente a questão do Jean Charles, porque me veio à mente a questão Christian no séc. XIX. É evidente que, hoje, somos países de democracia consolidada, tanto o Brasil quanto o Reino Unido – não cabe esse paralelo –, mas, de forma anedotária, não é possível esquecer. A questão Christian foi aquela que envolveu um oficial da Marinha inglesa numa confusão de bar no Rio de Janeiro, então capital, e que isso levou quase a uma ruptura diplomática, porque os ingleses ficaram indignados com o tratamento dado a esse oficial, que foi detido, preso, por uma confusão em que ele foi o culpado do início ao fim.

Perguntava ao Sr. Ministro Celso Amorim como ficaria a posição diplomática brasileira diante de um relatório a ser entregue pela comissão independente, até fins de dezembro, como vimos em Londres, no sentido de que, ao final, aquela sucessão de erros da polícia britânica não tem justificativa alguma, tratava-se apenas de mostrar um corpo à sociedade inglesa, saciar a sua fúria, a sua ira e, inclusive, a frustração com a própria polícia inglesa, porque sabíamos que sequer a nacionalidade de Jean Charles era conhecida pelos investigadores antes de sua execução, o que mostra que não houve investigação alguma – se concluíssem, após investigação, que ele era um nacional brasileiro, não o executariam, porque a nacionalidade brasileira não está, até o presente momento, atrelada a atos de terrorismo internacional.

Não obtive resposta quando perguntei se não caberia uma represália, uma atitude qualquer – não uma ruptura diplomática, ninguém pensa nisso hoje –, talvez um rebaixamento? Citei até como exemplo a questão, muito menos importante, que envolveu o México e a Venezuela: o Presidente Fox e o Presidente Chávez retiraram seus respectivos embaixadores, rebaixaram sua relação diplomática.

Enfim, queria apenas salientar, antes de mais nada, a minha satisfação em fazer parte desta CPMI e a minha compreensão de que há um sentido estratégico muito amplo para toda a sociedade brasileira e para o Estado nacional brasileiro e que, portanto, é mais do que necessária e bem-vinda a sua prorrogação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ)

– Nós é que agradecemos a intervenção de V. Ex^a.

Daqui a pouco vamos deliberar sobre aquele pedido que recebemos dos brasileiros residentes no Reino Unido relativo ao tratamento de aidéticos, tratamento dos aidéticos brasileiros que vivem no exterior, para que eles também tenham direito a receber o coquetel.

Precisamos também discutir – já fica aqui colocado para os nossos companheiros membros da Comissão – o caso da Embaixada americana no Rio de Janeiro. Essa embaixada é um prédio de mais ou menos sete ou oito andares na avenida Beira Mar. Eles querem mudar dali para a Barra da Tijuca – é um prédio antigo no Rio de Janeiro, mas eles querem se mudar para a Barra da Tijuca. Ocorre que eles não conseguem vender o prédio porque nunca pagaram impostos, e os impostos estão gravando a escritura. Devido a essa falta de isenção – há um projeto nesse sentido que tramita na Câmara e eu pediria aos membros da nossa comissão que pudessem resolver isso para nós –, não podemos abrir novos consulados nos Estados Unidos. Lembro que a nossa representação consular nos Estados Unidos é extremamente precária: nós precisamos ter um consulado na fronteira com o México, com o Arizona, na fronteira do México com o Arizona, com o Texas, de repente com a Califórnia – não em Los Angeles, mas na fronteira. Esse é um assunto que a Comissão tem de encaminhar com urgência.

Também precisamos ver as emendas ao Orçamento, porque nós conseguimos colocar a rubrica “Repatriação de Corpos de Brasileiros” e gostaríamos de que pudéssemos também, dentro de nossas emendas individuais, colocar valores para que, no Orçamento de 2006, já tenhamos dinheiro para repatriar corpos.

Por último, gostaria também de comentar com V. Ex^{as} que a Polícia Federal realizou recentemente quatro operações com o Ministério Público, com a Polícia Civil e com a Polícia Rodoviária. Foram elas: “Êxodo”,

“América”, “Bye bye Brasil” e “Canaã”. A última, ontem, prendeu trinta ou trinta cinco pessoas – no Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu –, pessoas que, segundo li no jornal, estavam lidando com R\$6 milhões por mês e enviando de quinze a vinte brasileiros todos os dias para o México. Então, V. Ex^{as} vêem que mesmo a necessidade de visto só deu mais trabalho para falsários, porque hoje a pessoa vai na Embaixada do México e diz que não é imigrante ilegal, e mostra uma escritura, por exemplo, de um apartamento na Vieira Souto, no Rio de Janeiro. Mas a escritura é falsa. O saldo no Banco Itaú, Bradesco, com documento, são falsos. Os rendimentos e a conta na poupança também são falsos. Mas o cidadão no Consulado do México vê aqueles documentos todos e cede o visto. Com isso, continuavam mandando de 15 a 20 todos os dias para o México. E o que se previa aconteceu: começou a se cobrar vistos de brasileiros, o que só encareceu, porque continua havendo emprego lá, continua havendo milhares de brasileiros convidando seus parentes e amigos no Brasil para irem para lá e essas regras de mercado se impõem. E se amarrarmos o pé do indivíduo na cama, é capaz de ele ir com a cama.

O Presidente Bush fez uma declaração que gostaria de submeter a V. Ex^a, porque a mim, de cara, pareceu um tanto quanto desrespeitosa: ele comparou a atuação da polícia no Texas com o Texas Hold'em, que é um jogo de carteadado, provocando risos de todos. Penso que esse problema deveria ser tratado de maneira mais humanitária por um presidente da república. Ainda mais no contexto geral, sendo o Brasil o maior parceiro americano no Hemisfério Sul. Assim, o problema deveria ser tratado de maneira mais diplomática.

Não sei se esta Comissão deve se pronunciar. Mas coloco o assunto em discussão. E penso que poderemos, de alguma forma, encaminhar um ofício lamentando e, ao mesmo tempo, relatando todo o esforço que temos feito no sentido de evitar a emigração ilegal.

Por último, faço uma avaliação do lado positivo da nossa ida à Europa, sobretudo com a notícia divulgada pela BBC de Londres, na segunda-feira, de que o Ministro do Interior aceitou a investigação de Ian Blair, que é o homem forte da polícia londrina. Acho que a nota que liberamos à imprensa teve um papel fundamental nesse aspecto. Ele agora já está formalmente respondendo a um inquérito sobre a morte de Jean Charles. Ele vai ter que se explicar. O assunto se tornou público, o que mostrou que foi uma vitória a nossa ida até lá.

Mas antes de terminarmos a reunião, vamos ouvir alguns Deputados que querem falar sobre o cemitério dos brasileiros na fronteira. Vamos também votar o

nosso requerimento e traçar alguns planos sobre esse projeto, ou seja, se começamos a tramitá-lo na Câmara ou aqui, como é que vamos lidar com o problema da embaixada, as emendas ao Orçamento e, finalmente, como esta Comissão vai se pronunciar com relação às declarações de ontem do Presidente George Bush.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem sobre esses assuntos diversos. Gostaria de saber se seriam encaminhados de per si. Por exemplo, primeiro seria a discussão da situação do Consulado americano no Rio de Janeiro, visto que, em razão da sua ida para a Barra, poderia haver o boicote da parte deles na abertura de outros consulados nossos lá fora. Também em relação ao Orçamento. Enfim, trataremos cada assunto à parte agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Coloco em votação. Acredito que seja pensamento da Comissão que proponhamos um projeto de lei para que o Governo brasileiro tenha condições de... para que os brasileiros lá fora, mediante requisição, tenham direito a receber o coquetel que é dado aos nacionais nos países onde não houver convênio na Previdência.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – A minha dúvida, Sr. Presidente, é em relação aos assuntos. Porque temos diversos assuntos. O do coquetel é um deles, mas há o do Consulado americano no Rio de Janeiro; o outro é o Orçamento. Pergunto, então, a V. Ex^a, seria discutido cada de per si, entraríamos em cada detalhe?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Assim que ouvíssemos os Deputados, cada um poderia tomar a palavra, apresentar as sugestões e, ao final, chegarmos à conclusão do que fazer.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, além desses pontos mais emergenciais apresentados hoje, há outros para ordenar providências para elaboração do relatório que temos de votar. Já deram entrada com o Isaías, para facilitar o trabalho de nossa assessoria técnica. Pelo menos mais uns três requerimentos terão de ser votados.

Eu mesmo faço uma autocritica desta Comissão, sob o ponto de vista da nossa investigação, propostas de mudanças de projeto de lei, de reordenamento da legislação brasileira para CPIs, denúncias, articulação com instituições. O trabalho da Polícia Federal é feito dentro do contexto de uma CPI, que tem apresentado um trabalho para o País muito positivo, mas, do ponto de vista da investigação, estamos um pouco fragilizados. Temos de arrumar uma maneira de apresentar um trabalho mais sintonizado com a assessoria técnica,

sugerir algumas ações mais concretas, para que o relatório tenha um peso maior na parte investigativa.

É uma autocritica que estou fazendo para ficarmos alerta. Alguns dos requerimentos que serão votados tratam dessa necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Vamos colocar em pauta... (*Falha na gravação.*) assim que ouvirmos o Deputado Neucimar Fraga.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, cumprimento a todos, acho importante a palavra do nobre Relator João Magno, mas faço uma observação.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito já identificou o problema, por isso tivemos poucas audiências com depoentes a serem investigados e sabatinados. Mas solicitamos à Polícia Federal os relatórios das operações por ela realizadas, que, com certeza, nos trarão subsídios para embasar o relatório feito pela Assessoria Técnica e pelo Relator.

Sr. Presidente, tendo em vista que não pude estar presente na reunião realizada em novembro, depois da nossa viagem aos Estados Unidos, quero trazer um assunto para esta Comissão de extrema importância a respeito da denúncia do jornalista Alan Rodrigues, na oitiva de Poços de Caldas, sobre o cemitério clandestino na cidade de El Centro, onde supostamente teriam 180 brasileiros enterrados como indigentes.

Atendendo indicação desta Comissão, tive oportunidade de visitar a cidade de El Centro e conhecer o cemitério, acompanhado pelo nosso Cônsul em Los Angeles, o Michael, que mandou um grande abraço para V. Ex^a e que foi transferido para Beirute – recebeu uma recompensa, ir de Los Angeles para Beirute – e por nosso Cônsul honorário, Néelson, de San Diego. Fiz a sugestão ao Itamaraty de mudar o nome cônsul honorário, que só gasta, não ganha nada, não tem honorário algum. Fomos bem recebidos na cidade de El Centro e conhecemos o cemitério Terrace Park. Realmente, há um cemitério ali e, nos fundos, há cerca de 480 corpos enterrados e, supostamente, entre eles cerca de 180 brasileiros, conforme relato da Michele Bryan, presidente da ONG Mensageiros do Amor, que presta assistência aos emigrantes que tentam atravessar o deserto em direção aos Estados Unidos. Tivemos oportunidade de fotografar o cemitério, fazer uma filmagem do local. Deparamo-nos com algumas identificações. Há cerca de 440 covas com corpos ali enterrados, identificados como “João de Tal”. Cada um recebe uma numeração: João de Tal nº x. Tive oportunidade de visitar o serviço funerário da cidade de El Centro para conhecer também como eram feitos

os funerais, como os corpos eram identificados. E nos encaminharam então para o Condado de El Centro, com o Xerife, se não me engano Michael Mistreal, que nos fez um relatório sobre aqueles corpos que ali estavam. Eles têm um cadastro de todos aqueles João de Tal, com os números, como já disse, de identificação de cada um. Lá, no Condado, têm alguns dados relativos àquela identificação do João de Tal, com o local em que foi encontrado e o registro do dia, mês e ano. Existe um trabalho feito pela perícia do Estado da Califórnia com as informações, com algumas fotos desses corpos que estão enterrados.

Tive acesso a algumas fotografias e confesso que não gostei porque o estado era muito triste. Havia pessoas sem parte do rosto, sem parte da cabeça, todas desfiguradas, mas existe um banco de dados sobre aqueles corpos que estão enterrados – tatuagens, cicatrizes, fotografias. Foi-nos dito pelo Xerife que a única forma de tentar identificar esses corpos e saber quais daqueles são brasileiros é montar um cadastro no Brasil com os familiares que têm parentes que viajaram para os Estados Unidos e não chegaram ao local de destino, porque praticamente 99% dos brasileiros que saem daqui vão passar pelo menos um dia ou dois na casa de algum parente em algum lugar na América. Depois, deslocam-se de uma cidade para outra, mas têm um local de destino quando saem daqui. E esses brasileiros que saíram daqui e não conseguiram atravessar a fronteira e nunca mais ligaram para a mãe ou para o pai para dizerem que chegaram, que estão bem e indo para outra localidade, que estão desaparecidos e sem contato, que esta Comissão fizesse um cadastro dessas pessoas, com os familiares. Que haja uma campanha de massa com a imprensa, informando aos familiares que têm parentes que viajaram e nunca mais ligaram para dar notícia, para que procurem esta Comissão, enquanto estivermos trabalhando ou, posteriormente, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, passando informações sobre dia, mês e ano em que saíram, informações físicas, para que possamos montar, juntamente com a assessoria desta Comissão, um banco de dados que seja importante na hora de coletarmos essas informações.

Posteriormente, com essas informações, poderemos fazer um trabalho em parceria com o Governo americano, inclusive com o Xerife, para sabermos quantos corpos foram encontrados próximos daquela data, verificando características similares aos dados já cadastrados no serviço de informática do Condado.

Trago essas informações para a Comissão. Inclusive já fui procurado por uma mãe do meu Estado, que me entregou uma carta. O filho dela viajou em agosto de 2004 para os Estados Unidos. Da fronteira, ele ligou

dizendo que já ia atravessar, que já ia chegar nos Estados Unidos e nunca mais ligou. Não chegou ao local de destino e há quinze meses está desaparecido. Possivelmente, é uma dessas vítimas que estão enterradas ali. Então, essas informações são importantes.

Faço essa proposta, se a Comissão entender que podemos continuar nessa linha de trabalho. Dessa forma, sugiro ao Relator e ao Presidente, juntamente com os Parlamentares, para que possamos formatar uma campanha, envolvendo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, os movimentos sociais, as entidades inclusive de brasileiros que estão no exterior, de forma a identificar. É difícil, mas é possível.

Então, faço essa proposta à Comissão. Se entender que poderemos continuar nessa linha de trabalho, iremos seguir e acatar as determinações da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – V. Exª tem uma sugestão muito importante. Coloco-a em discussão.

Em discussão o requerimento do Deputado Neucimar Fraga para que seja enviado um documento aos Estados Unidos, no sentido de que nos enviem os dados que possuem sobre aproximadamente 180 brasileiros enterrados como indigentes no Estado da Califórnia, na cidade de El Centro.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Na verdade, o rito não é esse; é o contrário. Temos que fazer um cadastro aqui no Brasil. Primeiro, temos que fazer uma campanha, por intermédio de órgãos da imprensa, direcionada aos familiares que têm parentes que viajaram e que não chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Sim, mas os dois procedimentos podem ser feitos concomitantemente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Isso não é possível, porque lá, nos Estados Unidos, não consta o nome do brasileiro, não consta se ele é brasileiro; constam as informações do “João de Tal”, ou seja, que ele foi encontrado no dia tal, do mês tal, do ano tal, na localidade tal. Eles foram identificados, possivelmente, como brasileiros, pelo Amaury e pela Michele, que acompanha aquele rito, porque muitos usavam roupas com marcas do Brasil e pelas características dessas pessoas, mas, no banco de dados do Governo americano, não consta se eles são brasileiros. Por isso, penso que o trabalho seria diferente: primeiro, faríamos um cadastro aqui no Brasil. Vamos fazer uma campanha e saber quantos familiares vão se manifestar. Supondo que oitenta familiares se manifestem sobre oitenta pessoas que estão desaparecidas e que viajaram para os Estados Unidos, no mês tal do ano tal; eles vão nos passar as características, vamos formar o banco de

dados e, com esse banco de dados, vamos procurar o Governo americano, principalmente em El Centro, para que possamos fazer um cruzamento de dados e saber qual a probabilidade, realmente, de aqueles corpos serem de brasileiros. Seria dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Já entendi. V. Ex^a propõe, então, que façamos um comunicado público para que as famílias se manifestem sobre parentes desaparecidos. Depois, remeteríamos esses dados ao Governo americano, no sentido de que eles procurassem, inclusive, nesse cemitério de El Centro.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, entendi a grandiosidade do requerimento do nobre Neucimar Fraga e acredito que, como ação humanitária, seria viável. Apenas – sem ser pessimista, mas pragmático – quero saber sobre essa campanha, porque tem que ser uma campanha, se não pela CPML, pelo menos pelo Congresso. E teríamos que ver os recursos – acredito até que com gestões junto à rede televisiva – para que as pessoas pudessem sentir isso, porque, se ficar no interior do Congresso, não terá efeito; cairmos no vazio e até no descrédito. A sugestão dele é excelente, mas é preciso viabilizar esse trabalho a ser feito, para que as pessoas possam contatar a comissão e, aí sim, possamos fazer o trabalho junto ao Governo americano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Concedo a palavra ao relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, considero positiva essa iniciativa do Deputado Neucimar Fraga, até mesmo pela dedicação dele, de ter ido lá e ficado alguns dias investigando esse assunto de perto. A proposta que está sendo trabalhada faz sentido, mas penso, Deputado Neucimar, que, para levar à conclusão uma proposta dessa, pela própria complexidade do assunto, é preciso que ela esteja com um nível de exame muito aprofundado das possibilidades de acerto, de desencontro, bem como do que tem que ser utilizado, efetivamente, em termos de imprensa.

Nesses termos, até concordo com a proposta, mas proponho a V. Ex^a que aprofunde com a assessoria técnica da Casa uma conversa, até porque isso deve vir como um capítulo do nosso relatório, talvez acrescentando uma ação para buscar identificar o máximo de corpos de familiares – colocar um memorial, saber se isso também pode ser feito via Internet –, além de fazê-lo por uma comunicação mais pública. Sugiro a V. Ex^a que procure o Fabiano, assessor desta Comissão

– já peço ao Fabiano que nos possa orientar. Temos vários assessores nesta Comissão e já podemos começar, neste momento, a dirigir algum tipo de tarefa concreta para cada assessor – já as coisas estão ficando mais claras. Sr. Senador Presidente, estamos com a idéia de terminar esta CPI, o relatório final, no mês de março. Eu quero até, nesta oportunidade, averiguar com os Pares e com V. Ex^a uma proposta, que tenho aqui na seqüência, para entregarmos o relatório. Era essa a parte que eu queria acrescentar.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, colaborando com o Relator, seria uma grande prestação de serviços aos nossos nacionais, que aqui estão vivos e que tiveram seus imigrantes ilegais familiares mortos. Seria uma grande prestação de serviços. Isso daria junto à opinião pública, realmente pela prestação de serviços, um crédito ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Entendo. Acho que poderíamos estudar a viabilidade de colocarmos nos meios de comunicação de que dispomos – Rádio Senado, TV Câmara e TV Senado, e nas emissoras públicas do Governo, como as TVs educativas, e até, por uma solicitação de vagas, nas televisões privadas de canal aberto e a cabo – pedindo que pudessem ajudar-nos veiculando mensagens da CPI, no sentido de que as pessoas que tiverem parentes desaparecidos na emigração para os Estados Unidos ou para qualquer outro país – de repente poderíamos estender isso para outros lugares – ou pessoas que tiverem denúncias, tenham um canal com essa nossa condição. De repente conseguiríamos aí os nomes, e encaminhariamos esses nomes, com fotografias, com dados físicos – peso, cor, idade – e tentariamos, junto ao governo americano, junto à embaixada brasileira nos Estados Unidos, a identificação.

Deputado Dr. Heleno. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. DR. HELENO (PSDB – RJ) – Muito obrigado, meu Presidente. Eu quero parabenizar primeiro a TV Record, porque está sempre falando dos emigrantes. Esta semana assisti a trechos espetaculares sobre os quais eu não sabia. Eu tive que sair do banheiro para acompanhá-los.

Em segundo lugar, eu quero dizer que a proposta do (*Inaudível*.) é sensacional. Ele viu a olho nu e, quando se vê a olho nu, a coisa é de arrepiar, é de sofrer. Eu, por exemplo, dou para chorar. Outros sorriem e outros ainda lamentam. Mas é primeiro tirar um ponto daí para poder sair para a guerra: primeiro, a organização; e, depois, o roteiro. Porque é muito complexo. Para a organização, já estão saindo daqui as idéias, as quais considero espetacular. Isso demonstra que a CPI precisa continuar, porque ela está mexendo com coisas que eram escondidas, porque, embora elas

estivessem a olho nu, o cego não queria ver. O povo brasileiro não queria ver isso.

Ao despertar o povo para o problema, todos nós estamos sofrendo na carne, porque estamos vendo a situação dos nossos irmãos. Do outro lado, temos alegria também, porque nossos irmãos começam a ser viajantes, retirantes, e automaticamente adquirem conhecimento, trazendo reservas para nós, sem dúvida nenhuma.

Porem, isso não basta. O que desejamos é que essa travessia, por lei internacional e por direito constitucional, não seja sofrida, mas que seja normal. Nós já tivemos a fase de receber; agora estamos oferecendo. Nós estamos emigrando. Antes recebíamos imigrantes. Diante disso, acho justo, justo mesmo – já pulo para isto dentro; deste mesmo assunto, já dou argumentos para o outro – darmos continuidade a esta CPI. Cada vez que mexe, desperta em cada brasileiro um juiz de cada causa dessas. Cada um, seja criança, seja idoso, seja mulher, qualquer um, passa a abraçar e a entender. Noto, quando converso com todos eles sobre a emigração, o interesse. Nessa conversa, tanto nos Estados Unidos, como na Europa, sentimos isso. Tivemos o testemunho de uma autoridade, que disse que os emigrantes brasileiros devem continuar indo para a Espanha, porque sustentam os aposentados, aqueles legalizados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Se V. Ex^a me permite, o testemunho foi dado na Câmara dos Lords. Um senhor mais velho nos apresentou um relatório em que constava que a conta da Previdência tinha uma equação que só fechava se tivesse pelo menos três ou quatro imigrantes trabalhando para cada aposentado. O inglês está cada vez vivendo mais, e, portanto, o tempo de aposentadoria é mais longo. Essa conta fechava com os imigrantes. Fez uma observação que é ruim, porque disse que esses imigrantes, que vinham trabalhar para somar os quatro trabalhando para um aposentado, eram convenientes à Nação porque não traziam dependentes. A maioria deles não trazia nem esposa nem filhos, vinha apenas para trabalhar, juntar algum dinheiro ou mandar dinheiro para casa, mas acabava fechando a conta da Previdência.

O SR. DR. HELENO (PSDB – RJ) – É o perfil do emigrante brasileiro. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – É o perfil do emigrante brasileiro.

O SR. DR. HELENO (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – V. Ex^a tem toda razão. Penso que o Relator deve se debruçar sobre isso, sobre essa atitude um tanto quanto desumana, porque os países sabem que o bra-

sileiro está lá, está produzindo crescimento da nação, não lhe dão condições legais, mas o aceitam como ilegal, de acordo com esta perspectiva: “Precisamos de quatro trabalhando para cada aposentado. Vamos deixá-los, porque estão trabalhando e não têm aqui nem filho nem parente para tomar dinheiro do nosso estado de bem estar social”. Eles são países com estado de bem estar social.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Uma pergunta antes do nobre companheiro: V. Ex^a colocaria em votação a sua sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Vou colocar em votação. Já foi discutido. Alguém mais deseja discutir veiculação da publicidade da nossa Comissão com relação à identificação dos brasileiros desaparecidos?

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Só desejo dar mais uma idéia, Sr. Presidente, porque pode ser esta a derradeira oportunidade. É necessário alguém da área da comunicação da Casa para pensar um plano que seja o mais eficaz, o mais profissional, científico, porque eu, particularmente, tenho limitações para poder fazer uma proposta. Creio que isso é coisa de profissional da imprensa, que deve propor e auxiliar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – V. Ex^a sugere que, na próxima reunião da Comissão, a assessoria apresente um plano de divulgação na mídia, a fim de que possamos auxiliar as famílias a identificar os seus membros desaparecidos? Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Perfeitamente.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Penso que isso dá prosseguimento ao requerimento que V. Ex^a apresenta.

Concedo a palavra ao Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Primeiramente, quero saudar V. Ex^a e os demais membros. Já falamos em ocasião anterior. A razão que me faz argüir a Mesa é a questão de outros fatos graves que vêm ocorrendo. Acredito que esta Comissão tem também a função de ajudar a imagem do Brasil lá fora. Quando vemos o próprio Presidente Bush citando nominalmente o brasileiro, penso ser hora de esta Comissão tomar uma grandeza maior e encaminhar aos outros órgãos, como ao Ministério das Relações Exteriores, algumas providências. Penso que foi altamente negativa para a imagem do Brasil a maneira jocosa como o Presidente dos EUA referiu-se aos brasileiros. É sinal que ele está acompanhando de perto os fatos. E isso também cria

outro lado da argumentação de que é preciso aumentar os vistos temporários de trabalho.

Com relação aos vistos temporários, eu gostaria de levar o assunto com relação ao Japão, os brasileiros que migram para o Japão porque há poucos instantes recebi uma informação de gravidade que denigre a imagem do País. Depois de manhã, quando houver a audiência pública em São Paulo, eu quero conversar com esse senhor que nos informou de algumas ocorrências em cidades do Japão. Maus brasileiros que conseguem com facilidade passaportes e que têm passagem pela Polícia no Brasil, eles vão ao Japão e criam dificuldades ao ponto de denegrir a imagem dos brasileiros. Vou tomar ciência desse fato. Eu soube que em duas cidades, vou chegar ao detalhe dessas informações, há placas na entrada indicando que brasileiros não são bem-vindos. Isso merece uma atenção da nossa Embaixada, do Ministério das Relações Exteriores para que o nosso Cônsul veja *in loco* a veracidade dessa informação. Quem sabe nós, por meio desta ferramenta preciosa que é a CPMI, possamos conversar com a nossa Polícia Federal, com órgãos que cuidam dessa área para que dificultem passaportes a brasileiros que tenham uma imagem ou passagens pela Polícia. Existem cidades onde a situação do brasileiro é denegrada por causa de maus elementos.

Todavia, também sei de japoneses que vieram do Japão e trouxeram problemas. Nem por isso o Brasil tem imagem negativa do japonês que vem para o Brasil porque um ou outro acaba denegrindo a imagem. Pelo contrário, nós tivemos, na viagem a que V. Exª não pode ir por doença de parentes, estivemos em cidades dos Estados Unidos como (*Inaudível.*), cujo prefeito nos recebeu com um sorriso nos lábios, dizendo que o brasileiro é querido, é bem-vindo naquela cidade. E sei de tantas outras, como, por exemplo, Danbury, no Estado de Connecticut.

Eu gostaria que V. Exª tomasse isso como uma das pautas para que nós pudéssemos detalhar. E peço que V. Exª esteja conosco na audiência pública que se realizará em São Paulo, quando estaremos abordando a questão decaassegui.

A presença de V. Exª engrandece e honra esta CPMI, com V. Exª sabe. Convido também os outros companheiros para estarem presentes na audiência que se dará na sexta-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Eu faço este apelo aos companheiros para estarmos juntos em São Paulo nesta sexta-feira, no Hotel Nikkei, para conduzirmos a audiência pública. Ali é bom porque é bem perto da comunidade japonesa em São Paulo e para tratarmos do assunto dos nossos nacionais no Japão.

No Rio de Janeiro, uma colônia grande se estabeleceu na zona oeste do Rio como agricultores. Na época da guerra, o Japão marchou contra os EUA e houve uma série de preconceitos e até um pequeno campo de concentração no Rio de Janeiro onde se prenderam japoneses. Eles foram colocados lá em situação degradante. Porém, na situação de paz em que vivemos agora, não é possível generalizar numa comunidade de centenas, milhares de brasileiros que estão no Japão. Nós vamos realmente debater na sexta-feira porque os japoneses vieram para cá, tornaram-se grandes empresários, pessoas proeminentes na nossa sociedade. Infelizmente os nossos brasileiros no Japão não têm a mesma oportunidade e acabam sempre trabalhando como operários de fábricas por questões de cultura, língua, etc. Mas é preciso debater. Eu faço um apelo aos senhores para que estejamos juntos em São Paulo.

Assim que V. Exª tiver as informações – acho que teremos uma consciência maior disso na audiência de sexta-feira –, vamos tomar imediatas providências para remeter ao nosso cônsul-geral no Japão um requerimento de informação, para saber se isso realmente procede. Então tomaremos as providências legislativas e até governamentais e pediremos que essas placas sejam retiradas, porque constituem uma discriminação horrorosa contra os brasileiros e contra o Brasil.

A pedido do Relator, vamos encaminhar.

Antes de terminar a reunião, quero tratar daqueles assuntos que propus. Precisamos decidir hoje se vamos fazer um projeto da Comissão, se vamos encaminhá-lo à Câmara ou não, qual será o nosso posicionamento...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, a título de informação, porque acompanhei a fala de V. Exª a respeito dos coquetéis. Hoje os brasileiros são proibidos de recebê-los?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não são proibidos, mas não têm direito.

Segundo soubemos em nossa audiência pública em Londres, uma professora que estuda o caso disse que os brasileiros com aids saem do Brasil por causa da discriminação familiar e por causa de dificuldade de relacionamento com parentes e amigos. Segundo nos disse, são dentistas, engenheiros, médicos – quanto mais alta a posição social deles, maior é a discriminação –, que vão para lá numa situação frágil. Vão varrer chão, trabalhar como garçom, motorista, mas querem viver longe da discriminação que a doença lhes impõe.

Como o tratamento é muito caro, eles não conseguem de graça o coquetel nos países europeus, enquanto no Brasil ele é distribuído gratuitamente.

Temos os 25 remédios; 15 são fabricados no Brasil, e estamos lutando para quebrar a patente dos outros 10. A idéia é pôr o assunto em discussão, ouvir os Deputados e Senadores para elaborarmos um projeto da Comissão.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – V. Exª me permite uma pergunta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Em razão da urgência urgentíssima, um decreto legislativo não resolveria esse problema?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – É o que estou submetendo ao debate. Está em discussão se devemos marcar uma audiência com o Presidente da República e pedir a Sua Excelência que encaminhe uma medida provisória, ou se devemos compor aqui uma comissão para visitar o Ministro da Saúde e tratar desse assunto.

Com a palavra o Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, já está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Sim.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Ocorreu-me um aspecto constitucional. Reza a Constituição que o brasileiro, esteja onde estiver, é um cidadão de pleno direito; não importa se está aqui ou alhures. Não existe um brasileiro ilegal, tendo em vista a Constituição. Está sempre em condição legal e sempre tem plenos direitos.

Quando V. Exª trouxe à CPMI a questão da distribuição dos coquetéis, eu refleti sobre a assistência jurídica gratuita, que também é garantida constitucionalmente ao cidadão que não tem meios de custear sua defesa. Por vezes, em situação de vulnerabilidade, um ou outro consulado pode ou não ajudar, se tem ou não recursos...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Deputado André Costa, V. Exª me permite?

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Pois não.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Consultei os diversos consulados, em que estive, em Londres, em uma ocasião anterior, e nos Estados Unidos, e todos os cônsules e equipes de funcionários disseram que não há orçamento. O ideal seria ter um assessor jurídico, principalmente para orientar os brasileiros que estão lá.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Exatamente.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Mas o orçamento de nossos consulados não permite isso. Mesmo que hoje a arrecadação seja grande, apesar dessa si-

tução que vimos nos Estados Unidos, onde brasileiros pedem documentos que são pagos, mesmo assim, esses valores não são repassados aos consulados. Automaticamente, eles têm um orçamento limitado, que não lhes permite constituir um assessor jurídico, o que, com certeza, no exterior não é barato.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Perfeito. Eu só queria dizer exatamente nesse sentido que não se trata de se criar um direito: é um direito constitucional. Os brasileiros que estão no exterior têm direito ao coquetel, como eles têm direito à assistência jurídica gratuita, se for necessário. Como fazer valer esse direito, com que instrumento legal, isso é matéria constitucional. O decreto pode vir no sentido de mostrar de que forma podemos tornar objetivo esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – A observação de V. Exª é perfeita. Não podemos legislar numa legislação que já existe. Estendendo o princípio constitucional de que o brasileiro, onde quer que esteja, goza dos mesmos direitos constitucionais que aquele que esteja aqui no Brasil, deveríamos, então, encaminhar ao Ministro da Saúde uma proposta de que esse direito seja cumprido, que seja noticiado às embaixadas do Brasil no exterior que os brasileiros que sejam portadores do vírus HIV podem receber o coquetel nas datas e durante o tratamento sempre que precisarem. E que o consulado tenha condições de identificar isso através de um médico, para evitar que maus brasileiros, sem necessidade, recebam o coquetel e o acabem vendendo.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Fiquei contemplado com o encaminhamento. Eu estava formulando justamente esse encaminhamento para que pudéssemos, através de uma subcomissão da nossa comissão, visitar o Ministro da Saúde, encaminhar a S. Exª essa preocupação, essa sugestão dos brasileiros que estão lá fora, para que, através do próprio Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e os consulados, pudessem ser atendidos nossos amigos brasileiros que estão no exterior e que estão contaminados com o vírus HIV e que precisam desse tratamento. Penso que é esse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Até ampliando a proposta do Deputado Leonardo, eu entendo, pela importância do tema, que é possível uma ação efetiva desta CPMI. Entendo essa ação como emergente e de peso. Deverá ser feito, portanto, um expediente, um ofício por parte da assessoria para que na semana que vem, Senador, V. Exª possa ir, com

quem for possível, ao Ministro da Saúde para protocolar esse documento, conversar e pedir uma celeridade no atendimento. Proponho que seja encaminhado dessa maneira. Quem puder, vai com o Senador, e eu mesmo já me proponho a isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ)

– Com a palavra o Deputado Aldir Cabral.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, após ouvir os nobres pares, eu sugeriria que fosse consultada nossa consultoria técnica, porque, de chofre, fazemos uma visita sem estarmos amparados legalmente por qual direcionamento possamos ter, penso que seria melhor, uma precaução, consultarmos nossa consultoria técnica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ)

– Vamos tomar essa providência que V. Ex^a sugere.

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só para complementar o que o Deputado Aldir Cabral relatou. Eu acredito, como disse o nosso nobre Deputado André Costa, que não podemos legislar sobre assunto que já é garantido por lei, para o qual já existe legislação específica. Acredito que, possivelmente, tenha ocorrido na época em que começaram a distribuição dos coquetéis alguma portaria disciplinando a entrega desses coquetéis. Devemos ter acesso a essa portaria, porque, se houver algum item que contrarie a nossa legislação, poderemos pedir ao Ministro que a revogue e a atualize, permitindo aos brasileiros que estão no exterior que recebam o coquetel.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR

– RJ) – Vamos encaminhar.

Com a palavra o Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Obrigada, Sr. Presidente. Até por que é matéria infraconstitucional, uma portaria, ela pode não estar em consonância com o direito maior, constitucional. Pode ser que ela não esteja contemplando os brasileiros no exterior, e deverá contemplar. A correção pode ser encaminhada pela CPI nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – A consultoria desta Comissão, então, fará os estudos para que uma representação da nossa CPMI possa estar com o Ministro, levando a ele o pleito dos brasileiros que estão no exterior.

Temos alguns requerimentos para serem votados.

Do Deputado Neucimar Fraga, que requer a convocação do Srs. José Geraldo Jorge Russo, (*Inaudível.*) de Matos, Márcio Gomes, Leandro, Fernanda, Alessandra Melo, Marcelo Oliveira, Stanislau, Flávio de Assunção Costa, Silau, preso na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, e Sr. Wellington Carvalho dos Santos, preso

na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, acusados de serem membros de uma quadrilha especializada em enviar muitas pessoas ilegalmente para os Estados Unidos, México e Europa.

“Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 36, que” – aí cita novamente as pessoas...

Eu faço uma pergunta a V. Ex^a, Deputado Neucimar Fraga: há alguma previsão de audiência pública na cidade de Vila Velha, lá no Espírito Santo? Há um requerimento aprovado para isso?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente. Já existe um requerimento aprovado desde o início desta Comissão. Nós estávamos aguardando pela ordem do relator, um entendimento a respeito da possibilidade de irmos ao Espírito Santo. Então, se for possível realizar uma audiência pública no Espírito Santo, poderíamos ouvir essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Em votação o requerimento do Deputado Neucimar Fraga.

Os Srs. Senadores e Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, então, a data da nossa audiência pública em Vila Velha a ser marcada pelo Relator desta Comissão.

Deputado João Magno de Moura: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública sobre tráfico de mulheres brasileiras para exploração sexual no exterior, em data a ser agendada por esta Comissão, tendo como convidados os seguintes palestrantes: Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, ambas professoras da Universidade de Brasília e organizadoras do relatório nacional chamado Pestraf – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual; um representante da Polícia Federal para falar sobre as operações de combate do tráfico de pessoas.”

Os Srs. Deputados...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Pois não, com a palavra V. Ex^a.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é sobre a matéria. Na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovada uma audiência pública, a ser marcada na primeira quinzena de dezembro – não tive ainda a confirmação – sobre esta matéria, tráfico de mulheres, inclusive com algumas pessoas já citadas. Eu proporia, então, a realização de uma audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, que já fará sobre o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não havendo quem peça a palavra...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Pois não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Eu quero saber se, regimentalmente, é possível nós locarmos uma CPML para uma reunião da Comissão de Relações Exteriores, ou ela vir até aqui. É possível, Isaías? Regimentalmente cabe?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Podemos verificar com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados da conveniência ou não de trazermos esta audiência pública para as dependências do Senado federal ou fazermos lá. Acho que é oportuna a sugestão para que, numa audiência só, tratemos do assunto.

Em votação.

Os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento: “Nos termos regimentais, solicito à Secretaria desta Comissão que providencie a autuação técnica dos documentos em anexo recolhidos junto às autoridades do parlamento do Governo britânico para possibilitar acesso aos consultores parlamentares desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.”

Em discussão. (Pausa.)

Os que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Este documento feito pelos lordes lá da Inglaterra, com evidências, é fundamental para que o relator possa ter um bom relatório, mostrando realmente como é a condição dos brasileiros lá fora, o imenso lucro que dão, até para que o nosso pessoal do Itamaraty fique a par desta situação: como é que os brasileiros, trabalhando lá fora, mesmo como cidadãos de segunda categoria – porque a maioria é ilegal, infelizmente –, contribuem para o engrandecimento do País onde estão. Isso é de notório saber do Parlamento, porque esse relatório é apresentado com evidências, com provas, e o que nos impulsiona e nos dá forças para lutarmos realmente para que projetos como o Guest Workers, nos Estados Unidos, sejam aprovados em todos os lugares onde os brasileiros estão.

Então, vamos colocar em discussão.

Requerimento do Deputado Geraldo Thadeu, que, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal,

da Lei nº 1.579, de 1952, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e dos demais dispositivos regimentais, requer cópia integral à Polícia Federal de todos os documentos referentes à operação Canaã e Overbox.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eu estou preocupado com alguns ações, Sr. Relator, de caráter um tanto quanto emergenciais. Creio que esses assuntos precisam ser encaminhados antes de entrarmos em recesso, se é que haverá recesso este ano. É o caso, por exemplo, da Embaixada Americana. Esse projeto está na Câmara dos Deputados, salvo engano, há anos, dormitando pelas Comissões.

Pergunto aos companheiros se seria possível que os membros da nossa Comissão fizessem um requerimento ou impulsionassem os Líderes a fazerem um requerimento de urgência para a tramitação desse projeto, tendo em vista que estamos sufocados? Eu me conscientizei disso por ocasião daquela audiência pública em Londres. Várias vezes os participantes daquela audiência disseram que... Não sei se os senhores estão lembrados, mas uma das moças disse: “Não tenho mais como atender brasileiros em meu escritório de assessoria; estou sobrecarregada, viajando pelos países.” Precisamos de consulados. Já há centenas de milhares de brasileiros, hoje, no exterior, e continuamos com a representação consular de trinta anos atrás.

E há interesse. O Brasil já fez proposta de abrir consulado em Atlanta e na fronteira com o México, mas nenhuma foi aprovada, exatamente porque os americanos requerem uma contrapartida, que é a solução do Consulado-Geral do Estados Unidos no Rio de Janeiro. E eu gostaria de ouvir V. Exª sobre o encaminhamento desta matéria.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, sendo possível, a nossa assessoria técnica poderia preparar um requerimento, em nome dos Deputados que fazemos parte da Comissão, requerendo do Presidente da Câmara a colocação do projeto na Ordem do Dia.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Em nome dos Senadores.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Não, na Câmara dos Deputados. O projeto está na Câmara. Nós, Deputados, teríamos que assinar o requerimento solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – A proposta de V. Exª é excelente. A Comissão faria uma visita ao Presidente Aldo Rebelo, exporia a S. Exª os problemas que estamos encontrando nos trabalhos e pediria que ultimasse a votação desse projeto.

V. Exª tem a palavra.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, além de Londres, a nossa audiência pública em um seminário, em Boston, teve os mesmos problemas apresentados pelo nosso Cônsul, Embaixador Jório Salgado, a respeito da dificuldade de fazer uma ampliação do consulado em Boston, porque o governo americano, em retaliação a essa decisão do Brasil de cobrar os impostos, está dificultando a venda do imóvel e também não está permitindo a ampliação e a abertura de novos escritórios nos Estados Unidos.

Não sei se V. Exª tem informação a respeito, mas eu só quero perguntar o seguinte: esse projeto de lei trata especificamente sobre Estados Unidos ou é abrangente para todos os países que têm dívidas previdenciárias ou trabalhistas com o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não, é acordo entre Brasil e Estados Unidos para liberação de impostos pagos por representação consular do país. E é da seguinte maneira: nós liberamos aqui e eles liberam lá.

O SR. DR. HELENO (PP – RJ) – Sr. Presidente, uma pergunta: os tributos têm algo a ver com IPTU?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Sim.

O SR. DR. HELENO (PP – RJ) – Então há algum embargo por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não, mas é lei federal.

O SR. DR. HELENO (PP – RJ) – Ah, sim.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Creio que há de Direito Trabalhista, também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não, eu acho que é gravame sobre imóvel.

O SR. DR. HELENO (PP – RJ) – A dispensa do tributo é federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Exatamente.

Então é conclusão desta Comissão que o Sr. Relator fará uma comissão, junto com os Deputados membros, para visitar o Presidente e pedir-lhe que coloque a matéria em votação. Eu creio que isso seria fundamental.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Exª me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Pois não. V. Exª está com a palavra.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – A assessoria deve destrinchar melhor a compreensão disso do ponto de vista técnico para irmos ao Presidente Aldo Rebelo com a cópia nas mãos e dizermos o que deve ser feito e quais as razões, porque assim fica mais fácil. Devemos ser bem pragmáticos.

Portanto, peço à Assessoria aqui presente que já anote isso, a fim de nos auxiliar, de preferência para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Por favor. Reitero o pedido do Relator para que, na próxima semana...

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – E convido o Presidente a nos acompanhar em visita ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com o maior prazer, se não for considerada intervenção indevida de um Senador em assunto que tramita na Câmara dos Deputados, terei a maior honra de acompanhar a Comissão.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – V. Exª vai engrandecer a presença desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Muito obrigado. Peço à Assessoria Técnica da Comissão que providencie os estudos, de tal maneira que levemos uma proposta bem elaborada e consolidada ao Presidente da Câmara e possamos colocar em votação esse assunto, que tramita há anos no Congresso Nacional.

Com relação aos demais assuntos, é apenas um apelo que faço a V. Exªs no sentido de que, no prazo regimental de apresentação das emendas, contemplem aquela rubrica que o Relator do Orçamento, Deputado...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Quero fazer um apelo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra V. Exª.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Se existe algum Parlamentar aqui que ainda tem a oportunidade de incluir pelo menos uns 40, 50 mil, como emenda para iniciarmos esse trabalho... Lamentavelmente, minhas emendas já foram fechadas. Eu estava fora do País...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Nós poderíamos... Bem, eu mesmo vou ligar para o Relator do Orçamento e fazer gestão no sentido de colocarmos uma emenda ou minha, individual, ou tentar uma emenda desta Comissão. Nós precisamos apresentar...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Quem sabe uma emenda de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Uma emenda de bancada, coletiva...

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Algo simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – No sentido de que possamos obter algum recurso para atender os brasileiros pobres que precisam ser repatriados, o que é um pedido constante.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Os integrantes subscreveriam.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Faríamos isso. Subscrita por todos os membros da Comissão. Assim que sair daqui, farei gestão junto a S. Ex^a.

Consulto o Relator da Comissão se há mais algum assunto para deliberar nesta reunião.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Gostaria apenas de fazer uma consideração final. Sr. Presidente, gostaria de fazer uma outra ponderação. Pergunto aos Deputados aqui presentes quantos participariam da audiência pública, em São Paulo. Seria interessante, porque vamos trazer todas as lideranças da comunidade nikkei do Paraná e de São Paulo, que são as duas maiores comunidades nipo-brasileiras. O Presidente da Associação da Aliança Cultural Brasil-Japão, o Presidente da Associação Dekassegui e algumas outras pessoas que estão vivendo esse problema. Remessa de dinheiro, previdência e escolas com certeza são assuntos que serão abordados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Se o Relator me permite, vou solicitar ao Secretário da Comissão que faça contato telefônico com os membros e verifique quem participará. Também faço um apelo ao setor de Comunicação Social da Comissão no sentido de que avise os meios de comunicação (Record, Bandeirantes, Manchete, Globo, etc.) para que acompanhem os nossos trabalhos em São Paulo. Principalmente as rádios, porque sei que o assunto envolve a comunidade de japoneses em São Paulo, e certamente trará o interesse aos meios de comunicação.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, quero falar da ordenação dos trabalhos para depois do meio-dia na Comissão. Já estamos chegando a um ponto, nesta CPMI, pedindo a prorrogação dos trabalhos. A parte mais pesada de todo o trabalho, que são as audiências internacionais, as audiências públicas em vários lugares, muito trabalhosas, buscando subsídios, nós já fizemos. Vamos, agora, executar o trabalho de aprimoramento, em que o papel da Assessoria Técnica é de grande importância, principalmente para moldar o tipo de relatório, com toda uma substância que precisamos fazer. Evidentemente, todos nós Parlamentares, Senadores e Deputados, po-

demo auxiliar na leitura e contemplar com mais conteúdo o que precisar melhorar. Nesse sentido, todos os Parlamentares têm a capacidade de contribuir. Todos estão empenhados, viajando conosco pelo Brasil e pelo mundo afora em função desta CPMI. De alguma maneira, pelo próprio desempenho dos parlamentares nesse processo, cada um já sabe onde pode colaborar melhor nesse relatório, que pode até ser considerado um sub-relatório. Na área da prostituição, eu penso, por exemplo, que tanto o nosso prezado Deputado André Costa e Deputado Aldir Cabral podem dar uma contribuição no sub-relatório, dando só exemplo. Nesse sentido eu já deixo, mais como alerta à assessoria, que nós estamos trabalhando um relatório que eu nem sei se é, mas acredito que é inédito. Um relatório compartilhado, onde Deputados e Senadores que têm acompanhado, têm trabalhado e participado, vão ter o seu valor e sua presença nesse sub-relatório.

Portanto quero que a assessoria esteja atenta. O Takayama, no caso concreto dos dekassegui; há uma parte da previdência em que o Geraldo Thadeu quer auxiliar também, juntamente com o Senador Valdir Raupp, nosso vice-Presidente. Enfim, é isso que eu estou pedindo, não só à assessoria da Casa, mas nós temos aqui o Dr. Ricardo da Polícia Federal, para nós estarmos cada vez mais próximos, estou propondo que, todas as terças-feiras, façamos uma reunião mais técnica, uma reunião de trabalho às 16h, com os assessores tanto da Casa como de outras instituições que estão nos assessorando. Na medida em que V. Ex^a puder também, Sr. Presidente, para nós alinharmos as dificuldades que existem no setor. Houve um período em que viajamos muito e houve uma relativa ausência de reuniões aqui. Nós estamos retomando essas reuniões técnicas e eu penso que é um bom momento para a assessoria técnica já ir preparando um relatório bem compartilhado e, todas as terças-feiras, eu, como relator, estarei à disposição lá no meu gabinete ou no gabinete do Senador Marcelo Crivella, assim que V. Ex^a puder, para fazermos o ajuntamento das necessidades para esse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Acho que essa providência é fundamental. Nós precisamos realmente de reuniões técnicas para definir bem como será explicitado esse relatório com tantos assuntos que temos causa, temos terapia e as conclusões que a Comissão teve para a solução no encaminhamento desses problemas.

Uma última questão, eu coloco em discussão um requerimento, que devemos encaminhar ou não, ao Ministério das Relações Exteriores ou mesmo ao Governo americano, apresentando a posição da nossa

Comissão em relação às declarações do Presidente Bush, que lamentamos profundamente, e colocando-o a par de todas as medidas que temos tomado para evitar o tráfico ilegal de brasileiros. Acho que temos uma consciência cívica profunda e relevante, e é completamente dispensável comentários do nível em que foi feito. E já que nesse jugo do Texas Hold, é uma coisa de bate e volta, pingue-pongue, se põe a carta e na mesma hora ela é sacada, com um sujeito que tem a carta mais alta. E isso provocou uma reação de risos na platéia exatamente porque eles inventaram uma coisa chamada *expedited removal*, que tira a necessidade de o emigrante comparecer à Corte para ter uma sentença de deportação, o que a lei clássica americana previa.

É claro que eles não tinham lugar para deter 30 mil brasileiros e, portanto, eles liberavam os brasileiros, seguravam os documentos, mas davam liberdade por palavra. E aí o brasileiro não voltava à audiência para que fosse, então, atendido e recebesse sua sentença de deportação. O *expedited removal* era assim: você chegou aqui, não tem direito a ir à Corte, não vai dizer se é refugiado, nada disso, você vai chegar e ir embora no próximo avião. É uma política de emigração, que deve ser debatida.

Até aí se comparar isso a uma Texas Hold, eu acho que não caberia e acho que nós, como Parlamentares – minha opinião e aí consulto a Comissão, porque não quero tomar uma posição individual –, poderíamos encaminhar o nosso sentimento.

Com a palavra V. Ex^a, Deputado João Magno.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, vi, por alto, essa palavra, pela imprensa, do Sr. Bush, e achei uma coisa debochada de fato. Ele está contando vantagem, talvez para poder superar o momento particular político em que vive, e desconhece que existe um trabalho efetivo da Polícia Federal brasileira, há pelo menos seis meses, principalmente depois que esta CPIM foi instaurada, trazendo resultados concretos para se desbaratar as quadrilhas do Brasil. Eles têm informações sobre isso e nem sequer as consideraram.

Portanto, esse tom de desprezo que foi colocado a respeito apenas do Brasil, com relação a se refutarem imigrantes brasileiros, que estão proibindo – sem citar outras nações, que mandam 40 a 60 vezes mais, como é o caso do México e de outros países –, penso que deve ser refutado. Temos de fazer um documento bem trabalhado, civilizado, mas contundente contra essa atitude debochada, desrespeitosa e inoportuna do Sr. Presidente Bush com o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra o Deputado André Costa.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Por favor, Sr. Presidente, a título de esclarecimento, qual foi o teor exato da declaração do Presidente Bush e o contexto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Ele estava na cidade de El Paso, fronteira com o México, e, então, parabenizou a atuação da *board patrol*, dizendo que, no caso, agora, eles estão atuando com uma tática chamada *Texas Hold*, que é esse *expedited removal*, um nome técnico – ele inventou esse *nickname*, esse apelido, essa comparação. E disse, portanto, que achava que, quando os imigrantes subissem que bateriam aqui e que iriam ser chutados, kickados, rebatidos de pronto, eles não teriam mais incentivos para ir para o país dele. Desde o momento em que ele disse isso, está no jornal, todo mundo viu. Foi uma coisa jocosa.

Então, esse é o contexto.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Ele citou “brasileiros”?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Ele cita “brasileiros”.

Na verdade, este *expedited removal* acontece muito com os mexicanos. Os mexicanos são removidos da ponte, eles são mandados aos milhares todos os dias; mas ele não cita os mexicanos, cita o caso dos brasileiros.

Eu não sei se isso tem alguma coisa a ver com a posição do Brasil em relação à Alca. Ele reclamou muito aqui do Brasil juntamente com o Mercosul. E, hoje, o Presidente Lula, juntamente com o Presidente Kirchner, reafirmou que o Mercosul não está interessado na Alca nos moldes propostos pelos Estados Unidos.

Não sei, mas essa foi a situação.

O SR. ANDRÉ COSTA (PDT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para formar uma opinião acerca do caso: a CPMI tem conhecimento se houve uma nota de protesto do Itamaraty?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Não, porque ele disse isso ontem e foi divulgado na imprensa hoje. Quer dizer, não sei ainda a posição oficial do Itamaraty, mas acredito, pelo que conheço do Secretário-Geral, Samuel Pinheiro Guimarães, que isso não vai ficar sem resposta.

Bom, acho que ele quer o sentimento da Comissão, que devemos pronunciar-nos. Então, vamos preparar um documento e, na próxima semana, nós o colocamos votação o teor do documento.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, permite-me a palavra para acrescentar algo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Temos um prazo para colher as assinaturas na Câmara, que é mais difícil do que no Senado. Portanto, eu e o Deputado Leonardo vamos colher pelo menos umas oitenta assinaturas na Bancada do PT.

Rogo aos ilustres Pares, Deputados que compõem esta CPMI, para colherem nas suas respectivas Bancadas pelo menos umas vinte assinaturas cada Deputado. Se fizerem isso, vai nos auxiliar muito, porque o prazo é até a semana que vem.

Então, os senhores já colocam isso como dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Deputado Osório Adriano, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF) – Sr. Presidente, às vezes eu não gosto de falar, não, mas as circunstâncias pedem, não é?

Eu acho o povo dos Estados Unidos, e eles sabem disso, brilhante. Devemos aplaudi-los. O Estado, em si, devemos aplaudir. Agora, eles não souberam votar, a verdade é essa.

Há poucos dias, falaram em bucho e eu não sabia o que era – o bucho era Bush. Eu condenei isso, mas hoje estou começando a ver que ele está pensando dessa forma, como um bucho, porque não é possível. Eles têm que saber que não somos um País de guerra, nós não somos espártacos. Nós somos um País que gosta da felicidade, gosta do sorriso.

Se vierem nos provocar e achar que temos armas, se não conseguirem uma posição para nos agredir e nós revidarmos, automaticamente, eles começam dessa forma, porque sempre foi feita a vontade deles aqui. Mas, hoje, nós temos seres pensantes e esse raciocínio todo, que foram, inclusive, para os próprios Estados Unidos. Então, tem que haver respeito por aquelas pessoas que também engrandeceram as cidades de lá, como esses cientistas nossos e uma porção de inteligências que estão lá.

Isso me deixa até triste, porque guerra nós não vamos aceitar nunca. Eles podem bater na nossa face que nós vamos dizer assim: “Bate na outra.”. Nós queremos paz, nós queremos o coração puro para isso.

Acredito que a nossa resposta deva ser dessa forma, uma resposta que diga que nós somos um povo que gosta de ver o futuro, criando o presente, embora sofrido e doído, e que isso dói em nós. Mas, nunca, jamais, vamos revidar uma posição como essa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMDB – RJ) – Vamos, então, preparar alguma coisa que leve em consideração as palavras de V. Ex^a e a altivez deste povo, desta gente sofrida mas valente.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 17h19min.)

Ata da 11ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2005.

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças do Senador Valdir Raupp e dos Deputados João Magno, Takayama, Aldir Cabral, Geraldo Thadeu, Leonardo Monteiro, Doutor Heleno, André Costa, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 11ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a apreciar os requerimentos apresentados. Dando seqüência à reunião, o Presidente, Senador Marcelo Crivella, coloca em discussão e votação, em bloco, os seguintes requerimentos, que são aprovados por unanimidade: **Requerimento nº 57/2005**, de autoria do Deputado Takayama, solicitando realização de audiência pública e diligência no Japão para fazer levantamento da situação dos cerca de mil e quinhentos brasileiros presos naquele país; **Requerimento nº 58/2005**, de autoria do Deputado João Magno, solicitando aos delegados da Polícia Federal: Dr. Luciano Ferreira Dornellas, Dr. Jones Ferreira Leite; Dr. Cezar Luiz Brito de Souza; Dr. Luiz Carlos Korf Rosa Filho; e Dr. Clayton J. L. Robert Teixeira Jr, o envio a esta CPMI de relatório sucinto sobre cada uma das operações pelas quais foram responsáveis; **Requerimento nº 59/2005**, de autoria do Deputado João Magno, requerendo seja solicitada às empresas aéreas: COPA, TACA, LAB, AVIANCA e LANCHILE, lista de passageiros brasileiros que adquiriam bilhetes internacionais para a Cidade do México, entre 1º de julho de 2003 e 1º de dezembro de 2005, especificando as cidades (no Brasil ou no exterior) de origem. O Presidente faz a leitura do **Requerimento nº 60/2005**, de autoria do Deputado Takayama, no qual solicita a realização de audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu, para fazer levantamento da situação dos emigrantes ilegais. Colocado em discussão, o requerimento fica sobrestado por não conter na justificção as razões mais especificadas para a realização dessa audiência. Em seguida, o Presidente concede

a palavra aos Deputados João Magno (relator), Aldir Cabral, Leonardo Monteiro, Geraldo Thadeu e ao Deputado Dr. Heleno, que manifestam os bons resultados que esta CPMI tem obtido em seus trabalhos e agradecem o apoio de todos integrantes desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Izaías Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ)

– Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta desta 11ª reunião destina-se a apreciar os requerimentos apresentados à Comissão recentemente, os quais passo a ler, colocando-os em votação.

Requerimento s/nº, de 2005, do Sr. Deputado Takayama. Solicita a realização de audiência pública e diligência no Japão para fazer levantamento da situação de cerca de 1.500 brasileiros presos naquele país.

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª que seja realizada reunião de audiência pública e diligências desta Comissão no Japão, para fazer levantamento da situação dos brasileiros presos naquele país.

Esta Comissão tem feito um trabalho de grande relevância para a sociedade brasileira, fazendo-se necessária a ampliação desse trabalho nos vários países em que encontramos o povo brasileiro vivendo sob forma desumana e ilegal, para que o Estado brasileiro se faça presente e, identificando o problema, possa, ao final, apresentar soluções no campo legislativo-político.

Assim, é de suma importância que esta Comissão se faça presente no Japão para fazer um levantamento efetivo sobre a situação dos cerca de 1.500 brasileiros presos naquele país.

Temos a certeza de que os nobres Pares apoiarão esta medida, de grande importância para o povo brasileiro.

O outro requerimento, do Deputado Takayama, solicita audiência pública em Foz do Iguaçu, para fazer levantamento da situação dos emigrantes ilegais.

Esta Comissão tem feito trabalho de grande relevância para (.....).

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª que seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão em Foz do Iguaçu, Paraná, para levantamento da situação dos emigrantes ilegais no Paraguai.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º, **caput**, da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, do art. 148 do Regimento Interno do Senador Federal, seja solicitada às companhias aéreas abaixo discriminadas lista de passageiros brasileiros que adquiriram bilhetes internacionais para a Cidade do México entre 1º de julho de 2003 e 1º de julho de 2005, especificando as cidades do Brasil ou do exterior de origem.

Empresas:

Copa – Companhia Panamenha de Aviação;

Taca – Transamerican Airlines;

Lab – Lloyd Aereo Boliviano;

Avianca – Aerovias Nacionales de Colombia S. A.;
LanChile.

O requerimento deverá ser encaminhado ao Departamento de Aviação Civil para que, após repassado às mencionadas empresas aéreas, forneça a esta CPMI as informações solicitadas no prazo máximo de trinta dias.

Solicitamos que os dados sejam enviados também em meio magnético, na forma de DOT, texto, e XLS, planilha de Excel, quando possível.

Os depoimentos de brasileiros deportados dos Estados Unidos que chegaram ao Brasil em 3 de agosto em 2005, acompanhados por Parlamentares desta CPMI da Emigração, apontam claramente a compra de inúmeros bilhetes para o México por meio das supracitadas empresas aéreas. A obtenção da lista de passageiros que chegaram ao México entre 1º de julho de 2003 e 1º de dezembro de 2005 é o único meio de estimarmos o fluxo brasileiro para os Estados Unidos, além de permitir o cruzamento de informações para apurar a participação de quadrilhas especializadas no tráfico de emigrantes.

O presente requerimento soma-se ao Requerimento nº 25, de 2005, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, que solicitava inicialmente tais informações apenas em relação às companhias Varig e Aeroméxico.

Último requerimento. Requer aos Delegados da Polícia Federal abaixo relacionados o envio a esta CPMI de relatórios sucintos sobre cada uma das operações pelas quais foram responsáveis.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exª, nos termos regimentais, o encaminhamento de um ofício a cada um dos Delegados da Polícia Federal abaixo relacionados, solicitando o envio a esta CPMI de relatório sucinto

de cada operação, inclusive investigação pela qual foi responsável, contendo as seguintes especificações: número de prisões efetuadas; número de buscas e apreensões; número de inquéritos instaurados; relação dos indiciados com a atividade desempenhada e respectiva qualificação; descrição detalhada do **modus operandi** das quadrilhas.

Delegados: Dr. Luciano Ferreira Dorneles, Dr. Jones Ferreira Leite, Dr. César Luís Brito de Souza, Dr. Luiz Carlos Korff Rosa Filho, Dr. Clayton Roberts Teixeira Junior; são responsáveis pelas Operações Babilônia; Castelo; Bye Bye, Brasil; Êxodo; Canaã; e Operação Corona.

Em discussão os requerimentos.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL - RJ) – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente. Louvo o nobre Deputado Hidekazu Takayama, que, no momento, por compromissos outros, deixa de estar presente aqui neste momento, mas os requerimentos que S. Ex^a apresenta são, realmente, louváveis de serem apreciados e aprovados.

Com relação à reunião em São Paulo, parece que foi de grande êxito. Não pude comparecer, por compromissos políticos já agendados no Rio de Janeiro, que foram de grande importância para a minha pessoa.

Resta-me uma dúvida em relação ao segundo requerimento de S. Ex^a. Acredito que o Relator possa nos auxiliar para que possamos aprovar. O primeiro, a respeito do Japão, não há dúvidas, porque acredito que todo e qualquer Deputado ou Senador componente desta Comissão vai apoiar a ida ao Japão de uma comissão selecionada, direcionada pela Presidência, para ouvir, inclusive, as comunidades organizadas de brasileiros que já existem lá. Mas, quanto à de Foz do Iguaçu, ele não amplia os dados. Isso me preocupou. Apesar de o Estado do Paraná ser perto, preocupa-me a formalidade da ação a ser empreendida em Foz do Iguaçu. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Deputado Dr. Heleno, deseja fazer uso da palavra?

O SR. DR. HELENO (PSC – RJ) – Só para dizer boa-tarde, Sr. Presidente. É um imenso prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – O prazer é nosso. Aliás, V. Ex^a ficou muito bem naquele programa de Caxias.

O SR. DR. HELENO (PSC – RJ) – Muito obrigado. Inclusive, a turma veio me falar, porque, no sábado mesmo, fiz o primeiro encontro dos amigos do Dr. Hele-

no, que também foi um sucesso em Duque de Caxias, de pé no chão, sapato furado e pé inchado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Mas turbinado.

O SR. DR. HELENO (PSC – RJ) – Isso não. Ainda está tudo certo. O requerimento do Deputado Takayama tem uma procedência espetacular, primeiro, porque é da terra dele. S. Ex^a conhece os hábitos, os defeitos, os vícios daquilo ali e sabe o que está passando, porque, embora saíamos da nossa terra, sempre temos notícia e guardamos isso. Por isso, é de grande valia esta Comissão partir para o Japão para ver os brasileiros lá.

Segundo, quanto a essa parte da audiência, como disse o meu Colega, precisamos de mais argumentos para saber se, de fato, há os fundamentos devidos, se são brasileiros ou se são pessoas de fora os imigrantes que estão naquela região. De qualquer jeito, partindo dele, tenho certeza de que é para o bem da Nação, o bem de todos e o bem da Comissão. Concordo inteiramente com os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Muito bem. Pois não, Deputado Aldir. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Em razão da necessária saída do Sr. Relator, porque faz parte da Comissão do Orçamento, S. Ex^a, particularmente, disse-me que esse requerimento do Deputado Takayama se dá em razão de uma investigação e de um levantamento a ser feito em torno dos “brasiguaios”.

Acredito que será realmente um trabalho precioso, porque, no requerimento, não havia explicitado tal condição para a direção dos trabalhos a serem feitos, mas o nobre Relator já nos disse aqui, particularmente, e acredito que deva ser aprovado, a fim de que uma comissão dirigida por esta Presidência possa comparecer a Foz do Iguaçu e fazer os trabalhos necessários para o levantamento, os quais vão ajudar em muito o relatório desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PMR – RJ) – Deputado Aldir Cabral, estou sendo chamado agora pelo Presidente do Senado, porque está em votação um projeto de minha autoria, terminativo, em segundo turno, e terei que fazer uso da palavra; mas entendi perfeitamente a ponderação de V. Ex^a. Estive no Paraguai, e o que existe lá são brasileiros legais e não imigrantes ilegais. Portanto, o requerimento precisava especificar melhor nossa missão lá, mas vou pedir ao nosso querido Deputado de Minas Gerais que conduza os nossos trabalhos, porque está sobre a mesa um assunto que precisamos discutir. É uma maneira, um caminho de conseguirmos abrir outros Consula-

dos brasileiros nos Estados Unidos, providência que é fundamental aos nossos irmãos que vivem lá.

Além disso, existe aqui um expediente da Secretaria da Receita Federal por uma consulta feita pela nossa Comissão.

Eu pediria, então, ao nosso consultor técnico que fizesse uma explanação para nós. E peço aos senhores que me escusem; mas, no máximo em cinco ou dez minutos, estarei de volta.

Passo a Presidência ao meu companheiro, para que possa tocar estes trabalhos. Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG)

- Passo a palavra ao nosso consultor técnico, para que possa fazer as explicações necessárias.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Agradeço a oportunidade. A questão é relacionada à possibilidade de o Brasil abrir outros Consulados, ou, em outros termos, a possibilidade de o Brasil adquirir imóveis nos Estados Unidos.

Essa questão se deu basicamente porque aqui no Brasil os Estados Unidos estão impedidos de alienar imóveis - e eles possuem muitos -, diante um problema relacionado à certidão negativa de débito previdenciário, que não é dada aos Estados Unidos, porque eles não contribuem com a parte patronal da Previdência; recolhem a dos empregados, mas não recolhem a patronal. O entendimento era que a parte patronal teria natureza tributária e, como teria natureza tributária, estaria resguardada a isenção, diante dos termos da Convenção sobre as Relações Diplomáticas de Viena e a Convenção de Viena sobre as relações consulares. Ambas as convenções dão isenção tributária às Missões.

Então, houve essa batalha de discutir qual seria a natureza da contribuição patronal previdenciária. Se seria tributária, se não seria. Chegou-se a desenhar um acordo a respeito disso. Esse acordo não vingou. Ele foi retirado em 2003 da Câmara, ano de bastante controvérsia entre a relação consular Brasil-Estados Unidos.

O Ministério das Relações Exteriores foi impedido, em razão disso, de adquirir um imóvel para a nova sede brasileira de representação perante as Nações Unidas, lá em Nova York; e não conseguiu abrir um Consulado em Atlanta também, porque não podia adquirir imóveis.

A solução começou a ser discutida nas consultorias dos órgãos administrativos brasileiros. A consultoria jurídica do Itamaraty, favorável a que fosse resolvida essa questão, acabou provocando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em 31 de outubro deste ano, foi dado o parecer pela Procuradoria. É um parecer bastante recen-

te, muitas pessoas não o conhecem, e esse parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – repito - reconhece que a contribuição patronal tem natureza tributária a partir das Convenções citadas, e, portanto, é possível hoje passar uma certidão negativa de débito previdenciário aos Estados Unidos, o que os levaria a alienar os imóveis então. Dessa forma, está resolvido esse ponto, do ponto de vista administrativo, e é uma excelente notícia esse parecer que conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Ótimo. Ele vai possibilitar, assim, a disponibilização de mais atendimento nos países em que os brasileiros estão necessitando de atenção maior. Muito bom.

Vamos colocar em votação o Requerimento nº...

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Surgiu uma dúvida, Sr. Presidente. Eu questionei a situação do requerimento do nobre Deputado Takayama, mas o segundo; o primeiro não, porque é o do Japão, consolidado, e realmente deve ser feito um trabalho em torno disso.

O segundo requerimento é justamente para que uma Comissão vá a Foz do Iguaçu. O Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Crivella, antes da sua saída para ver o seu projeto de plenário, afirmou que também acredita que o requerimento precisa ser mais bem explicitado pelo Deputado Takayama, a fim de que o votemos e aprovemos. Então, seria de bom alvitre que V. Ex^a o lesse ou, por sugestão, que fosse retirado de pauta, Sr. Presidente, a fim de que o nobre Deputado Takayama possa melhorar o delineamento das suas idéias, o direcionamento dos trabalhos a serem feitos em Foz do Iguaçu, e, numa outra oportunidade, nós votaremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. HELENO (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria que se fizesse uma juntada desses documentos citados neste momento, na ação da CPMI. São importantíssimos esses documentos da certidão. Gostaria que o parecer que nos deu essa vitória fosse juntado aos documentos desta CPMI, também como referência e exemplo. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Atendendo à proposição do Deputado Aldir Cabral, como o Deputado Takayama não se encontra, é justo que se retire o requerimento de pauta e que, numa próxima reunião, seja colocado para discussão, com a presença do Deputado Takayama, para que faça a

sua defesa e argumentação quanto a essa audiência a ser realizada em Foz do Iguaçu.

Colocaremos em votação o primeiro requerimento, pelo qual o Deputado Takayama solicita a realização de audiência pública e diligência no Japão para fazer levantamento da situação dos cerca de 1.500 brasileiros presos naquele País.

O requerimento foi lido e debatido, e colocou em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, fica aprovado o requerimento do Deputado Takayama.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Analisemos agora o requerimento do Deputado João Magno, que solicita aos delegados da Polícia Federal abaixo relacionados o envio a esta CPMI de relatório sucinto sobre cada uma das operações pelas quais foram responsáveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Passemos ao próximo requerimento, também do Deputado João Magno:

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal; do art. 2º, **caput**, da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada às companhias aéreas abaixo discriminadas a lista de passageiros brasileiros que adquiriram bilhetes internacionais para a cidade do México, de 1º de julho de 2003 a 1º de dezembro de 2005, especificando as cidades, no Brasil ou no exterior, de origem.

Então, este é um ofício à Companhia Panamenha de Aviação, à Transamérica Airlines, ao Lloyd Aéreo Boliviano, às Aerovias Nacionales da Colombia e à LanChile.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a reunião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PSC - RJ) - Não teremos mais outra reunião até o final do ano? Ou teremos? Não está marcada nenhuma outra.

Foram dias bastante felizes, e posso dizer gostosos, nessa luta que tivemos e nessa empreitada de querer, de fato, descobrir a verdade, ajudando aqueles mais sofridos. Esta Comissão marcou, de forma bem salutar, a forma de reunião, de amizade, a forma como queremos o bem do próximo. Não houve aqui nenhum holofote - como digo -, nem tampouco vi estrela aparecer. Tanto que gostei da Comissão. E cada momento do nosso encontro passou a ser um momento familiar. É nesse ritmo que gostaria que as nações pudessem administrar seus problemas, porque aqui conhecemos a realidade de cada colega na sua cidade, como Poços de Caldas, como Criciúma e outras cidades, e conhecemos a realidade brasileira. Não houve, em nenhum momento, uma forma jocosa de destruir ou de menosprezar alguém.

Além disso, a Comissão marcou também um ponto: foi quanto à participação dos dirigentes. Os dirigentes não tomaram para si somente a responsabilidade. Eles souberam espalhar por todos os outros aqui. E isso é administrar. Administrar é repartir, é conseguir construir dentro de uma forma, de mão a mão, mas com objetivos determinados de dar um resultado positivo.

E, neste Natal - que vem, é claro, de que cada um de nós, participantes, com o apoio desta Comissão -, desejo que Deus dê toda a paz, toda a tranqüilidade, toda a prosperidade e toda a saúde. Que essa tônica possa pairar dentro de um rosário de flores, como se fosse, de fato, um jardim brotando nesse quadro, todo o bom gosto e todo sorriso que a pessoa dá quando vê o sorriso de uma criança, ou quando vê um resultado positivo.

E que a Mesa seja um ponto de tranqüilidade, e não de discórdia. E que esses avanços que vamos dar agora nesses outros lugares - essa prorrogação - tenham resultados positivos, porque tenho satisfação de falar desta Comissão, dizendo que ela não tem holofotes, mas tem uma coisa: uma sintonia de amizade espetacular.

Então, feliz Natal para todos vocês e bom Ano Novo. Isso é que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Obrigado, Deputado Dr. Heleno.

Realmente, foi importante a instalação desta Comissão, foi importante o seu objetivo. Hoje, o processo migratório é sazonal, e nosso País vive um momento difícil devido ao problema dessa juventude que chega ao mercado de trabalho sem perspectivas. E, pelos contatos que tivemos, pelas audiências, pelas visitas e

viagens que realizamos, notamos que a grande maioria são pessoas que têm sonhos, que querem trabalhar, que querem ter a vida digna que não encontram aqui. Assim, elas procuram uma perspectiva, infelizmente no exterior.

Em épocas passadas, era o contrário: imigrantes vinham para o Brasil. Hoje, o Brasil está exportando milhares de brasileiros, aqueles que se recusam a ir para o crime, para as drogas e para o mau caminho e querem trabalhar, querem vencer na vida.

E cabe a nós, desta Comissão, a missão de procurar ajudá-los, protegê-los e fazer com que o nosso País seja respeitado também no exterior.

Vejo que nosso trabalho tem sido muito importante, e a CPMI vai, sem dúvida alguma, alcançar resultados positivos. Aliás, já está alcançando. Quando iniciamos aqui nossas atividades, o objetivo era muito centrado na questão Brasil e Estados Unidos. Estamos vendo agora que não é bem assim. Há brasileiros pelo mundo todo, enfrentando suas dificuldades, seja no Japão, seja na Itália, seja na Espanha, seja na Inglaterra. E cabe a nós, do Legislativo, olhar essa questão com muito carinho. É o que estamos fazendo.

Nestes momentos de trabalho, Deputado Dr. Heleno, Deputado Aldir Cabral, Deputado Leonardo Monteiro, tem havido muita compreensão, muito companheirismo. A equipe que nos assessora também tem realizado excelente trabalho. Acredito que tenha sido bem produtivo esse período que nós trabalhamos, e foi muito importante a sua prorrogação, porque realmente precisamos de mais tempo. E temos certeza de que vamos chegar no final com resultados importantes para todos.

Não sei se teremos mais reuniões ou não. Assim, quero também aproveitar a oportunidade para desejar que Deus abençoe a todos, que tenham um Natal muito feliz e um Ano Novo com muita paz, muita saúde, muita vontade de trabalhar, muito idealismo, principalmente para nós, que estamos na política. Que todos possamos fazer o bem, trabalhar pelo povo, trabalhar pela boa causa. Que tenhamos bastante ânimo, que recarreguemos as baterias para voltar com bastante força no próximo ano legislativo.

Um abraço para todos e declaro encerrada a reunião. Se Deus quiser, estaremos no início do ano...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Deputado Leonardo, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Antes de encerrar a reunião, eu queria aproveitar esta oportunidade e parabenizar o Senador Crivella, Presidente da nossa Comissão, o Deputado João Magno, que é o nosso Relator, todos os membros da nossa Comissão, todos os Deputados e, além disso, a própria Assessoria da Comissão, pela forma - como V. Ex^a acabou de citar aqui - com que conseguimos trabalhar, pela integração havida na nossa Comissão. Considerando todas as Comissões de que já participei aqui no Congresso Nacional, foi nesta que conseguimos nos integrar mais, do ponto de vista da produção dos trabalhos. E é uma Comissão que criou uma dimensão importante, como também disse V. Ex^a, pois foi provocada pelo fenômeno da emigração, principalmente para os Estados Unidos, mas hoje, depois do nosso trabalho, conseguimos constatar que a emigração é para o mundo inteiro, e os problemas não são só com relação aos Estados Unidos, embora o percentual de casos ali seja maior. Além disso, o que pudemos observar foi que a nossa Comissão vai promover e sugerir políticas públicas de Estado para o nosso País.

Portanto, estou muito feliz por estar participando desta Comissão, e vejo também que foi oportuna a prorrogação dos trabalhos dela até março, pois poderemos concluir o relatório, e, como já foi dito, um relatório que poderemos apresentar em um seminário que, com certeza, será transmitido para todo o Brasil, com a participação de todos os interessados, que será o Cidadania sem Fronteiras.

Relembre-se que, no início desta Comissão, muitas pessoas achavam que estávamos contra as pessoas, contra nossos companheiros, contra nossos amigos, contra a emigração de nossos vizinhos. Pelo contrário, o que nós queremos é que as pessoas possam emigrar, mas emigrar sobretudo preservando sua cidadania, estando aqui no Brasil ou estando em qualquer parte do mundo.

Dessa forma, neste momento, quero parabenizar nossa Comissão como um todo, e desejo a todos e a todas um feliz Natal e que o próximo ano seja mais produtivo ainda do que foi este ano para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Thadeu. PPS - MG) - Concluídos os trabalhos, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 17 horas e 30 minutos.)

Ata da 12ª Reunião, realizada em 25 janeiro de 2006.

Ao vigésimo quinto dia do mês de janeiro de dois mil e seis, às doze horas e vinte minutos, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças do Senador Leonel Pavan, Romeu Tuma e dos Deputados João Magalhães, João Magno, Takayama, Doutor Heleno, Leonardo Monteiro, Geraldo Thadeu, Aldir Cabral reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 12ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a apreciar o relatório do depoimento do senhor Cláudio Alves de Souza; analisar as informações sobre as quebras de sigilo bancário dos senhores Wanderley de Sousa e Edson Bodola e discutir sobre a viagem ao Japão. O Presidente inicia a reunião fazendo um resumo do depoimento de Cláudio Alves de Souza. A palavra é passada ao deputado Romeu Tuma e Leonardo Monteiro, que acrescentam informações sobre o que o depoente disse nas notas taquigráficas. O Presidente coloca em discussão se a Comissão deve prosseguir nas investigações dos suspeitos ou se deve encaminhar à Polícia Federal para que ela faça as investigações cabíveis; e, se for esta a opção, a Comissão só daria suporte com o que for necessário. O Plenário apóia que as investigações sejam feitas pela Polícia Federal e que a Comissão dê suporte com a quebra dos sigilos e serviços que forem necessários (aprovado). Dando continuidade, a Mesa convida o senhor Fernando Birk para explanar sobre as quebras de sigilo bancário dos senhores Wanderley de Sousa e Edson Bodola. Por último, a Presidência coloca em discussão a missão desta CPMI ao Japão, para conhecer de perto a problemática dos decasségus. Para concluir a reunião, o Presidente informa que a viagem ao Japão será no período de 26 de fevereiro a 07 de março de 2006. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

Reunião Secreta

Ata da 13ª Reunião, realizada em 22 de março de 2006.

Ao vigésimo e segundo dia do mês de março de dois mil e seis, às quatorze horas e vinte e nove minutos, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças do Senador Leonel Pavan, Romeu Tuma e dos Deputados João Magalhães, João Magno, Takayama, Doutor Heleno, Leonardo Monteiro, Geraldo Thadeu, Marinha Raupp e Aldir Cabral reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em exercício, Senador Valdir Raupp, declara abertos os trabalhos da 13ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a conhecer o mapa da emigração ilegal para os EUA, via fronteira mexicana, elaborado a partir do depoimento do senhor Cláudio Alves de Sousa; e ouvir a exposição do Ministro Antonio Fernando Cruz de Mello, Cônsul-Geral do Brasil em Ciudad Del Este, sobre a situação dos brasileiros residentes no Paraguai. A seguir, o Presidente convida o senhor Cônsul-Geral em Ciudad Del Este a assentar à mesa para que faça sua exposição acerca da situação dos brasileiros que residem no Paraguai. Nesse sentido, os seguintes parlamentares fazem indagações ao Cônsul: deputados Takayama, Marinha Raupp, Dr. Heleno e João Magno. Após essa exposição, a Mesa declara a sessão secreta para que a Comissão conheça o trabalho de mapeamento da imigração ilegal para os Estados Unidos, via fronteira mexicana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos. E, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2/2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis, praticados com a Emigração Ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e

outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. Estamos recebendo no dia de hoje a visita do Ministro Antônio Fernando Cruz de Mello, Cônsul-Geral do Brasil, na Ciudad Del Este, no Paraguai, a quem convidamos a sentar-se a Mesa para fazer um relato da grave situação dos mais de 400 mil brasileiros residentes naquele País. Gostaria que o Ministro iniciasse a sua exposição e que ficasse à vontade com relação ao tempo. Tempo necessário.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Senador Raupp, agradeço esta oportunidade de estar aqui perante os Senhores, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata da Emigração Ilegal e dos problemas atinentes a esta emigração. Agradeço esta oportunidade de poder me dirigir aos Senhores, enfim, e fomentar esta troca de idéias a respeito desta importante corrente emigratória que o Brasil tem nas nossas fronteiras com o Paraguai. Boa tarde a todos, gostaria realmente de transformar isso aqui em um diálogo, em uma conversa bastante livre entre nós, justamente para organizamos os nossos trabalhos futuros no que diz respeito ao Paraguai.

Gostaria de dizer-lhes que a emigração brasileira para o Paraguai, os Senhores já devem ter conhecimento disto, esse histórico, leve histórico, ela é bastante antiga. Ela começa no início dos anos... Do século passado, nos anos 900, com as primeiras correntes, sobretudo, de alemães, ucranianos, russos que se dirigiram ao Brasil e que muitos ultrapassaram o território brasileiro do Rio Grande do Sul e fixaram no departamento, hoje, do Paraguai chamado de Itapúa e aí começaram uma produção agrícola importante na região, trazendo os seus costumes, seus hábitos da Europa. Outros vieram, também, nesta mesma época, mas proveniente também do sul, já também descendentes de estrangeiros europeus e que se radicaram, também, no Paraguai.

Mais recentemente há uns 30, 40 anos atrás, nós temos um novo fluxo emigração brasileira estimulado pelo Governo Paraguaio que almejava desenvolver a agricultura do País em termos mais modernos. Daí, então houve um fomento para a emigração de brasileiros provenientes tanto do Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que são as regiões de onde provem maior contingente de brasileiros no Paraguai hoje em dia. Esta emigração mais recente, de 40 anos atrás, ela chegou a ter um contingente fantástico da ordem de 1 milhão 300 mil brasileiros, que foram sendo reduzidos ao longo do tempo e hoje nós devemos estar com uma estimativa em torno dos 400 mil. Um pouco para mais, um pouco para menos, mas realmente é por aí que deve estar, esta estimativa. É meio complicado nós termos um dado mais preciso e

apesar dos esforços da Rede Consular brasileira, os próprios emigrantes não gostam muito de indicar de forma mais abrangente, quantos eles seriam mais ou menos no total. Mas, nós temos um nutrido contingente de brasileiros no exterior extremamente significativo, extremamente pujante, pessoas que se dedicaram à agricultura e hoje promoveram e promovem, hoje, 90% de toda a produção agrícola do Paraguai. Então, nós temos hoje em mãos dos brasileiros e seus descendentes uma produção entre soja, trigo, milho, sorgo, canola, bastante significativo que representa realmente 90% da produção agrícola paraguaia. Esta gente se concentra, sobretudo, em três departamentos do Paraguai que são três departamentos do Leste, que são Itapúa, Alto Paraná e Canindeyú. Estes departamentos correspondem a jurisdição do Consulado-Geral em Ciudad Del Este. E por ser justamente perto da fronteira, próximo a fronteira, aí nós temos realmente a massa mais significativa desses colonos.

Esses colonos chegaram todos pobres, dedicaram o seu trabalho da terra, muitos vieram com a questão da ITAIPU com a inundação do Lago de ITAIPU, eles resolveram receber as indenizações, e comprar um terreno paraguaio muito mais barato. Outras estavam com poucas propriedades, pequenas propriedades, nos seus Estados do sul, venderam essas propriedades. Também compravam terras no Paraguai, terras baratas. E se desenvolveram. Hoje, verdadeiramente, há pessoas de famílias muito bem sucedidas em todos esses departamentos. Pessoas que prosperaram e que são uma contribuição muito importante para a integração do Brasil com o Paraguai. Essa região próspera a esses departamentos, com uma grande massa desses emigrantes que, na verdade, são um elo vivo, uma representação muito viva e marcante desse processo de integração do Brasil com o Paraguai, na medida que, inclusive, também representa uma integração não só cultural, mas representação, também, uma integração econômica. Eles são grandes importadores de produtos brasileiros, se dedicam a uma atividade realmente produtiva e contribuem para a riqueza do Paraguai.

A produção de grãos do Paraguai é estimada em torno de cinco milhões de toneladas dos quais, pelo menos, 4 milhões estão sendo produzidos, a grosso modo, por brasileiros. Este dado pode ser até maior. Enfim, esses brasileiros se defrontam com uma série de problemas, hoje em dia, porque nós temos não só os prósperos, mas temos os médios e temos os pobres. Mas ao lado desses bolsões de riqueza que existem de prosperidade, que existem no Paraguai, nós temos um grande bolsões de pobreza, também, de bóias-frias, de brasileiros que hoje trabalham no campo, brasileiros que chegaram no Paraguai, também, há 20 anos

atrás, não prosperaram, foram ficando. A mecanização os tirou do campo e os deixou à margem do processo de desenvolvimento. E essa gente segue no Paraguai pelos problemas, também, que tem para a dimensão do território brasileiro. Então, a nossa assistência tem que ser realmente polivalente, multifacética, porque nós operamos em todos os quadrantes. Não só operamos para os brasileiros bem sucedidos, operamos para os brasileiros de classe média dentro do Paraguai, operamos para esta gente, essa massa esses bolsões de pobreza.

O Consulado tem desenvolvido uma série de atividades. Eu tenho no Paraguai um ano e seis meses. Nesse um ano e seis meses, nós passamos de três Consulados Itinerantes, para dezessete, no ano passado em 2005, e hoje este ano faremos 38. O porquê da importância do Consulado Itinerante. O Consulado Itinerante os Senhores todos sabem, que é aquela Assistência Consular que se faz no campo. Nós vamos lá em busca do brasileiro. É uma forma de prestar cidadania, de reforçar os vínculos com o Brasil e demonstrar que a autoridade brasileira é um cidadão comum e que trata de ajudar, que trata de motivar essa coisa de brasilidade entre nós. Esses Consulados Itinerantes nós ampliamos muito a assistência. A assistência que nós prestávamos antes que se cingia a preparação da certidão de nascimento para o descendente de brasileiro até a idade de 12 anos. Esse Consulado hoje, não só segue fazendo esse trabalho, mas segue fazendo outros trabalhos, também.

Um deles, por exemplo, é o cadastramento do SUS, Sistema Único de Saúde, que é essencial nesta região de fronteira, dadas as carências do Sistema de Saúde do Paraguai. O Sistema de Saúde do Paraguai já não atendem, inclusive, os paraguaios, imaginem ainda mais os brasileiros e seus descendentes. Realmente, então, a nossa assistência é fundamental nesta região. Outro aspecto, também, é a questão do CPF para residentes no exterior, que nós não fazíamos também, passamos a fazer também para os emigrantes no exterior. O CPF é essencial. Justamente porque muitos desses brasileiros possuem veículos com placa paraguaia, e com isso eles não tem problemas ao passar à fronteira. E mesmo para abrir contas, manter seus cadastros no Brasil propriedades, etc. Então isso é outra atividade importantíssima que o Consulado tem feito no sentido de fomentar a cidadania junto a esses brasileiros.

Outro aspecto também é a questão da segunda via de documentos que nós, também, pedimos e logramos em obter para esses brasileiros, segunda via de documentos importantes para eles. Também alistamento militar, também a questão eleitoral, do título

eleitoral que muitos deles requerem. Títulos eleitorais feitos pelo Consulado do Brasil.

Há cada vez mais, isso é uma coisa que eu notei, quanto mais o Consulado chega, mais o Consulado é demandado. Isso é normal, isso faz parte do trabalho normal de todos nós. Quanto mais você dá a cara, mais você é requerido, a sua presença e tudo mais.

Hoje nós temos uma política de portas abertas de emigrantes brasileiros no Paraguai. Eu acredito que eles estão bastante satisfeitos com as atividades que nós temos desenvolvido com relação a eles. Nós queremos ampliar isso. Uma das demandas que nós temos tido, refere-se a questão da Previdência Social e a preocupação que eles têm com a questão da Previdência Social. Há muito casos, são casos humanitários, por exemplo, de brasileiros que tinham pais, por exemplo, isso é muito comum. Pai e mãe moravam no Brasil, Toledo, filho mora no Paraguai. Tem propriedade no Paraguai. Morreu um dos cônjuges, pai ou mãe morreram. Um é pensionista. O que faz? Vai morar com o filho. Aí chega no Paraguai, corta esta pensão desta criatura. Então, nós temos casos de natureza humanitária, que nós devemos examinar como proceder. Então, questão de pensões, benefícios de pensões e também a forma de contribuições ao INSS é um ponto essencial no que diz respeito a assistência consular.

Saúde, saúde é outro ponto. Saúde é uma das grandes, enfim... Quando eu falei do SUS, eu falei do SUS no sentido de que nós podemos acolher esses brasileiros. Nós fizemos um trabalho muito grande junto ao município de Foz do Iguaçu e logramos obter o cadastramento para o SUS, em Foz para os emigrantes brasileiros. Tem sido um sucesso, nós cadastramos perto de sete mil brasileiros. Eu não gosto de chamar “Brasilguai”, porque eu acho a denominação inadequada. Mas, nós temos um cadastramento já de sete mil, na ordem de sete mil brasileiros e descendentes no Paraguai. Essa assistência tem sido demandada, também, em termos de ampliar o nosso serviço. Uma ampliação desse serviço, diria a respeito da carteira identidade, fomentar a realização de carteiras de identidade brasileiras no Paraguai. Nós temos mantido contatos com o Governo do Paraná e já adiantamos bastante esse aspecto. Estamos hoje trabalhando só na parte mais da logística disso, de como proceder, porque o Paraguai é carente, é muito carente na questão das comunicações e nós precisamos ter sempre para fomentar, para produzir esses documentos de identificação, nós precisamos dispor de Internet. E não são todas as localidades paraguaias que nós podemos atuar neste sentido. E, quando nós trabalhamos na área dos Consulados Itinerantes, nós estamos no campo.

Enfim, eu teria muito mais para dizer para os Senhores nessa minha abordagem inicial da questão do emigrante brasileiro no Paraguai, mas eu me coloco à disposição para atender as perguntas e inquições dos Senhores. Gostaria apenas de dizer uma coisa. Uma das grandes preocupações dos brasileiros e isso é uma questão constitucional, diz respeito à certidão de nascimento de brasileiro e eles não entendem o porquê de até os 12 anos, nós podermos conceder a certidão de nascimento consular e não após essa idade. Eles gostariam que isso pudesse ser estendido até os 18 anos. Isso tem problemas, inclusive, familiares e psicológicos porque há Senador, casos em que a família diz o seguinte: “Por que é que João pode ter a certidão de nascimento brasileira e Mariazinha – João tem 11 anos – e Mariazinha que tem 12 anos e meio não pode?”. Isso para você explicar o filho do emigrante que é a Lei. Ele se vira para você e diz: “Mas, isso é injusto”. Por que é que um que tem 11 pode, e outro que tem 12 e meio não pode? Por mais que você diga que é um dispositivo constitucional, é uma regra tem que fazer outro procedimento, um procedimento complicado, eles não entendem. Não adianta, não querem entender, mas é a realidade. Eu acho que isso é um aspecto que o nós também deveriam pensar em algum momento, dada à especificidade do que nós temos aqui na fronteira.

Enfim, eu gostaria de dizer aos Senhores que essas são as minhas palavras iniciais a respeito da assistência que nós estamos brindando, essa ampliação da assistência que estamos brindando e estou disposto, aberto completamente a respostas de parte dos Senhores, sob todos os aspectos da emigração brasileira nesta região.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado Ministro. Antes de passar a palavra aos parlamentares se alguém quiser fazer algumas indagações, eu queria fazer uma pergunta. Há muitas reclamações, Sr. Ministro, de brasileiro que tem posse da terra, parece que a documentação é muito precária ou nem existe, e de vez em quando famílias são expulsas da terra, porque não tem essa titularidade. Se existe algum convênio do Brasil com o Paraguai ou mesmo do Governo Paraguai para titular as terras dos brasileiros que já moram pelo menos por algum tempo. Já usando e contribuindo para a riqueza e a economia daquele País.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – É uma pergunta extremamente oportuna. A questão de terras é efetivamente, constitui efetivamente um Calcanhar-de-aquiles. E temos aí nessa região na questão de assistência ao brasileiro. Isso é problemático. Essas terras... Uma grande parte

delas é titulada de forma mais ou menos correta. Outra grande parte é titulada em várias vezes. Eles não têm um cadastro rural. Esse é um problema básico do paraguaio. Não existe um cadastro rural. O Governo Brasileiro já ofereceu cooperação para esse sentido. E há uma certa relutância do Paraguai em aceitar esse tipo de colaboração.

A questão do cadastro rural é essencial. Eu acho que esse é um dos pontos que nós temos que conversar com as autoridades paraguaias. Inclusive, isso exige questões de natureza de legislação, de acertos de leis que os Senhores, numa eventual missão ao Paraguai, poderão conversar com seus pares à respeito de entendimento neste sentido. Hoje, a realidade é a seguinte. Nós temos 150 mil brasileiros identificados pela Autoridade Paraguaia, ou seja, eles têm o carnê de emigrante, tem uma situação regular. E, com esta situação regular, esses podem aceder a terras. Aqueles que não têm situação regular, tem dificuldade em dispor de títulos sérios de propriedade. De todo o modo, há uma indústria da questão do título de propriedade. O Paraguai vendeu muitos títulos de propriedade ao Brasil através do IDR, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Hoje, INDERT que é uma enfim, é o nosso seria... Como é o nosso INCRA. Seria o nosso INCRA. Problema básico é que eles não tem um cadastro e necessitariam fazer. Este cadastro é absolutamente essencial para que se possa começar a trabalhar de uma forma mais coerente, mais precisa sobre a questão da terra, mas isso não existe. Então, hoje você tem uma luta permanente, uma disputa permanente no que diz respeito aos conflitos de terra no Paraguai. Justaposição de títulos de propriedades são as mais comuns, aparecimento de títulos falsos, também. Mas, muitas vezes, os Senhores tem títulos legais vendidos pelo IBR a tal pessoa e a tal outra pessoa. São o mesmo título. Você está falando sobre a Autoridade Paraguaia ter vendido um título de propriedade de terra, uma terra em duas vezes. Isso ocorre lá. Pois bem, nós temos prestado todo o tipo de assistência aos brasileiros. Assistência jurídica gratuita. Nós tínhamos dois Advogados, hoje, temos três que se dedicam incessantemente a todo esse trabalho. Acompanhamento das terras, a questão de medições, a questão de invasões, que também são muito comuns que ocorrem no Paraguai. Evidentemente, que esse não é um trabalho perfeito porque, na verdade, nós somos também poucos. Nós deveríamos ter, para acompanhar isso, muito mais assessoramento jurídico. Três Advogados só para cuidar de 400 mil brasileiros, pois em toda a problemática que nós temos ali é muito pouco. Precisamos reconhecer que é muito pouco. Mas, assim mesmo, nós dedicamos com o maior afincio

a prestar a melhor das assistências a esses casos. E vários casos têm sido resolvido pelas mãos de nossos Advogados que freqüentemente tem que ir a Assunção para recorrer a Corte Suprema Paraguaia no que diz respeito a conflitos de terra. Temos resolvido vários deles. Eu aqui não tenho a relação completa, mas um bom número desses casos, quando os Senhores tiverem uma missão ao Paraguai, os Senhores serão devidamente informados e documentados a respeito da evolução dessa assistência que também tem sido prestadas a eles.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Gostaria de... Quero a palavra Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O primeiro inscrito, concederemos a palavra ao Deputado Takayama.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Quero agradecer ao Senador Valdir, a Mesa e cumprimentar o Ministro Mello, Antônio de Mello, que está na Ciudad Del Este. Nós temos sentido que ultimamente o Governo paraguaio tem tomado umas ações de recrudescimento com relação a entrada de brasileiros. Eu acho que é uma atitude, em certo sentido boa, para evitar aquilo que é ilegal. Uma questão do contrabando, eu acho que é uma atitude louvável do Governo Paraguaio. Porém nós sabemos que ainda existem algumas dificuldades enormes principalmente, por exemplo, no setor da segurança. E a nossa CPI se prende exatamente a esse questão da emigração. Gostaria de ter de V.Ex^a., Ministro Antônio, uma colaboração no sentido de que maneira nós poderemos melhorar essa questão da segurança. Não estou falando dos problemas do tráfico desde agrotóxicos que entram no Brasil, produtos proibidos aqui até animais que acabaram gerando problema da aftosa na região do Mato Grosso. Estou falando, também, dos problemas dos tráficos de armas e outras coisas que a gente sabe que há um centro de venda de armas na Ciudad Del Este. O que eu estou falando nesta questão, primeiro, a questão da legalização do brasileiro que vai trabalhar lá. Segundo, na questão do tráfico de escravas bancas, no caso para prostituição parece ser rota ali. Se também... Se bem que eu tenho ouvido que tem gente de lá que vem via Brasil, para ir para Europa, Espanha seria um dos pontos finais desta trajetória. Sabemos que existe um número enorme de brasileiros, hoje, no Paraguai que, evidentemente, deve estar assustando o Governo Paraguaio. De Enandar a La Paloma, Gleba 11, Gleba 16, Santa Rita Naranjal e tantas outras cidades ali, sabemos que são praticamente cidades habitadas por brasileiros. Tem mais brasileiro do que paraguaio naquelas regiões.

Então, gostaria de ouvir de V.Ex^a., sendo Cônsul-Geral, com certeza, deve saber em profundidade os problemas, principalmente na segurança desses brasileiros. Até onde eu estou sabendo existe uma certa animosidade entre o nativo, entre o paraguaio, e os brasileiros que vão lá em busca do El Dourado agrícola, como nós já sabemos. De repente, queremos agradecer a presença de V.Ex^a. que tão carinhosamente com certeza já tem nos dado uma rica contribuição, para que nós possamos sair com o relatório final para mudar essa situação desses mais de 400 mil brasileiros que vivem lá, Ministro Antônio.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Muito bem... Dizem que a gente deve começar pelo princípio. Vamos lá. Legalização, legalização está vinculada a questão de vulnerabilidade. Me preocupa e preocupa profundamente ao Governo Brasileiro a questão de vulnerabilidade, com questão de muito de nossos nacionais no Paraguai. Essa questão de vulnerabilidade é uma questão permanente. É uma questão que tem sido objeto de recorrentes negociações do Governo Brasileiro com o Governo Paraguaio. A questão de como legalizar brasileiros, muitos deles tem 20, 30 anos de Paraguai, já pagaram uma vez, duas, três, quatro, dez, vinte vezes pelos seus carnês de emigrantes e não obtiveram resultados concretos no que diz respeito a dispor desses documentos. É um problema. É um problema que só pode ser resolvido, acredito eu, pela via do diálogo, diálogo permanente com os paraguaios, nos seus diferentes níveis no sentido de ver de que medida nós podemos estabelecer a modos concretos para a legalização dessas pessoas. Seria cabível, por exemplo, nós trabalharmos no sentido das duas comunidades. Das comunidades brasileiras do Paraguai, das paraguaias no Brasil? Esse é um ponto que eu acho que nós devemos pensar. Se nós pedimos legalização lá, será que todos eles aqui também estariam legalizados? Acho que é uma questão de coerência que nós deveríamos analisar. Eu estou apenas pensando em voz alta, mas eu estou soltando coisas que nós deveríamos pensar.

Paraguai é um País pobre, com todos os problemas de formalidade que nós temos, que nós vemos, essas crises recorrente que nós assistimos em Ciudad Del Este que nós assistimos ao longo da fronteira, o problema das invasões, agressões a brasileiros, a questão dos campesinos, tudo isso passa por dois aspectos: Cultura e desenvolvimento. Está o Estado Paraguaio em condições de oferecer desenvolvimento a sua grande massa de habitantes dessas regiões? Há um contraste cultural entre o colono brasileiro e não só o colono brasileiro, colono brasileiro, colono alemão, colono polonês, colono ucraniano, colono japonês, co-

lono italiano e o Guarani. São culturas diferentes. Esse é um aspecto importantíssimo que nós devemos tratar sobre a égide de maior fomentar a maior colaboração. Eu tenho dito às cooperativas brasileira prósperas, algumas extremamente prósperas, que é importante a integração, que nós não podemos ser excludentes. Que por mais que haja problemas de identidade cultural de modos de ver o mundo, mas nós devemos buscar a inclusão desses grupos paraguaios neste contexto de desenvolvimentismo. Porque é bem verdade que os brasileiros, as colônias brasileiras, as comunidades brasileiras são prósperas. Eu mesmo estou propondo aos Senhores a visita a uma das mais prósperas da região que chama Santa Rita. Que é uma região progressista, que é uma região onde as coisas estão acontecendo, que é uma região que os senhores verão a pujança, um braço importante da emigração brasileira no mundo. Mas, ao mesmo tempo, nesta região o Senhor tenha comunidades locais bem empobrecidas. Então, algo nós temos que pensar. Eu acho que o problema com o Paraguai, ele passa por uma questão também de nós estabelecermos alguns canais de desenvolvimento para o Paraguai. Eu acho que a cooperação do Brasil com o Paraguai trata também... Deve passar necessariamente pela redução de assimetrias.

Eu costumo dizer o seguinte: Ano passado, quando nós tivemos uma complicação muito grande que foi o aumento da cota de “comprismo” no Paraguai de cento e cinquenta para trezentos dólares, eu sempre disse: “Isso não é o bastante”. “Isso é muito pouco”. Porque isso pode ter somente leitura equivocada. Leitura que isso pode fomentar novos vínculos de contrabando para o Brasil, novos elos de contrabando para o Brasil. Importante que nós temos que fazer é criar canais de desenvolvimento, criar alternativas que permitam fomentar esse processo integrador mais importante. Hoje, nós temos duas coisas importantes que foram realizadas no Paraguai. Que foi uma Comissão criada por brasileiros e paraguaios, uma Comissão de fomento e industrialização da região. Criada a partir desse, eu diria, desse tripé importante de crescimento econômico que é (outro idioma) em Santa Rita. Isso é um núcleo brasileiro importante mais, enfim, com adesões paraguaias relevantes. Esses empresários criaram esta Comissão de fomento. E essa Comissão de fomento está derivando hoje em uma agência de desenvolvimento regional integrado do Lago de ITAIPU. Que é a agência de desenvolvimento do oeste paranaense, que merece o apoio da ITAIPU BINACIONAL, lado brasileiro. Então, hoje o que nós estamos buscando é que o lado paraguaio da ITAIPU, também fomenta o apoio, dê o seu apoio a esta agência que está se criando do outro lado paraguaio.

Criamos um outro elemento importante para fomentar o desenvolvimento da região. Os Senhores sabem que desde a construção do ITAIPU, desde a entrada em funcionamento do primeiro par de turbinas, os prefeitos do lado paraguaio, do Lago de ITAIPU, e os prefeitos brasileiros do Lado de ITAIPU, nunca se reuniram para conversar sobre o desenvolvimento. Setembro do ano passado, eu fomentei a primeira reunião deste gênero, que foi um sucesso. Foi realizada em Marechal Cândido Rondon e nós tivemos a presença de todos os prefeitos do lado paraguaio e todos os prefeitos do lado brasileiro. E criamos aí o Foro de Prefeitos brasileiros e paraguaios lindeiros ao Lago de ITAIPU com o apoio...

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Se reuniram, então, em setembro?

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Setembro. Foi a primeira reunião. Depois disso, nesta primeira reunião nós definimos sete pontos para esse desenvolvimento integrado da região. Esses pontos seriam segurança, disse segurança porque os Senhor falou em segurança, saúde, educação, investimentos, segurança, o que mais? Saúde, agricultura... Não, indústria, investimentos, turismo. Isso é uma coisa importantíssima, turismo. Contamos com o apoio do SEBRAE nisso aí. Foi bom lembrar do questão, Senador, da questão do turismo porque, nesta mesma reunião, nós também colocamos que o turismo e a pesca esportiva deverão ser considerados eixos do desenvolvimento formal da região. O SEBRAE desenvolve, a esse respeito, projetos de pesca, turismo e artesanato com a lado brasileiro, com o apoio da ITAIPU BINACIONAL. E nós temos pedido que esse projeto também envolva o Paraguai. A Ministra Paraguaia de Turismo já me pediu, inclusive, que nós pudéssemos apoiar financeiramente a inclusão do Paraguai nisso. Há certos problemas porque nós temos que envolver isso dentro de uma projeto de cooperação técnica. Mas, essencial. Essencial porque, em primeiro lugar, porque o lago não pode se partir ao meio e se dizer: “Bom isso aqui não tem nada a ver com o outro lado”. Quer dizer, o lago é comunicante, é um vaso comunicante, é uma bacia, o que tem de um lado acontecesse do outro e vice-versa.

Então, do ponto de vista, por exemplo, de turismo ecológico, até mesmo o lado paraguaio que tem sete reservas ecológicas na região, o lado paraguaio tinha as melhores florestas da região ou era menos ocupado populacionalmente desde a época da ITAIPU. Então, o lado paraguaio, ele se presta muitíssimo a questão do turismo ecológico, do turismo nas florestas nativas que lá ainda perduram. A questão da pesca é fundamental nessa região. Hoje em dia o lado brasileiro já

professam a pesca importante do ponto de vista de esporte. E a questão do artesanato. O artesanato é uma fonte de renda importante na região, também. E o SEBRAE tem esses três projetos que está desenvolvendo. É relevante, eu diria quase que essencial. E se nós queremos trabalhar no sentido de fomentar a integração, nós devemos, também, fomentar esse apoio que Brasil pode dar a essa região paraguaia através da inclusão do Paraguai nesses projetos. E isso tudo foi tratado na região nesse encontro de Prefeitos. O último encontro foi agora há pouco tempo atrás, onde nós prosseguimos essas tratativas e estamos agora para criar, e acredito que tenha sido agora mesmo decidido, hoje nós estamos na quarta-feira, deve ter sido decidido na segunda-feira, agora, em Foz do Iguaçu na ITAIPU BINACIONAL, lado brasileiro, deve ter sido estabelecido a Secretaria Pro Tempore, aliás, a Presidência Pro Tempore que será rotativa e a Secretaria permanente do Foro de Prefeitos e acoplado a ele das agências. Um mecanismo de integração entre essas duas agências de desenvolvimento. Eu acho que é isso é um passo importante, um passo relevante. Agora, não é tudo. Nós estamos criando, nós conseguimos criar algo institucional em termos de desenvolvimento para a região. Mas, aí nós vamos bater naquela velha tecla: É necessário a apoio político, o apoio econômico, financeiro para que as coisas caminhem.

DEPUTADA MARINHA RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Concedo a palavra a Deputada Marinha Raupp.

DEPUTADA MARINHA RAUPP (PMDB-RO) – Eu quero cumprimentar esta Comissão e saldar o Ministro Antônio de Mello, ao Secretário Isaías(F), aos meus colegas aqui da Câmara Federal, Deputado Heleno, Deputado Takayama. Na verdade, eu acho que as colocações do Senhor são precisas. E, primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo. Acho que em tão pouco tempo, um ano e meio apenas, prestando esse serviço ao povo brasileiro que está no Paraguai, dá para perceber a sua dedicação, o seu respeito e o seu envolvimento pessoal com relação aos problemas enfrentados por eles. Entendo que, quando se fala em fomentar a cidadania em um dos instrumentos, é justamente a oportunidade de ter documento, de ser um verdadeiro cidadão, nos chama a atenção que a forma que o Consulado faz é justamente ir até onde está o brasileiro que é o Consulado Itinerante. Acredito ainda que essa informação que o Senhor nos traz com relação a documentação inicial, que é a certidão de nascimento, é uma questão muito preocupante porque fazer com que o cidadão depois dos 12 anos não tenha mais acesso...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Vou interromper só um minutinho a Deputada para *transmitir a Presidência ao nobre Senador Marcelo Crivella*.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Com a palavra V.Ex^a.

DEPUTADA MARINHA RAUPP (PMDB-RO) – Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, o Senador Crivella, e aqui colocava, Senador, justamente o trabalho que o Cônsul Antônio de Mello tem feito no Paraguai, resgatando a auto-estima de povo brasileiro. E com relação a especificamente a fomentar a cidadania na oportunidade de ter o documento e principalmente a certidão de nascimento. Fazer com que todos tenham acesso ao documento inicial da nossa vida. E acredito que esse é um ponto preponderante. Eu acho que todos nós aqui temos que nos sensibilizar com essa informação que o Senhor nos traz. Eu acho que essa é uma posição que nós devemos tomar imediatamente. Eu acho fundamental isso. E eu perguntaria se existe um cadastro, porque veja bem, se esses jovens até os 12 anos não tiver documento, oportunizarão ter agora. Principalmente nesse trabalho definido pelo Consulado Itinerante. Eu indago ainda se ainda não possui documento, obviamente, não tem um cadastro no Consulado que oportuniza nós termos, assim, um controle de quantos brasileiros após 12 anos, imaginamos até os 18 que essa é o informação que o Senhor nos traz, eu gostaria de saber se é possível, se existe o cadastro, mas estima-se a possibilidade de fazê-lo para a que gente possa, então, fazer um encaminhamento positivo com o Governo Brasileiro, verificando as regras hoje existentes o que é possível esta Comissão colaborar.

Outra questão, assim, que nos chama a atenção e que eu já tinha notado antes mesmo desta segunda intervenção, é com relação a responsabilidade social. Eu acho que a ITAIPU BINACIONAL, ela tem que ter mais do que nunca, e hoje se fala tanto em responsabilidade social, uma parceria maior. E eu quero louvar novamente o seu trabalho em ter promovido esse grande encontro entre os Prefeitos e ter um instrumento agora de trabalho que é o Fórum. Então, eu acredito que seria importante também que a gente tivesse algumas informações que o Senhor pode ter conhecimento com relação à responsabilidade social, com relação à ITAIPU, principalmente, desses brasileiros que para lá foram, o Senhor coloca muito bem, a emigração desses brasileiros decorrentes, também, da construção da ITAIPU. São os nossos colonos, provavelmente, da agricultura dos pequenos agricultores, da agricultura familiar, e que, na verdade, acabaram,

entre aspas, sendo “expulsos” do nosso País, mas que lá estão tendo a oportunidade de oferecer o seu trabalho, tendo a oportunidade de produzir uma Mão-de-obra qualificada para o Paraguai porque se aqui eram agricultores, ao chegar ao Paraguai, tiveram a oportunidade de sucesso justamente por quê? Porque nós vemos muito.

Eu que sou do Estado de Rondônia, também tivemos esta oportunidade de receber brasileiros, ou seja, de todos os Estados. Exemplo do Senador Valdir Raupp que é de Santa Catarina, eu que sou do Estado de São Paulo. Enfim, lá nossa abraçamos poucos cariocas, é verdade, mas, nós temos lá brasileiros formando aquele grande Estado de Rondônia.

Outra questão que eu gostaria de me colocar aqui, me posicionar, é que eu entendo que essa questão do Fórum é muito importante. Eu queria me somar ao Senhor não só desta Comissão ter a oportunidade de ter esta agenda no País vizinho, País irmão, essa busca de maior integração. Eu acredito, também, que seria importante nós termos as informações dos protocolos de cooperação que o Brasil tem com o Paraguai, e o que é que nós poderíamos estar somando para efetivar uma maior integração. E quero, por último, na minha conclusão, dizer que se em todos os lugares nós tivéssemos pessoas com essa sensibilidade que o Senhor tem, com certeza nós teríamos a mais tempo resolvido os problemas dos brasileiros que estão sofrendo em busca de dias melhores em outros países. Obrigada.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Deputado, posso...?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Com a palavra V.Ex^a.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Muito obrigado Senador. Deputada, eu agradeço as palavras elogiosas, realmente, nem mesmo sei se sou digno delas. Mas, muito me agrada saber que brasileiros de fora da região também gostam desse trabalho, apreciam esse trabalho e prestigiam esse trabalho. Eu acho que hoje nós temos realmente, os Senhores terão a oportunidade de verificar isso. O Consulado do Brasil é uma entidade de apoio e é uma irmão de todo mundo naquela região de fronteira. Que os brasileiros tenham em nós a porta aberta, tenham em nós todo o tipo de cooperação, tenham em nós todo o tipo de... Enfim, conosco tenham todo o tipo de diálogo.

No que diz respeito a cadastro para brasileiros, eu vou lhe responder. Depois dos 12 anos, nós não temos. Nós temos todos eles que são cadastrados até os 12 anos. Mas, é uma boa pergunta de nos termos, fazemos um levantamento completo de todos aqueles

que estão entre os 12 e 18 anos e que poderiam acessar a esse documento de brasileiros. Na eventualidade de uma visita dos Senhores ao Paraguai e onde eu tenho interesse em que os Senhores se avistem com os representantes máximos das seis principais cooperativas paraguaias brasileiras, paraguaio-brasileiras, e onde eu quero, também, que os Senhores conheçam os representantes das comunidades, tanto comunidades ricas como comunidade com problemas, com graves deficiências. Eu acho que uma colocação dos Senhores no sentido de se cadastrarem para o efeito de disporem deste documento eu acho essencial. Este cadastro, aliás, nós temos pedido não para esse aspecto específico, mas eu tenho pedido às cooperativa que nos ajudem no que diz respeito ao cadastramento para questões de INSS.

Como eu disse, me preocupa muito o caso daquela pessoa, daquela família que perdeu a pensão pelo fato de ter ido morar no Paraguai. Isso é uma coisa que nós temos que rever porque eu acho extremamente injusto que uma pessoa que havia contribuído no Brasil para ter a sua pensão, foi morar com algum membro da sua família no Paraguai, essa pessoa, de um momento para outro, se viu cortada aquela pensão que é um salário mínimo, por exemplo. Mas, é um salário mínimo que tem um impacto extraordinário na vida daquela pessoa. E são muitos, mas são muito os casos desta natureza no Paraguai. E também o caso de que são brasileiros. Eu quero deixar muito claro que a grande maioria dessa gente é brasileira, brasileira, inclusive, documentada na sua origem e que gostariam de ter acesso a Previdência Social Brasileira. Porque nós não podemos fomentar a Previdência Social no Paraguai. Isso é uma coisa que compete ao Governo Paraguaio Então, eles que têm que fazer. Neste caso a única coisa que nós podemos fazer é orientar, contribuir, dar alguma contribuição, mas de fato o que eles querem mesmo é se amparar no Brasil. Eles se ampararam no Brasil. Eles estão recorrendo ao Brasil permanentemente para tudo, todo o tipo de assistência. Dos brasileiros, por exemplo, que saíram da região de ITAIPU e isso também é uma preocupação, saíram 50 mil família, ao redor de 50 mil família com a questão do enchimento da ponte, do reservatório de ITAIPU. Essas famílias compraram terras indenizadas do lado paraguaio.

Os protocolos de cooperação são... Isso nós podemos dispor, providenciar aos Senhores, tem vários protocolos de cooperação do Brasil como o Paraguai. Eu acredito, por exemplo, que nós deveríamos fomentar um protocolo de cooperação. Nós temos um na área de saúde, mas eu acho muito importante, isso eu tenho

dito sempre, tenho batido sempre nesta tecla. ITAIPU conhece essa minha idéia, de nós...

Aliás, vou lhes contar uma coisa curiosa. A Receita Federal me perguntou uma vez se eu precisava de alguns ônibus para trabalhos no Paraguai, porque esses ônibus que são recolhidos do contrabando, esses ônibus muito deles são colocados à disposição de colégios, de universidade, de prefeituras, etc. para transporte de alunos. E eu tive a idéia de fomentar esses ônibus para o tratamento de assistência médica e dentária ao longo da fronteira. Justamente para evitar que se sobrecarregue o Sistema Único de Saúde, a assistência prestada pelos hospitais no Brasil. Então, a idéia seria que quatro ônibus pudessem se deslocar ao longo da fronteira, inclusive, durante os Consulados Itinerantes, através de um convênio entre o Ministério da Saúde do Brasil e do Paraguai, justamente para fazer esse atendimento básico de saúde, com o que nós evitaríamos uma pressão muito grande dos brasileiros sobre o nosso sistema, sobre o SUS nosso da fronteira. Nesta mesma linha, também, é importante que já vamos trabalhar neste Foro de Prefeitos para que esse sistema que hoje o SUS permite o atendimento em Foz, passe a permitir também um atendimento mais coerente, mais rotineiro nos demais município também de fronteiras brasileiras.

Então, duas coisas: Uma, atendimento médico no Paraguai, que também deveria envolver o cidadão paraguaio, porque eu acho que isso é essencial que assim seja. Esses ônibus, se porventura, algum dia, ganharem à luz, através de um convênio com o Governo Paraguai, deveriam constituir-se de equipes mistas de médicos e dentistas paraguaios e brasileiros, e trabalhar nesta área de fronteira disseminando essa medicina preventiva. E isso eu acredito que seria muito útil no que diz respeito, inclusive, a fomentar a integração porque eu jamais gostaria que essa assistência fosse prestada única e exclusivamente aos brasileiros. Eu acho que nós temos mais responsabilidade, eu acho que até moral, mesmo, com o Paraguai, com os nossos irmãos paraguaios de prestar-lhes alguma assistência maior e buscar, também, fomentar algumas melhorias na qualidade de vidas de algumas dessas populações que realmente sofrem bastante.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Sr. Presidente, me permita só concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Com a palavra V.Ex.^a..

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Só para concluir Ministro Antônio Cruz de Mello, mas acreditamos que a Comissão deverá se deslocar ao Paraguai para conversar com as autoridades Paraguias. Queira ou não queira são países coirmãos. O rosto das dificul-

dades do Paraguai não é muito diferente do brasileiro. Desses 400 mil brasileiros, o Senhor tem idéia de quantos ilegais estão ali? Creio que a grande maioria, pela facilidade que tem de transpor a fronteira sem muitas exigência por causa do Mercosul. E saber, também, uma segunda pergunta, se existe um sistema, e se o Senhor já respondeu me perdoe, devia estar distraído, se existe um Sistema Previdenciário Paraguaio em que o brasileiro que trabalhe lá possa colaborar.

E, em terceiro lugar, quais seriam as maiores, vamos dizer, as maiores dificuldades que o brasileiro está encontrando ali para que nós essa Comissão em indo ao Paraguai conversar com os nossos companheiros, com as autoridades do País coirmão, pudessemos nessa integração, quem sabe esta CPMI ser uma ferramenta importante neste elo de aproximação ainda maior na fraternidade com o nosso País vizinho, o País paraguaio.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Muito obrigado Senador. Primeira coisa, a questão da legalização dos brasileiros. Segundo, a Direção Geral de Emigração do Paraguai são 150 mil os documentados.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – 150.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Eu diria que 300, perto disso, são indocumentados. E essa documentação, ela está ao sabor de vários aspectos, aspectos político, aspectos econômico...

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Em vez de Assunção, será a capital dos “brasilguaiois”. Foz do Iguaçu se torna a capital para eles, então, que eles acabam vindo para cá para fazer tratamento.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Isso é verdade. A nossa fronteira é uma fronteira viva....

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Eu gostaria só Sr. Ministro Antônio de Mello, de fazer aqui um pequeno parênteses. 1.865, Brasil, Argentina, Uruguai contra o Paraguai. Um exército de 80 mil homens, 60 mil na reserva, fabricante de armas, navios, cerâmica. Tinham tomado um pedaço do Mato Grosso e queria o Rio Grande do Sul. Quem mandamos para lá? Nosso escravos, voluntários da Pátria. Negros que tomaram dois navios na vida. Um da África para a escravidão e outro da escravidão para a guerra. Proposta: Lutem porque terão a liberalidade. Se morrerem? A família terá a liberalidade. Foram para lá. A guerra estava liquidada em pouco tempo. O Brasil não tinha um bom exército, mas tinha uma grande marinha. Mas, depois D. Pedro I que tinha problemas de deixar seu trono para uma mulher, sua filha a Princesa Isabel, não era bem aceita

na Corte. Imagine, deixar o Brasil nas mãos de uma mulher e pior casada com um estrangeiro. Então, D. Pedro manda para o Paraguai, quem? O Conde d'Eu que faz um genocídio, Ministro Antônio de Mello, de proporções abissais. Fazendo com que o Paraguai... Manda matar tudo quanto que é homem acima de 12 anos. Uma coisa louca como essa.

O Paraguai entra na virada do século 20 praticamente sem homens. Naquela época, um paraguaio podia ter quantas mulheres quisesse e era um dever cívico para com a Nação. Como não se cometem erros históricos sem que a gente pague o preço, o Paraguai no Mercosul é sempre um Pomo de discórdia, porque ele diz: "O que é que eu estou lucrando com isso?". A verdade, é que o Paraguai tem muito... nós não estamos falando de Uruguai, nós estamos falando de Porto Alegre. É difícil eles conseguirem acompanhar o desenvolvimento de Brasil e Argentina. Quer dizer, esse contexto histórico, eu só fiz esse parênteses para deixar com a gente aqui, de um contexto histórico com uma dívida. O Presidente Lula estava na África e disse: "Nós temos uma dívida". Nós temos também com o Paraguai, Sr. Ministro. Muito obrigado, é só isso.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Por eles, Senador, eles acham que o Paraná, inclusive, eles acham que metade do Estado do Paraná pertencia ao Paraguai. Eu não sei se procede a frase que um paraguaio escreveu na divisa do Rio Iguaçu a frase seguinte no tempo da guerra: "Por causa de um covarde soldado brasileiro, morreram dezenas de soldados paraguaios". Essa frase deve ser em consequência dessa situação que V.Ex^a. apresentou. Existe um ressentimento. Eu vi quando o jogador, um dos grandes astros do Paraguai, o Chilavert, ele deixou transparecer esse ressentimento, quando ele diz que os brasileiros devolvam o que eles tomaram de nós. Quer dizer, então, existe internamente essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – É verdade porque, com a derrota, o Paraguai se reduziu muito. O Brasil fez com que o Paraguai ficasse muito menor. A Argentina também. Neste acordo aí, o Paraguai perdeu e perdeu muito. E até hoje se ressent, nem tanto do território, mas dos homens. Depois veio Stroesser, que tentou trazer os brancos, aquela política de embranquecer. Discriminatória, uma política que desagregou, que não deu espaço aos valores locais. Enfim, nós precisamos ter esse contexto quando negociamos com a Paraguai. Muitos anos depois, o Paraguai volta ao Brasil com seus sacoleiros, com a pirataria, com essas coisas todas que infelizmente acontecem. Agora, nesse deserto demográfico que vai surgindo aí para acima, Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, à medida que o Brasil começa a

tomar ações de infra-estrutura e povoar essa área, as disparidades econômicas e sociais começam aflorar, e é natural que os conflitos ocorram. Por isso, importância de homens como o Ministro Antônio de Mello. Com a respectiva histórica para entender essas coisas e a gente encontrar o melhor caminho. Porque olhando para trás realmente há uma dívida seguramente com o Paraguai.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Quer dizer, analisando historicamente a gente entende esse ressentimento. Eu acho que é uma tentativa muito grande do Brasil buscar esta reaproximação e evidentemente esses 400 mil brasileiros, que estão do lado, de lá acabam sofrendo um pouco essa xenofobia, mas também algumas situações parecem estar trazendo alguns conflitos, agora, como é a caso do recrudescimento da Receita Federal e eu queria saber se realmente a Receita Federal brasileira está, vamos dizer, endurecendo a fiscalização alfandegária, porque eles dependem do comércio da ida dos sacoleiros do Brasil lá. Como V.Ex^a. avalia essa iniciativa se é que isso está realmente acontecendo, essa iniciativa do Governo Brasileiro, mais especificamente a Polícia Federal? Ela tem sustentabilidade Sr. Ministro? E finalmente a pergunta daquilo que nós podemos fazer com a ida ao Paraguai, conversar com o Governo Paraguai buscando exatamente essa boa relação para que a gente possa ajudar os brasileiros que estão lá para que eles não continuem, se é que estão sofrendo, continuar sofrendo, de repente, com essa boa relação que nós podemos tentar trazer através de uma visita que esta Comissão possa estar indo lá. Sr. Presidente Marcelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Com a palavra V.Ex^a.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – Senador, obrigado, Sr. Presidente. Vamos começar aqui a responder esta pergunta que é uma pergunta muito importante, porque ela trata desde a história do passado para o presente. Vamos caminhar do passado para o presente. O passado informa muita coisa da realidade de nossas vidas, mas nós não podemos ficar voltados ao passado. Eu me lembro de uma das coisas que mais chamou a atenção foi quando eu fui servir em Buenos Aires, e os argentinos nos apontavam como o futuro do País o que eles chamavam de: "Los años locos", que eram os anos 20, onde a prosperidade da Argentina era estonteante. Início do século passado, onde os argentinos realmente despontavam como a sexta potência do mundo. Nós entramos na Belle Époque, os argentinos "Los años locos" onde dinheiro não faltava. Buenos Aires era uma das capitais do mundo e etc. Isso me chamava muito

a atenção, porque brasileiro que sou, descendente também de emigrante. Isso me chamava a atenção porque eu só via o futuro.

Eu vejo presente e futuro. Passado, meu Deus, a gente não pode carregar se a gente quer ir para a frente. Isso me chamava a atenção, porque a argentino tinha como futuro a relação no passado, a referência do passado. E eu, muitas vezes, discutia com colegas meus argentinos e eu dizia que: “Eu não acho que é por aí”. O curso da história é outro. Eu acho que o passado ilustra, que o passado informa, o passado dignifica, mas é passado. Nós temos que resolver nossos problemas no presente e partir para o futuro, para melhorar as nossas vidas no futuro. Eu acho que o aperfeiçoamento do homem nessa sua trajetória no planeta não é fundamentada apenas no passado, do que ele pode fazer de bom para o futuro. Então, é com essa perspectiva que eu vejo a relação do Brasil com o Paraguai.

Eu vejo, por exemplo, a necessidade da inserção. Eu acho que os Senhores indo ao Paraguai, é muito importante que os Senhores falem nas colônias brasileiras, com os representantes das colônias brasileiras, porque os Senhores são os formadores de opinião, os Senhores são pessoas relevantes, em todo esse processo, os Senhores são legisladores. É importante que os Senhores façam ver a eles a necessidade da integração. Eu sempre digo, é uma coisa que eu martelo o tempo todo: A importância da vida dos colonos no Paraguai dependerá em grau maior ou menor, da integração que eles próprios fomentem. Então, eu acho que eles tem por obrigação ajudar contribuir, melhorar, melhorar a infra-estrutura, contribuir para a infra-estrutura. Nada é dinheiro, porque não é por aí que também nós vamos conseguir lograr alguma coisa lá. Não é dando dinheiro para o Paraguai, mas é criando coisas. Criando coisas, entende? Criando infra-estrutura, ajudando a criar infra-estrutura, ajudando a criar, por exemplo, condições sanitárias é por aí. Desenvolvimento, então, por exemplo, esta idéia que eu falei aqui, Senador, que nós estamos trabalhando já em agência de desenvolvimento integrado na região é essencial. Agora, isso depende do apoio dos Senhores, também. Por exemplo, apoio em quê? Nós temos que fomentar Bancos de Desenvolvimento para a região. O BNDES, por exemplo, examinar de que medida? Existe os empecilhos, os impedimentos legais da atuação do BNDES no que diz respeito ao Paraguai. Eu não estou ao tanto da dimensão disso, dos contornos disso, mas sei que existe e não vou me atrever aqui a entrar no detalhe. A não ser que algum colega meu saiba exato do detalhe que existe neste caso. Mas, eu não tenho detalhe desses aspectos. Esse aspecto eu não tenho

detalhe. Mas, por exemplo, BANCO DO BRASIL, agora mesmo havia a tendência do BANCO DO BRASIL fechar as suas portas na Ciudad Del Este.

Eu sempre defendi o aspecto de que a moralidade, se é este o caso, dentro do BANCO DO BRASIL deve ser procedida, deve ser todas as medidas para que o BANCO DO BRASIL possa atuar da melhor forma possível em Ciudad Del Este no Paraguai devem ser tomadas. Mas, o BANCO DO BRASIL no Paraguai deve ser um estimulador da atividade econômica, deve trabalhar, também, como um instrumento de desenvolvimento econômico e social na região. Veja bem, uma das queixas dos colonos é que o BANCO DO BRASIL não empresta dinheiro para a atividade agrícola. Ele empresta apenas no atacado, nas grandes operações, ele opera apenas em grandes operações. Mas, não opera nas operações menores que interessam tanto ao agricultor brasileiro.

Eu acho que o BANCO DO BRASIL, por exemplo, deve ser examinado como um vetor de desenvolvimento para essa região. Linhas de crédito do BNDES para fomentar o desenvolvimento dessa região com a integração dos paraguaios. Então nós temos mecanismo? Temos. Então, veja bem, vamos ser práticos. Quanto gera de contrabando, o comércio ilegal em Ciudad Del Este? Por exemplo, vou lhes dar um exemplo. Quanto gera a Receita tem dados precisos sobre o contrabando de cigarros. O contrabando de cigarros, hoje, gera um mínimo de quatrocentos milhões de dólares de evasão de divisas para o Brasil. Isso significa, nós estamos falando aí de oitocentos milhões de reais. Um pouco mais, novecentos, perto de novecentos milhões de reais, só em evasão de divisas no que diz respeito a uma coisa lesiva a saúde, que contraria todo e qualquer aspecto. Desculpe, eu fui fumante, mas não sou aquele fumante tão obcecado pela coisa, mas eu acho que realmente coibir é importante. E esse contrabando é realmente um câncer, esse contrabando sistemático de cigarro do Paraguai para o Brasil. Mas, isso o Brasil perde novecentos milhões de reais todo o ano com isso. Ora, será que nós não tínhamos possibilidade de tentar segurar algum dinheiro dessas capturas, desse negócio e derivar isso para uma atividade de desenvolvimento econômico e social no Paraguai? Contrabando gera no total, segundo também a Receita, algo como um bilhão e trezentos milhões de dólares, no mínimo, em termos de evasão de divisas para o Brasil. Será que nós não podíamos estabelecer alguma linha de crédito, alguma coisa assim, que pudesse utilizar recursos dessa natureza para nós fomentarmos a formalidade dentro do Paraguai? Será que nós, nossas inteligências reunidas não poderiam tratar de buscar um programa, mas um programa sério de desenvolvimento com o Paraguai

capaz de fomentar essa efetiva cooperação? Então, é sobre isso que nós estamos querendo discutir com os Senhores, é sobre isso que nós queremos discutir um programa de integração com o Paraguai. Parar de ficar numa atitude paternalista e partir para uma atitude mais pró-ativa, uma atitude que favoreça também a inserção paraguaia no contexto de desenvolvimento. E eles reclamam, eles olham e vêem efetivamente o Brasil crescendo, e os brasileiros, as coloniais, as cooperativas crescendo e eles cada vez mais marginalizados nesse processo. Acho que isso é uma coisa que nós devíamos ter uma atenção muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – V.Ex.^a. quer fazer alguma pergunta. Pois não?

DEPUTADO DR. HELENO (PSC-RJ) : ...Bem animado porque nós estamos muito perto estamos casados, e no casamento tem sido sempre um sofrimento. Quando o Ministro relatou agora o prejuízo no cigarro, no contrabando, eu analisei rapidamente e notei que eles estão resgatando um débito social que o Brasil tem com eles, através dessas atitudes, sem dúvida nenhuma. Porém, para nós, o que serve é que o Paraguai é um pedaço do Brasil pela formação hoje, eu sinto um pedaço do Brasil, porque entra com a carteira de identidade. O único documento. Não tendo documento, não entra. Passa na fronteira entra de qualquer jeito, então é fronteira livre Então, é um pedaço do Brasil. O que precisamos aí de fato fazer é dar condições aos dois lados para se interar, como já existem casamento, tem resultados de casamento, e a consangüinidade já está presente, sem dúvida nenhuma. Não é verdade? É criar um bojo de vida onde eu posso até ter experiência, dar experiência, oferecer experiência para a Europa, de ter o sentimento próprio, mas com respeito. E eu sinto que não é difícil isso não. Porque as suas palavras, Ministro, foi de produzir a eles a cidadania igual a dos brasileiros, o mesmo direito que o brasileiro recebe eles passarão, passam, às vezes, a receber. E como fonte você deu uma idéia vamos ver onde está essa fonte. Porque esta forma, esse modo de agir serve para aqueles que de fato estão tirando vantagem disso e, queiram ou não, é uma escola perfeita aquilo ali, e quando chega... E viciada, porque quando chega ali, entra no vício também. Eu estava aqui analisando o Crivella. Quem conhece o trabalho do Crivella no nordeste, o Senador Crivella tem que colocar Senador a intimidade é grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Fica a vontade. V.Ex.^a. tem todo o direito.

DEPUTADO DR. HELENO (PSC-RJ) :Quem conhece de fato o trabalho do Senador Crivella, no nor-

deste, e os resultados positivos até hoje garantindo e trazendo resultados que a cidadania é implantada, seria com pouco esforço implantada naquela região Agora, eu pergunto se hoje o Paraguai está com esse quadro de contrabando que é base, é a central do contrabando no Brasil, a verdade é essa, a central. Se não está com isso, já tinha perecido. Não ia viver de outro... Só com a lavoura não ia dar para isso. Não é verdade? Isso é um dos pontos. Agora, eu pergunto. Esses brasileiros que vão para lá é explorado... quantas crianças são exploradas nesse trabalho, o trabalho de escravo ou quantas pessoas? A denúncia das mulheres brasileiras que estão sendo exploradas sexualmente. Essa é a segunda pergunta. E a terceira, há jeito de amenizar isso ou parar com isso aí que está tão junto do Brasil? É quarto e sala com o Brasil. É só essa pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – V.Ex.^a. toca num assunto que é dos mais relevante. A Polícia Federal atua em território nacional. Turistas estrangeiros que fazem turismo sexual no Paraguai, eventualmente, estão tendo relação com meninas brasileiras que atravessam a fronteira para se prostituir do outro lado. Um crime hediondo para o qual nós não podemos, legalmente, exercer o controle que gostaríamos. Isso é um assunto fundamental que essa Comissão deveria se debruçar numa futura visita. Ministro, eu vou pedir a V.Ex.^a. que conclua em cinco minutos, porque nós temos o depoimento e até convidaria o Senhor para ficar conosco, porque vamos hoje naquela tela mostrar um Atlas da Emigração Ilegal, depois de seis meses de trabalho, para os Estados Unidos. O Atlas da Emigração Ilegal com a atuação dos falsários, dos agenciadores, dos financiadores e, finalmente, dos coiotes que são os que põem eles debaixo do braço e levam lá para fora. É até uma Sessão Secreta. Daqui a pouco eu vou fechar o recinto só para nós. Mas, realmente foram feitas gravações, levantaram nomes, um trabalho muito interessante que valeria a pena a gente ver, entender e pensar no que podemos fazer em benefício desses brasileiros. Então, peço ao Senhor que responda e conclua em cinco minutos. Muito obrigado.

SR. MINISTRO ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO – A economia formal paraguaia de parte dos agricultores brasileiros, ela monta hoje a dois bilhões de dólares. É mais pujante do que o atual comércio em Ciudad Del Este. O atual comércio de produtos em geral. Trabalho escravo, trabalho infantil, exploração sexual infanto-juvenil isso é um outro câncer da fronteira. Está trabalhando a Organização Internacional do Trabalho, aí está trabalhando a UNICEF e também nós. Nós fomentamos, inclusive, um acordo com os paraguaios

para a limpeza da área da Ponte da Amizade. Tirar as crianças da área da Ponte da Amizade.

Agora, vamos ser muito claros. Nós temos no lado brasileiro, nós temos o Conselho Tutelar, nós temos a municipalidade de Foz, nós temos albergues. Do lado paraguaio, nós temos uma entidade chamada CODE-NE e nós temos uma Organização Internacional com todas as dificuldades de operação que existem. A OIT está lá e a UNICEF, também. Na prática, é muito difícil o trabalho lá do lado do Paraguai, pelas carências que existem. Carências em tudo. Albergues, carência em psicológicos, sociólogos, enfim, gente que dê assistência àquela gente. Dessas 3.500 crianças que são consideradas objeto de exploração para fins sexuais, a grande maioria é brasileira, porque há uma tendência a uma criança loira, branca etc. a ser explorada. Isso é uma coisa calamitosa. Eu mesmo já participei de um resgate, porque eu tive a curiosidade de ver se realmente a dimensão era essa.

Eu participei uma vez de um resgate de duas meninas de oito anos e de dez anos de um prostíbulo perto da Ciudad Del Este. É a coisa mais triste que os Senhores podem imaginar a forma de como a vida humana, às vezes, perde completamente o sentido em determinados lugares. Eu acho que é neste campo que nós temos que trabalhar muito também. O Consulado, nós fomentamos. Nós fomentamos um acordo que deve ser assinado entre os dois lados, mas o lado do Paraguai não tem como implementar nada e como nós também não temos recurso para repassar para o lado paraguaio, neste caso, fica difícil. E eles têm as carências. Isso é pura realidade. Não adianta nós querermos dizer que só com a cota resolve a coisa e que um comércio de mercadorias que passa pela fronteira, essa fronteira tão conhecida de nós, vai resolver o problema paraguaio porque não vai.

Outra coisa, a natureza deste comércio muito pouco deixa para a Ciudad Del Este e para a cidadania paraguaia. Os paraguaios são basicamente usados como massa de manobra, nisso, e esse comércio pertence, sobretudo, a estrangeiros. Aí os Senhores têm chineses, libaneses, brasileiro, também, não vamos tirar as nossas responsabilidades nisso, círios e outras nacionalidades que se beneficiam dessa miséria. Porque na verdade, pobre gente, essa é a pura realidade da história. Essa gente é explorada, essa gente é massa de manobra, essa gente é que chamam de “mulas”, e tem outro nome que eles chamam que são “passadores de cotas” e nada mais e que são pessoas exploradas por ninharia, por recursos... Embora muitas vezes dentro dessas próprias pessoas, desse próprio contingente humano, também se ocultem aí elemen-

tos já caracterizadamente criminosos e que aí estão, também, no meio.

Então, isso aí é uma situação de molde a requerer todo o tipo de preocupação de nossa parte. Eu acho que isso na missão dos Senhores, os diálogos que os Senhores deverão ter, eu acho que nós poderemos organizar lá o Consulado-Geral e a Embaixada em Assunção. Nós podemos organizar para os Senhores, uma visita bastante abrangente para que os Senhores tenham possibilidade de conversar, dialogar e, inclusive, colaborar adiante, dar mais um empurrão em todas essas questões que nós viemos aqui, que acabamos aqui de trocar algumas idéias. Eu quero agradecer a todos a oportunidade. Desde já me coloco, assim como os meus colaboradores lá no Consulado-Geral, à disposição dos Senhores para organizar, para dar a nossa contribuição muito aberta para que os Senhores realmente possam desfrutar e obter todos os resultados que os Senhores pretendem realizar brevemente ao Paraguai. Muito obrigado. Muito obrigado Presidente, muito obrigado Senador Crivella, obrigado Senadores, Deputados. Obrigado a todos os ouvintes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Muito obrigado Ministro Antônio Cruz de Mello com quem tive o prazer de numa ocasião ir até uma festa aonde foi Sr. Ministro? Exposição... abertura da exposição de agronegócio em Santa Rita. E ali convivi com a comunidade brasileira, com os paraguaios e com a pujança que aquela terra tem. Sem dúvida o Ministro realiza um trabalho extraordinário, porque tem a perspectiva histórica. Sabe da onde se originam os programas, os problemas, mas tem também a lucidez de olhar para frente e com certeza encontrar dias melhores. Gostaria de reiterar o convite para que o Senhor ficasse conosco, porque a Pauta desta 13ª Reunião destina-se a dar conhecimento a Comissão dos depoimentos dos Senhores Cláudio Alves de Souza e de seu irmão Itamar Alves de Souza prestados no dia 3 de fevereiro último, para a Assessoria desta Comissão. E eu gostaria, então, de transformar nossa Sessão numa Sessão Secreta. Pediria a todos que não são membros da Comissão que aguardassem no corredor, do lado de fora da Comissão, e convidaria Ailton Cardoso da Silva para que viesse aqui e fizesse a exposição de tudo que foi levantado durante esse depoimento. Gostaria de chamar também para a Mesa o Cláudio Alves de Souza e seu irmão Itamar Alves de Souza, porque logo assim que terminarmos a exposição, os Srs. Deputado e Senadores que desejarem, poderão fazer as perguntas para os depoentes. (soa a campainha). Com a palavra o Sr. Ailton Cardoso da Silva. Pois não.

Enquanto nós estamos desligando os aparelhos de televisão, eu gostaria de informar que o Vice-Ministro da Justiça do Japão que nos recebeu lá encaminhou à Embaixada do Brasil como havia prometido a nós, à Embaixada do Brasil em Tóquio, os textos, o objeto de pedido formulado por nós, quando a visita ao Ministro...

(Interrupção do áudio)

(Sessão passa a ser secreta às 15h45.)

(Sessão encerrada às 17h06.)

Ata da 14ª Reunião, Realizada em 26 de abril de 2006.

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e seis, às onze horas e quarenta minutos na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Valdir Raupp, Leonel Pavan e Romeu Tuma e dos Deputados João Magalhães, João Magno, Takayama, Doutor Heleno, Leonardo Monteiro, Geraldo Thadeu, Hermes Parcianello e Aldir Cabral reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 14ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à votação de Requerimentos; discussão do Projeto de Lei que dispõe sobre o ingresso, no Regimento Geral de Previdência Social, do brasileiro que tenha trabalhado em país estrangeiro e o depoimento da senhora Tânia Maria Vicentini, mãe de Carla Vicentini, paranaense desaparecida nos Estados Unidos desde fevereiro último. O Presidente, Senador Marcelo Crivella, convida a senhora Tânia Maria Vicentini para sentar-se à mesa para relatar os fatos em torno do desaparecimento da filha, Carla Vicentini. O Presidente, após indagar a senhora Tânia Maria, passa a palavra aos seguintes parlamentares para suas inquirições: João Magno, Relator da Comissão, Takayama, João Magalhães e Hermes Parcianello. O Deputado Leonardo Monteiro sugere que a Comissão convoque a amiga de Carla Vicentini, Eduarda Ribeiro, para prestar esclarecimentos acerca desses acontecimentos. O presidente coloca em votação o requerimento de convocação do Senhor

José Fernandes Martins, proprietário do apartamento onde a Carla Vicentini residia, incluindo a convocação da senhora Eduarda Ribeiro. O requerimento é aprovado. Dando continuidade, a Presidência coloca em votação o Projeto de Lei, de autoria desta CPMI, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ingresso, no Regime Geral de Previdência Social, do brasileiro que tenha trabalhado em país estrangeiro, e dá outras providências. Após ser colocado em votação, o Projeto de Lei é aprovado, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. E, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2/2005 do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta dessa 14ª Reunião destina-se a ouvir a Sra. Tânia Maria Vicentini, mãe da estudante paranaense Carla Vincentini, desaparecida nos Estados Unidos, há dois meses. Discutir o Projeto de Lei Previdenciário para os imigrantes brasileiros. Votação de Requerimentos.

Convido a Sra. Tânia Vicentini a sentar à Mesa para prestar seu depoimento acerca do desaparecimento de sua filha Carla Vicentini. Por favor. A Dona Tânia vai fazer, para a Comissão, um relato do que ocorreu, desse drama que ela está vivendo e o que ocorreu com a sua filha desaparecida nos Estados Unidos. Com a palavra V. Sa.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – A minha filha foi para os Estados Unidos no dia 19 de janeiro deste ano. Ela foi para fazer intercâmbio, uma universitária a trabalho e a estudo. A primeira cidade em que ela esteve foi em Dover, ela permaneceu lá por 14 dias.

Como as instalações, a hospedagem, o local onde ela estava, era bastante precário, ela resolveu aceitar a proposta que um Senhor, residente em Goioerê, amigo do meu marido, tinha feito antes dela ir para os Estados Unidos. Ele disse para o meu marido. “Eu tenho você como um filho.” Esse Senhor, ele tem 75 anos. “Eu tenho o Senhor como um filho e a tua filha, para mim, é minha filha, também. Eu tenho esse apartamento em Newark e a Carla vai para Dover, uma cidade peque-

na, pouca possibilidade de trabalho. Ela pode ficar no meu apartamento, locar o meu apartamento, arrumar uma amiga para dividir.” E como já fazia 14 dias que ela estava lá em Dover e, pelas condições, ela resolveu aceitar essa proposta.

Foi para Newark junto com a Eduarda Ribeiro, uma menina que dividia quarto com ela lá em Dover. Foram na quinta-feira, de... não sei o dia de fevereiro, mas uma quinta-feira antes dela desaparecer, uma semana antes. Conheceram, na sexta-feira a Carla foi com as malas dela e ela ficou no apartamento sábado e domingo sozinha. Na segunda-feira, a Eduarda chegou para procurar trabalho; a Carla já tinha conseguido trabalho num restaurante português, Mediterrâneo, garçoneiro. Trabalhar 12 horas. Das dez da manhã às dez da noite.

Aí, no terceiro dia de trabalho dela, na quinta-feira, após ela sair do trabalho, às dez horas da noite, ela passou no trabalho da Duda, que fica quase na frente da casa dela, o Adegas Grill Bar, para pegar a chave. Ali ela permaneceu das dez e meia da noite até ‘umas’ uma e meia da manhã, foi o que me passaram; os agentes do FBI me passaram isso. Não aquilo que a Eduarda tinha contado para a imprensa. Mas eu vou falar os fatos que foram apurados até agora. Ela foi para casa, se despediu das pessoas e foi para casa.

Como prova que ela voltou para casa, o mesmo o casaco que ela estava usando no momento que ela saiu do Adegas, as pessoas todas, que estavam naquele estabelecimento, reconheceram esse casaco, que era o mesmo que ela tinha posto e foi para o apartamento. Inclusive, estava toda a gorjeta que ela tinha ganhado no dia. Simplesmente ela desapareceu do apartamento sem dinheiro, sem documento, sem um casaco.

Aquela noite, foi no dia 9, no dia 9 de fevereiro, se os Srs. lembram, foi quando começou a nevar, aquela neve muito intensa que teve nos Estados Unidos. Se minha filha tivesse saído com a blusinha que a Eduarda disse que ela saiu e a calça jeans, ela teria sido encontrada congelada, com certeza. Não teria como ela sair sem um documento, também. Se fosse por livre e espontânea vontade. Então, é até aí que eu sei que foi, que é uma verdade que o FBI passou para mim. Não aquilo que foi falado pela imprensa.

Quinze dias após o desaparecimento da Carla eu liguei para o namorado dela, Thiago, mora no Rio de Janeiro. Eu não conseguia imaginar o porquê da minha filha ter desaparecido assim do nada. Ela super alegre, cheia de vida, amorosa com todo mundo, muito cheia de vida, festeira mesmo. E, de repente, assim, cinco dias numa cidade, desaparecer. Não tem explicação. Não dá tempo. Três dias trabalhando, 12 horas

por dia, contando o que ela dormiu. O que ela teve de tempo para conhecer alguém? Quase nada.

Aí esse dia, eu conversando com o Thiago, ele falou: “Olha, tia. Eu tenho uma coisa para falar para a Senhora. A Carla tinha me pedido segredo mas, perante tudo isso que está acontecendo, eu não posso guardar isso, porque pode ser uma pista. Ela me ligou no sábado à noite apavorada, desesperada mesmo, que o Senhor Fernandes assediou ela”. Ele locou o apartamento e não saiu de dentro do apartamento. Ele ficou lá junto com ela e a Eduarda. Não sei por que intenção. E ele assediou a minha filha. Disse que ela, tão desesperada que estava, ele não deixou que ela desligasse o telefone enquanto ela não se acalmasse. E falou: “Eu não tenho coragem nem de repetir aquilo que ela falou porque é nojento demais.” E o procedimento desse Senhor foi, assim, muito... Eu não sei nem como nominar. Foi muito estranho.

Eu, no lugar dele, eu acho que qualquer um dos Srs., passando por uma situação dessa, de um filho de um amigo ou suposto amigo desaparecido, eu acho que, alguma coisa se faria para ajudar, né? Ele, conhecendo Newark como ele diz que conhece, há 42 anos, como ele fala que conhece como a palma da mão dele, quando ele foi fazer a denúncia do desaparecimento, em vez dele ir para uma delegacia, que fosse, de competência, que realmente ia começar as buscas, ele foi para uma delegacia de periferia, um posto policial, não sei.

Nove dias depois, que meus amigos foram até essa delegacia, saber em que ponto que estavam as investigações, eles não sabiam nem quem era Carla Vicentini. Quer dizer, 10 dias depois da minha filha desaparecida, que a Polícia local começou as buscas. E ele disse o seguinte também. Quando... Ele veio na segunda-feira, ele veio embora. A Carla desapareceu na quinta, madrugada de quinta para sexta. Eles me avisaram no domingo à tardinha e, na segunda-feira, ele veio embora. E eu tinha duplicado para ele no domingo.

Porque, nossa, eu não sei nem como dizer o desespero que se abateu sobre nós. A distância, a impotência, um filho desaparecido, sem saber as condições que me passaram. Eu não sabia o que pensar. E eu implorei. Eu falei: “Pelo amor de Deus me faça aquilo que for necessário. Vá até a Polícia. Vá até o Consulado. Busque tudo que for preciso porque a gente não tem acesso a isso. Não tenho como fazer isso”. E ele prometeu que faria isso. E ele disse também que, no telefone celular dele, tinha umas dez ligações no sábado, que a pessoa ligava, era um número privado, algumas vezes ouvia voz de mulher de fundo e eu, na hora imaginei que poderia ser, talvez, um pedido

de socorro da minha filha, não sabia o que pensar, eu implorei para ele levar esse celular na Polícia para que a Polícia quebrasse sigilo, para ver se tinha alguma possibilidade de ter alguma pista ali, para saber o paradeiro dela. Ele falou que ia fazer, mas ele enfiou o celular no bolso e trouxe e levou para Goioerê junto com ele.

Chegando em Goioerê, em momento algum ele procurou a gente. Eu soube por outras pessoas que ele tinha chegado à cidade. E ele, quando meu marido e meu cunhado foram procurar ele para pedir informações, para ver se ele tinha alguma coisa a mais para falar para a gente, ele não abriu a boca. Ele nem levantava os olhos para falar com meu marido, muito menos com meu cunhado e era, de certa maneira, agressivo. Também, quando meu marido pediu o celular, ele não gostou nada. Quando meu marido falou para ele que o FBI entraria no caso, para ajudar nas investigações, agora eles estão investigando realmente. Ele ficou muito revoltado. E disse: “Eu não vou dar a senha desse celular”. Jogou o celular na mesa. “Eu não vou dar a senha desse celular”. O FBI que descubra. Foi quebrado o sigilo desse celular. Está com eles. A gente mandou para os Estados Unidos, eles ouviram essas ligações e tudo.

Só que eu não sei de nada, nada o que foi apurado. O que eu sei foi dito há dois meses atrás. O Consulado nunca mais ligou para mim. A Embaixada nunca mais ligou para mim. Eu não tenho notícia nenhuma. E eu acabei sabendo que, aquilo que eu tinha tanto medo, que tivessem parado as investigações, que parece que chegou num ponto assim, eles ouviram 50, 60 pessoas... Quer dizer, aonde a Carla passou? Supermercado, a loja, o trabalho, o pessoal do Adega. Isso tudo foi investigado. Tudo foi muito investigado. Mas investigou, não tem mais nenhuma pista, pararam. E estão esperando que esse Senhor tome a decisão de, ou para os Estados Unidos, ou para Portugal, porque ele tem a cidadania portuguesa, para ele ser ouvido, para ele ser interrogado, para eles conseguirem saber até que ponto ele tem algum tipo de envolvimento.

E está sendo, assim, extremamente difícil, desumano, a gente ter que conviver numa cidade de 28 mil habitantes, muito pequena, com um Senhor sentado o dia inteiro na mesa do bar tomando uísque e parece que fazendo zombaria com a cara da gente, sabe? Eu estou num refúgio. Não tenho nada com isso. E o FBI, a Interpol, um agente do FBI, um agente da Interpol e dois da Polícia Federal foram lá para ouvir esse Senhor. Mas, como ele estava sentado na mesa do bar e o advogado dele estava do lado dele, colocou muitas respostas na boca dele e pouco eles conseguiram tirar. Ele mente demais, como diz o Daniel. Ele mente

tanto que ele mente até para ele mesmo. O Daniel mesmo percebeu.

A ex-esposa do Sr. José Fernandes também foi interrogada, por três horas. Ela passou tudo aquilo que sabia a respeito dele. Mas não passaram nada para a gente. E, de repente, parou. Parou mesmo. E eu tenho que lutar contra o tempo. Minha filha está desaparecida. Eu não sei em que condição. Eu não sei nem se ela está viva. Eu quero ter minha filha viva, de todo o coração. Mas eu quero descobrir a verdade. Porque não tem como eu conseguir manter a dignidade, ter vida. A minha família está despencando. Aquilo que a gente julgava ser o sonho da vida da minha filha, um sonho que foi impossível para mim, para meu marido, para a família toda, a Carla conseguiu realizar mas, em 19 dias, esse sonho se transformou num pesadelo, num verdadeiro pesadelo.

Eu preciso descobrir a verdade. E se esse Senhor não for ouvido, num interrogatório, de maneira que ele não tenha como despistar as respostas, não vai ter andamento esse caso. Eu não quero acusar ele, eu não quero ser injusta, eu não quero apontar ninguém. Mas, se ele é a pessoa que viu a Carla a última vez, por último, se ele estava no apartamento e foi provado que ela voltou para o apartamento. O apartamento é muito pequeno. É um quarto só. É impossível ele não ter visto alguma coisa. Porque ele não fala?

É, assim, desumano o que a gente está tendo que passar. A população da cidade exigindo, da gente, uma resposta; preocupada, sim, porque eu tenho recebido muita solidariedade. Muita, muita. Não posso reclamar, porque pessoas conhecidas, desconhecidas, aqui do Brasil, dos Estados Unidos. Graças a Deus o amor existe no coração humano. E esse mundo é mundo ainda porque tem mais amor do que maldade. Mas é preciso que uma providência seja tomada porque, se for ficar esperando a boa vontade desse Senhor, ele não vai sair desse refúgio que ele está, a vida boa que ele está.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dona Tânia, eu acho que a Senhora sabe como funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Os parlamentares vão fazer algumas perguntas porque nós precisamos saber de detalhes e temos consciência, exatamente, como ocorreu. E ficou um pouquinho confuso aqui. Qual é a idade da sua filha?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela vai fazer 23 anos sábado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ela saiu daqui do Brasil para um intercâmbio estudantil?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Como é o nome da empresa de intercâmbio?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – World Study.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela foi para Denver.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Dover. Dover. Não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dover. E ela ficou quantos dias lá.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – 14 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela saiu no dia 19 de janeiro?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso. Hum-hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ficou 14 dias lá.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Hum-hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E, depois, recebeu um convite para Newark.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Esse convite foi antes dela viajar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E foi feito por quem?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – José Fernandes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – José Fernandes. Sobrenome?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Madeira Martins. Martins ou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Madeira Martins, que é seu conhecido aqui do Paraná, da cidade que a Senhora...

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Goioerê.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Goioerê. José Fernandes Madeira Martins. Ele tinha um apartamento lá e convidou sua filha para ir para o apartamento. Ela chega lá no dia 14. No dia 9 de fevereiro ela desaparece?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela chega no dia... Um momento. Ela sai no dia 19 de fevereiro de casa. Fica 14 dias em Denver.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Hum-hum. E no dia nove ela desaparece. De fevereiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E qual o dia que ela chega em Newark?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Do mês eu não sei. Foi na sexta, na sexta-feira à noite, anterior

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Na sexta-feira. Então foi no dia 2 de fevereiro.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso. Deve ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Porque ela sumiu na sexta, na madrugada do dia 9. Ela ligava para a Senhora?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Todos os dias. Todos os dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Desse ano?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Desse ano. Desse ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – 02 de fevereiro foi uma quinta-feira.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Então foi no dia três.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – 02 de fevereiro é uma quinta. Então foi no dia 3 de fevereiro. Então, foi sexta-feira, dia 03.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso. Então foi na sexta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ela sumiu na quinta, na madrugada da quinta-feira, 9 de fevereiro.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No dia 3 quando ela chegou em Newark ela ligou para a Senhora?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim. Todos os dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ligou no sábado.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No domingo?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E como ela arrumou o emprego em Newark?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – O neto do seu Fernandes que conseguiu esse trabalho para ela, nesse restaurante, Mediterrâneo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O neto do seu Fernandes como chama?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não sei o nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas ele trabalhava no Mediterrâneo?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Só conseguiu o emprego para ela. E ela trabalhou lá que dia?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Na terça, quarta e quinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E sumiu?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Na quinta-feira, na madrugada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No dia 10. Quer dizer, na quinta-feira à noite ela foi ao... Quinta-feira foi dia 10. Nós não sabemos se foi antes ou depois de meia-noite. Mas nessa noite, a partir dessa noite não a viram mais. Então ela trabalhou na terça, na quarta e na quinta. Ela trabalhava como garçone. Ela ligou para a Senhora na quinta-feira?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Na quarta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Foi a última ligação.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Na quinta ela ligou duas vezes pro Thiago.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela relatou esse assédio, esse possível assédio, do José Fernandes?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Para o namorado, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não para a Senhora.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Eu percebi, assim, uma certa revolta a respeito dele, sabe. Porque ela falou: “Eu não vou ficar mais naquele apartamento com aquele velho.” Eu falei: “O que é isso, Carla. Ele está te ajudando. O que aconteceu?” “Mãe! Ele alugou o apartamento e ele não sai do apartamento.” Eu falei: “Você está brincando? Porque ele não sai do apartamento? Ele vai de vez em quando?” “Não, mãe, ele está sempre. Ele não sai.” Eu falei: “Eu não acredito.”

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então ela já estava querendo se mudar dali?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – É. Já tinha conseguido até. O dia que ela desapareceu, já tinha conseguido até outro apartamento. Ela ia mudar na segunda-feira que era folga dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Na quinta-feira ela sai do trabalho e vai para casa. Essa casa era longe do trabalho?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela foi para o Adega. Desculpa. Ela foi para o Adega, que é o emprego da Eduarda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ah, e tem a Eduarda que ela conheceu aonde?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Lá em Dover.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Em Dover. Então, a Eduarda saiu de Dover e veio com ela para Newark.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso, a convite da Carla, para dividir o apartamento. Ela tirou a Eduarda lá daquele quatinho, lá, apertado e chamou ela para dividir o apartamento e conseguir um trabalho melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ela também trabalhava no Adega?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Só a Eduarda. A Carla trabalhava no restaurante como garçone. No restaurante chamado Mediterrâneo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mediterrâneo. Então a Eduarda trabalhava no Mediterrâneo e a Carla trabalhava no Adega.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Ao contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ao contrário. A Eduarda trabalhava no Adega e a Carla no Mediterrâneo.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem. E a Carla passou no Adega para encontrar a amiga e ir para casa.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Pegar a chave do apartamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pegar a chave do apartamento. Que horas era isso?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Em torno das dez e meia, o Daniel me falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – 22:30. E a Eduarda, conversando com a Senhora, deu algum entender que ela tinha bebido, ou...

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim. Disse que ela bebeu. Só que, para os repórteres, ela falou, assim, que a Carla tinha bebido 70, 80 dólares. Eu não sei quanto é isso em bebida, mas é um absurdo. A Carla bebe sim, mas não ao ponto, como ela falou, que ela caiu, que ela brigou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Isso nunca tinha acontecido antes.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Nunca. A Carla ia dirigindo para festa, voltava dirigindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Eduarda falou se ela estava acompanhada nessa noite?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Um amigo. E acho que, possivelmente, até alguém lá do restaurante levou a Carla até o Adega. Deu carona para ela. E aí ele foi ouvido, também, em interrogatório, ajudou de toda a maneira. Era a única coisa que ele sabia que deixou a Carla lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deixou aonde?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Lá no Adega.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ah, ele deixou ela no Adega.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela saindo do trabalho, levou ela até o Adega, onde estava a Eduarda, ali ela permaneceu das 22:30 até a 01:30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Até 01:30.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso. A 01:30 todas as pessoas que estavam lá no estabelecimento falaram. Ela pegou o casaco, vestiu o casaco e foi a pé para casa. Ela não pegou carona com ninguém.

Também disse o seguinte... A Eduarda disse que ela tinha ficado sentada com um americano, ela disse que ficou sentada com um americano, que a Carla não falava uma palavra em inglês e ele não falava uma palavra em português. Eu falei: “Nossa, deve ter sido uma noite incrível, né. Um olhando para a cara do outro.”

E, depois, o Daniel me disse. A tua filha não ficou sentada com ninguém. Ele se sociabilizou. Ela ficou conversando com todo mundo que estava ali, rindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Esse Daniel é o?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – É o Daniel Clegg, é o agente do FBI que fica no Consulado aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Que está acompanhando o caso.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim. Hum, hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É o agente do FBI.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Hum, hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então 01:30 a Carla sai do Adega em direção a casa dela.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Hum, hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A partir daí nós não sabemos mais nada. O apartamento tem porteiro?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O Senhor José Fernandes estava no apartamento?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Estava no apartamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E quando ele conversou com a Senhora, ele disse o que havia ocorrido?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ele nunca conversou comigo. E também ele não falou com meu marido nem que estava no apartamento.

Eu soube, pelo FBI, que ele estava no apartamento, porque foi ele que abriu a porta para a Eduarda, quando ela chegou, às quatro horas da manhã, hora que ela saiu do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Importante isso. A Eduarda deu a chave para a Carla, ficou sem a chave.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sem a chave.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E quatro horas da manhã, quando ela terminou o expediente, ela foi para o apartamento e tocou a campainha e quem abriu foi o Senhor...

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Foi o Senhor José Fernandes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E a Carla não estava.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. E estranho, que ela falou para mim, o dia que ela ligou para mim, para avisar que a Carla tinha desaparecido, ela me falou que ela tinha pedido para alguém arrombar a porta porque ela não tinha a chave para entrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ela tocava a campainha e ninguém atendia?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. O Senhor José Fernandes abriu a porta para ela. Aí que eu estou falando, porque um defende o outro, porque tem umas controvérsias mesmo. E a prova...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Eduarda continua nos Estados Unidos?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Continua.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Trabalha nos Estados Unidos.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – A família dela é daqui de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A família é de Brasília. A Senhora sabe o nome dela todo?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Eduarda Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eduarda Ribeiro. E ela, então, deu uma versão de que ia arrombar a porta, mas o Senhor José Fernandes disse que ele é que abriu a porta. 04:30 da manhã. A hora que ela chegou.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Quatro horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Os pertences da Carla foram mandadas para a Senhora?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Está tudo com a Polícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nos Estados Unidos.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ham, ham. Tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quando a Senhora soube do desaparecimento da sua filha?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Só no domingo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Domingo, dez, onze, doze, treze?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ham, ham.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No dia 13 de fevereiro. Que horas?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Umas quatro horas da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quem ligou?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Senhor Fernandes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dizendo que ela não tinha...

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Que ela tinha desaparecido. E, como ele tem um sotaque muito forte de português, misturado com inglês...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Senhora tinha o número de telefone dela?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Eu tinha, mas ela trocou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Senhora tentava ligar?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela ligava para mim. Só que ela passava essa versão que eu passei para vocês agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, digo da sua filha Carla.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela não tinha celular.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela não tinha celular.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela disse que queria comprar com o dinheiro dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ela ligava para a Senhora de telefone público.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Público. Público, ham, ham.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então não havia como se comunicar. A Eduarda tinha celular?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Tinha. Tem. Ela mudou o telefone várias vezes. E o seu Fernandes tinha celular.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Eduarda continua trabalhando no Mediterrâneo?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – No Adega? Não. Não. Ela saiu logo em seguida porque, com o desaparecimento da Carla, os repórteres começaram a assediar muito ela, ela não estava conseguindo trabalhar e ela, por pedido do patrão, ela abandonou o emprego.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – No domingo quando a Senhora recebe comunicado que a sua filha tinha desaparecido, qual a sua providência, ligou para o Consulado nos Estados Unidos?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Eu não tinha telefone algum. Eu pedi para que eles tomassem as providências. Eu não tinha nem idéia do que estava acontecendo. Eu pedi, pelo amor de Deus, que eles fizessem aquilo que fosse necessário, porque a gente não conhece ninguém, não tem telefone, não sabe aonde correr, não fala inglês.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Efetivamente, a Senhora ficou três dias, quer dizer, da madrugada de sexta-feira até domingo, sem ter notícias da sua filha.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E ela já desaparecida.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Já desaparecida. E eu estava bastante preocupada, mas imaginava que, por ela estar trabalhando 12 horas por dia, ela chegava muito cansada e dormia, levantava de última hora e saía correndo para o emprego.

Até no domingo, eu almocei correndo, assim, que eu estava na casa da minha mãe, eu almocei correndo e voltei, falei: “Vó, a Carla vai ligar, a Carla vai ligar.”

Infelizmente a ligação não foi dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quando foi o primeiro contato da Senhora com o Consulado brasileiro, lá... Dessa jurisdição acho que é de Nova Iorque.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Nova Iorque. Nova Iorque. Acho que, talvez, uma semana antes do Deputado Hermes Parcianello ir para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ir lá nos Estados Unidos para ver o caso.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – E, quando ele esteve lá, eles fizeram uma conferência, tinha as autoridades, algum agente do FBI, a Polícia local, o Cônsul, os funcionários e o Deputado e eles, as perguntas que eles me fizeram, eu respondi; eles me prometeram uma providência.

Eu conversei com o Cônsul, ele foi muito solidário à minha dor. Ele prometeu que ia tomar uma providência, que não ia deixar cair no esquecimento, que não ia permitir que ficasse sem uma resposta. E, de repente, pararam de ligar, faz dois meses que eu não tenho nada, nada, nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Carla tinha algum problema mental?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não, ao contrário, ela é bastante inteligente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Qual o grau cultural dela?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Ela estava fazendo o 4ª ano de Engenharia Têxtil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Aqui no Brasil.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Na minha cidade mesmo. É uma extensão da UEN.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não há possibilidade dela ter tido algum problema de esquecimento, estar internada em algum hospital. Isso é remoto?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Antes de começar toda essa investigação, eles me garantiram que os primeiros locais a serem procurados foram hospitais, clínicas, delegacias; ainda eles me falaram, assim, tudo por terra, por água foi rastreado. Não encontraram nada. Nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Meus Srs.. Está aí um caso dramático, uma mãe que vem pedir nossa ajuda, da nossa Comissão.

E eu queria saber se os Srs. querem fazer alguma pergunta. Algum Deputado quer fazer alguma pergunta?

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Exª. Deputado Takayama.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Obrigado. Mas acho que dispenso. V. Exª. fez todas as perguntas que nos traziam algumas dúvidas. Apenas para informar que a cidade Goioerê, uma cidade realmente pequena, eu imagino o drama de uma mãe, não é, ao ver toda essa situação. Esse Fernandes é de Goioerê também?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Faz uns seis anos que ele está morando lá. Ele morava em Newark por 42 anos.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Essa região de Denver é próxima ao Estado de New Jersey?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Uns 15 quilômetros.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Eu acho que providências têm que ser tomadas, eu acho que esse Senhor tem que ter uma acareação mais profunda e ligar para o Cônsul... O Cônsul ali de Denver é o que está em New York?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Está ok. Eu acho que providências têm que ser imediatas. Se ele está morando aqui, eu acho que deveria ser feito, através da Interpol e das delegacias competentes, uma acareação mais aprofundada e convidar esse Senhor para, talvez, nem haveria necessidade de vir aqui à Comissão, mas que seja feito um relato, via os canais competentes, à Polícia local, ou aqui da Interpol, para que possa ser feito uma acareação mais aprofundada.

Tem a minha solidariedade Dra. Tânia, Sra. Tânia e dizer que nós sentimos a dor que a Senhora está sentindo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não, com a palavra V. Exª.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Se o Senhor me permite a palavra. Sra. Tânia. Eu quero mais explicação a respeito desse intercâmbio cultural.

Como que ele foi feito? A filha da Senhora tomou conhecimento? De repente chegou lá, a pessoa foi para uma outra cidade. Eu quero mais explicação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senhor Relator. Posso fazer um comentário?

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ela disse que foi pela World Study.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Minha filha fez o mesmo intercâmbio. Belo Horizonte tem uma agência, ali no bairro Funcionários, ali na esquina da Afonso Pena com... Não me lembro, eu estive lá por umas três, quatro vezes, participei de reuniões. É muito bom organizado, esse pessoal que faz intercâmbio.

Minha filha ficou um ano ali perto de Nova Iorque, uma cidadezinha chamada Cincinatti, ou Cincinatti's. É muito bem organizado. Só queria um esclarecimento da Senhora. Teve alguma participação? A Senhora acredita que houve alguma participação do pessoal, depois que ela chegou lá teve algum contato dela com o pessoal do intercâmbio?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim. Eles ligavam para ela, no emprego, para saber se ela estava gostando, como que ela estava. E essa mudança, quando ela tomou essa decisão de ir para Newark e deixar aquele emprego, que era contratação feita pela empresa, ela primeiro se informou, ela poderia fazer essa troca, desde que ela procurasse...

No Consulado, existe uma pessoa que fica encarregada por certo número de intercambistas. Tinha alguém encarregado de cuidar dela. E ela já tinha falado para mim que, na segunda-feira, que era a folga dela, ela ia procurar o Consulado, porque tem um dia da semana que eles vão até Newark para fazer o trabalho de Consulado. E ela ia passar o endereço novo do trabalho dela. Poderia fazer isso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu quero continuar perguntando à Senhora. A Senhora Maria Eduarda Ribeiro, ela... Essa pessoa mora a quanto tempo nos Estados Unidos?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Olha. Eu não sei. Eu não sei há quanto tempo ela está lá. Minha filha conheceu ela lá em Dover, quando ela chegou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Na escola, possivelmente.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Naquele alojamento, que era um motel. Os quartos eram locados para os intercambistas. Então era assim, bem assim. Porque a empresa se responsabiliza pelo trabalho, mas a estadia é por conta do intercambista.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Agora, essa Maria Eduarda, ela que falou que a filha da Senhora teria feito uso de bebida alcoólica, 70 dólares.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Sim, sim, sim. Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – A Senhora acha isso estranho?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Demais. Absurdo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Então a Senhora tem a Maria Eduarda como suspeita nesse processo.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Eu não falo como suspeita. Mas eu acho que ela mentiu. Eu acho não, eu tenho plena certeza que ela mentiu. Porque o FBI pode provar que o que foi descoberto não era, não condiz nada com aquilo que ela passou para a imprensa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Quando a Senhora quer fazer algum contato com a Maria Eduarda é fácil falar com ela?

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Não. Ela desapareceu. Horas ela dá entender que está na Califórnia, horas você entra no Orkut, aparecem fotografias dela em pontos turísticos em Nova Iorque. Sumiu. Ela... aquelas fotografias que existiam no Orkut que todo o jovem faz, coloca aquelas fotografias assim com ela bebendo, a Eduarda, bebendo em festa abraçada com amigos, contando, assim, arte dela, ela tirou todas. Só a Carla que bebeu, só ela que bebe.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputada Heleno, V. Ex^a. quer falar?

DEPUTADO HELENO SILVA (PL-SE) – Não, Sr. Presidente. Eu já estou satisfeito com a declaração dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Olha. Eu acho então e por sugestão do Deputado Takayama, que é de lá, nós poderíamos colocar em votação um Requerimento no seguintes termos:

Senhor José Fernandes, 75 anos, que também consta contra ele envolvimento no envio ilegal de brasileiros para os Estados Unidos. Ele é proprietário do apartamento na avenida Ferry Street, em Newark, New Jersey, onde Carla e a brasiliense Maria Eduarda Ribeiro, 20 anos, morava. O pai de Carla, Orlando Vicentini, acusa o empresário de ter assediado a filha, no apartamento em Newark, uma semana antes de Carla desaparecer.

A universitária brasileira Carla Vicentini, 22 anos, está desaparecida desde o dia 9 de fevereiro de 2006, foi vista, pela última vez, aceitando, se despedindo de um americano na porta de um restaurante. A apuração sobre o desaparecimento da estudante de Engenharia Têxtil, Carla Vicentini, em Newark, no Estado de New

Jersey, ganhou o reforço do Bureau Federal de Investigações, o FBI.

A informação foi transmitida à familiares que moram em Goioerê, no Centro-Oeste do Paraná. E, por amigos que acompanham o trabalho da Polícia, nos Estados Unidos, o Ministério das Relações Exteriores foi informado sobre o desaparecimento de Carla. De acordo com o Consulado em Nova Iorque, Carla ainda não havia feito sua Matrícula Consular, no registro de cidadãos que moram naquela jurisdição.

A estudante saiu de Goioerê, na região Centro-Oeste do Estado, onde morava com os pais, no dia 18 de janeiro com destino a Dover. Carla foi para os Estados Unidos estudar inglês por meio de uma agência de intercâmbio. Ela saiu do Brasil com moradia e emprego acertados pela agência. Durante o vôo Carla conheceu a brasileira Maria Eduarda Ribeiro, a Duda.

Após uma semana, ela começou a dividir o apartamento com a recente amiga na cidade de Newark. No dia 9 de fevereiro, Carla pega carona com um cliente do bar onde trabalhava até a Adega Bar and Grill, local de trabalho da amiga Duda. Carla teria saído do bar sozinha e nunca mais foi vista.

Três dias após o sumiço de Carla, Duda e o empresário francês José Fernandes ligam para a família avisando o desaparecimento. A Polícia de Newark entra no caso. A primeira investida é conseguir as fitas do circuito interno do bar onde Carla foi vista pela última vez. A Polícia ouve o rapaz que deu carona a Carla até a Adega Bar, ele agiu de todas as formas possíveis, não é considerado suspeito.

O desaparecimento de Carla completa dois meses de muita investigação e nenhuma pista. Segundo as autoridades, mais de 70 pessoas foram ouvidas. Nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Senhor José Fernandes Madeira Martins seja convocado a prestar depoimento, perante essa Comissão Parlamentar de Inquérito, acerca do seu possível envolvimento no desaparecimento da estudante paranaense Carla Vicentini em New Jersey, Estados Unidos.

Para discutir. Com a palavra V. Exª.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)

– Senador. Eu queria sugerir, também, que, quem sabe, pudesse ser requerida uma busca a essa Eduarda, através da Interpol ou Polícia Federal.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI – Serem ouvidos os dois, não é verdade? Ver até onde quem está defendendo quem, né.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu concordo com V. Exª. Eu acho que, se pudéssemos fazer uma Audiência Pública e,

de repente, num segundo passo, uma acareação que pudesse confrontar versões, certamente poderíamos descobrir as pistas que hoje não temos. E ajudar essa mãe desesperada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V. Exa, permite a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Claro. Com a palavra V. Exª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu penso que se faz necessário a idéia do Deputado Leonardo Monteiro, porque corre risco de vir aqui o Sr. Fernandes e ele ficar jogando tudo para as costas da Eduarda e, de repente, nós perdermos tempo. Então tem que chamar os dois para fazer uma acareação e resolver de já esta situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então, já que é desejo, aqui, resolução do plenário dessa Comissão, eu vou acrescentar aqui o nome de Eduarda, de Maria Eduarda Ribeiro. No Requerimento.

E coloco em votação. Os Srs. Deputados e Senadores que concordam, permaneçam como estão. Requerimento aprovado. Será encaminhado à Secretaria Geral para que eles venham depor a esta Comissão.

Eu gostaria de agradecer à Dona Tânia pelo comparecimento. Nós temos diversos outros aspectos.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Posso fazer um registro? Senador, sou o Deputado Hermes Parcianello...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputado Hermes, prazer vê-lo aqui na nossa Comissão. Com a palavra V. Exª.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Muito obrigado. Diante da marcha dos Prefeitos e compromissos, também, já agendados, muitos dos quais nós conseguimos adiar, para poder estar presente nesta importante Sessão da CPI.

Eu sou amigo da família, tanto da Tânia, que está aqui, mãe da Carla, quanto do seu esposo, Orlando Vicentini, é contemporâneo de bancada escolar, nos formamos juntos na cidade de Goioerê, cidade onde eu nasci. Depois, aos 18 anos, me mudei para Cascavel. Em Cascavel fui Vereador por três mandatos e estou no meu terceiro mandato como Deputado Federal. Desde 94 temos tido uma performance muito expressiva em Goioerê, na terra natal.

E, na condição de parlamentar, de goioerense, na condição de amigo da família, me senti na contingência de, também, me incorporar a esta luta de todos nós, na perspectiva de encontrarmos a Carla e vamos encontrar e Deus vai nos ajudar. E estive lá, não sei se foi objeto já de alguma narrativa aqui, estava dizendo, que, em função da marcha, não foi possível chegar no

início dos trabalhos. Liguei há poucos instantes para a Tânia, né, 45 minutos atrás. Eu não sei se houve algum relato com relação a isso. Mas é breve já, a CPI está encerrando seus trabalhos.

Já percebo que houve avanços consideráveis aqui. Já aprovado pelos componentes desta Comissão, de fazer uma acareação aqui entre algumas pessoas que nós queremos considerar, sim, eu, particularmente, como Deputado, suspeitos. Porque são as pessoas que tiveram proximidades, são pessoas que, cujos registros indicam, que tiveram contato com a Carla nos últimos momentos, nas últimas horas, ou na véspera do dia. Enfim, tudo leva a crer que essas pessoas podem ser, sim, consideradas suspeitas.

Havia algum receio, havia algum receio de que se a CPI desse visibilidade, notoriedade, para a vinda da Tânia, assim como uma outra audiência, que teremos ainda hoje, será objeto de uma conversação com o Senador que preside a CPI, logo mais no seu gabinete, peço vênia, até, antecipadamente, para poder estar com V. Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – ...e, portanto, na vinda da Tânia para cá, para a CPI, nós tínhamos preocupação de que isso pudesse afugentar. Pudessem fazer com que eventuais suspeitos se evadissem. Mas, em conversação com a Tânia, também, na quinta-feira da semana passada, a Tânia, não apenas o sentimento de mãe, mas com uma lucidez impressionante e receba, aqui, as nossas homenagens de público, disse: “Olha, Hermes, na verdade, o tensionamento é inevitável. Porque, se essas pessoas suspeitas, de fato, tiveram alguma responsabilização com o sumiço momentâneo da Carla e se evadirem, evidentemente que estarão assinando a sua sentença de que tenham culpabilidade ou que tenham conhecimento de alguma coisa que possa contribuir nas investigações.”

Então, por isso, que eu quero parabenizar a CPI, a iniciativa do Senador Crivella, Relator João Magno, todos os membros, meu colega Takayama do Paraná, aqui. Deputado, emérito Deputado, representa com orgulho a nossa bancada dos paranaenses, assim como os demais membros desta Casa. Iniciativa percuciente e importantíssima, porque nós não estamos encontrando, Senador, tenho certeza que deve ter sido, já também, objeto das vossas considerações, como de vários parlamentares.

Não temos sentido a mão protetora da Pátria Brasileira em busca de uma cidadã do nosso País que desapareceu em outra nação. Não estamos encontrando o mesmo paralelo, que houve aqui, em relação àquela

menina americana, que desapareceu; três, quatro dias depois, a Polícia Federal entregou para as autoridades americanas. E não se responsabiliza aqui, em primeiro momento também, as autoridades americanas, mas sim a diplomacia brasileira. Eu estive lá no Consulado brasileiro em Nova Iorque, cuja jurisdição está afeta a cidade de Newark, onde residia, reside, a Carla. Até então não havia ainda, não havia sido feito um deslocamento de alguma representação diplomática daquele Consulado na cidade de Newark.

O primeiro movimento foi com a nossa ida lá, que fomos lá conversar com o chefe da Polícia local. Capitão Bradley. Lá em Newark. Da Polícia local, a quem estava afeta a autonomia das investigações. E nós queríamos, evidentemente, a participação do FBI, mas não sabemos como é que era a legislação americana. Tendo uma notícia de que a Carla teria sido vista na Pensilvânia, aí sim, como outro Estado está no concurso, aí o FBI pode ser chamado. O que nos trouxe um certo conforto por aquilo que nós conhecemos no FBI. Não apenas através do cinema, como através de documentários e, na verdade, é uma Polícia especializada e o FBI tem participado.

Tem aqui um representante, né, que V. Exª. muito conhece, até por coincidência, seus filhos estudam no mesmo Educandário, aqui em Brasília, o Daniel Clegg, que está instalado na Embaixada dos Estados Unidos, foi a Goioerê atendendo pedido nosso, da família, de todos quantos se incorporaram nesta cruzada em busca da cidadã brasileira. Mas na verdade, lá nos Estados Unidos, nós não sentimos a presença, assim, firme, decidida da diplomacia brasileira. Fui muito bem recebido, cordialidade, fidalguia, mas de concreto nada, não havia uma pressão firme, por timidez, não quero dizer negligência, ou por ausência de expectativa. Mas, lamentavelmente, eu quero fazer esse registro de público. E, na ocasião, nós conversamos.

Eu conversei com o Cônsul-Geral França Lima, salvo melhor juízo e pedi, e pedi ao Cônsul, da possibilidade, Senador, Presidente Crivella, que recebe aí a visita do nosso ilustre amigo Deputado Chiquinho Escórcio, uma grande conquista da bancada do PMDB que está aqui, essa figura maravilhosa. E, na ocasião, nós pedimos se um advogado pudesse ser contratado às expensas do Consulado Brasileiro de Nova Iorque. Perguntei se isso era legal. Me respondeu que era legal a contratação do advogado e que já tinham acontecido casos assim. Não muitos, mas já tinham acontecido casos assim. E disseram, também, que na questão estrutural, isso não teria tantas dificuldades. Eu perguntei: “Quanto que arrecada esse Consulado por mês?” 600 mil dólares. A arrecadação do Consulado brasileiro em Nova Iorque na emissão de vistos,

taxas, essas coisas todas, de vistos para americanos, brasileiros, 600 mil dólares mensais. Não seria nenhum problema financeiro contratar um advogado. Mas teriam que ter autorização da Embaixada do Brasil em Washington. Mas disseram, também, que não teria nenhum problema.

Nós aguardamos, pressionamos, daqui a pouco, veio um comunicado da Embaixada para o Itamarati. O Itamarati responde para nós, através de memorando, de que, na opinião deles, um advogado, neste momento, não tem tanta necessidade.

Um absurdo, porque a própria família, a Tânia, o Orlando, todos quando se envolvem nisso, conversaram com especialista no assunto, com a Ordem dos Advogados do Brasil e todos entendem que um advogado, lá em Nova Iorque, evidentemente que poderia ter dado um outro curso nas investigações. Notadamente quando esse Senhor estava para sair de lá, ou se não ele, outros suspeitos, outras pessoas que poderiam ser ouvidas e, se precisasse quebrar o sigilo da senha telefônica, do telefone dele, quando ele estava no Brasil, um advogado podia pedir lá para a Justiça, porque o FBI não tinha autonomia para isso.

Então, lamentavelmente, a diplomacia brasileira, ela não tem dado a guarida necessária para ajudar, neste caso específico da Carla e, como de resto, eu aqui quero, também, estender isso tudo a todos os problemas que envolvem o brasileiro no exterior. E vocês, mais do que ninguém, autoridades muito mais qualificadas para dizer isso, que já estão cruzando o mundo na perspectiva de agasalhar o sofrimento dos brasileiros, que se somam a quase 3 milhões em todo mundo, Estados Unidos, Austrália, na Europa, de um modo geral, que imigraram para esses países, na perspectiva de uma vida melhor. E sinceramente, a diplomacia brasileira, neste particular, recebe aqui as minhas duras críticas, pela forma inadequada, pela falta de sentimento patriótico de defender uma cidadã brasileira e que nada tem feito e que a partir de agora, desta acareação que esta CPI decide aqui, como decidiu há poucos instantes, não tenho dúvidas de que nós daremos um outro curso a essas investigações. Não é possível que um suspeito desses esteja aqui no Brasil e não consiga ser ouvido.

Será objeto também, Senador Crivella, dessa audiência com o Ministro da Justiça. Que encontre um mecanismo jurídico para que a Polícia Federal, está aqui presente, possa ouvir este cidadão ou possa, na pior das hipóteses, fazer com que o FBI ouça esse cidadão em território americano, para que coloque esse cidadão lá. O FBI com suas táticas, da forma que o FBI nos coloca, eles têm certeza que saberiam se

esse cidadão tem ou se não tem informações sobre o paradeiro da Carla.

Eu encerro aqui, recebendo de braços abertos aqui esta mãe maravilhosa, guerreira, lutadora e que sensibiliza a todos nós dizendo: “Hermes, eu ouço os gritos da minha filha pedindo socorro. Para mim como mãe, para o pai e para o País.” E este País e o Congresso Nacional, nós, Senadores e Deputados, temos a obrigação de trazer esta brasileira de volta para o nosso País. Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós que agradecemos a participação de V. Ex^a. Deputado Chiquinho, V. Ex^a. quer falar?

DEPUTADO CHIQUINHO ESCÓRCIO (PMDB-MA) – Quero sim. Senhor Presidente, meu amigo, competente homem público, Marcelo Crivella. Eu fui citado; então eu estou pedindo a palavra porque eu fui citado nessa Casa. Uma Casa que eu convivo harmonicamente não é de agora. É de muito tempo. E eu vi aqui o meu companheiro, grande ser humano, grande Deputado Hermes fazendo elogios à minha pessoa. Quero dizer, Hermes, que é bondade sua. E quero dizer aos outros companheiros que aqui estão, que abrilhantam essa CPI, que eu tenho visto com muita, assim, propriedade, a maneira brilhante com que os Srs. estão se portando aqui em prol do benefício do ser humano.

Senador Crivella, V. Ex^a., quando eu estava aqui como Assessor Especial da Presidência da República, fazendo elo de ligação dessa Casa com a Presidência e até mesmo como Senador da República, eu sempre vi a sua preocupação de ir e vir para o exterior, para as Embaixadas, para encontrar, exatamente, o momento de felicidade para o povo brasileiro, esse povo brasileiro que tanto sofre.

Portanto, meus parabéns a todos que fazem esta grande CPI. Porque eu tenho certeza que, além dos homens, tem um lá em cima que está olhando por vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a. Espero sim que Deus olhe por nós e a gente possa encontrar e trazer de volta a Carla. Deputado Romel Anízio, V. Ex^a. quer usar a palavra?

DEPUTADO ROMEL ANÍSIO (PP-MG) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

DEPUTADO ROMEL ANÍSIO (PP-MG) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não quer?

DEPUTADO ROMEL ANÍSIO (PP-MG) – Não, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem. Eu gostaria, então, de agradecer à Senhora. Sei que foi difícil estar aqui conosco, se deslocar. A Senhora falou que desde que sua filha desapareceu, dois meses, que a Senhora não sai de casa.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI: Primeira vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas pode ter certeza que cada um de nós aqui compartilha da sua dor, não só vamos trabalhar na CPI mas também em oração, com a fé que temos, pedindo a Deus que possamos encontrar a sua filha e trazê-la de volta.

Acho que esse Requerimento que foi feito hoje, Deputado Hermes citou o Daniel Clegg, eu tive o cuidado de ligar para ele antes de colocar esse Requerimento em votação e perguntar se ia atrapalhar de alguma forma. E ele me disse que não. Ele me disse que achava que, se a Comissão aprovasse, seria muito bom no curso das investigações.

Ele também tem esperanças que esse Senhor possa voltar, algum dia, para os Estados Unidos, porque é desejo das autoridades de lá ouvi-lo. Quem sabe a gente consiga as pistas que precisamos para encontrar a sua filha. Muito agradecido pela sua presença.

SRA. TÂNIA MARIA VICENTINI: Eu que agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o nosso Relator para a votação dos Requerimentos que estão na pauta.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Senhor Presidente, nós temos alguns Requerimento aqui de relevância. Uma vez que há uma previsão de entrega deste Relatório conclusivo, dos nossos trabalhos, por volta do mês de junho, final de junho, temos algumas providências, diligências a serem feitas, para poder orientar a conclusão dos trabalhos.

Em um deles, o primeiro que nós vamos ler aqui, trata-se de requerer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 36, II, do Regimento da Câmara dos Deputados, seja solicitado ao Diretor do Departamento de Polícia Federal a elaboração e encaminhamento, no prazo máximo de 30 dias, de Relatórios conclusivos sobre todas as operações e investigações realizadas, a partir de 2003, que tenham, como o objeto, o tráfico de mulheres brasileiras, para fins de prostituição, com destino à Europa, contendo as seguintes especificações: Número de prisões efetuadas, número de busca e apreensões e detalhamento dos objetos e/ou valores apreendidos, núme-

ro de inquéritos instaurados, relação dos indiciados com a atividade desempenhada e a respectiva qualificação, descrição detalhada do *modus operandi* das quadrilhas, informação da Vara Judicial que recebeu os inquéritos e se existem denúncias formuladas pelo Ministério Público.

Justificativa. Considerando que essa CPMI tem, por finalidade, conforme definido no regimento nº 2, aliás, no Requerimento nº 2, Congresso Nacional, de 2005, apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados. Outros delitos civis praticados com a imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania dos brasileiros que vivem no exterior, entendemos que o exame aprofundado dos casos de tráfico internacional de mulheres brasileiras para a Europa, principalmente para Portugal e Espanha, é de vital importância, nesse sentido, a CPMI tenha escolhido dados importantes nesta linha de investigação. E necessita cruzar dados com os recolhidos pelas percuientes investigações e operações levadas a cabo pela Polícia Federal. 26 de abril de 2006.

O Requerimento encontra-se em discussão, Srs. Deputados. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Segundo Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 58 § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1539(F), de 02 de março de 1952, do artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, convocação do Sr. Gentil Mata da Cruz, brasileiro, filho de Ana Maria de Jesus, residente na Avenida JK, 4575, bairro Santa Rita, em Governador Valadares, para prestar depoimento perante a CPMI da Imigração, em data a ser designada pelo Presidente da Comissão. Justificativa.

O convocado foi citado inúmeras vezes nos depoimentos que prestaram à CPMI, em caráter reservado, os Srs. Cláudio Alves de Souza e Itamar Alves de Souza, nos dias 23/01, 03/02 e 16/03 do corrente ano, como sendo um dos principais agenciadores de brasileiros que imigram ilegalmente para os Estados Unidos. Segundo os referidos depoimentos, o Sr. Gentil Mata Cruz teria formado seu patrimônio explorando tal esquema, principalmente, no Estado de Minas Gerais. Por intervenção da CPMI os denunciante ingressaram, recentemente, no programa de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas. Embora os depoentes tenham feito menção ao nome de Gentil Barbosa, indicando-o como proprietário de supermercados e postos de combustível, podemos chegar ao verdadeiro nome do convocado, Gentil Mata da Cruz, a partir de levantamentos preliminares da equipe da Polícia Federal que nos assessora.

De fato o convocado é proprietário de inúmeros postos de combustível. Posto Gentil Guanhães Ltda., Posto Gentil Governador Valadares, Posto Gentil Piriquito Ltda., Posto Gentil Baixo Guandu, Posto Gentil Barra de São Francisco e do Hipermercado Gentil Mantena. É nosso dever, portanto, inquirir o convocado para averiguar a procedências das denúncias, uma vez que a CPMI tem, por finalidade, apurar os crimes e outros delitos penais e civis, praticados com a imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países. E assegurar os direitos de cidadania dos brasileiros que vivem no exterior. Nos termos do Requerimento nº 2/2005, Congresso Nacional. Sala das Comissões, 26 de abril de 2006, Deputado Geraldo Thadeu.

Então, coloco o Requerimento sob discussão. Coloco em votação. Os que são favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Terceiro Requerimento. Do Deputado Neucimar Fraga. Requer a convocação da Senhora Fátima Eliane Taumaturgo de Mesquita, apontada como chefe da quadrilha, Senhora Maria Júlia Silva de Oliveira, Sr. Billy Graham Pimenta de Mendonça, Sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Requeiro a V. Ex^a. nos termos do art. 36, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara, a convocação da Senhora Fátima Eliane Taumaturgo de Mesquita apontada como chefe de quadrilha, Senhora Maria Júlia Silva de Oliveira, Sr. Billy Graham Pimenta de Mendonça, Sargento da Polícia do Rio de Janeiro.

Justificação. A Polícia Federal desarticulou, no último dia 17 de fevereiro de 2006, o esquema ilegal de envio de crianças e adolescentes para os Estados Unidos. Ao prender, em seis Estados, a maior operação contra imigração ilegal já feita no Brasil, batizada de Cegonha, uma quadrilha que falsificava diversos documentos e inclusive certidões de nascimento para criar vínculo de crianças com pessoas chamadas de 'cegonha', que são encarregadas de levá-las para os Estados Unidos e entregá-las a famílias que residem legalmente naquele país. Por esse trabalho, a quadrilha cobrava entre 13 a 15 mil reais, além de transportar pessoas interessadas em conseguir trabalho nos Estados Unidos, sendo estas levadas, essas levadas disfarçadas de babás das crianças.

A Polícia Federal apurou, pelos últimos dois anos, cerca de 150 crianças e adolescentes foram enviados para o exterior de forma ilegal através da quadrilha. Com a ajuda do Departamento de Imigração americano, as autoridades pretendem descobrir o paradeiro dos outros menores e a verdadeira identidade dos pais. Tendo esta CPMI, como objetivo, apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com imigração ilegal de brasileiros nos Estados Unidos e outros países, se

faz necessário ouvir o depoimento dos acusados acima especificados, para que possamos colaborar para elucidação dos fatos e o regresso mais rápido dos brasileiros prejudicados nesta operação ilegal.

Sala das Comissões, 26 de abril. Deputado Neucimar Fraga.

O Requerimento encontra-se sob discussão. Os Deputados que interessam debater. Não tendo quem se inscreva, eu coloco sob aprovação este Requerimento. Os Deputados que concordam com a aprovação, permaneçam como se encontram. E os Senadores também. Está aprovado o Requerimento.

Nós temos um outro Projeto de grande relevância, para ser debatido, com relação à Previdência, que eu vou colocar também sob apreciação. Altera a Lei nº 8203, de 24 de julho de 91, para dispor sobre o ingresso, no Regime Geral da Previdência, do brasileiro que tenha trabalhado em país estrangeiro. E dá outras providências.

Então, é um pouco grande. Vamos ver o que a gente faz aqui, que eu acho que não precisa ler todo, não. Eu vou ler, sinteticamente, alguma coisa aqui. Mas eu vou ler só, sinteticamente, a parte mais importante. Não preciso ler tudo.

A justificação. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Imigração, criada pelo Requerimento nº 2 por identificar, nos encontros com lideranças brasileiras no exterior, que uma das principais queixas do imigrante, além da precariedade da assistência consular, é o total desamparo previdenciário. Essas queixas partem de brasileiros residentes em todas as partes do mundo; nos Estados Unidos, Japão, os quais, muitas vezes, trabalham sem contrato formal, sendo aliados de Seguridade Social do país natal e do estrangeiro.

Então, é um número muito grande de reivindicações, reclamações, que nós estamos trabalhando nessa mudança aqui desse, desta Lei que vamos encaminhar para todos os Srs. Deputados e Senadores. E eu, então, coloco sob discussão esse Requerimento. Se tiver alguém que queira debater. Então os Deputados que são favoráveis ao Requerimento que permaneçam como se acham. É um Projeto de Lei, aliás, não é Requerimento não. Bem lembrado Deputado Leonardo. Projeto de Lei que será encaminhado ao Senado. Num prazo de 10 dias...

Eu vou estabelecer, propor, um prazo de 10 dias para recebimento de emenda dos Srs. Senadores e Srs. Deputados. Tá bom? Então fica aprovado, com esta ressalva.

Então, o que eu tenho as tratar é isso, Senhor Presidente.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputado Leonardo.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)

– Queria só um esclarecimento. Deputado João Magno, Relator da nossa Comissão, tinha já firmado, antes, a possibilidade, na conclusão dos trabalhos, da realização do Seminário. E agora, foi mencionado aí, a conclusão do Seminário em junho. Como é que está a questão do Seminário? Nós vamos ainda realizar? Seminário Cidadania sem Fronteiras, para poder estar no Seminário fechando os trabalhos da Comissão e apresentando o Relatório ao Congresso e à imprensa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Pois é. Meus prezados Deputados, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós estamos chegando a uma fase crítica. Em que pese o prazo poder se estender até setembro, nós precisamos trabalhar com a realidade. Em julho deve ter recesso parlamentar. Depois entra o calendário eleitoral do país. Viu, ilustre Senador Marcelo Crivella. Então nós não temos um outro tempo, a não ser concluir esse Relatório, para bem do Brasil, a não ser no fim de junho.

Nesse sentido, nós aprovamos os derradeiros Requerimentos, como eu estou compreendendo aqui hoje. E aquilo que não for possível realizar, enquanto audiências e, até mesmo, para uma conclusão, nós não podemos perder de vista este prazo do final de junho para realização do Seminário, para a criação da Frente, oficialmente e entrega deste Relatório conclusivo às autoridades competentes. Seja o Ministério Público, Polícia Federal. Ao Governo, também, Brasileiro, nós temos que entregar alguma coisa. Então, seria por volta do dia 25, 26, 27 de junho.

Aliás, um dia só, uma quarta-feira, no final de junho e essa data nós propusemos ao Senador Marcelo Crivella, que concordou. Mas eu acho prudente que V. Exas. também tenham a concordância com esta data. Eu peço ao Isaías que pudesse, até, me dar a data certa que foi pensada, para nós não termos dificuldades com a presença dos Srs. Deputados e Srs. Senadores nesse dia. Qual é a data prevista, Isaías? Para fechar isso aqui de uma vez.

SR. ISAÍAS – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – João Magalhães, é bom olhar esse equipamento eletrônico ali. Ele não está, quem sabe nós podemos achar uma data aqui, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. tem... Permita?

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem toda a razão. Eu estou re-

cebendo aqui, agora, o Relatório da nossa visita ao Japão. E que, me parece, digno de se fazer um livro. Porque tem observações atualizadas, mas também uma retrospectiva, dessa história, desde 1908. Nós vamos completar 100 anos agora em 2008. Esse...

A conclusão da CPMI será mesmo um documento, um Relatório, que vai mostrar essa nova fase do Brasil de imigrantes. E dos crimes ocorridos. Vai ficar, também, claro que a nossa CPI já deveria ter sido feita há muito tempo. Que ela vem num momento agudo em que as coisas, praticamente, perderam o controle no ano passado.

Mas quero lembrar que, em março do ano passado, hoje nós estamos no dia 26 de abril, mas, em março do ano passado, nós já tínhamos, nas prisões americanas, 10 mil brasileiros. Em março desse ano, depois da CPMI, da imprensa, depois das operações da Polícia Federal, depois das medidas administrativas que foram tomadas, Projetos de Lei, enfim, tudo que foi feito. Em março desse ano não tínhamos sequer 100 brasileiros presos nos Estados Unidos. Acho que esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – ... Embora estejamos correndo para fazer a nossa... concluir nossos trabalhos, esse é um mérito que ninguém pode negar a essa Comissão. Daqueles 10 mil, que no final do ano chegaram a 35 mil e, esse ano, possivelmente, não cheguem a mil. E isso é um trabalho muito bonito que foi feito com esforço de todos os Srs.. Com a palavra V. Ex^a.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Continuando. Então, Senhor Presidente, as datas cogitadas aqui, dia 21/06, quarta-feira ou dia 28/06, só que nós estamos ponderando, com a Assessoria, que o dia 28 está muito na reta final do final do mês, já Copa do Mundo.

A gente preferiria fazer no dia 21, a proposta que eu faço a V. Exas. Nós já prevemos a realização desse Seminário, trazendo delegações do Japão, dos Estados Unidos, Europa, pessoas que querem vir aqui, as lideranças dos brasileiros, marcando uma agenda com o Presidente da República, para ele nos receber, para ver a grandeza desse trabalho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (inaudível)

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Não, dia 21 penso que não vai ter não. Pela tabela que nós olhamos aqui não tem não. Então eu estou querendo marcar e consultar V. Exas. se tem essa concordância. Dia 21/06. Podemos fechar então?

Tem um outro Requerimento aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu queria fazer uma pergunta a V.

Ex^a. Aonde é que será esse nosso evento tão importante? Será realizado aqui no Congresso Nacional?

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Com certeza. Deverá ser realizado no Congresso Nacional. Ou num dos plenários do Senado ou da Câmara. Talvez possamos...

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Senhor Pela ordem Senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – No Senado mesmo para realizar aqui.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Pela ordem. A Frente Parlamentar pode ser lançada desta data também? Que já tem que organizar toda a coleta das assinaturas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – São providências justamente que nós queremos pedir a V. Ex^a., o Deputado Takayama.

DEPUTADO HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB-PR) – Derivado dessa informação. Nós teríamos ainda que fazer mais duas, pelo menos, havia a sugestão de irmos ao Paraguai, onde se tem o maior contingente de brasileiros, creio que num número semelhante aos que estão nos Estados Unidos, de pessoas irregulares. E também a questão do México, não sei se isso vai ser vingado ou houve mudanças na direção, no direcionamento dessas Audiências Públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O Embaixador brasileiro no Paraguai tem falado comigo uma com certa constância. Eles estão vivendo um momento de turbulência. Na semana passada o Presidente do Paraguai demitiu os três Comandantes das Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica. E ele está, exatamente, procurando encontrar ocasião para que a gente possa falar com o Presidente da República. Nos encontrarmos com os brasileiros em duas Províncias, na Capital em Assunção e também lá em, perto de... V. Ex^a. por favor me ajude, ali nós temos um grande reservatório... Foz do Iguaçu. E que possamos... (soa uma campanha de celular) Com música é melhor. Me perdoe, V. Ex^a. Mas possamos estar com os brasileiros, sentir a dor dos brasileiros, suas angústias e, depois, estarmos com os parlamentares e com o Presidente da República. Então é só uma questão de marcar essa data. Me parece que agora, no princípio de maio, nós estaremos indo lá.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Tá. Vamos, então, por etapas. Essa questão do Paraguai nós já estamos num limite máximo do tempo porque foi marcado, teve esse problema do Paraguai, nós tivemos que desmarcar, quase que por duas vezes, a ida ao Paraguai. Então nesse sentido, Senador, assim, como nós estamos, assim, de alguma maneira, necessitados mesmo de realizar o Seminário no dia 21,

se não for o caso de todos, a equipe, uma diligência mais ampla, ir um Senador, um Deputado para fazer isso, junto com os assessores da CPMI, para poder, realmente, ganhar agilidade.

Então, eu estou propondo que seja destacado um Deputado e um Senador para ir. Se não puder ir todo mundo. Porque tem um roteiro para ser conversado. O principal problema do Paraguai é a faixa de fronteira. Tem que tentar fazer uma negociação, porque 50 quilômetros, no Brasil, pode-se ser dono e tudo e aqui o Brasil não permite que estrangeiro tenha propriedade a 50 quilômetros. Lá, agora, o Paraguai passou a exigir isto.

Então, é o ponto central das conversas que têm que ser feitas. Então, eu estou ponderando sobre essas necessidades, para nós tocarmos outras atividades da CPMI e não deslocar todo mundo para ir ganhando tempo para o próximo Seminário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. tem toda razão. Inclusive, se formos, se deliberarmos, aqui no plenário, de irmos para o México, também deve ser feito assim, uma pequena delegação que vai e volta.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Pequena delegação, enxuta, com uma assessoria.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Queria só reforçar esse encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já volte com o Relatório, porque não vamos ter tempo. É preciso levar um bom assessor do Senado ou da Câmara, que possa botar no papel todo esse trabalho que vai ser feito nessa visita.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO (PT-MG) – Eu queria reforçar esse encaminhamento porque, como nós sabemos e foi reforçado aqui pelo Presidente, pelo Relator, nossa Comissão ela conseguiu resolver várias demandas, mas a gente também tem consciência que essa questão da imigração, a demanda é muito grande e vão surgindo, inclusive, outras.

Eu vejo, também que, em algumas questões, que não deu tempo de concluir, não vai dar tempo até junho, a CPMI, depois, com o próprio lançamento da Frente, que vai ser um resultado do trabalho da CPI essa Frente Parlamentar, pode continuar trabalhando essas outras demandas que surgiram e que ficaram ainda pendentes.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Muito bem lembrado Deputado Leonardo. Porque, de fato, é preciso fazer um desfecho para não perder em qualidade o nosso trabalho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se me permite o nobre Relator, Senhor Presidente, numa CPI, quando

inicia, vão surgindo fatos novos. E não vai deixar de aparecer fatos novos se nós ficarmos aqui até o ano que vem discutindo a CPI da Imigração. A necessidade que há é de nós priorizarmos. Priorize aí até onde nós podemos ir. Eu acho que já foi longe. Já foi longe e bem. Vejam vem os dados estatísticos do ilustre Presidente Senador Marcelo Crivella, nos expôs; quando nós tínhamos 10 mil brasileiros presos há um ano atrás e hoje não temos 100 ou 200, no máximo.

Só isso aí já valeu a CPMI. Só isso já valeu a CPMI. Então, tudo que nós pudermos avançar é muito bom, mas desde que nós possamos avançar para terminar ela, realmente, até o mês de junho, que é muito ruim chegarmos ao final de junho, não terminarmos essa CPMI e depois ela ficar sem o seu Relatório final, ela ficar sem o seu término. Era apenas isso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu tenho uma ponderação, Senhor Presidente, para fazer aqui, que nós estamos tendo uma necessidade, também, visando esse trabalho conclusivo de obter respostas ao Requerimento nº 27, aprovado em 04/08/2005, solicitando ao Banco Central informações sobre valores enviados por brasileiros que residem no exterior, nos últimos 4 anos, feito pelo Deputado Neucimar Fraga.

Então nós temos essa necessidade de fazer uma nova gestão ao Banco Central. Eu, assim, pode-se pedir ao Presidente do Banco Central uma audiência para irmos lá os Deputados, Senadores, quem puder ir. Eu mesmo faço questão, se puder nos atender amanhã ir lá amanhã ou hoje. Nós não podemos mais deixar o Banco Central nos atrasar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E esse é um documento que eles têm.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eles têm tudo. Então vamos aprovar. Eu proponho ir ao Banco Central, ou amanhã, hoje, o Senador, se puder estar presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Estarei com V. Ex^a. presente hoje ou amanhã e vamos fazer todas as gestões para termos esses dados.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu solicito, então, ao secretário da Comissão que faça, que peça, em estado de emergência, esta audiência e os Srs. Deputados e Senadores que quiserem nos acompanhar que o façam. Nós vamos comunicar os Srs. o horário. Ou hoje ou amanhã. Porque eu estou aqui amanhã também, é possível nós fazermos. O Senhor está aqui amanhã, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Estarei, estarei aqui amanhã também.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Outro ponto que eu acho importante antes de concluir aqui, Senador, se V. Ex^a. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Ainda com relação ao trabalho, tem uma questão de técnica burocrática de encaminhamento de providências do Seminário, que o corpo técnico da CPMI feito aqui pela Débora, pelo Fabiano, Tarcísio e Isaías, eles pedem, prioritariamente, uma conversa com o Senhor e comigo. Se os Srs. Deputados quiserem, 15 minutos depois desse encontro. Se outros Deputados quiserem também acompanhar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Faremos esse encontro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Assim que terminar a Reunião, liberamos os Srs. e a gente faz uma conversa com eles, emergencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu quero saber se há mais algum Deputado que gostaria de colocar algum ponto que deixou de ser visto, tocado, estudado, previsto, planejado, na nossa Comissão. Deputado Heleno, com a palavra V. Ex^a.

DEPUTADO HELENO SILVA (PL-SE) – Uma visita ao México para justamente aprofundar os conhecimentos sobre aquelas denúncias e aquele cemitério dos brasileiros, aquelas ossadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Que o Neucimar esteve lá, né. Pois é. Nós estamos discutindo exatamente isso, uma comitiva muito pequena, com os assessores, que possa ir e colocar isto no papel e voltar. Vamos estudar, Deputado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Lá nos Estados Unidos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Neucimar esteve lá, Senador, ele já deve ter um Relatório disso. Já esteve lá o Neucimar Fraga.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Me parece que ele chegou, inclusive, a visitar as prisões mexicanas e a impressão dele foi boa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – V. Ex^a. permite a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Claro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Nós podemos fazer uma nova diligência, um pedido ao Deputado Neucimar, que entregue esse Relatório do que ele fez lá, porque ele foi separadamente nesse local. Eu solicito ao Deputado Leonardo Monteiro, também entregar a parte do Jean. O mais breve possível, fazer a remessa à Secretaria, ao Isaías, para que isso seja incorporado aos outros assessores para que eles possam, já, ir esboçando o Relatório final.

O André Luiz tem uma parte, da parte de prostituição. Esse Requerimento foi aprovado aqui, a Débora também está precisando de alguns dados. Aí nós vamos fazer uma cobrança para ele também, para poder fechar aí e eu espero que dentro, no máximo de uma semana, se os Srs. puderem passar, de muita relevância para nós.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apenas a título de informação Sr. Presidente, como eu terei uma conferência, no Congresso Juvenil da Alemanha, estou indo a convite deles, sem nenhum custo para a CPI, se houver alguma necessidade de alguma informação com relação à Londres ou Paris, ou até em Madri, sem nenhum custo para a CPI, nenhuma passagem, nenhuma diária, nada, poderei estar lá à disposição dessa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. tem feito esse serviço já várias vezes e eu aqui, como Presidente, e isso em nome do Relator também, agradeço a V. Ex^a. por essa boa vontade, espírito público. O Deputado Vanderlei é que poderia dizer a V. Ex^a. porque ele é o Sub-Relator desse caso do Jean Charles.

Agora, eu gostaria só de fazer um apelo, antes de nós concluirmos nossa Reunião. Para que, na semana que vem, possivelmente, quando tivermos aqui o depoimento mais importante dessa CPI, que é o do Dr. Gentil, Sr. Gentil, cujas acusações são gravíssimas contra ele, possamos estar todos aqui, porque é o maior financiador de tráfico de brasileiros para o exterior, que chegou ao nosso conhecimento. E também na acareação ou depoimento do Senhor José Fernandes Martins Madeira e da Maria Eduarda que, possivelmente, estarão aqui nos dando mais informações, esclarecimentos e pistas sobre o que aconteceu, inexplicavelmente, com essa moça. Não há mais nada a tratar. Damos por encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a presença de todos.

(Sessão encerrada às 13h01)

Ata da 15ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2006.

Ao quarto dia do mês de maio de dois mil e seis, às onze horas e três minutos na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças do Senador Leonel Pavan, Edison Lobão, Romeu Tuma e dos Deputados João Magalhães, João Magno, Takayama, Doutor Heleno, Leonardo Monteiro, Francisco Escórsio, Geraldo Thadeu e Aldir Cabral reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 15ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à votação de Requerimentos e à oitiva do senhor José Madeira Martins Fernandes. O Presidente convida o senhor José Madeira Matias Fernandes para sentar-se à mesa e dar informações acerca do desaparecimento da estudante brasileira Carla Vicentini e, logo em seguida, passa a Presidência ao Deputado Hermes Parcianello. Após a exposição do senhor Fernandes, a Mesa concede a palavra ao Deputado João Magno, Relator da Comissão. Em seguida, o Deputado Hermes Parcianello questiona o depoente e levanta alguns fatos relevantes citados pelo FBI. Indagam o depoente também os seguintes parlamentares: Senador Edison Lobão, Deputado Francisco Escórsio e Deputado Neucimar Fraga. Nesse sentido, a Mesa sugere que haja uma solicitação desta Comissão ao FBI de todos os depoimentos que foram feitos sobre o caso Carla Vicentini. A seguir, o Presidente coloca em votação requerimento de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, solicitando quebras dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do senhor Gentil Mata da Cruz. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. E, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental sob

a graça de Deus declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº. 2/2005 do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros Países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta desta 15ª Reunião destina-se votar o Requerimento de transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos Srs. Gentil Mata da Cruz e Genil Mata da Cruz, bem como ouvir o Sr. José Madeira Martins Fernandes, a quem convido para fazer parte da Mesa. Peço ao Secretário-Geral que o acompanhe para prestar informações acerca do desaparecimento da estudante paranaense Carla Vicentini. Convido o Sr. José Fernandes para sentar-se à Mesa. O Advogado pode acompanhá-lo, pode sentar ao lado. Só não pode interferir no depoimento.

O Sr. José Madeira Martins Fernandes comparece hoje a essa oitiva da Comissão por ter sido, segundo a mãe da desaparecida, Dª. Tânia Vicentini, a última pessoa a ter tido contato com sua filha, por ser ele o proprietário do apartamento na avenida *Fairy Street* em Newark, New Jersey, onde Carla e a brasileira Maria Eduarda Ribeiro moravam.

Os pais de Carla informaram a esta Comissão que o Sr. José Madeira Martins Fernandes teria informações que pudesse esclarecer o caso, que ora investigado nos Estados Unidos e acompanhado aqui no Brasil pela Polícia Federal.

Sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Relator para proceder a oitiva.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores. Sr. Parlamentar Hermes Parciannelo, que se faz presente, Sr. Depoente, José Madeira Martins, Sr. Advogado.

O objetivo nosso aqui cumprindo com o nosso dever parlamentar é fazer aqui algumas perguntas para o Sr. depoente visando trazer esclarecimentos de importância para esta CPI da EMIGRAÇÃO.

Na semana passada houve aqui a presença da mãe da Carla Vicentini, Srª. Tânia Vicentini. E ela trouxe afirmações aqui que tornou uma obrigação para nós fazer esse convite ao Senhor aqui para responder algumas questões. Então o Senhor fique tranqüilo. Nós aqui fazemos, buscamos o esclarecimento para poder explicar. Mas é importante que tudo seja feito com base nos acontecimentos, na verdade para poder facilitar tanto para nós quanto para o Senhor também.

Então a primeira pergunta, uma parte mais técnica inicialmente, depois nós vamos entrar no fato propriamente

mente dito. O Senhor é originário de onde? O Senhor é natural de onde?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu nasci na França, vim para Portugal com idade de 12 anos. Não sei bem. Depois estive em Portugal até os 29 anos. Depois vim para a América. Vivo na América na mesma rua há 42 anos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Conhecía a Carla ou seus parentes antes do Senhor ter alugado o apartamento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Pode repetir outra vez porque não compreendi bem?

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor pode aproximar mais para ficar mais perto do microfone. Aí. Obrigado. O Senhor conhecia a Carla ou seus parentes antes do Senhor ter alugado o apartamento dela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Conhecía muito bem o pai, que era meu Contador há 4 anos, desde o dia... há 4 anos, foi meu Contador. A mãe não conhecia, nunca conheci a mãe. E a Carla conhecia ela, ela às vezes ia ao café, pouco falava comigo, falava com outras pessoas... Mas eu não tinha tempo para isso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Como o Senhor alugou o apartamento para Carla e Duda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não aluguei o apartamento. O pai veio várias vezes me pedir. “Sr. Fernandes, você poderia me fazer um favor, você vive no meu apartamento e você tem lá um apartamento vazio?”. “Tenho”. “É porque eu não quero que minha filha vá com o antigo namorado dela, que ele é drogado e quer tirar minha filha de lá, desse homem, que ela agora namora um rapaz do Rio de Janeiro. E eu disse assim: “Eu vou ver. Agora que eu tenho que ir lá. Mas eu volto logo porque eu tenho uma audiência aqui no posto e tenho que vir logo”. Ele disse assim, “Então, eu gostaria de ter o número do seu telefone”. Eu dei o número, mas naturalmente o número foi enganado. Eu fui para a América, no fim de 8 dias de eu estar lá, ela disse que telefonava para mim. Mas os meus empregados deram o número exato. Ele depois falou comigo. Falou comigo. E a filha quando chegou lá, no fim de 8 a 9 dias dela estar lá, ela estava em outra parte. Telefonou para mim. “Sr. Fernandes, o meu pai já falou com você?”. “Já”. “É porque eu penso em ir para aí. Mas não quero que meu namorado saiba”. Então disse assim: “Quando quiseres vir, tu venhas”. “É que levo uma companheira e um companheiro”. “Então, traz. Mas não é para viverem aqui a tua companheira e o teu companheiro. A gente depois se fala”. “Tá bem”.

Um dia apareceu Carla, Eduarda e um homem. Veio conversar comigo. Ela perguntou se a Carla poderia ficar esta noite, só a Carla, Eduarda e o homem. Eu disse: “Eu não quero aqui homens, porque aqui moram pessoas e eu não quero aqui homens”. “É só esta noite”. Pronto. Ficaram lá. No fim de uns dias a Carla telefonou para mim. “Sr. José Fernandes, eu vou hoje e levo já as minhas malas”. “A que horas?”. “Às cinco horas chego aí”. Às cinco horas, eu estava cá na porta para dar a chave, ela não apareceu. Aí...

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sr. José Madeira. Eu vou permitir o Senhor, assim, durante esta arguição, que o Senhor fale um pouco mais, mas deixe eu só perguntar mais algumas perguntas aqui. O Senhor pode ser direto e objetivo para a gente facilitar mais o trabalho. Tá? O Senhor, depois de alugar o apartamento continuou morando nele? Isso tem procedência?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não aluguei o apartamento. Dispensei o apartamento, em troca de outro apartamento que o pai tinha aqui. Que eu vivia no apartamento do pai. E como era amigo do pai e amigo dela. Amigo da família. De maneira que eu devia estar lá uns cinco dias só. Mais nada.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sim. Então o Senhor não alugou o apartamento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não aluguei o apartamento nenhum, na verdade.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor dormia nesse apartamento periodicamente?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Depois de lá estarem as duas, eu dormi uns cinco dias, porque não posso, não quero mentir, não sei a data. Mas devia estar lá por uns cinco dias.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Elas já estavam lá, o Senhor ficou cinco dias. Quando elas já estavam lá dormindo.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Elas estavam lá numa sala e eu ficava cá num quarto ao fundo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Ao fundo do apartamento. Como que era a rotina de Carla e Duda nesse tempo que o Senhor esteve lá e da própria... do Senhor também? Como era a rotina?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não sei o que é que o Senhor quer explicar...

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Como era o movimento do Senhor nesse apartamento no período que o Senhor teve e as pessoas também estiveram? Como era?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu saía de manhã e voltava às 11 horas da noite, é

que eu voltava, eu não ia lá ao meu apartamento, eu fui lá tratar com meus Advogados sobre o meu restaurante, sobre as minhas coisas. E não sei qual era a vida dela. Só pedi meu filho para arranjar trabalho para ela. De maneira que ela e a Eduarda disse que já tinham trabalho, para esse bar onde a Eduarda estava trabalhando, já tinham arranjado lugar onde elas estavam para esse bar. Eu disse “Ok”.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Elas recebiam, o Senhor chegou a ver se recebiam algum amigo no apartamento, as duas moças?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Um amigo vinha com elas as duas vezes. Um rapaz baixinho que não sei o nome dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor chegou a receber alguma pessoa amiga do Senhor no seu apartamento, nesse período?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não. Não. Porque quando eu vi, eu não ia lá. Eu não ia lá. Eu saía de manhã, andava com os Senadores, com os Vereadores, ia de manhã e o almoço, almoçava fora e o jantar vinha já à noite, já. Quando chegava não via nem a Eduarda, nem ela.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor confirma se Carla usava drogas? Tem essa suspeita?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não sou Médico. (risos) Eu não posso afirmar uma coisa dessas. Dizem. Mas eu não vi. (risos)

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Qual a última vez que o Senhor encontrou a Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Um dia antes, uns 20 minutos. Ela estava almoçando, almoçou no restaurante onde eu almoçava. Um dia antes. Na noite que ela desapareceu e no dia que ela desapareceu, não preciso jurar por Deus, mas juro por mim próprio, não cheguei a vê-la.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Por que o desaparecimento só foi informado dias depois à polícia pelo Senhor e por Duda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Isso talvez seja... Mas quem disse isso mentiu. Porque quando eu soube isso na sexta-feira, a Eduarda disse-me, a Eduarda é que me contou. “Fernandes, ela não veio. É porque ela ontem à noite veio e fez o maior barulho. Avise a ela que eu não quero barulho aqui dentro porque vivem pessoas cá embaixo”. De maneira que a Eduarda disse assim: “Ela não veio”. A Eduarda, à tarde, disse-me assim. “Fernandes, ela foi a um jantar com os brasileiros, já vinham que nem borrachas(F) (13:23) e teve lá, depois estive com dois homens lá, depois veio à casa e depois voltou. E eu desconfio de

qualquer coisa”. “Eu não sei nada disso. Mas o melhor é tu ires já à polícia, porque tu falas melhor o inglês do que eu”. Eduarda fala melhor inglês do que eu. E Eduarda foi à Polícia fazer a demanda sobre ela.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor conhecia Eduarda de algum tempo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Três dias ou quatro dias.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor ficou conhecendo ela naquele momento através da Carla. Quando a Carla levou para o apartamento o Senhor ficou conhecendo a Eduarda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Isso. Exatamente. Como uma boa pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor tem ou tinha algum relacionamento amoroso nos Estados Unidos, nos últimos anos?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não amoroso. Eu vivi com uma senhora cinco anos. Não. três anos. Não é amoroso. Ela trabalhava comigo e eu era divorciado e ela também...

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Essa pessoa conhecia Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não posso dizer se conhecia, senão... Aqui devia ter conhecido. Elas são da mesma cidade. Devia ter conhecido.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor não pode confirmar?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não posso confirmar. Não quero mentir.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Thiago, namorado da Carla, recebeu um telefonema dela que, nervosa, disse ter sido assediada pelo Senhor. A Carla, o Thiago confirmou isso, que o Senhor assediou ela. O Senhor confirma?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Pode perguntar outra vez que eu não compreendi bem a pergunta.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Thiago, namorado da Carla recebeu telefonema dela, que ela estava nervosa dizendo que o Senhor tinha assediado a Carla. O Senhor confirma isso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Não confirmo. Eu nunca assediei ela. Eu nunca fiz nada a ela. Tratei ela como uma filha minha, porque era amigo do pai.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Por que ela teria comentado tal fato com o namorado então?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Porque penso eu, já ouvi... Penso eu. Porque ela

queria uma casa para ela viver com o namorado, lá. E eu disse: “Não. Minha casa, tu, nem é para teu namorado, nem para ti, porque eu vou-me embora e quero fechar a minha casa, meu filho não gosta que tenha aí ninguém e eu quero fechar a minha casa”.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor tem tido contato com a família da Carla lá em Goioerê?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Pode repetir?

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor tem tido contato com a família da Carla em Goioerê?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Nem quero ver o pai, nem quero ver a mãe... Lamento muito que é filha, mas da maneira que ela me agrediu, agrediu não, que ela ofendeu a minha moral, tenho uma boa moral em toda a parte onde eu passo, nunca mais olhei para a cara e não vou olhar para a cara. Nunca mais eu perdôo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Mas eles têm outras versões da presença do Senhor nesse acontecimento. Eu posso dizer que a mãe de Carla esteve aqui e deixou nitidamente em palavras que o Senhor é uma pessoa suspeita do desaparecimento da filha. O Senhor então... o que é que tem a dizer a respeito dessa palavra da mãe da Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não compreendi bem o que o Senhor disse.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Deixa eu explicar para o Senhor direito. A mãe da Carla esteve aqui e afirmou em palavras que o Senhor é suspeito pelo fato do desaparecimento da filha e desse telefonema do assédio sexual que foi feito, que ela ligou. O que o Senhor fala a respeito disso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Que ela seja julgada num Tribunal e que ela seja condenada, para ela saber as palavras que ela diz de um homem que há 65 anos tem uma cara limpa nesse sentido em toda a parte do mundo onde anda.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor confirma que foi o seu neto que conseguiu o emprego de Carla em Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu... A Carla, não foi o meu neto, foi meu filho que arranhou o trabalho para ela.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Foi o seu filho. Não foi o seu neto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Desculpe. Essa pessoa mentiu.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Então para concluir as minhas perguntas e ocupar a Presidência, o Sr. Deputado Hermes Parcianello

para fazer também o interrogatório, eu pergunto: Qual a opinião do Senhor a respeito do desaparecimento de Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Quem pode responder o desaparecimento melhor é a Eduarda. Não sou eu. Que esteve com ela até as 4 horas da manhã é ela que pode esclarecer alguma coisa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu agradeço ao Senhor pelas explicações. E eu ocupo a Presidência para o Deputado Hermes Parciannelo proceder às perguntas.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Deputado Hermes Parciannelo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Nobre Deputado João Magno, Relator dessa CPI na condição de Presidente dos trabalhos, em nome de quem evidentemente eu saúdo os demais colegas que por motivo de força maior não puderam estar aqui presentes. Os cumprimentos desse Parlamentar ao Sr. Fernandes, depoente, Advogado Juarez Paulo da Silva, colega de infância da cidade de Goioerê, cumprimento a assistência.

A idéia era cumprir um roteiro formulado em tese e obedecendo a cronologia dos acontecimentos. Mas eu inverteo aqui, Sr. Presidente, para perguntar exatamente em função da resposta última do Sr. Fernandes. O Senhor disse que a Carla, o Senhor disse que a Carla esteve com a Eduarda até as quatro da manhã e a Eduarda que poderia dar essa informação melhor do que o Senhor.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Eduarda que contou a mim. A Eduarda que contou a mim.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Bom. Sr. Presidente, todas as informações evidentemente que estão sendo gravadas e fará parte de um estudo para que possamos depois confrontar. É inevitável que a Eduarda terá que depor a esta CPI ou aqui ou nos Estados Unidos, onde tiver que ser, para que possamos em algum outro momento também fazer uma acareação. Porque eu acho que nós vamos conseguir se as nossas suspeitas, salvo melhor juízo, as suspeitas residem na pessoa do Sr. Fernandes ou na pessoa da Eduarda, nós vamos conseguir esclarecer esse assunto a partir de uma eventual acareação. É fundamental. O Senhor confirma então que a Eduarda disse para o Senhor que as 4 da manhã elas estiveram juntas?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Eduarda me contou, que ela esteve lá com um homem. Depois caiu. Depois levantou, depois chegou

um outro homem. Gastaram 115 dólares. Contou a Eduarda a mim.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Ela contou para o Senhor que dia exatamente? Após o desaparecimento da Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Após o desaparecimento, foi que a Eduarda me contou.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – No dia seguinte na madrugada, dia 9 amanheceu na sexta-feira, dia 10 foi num sábado, dia 11 foi um domingo, dia 12 o Senhor veio para o Brasil?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, era para vir no domingo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor não conseguiu, deu problema com nevasca lá e o Senhor marcou para segunda-feira?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Exatamente. Era para vir no domingo. Minha passagem estava marcada já um mês antes, já tinha minha ida e tinha minha vinda.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sr. Fernandes, quem primeiro percebeu ou quem primeiro questionou um ao outro, o Senhor a Eduarda ou a Eduarda ao Senhor, quando perceberam que a Carla não tinha vindo, digamos, na manhã de sexta-feira?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Eduarda percebeu primeiro. Era ela que dormia com ela, não era eu. (risos)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – E ela falou para o Senhor em que momento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não posso...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Antes do meio-dia da sexta-feira.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não posso dizer. Se foi às 10, se foi às 11, se foi às 12. Sei que foi no sábado de manhã ou na sexta-feira à tarde. Penso que foi num sábado de manhã. E eu a mandei ir para a polícia. “Vai Eduarda à polícia”.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Na madrugada do desaparecimento da Carla o Senhor dormiu no apartamento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Dormi no apartamento.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Dia 9. Na manhã de sexta-feira o Senhor dormiu, levantou e saiu.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Levantei e saí.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eduarda também dormiu?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Parece que dormiu. Não tenho bem certeza. Ah, não. A Eduarda chegou e eu fui abrir a porta à Eduarda.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor que abriu a porta?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu que abri a porta à Eduarda. O interfone tocou, mas como era um quarto fundo, o interfone tocou e eu atendi o interfone. De maneira que quando eu atendi o interfone... “Sr. Fernandes...” É que eu deixa... a Carla... trazer a chave e ela saiu com dois homens e ela não trouxe a chave”. Eu... como não tinha pijama, vesti as calças e vim cá embaixo, que já não vejo bem, o terceiro andar... Não vejo bem, desde outubro. E de maneira que eu fui abrir a porta a ela. Ela deitou-se, pensando que a outra voltava. Quando foi...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Pensando... Porque é que o Senhor disse “Pensando que a outra voltava”? Ela chegou a comentar com o Senhor ali na madrugada que a Carla não estava presente?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não, não. De madrugada não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor abriu a porta e voltou para o seu aposento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu voltei para o meu apartamento.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Para o seu aposento, dentro do mesmo apartamento.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor voltou para o seu quarto que fica no mesmo apartamento. Elas dormiam na sala no sofá, as duas?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Na sala e eu dormia lá ao fundo com a porta fechada. Muito longe.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas quantos metros tem esse apartamento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– O apartamento deve dar uns quinze metros.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Onde o Senhor dormia, mas o apartamento como um todo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O apartamento global, o apartamento todo ele, a dependência, assim, vamos qualificar, que o Senhor

dormia. Elas dormiam num quarto ou numa sala, num sofá?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Numa sala, num sofá grande.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não tinha uma cama de casal?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não, não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Esse quarto de 15 metros quadrados que o Senhor calcula é o maior aposento do apartamento ou não?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É. Tá a cozinha no meio.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Aí o Senhor abriu a porta para a Eduarda e voltou para o seu leito e ela...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– No leito dela.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – ...Teria entrado. E o Senhor não tinha acesso e visibilidade à sala aonde elas dormiam. Era diferente.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu passava lá e nem olhava para lá. Sou bem-educado.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Perfeito. Houve algum momento em que o Senhor disse que não estava no apartamento. Em algum momento de todos esses dias que se passaram, de 9, digamos, de 12, de 11 de fevereiro para cá, houve algum momento em entrevistas, ou em telefonemas ou em conversas amistosas ou não, algum Jornalista que o Senhor disse que não estava no apartamento no dia, na madrugada em que a Carla desapareceu?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Eu estava. Eu não podia dizer isso a nenhum Jornalista nem ninguém que estava no meu apartamento, porque eu sentia ela entrar. Ela... os passos fortes, e eu no outro dia disse a Eduarda. “Eduarda, diz a tua amiga que lá embaixo dormem pessoas e eu respeito muito essas pessoas, para ela ou descalçar ou entrar devagar”. Disse eu à Eduarda.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Perfeito. A Eduarda narrava para o Senhor que a Carla estaria embriagada e teria saído com dois homens, narrava de forma lamentável ou narrava com que tipo de expressão? Reprovando ou não, ou uma amiga, embora tenham se conhecido há poucos dias atrás, estava um pouco decepcionada com a atitude da companheira, ou narrava de modo efusivo, de modo candente?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Eduarda disse nesse dia do desaparecimento, no

outro dia, no sábado, foi no sábado ou foi no domingo, que a Eduarda me disse, que ela já quando estava lá embaixo, quando ela foi daqui para lá, ela saía com homens. Que ela nunca estava.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A Eduarda disse isso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Disse-me isso, sim Senhor.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sr. Relator, na condição de Presidente, esses são tópicos importantes, eu gostaria de chamar a atenção da taquigrafia e depois evidentemente nos trabalhos do nosso competente Secretário Isaías e juntamente com a equipe, para pontificar esses pontos para que depois nós poderemos utilizar com mais ênfase na consequência desses trabalhos, que com certeza não se esgotarão brevemente.

O FBI na verdade é apenas um comentário. Se o Senhor tiver alguma coisa a acrescentar com relação a esta intervenção aqui agora momentânea, o Senhor fique à vontade. Mas o FBI informou que a Eduarda no local aonde ela trabalhava no restaurante, no Adega's Grill, ela não tinha acesso ao ambiente aonde os fregueses do restaurante estavam. E onde também estava a Carla com este hipotético americano, quicá por nome de Antônio. O FBI confirmou isto, o Sr. Daniel Clegg, inclusive, o Sr. Daniel Clegg, que é o adido do FBI no Brasil, disse para nós claramente que as investigações do FBI constataram que a Eduarda não tinha condições de divisar, de vislumbrar a presença da Eduarda... Ao contrário, que a Eduarda não tinha condições de vislumbrar a presença da Carla no restaurante. Portanto, ela não poderia saber se ela estava embriagada, se teria vindo duas vezes com pessoas diferentes, se teria ela ajudado, porque isso não se confirmou por nenhuma das testemunhas que ela teria ajudado a Carla a se levantar, tamanho estado de embriagues. Era protestado aqui pela própria mãe, num gesto de indignação, e eu pude testemunhar porque estava aqui presente na semana passada, isso evidentemente fará parte dos nossos questionamentos, Sr. Relator, junto à Eduarda.

O Senhor pode entender que a Eduarda teria alguma cumplicidade neste desaparecimento? A Eduarda teria algum motivo especial para dizer isto? Ou a Eduarda, ou a Eduarda disse isso em outras palavras e o Senhor interpretou diferente ou... perdoe aqui a franqueza ou o Senhor faz questão de interpretar assim?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– O Senhor dá licença que eu diga. O Senhor, a melhor coisa é perguntar o que é que a Eduarda, quando deu o desaparecimento dela, disse à polícia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor foi na polícia junto com a Eduarda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, eu não fui. Ela é que foi. Ela fala melhor inglês do que eu.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor pode ficar calmo, tranquilo. O objetivo não é constranger o Senhor. O objetivo é esclarecer a verdade. As duas últimas duas pessoas que tiveram contato com a Carla é o Senhor e a Eduarda. O telefone que a Eduarda usava, salvo melhor juízo, vou questionar ao Senhor, pertencia ao Senhor. Correto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Dá licença. Eu fui tão bom, nas investigações para a FBI que eu considero muito a FBI, e ela considerava a mim, que foi a coisa que eu disse logo quando cheguei cá, “Diga que fui ao pai, para lá... para a polícia”.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor não deu a senha?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não sei a senha. Eu não sei a senha. Acredite em mim, pela alma de minha mãe. Eu não sei a senha. Eu não uso.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas a senha dava acesso às ligações que haviam sido feitas e às ligações que haviam sido recebidas. E houve um problema, houve alguns dias de dificuldades para obtermos a senha do Senhor. Eu conversei com o Chefe da Polícia de Newark, o Senhor deve conhecer lá, o Capitão Bradley e perguntei porque que vocês não tiveram acesso ainda à senha? Nós não podemos pedir como a polícia local, embora nós estamos aqui capitaneando as investigações, é da competência da polícia local, da cidade de Newark, da municipalidade, da Prefeitura de Newark chefiar as investigações. O FBI entrou porque tinha uma informação de que alguém da Pensilvânia teria tido algum tipo de contato e o FBI entrou e depois por solicitação das autoridades brasileiras, da intervenção do Parlamento, através de missão oficial o FBI entrou na investigação e hoje, salvo melhor juízo, está atuando de forma absolutamente paralela e consentânea com a polícia de Newark. O capitão me disse que estava com dificuldade de conseguir essa senha. E que mesmo o FBI para conseguir a senha, nobre Deputado João Magno, precisava de uma autorização judicial. E foi quando então nós pedimos ao Consulado brasileiro em Nova Iorque para que contratasse um Advogado porque isto é recorrente, tem acontecido em casos, não são tantos, mas tem acontecido em casos de desaparecimento de brasileiros que os Consulados mundo afora têm bancado uma Assistente Judicial para essas finalidades.

E aqui renovo os meus protestos, fazendo um adendo aqui, Deputado João Magno, renovo os meus protestos às autoridades diplomáticas do Brasil, que até o presente momento ainda não se dignaram a contratar um Advogado para ajudar a buscar uma filha deste País, uma cidadã brasileira que está desaparecida em solo estrangeiro e até o presente momento eles não se dignaram e ficam enviando e-mails dizendo que não é prioridade no momento. Fazendo, inclusive, juízo a respeito do escopo do desaparecimento dela.

Diferentemente do que aconteceu com outra brasileira, a qual nós nos solidarizamos, cidadã brasileira, agora na Turquia que foi presa, não sabe se na condição dessas terminologias do jargão policial, como mula que transportava droga para a Turquia, está presa, e rapidamente o Itamarati já contratou um Advogado para essa finalidade. E no caso da Carla, não. Os meus protestos aqui... e da CPI, se o sentimento meu for agasalhado pelo sentimento da CPI, os protestos ficam em nome da CPI. Já falo agora como membro desta CPI à diplomacia brasileira que não se articula em defesa de uma brasileira e que me precisava de um Advogado para quebrar o sigilo, para solicitar uma autoridade judicial. Poderíamos ter feito isso independentemente do FBI solicitar ou não. Mas depois de muita pressão parece que daí foi concedido a senha e foi enviado lá para os Estados Unidos. Mas houve alguns 10 ou 15 dias, Sr. Fernandes, de dificuldades para ter acesso a isso.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não tinha a senha, acredite nisso. Se o Senhor não acreditar...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Estando ela com o celular do Senhor, ela usou nos dias que ela estava em Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Olha, não anda de noite porque é uma rua perigosa. É uma rua perigosa. Perigosa. Perigosa. Do bar a minha casa são 600 metros. Que da esquina...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Não. 90 metros. Do Adegas Grill até o seu apartamento não dá 100 metros. Ah, da sua residência?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Dá duas ruas.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Mas o Senhor fala a sua Casa. O Senhor morava no apartamento ali, na 99. Na *Fairy Street*.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– 600 pés.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Não. Do Adegas Grill até ali, o “predinho”, que tem aquela agência de turismo embaixo, não dá 100 metros.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Lá a gente não usa metros, usa “pés”...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Só um minutinho. O Senhor quando fala que reside, o Senhor tem uma outra casa, é isto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não, não. Nunca tive mais de uma casa. Aquela casa que tenho. Nunca tive mais de uma casa.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor falou que a Carla pedia para que morasse na sua residência. Agora há pouco o Senhor disse isso. A Carla pedia para o Senhor para se mudar daquele apartamento para ir para sua residência, para que o Senhor cedesse...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Desculpe, desculpe, desculpe, desculpe.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Eu entendi mal.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Entendeu mal. Vai me desculpar.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– E o Senhor mora naquele apartamento. Ali é sua residência naquele predinho, 99, em cima da agência?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– (inaudível – 33:19:04).

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Ela estava de favor, a Carla? A Carla e a Eduarda estavam de favor ali, moravam de favor provisoriamente.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Provisoriamente. Que depois não quis.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Porque o Senhor atendia a uma solicitação do pai, o Orlando, que é seu Contador?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Orlando que era meu contador e eu vivia aqui no apartamento dele.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor vivia no apartamento dele aqui, em Goioerê ou Maringá?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Em Goioerê.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor mora no apartamento dele?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Morava, morava.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Porque ele tem um apartamento também em Maringá. Perfeito. Eu dizia que as duas últimas pessoas que conversavam, que tiveram contato com a Carla teria sido o Senhor e exatamente a Eduarda. Quando

se deu pela ausência da Eduarda não foram os dois no departamento policial?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não compreendi.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Não foram os dois... Na sexta-feira.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não fui em nenhum Departamento Policial. Eu só simplesmente no sábado eu telefonei para o Uirshile(F) que eu não tinha o número da casa dele.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Quem é que é?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Uirshile(F) que é muito amigo do Orlando.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Quem é esse Senhor?

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– É o companheiro do Orlando. Ele não tinha o telefone, porque em se tratando do sábado, o escritório estava fechado e ele não tinha o telefone da residência do Orlando...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – O Senhor ligou para Goioerê?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Liguei. Que ela tinha desaparecido de casa.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Isso que dia? No domingo.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Foi no sábado. Não foi domingo. Foi no sábado. Depois eu mandei meu empregado, Uirshile(F) não estava em casa, quem me atendeu foi o filho. E eu mandei um empregado meu avisar o Sr. Orlando.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Perfeito. Aí o Senhor chegou a orientar ou a sugerir, o Senhor que mora lá há 40 e tantos anos?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – O Senhor que reside lá há 42 anos nos Estados Unidos e no mesmo local. O Senhor tem evidentemente relacionamento como o Senhor proclama, se autoproclama, um relacionamento na cidade de Newark com várias pessoas, muito bom, reafirmando. O Senhor não se indignou também a se dirigir ao departamento policial para fazer a queixa do desaparecimento da Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Porque, aliás a Eduarda disse-me que ia, e a Eduarda fala melhor inglês do que eu, que eu vi que a Eduarda fala bem o inglês. Desculpe, desculpe. E nunca pensei que ela fosse raptada. Eu nunca pensei nisso. Só depois de estar aqui é que eu pus isso na cabeça, depois de estar aqui, coisa que eu pensei, que eu penso nisso.

Mas em princípio eu não pensava isso, pensava que ela tinha ido dormir com algum...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Quando o Senhor fala raptada, porque isso está no seu inconsciente é o que o Senhor pensa com relação à Carla? Ela foi raptada?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não penso que ela foi raptada. Eu ainda penso que ela pode estar aí com algum namorado. Ainda penso isso dela. Penso que aquela é uma rua muito mal. Eu tenho medo da rua. Eu próprio. Como não vejo já bem, desde outubro. Tenho muito medo daquela rua. Muito medo. Aliás, duas da manhã, três da manhã...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – Sr. Relator. Uma observação, um hiato aqui, a Carla era e é uma personagem, segundo a mãe e o pai, e com quem nós conversamos, altamente amorosa, ligava todos os dias para a mãe. Desde quando chegou lá nos Estados Unidos, todos os dias ligava para a mãe. O que nos ocorreu, ocorreu a mim e a tantas pessoas após esse desaparecimento? Qual é o perfil psicológico da Carla que pode ter ido para uma aventura na Rota 66, pode ter encontrado o príncipe encantado, pode ter reencontrado o ex-namorado, não reencontrou porque o namorado já deu depoimento, não sabe nada sobre o assunto. A Carla não tem o perfil de quem pudesse desaparecer repentinamente, porque se não ligasse para a mãe nos dias que estivesse lá, não tivesse um relacionamento afetuosos com a mãe, não tivesse narrando aos pais detalhadamente o que estava acontecendo naqueles dias, era até de se suspeitar que teria ido para uma aventura, não é isto? E estava desaparecida.

O Senhor em determinado momento em entrevistas, ou em contatos com as pessoas com quem o Senhor tem relacionamento lá em Goioerê teria dito alguma coisa sobre a máfia de Newark. Teria sido... “Não quero falar sobre isso porque tem uma máfia muito perigosa em Newark”. O Senhor confirma isto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– (risos) Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-

PR) – O Senhor confirma o que o Senhor falou para alguém que o Senhor não queria falar sobre esse assunto porque teria uma máfia muito perigosa de Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Eu disse ao Sr. Orlando. Quando ele veio pedi para ir a Internet com ele, eu disse. “Eu não vou. Pode haver qualquer coisa e eu também soffro”. Porque eu sei quem é ali em Newark. Eu conheço Newark. E tenho medo de Newark. Eu hoje, às 11 horas entro na minha casa. Roubaram a minha casa há um ano e pegaram... desculpe a expressão das pessoas todas,

lá a porta, mesmo. Eu tenho muito medo. As 11 horas eu me arrasto para casa. E às vezes peço ao rapaz do restaurante, desde que eu fechei o meu, para ir me levar para casa. E quando eu acendo a luz é que depois ele sai de lá. Porque tenho medo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – São 90 metros que separam, nobre Relator da Comissão, que preside os trabalhos, que separam ali o restaurante do apartamento. Teria sido uma infelicidade brutal se nesse espaço de deslocamento que não pode passar de 10 ou 15 minutos, eu fiz em menos do que isso, andando a pé com os representantes do Consulado Brasileiro, ter passado ali um *serial killer* e raptado e seqüestrado. *Serial killer* a palavra já diz. A polícia, o FBI, a polícia, a experiência, as estatísticas levam para que a Carla esteja viva. Porque todos os tipos de investigações foram feitas, e a polícia tem evidentemente elementos, tem tecnologia, tem todo o tipo de estrutura para levar a uma dedução como essa, em que pesa a subjetividade. Só vou complementar. Andaram nos desacampados de Newark, nas cercanias de Newark, adentraram New Jersey a Sul, foram ao litoral, foram em todos os meios lá possíveis, locais possíveis e imagináveis onde poderia ter teoricamente acontecido uma tragédia, ter sido vítima de um homicídio ou coisa parecida. Não se tem nenhum tipo de notícia com relação à Carla, com relação à tese da Carla estar morta. Ter sido assassinada por alguém ali num rapto fortuito.

A polícia indica, o FBI indica, o Dr. Daniel diz isso. “Olha, nós trabalhamos com a hipótese quase que de 100% de que a Carla esteja viva”. O Senhor tem alguma amiga, Advogada, por nome de Drª. Rosângela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Drª. Rosângela. Amiga? Não é minha amiga, vi lá...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – É de Goioerê, Drª. Rosângela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – É.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sabe o sobrenome dela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor sabe o sobrenome dela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não sei. Não sei. (risos)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu gostaria que o nobre Relator anotasse o nome da Drª. Rosângela. Drª. Rosângela Jordana. A Drª. Rosângela Jordana teria ouvido do Senhor, teria ouvido do Senhor de que o Senhor sabe aonde está a Carla.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Desculpa. Isto é uma grande mentira que a Drª. Rosana não é capaz de dizer isso.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Drª. Rosana ou Rosângela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Rosângela. Ela não é capaz de dizer isso. Agora a mãe da Carla é capaz de dizer isso e mais de alguma coisa.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não fala assim. O Senhor tem que se moderar aqui para não fazer nenhum tipo de acusação. Ela veio aqui com muita educação, com muito respeito, não colocou o Senhor ainda como suspeito, o Senhor deve respeitar aqui uma cidadã. Respeitar uma mãe que perdeu um pedaço dela que ouve todos os dias o grito da filha. O Senhor tenha um pouquinho de dignidade e respeito com um ser humano que está sofrendo. A família e todos nós brasileiros.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Desculpe. E meus filhos também e meus netos também tem...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor não está ainda como suspeito. O Senhor dificultou a sua vinda aqui, queria alegar, alegou aqui para a CPI, não sei se o nobre Advogado Juarez teria ligado, o Isaías me disse isso, ligou aqui semana passada, manifestando o interesse de alegar a questão da faixa etária para não poder estar aqui, colaborar com uma investigação de uma pessoa que lhe foi cara no mínimo por ela. Numa hora o Senhor se contradiz, que não conhecia, mas que em respeito a ela, mas no mínimo em respeito ao pai dela, o seu Contador. O Senhor teria colocado dificuldade para vir aqui. Porque esse temor?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não era isso. O Senhor vê que eu não vejo. Eu tinha... desde outubro, eu caí da escada rolante do avião e não vejo. Eu para subir as minhas cadeiras, tenho já muita dificuldade. Tenho já muitas dificuldades para subir as minhas cadeiras. E podia ser investigado em Maringá, que era melhor para mim. Não tem nenhuma coisa em vir aqui. Portanto, vim aqui, estou cá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Desculpa Sr. Fernandes. O Senhor viaja frequentemente, o Senhor viaja para a Europa, viaja para os Estados Unidos, tinha viagem marcada para o dia 11 e 12 agora, adiou essa viagem, por qual razão essa viagem do dia 11 do mês passado foi adiada, que o Senhor estava com a passagem marcada para Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Por causa do... Do meu negócio, do posto, estava a anunciar há 20 dias.

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– Só um minuto...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu de minha parte não tenho nenhuma objeção o Advogado se pronunciar. Sr. Presidente.

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– Falar um pouco mais próximo. Eu agradeço aqui a oportunidade que estão dando porque dado a dificuldade que ele tem de entender as perguntas e também de proferir as suas respostas, a minha intervenção seria fundamental...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Em caso de que não entenda, não há problema.

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– Colaborar para que pudéssemos sair daqui com alguma coisa concreta para esclarecer definitivamente essa questão.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sem juízo de valor, nobre Advogado, o Senhor diz que a sua intervenção quando ele não entender. Não tem nenhum problema, Sr. Fernandes. Não entendendo a gente repete. E temos tempo aqui, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Se for necessário nós podemos convidar V.Sª. a falar. Mas, por enquanto, para nós, está ficando de bom tamanho.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Só para repetir então, Sr. Fernandes. A razão pela qual o Senhor adiou a viagem marcada do Brasil para os Estados Unidos no dia 11 ou 12 do mês passado agora de março?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Adiei. Porque eu estava em negócio com uma pessoa que estava dentro do meu posto, e queria tira-lo lá para fora e foi concluído ontem e eu não fui por causa que logo o posto era entregue a mim. O posto de gasolina.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor tem um problema a ser resolvido lá na cidade de Newark com relação à licença de um estabelecimento que, salvo melhor juízo, tem um valor. Um valor material. A licença para o funcionamento de um restaurante, estou assim informado, se eu estiver equivocado o Senhor me corrija, mas será apenas filigranas. Vale 60 mil dólares, um dinheiro altamente expressivo. Não quero fazer comparativo aqui com relação às suas preocupações e com o seu capital. Mas esta audiência que o Senhor tinha nos Estados Unidos, com relação a esta licença do restaurante era muito importante. E curiosamente o Senhor não foi para os Estados Unidos nesta audiência que tinha lá,

teoricamente na perspectiva de salvaguardar os interesses de um capital de 60 mil dólares, e o seu filho veio até Goioerê.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– O meu filho veio até Goioerê para concluir o pagamento que eu estava a anunciar com minha ex-mulher, estava anunciar para... como é que se diz, a coisa de... E estava a anunciar com o homem que estava dentro no meu posto.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não compreendi.

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– O filho dele esteve aqui com o objetivo de negociar com a ex-mulher dele a liberação do patrimônio dele que se encontrava arrolada numa medida cautelar de separação de corpos e sociedade de fato. E mais a indenização do arrendatário para que desocupe o imóvel, posto de gasolina, que ele arrendou lá, e que está dando dor de cabeça. Ele quer reaver esse patrimônio. Então a presença do filho dele foi mais ou menos nesse sentido.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Houve algum procedimento judicial do filho dele já que ele veio para resolver a questão da herança? Nada? Isso não podia ser tratado por telefone? Se tivesse uma audiência no Fórum da Comarca de Goioerê ou coisa parecida? Não tinha nada disso. Era apenas para conversar o que seria a finalidade do patrimônio dele como herdeiro?

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– Dado a idade do Fernandes e a dificuldade que ele tem em manusear dinheiro, então o filho veio tomar ciência da situação de uma maneira real e aí sim, negociando com os Advogados, com a ciência dele, deixar o dinheiro para indenizar a ex-mulher ou o arrendatário para resolver esta questão. Mas não queria deixar mais recursos financeiros diretamente a ele, dado a idade, inclusive, acrescentando aqui que ele foi assaltado agora há cerca de 10, 15 dias, perdeu mil e novecentos dólares, o que dificultou, inclusive, o retorno dele para lá, além desses outros problemas que estão pendentes aqui.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Satisfeito. O Senhor tem passagem marcada para Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu queria ir no dia 9.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Agora de maio? Vai ou não? O que é que é?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não sei ainda porque tenho coisas a resolver com o posto. E o Advogado lá da América já adiaram aquilo para junho. Vai ser adiado para junho.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A Duda. O Senhor conheceu a Duda quando a Carla trouxe ela para Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Foi nessa altura.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Ela ligou lá de Dover para o Senhor dizendo que aceitava o convite que o Senhor havia feito ainda em Goioerê? O Senhor lá em Goioerê convidou a Carla e colocou o apartamento à disposição se ela fosse para Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Coloquei. Disse ao pai que colocava o apartamento à disposição dela. O pai disse para mim que não queria que ela fosse com o antigo namorado, que era drogado, que era isto, que era aquilo, queria não queria que ele soubesse onde ela estava, não queria que ele soubesse onde é que ela estava. E ela depois apareceu... Eu não queria... No final das investigações é que eu queria dizer isso. Até estranhei muito que quando ela chegou lá e disse que chegava às 5 horas e chegou dentro de um carro...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Às 5 da tarde? Vindo de Dover? Veio de carro.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Ela veio de Comboio.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O que é comboio? Uma espécie de um trem?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Trem. (risos) De que maneira que ela apareceu, eu vinha para casa, vinha eu do restaurante, já tinha jantado, quando eu a vi saindo de um carro com dois homens, assim baixos. Um de 25 e outro 30 anos.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Aparência de americanos? Pôde perceber se...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O biotipo é mais americanizado, latino, brasileiro?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Não. Não. Não tinha... Não gostei muito do olhar deles. Como as malas eram muito grandes e eu não posso levantar desde outubro nem dez quilos, e um deles subiu as malas dela lá em cima, mas eu não os deixei entrar em casa. No fim de três dias o meu telefone tocou e eu perguntei. “Quem é?”. “A Carla está aí?”. “Não. A Carla está a trabalhar...”

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Ele falou em inglês ou português?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Espanholado. Espanholado. “A Carla não está aí,

está a trabalhar. O que você queria?”. “Eu queria conversar com ela”.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Só uma interrupção sr. Fernandes. Isso no mesmo dia que elas chegaram ou no dia seguinte que houve o telefonema?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– No fim de dois dias.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Ela chegou às 5 da tarde no carro com as malas.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Era pra vir às 5 da tarde. E ela só chegou de noite.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Chegou ela e a Eduarda juntas no carro?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Ela sozinha.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eduarda não tinha ainda chegado?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Eduarda veio no outro dia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor sabia que a Eduarda viria também? O Senhor tinha autorizado as duas?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Tinha.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Pode prosseguir. O veículo chegou 9 da noite, 8, 10...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Umas 9 da noite.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Parou em frente e eles ajudaram.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor já conhecia a Eduarda também?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Nunca conheci, nunca tinha visto a Eduarda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E como autorizou a Eduarda a ir para a casa do Senhor. Quem pediu?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Autorizei a Eduarda, por causa da Carla dizer que era amiga dela.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Mas a Carla, quando o Senhor colocou o apartamento à disposição, conversou com o pai da Carla e colocou o apartamento do Senhor à disposição caso a Carla tivesse interesse de ir para lá. Quando a Carla comunicou que tinha interesse ela já falou do interesse em levar a Eduarda junto para morar no apartamento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Logo na primeira vez que ela foi lá, ela, a Eduarda

e outro Senhor, um rapaz novo, um rapaz de seus 29. Ficaram lá nessa noite... Ela pediram a mim se a Eduarda poderia viver com ela.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Só para recapitular—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Vamos deixar ele concluir.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Eu queria esclarecer. Como que a Eduarda entrou no apartamento dele?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu esclareço para o Deputado Neucimar. A Eduarda mora aqui em Brasília. A mãe dela mora aqui na Asa Norte, conheceu a Carla no mesmo voo. Coincidentemente no mesmo voo, não sei se isso é relevante, vamos ter que depois nos aprofundar nisso, estamos em fase de questionamentos, dia 18 de janeiro, o Sr. Fernandes embarcou num voo para a cidade de Newark e elas embarcaram num voo para cidade de Dover com uma escala em Dallas. A Eduarda e a Carla se conheceram neste voo e foram para Dover. Não contentes lá em Dover, com problemas de relacionamento, com emprego, poucos dias lá, não se adaptaram, aí a Carla teria lembrado ao Sr. Fernandes, o Senhor pode confirmar isso ou não, que ele oferecera o apartamento em Newark, lá em Goioerê ainda, antes de vir embora, se ela quisesse morar lá, ou ficar lá algum tempo. E convidou a Eduarda, comunicou ao Sr. Fernandes, espero que ele confirme, e ele autorizou que as duas fossem morar lá em Newark. Aí o Senhor estava prosseguindo. Chegaram em dois, só um levava as malas? Para cima, subindo a escadinha da 99.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu agora naquela altura... Mas não gostei daqueles dois tipos. De maneira que eles subiram com as malas muito grandes, levaram as malas para lá. No fim de dois dias eles telefonaram para mim, telefonaram para o meu telefone...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Dois dias depois?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Dois dias depois delas estarem lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Um deles telefonou?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Um deles.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Porque ela deu o celular do Senhor para eles.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Exatamente. Está correto. (risos) ... A Carla. Olha, ela está trabalhar em tal parte. Ela está a trabalhar em tal parte". Pronto, mais nada.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Teria sido talvez dia 9?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não, foi antes. Ela desapareceu no dia 9. Isso foi no fim de dois dias ou três, dela...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Aí o Senhor deu a informação que ela trabalhava no Mediterrâneo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Uma casa boa, uma casa séria. Uma casa limpa.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Tanto quanto Adega's ou Adega's não era uma casa?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Adega's é picante... Agora, onde a Carla estava trabalhando...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu estive lá, parece que não é essa literatura que se faz lá do Adega's Grill, não. Parece que é uma casa freqüentada por pessoas... as tal de *very important people*. As pessoas, por exemplo, do PIB local lá. Uma categoria mais ou menos elitizada, é classe média, no ambiente não tem mulheres.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não. O Senhor esteve no restaurante, não esteve no bar. Que eu nunca entrei lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Adega's Grill.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu nunca entrei lá. Agora... A boate atrás.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu perguntei para todos qual que era o nível desta casa, perguntei para todo mundo, perguntei para comunidade, perguntei para o Presidente da Associação dos Brasileiros – BAUA, lá que é o Geraldo Brito, cidadão de Minas Gerais, terra do nosso Deputado. E ele me disse: "Olha, a casa conceitualmente, nós nunca ouvimos nada, assim, que desmereça e que deponha contra a casa, não se tem uma idéia fixa de uma casa de prostituição ou de ponto de encontro, ou alguma coisa assim. O Senhor mora há 42 anos, o Senhor está dizendo.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – A casa não é boa. O restaurante ainda se passa. Mas a parte de trás dizem que não é boa. Aberta até as cinco da manhã.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A parte de trás entra por aquela porta principal de madeira ou entra numa outra?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não sei porque nunca entrei lá. Ouço dizer que a parte de trás não é boa. Mas há outra coisa...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas prosseguindo. Aí o Senhor deu o endereço do Adega's Grill? Do Mediterrâneo.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Do Mediterrâneo. Posso fazer uma pergunta agora ao Senhor, se me dá licença? Quem é que arranhou trabalho na Adega's para elas?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Para quem? Para a Carla.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Para a Carla e para...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Aqui no Brasil? Lá? Olha, eu acho que a pergunta do Senhor é extremamente relevante. Relator, eu acho que a pergunta dele pode ser aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Quem arrumou trabalho para a Carla trabalhar na Adega's?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – É. Para o Sr. Fernandes perguntar isso é porque ele tem suspeita de que esse...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não tenho suspeita... Mas...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas se tiver, coragem Sr. Fernandes. Para o Senhor perguntar isso, o Senhor tem alguma informação.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não tenho informação. Eu não gosto daquela casa.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Da qual?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Da Adega's. Não gosto.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não. Mas o Senhor está dizendo quem arrumou emprego para a Eduarda na Adega's ou quem arrumou emprego para a Carla no Mediterrâneo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não. Para a Eduarda, para a Carla e para o outro rapaz. Disseram elas que já tinham trabalho lá para ir para lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Ela chegou em Newark já com esse trabalho?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Já com esse trabalho. Já vieram com esse trabalho.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Relator, uma interrupção. Essa observação aí para a gente reportar hoje ainda ao FBI, reportar hoje para o que o FBI verifique lá no Mediterrâneo com o proprietário quem foi que apresentou a Carla para eles e para o proprietário do Adega's quem foi que apresentou a Eduarda para eles, para trabalhar.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Sr. Relator. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sim.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Só para... Acho que a pergunta dele é muito interessante. É porque, pelos costumes que nós já observamos, principalmente dos brasileiros que moram em outros países, normalmente um cidadão não muda de uma cidade para outra para procurar emprego, normalmente quando ele muda, realmente ele já tem alguma coisa encomendada, já tem alguma coisa. "Vem que o emprego está garantido para você, pode vir que já está conversando, você chegando aqui o emprego começa de imediato".

Eu acho que essa dúvida é interessante, essa pergunta feita pelo Sr. Fernandes é interessante saber realmente, porque quando elas se deslocaram de uma cidade para outra e já foram com o interesse de trabalhar neste local, alguém já, com certeza, havia feito um contato. E essa pergunta sendo respondida será importante para que nós possamos continuar nessa linha de raciocínio que o nobre Deputado está fazendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu reforço junto à Assessoria a atenção a este ponto que foi levantado aqui agora.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sr. Fernandes. Obrigado Deputado Neucimar. Estou quase concluindo. Vou permitir que o Deputado faça as suas intervenções.

O que leva o Senhor a fazer este questionamento? Que eu considero meritório. E quero até num primeiro momento aqui sem nenhum rasgo de infantilidade congratular-me com o Senhor. Uma pergunta emblemática. O Senhor, para perguntar isto é porque tem alguma suspeição. Nós queríamos que o Senhor ficasse muito à vontade. Se não for possível o Senhor narrar aqui, a gente, o nobre Relator, junto com o Presidente, Senador Marcelo Crivella, pode pedir uma Sessão reservada para o Senhor fazer todo o tipo de informação. Já que eu tenho para comigo que o Senhor tem algum receio sim, algum receio de alguma represália lá em Newark. Eu ouvi coisas terríveis sobre máfias de Newark, máfia de chinês, máfia de espanhol, máfia de portugueses, máfia de brasileiros. Ouvi lá, nobre Relator, de que a polícia havia há dias atrás lá, a expressão que eles usam, estourado uma casa de prostituição, aonde escravas, escravas brancas são escravizadas, mas ficam lá confinadas, não 30 dias, não 60 dias, não um ano. 4, 5, 6 anos confinadas sem nenhum contato com o mundo exterior, com os clientes lá que freqüentam esse tipo de casa já todos eles escolados para aquele tipo de comportamento, as pesso-

as são escolhidas a dedo, quem frequenta aquele tipo de casa não quer saber dos dramas, dos gritos, dos clamores, das angústias das mulheres que solicitam “Me tire daqui”. Parece que é um mundo diferente, um mundo absolutamente não se sabe se drogado, que tipo de coisa. E aonde talvez a gente suspeita que a Carla possa estar. É uma suspeição.

Então, se tiver algum receio, o Senhor tiver alguma informação o Relator pede aqui para o Presidente, ele autoriza algum depoimento do Senhor de forma reservada.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não tenho nada. Eu não estou comprometendo a ninguém. Mas quando elas chegaram, elas perguntaram naquela direção.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Elas chegaram e perguntaram na direção do Mediterrâneo e do Adega’s?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Chegaram no 99?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Desculpe. Vou falar devagar. Elas perguntaram a mim, deram uma direção, o Bar Sete. Eu digo assim, “O Bar Sete deve ser lá pra baixo. É um lugar muito ruim, meninas. Não vão para lá”. Elas foram para lá, as duas... eu não fui. A pé, ver onde é que era. E lá indicaram, viram que era o Adega’s e viram a Adega’s. E já traziam trabalho arranjado lá para alguém, para elas todas virem para lá, para a Adega’s.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Há um terceiro Bar aí? Bar Sete é o nome de um bar?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O que é sete?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Depois é que eu soube que chama aquilo de Bar Sete.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Adega’s Grill era chamado de Bar Sete?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É. Eu nem sabia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Quem... Elas chegaram com o endereço do Bar Sete, do Adega’s Grill que era ali próximo, não é? Por coincidência, próximo. Elas quando perguntaram para o Senhor onde é que fica o Bar Sete, o Senhor sabia que si referia ao Adega’s Grill?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. O Bar Sete devia ser lá para baixo, lá para a zona ruim... uma zona ainda pior.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor respondeu isso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Mas era 90 metros.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não era o bar...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Desculpa, mas eu não estou entendendo. É bairro ou bar?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Era a mesma Adega’s, elas iam mesmo é para Adega’s... Elas traziam a direção para serem empregadas na Adega’s.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Sr. Relator, deixa eu dar uma recapitulada aqui. Eu estou confuso. Elas chegaram já com a direção. Direção é endereço. É isso? Quando o Senhor fala, direção é o endereço.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Sim. Já havia trabalho arranjado lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– “Olha aqui Sr. Fernandes...” dizia a Carla.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Adega’s.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– “...Eu vou trabalhar no Adega’s”. Não, a Eduarda que foi trabalhar no Adega’s Grill.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Vinha elas, as duas e um homem. E quando elas chegaram lá e foram à Adega’s, a Adega’s disse que já tinha o lugar dela, e só podia ficar com uma. Só podia ficar com uma.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– As duas foram quando? No dia seguinte?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– No mesmo dia que elas chegaram.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Mas uma chegou no horário diferente. A Carla chegou à noite. Há uma contradição. O Senhor desculpe. A Carla chegou sozinha à noite com dois cidadãos.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não. Um dia antes delas virem...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Com as malas.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– As malas. Um dia. E depois foram embora outra vez.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Só um minutinho. Um dia antes da Carla chegar

com as malas, que marcou para 5 da tarde, chegou só a noite com dois cidadãos, somente a Carla e não a Eduarda junto, no dia anterior àquele dia, elas já tinham vindo para Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Já tinha vindo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Tinha bate e volta. Vamos para Newark e voltamos.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Quantos quilômetros dá de Dover até Newark?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Uns 100 quilômetros.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– 100 e poucos quilômetros. Uma hora e meia ou duas horas de viagem?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não sei bem.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Perfeito. Então a Carla e a Eduarda vieram no dia anterior com o carro ou não? Ou de trem também, de comboio também?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não sei quem as trouxe. Não sei nada disso. Não posso dizer quem as trouxe que eu não sei nada. Eu só vi um homem com elas, eu vi um rapaz com elas, um rapaz baixinho, de seus 30 anos.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Vieram praticamente confirmar se o Senhor acolheria elas no apartamento.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– E ver o trabalho.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Aí foram lá na Adega's...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Foram na Adega's.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– As duas com esse rapaz?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Voltaram para Dover?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Voltaram para Dover.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– No dia seguinte veio a Carla, que era para chegar às 5 da tarde e chegou só à noite com dois cidadãos. Não lembra se era o mesmo no dia anterior ou não?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não era o mesmo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Não era o mesmo. Não lembra o carro, não lembra essas características, nada?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não... Não se punha nada que houvesse visto.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Essa informação, o Senhor chegou a dá-la para o FBI em Goioerê ou não?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Como?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Essa informação...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor não narrou isso para o Sr. Daniel lá em Goioerê? Quando ele foi lá.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não, Senhor. Não, mas eu tinha a idéia de dizer para eles. Não acreditava que isso fosse errado, mas agora estou acreditando que isso seja errado... se eu soubesse alguma coisa melhor, eu digo, Senhores.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Só um minutinho. O FBI foi lá em Goioerê, conversar com o Senhor em Goioerê, conversar com o Senhor, o FBI foi a Goioerê, o Senhor Daniel esteve em Goioerê conversando com o Senhor. Correto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Eu nunca... Correto.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– É. Lá em Goioerê. Há questão de 30 dias. Menos até. O Senhor, em momento algum narrou este fato desses dois cidadãos que chegaram com a Carla e tão pouco não narrou nada com relação a vinda do dia anterior?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não. Não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor até então não achava que isso era relevante ou o Senhor tem algum receio dessa informação?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não. O Daniel... (?) (1:05:32)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Para terminar, nobre relator, salvo algum depoimento da Eduarda para a polícia americana, norte-americana, salvo algum depoimento, esta informação na minha opinião inusitada, aparentemente preciosíssima. Porque se não tiver ainda isso aí em nenhum dos interrogatórios da polícia norte-americana, eu acho que é uma grande pista que o Senhor está nos dando.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Muito grande.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sr. Fernando eu acho que é uma grande pista que o Senhor está nos dando. Eu acho que é uma grande pista nós conseguirmos saber quem foi que indicou o Adega's, quem foi que indicou o Mediterrâneo lá em Dover.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – O Mediterrâneo foi eu, foi meu filho. Eu não quis que ela fosse para Adega's. Como era muito amigo do pai. E a Adega's tem má fama... O Senhor pode dizer que é boa, mas tem má fama.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não. Eu não estou dizendo que é boa. Estou me reportando...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Às 4 da manhã, 3 horas da manhã, vem mulheres nuas para fora... Na Adega's hoje, é perigoso. Desculpa. Nenhuma mulher entra lá. Uma mulher decente não entra lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas a Eduarda foi trabalhar lá e o Senhor não advertiu a Eduarda? Mesmo que o Senhor não tivesse consideração por ela.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu disse a Eduarda. (risos)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor disse a Eduarda que lá não era uma casa...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – E ela respondeu: "Eu estou aqui há poucos dias e vou para Califórnia. Quero ganhar algum dinheiro".

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Sem prejuízo de alguma nova intervenção, nobre Presidente, eu interrompo, eu paraliso por uns instantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sr. Madeira, o Senhor afirmou há momentos atrás do medo que tem de passar na rua. Esse espaço de 90 metros. Eu pergunto ao Senhor: Quando o Senhor aconselhou, ofereceu o apartamento ao pai de Carla, o Senhor informou para ele que o lugar era perigoso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu não sei se o informei, disse para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Pode falar mais no microfone.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Disse a ele e a ela para ter conta. Um dia eu passei, ela estava num telefone público, na rua... E disse assim "Toma conta que isso aqui é mau". Eu dizia a elas que aqui era mau.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor não avisou o pai e afirma que

avisou a Carla. A Carla, o Senhor avisou que o lugar era perigoso?

Essa CPI aqui não é um Tribunal de inquisição, mas é um, podemos dizer que é um Tribunal de esclarecimento. A presença o Senhor aqui é a necessidade de esclarecermos esse desaparecimento de uma jovem que foi fazer um estudo nos Estados Unidos e de repente sumiu com essas suspeitas que se apresentaram.

O Senhor trouxe de fato um dado muito novo, que não foi colocado na audiência passada. Porque, que existem máfias para o tráfico, para a exploração sexual nos Estados Unidos e naquela região, nós já temos conhecimento amplo. Isso evidentemente que nós temos que pesquisar com profundidade. Investigar com profundidade. O Senhor tem necessidade de fazer uma explicação deste processo mais reservado que não seja a público para os Senadores e Deputados?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – O que eu tenho é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Não tem mais nada a informar?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Mais nada a informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Pois é. Então eu quero informar ao Senhor que houve da parte do Senhor a assinatura de um termo, onde o Senhor se compromete nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal sob as penas da lei, dizer a verdade, o Senhor se comprometeu, no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso VIII da Constituição Federal.

Nesse sentido, como o Senhor está colocando versões muito diferentes do que foram apresentadas pela mãe da Srª. Carla aqui, uma versão muito sofrida da parte dela, cabe a nós promover, justamente, porque é mãe, principalmente, promover o devido esclarecimento dessa situação. Então, é muito certo que nós tenhamos que fazer acareação. Srs. Deputados, Srs. Senadores, porque não pode ficar para um bom esclarecimento desse caso, versões tão contraditórias como está acontecendo, se o Senhor assinou aqui um termo comprometendo em falar a verdade. E ela também fez da mesma forma. Então eu tenho mais algumas perguntas aqui, mas eu quero passar a palavra para o Sr. Deputado NEUCIMAR Fraga fazer as suas perguntas.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Sr. Fernandes, primeiramente nós queremos agradecer a presença do Senhor aqui nessa CPI para que o Senhor possa colaborar com essa Comissão que tem compromisso com o povo brasileiro. E além de inves-

tigar as imigrações ilegais nós também temos dentro do nosso compromisso dessa Comissão, a agenda de visitarmos os Países onde existem as comunidades brasileiras no exterior, e além de estarmos fazendo um relatório sobre a situação dos brasileiros que vivem no exterior, os problemas enfrentados nas comunidades, identificarmos também as máfias que exploram brasileiros no exterior, as máfias, nós temos um compromisso de auxiliar também esses brasileiros, discutindo com os Governos aonde eles estão, nos Países, políticas públicas que possam amenizar os problemas enfrentados por essas comunidades em outros Países.

E a vinda do Senhor aqui é importante para nós. É um caso que nós estamos investigando. Eu até não me atentei ainda porque só desse caso, nós tivemos inúmeros casos de pessoas desaparecidas, brasileiros desaparecidos no exterior, inúmeros casos, nem todas as famílias têm a oportunidade de ter alguém mais próximo que possa levar avante esse interesse no esclarecimento dos fatos.

Mas como esse caso chegou até a Comissão Parlamentar de Inquérito a participação do Senhor aqui para nós é muito importante. O Senhor pode nos ajudar muito com o pouco que o Senhor sabe. E como o vive lá nos Estados Unidos, fez contato, teve contato com a Carla, teve contato com a Eduarda, o Senhor nos relatou agora que chegou a ver dois, três elementos novos no processo que não estão devidamente identificados, mas que poderão ser identificados, que poderão também nos auxiliar nessa investigação.

Primeira coisa que eu quero perguntar ao Senhor, o seguinte: Nessa Adega's onde o Senhor disse que a Carla foi para essa cidade para trabalhar, o Senhor afirmou que aconselhou a Carla a não trabalhar nessa Adega's. Correto? O Senhor aconselhou a Carla a não trabalhar nessa Adega's.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Disse que era mau.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– O Senhor chegou a sugerir um outro local que era o Mediterrâneo.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Boa casa.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Quanto ganha uma mulher no Adega's por noite?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não sei porque nunca lá entrei.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Mas o Senhor não tem informação?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Aquilo é conforme os...

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Em média quanto ganharia uma mulher? Uma mulher na Adega's ganharia mais do que no Mediterrâneo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Ah, isso ganha. Ganha dez vezes mais.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Dez vezes mais que no Mediterrâneo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Umas cem vezes.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– E quanto ganha uma mulher no Mediterrâneo por noite?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não sei, que nunca...

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– No Mediterrâneo o Senhor sugeriu para a Carla trabalhar.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Mediterrâneo pode ser 250 dólares por semana.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Por semana no Mediterrâneo? Então, fazendo um cálculo, diante do diagnóstico do Senhor, diz que na Adega's ganha dez vezes mais, podemos imaginar...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Na Adega's pode ser mil numa noite... (risos)

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Então vamos partir do princípio que o Senhor nos informou que a Carla disse que estava de passagem naquele local, que iria para a Califórnia?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Carla? A Eduarda, a Eduarda.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– A Eduarda disse que estava de passagem e iria para a Califórnia. A Carla não?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Essa queria ficar lá.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– A Carla queria ficar na Adega's?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não. Não. Não queria ficar na América.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Na cidade. Mas preferiu a Adega's, com certeza a Adega's pagava mais.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Como?

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Na Adega's o lucro era maior.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Na Adega's o lucro era maior.

SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Então, com certeza quem vai para os Estados Unidos para tentar fazer a vida financeiramente, com certeza quer sempre ganhar o maior salário, isso é normal. E

alguns não escolhem emprego para ganhar o melhor salário, o que pagar melhor eles acabam optando por ele. Então, o filho do Senhor trabalhava em quê, lá?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– O meu filho é Encarregado-Geral de uma companhia grande, uma companhia de construção. O meu filho.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Qual é o nome do filho do Senhor?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Leonardo Pinheiro Fernandes.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Leonardo Pinheiro Fernandes. O Leonardo teve contato com a Carla durante o período que ela ficou na sua casa?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Muito pouco, porque ele disse-me logo para tirar aquela gente de lá para fora.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ele não gostava então, ele não tinha interesse que o Senhor permanecesse com a Carla e a Eduarda na casa do Senhor.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não queria.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ele chegou a sugerir ao Senhor que a Carla e a Eduarda deixassem a casa.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Que deixasse a casa fechada, como tinha deixado há sete ou oito anos. Que eu desculpasse ele, que era muito meu amigo, e ele tinha que fazer um favor.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, o filho do Senhor, aconselhou o Senhor “pai, não é bom que o Senhor fique aqui com essas duas pessoas morando aqui em casa”. Correto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Correto.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, ele não tinha interesse que elas continuassem lá. Correto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Correto.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor afirma que o filho do Senhor... teve ou não teve contato com a Carla durante o período que elas moraram na casa?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não sei, mas o meu filho não, não... É um homem muito complexo.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ele chegou a passar algum dia lá na casa, algum dia com o Senhor e as duas meninas, dormiu alguma noite?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Nunca, nunca, nunca. Nunca ele entrou comigo. Nunca.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor afirmou na CPI que a Carla, primeiramente, ligou para o Senhor para certificar-se de que o compromisso que o Senhor fez sugerindo que ela viesse morar com o Senhor estava ainda de pé. A Carla queria ter certeza de que a proposta que o Senhor fez a ela, de que ela poderia ir morar com Senhor estava de pé.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Morar comigo, não. Porque ninguém morava. (risos)

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Lá na casa.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Lá na casa também. Eu moro aqui. (risos) Eu moro no Brasil.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Mas o Senhor estava na casa naqueles dias.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu estou lá sempre, 7, 8 dias, mas comigo ninguém mora.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor afirmou que a Carla, antes de vir definitivamente, ela veio um dia antes, juntamente com a Eduarda e mais um homem, não identificado, aparentemente de 30 anos de idade, de estatura baixa e falando o espanhol.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, eu só me encontrei com elas um dia antes. Não, Senhor, eu não disse isso, ele só não falava o “brasileiro” correto. Os outros dois que fizeram as malas é que não falavam, ouça bem.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, o outro que veio a primeira vez com a Eduarda e a Carla falavam português correto.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Correto.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, poderíamos até imaginar que seria um brasileiro acompanhando a Carla e a Eduarda.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Era brasileiro. Era brasileiro, porque eu conheço os dois. Escreva bem.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Esse homem ainda não foi identificado, Presidente? Esse... ainda não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Qual é o que o Senhor se refere?

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O primeiro. O brasileiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Não. Pelo meu conhecimento, até agora, não.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Não. Quando ela esteve pela primeira vez, além de chegar na casa do Senhor, ela queria conhecer a Adega's?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Foi na primeira ou na segunda vez. Foram à Adega's, foram lá com eles, e disseram que eles tinham trabalhado para elas. E a Eduarda é que me contou. E na Adega's disseram que tinham há dias, e agora que já não tinham, só tinham para a Eduarda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ok. Então, depois, posteriormente, a Eduarda e a Carla chegaram à casa do Senhor... A Carla chegou sozinha, acompanhada de dois homens?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Quando ela foi com as malas, já era com os dois homens.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E esses dois homens, o Senhor falou que eles falavam espanhol.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – É, não falavam o português.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Normalmente, na faixa de idade entre 25 e 30 anos.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – 25, baixinhos, assim com a cara redonda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Cabelo liso, cabelo enrolado?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não sei. Eu não posso dizer se o cabelo... (risos).

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Cabelo liso, parecia que era espanhol, que era porto-riquenho, mexicano?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não sei. Não sei. Eram baixos, eram os dois, baixos.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Eles deixaram a Carla e a Eduarda na casa do Senhor e retornaram?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Deixaram a Carla, não a Eduarda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Deixaram a Carla, e retornaram.

No outro dia, a Eduarda chegou sozinha ou chegou acompanhada?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Já não lembro. Não lembro. Não me lembro.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Foi o Senhor que recebeu a Eduarda ou foi a Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Parece que foi a Carla.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Quando a Eduarda chegou, o Senhor não estava em casa?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Não estava.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Possivelmente, a Carla a tenha recebido e, quando o Senhor chegou, a Eduarda já estava dentro de casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PL-ES) – Eu peço ao Deputado Neucimar, em função do nosso tempo, para ir enxugando aí as perguntas para a gente.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Sr. Relator, dentro da medida do possível, porque eu aguardei meia hora aqui para falar, e tem cinco minutos que eu estou falando.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Uma intervenção. É até um tributo aos honrosos Parlamentares que vêm aqui, nesse momento importantíssimo, e que seja isso aqui o indutor de tantas quantas investigações forem possíveis fazer, já que a CPI também tem esse escopo, não apenas de verificar como é que estão os nossos irmãos brasileiros no exterior, mas também essas famílias agonizantes, por conta do desaparecimento de seus filhos.

Na verdade, então, acho que é um tributo ao Deputado Neucimar, que está aqui perquirindo, e nós também temos que continuar, porque, a partir daqui, eu penso que nós teremos uma pista fortíssima para encontrar a Carla.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PL-ES) – Eu concordo. Mas é importante lembrar que existe um ordenamento dos trabalhos, para a gente também colocar dentro do tempo. Até pelo tempo que ele já está aqui, desde as 11h, a gente tem que considerar também o horário do almoço. Até que não se prove o contrário...

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Todo mundo já lanchou. Mas vamos imaginar que tivesse aqui 10 Parlamentares, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Aí nós estabeleceríamos um tempo de 10 minutos.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então eu vou cumprir os meus 10 minutos, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Não precisa ser 10. Eu só estou pedindo para abreviar o que puder, para facilitar para todos nós.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Eu sei a preocupação e eu agradeço.

Sr. Fernandes, quando a Carla desapareceu, ela estava ainda morando com o Senhor? Na casa do Senhor?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Na casa minha, ela estava lá.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor estava na cidade, nessa época do desaparecimento?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Estava, eu nunca saio da cidade.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, quem fez a denúncia de que a Carla estava desaparecida?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Quem fez a denúncia? Foi a Eduarda que fez a denúncia. Eu já disse três, quatro vezes.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Quando a Eduarda chegou em casa sozinha... A Carla e a Eduarda moravam com o Senhor...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Na mesma cama.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Quando a Carla não chegou em casa, a Eduarda chegou em casa sozinha?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Fui eu que abri a porta.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Para a Eduarda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Para a Eduarda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ela chegou de carro, ou chegou...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu não sei. Pois, se eu estava dentro do meu quarto! Eu não sei se ela chegou de carro!

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Mas o Senhor abriu a porta da casa para Eduarda entrar.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Como?

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor disse que abriu a porta da casa para a Eduarda entrar.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Cá embaixo, vim cá e abri a porta.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Ela estava sozinha, a Eduarda? Ou chegou de carro?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu não sei. De carro, não era... eu não sei nada disso.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E ela disse, naquele momento, para o Senhor, falou al-

guma coisa sobre a Carla, por que é que a Carla não estava com ela... Elas costumavam chegar juntas todas as noites?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu não sei nada disso. Eu estou dentro do meu quarto. Eu não sei se elas chegavam juntas ou não chegavam! Eu estou dentro do meu quarto, e não vou olhar as mulheres...

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Elas tinham a chave da casa?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Tinham a chave da casa. Ouça bem o que eu vou te dizer. Ouça bem, que é para o Senhor tomar nota. Eu tinha muito sono, estava em casa dormindo, a Eduarda me chamou, e eu chegando ao interfone: “Quem?”; “Eduarda. Sr. Fernandes, poderia abrir a porta aqui embaixo?”; Eu fui e abri a porta lá embaixo, venho para cima, subo às carreiras, vou para dentro do meu quarto, a Eduarda foi e passou para a cama dela. No outro dia, quando a Eduarda se levantou, eu vim à casa, era 1h, ou não sei que horas que era, não quero mentir, porque eu vim aqui para dizer a verdade, não para mentir, e me disse: “A Carla ainda não apareceu, Sr. Fernandes. Ela, ontem à noite, foi a um jantar com os brasileiros, num *hotel apart(F)*, assim, assim e assim, e ela ainda não apareceu, deve estar com alguém”. No outro dia à noite é que ela rompeu as coisas. Chamou a minha atenção, ao dizer que ela é que estava embriagada lá, disse-me ela a mim, não pode dizer que não, ela estava embriagada, saiu duas vezes, pagaram, um pagou tantos dólares de bebida para ela. Eles gastaram, um gastou 60 dólares, e o outro gastou 120 dólares.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Só uma pergunta para o Senhor. Todas as vezes que a Carla e a Eduarda chegavam, o Senhor acordava para abrir a porta, ou não?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não, porque elas tinham as chaves.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – As duas tinham chave?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Uma tinha chave. Uma passava para a outra. E dava a chave à outra.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, naquela noite, a Eduarda chegou sem a chave.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Sem a chave.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E por isso pediu ao Senhor para abrir a porta para ela.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Exatamente.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E ela disse que estava com a Carla, e viu a Carla embriagada, no outro dia.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Disse para mim.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Então, com certeza, para ela ter visto a Carla embriagada, ou devia estar junto ou bebeu junto com ela.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu já não sei. Eu não acompanhava elas.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E a Eduarda disse ao Senhor que a Carla estava acompanhada de dois brasileiros?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– De dois homens.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – De dois homens. brasileiros?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não sei, não sei.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Falaram que eram dois homens.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não sei. Nem falavam português. Só falavam em inglês com ela.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Em qual bar eles estavam bebendo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Nessa Adega's.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Estavam na própria Adega's?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– A Adega's. O bar da Adega's. Um bar lá que eles fazem...

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Tem um restaurante e tem um bar? São dois ambientes?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Tem o restaurante, tem um restaurante e tem o bar, e depois tem uma boate lá atrás, que está aberta até as cinco da manhã.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Depois do episódio, quanto tempo depois a Eduarda largou a casa, abandonou a casa, deixou a casa do Senhor?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Como?

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Quantos dias depois desse episódio a Eduarda deixou a casa, foi embora?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não, ela ia lá de vez em quando, eu emprestei uma chave e ela telefonava para mim, e ela ia lá onde eu estava comendo, e ela vinha à casa com outra... Ah, um dia, à tarde, ela foi lá e viu, e disse: “Olha, Sr. Fernan-

des, ela deixou aqui a mala, deixou aqui o passaporte dela e tinha dólares”, ainda tinha dólares lá dentro e tudo, tinha dólares, mas eu disse: “Olha, Eduarda, deixa tudo aí, não precisa mexer em nada, pode ver alguma coisa, mas deixa tudo aí”. Disse para a Eduarda.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E quantos dias depois do sumiço da Carla é que foi denunciado para a polícia o desaparecimento da Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Foi no outro dia.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor chegou a ir à Adega's para tomar informação sobre a Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu não entro na Adega's, e nem falo coisa nenhuma, nunca na Adega's.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor, mesmo tendo informação de que a Carla estava desaparecida, sendo amigo do pai da Carla, e sabendo que a Carla foi vista pela última vez na Adega's, embriagada, o Senhor, então, não teve desejo de ir lá na Adega's para perguntar ao gerente, aos funcionários, pedir alguma informação? O Senhor não tomou essa atitude?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não, porque eu disse à Eduarda para ir à polícia. E a Eduarda foi à polícia, e disse tudo. O relato da Eduarda na polícia, os Senhores devem ver, o que a Eduarda disse lá na polícia. Os Senhores devem ver, como investigadores, devem ver o que é que a Eduarda disse à polícia no relato dela. Isso é importante para os Senhores.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Mas a Eduarda deixou claro para o Senhor que ela tinha interesse de ir para a Califórnia.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Ela me disse que ia para a Califórnia. Mas é saber o que eu disse agora. Os Senhores deveriam pedir o relato à polícia de Newark, o que a Eduarda disse à polícia. Com quem ela estava e tudo. Isso é o que os Senhores, por favor, peçam à polícia. Está aqui o nosso Senador, então que ele vá e peça o que é que ela disse à polícia. A Eduarda, quando da investigação, porque ela foi investigada lá pela polícia. Colocaram lá dizer que ela tinha até partido, e ela disse tudo. Essa é a investigação, é...

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – O Senhor não foi lá na polícia com a Eduarda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não, Senhor.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Porque a Eduarda disse...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Desculpe interromper, Deputado. Peço a palavra, Deputado, para um intervenção.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Eu cedo um aparte.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Porque, no telefonema que a Eduarda deu para a família, no domingo, dando conta do desaparecimento da Carla, o Senhor estava junto com ela nesse mesmo momento do telefonema para os pais da Carla?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não, Senhor. Não estava.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Quem é que primeiro levou notícia para a família? O Senhor ligou para esse amigo do Senhor lá, amigo do Orlando...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– E depois, no sábado à tarde, mandei um empregado meu dizer à família.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas o Senhor em nenhum momento falou com o Orlando ou com a Da. Tânia, que são os pais da Carla, sobre o desaparecimento dela?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não. Eu estava lá. Estava na América. Mandeí um empregado aqui meu dizer ao pai que ela...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Avise ao Orlando que a Carla está desaparecida.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Sim, Senhor.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Isso, no sábado? Ou no domingo?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– No sábado.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A família informa, a Da. Tânia, a mãe, e o pai, Orlando, que no domingo receberam um telefonema da Eduarda, teoricamente, a informação que tenho, eu não posso afirmar aqui, com o Senhor junto com ela no instante em que telefonavam para a família, usaram inclusive a conjugação verbal no plural. A Eduarda e o Sr. Fernandes informaram que a Carla está desaparecida, e que desapareceu às cinco da manhã com um americano. O Senhor tem conhecimento desta informação, da Eduarda para a família?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não tenho, não, porque não ouvi o que ela disse. Agora, tenho a informação é que eu mandei um empregado meu, no sábado, avisar o pai e a mãe que ela estava desaparecida. Essa é a informação. Não é como a mãe dela diz. Eu é que mandei, logo disse ao meu empregado para ir lá.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor tem conhecimento se a Eduarda disse para o Senhor que ela pegou carona com um americano desconhecido por volta das 5h daquela madrugada?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– A Eduarda disse para mim.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A Eduarda disse para o Senhor. Mas disse que ela pegou essa carona lá no Adega's.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Não sei. Já não me lembro.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – É importante demais essa informação. Vou solicitar à Secretaria da Comissão e ao nobre Relator, esta é uma pergunta também relevante, no momento em que a CPI vai ouvir a Eduarda. Porque é uma contradição aqui, e eu percebo, que o Sr. Fernandes informa que escutou passos pouco antes de chegar a Eduarda no apartamento.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Ouvi, disseram...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – E da forma que o Senhor explicou agora há pouco também, narrou agora há pouco, os passos eram passos barulhentos, pressupondo que a Carla teria chegado de forma aparentemente estabana no apartamento, meio rápido, e o Senhor ouviu os passos de alguém chegando, não escutou barulho de porta que pudesse simbolizar a chegada e a saída dela do apartamento.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Eu escutei ela depois descer a escada para baixo, e a minha porta lá embaixo...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Mas foram dois sons? O Senhor, primeiro, ouviu o som que, teoricamente, não dá para divisar, o som de escada, subindo, é de madeira ou alvenaria? É alvenaria, é misto?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– É madeira, tudo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Num primeiro momento, o Senhor escutou o barulho de alguém subindo a escada.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– Alguém. Era ela.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – E depois, um novo barulho descendo a escada, e abrindo e fechando a porta.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES
– E abrindo e fechando a porta.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Todos os casacos da Carla, e a mãe narra com precisão, estão todos lá no apartamento, dinheiro e do-

cumentos. A Carla portava um casaco, e que foi narrado por todas as testemunhas ao FBI, cujo casaco ficou lá na cama. É impossível acreditar que a Carla teria saído sem uma roupa, frio, naqueles dias, frio rigoroso, estava a quatro graus abaixo de zero naquela noite, teria saído sem nenhum casaco e sem nenhuma blusa, às cinco ou quatro da manhã, ninguém sabe precisar o horário, e não compatibiliza com informação que a Eduarda deu para a família de que ela saiu com um americano lá do Adega's.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, porque, espera aí... A minha verdade é qual?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Não vai nenhuma imputação, Sr. Presidente, só para complementar, não vai nenhuma imputação, porque nós precisamos esclarecer isso. Provavelmente, na acareação, isso será esclarecido, mas essa informação que o Senhor está dando, que ouviu passos da Carla subindo a escada e descendo a escada, é relevante. É mais uma informação relevante, além daquela outra informação do pessoal de Dover, que terim trazido para Newark. Iss é o que eu gostaria de acrescentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO

(PT-MG) – Sr. Deputado Hermes Parcianello, em função de eu ter que afastar da Presidência nesse momento, eu só quero fazer uma pergunta, que é de grande importância, peço ao Deputado Neucimar Fraga, daqui a pouco, para ocupar a Presidência dos trabalhos, V.Ex^a. para ocupar a Presidência dos trabalhos, para continuar essa oitiva, uma vez que nela vem se apresentando a necessidade de aprofundar alguns pontos, que eu até penso que poderiam ficar esclarecidos no momento da acareação. Mas eu acho que, deixo a observação da importância também de preservarmos um tempo, que não seja tão longo, em função do nosso depoente, que está aqui com toda a vitalidade, colaborando, explicando, mas é importante nós estarmos alerta a esse aspecto da própria idade do depoente.

Eu quero perguntar para o Senhor, antes de sair da Presidência, quem é que fez a denúncia, assim que foi detectado que a Carla tinha desaparecido, quem fez a denúncia à Delegacia de Polícia?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– A Eduarda.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– A Eduarda é que fez?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Essa explicação eu já tinha prestado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO

(PT-MG) – E quando é que a Eduarda fez a denúncia?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Foi no outro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – O Senhor tem certeza que é no outro dia?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu posso ajudar, Presidente. A família informa que foi no dia 11, sábado, à tarde. E incrível, complementando a colocação de V.Ex^a., é percuciente, complementando, e a curiosidade vem aí, que a queixa foi feita numa delegacia, numa delegacia que não é especializada em pessoas desaparecidas, foi feita num distrito lá de Newark, que não tem nenhuma especialização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Nove dias após. Nove dias depois.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Dois dias e meio depois. Ou três dias.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não. (risos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Do que a mãe dela falou, foi nove dias depois, no depoimento da mãe aqui. Porque nós anotamos.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – É, mas a queixa foi no domingo, e o desaparecimento se deu na madrugada de sexta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Diz que deu numa delegacia de periferia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – De periferia, e que é não especializada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Então está explicado. Eu agradeço ao Sr. Fernandes, que se apresentou para poder colaborar. Certamente o Senhor será convidado a voltar novamente, para poder fazer esse trabalho de esclarecimento, para que esta CPI possa cumprir com o papel dela perante a família, perante a sociedade brasileira, e que continue os trabalhos aí com essa capacidade que o Senhor está tendo de falar, de explicar. E peço ao Deputado Neucimar Fraga que ocupe aqui.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Sr. Presidente, agora eu peço uma coisa, quem paga as minhas passagens para cá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Isso, a própria CPI poderá resolver, dentro da discussão que faremos aqui na parte técnica.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– É que eu pedi dinheiro ao meu Advogado.

(troca de presidência)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Presidente Neucimar, eu posso falar rapidamente sobre esse assunto.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu já estou cansado.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Eu posso falar rapidamente no assunto dos dispêndios da Comissão, que é procedimento usual, as Comissões, elas se responsabilizam pelo deslocamento, pelo pagamento das passagens, eu até perguntei isso para o nosso Secretário Isaías, e ele me disse que não houve um contato de lá para cá, e que houve uma decisão de fazer o deslocamento com veículo, através de via terrestre. Parece que foi esse o deslocamento do Senhor até Brasília. Mas a CPI não se furtará de assumir essa responsabilidade. Porque o que nós queremos aqui é apurar, e não vai ficar preocupada com essas filigranazinhas, não. A CPI vai em frente e vai avançar.

Eu peço vênha ao nobre Presidente, Neucimar Fraga, para fazer mais uma pergunta ao Sr. Fernandes.

O relato do desaparecimento da Carla para a família ou para amigos da família lá de Goioerê, em algum desses momentos, o Senhor chegou a mencionar uma ligação que o Senhor recebeu em seu celular, *private*, ligação privada, e que escutou a voz de uma mulher gritando e pedindo ajuda?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não. Não pedindo ajuda. Eu, depois, no outro dia, o meu telefone tocava, e eu ia, eu ia, o telefone tocava.... e não sei baixar os números, isso é realidade, os números do meu telefone, tem uma lista, mas eu não sei... uso pouco. Eu me lembro que esta chamada, chamada incerta, chamada que não...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não identificada.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Não identificada. Digo assim “como é que isto?”. No outro dia, outra vez, eu disse: “Olha, Eduarda, chamadas não identificadas. E parece-me que eu ouvia, quando eu volto cá, parece-me que eu ouvia uma pessoa gritar, parece-me que eu ouvia a voz de uma pessoa”. A chamada vinha, mas vinha e desligava.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – No dia seguinte?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – É, no dia seguinte.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – No dia seguinte, o que é que é? Na sexta-feira ainda? Porque ela não amanheceu sexta-feira...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – No sábado. Não estava no sábado. Isso é uma coisa...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Na sexta-feira não houve nenhuma ligação?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Parece-me que houve uma, à noite.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – O Senhor atendeu todas?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu atendia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Chamada não identificada, mas o Senhor atendia.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Atendia.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não se falava nada, em alguns momentos o Senhor ouviu os gritos...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Ouvi a voz de uma mulher, ouvi a voz de uma mulher, e até disse (?)... Eduarda... nem sabia... (1:38:30) (risos)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não lhe ocorreu, Sr. Fernandes, o Senhor, na pior das hipóteses, mesmo não tendo um relacionamento mais afetivo com a Carla, que o Senhor tenha é com os pais, notadamente com pai, que é o seu Contador, na pior das hipóteses, e não pelo relacionamento de amizade, pelo sentimento de solidariedade, pelo sentimento de sair em socorro de uma pessoa que estava morando consigo, evidentemente vislumbrando todas as conseqüências, o sofrimento, a angústia da família. Não lhe ocorreu o sentimento natural de dar esta informação para a polícia e, na pior das hipóteses, para a Eduarda? “Olha, eu recebi um telefonema aqui, mais do que um, dois, três, chamadas não identificadas, e ouvi gritos e vozes e tinha tudo a ver com o desaparecimento”. E o Senhor nunca recebeu uma ligação dessa no telefone do Senhor, pelo menos, nos últimos 12 meses, de chamada não identificada?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Escuta, e o Senhor não acha, dentro do seu... por ser uma pessoa grande...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Grande, não.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Bom, mas é uma pessoa inteligente, o Senhor não acha que eu nunca pensei de estudar isso?!

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – E não disse por quê?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Eu nunca pensei que ela estivesse desaparecida, porque eu pensei que ela tinha ido (?) (1:39:55). Eu não pensava isso. Acredite nisso.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Perfeito, Sr. Fernandes, isso nas 48 horas subsequentes, ou nas 72 horas, mas se passaram 78, 79 dias. Independentemente da família ter...

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não, eu nunca mais falei com ele, e nem quero falar com ele.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– O Senhor tem alguma preocupação, porque não quer conversar com o pai dela, mas o Senhor tem uma obrigação. O Senhor tem obrigação de ajudar a desvendar o que tem todos os indicativos de um crime.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Se ele me ofendeu, ofendeu minha moral, ofendeu o meu filho, ofendeu os meus netos...

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Mas isso não isenta o Senhor da responsabilidade.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Isso é mau.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Mas, Sr. Fernandes, isso não isenta o Senhor da responsabilidade de o Senhor ajudar a apurar aquilo que, teoricamente, é um crime.

Tem uma pessoa desaparecida, e o Senhor não pode se furtar em função de um desaforo circunstancial não querendo quicá compreender a dimensão do que é isso, ter uma filha desaparecida, arrancada do lar, notadamente a mãe. Não é possível que esse pequeno desaforo que o Senhor está aqui narrando, do pai dela, possa fazer com que o Senhor torça, então, pela desgraça alheia. Não é possível que o Senhor, com uma informação preciosa como essa, de receber uma ligação no telefone, não identificada, ouvindo gritos, não narrar isso para a polícia, sequer para a família, sequer para o Advogado.

SR. ADVOGADO JUAREZ PAULO DA SILVA

– Deputado.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Se o Presidente conceder a palavra ao Advogado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Nós sabemos, o Sr. Fernandes já está, já tem questionado a questão do tempo e, pela idade, nós entendemos realmente que ele não está preparado para agüentar uma bateria de depoimento e de perguntas.

Mas nós vamos, viu Sr. Fernandes? Nós vamos continuar conversando, porque nós, primeiro, precisamos do Senhor como parceiro nosso, para nos ajudar. Nós aqui não temos o Senhor como suspeito, nós não temos o Senhor como acusado, nós temos o Senhor aqui como um aliado para nos ajudar a resolver o problema. Aliado. Esta Comissão aqui tem o Senhor como um aliado. Nós entendemos que o Senhor pode nos ajudar. E todas as informações que, às vezes, para o Senhor não era tão importante, às vezes para nós, pode

ser importante, para o investigador podem ser úteis, entendeu? E a gente sabe que, durante um processo desse é desgastante. A família, do lado de cá, fica desesperada. As informações chegam trocadas para a família. Existem muitas especulações, muito “disse-me-disse”. E às vezes a família reage realmente de forma às vezes desequilibrada, chega a suspeitar de todo mundo, não é verdade? Pode acusar todo mundo.

Mas a Comissão aqui não é uma Comissão de acusação. Essa Comissão é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o nosso objetivo é dar assistência aos nossos irmãos brasileiros que moram no exterior, e nós temos inúmeros problemas. Já temos tratado de diversos problemas na área diplomática, na área da dificuldade de relacionamento dos brasileiros com Consulados. E nós temos um problema, que são os maus-tratos, também enfrentado pelos nossos irmãos brasileiros do exterior, inclusive centenas de desaparecidos.

Inclusive, eu queria sugerir ao nosso Presidente Marcelo Crivella, juntamente com o nobre Relator, que fosse criado, oficialmente, uma Sub-Relatoria para tratar especificamente dos brasileiros desaparecidos no exterior, tanto na América, quanto na Europa, quanto na Ásia, porque são inúmeros os casos.

Então, Sr. Fernandes, a gente entende que o Senhor está cansado, já está um pouco atordoado com essas perguntas, e às vezes algumas perguntas podem até ofender o Senhor, mas não é interesse da Comissão. É porque nós queremos realmente apurar a fundo esse processo. Qualquer dificuldade que o Senhor encontrar em responder alguma pergunta...

Eu vou só pedir ao Advogado, que ele pode acompanhar o Sr. Fernandes nesse depoimento, que qualquer dificuldade que o Senhor tiver, alguma coisa que o Senhor não lembrar-se, o Advogado pode pedir, e nós vamos autorizar a auxiliar no processo.

Então, o Deputado Hermes, ele tem acompanhado e tem uma relação mais próxima com a família, até porque é do Estado, se não me engano, eu acompanhei. Mas eu queria agora, Deputado, antes do Sr. Fernandes responder à pergunta seguinte, eu queria até tirar uma dúvida, como o nobre Deputado esteve acompanhando o caso lá no local, o Senhor teve acesso ao depoimento da Eduarda?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Não. Então, eu queria sugerir à Secretaria desta Comissão para que fosse solicitado à polícia da cidade de Newark o depoimento, todos os depoimentos tomados pela polícia sobre o caso

da Carla, porque nós ficamos com informações aqui de depoimentos.

Fazermos uma acareação, eu acho importante, mas a Eduarda não foi localizada. Se eu não me engano, a informação é que a Eduarda está desaparecida. Não sei se já foi localizada. A mãe nos informou aqui, na semana passada que a Eduarda, desde o dia, desapareceu, ninguém consegue mais localizar a Eduarda, não sei se essa informação se confirma.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Deixa eu fazer uma narrativa sobre a questão da Eduarda.

Em todos os momentos que eu tratei deste assunto, lá nos Estados Unidos ou aqui, e quero registrar, nobre Presidente Neucimar, que eu fui em missão oficial da Câmara dos Deputados, às minhas próprias expensas, e isso não é nem aqui uma reprovação à decisão da Mesa, naquele exato momento a CPI estava inclusive lá no Japão, cuidando da questão lá dos *dekasseguis*, e eu fui às minhas próprias expensas, movido, primeiramente, pelo sentimento de solidariedade humana, sou amigo dos pais da Carla. Eu não conheci a Carla, vi a Carla em Goioerê, minha terra natal, eu hoje tenho domicílio eleitoral em Cascavel, mas nasci em Goioerê, onde morei até os 18 anos, e o Orlando foi meu contemporâneo de bancada escolar, estudamos e nos formamos juntos no ensino médio, em Goioerê; movido pelo sentimento, também, de ser o representante majoritário da cidade, desde 1994, estou exercendo o meu terceiro mandato como Deputado Federal, tenho uma performance extraordinária na minha terra natal, evidentemente que uma voz daquela cidade tinha que se levantar em defesa de uma filha daquela terra, e mais ainda, como Deputado Federal, movido pelo sentimento de cidadão brasileiro, de saber exatamente o que estava acontecendo, o que aconteceu, com esse desaparecimento incompreensível desta brasileira.

E, para tomar essa decisão, Deputado Neucimar, eu me lembrei que há seis meses atrás, talvez menos, uma norte-americana desapareceu dos Estados Unidos e veio para o Brasil. Em menos de uma semana, a Polícia Federal colocou de volta nos Estados Unidos aquela desaparecida norte-americana. E eu fui lá exigir a reciprocidade. Fui lá no Consulado brasileiro em Nova Iorque, que atende toda aquela jurisdição que o nobre Deputado conhece, provavelmente esteve lá junto naquelas importantes visitas, e também de debates, para que possamos agasalhar também o sofrimento dos brasileiros que estão fora deste País e que respondem por quase quatro bilhões de dólares de divisa para este Brasil. E fui lá cobrar por que é que o Itamaraty não tinha tido ainda uma presença firme.

Antes fui aqui no Ministério das Relações Exteriores, pedir a intervenção do Itamaraty. Depois fui no Consulado, estive lá com o Cônsul-Geral, o Diplomata França Lima, estive lá com todo o aparato do Consulado Brasileiro, mas confesso, com toda a franqueza, em que pese a fidalguia de todos aqueles Diplomatas, a movimentação só se deu depois da minha presença, não tinha se deslocado ainda para a cidade de Newark, e com a representação da diplomacia lá, do Consulado Brasileiro em Nova Iorque, nós fomos à cidade no Newark, lá estive com o Capitão Bradley, da polícia local, que é, como disse no início, o Deputado tinha um compromisso, eu sei no Plenário, teve que chegar um pouquinho depois aqui, mas no início eu disse que conversei com o Capitão Bradley e com os investigadores, o John Batista, John Batista, que é um descendente de português, e o outro, um nome mais ou menos simular com o do Capitão Bradley, que também é Bradley, os dois, investigadores, juntamente com a Secretária do Consulado, e pedimos, na ocasião, eu pedi, como Parlamentar. Pedi inclusive ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores para que fizesse uma intervenção ao Itamaraty, na perspectiva de contratar um Advogado para que as investigações tivessem celeridade.

Eu vi o Deputado bradar dali, com razão, com percuência, dizendo que não é apenas a Carla que desapareceu, tem centenas de brasileiros. Mas a família tem que se movimentar, as forças vivas da sociedade têm que se movimentar, e o caso da Carla não podia ser um caso, porque a Carla não foi lá de forma ilegal, não que os que foram não tenham que ser protegidos, têm que ser sim, mas não tem sentido que aquele País não responda e que a nossa diplomacia também não responda afirmativamente e com precisão em defesa de uma brasileira. Que não consegue sequer, até agora ficam mandando memorandos “Nós entendemos que não é prioridade da diplomacia aqui do Consulado contratar um Advogado”. Em um primeiro momento disseram que sim, eu pedi um Advogado. “Olha, eu preciso de um Advogado, porque o FBI não consegue quebrar a senha do sigilo lá de um cidadão, que está no Brasil e que pode colaborar”, sem fazer nenhuma acusação, nenhum prejulgamento. Mas somente a Justiça pode quebrar, porque a polícia de Newark não pode, porque não tem competência para tal, e nem o FBI.

Então, eu pedi ao Consulado, Deputado Neucimar Fraga, pedi ao Consulado que contratasse... Sabe quanto é que arrecada? Isso é importante, porque a TV Senado está ao vivo para o Brasil inteiro. Sabe quanto é que arrecada o Consulado Brasileiro lá em Nova Iorque? Seiscentos mil dólares, por mês, com vistos

etc. O que é que custava contratar um Advogado para defender uma brasileira? Até agora não contrataram.

Movimentamos a comunidade brasileira, estive com o Presidente, levei ele junto na audiência com o Capitão, o Presidente, o Geraldo Brito, que é o Presidente da Associação de Brasileiros de Newark, uma cidade com 40 ou 50 mil brasileiros num Estado que tem 400 mil brasileiros, quem sabe um pouco mais de 40 mil, dos quais 11 mil legalizados; estive lá com um Vereador da cidade, o Vereador Amador, que representa a comunidade portuguesa, um democrata, e pedi a ele o apoio dele.

Estive com ele, e falei: “Olha, pedimos o seu apoio, pedimos aqui para o Bob Menendez, que é o Senador Estadual de New Jersey que representa ali aquela comunidade de Newark e também representa ali os brasileiros, para que desse uma intervenção lá no Congresso, no Capitólio e pedir para que o FBI fosse mais incisivo nessas investigações. Mas evidentemente que o FBI não informa nada com relação às investigações e tampouco a polícia. Só disseram que fizeram todos os trâmites, ouviram todas as pessoas que freqüentaram o Adega’s, quebraram o sigilo bancário de cartão de crédito das pessoas que pagaram as contas no Adega’s Grill, mas não chegaram a exatamente nada, e com a perspectiva de que a Carla, eles dizem claramente, Deputado Neucimar, que a Carla está viva.

Então, independente de nós termos acesso ou não ao depoimento, é importante essa vossa iniciativa, eu não sei se isso poderia ser rápido, mas nós temos condições de ouvir a Eduarda. A mãe dela, a Da. Cássia, no momento em que eu conversei com ela aqui em Brasília, me pareceu muito solícita, evidente estressada com a situação que envolve a filha, disse: “Deputado, a minha filha vai dizer tudo que tiver que falar sobre este assunto”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – E ela está no Brasil?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – E a mãe dela mora aqui, eu não tenho dúvidas que a mãe dela não vai se negar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Mas a Eduarda está no Brasil ou está nos Estados Unidos?

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Está nos Estados Unidos. Não vai se negar a dar para a Comissão o paradeiro e o telefone da Eduarda. E a CPI vai lá, a Eduarda foi também de forma legal, foram com intercâmbio, como foi a Carla, foram de forma absolutamente legal, para estudar e para trabalhar. Não tenho dúvidas, a Eduarda aqui vai ser fundamental, até para esclarecer essas contradições.

Contradições como essa, por exemplo, e eu pergunto para o Sr. Fernandes, se ele pode afirmar que a Maria Eduarda disse que a Carla saiu da Adega’s sem o casaco, naquela madrugada? Ela não falou para o Senhor isso?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Não, não.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – A Eduarda narrou lá, no posto policial, ainda corrigindo aqui o que disse anteriormente, não foi num distrito, não, foi num posto policial. Não se dá a informação de uma pessoa desaparecida num posto policial. Se vai é, no mínimo, à sede do departamento policial, para que alguém competente informe: “Olha, isso aqui é na repartição de desaparecidos”. É muito nebuloso essa história, há muitos conflitos de informação. Ela informa que saiu sem o casaco, o casaco está lá no apartamento, o FBI já detectou isso. As testemunhas informaram que ela saiu com o casaco.

Portanto, Deputado Neucimar, nós não temos que prejudicar ninguém, mas esta CPI, que eu estou inclusive agora como membro desta CPI, numa deferência especial do Líder, Deputado Wilson Santiago, do PMDB, que me colocou nessa CPI hoje, até para que eu tivesse legitimidade de fazer estes questionamentos, se a CPI tiver efetivamente o objetivo de esclarecer muitos casos, sobretudo, este, que é um caso palpitante e que está mobilizando a imprensa do Brasil, não tenho dúvidas que nós também não podemos isentar ninguém. Se não se pode, até este momento, acusar ninguém, não se pode isentar ninguém de ser, no mínimo, suspeito.

E com todo o respeito aqui, ao Sr. Fernandes, à sua idade, mas eu percebo que tem, de fato, uma vitalidade, tem uma boa aparência, parece que está aqui absolutamente confortável, preocupado apenas com a questão das expensas, o que é legítimo, a CPI vai resolver este assunto, e penso também que não se furtará de uma nova convocação, e que não se furtará, não tenho dúvidas, Sr. Fernandes, de uma acareação, de uma acareação também com a Eduarda, de uma acareação com quem quer que possa ajudar.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Frente a frente com a Eduarda.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Só um minutinho. Portanto, Deputado Neucimar Fraga, na condição de Presidente dos trabalhos, eu peço a V.Ex^ª. que entre em contato com a Da. Cássia, eu tenho o telefone dela aqui de Brasília, para que ela nos dê uma informação, não tenho dúvidas que ela não se furtará a isto, não se furtará, e se for o caso, evidentemente que para a acareação, eu não sei quais seriam aí as tratativas de natureza internacional, de

soberania etc e tal, mas, se for o caso, isso também poderia ser colhido um depoimento da Eduarda, se tiver alguma dificuldade fora deste Brasil. Não penso que seria a forma mais adequada, a forma adequada é a CPI trazer a Eduarda, às vezes eu digo Carla, trazer a Eduarda aqui, para que a Eduarda desse um depoimento, e até apostar que o Sr. Fernandes não viaje, embora tenha uma viagem marcada aí teoricamente para o dia 11 ou 12 agora, nos próximos dias, para a Newark, mas, se for o caso, não se furtará de voltar aqui para esta acareação.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Mas mandem-me o dinheiro para eu vir. (risos)

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Não tem problema. Porque eu acho que o Senhor não vai se furtar, para que possamos esclarecer.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu não tenho dinheiro, acredite.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Há muitas, repito aqui para encerrar, nobre Presidente, há muitas desinformações, há contradições curiosíssimas e há conflito de muitos dados que, na minha opinião, são relevantes e, não tenho dúvidas, que contribuirão decisivamente para sabermos onde está a Carla Vicentini.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Eu peço desculpas, posso dizer uma palavra ao Sr. Senador? Acredite nas verdades, não acredite nas mentiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputado Neucimar, eu consulto V.Ex^a. se gostaria de fazer alguma pergunta.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Eu apenas queria complementar a fala do Hermes, e também de informar ao Presidente que, na parte final do depoimento, está sendo sugerido uma acareação entre a Sra. Eduarda e o Sr. Fernandes. Nós ainda, acredito que a Comissão vai tratar juntamente com a Secretaria da Comissão a forma de fazermos essa acareação. Se é de convocarmos a Sra. Eduarda para que venha ao Brasil, o Deputado Hermes tem informações do paradeiro da família da Eduarda aqui no Brasil, e a família está solidária à Comissão, e está interessada em esclarecer essas dúvidas. Então, não haveria dificuldade da família localizar a Eduarda, e a Eduarda vir a esta Comissão, convocada para depor, para fazermos uma acareação. Ou, se não for possível a Eduarda vir ao Brasil, encontrarmos outra forma de fazermos esse depoimento, ou através da INTERPOL, ou através de uma carta precatória com o nosso Consulado lá na cidade onde ela esteja, acompanhado dos Advogados ou até de uma Subcomissão acompanhar esse caso

mais de perto, se tiver que se deslocar, para que nós possamos tratar esse caso mais próximo.

E solicitamos também a esta Comissão, Sr. Presidente, à Secretaria desta Comissão que solicite a cópia de todos os depoimentos prestados à polícia da cidade que está acompanhando o caso, para que nós tenhamos acesso às informações prestadas na polícia por todos os citados e que estão colaborando e que são suspeitos desse caso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Senador Edison Lobão, só para V.Ex^a., que é membro desta Comissão, ficar a par dos acontecimentos, nós fomos procurados pela mãe de uma brasileira que sumiu nos Estados Unidos há 60 dias. Essa Senhora chama-se Tânia Vicentini. E a Carla Vicentini residia no apartamento do Sr. José Madeira Martins Fernandes, que é francês, mas foi criado em Portugal, e viveu muito tempo nos Estados Unidos e aqui no Brasil, e que ela nos solicitou de que ele viesse prestar depoimento a esta Comissão no sentido de esclarecer fatos, foi o último a estar com ela, morava no apartamento dele. E esta Comissão, então, se reuniu hoje para tomar esse depoimento, para fazer essa oitiva.

É um fato dramático, uma moça, 20 anos, ou 22 anos, que foi para os Estados Unidos sob os auspícios de uma dessas empresas que fazem intercâmbio de estudantes, mas que deixou a cidade de Denver (1:59:53), para onde tinha ido, e foi morar na casa ou no apartamento do Sr. José Madeira Martins Fernandes, em Newark, na província de New Jersey. Ali em 10 dias ela desapareceu e já está desaparecida há alguns meses. A família está desesperada, o FBI está encarregado do caso nos Estados Unidos, aliás, o FBI acompanha o caso aqui, lá é a polícia do Estado de New Jersey... e o FBI também? E aqui o inspetor do FBI já veio, já esteve em contato com essa Comissão.

Acredito que as perguntas todas já foram feitas, eu gostaria de saber do Deputado Hermes Parcianello que acompanhou bem o caso e que esteve, inclusive, nos Estados Unidos, porque a Tânia é da sua cidade natal. Então o Deputado, em solidariedade à família, esteve nos Estados Unidos junto ao nosso Consulado, a Representação Brasileira, Consulado, mais próxima e também junto à polícia e ele hoje então procurou conduzir essa oitiva até o meu pedido no sentido de ser o Parlamentar entre nós da Comissão que mais está a par dos fatos e acontecimentos.

E eu pergunto a V.Ex^a. se há ainda algum esclarecimento a ser feito. Se tem, V.Ex^a. está com a palavra.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PARA) – Já para encerrar, nobre Senador Marcelo

Crivella, nós fizemos vários questionamentos ao Sr. Fernandes, outros Parlamentares também o fizeram e restou disso muitas interrogações, muitas dúvidas, nós estamos tendo um cuidado rigoroso para não cometer nenhum tipo de prejulgamento. O Sr. Fernandes está aqui como testemunha para ajudar, porque ele, juntamente com a Eduarda, foram as duas últimas pessoas que tiveram notícias ou contato com a Carla.

Rapidamente para tentar uma resenha daquilo que foi debatido já nessas quase 2 horas de CPI, eu posso informar, nobre Presidente, de que uma acareação é inevitável, entre o Sr. Fernandes e a Maria Eduarda. Há muitos pontos de divergências, conflitos de informações, contradições. Há uma informação nova que o Sr. Fernandes trouxe aqui que se refere à chegada da Carla na cidade de Newark vindo de Dover, com dois cidadãos, não sei se com expressão verbal hispânica ou com expressão facial hispânica, depois a gente pode pegar mais dados com Sr. Fernandes, pessoas desconhecidas, um subiu as escadas do pequeno sobradinho levando a mala de Eduarda e já vinham com o endereço do trabalho. Tanto a Carla, que não chegou naquele momento, chegou três dias depois, mas no dia anterior à chegada da Carla, a Carla e a Eduarda estiveram em Newark com Sr. Fernandes já com os endereços dos estabelecimentos onde iriam trabalhar. E o Sr. Fernandes narrou aqui que não havia recomendado o Adega's Grill justamente para onde foi a Eduarda, e recomendou para a Carla o Mediterrâneo que são de amigos deles, e portanto foi, era um ambiente, a ótica dele, muito mais respeitosa e ele insiste em dizer que o Adega's Grill não é. E ele conhece bem, afinal de contas mora lá há 42 anos.

Há uma informação relevante que em nenhum momento o Sr. Fernandes deu para todos os seus interlocutores, seja em forma de interrogatório não sei se isso chegou a acontecer, mas em forma de colhida de depoimento ou na conversa que o Dr. Daniel Clegg teve com ele, esteve lá Goioerê, e teve essa conversa com o Sr. Fernandes.

Ele na disse nem para o FBI, não disse para nenhum Jornalista, não disse para ninguém, porque essa notícia não chegou para nós. E chega notícia de toda a espécie, inclusive uma aqui, fazendo um adendo rapidamente, uma aqui sobre a Advogada, que eu peço ao nobre Senador Marcelo Crivella que a convide para estar presente ou que seja ouvida por esta, por alguns membros dessa CPI. Talvez refletir se é o caso de convidar esta Advogada de Goioerê por nome de Rosângela Jordana que passou uma informação, e nós temos que como Parlamentar, em primeiro momento preservar a fonte, porque isto foi garantido, passou uma informação, e com todo o respeito que eu tenho aqui

pelo Sr. Fernandes, essa informação foi passado por pessoa qualificadíssima, se reportando, o Senhor já fez a defesa a Drª. Rosângela aqui, eu quero registrar isso. A Drª. Rosângela narrou hoje, pessoa qualificadíssima, que o Senhor sabe quem está com a Carla. Estou tendo a cautela de dizer que esta informação chegou a mim por uma pessoa qualificada se referindo a Drª. Rosângela Jordana, que eu não conheço, e essa Advogada terá que ser ouvida e possivelmente Senador Crivella, quem sabe até autorizado, e penso que conseguirei autorização, penso com a pessoa que nos passou esta informação.

Mas eu dizia que o fato, para encerrar, de um fato intrigante e relevante, que foi os telefonemas que o Sr. Fernandes recebeu no dia seguinte ao desaparecimento da Carla. No celular dele a chamada era não identificada, e ele reafirmou isto aqui, eu questionei e ele reafirmou que de fato recebeu várias ligações, chamada não identificadas e ele ouvia gritos de uma mulher.

Isto sendo verdadeiro, espero que seja, acredito piamente no Sr. Fernandes, não tem como as companhias telefônicas, o FBI, a investigação norte-americana ou até a própria CPI, Senador Crivella, também nesse caso a proposta do Deputado Neucimar Fraga seja percutiente de que alguns membros dessa CPI volte agora com caráter de uma CPI lá nos Estados Unidos, para saber quais e de onde partiu os telefonemas para o celular do Sr. Fernandes aonde ele ouviu os gritos.

Eu acho que a iniciativa da CPI foi extraordinariamente importante, ela começa agora a vislumbrar um cenário aonde eu, com toda a franqueza, Senador Marcelo Crivella, com toda a franqueza vislumbro que estamos próximos de pegar a pista mais importante para localizarmos aonde está a brasileira Carla Vicentini.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Talvez esse seja realmente um grande acontecimento que possamos de alguma forma ajudar a estancar a dor dessa família, para todos os brasileiros que nos assistem é uma missão dessa CPI garantir que haja direito e cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, para todos os que têm filhos no exterior, ou filhas no exterior, essa comunidade de quase três milhões de brasileiros vivendo lá fora que possamos de alguma forma deixar bem claro que aonde tiver um brasileiro, desaparecido, seqüestrado, Deus queira que não, mas até morto, por trás, por mais humilde que seja essa pessoa, haverá um Congresso, uma Nação, um povo, um Governo, uma polícia que irá buscar justiça até as últimas instâncias.

Senador Lobão, Deputado, V.Ex^a. gostaria de fazer uso da palavra? Com a palavra V.Ex^a..

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Marcelo Crivella, eu desde logo quero louvar V.Ex^a. e todos os membros titulares dessa Comissão Mista de Inquérito pela disposição que tem demonstrado no sentido de investigar e apurar mazelas que ocorrem vitimando muitas vezes brasileiros que se encontram no exterior. Eu sei que essa não é a Comissão de Inquérito tendente a garantir popularidade aos seus titulares. Essa é uma Comissão que significa em última análise a solidariedade humana que tem os seus membros para com estes brasileiros, mais de três milhões que se encontram lá fora.

Senador Crivella, desde o começo do mandato de V.Ex^a. eu o vejo envolvido neste problema. Quantas e quantas foram já as suas viagens ao exterior, revestidas de sofrimento, um frio terrível muitas vezes, visitando prisões americanas onde se encontram brasileiros, para levar uma palavra de solidariedade a esses irmãos nossos que lá se encontram, desvalidos, desassistidos, desamparados, desfavorecidos. Mas é um brasileiro que ali chega com a sua mão amiga e até o seu celular, para que este brasileiro, impossibilitado de contatar com sua família no Brasil, faça aquele contato.

Eu lamento o que está acontecendo com essa Senhora neste momento. Mas tenho a convicção de que com a ajuda de Deus em primeiro lugar, as investigações policiais que se realizam, a atenção que a Comissão tem para com esta Senhora, e os depoimentos que estão sendo obtidos aqui nesta CPI, CPMI nós possamos chegar a uma conclusão favorável. O Deputado Hermes seguramente tem a sua participação evidente neste episódio no sentido de ajudar a esclarecer.

Mas quero deixar aqui a minha palavra final no sentido de que a ação que está tendo esta CPMI que foi integrada inicialmente também pelo Ministro Hélio Costa, que como V.Ex^a. esteve no exterior várias vezes. Esta CPMI haverá de ter um conclusão favorável, benfazeja aos brasileiros tão necessitados deste amparo aos que se encontram lá fora.

Por estarem lá nos Estados Unidos e espalhados por todas as latitudes da Terra, eles não são menos brasileiros. Eles são tão brasileiros quanto nós. Apenas muitas vezes tangido do Brasil pelas dificuldades aqui e estimulado pela esperança de obter lá no exterior uma acolhida melhor, eles acabam mergulhando num oceano de sofrimentos e de angústias, não apenas para eles, mas também para as suas famílias. Oxalá, possamos ter uma conclusão feliz para este caso latente e para todos os outros.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado. As palavras de V.Ex^a. são estimulantes. É bom lembrar que nesse mundo globalizado às vezes a gente dá mais espaço aos noticiários, por exemplo, aos interesses de uma companhia, o caso agora da PETROBRAS que luta pelo seu direito ter o gás da Bolívia e os seus investimentos serem retornados com lucro, e muitas vezes esses três milhões de brasileiros, como mais de um milhão hoje nos Estados Unidos que estão de maneira ilegal, não conseguem mobilizar a opinião pública tanto quanto os interesses da nossa maior companhia estatal.

Agora, é bom lembrar que essa Comissão, como disse V.Ex^a., presta um trabalho relevante. Porque até abril do ano passado nós tínhamos quase 12 mil brasileiros já presos nos Estados Unidos. Até o final do ano foram 35 mil. Mas com todos os esforços e aliás, no segundo semestre do ano passado, da Polícia Federal, dessa Comissão, dos acordos internacionais, da mídia pequena, mas a que podemos contar. Esse ano, até a data de hoje, nós estamos no princípio de maio, nem 100 brasileiros foram presos nos Estados Unidos. O número caiu em mais de 10 mil.

Deputado Neucimar Fraga, V.Ex^a. que tem nos acompanhado nessas viagens internacionais, participado ativamente dessa Comissão, com a palavra V.Ex^a..

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Eu queria fazer a última pergunta ao Sr. Fernandes. Sr. Fernandes que veio a essa Comissão, Sr. Senador, convidado para esclarecer, nos ajudar.

Antes da Carla e da Eduarda o Senhor já hospedou outras pessoas no seu apartamento, principalmente mulheres?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES

– Nunca.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)

– Nunca? Essa pergunta é importante.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Com a palavra V.Ex^a..

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)

– Senador Crivella, chego já pela segunda vez a essa Comissão na condição de Deputado Federal, mas em outras oportunidades como Assessor Especial da Presidência da República, tive aqui, sou testemunha do carinho, do trabalho, da sua ação com relação a esta CPI. Essa CPI que nos mexe com a alma, que nos mexe com a sensibilidade do coração e eu quero aqui de público homenagear todos vocês. Ao Senador Crivella, a este gigante, amigo que preside essa Comissão, quero também no mesmo tom e na mesma

intensidade dizer a esse Hermes, companheiro, amigo, Deputado, brilhante e também não seria diferente, ao nosso Deputado Neucimar e ao Senador, meu conterrâneo, amigo e querido amigo Senador Edison Lobão, por este gesto, por essa forma brilhante, gostosa, de se doar à causa pública.

Isso mexe conosco, Senador Crivella, porque o Senhor sabe que é o sentimento da irmandade. É o sentimento que nós temos de amparar aquilo que é nosso, o ser humano.

Portanto eu quero aqui homenagear, em nome também do PMDB que sou Vice-Líder, eu quero homenagear todos os Senhores que fazem parte desse grande trabalho, um trabalho fantástico que deve ser aplaudido pelo Brasil. Porque às vezes eu tenho visto que o Senhor se desloca daqui, para ali, para acolá. Assim também não gostaria de deixar de lembrar aqui uma pessoa que logo no primeiro momento se irmanou com o Senador Crivella e que saiu pelo mundo, o nosso querido Ministro Hélio, Hélio Costa. E que eu quero mais uma vez, redundantemente, dizer meus parabéns a todos, e quero dizer ao Sr. José Madeira Martins: ajude a esclarecer o paradeiro dessas pessoas. O Senhor tem daqui a pouco uma prestação, não é com os homens, o Senhor tem uma prestação com Deus, e eu quero dizer, quero aqui apelar ao seu sentimento como pai, como homem, já idoso, que está num final de uma vida.

É verdade, porque nós não podemos aqui brincar com esses sentimentos. Que e o Senhor procure ajudar a que nós ajudemos esta família e esta pessoa que está desaparecida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Antes de encerrarmos essa oitiva, eu gostaria de saber se alguns dos presentes gostaria de acrescentar alguma coisa.

Sr. José Fernandes, V.S^a. gostaria de acrescentar ao depoimento, as respostas todas que o Senhor que já deu a esta Comissão, alguma outra declaração que tenha ficado faltando para o esclarecimento, para que possamos saber aonde está a Carla Vicentini?

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Digo, sinceramente, de todo o meu coração, não sei e, se souber alguma coisa, que venham para lá alguma coisa, se eu soubesse alguma coisa, eu mencionava. Mas, se eu apanhar alguma coisa nos ouvidos, porque eu vou para os Estados Unidos, eu estarei um amigo da Comissão, porque eu penso que vai se descobrir, e a Comissão depois vai me pedir desculpas por tudo, todas as pessoas vão me pedir desculpas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não. Muito agradecido pelo vosso depoimento.

Antes de nós concluirmos a Sessão eu gostaria de colocar em votação um único Requerimento, que eu passo a ler aos Srs. membros desta Comissão.

“Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal e do art. 2º da Lei 1.579, de 2 de março de 1952, transferência para essa CPMI dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Gentil Mata da Cruz, brasileiro, filho de Ana Maria de Jesus, nascido em 8 de fevereiro de 1950, residente na Avenida JK, no Bairro de Santa Risa(F), Governador Valadares. De modo a obtermos as seguintes informações relativas ao período de 1º de junho de 2001 a 4 de maio de 2006. Dados bancários, lista dos números de todas as contas-correntes e de poupança, com os respectivos nomes e números de agência e Banco, cópia legíveis das fichas de abertura de contas e aplicações financeiras, assim como eventuais alterações posteriores, cópias legíveis dos cartões de assinatura, cópias legíveis dos extratos bancários de todas as contas, aplicações financeiras, cópias legíveis dos comprovantes de operação de câmbio e de transferências internacionais, cópias legíveis de todos os documentos, cheques, guias de retirada, depósito, DOCs, ordem de pagamento, comprovantes de transferência eletrônica, TEDs, formulários de controle de transações em espécie ou documentos equivalentes, cheques administrativos, títulos quitados, faturas de cartão de crédito entre outros, que tiverem dado suporte a lançamentos a crédito ou a débito nas contas-correntes identificadas, de valor igual ou superior a mil reais. Complementarmente, seja solicitado ao BANCO CENTRAL DO BRASIL que faça a circulação do presente Requerimento junto ao Sistema Financeiro Nacional e que se faça constar do comunicado expressamente prazo imprerível de 15 dias para o seu atendimento, prazo ao qual se sujeita o próprio BANCO CENTRAL. Sejam encaminhadas as cópias supracitadas também em meio magnético no formato TXT ou XLS, cópia das Declarações de Imposto de Renda em nome de Gentil Mata da Cruz. Aos dados fiscais, as Declarações de Imposto de Renda, seja solicitada a abertura pela Receita Federal, de mandado de procedimento fiscal, cujos resultados mediante relatórios analíticos podem contribuir para a comprovação ou esclarecimento de fatos sob investigação desta CPMI. Seja determinado ainda prazo imprerível de 15 dias para atendimento, assim como sejam encaminhadas cópias dos supracitados também em meio magnético nos formatos como citados anteriormente. Quanto aos dados telefônicos, lista de todos os números de aparelhos telefônicos, fixos ou celulares,

registrados em nome de Gentil Mata da Cruz, com a identificação da respectiva operadora, espécie de contrato, data de início de sua vigência e, eventualmente, do término. Quanto aos números acima identificados, registro de todas as ligações, efetuadas e recebidas, com discriminação de origem e destino, data, horário e duração. Complementarmente, seja solicitado à Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que faça a circulação do presente Requerimento junto às operadoras de telefonia fixa e móvel, fazendo constar do comunicado, expressamente, prazo impreritável de 15 dias para atendimento deste requerimento. Sejam encaminhados os registros supracitados também em meio magnético nos formatos descritos acima. Requer, finalmente, seja requisitado às Juntas Comerciais as cópias legíveis de todos os contratos sociais e registros comerciais de Pessoas Jurídicas em que o nome de Gentil Mata da Cruz aparece, seja como proprietário, sócio, representante, preposto, procurador, assim como, as alterações posteriores feitas nos referidos contratos, dentro do período de 1º de junho de 2001 a 4 de maio de 2006”.

Eu não vou ler toda a justificativa desse Requerimento, porque já é do conhecimento dos membros desta Comissão, mas trata-se daquele que foi, depois das identificações feitas pela Polícia Federal e dos depoimentos colhidos aqui por várias testemunhas, considerado como o brasileiro que, na região do Vale do Rio Doce, teria enviado o maior número de brasileiros ilegais para o exterior neste período, amealhando, com isso, grande riqueza pessoal. Ele foi convidado a prestar depoimento nesta Comissão, se evadiu, comprou uma passagem, juntamente com seu filho, e foi para o exterior, onde está, negando-se, portanto, a prestar depoimento.

Antes de tomarmos medida mais contundente, colocamos em votação esse Requerimento para que, através da quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário, possamos juntar provas. E aí, sim, tomarmos uma medida mais contundente quanto a isso.

Para discussão. Com a palavra V.Exª..

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu pergunto a V.Exª., quem é o autor do requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É o Deputado Geraldo Thadeu.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – V.Exª. já o examinou, e está pessoalmente de acordo com o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pessoalmente, estou de acordo, mas esse requerimento só terá validade se for aprovado pelo Plenário desta Comissão. A verdade é que nós tentamos trazer aqui esse Senhor, que hoje é dono de

uma vasta rede de postos de gasolina, de comércio, e que a Polícia Federal também, em investigações feitas ao longo desses anos, identifica como sendo uma pessoa que poderá prestar esclarecimentos importantíssimos a esse tráfico de brasileiros para o exterior, em conjunto aprovamos um Requerimento para ouvi-lo, no entanto, ele, como eu disse, se evadiu.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu creio, Senador Crivella, que este é um dos casos em que se justificam perfeitamente a proposta de suspensão do sigilo bancário. Eu faço essa intervenção, porque não tenho muito boa vontade com quebra de sigilo bancário. É uma coisa que se tem feito de maneira descuidada no Congresso Nacional, através das Comissões Parlamentares de Inquérito. Mas, este caso, a meu ver, realmente se justifica. Eu estou de acordo.

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Questão de ordem, Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não, com a palavra, V.Exª..

DEPUTADO HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR) – Com relação ao nosso convidado, Sr. Fernandes, para prosseguir no mérito do Requerimento, pediria a V.Exª., se fosse possível, então, dispensá-lo, eles têm um problema também material, de deslocamento, aí precisava que o Senhor autorizasse a Secretaria da CPI para verificar os dispêndios de deslocamento, eu acho que a Secretaria poderia cuidar, daí eles estão dispensados e a gente prossegue com a discussão do Requerimento.

...Cópias da declaração da Srª. Tânia Vicentini, e também do ocorrido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Faremos isso. Muito obrigado pela participação de ambos.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Muito obrigado a todos. E qualquer coisa que eu... Minha maior alegria era vê-la viva, para entregá-la ao pai. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pronto. Acreditamos nisso.

SR. JOSÉ MADEIRA MARTINS FERNANDES – Agradeço a todos os presentes. Que era a maior alegria que eu tinha era vê-la viva e entregá-la ao pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, mais uma vez, pelo depoimento de V.Sª..

Deputado Neucimar Fraga.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) – Estou de acordo com o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Portanto, o Requerimento fica

aprovado e é encaminhado à Secretaria da Comissão, para os procedimentos.

Se não há mais nada a deliberarmos, dou por encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 13h29.)

Ata da 16ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2006.

Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e seis, às onze horas e quarenta minutos na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella e com as presenças do Senador Valdir Raupp, Romeu Tuma e dos Deputados João Hermes Parciannelo, Doutor Heleno, Geraldo Thadeu, Neucimar Fraga, André Costa e Leonardo Monteiro, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. O Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, informa que a pauta da presente reunião se destina à discussão de criação de uma sub-relatoria para investigar o desaparecimento da brasileira Carla Vincentini. Por falta de número regimental, a reunião é encerrada às doze horas e dez minutos. E, para constar, eu, Izaías Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

Ata da 17ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2006.

Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e seis, às onze horas e cinquenta e quatro minutos, na Sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e dos Deputados João Magno, Takayama, Leonardo Monteiro, André Costa, Nelcimar Fraga, Geraldo Thadeu, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo o número regimental, o Senhor Presidente, Senador

Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 17ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à leitura e à discussão do Relatório Final da CPMI da Emigração Ilegal. Presidente, Senador Marcelo Crivella, passa a palavra ao Relator, Deputado João Magno, para proceder à leitura do Relatório Final. Após a leitura do Relatório e comentários do Deputado Magno, a Presidência concede a palavra aos seguintes parlamentares: Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Azeredo, Deputado Geraldo Thadeu e Deputado André Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e quarenta e seis minutos e, para constar, eu, **Izaías Faria de Abreu**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental, sob a graça de Deus, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2/2005 do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a Emigração Ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros Países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. A pauta desta 17ª Reunião destina-se a leitura e discussão do Relatório Final da CPMI da Emigração Ilegal.

E antes de conceder a palavra ao nobre Deputado João Magno, Relator desta Comissão, para que proceda a leitura, eu gostaria de lembrar de dois versículos bíblicos, escritos por Moisés, no Êxodo, capítulo 12, versículo 39 e o outro de Levítico, capítulo 19, versículo 33, que diz o seguinte: “A mesma lei haja para o natural e o estrangeiro que peregrinar entre vós”. Quatro mil anos atrás. Em Levítico: “Se o estrangeiro peregrinar na vossa terra, não o oprimireis, como o natural entre vós será o estrangeiro que peregrina convosco; Amá-lo-ei como a vós mesmos, pois fostes estrangeiros na terra do Egito”. A verdade é que o êxodo do hebreu ficou como um arquétipo de todos os movimentos migratórios, inclusive esse, sejam motivados por necessidades econômicas, vendido pelos irmãos, como foi o caso de José e dos 20 milhões de escravos que foram vendidos por seus irmãos da África para cá, ou perseguições políticas, porque cresceram muito no Egito e o Faraó passou a oprimi-los, de tal maneira que esses versículos cabem bem ou a volta, a saída deles em busca da terra prometida, e muitos brasileiros também saíram do Brasil em busca da terra prometida. De tal maneira que esses versículos aqui citados pela nossa

Assessoria são realmente uma representação perfeita desse arquétipo que é o êxodo dos hebreus em busca da terra prometida.

Dito isso, concedo a palavra ao nobre Deputado João Magno, Relator desta Comissão, para que proceda a leitura do nosso Relatório. Com a palavra V.Ex^a.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sr. Presidente desta CPMI, Senador Marcelo Crivella, Srs. Parlamentares aqui presentes, também membros desta CPMI, quero saudar também aqui o Sr. Cônsul do Brasil no Paraguai, Antônio Fernando Cruz, que prontamente, na diligência que fizemos naquele País, trouxe boa contribuição, acompanhado também de uma das principais lideranças dos brasileiros no Paraguai, Sr. Willy Ludeke, saúdo também o representante das comunidades brasileiras no Japão, a liderança do Hélio Matsuoka, que também acompanhou essa nossa comitiva em diligência ao Japão.

Sr. Presidente, nós estamos chegando à conclusão de um trabalho feito, trabalho árduo, durante onze meses, com o objetivo de apurar crimes, delitos cometidos contra brasileiros no exterior, uma CPMI instalada neste Congresso Nacional, mas também com um outro objetivo ainda mais importante, que é trabalhar pela cidadania dos brasileiros no exterior. E o saldo deste trabalho, após um volume interessante de atividades, várias diligências feitas aqui no nosso País, várias Audiências Públicas realizadas aqui nesta Comissão, aqui no Senado, também audiências feitas em cidades como Governador Valadares, Poços de Caldas, Criciúma, São Paulo com a comunidade dos *dekasseguis*.

Nós fizemos outro trabalho de tamanha importância no exterior, diligências realizadas nos Estados Unidos, com Comissões se destacando, com um apoio de uma presença incansável de todos os Parlamentares que compõem aqui, no preâmbulo deste nosso Relatório, eles estão nominados participantes ativos desta CPI, tanto os Deputados, como os Senadores.

Diligências que fizemos na Europa, especialmente na Inglaterra, em Portugal, Espanha, diligência feita no Japão, tratando de problemas muito importantes e emergentes das comunidades brasileiras no exterior. Também a derradeira diligência feita, no Paraguai, onde o Brasil também tem uma outra feição do trabalho migratório, que é preocupante.

Nós trazemos para este Congresso, neste dia, um Relatório. Um Relatório, que nós consideramos fruto de um esforço conjunto destas duas Casas, mas também, não fosse um trabalho muito dedicado, um trabalho, digo assim, posso dizer que sacerdotal dos Consultores desta Casa, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, nós não teríamos o êxito que estamos

tendo em apresentar um Relatório hoje, evidentemente com algumas lacunas, com imperfeições próprias de qualquer atividade humana. Mas, com um espírito de darmos o melhor que podíamos e o que podemos, para o Brasil encarar esse processo da emigração de uma forma atualizada, de uma forma que possa priorizar de fato o tema migratório com a força e com a presença que ele merece, tanto neste Parlamento, quando nós vamos apontar a continuidade desse trabalho, a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização por parte do Congresso Nacional com a proposta da realização da Frente Parlamentar Cidadania sem Fronteira, que será lançado hoje, às 15h, lá no Plenário da Comissão de Relações Exteriores, com a presença de debatedores das várias comunidades brasileiras no exterior e de pessoas que também estão debruçando sobre esse tema já há vários anos, acadêmicos.

Além desse trabalho da Frente Cidadania sem Fronteiras, nós queremos citar também os Assessores dos nossos gabinetes que, além da carga, da sobrecarga natural que existe dos nossos mandatos, se debruçaram, dando uma atenção muito distinta a esse trabalho de onze meses.

Portanto, eu vou dar início, então, à leitura do Relatório. Na verdade, Sr. Presidente, eu preparei um roteiro, porque não seria da nossa parte até mesmo produtivo fazer a leitura de 560 páginas de um Relatório deste aqui, uma vez que, às 15h, nós temos a abertura... 555 páginas, 556, nós temos a abertura da Frente Brasil Cidadania sem Fronteiras, e o que vale, dentro desse Relatório nós temos anexos, nós temos muitos documentos, provas que naturalmente são subsídios essenciais para todos os Parlamentares que, certamente, vão fazer um estudo mais minucioso desse nosso trabalho. E a idéia hoje, Sr. Presidente, Marcelo Crivella, é fazermos apenas a leitura do Relatório, a apresentação do Relatório, que os Srs. Parlamentares, os Deputados e Senadores, levem para casa e dediquem esse final de semana a uma leitura mais precisa de tudo que está aqui. Isso é fruto de um trabalho que nós fizemos, isso não é um trabalho só do Presidente e do Relator, é um trabalho de nós todos, portanto, merece essa atenção dos Srs. Parlamentares, para que, na próxima quarta-feira, nós venhamos votar, debater este Relatório, e votar este Relatório. Portanto, após a leitura do Relatório, eu estou propondo aos Srs. Parlamentares que não façam a interrupção da leitura e que, logo após a leitura, V.Ex^a. possa abrir para cada Parlamentar fazer uma consideração do que percebeu do Relatório, para a gente abrir o debate na próxima quarta-feira e fazer a votação na próxima quarta-feira. Então, esse é o propósito que eu estou trazendo aqui,

para organizarmos o nosso debate. Então, no assunto propriamente dito.

O presente Relatório Final reflete o resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2/2005 para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a Emigração Ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros Países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Esta Comissão, que passou a ser conhecida pelo nome de “CPMI da Emigração Ilegal”, realizou, ao longo de cerca de um ano, audiências, entrevistas, missões no Brasil e ao exterior e reuniões com base nas quais coligiu os dados e informações que conduziram as conclusões aqui expostas.

Nada disso seria possível, contudo, sem o comprometimento dos Parlamentares e de todos que, de diversas formas, contribuíram para o êxito dos trabalhos desta Comissão.

Assim, é com satisfação que agradecemos, inicialmente, aos nobres pares que compuseram esta CPMI, e que desdobraram em reuniões, audiências e investigações, mencionando, em especial, o Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, pela postura firme e cooperativa mantida em todo o tempo do trabalho e pela postura confiável que V.Ex^a. também dedicou a este Relator. Eu também aqui quero trazer meus agradecimentos ao Presidente do Senado, do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, e também ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que também demonstraram alta confiabilidade aos nossos trabalhos, não impedindo que fizéssemos nenhuma diligência no exterior e nem no Brasil. Agradecemos também a todos os servidores e servidoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que deram suporte às atividades da CPMI, bem como, aos funcionários da Polícia Federal e do Banco Central, que auxiliaram nas atividades da Comissão. Importante ainda, registrar o apoio recebido do Ministério das Relações Exteriores. Cumprimos, especialmente, todos os que ajudaram no trabalho da CPMI em seus deslocamentos no Brasil e no exterior. Em particular, somos gratos aos muitos brasileiros que compareceram às audiências da Comissão para contribuir e prestar informações sobre a condição de saída e a vida dos emigrantes em seus locais de moradia no exterior. É com muita honra e satisfação, portanto, que submetemos a apreciação da sociedade brasileira o presente Relatório. Antes, porém, não poderíamos deixar de agradecer, de maneira especial, ao Presidente da Câmara, como já fiz, e do Senado.

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que a leitura e o comentário das partes específicas do Re-

latório não farão justiça ao texto final, um robusto documento, que certamente entrará para a história deste Parlamento. Espero que, ao final desta breve exposição, V.Ex^a.s. sintam-se estimulados a dar uma contribuição para um debate importantíssimo para o Brasil sobre a emigração de brasileiros para o exterior.

Devo frisar que esta CPMI foi muito além da análise dos aspectos meramente penais, dos problemas como o seu nome, CPMI da Emigração Ilegal, sugere. É bem da verdade que a investigação dos “coiotes”, agenciadores inescrupulosos, que agem de má-fé para incitar a emigração de brasileiros em situação irregular, foi importantíssimo fio condutor dos trabalhos.

Porém, V.Ex^a.s. terão a oportunidade de ler que o Relatório preocupou-se também com o fenômeno da emigração em seus aspectos políticos, a questão da representatividade política das comunidades de brasileiros; Econômicos: as remessas financeiras de brasileiros emigrados para familiares no Brasil têm importância fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos. O BID também, com números que chegam a 6,4 bilhões de dólares ao ano e sociais, a questão previdenciária, os problemas de registro civil, de filhos brasileiros nascidos em Países fronteiriços e outros. Destacando aqui a questão do Paraguai, nós fizemos um Projeto de Lei já visando a dar uma atenção mais direta àquelas demandas.

Procuramos entender o deslocamento de pessoas como fenômeno global, do qual o Brasil é parte. Para V.Ex^a.s. terem uma idéia, o estudo da ONU estima em 190 milhões o número de pessoas que vivem fora de seus Países de origem, em virtude de guerras, de perseguição política ou por razões econômicas. Isto equivale à população de um Brasil inteiro. A população de emigrados brasileiros, segundo várias estimativas, inclusive do Itamaraty, chega a três milhões de pessoas. Esta população é maior ou igual à de, pelo menos, 12 Unidades da Federação, segundo a Síntese de Indicadores Sociais índice de indicadores sociais de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, isso equivale, aproximadamente, à população do Piauí, do Rio Grande do Norte, Alagoas e até Mato Grosso, todos oscilando entre 2,7 e 2,9 milhões de habitantes.

Problema de tal magnitude demanda soluções compartilhadas, multidisciplinares, interministeriais, pautadas por uma ótica e por uma ética de cooperação e de respeito aos direitos da cidadania.

É por esses motivos que os trabalhos da CPMI tem forte papel prepositivo, no sentido de chamar a atenção do Congresso Nacional, do poder público e da sociedade civil para uma nova realidade, presente no Brasil e no mundo de forma muito clara. É por esses

motivos que julgamos imprescindível a Mesa redonda de logo, mais precisamente às 15h, que lançará a Frente Parlamentar intitulada Cidadania sem Fronteira, continuar a conferir visibilidade e espaço político ao cidadão brasileiro emigrante no Congresso Nacional.

No presente Relatório, são apresentadas tanto a síntese dos trabalhos da CPMI, as Audiências Públicas realizadas, o requerimentos aprovados, os depoimentos, quanto os textos produzidos pela própria Comissão, entre eles, a conclusão alcançada ao final dos trabalhos.

O capítulo I é a introdução, seguida pelo capítulo II, no qual fazemos o mapeamento dos aspectos que envolvem a constituição das comunidades brasileiras no exterior. O capítulo começa, aliás, com interessante citação de João Ubaldo Ribeiro, conhecido Escritor brasileiro que trata da problemática nacional sob vários aspectos, aspectos políticos, aspectos sociais, aspectos sociológicos, enfim. Começa João Ubaldo: “Agora são dezenas de comunidades em vários pontos dos Estados Unidos, inclusive em Fort Lauderdale, é uma sensação estranha, pelo menos para um brasileiro de minha geração, isso não ocorria, não entrava na cabeça de quase ninguém, abandonar de vez o Brasil e ir viver numa terra estrangeira, muitas vezes enfrentando dificuldades infernais. Agora, não. Agora, com uma certa melancolia eu me levanto no auditório da premiação, na hora em que um coral começa a cantar o Hino Nacional, assisto a número de canto e dança brasileiros, vejo a força que eles fazem para não perderem de vez o seu País, para orgulhar-se dele de alguma forma, por pequena ou modesta que seja”. Então, aqui fecha a parte de João Ubaldo. Vale a pena darmos uma leitura rápida do Item 2, explicando o caráter recente da emigração no Brasil, “Caminhos e Descaminhos da Emigração”.

Então, capítulo 3, por sua vez, analisa o conjunto de normas internacionais relativas à questão do emigrante. Então, vamos localizar o 2.1. Por favor, Fabiano.

O estranhamento revelado. “Emigração no Brasil, um Fenômeno Recente”. Está aí, para quem quer acompanhar, na página 20. O estranhamento revelado por João Ubaldo Ribeiro, em sua crônica, espelha o fato de que a existência de comunidade tão grande de brasileiros vivendo em outros Países é algo relativamente novo e pouco conhecido da nossa população. O movimento emigratório contínuo de brasileiros para o exterior teve início na década de 1980, marcada por profunda recessão econômica e generalizada, sentimento de falta de oportunidades no Brasil. Somente entre 1985 e 1987, cerca de 1,25 milhão de brasileiros teriam deixado o País sem retorno, uma evasão

de quase 1% da população. Não existem dados precisos sobre o número de brasileiros no exterior, mas trabalha-se com a estimativa de que haja cerca de três milhões de cidadãos nacionais espalhados pelos diversos continentes.

Como bem resume Tereza Sales, as emigrações recentes de brasileiros para os Estados Unidos e Japão, Portugal, Itália e até para o Paraguai, são o retrato de um Brasil que se, na passagem do século passado e primeiras décadas do atual, recebia emigrantes que para cá trouxeram o seu legado de técnica e cultura agora, na passagem para um novo século, começa a exportar o que há de melhor em seu território, que é a sua própria população, mulheres e homens, jovens, nos quais o nosso, embora precário, *Welfare State* investiu em educação e saúde e que no momento mais preciso de suas vidas vão realizar à luz um trabalho geralmente aquém de sua qualificação profissional.

Na segunda metade da década 1980 e no início nos anos de 1990, a crise econômica e a inflação alta, a desilusão dos que esperavam um novo País na redemocratização e a falta de perspectivas no Brasil tornaram a opção de emigrar um caminho desejável para milhões de brasileiros. A grande maioria saiu do País com a expectativa de voltar depois de juntar dinheiro trabalhando no exterior e recomeçar a vida em melhores condições econômicas e sociais em suas cidades de origem. Essas são, geralmente, as estratégias familiares de melhorias das condições de vida, como a busca de ascensão social via emigrações internacionais, tendo como pano de fundo as redes sociais que, por sua vez, conectam-se também às causas estruturais.

O movimento emigratório brasileiro para os Estados Unidos e Europa surgiu e ganhou relevância sem que houvesse incentivo direto dos Governos dos Países receptores. Os Países desenvolvidos constituíram mercados de trabalho atraentes pelas possibilidades de emprego relativamente fácil em setores rejeitados por sua população, ou seja, serviços pesados, de baixa qualificação, geralmente, na prestação de serviços de limpeza, cozinha, restaurantes e outros.

O movimento emigratório para o Paraguai é anterior a esse período, tendo se iniciado na década de 70, no encalço do incentivo do Governo paraguaio, dentro de uma política de desenvolvimento agrícola que terminou por atrair brasileiros tanto na qualidade de proprietários rurais como de trabalhadores a eles vinculados, que vieram a ser reconhecidos como brasiguaios.

Já na emigração para o Japão, houve incentivo de parte da indústria japonesa, carente de braços, cujos intermediários foram grandemente responsáveis pelo

desenvolvimento desse fluxo. Se o período de crise econômica pode ser considerado uma das principais razões que motivaram o aumento do fluxo migratório, a formação de redes sociais, é também fator determinante, como demonstra Tereza Sales. A Pesquisadora, estudando os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos, conclui serem os fluxos migratórios fortemente influenciados pelas redes sociais, que contribuem não apenas para fornecer os referenciais do local de destino, como também a acomodação inicial do emigrante e suas inserções no mercado de trabalho. O número de emigrantes e sua localização são trabalhados por meio de estimativas, em razão da ausência de registros administrativos ou de um censo da população brasileira vivendo no exterior. Como admite a própria Comissão Nacional de Produção e Desenvolvimento, CNPD, não se conhece com precisão o quadro da imigração internacional no Brasil e nem a real situação dos brasileiros residentes no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores, por meio do serviço consular, tem buscado levantar dados sobre a população brasileira em outros Países. Mesmo assim, Pesquisadores, membros das comunidades brasileiras no exterior e Organizações não Governamentais vinculados aos emigrantes indicam que os dados do MRE são muito inferiores ao número real dessas populações. Uma das razões é que as pessoas em situação imigratória irregular temem procurar órgãos governamentais de seu País e do Estado onde vivem, por medo de serem descobertos.

Feitas essas considerações, o Ministério das Relações Exteriores divulgou, em 2001, a estimativa de brasileiros residentes no exterior, a partir de registros feitos pelos postos consulares. O quadro abaixo resume os dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores. Nós temos aí, pelos dados oficiais, a estimativa: Estados Unidos com 799 mil, Paraguai com 442 mil, Japão com 224 mil. Agora, é evidente que isso aí são dados que a oficialidade pode captar, mas, os dados reais, e esses dados aqui estão defasados, demonstram uma totalidade de três milhões.

Cabe observar, que o Ministério das Relações Exteriores utiliza hoje estimativas mais atualizadas, reconhecendo o crescimento dessa população no exterior nos últimos anos. O Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, DCB, do Ministério, afirmou, em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, “a diáspora brasileira conta hoje com cerca de três a quatro milhões de brasileiros, vivendo, em especial, nos Estados Unidos, de 1,8 a 2 milhões, no Paraguai, 450 mil, no Japão, 286 mil, Portugal, 100 mil, Reino Unido, 100 mil. Comunidades mais reduzidas localizam-se em outros Países da América do Sul e na

Europa Ocidental, particularmente na Espanha, Itália e Alemanha. Os números não são precisos, porque, muitos dos brasileiros emigrados vivem em situação migratória irregular nos Países onde residem. O Japão é a exceção a essas regras, pois, não há emigração para aquele País sem que o interessado seja titular de um contrato de trabalho e, portanto, esteja em situação regular”. Aqui fecha então essa parte.

Pode-se, então, perceber o grande aumento do fluxo migratório para Países europeus, especialmente Portugal e Inglaterra, em função das medidas mais duras contra a emigração aplicadas pelo Governo dos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro de 2001. A Europa tornou-se atrativa ainda pela valorização do euro e pela possibilidade hoje aberta dos brasileiros de ingressar sem vistos e permanecer por três meses em território português ou inglês.

O perfil dos brasileiros que migram para a Europa também foi alterado nos últimos cinco anos, passando a contar com grande parcela de brasileiros de menor qualidade profissional e menos anos de estudos do que ocorria anteriormente.

Então, nós vamos aqui retornar ao roteiro, porque esse aqui é um preâmbulo longo e temos mais alguns aspectos aqui para a gente chegar na íntegra da nossa exposição, que eu pretendo fazê-la aqui, usar mais uns trinta a quarenta minutos ainda para concluir.

Item 3, por sua vez, analisa o conjunto de normas internacionais relativas à questão dos emigrantes. O Item 3 do Relatório.

O capítulo IV identifica lacunas existentes no Direito Penal brasileiro que impedem a efetiva punição dos agentes responsáveis pelo tráfico ilegal de emigrantes. A importância desse capítulo está no fato de que a primeira e incontornável dificuldade enfrentada pela CPMI no combate do tráfico de emigrantes foi encontrar no ordenamento jurídico brasileiro uma definição jurídico-penal do fenômeno. Esta Comissão identificou enorme fosso na legislação penal brasileira. Em que pese o comércio de pessoas para outros Países ter sido largamente denunciado pelos meios de comunicação nos últimos anos, inclusive provocando a ida de duas missões parlamentares aos Estados Unidos da América, visando a fazer o repatriamento dos brasileiros, a primeira em fevereiro de 2004, a segunda em agosto, essa primeira eu compus, a outra teve a presença do Senador Marcelo Crivella, Deputado Geraldo Thadeu, Deputado Nelcimar Fraga, em 2005, para resgate de brasileiros deportados, tal prática não encontra uma tipificação específica no Código Penal Brasileiro ou nas leis extravagantes, o Código Penal prevê crime de tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição e de aliciamento para fins de imigração, enquanto o

Estatuto da Criança e do Adolescente reprime o envio ilegal de menores para o exterior.

A forma mais disseminada de tráfico de emigrantes, porém, não se amolda a nenhum dos tipos penais mencionados, portanto aí a gente percebe a necessidade da legislação brasileira se atualizar para esta imensa demanda que nos apresenta esse contingente de três milhões de brasileiros no exterior.

É por esses motivos que a CPMI apresentou Projetos de Leis que criminalizam o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração em série, a mencionada conduta aos crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. Tal projeto já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados. Com isso, esperamos dar um passo inadiável na luta contra a indústria da emigração, que tem provocado mortes, prisões, estupro e a exploração econômica de milhares de pessoas, a exploração sexual de crianças, adolescentes, de mulheres. É uma luta e um dever de solidariedade de todos nós que somos brasileiros.

Quero ressaltar aqui, nesta oportunidade, alguns projetos, dando um arranjo atualizado na legislação brasileira, que não paira apenas na mudança do Código Penal, quando estamos propondo tipificar o crime para aqueles que fazem o tráfico humano para o trabalho ilegal.

Nós temos aqui também, nós vamos trazer e, logo à frente, faremos também algum comentário breve, mas eu já aproveito para chamar a atenção dos nobres Parlamentares para um dos pontos relevantes desse nosso trabalho, que é dar ao texto constitucional brasileiro, também à legislação infra-constitucional, extraordinária, uma nova formatação legal para o trato da problemática migratória nacional. O Brasil nunca se debruçou de uma forma sistematizada para esta causa.

Então, vejamos. O primeiro já foi citado. O Segundo, a previdência para os imigrantes. A pessoa trabalha 15, 20 anos, não recolhe lá no exterior a sua previdência, quando chega no Brasil, querendo dar sequência a sua vida junto a seus familiares, não tem condições de contribuição, não tem uma legislação flexível para aportar esta necessidade dos brasileiros. Então, nós vamos dar essa condição para os brasileiros contribuírem, com um projeto muito bem feito, propondo aí flexibilidade, mantendo a isonomia, evidentemente, da Previdência, mas é a contribuição, e eu quero ler aqui, é a chamada campanha de regularização da Previdência. É o Projeto de Lei nº 547.

Outra questão que preocupou os trabalhos da CPMI foi encontrar uma solução adequada para garantir os direitos à seguridade social dos emigrantes brasileiros. O brasileiro que trabalha no exterior pode-

rá contribuir retroativamente sobre esse período para o regime geral da Previdência Social na qualidade de contribuinte facultativo. Trata-se assim, de um resgate do tempo trabalhado para fins de aposentaria no Brasil. Obviamente, o interessado terá de contribuir sobre todo o período, pois, do contrário, criaríamos uma regra mais favorável para quem trabalhou no exterior, o que violaria o princípio da isonomia.

No entanto, é preciso ressaltar que a legislação previdenciária vigente não admite a contribuição retroativa para os contribuintes facultativos. Portanto, pela primeira vez, há a iniciativa legislativa que admite o resgate do período trabalhado no exterior, uma invasão que achamos muito importante para o povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, pensamos em um mecanismo que possa estimular a regularização previdenciária proposta, por um período limitado de seis meses após a publicação da lei, conceder-se-ão isenção de multa e parcelamento de dívida em até 60 vezes.

Sob essas novas condições, esperamos atrair considerável número de contribuintes para a Previdência Social brasileira. Ao menos, contemplamos a possibilidade dessa adesão em termos razoáveis, do ponto de vista contributivo. Ao final, tudo dependerá da vontade do emigrante em se vincular ou não a um sistema de aposentaria. Mas, estamos abrindo a oportunidade para que essa decisão tenha amparo legal e possa ser tomada em condições claramente favoráveis.

Voltamos a um outro projeto de relevância, já que uma das prerrogativas mais importantes dos Parlamentares é elaborar leis que venham ao encontro das mais justas aspirações e necessidades de uma população. O Projeto da Lei de Registro Público vai ao encontro das necessidades mais elementares de brasileiros e irmãos que se encontram hoje no Paraguai, principalmente no Paraguai. Mas, também tem a ver com o Japão, tem a ver com os Estados Unidos e outros brasileiros na Europa. A Lei de Registro Público, aumentando o limite de 12 para 18 anos. Hoje, o que acontece que é os brasileiros incorrem numa burocracia jurídica, conforme está determinado... Não há uma referência, mas, eu venho fazer um comentário a respeito disso. O que acontece, o espírito dessa lei que estamos fazendo, é que a legislação brasileira ela só considera que o registro pode ser feito até os 12 anos, aí quando o pai não tem como fazer o registro do filho até os 12 anos, por vários motivos, aquela pessoa que está com 12 até 18 anos, ela não tem acesso a algumas necessidades básicas, por exemplo, alistamento militar, ou seja, esse brasileiro que já é jovem, ele fica totalmente discriminado desse direito e, por fim, nós vamos alterar propondo que a lei brasileira vá de 12

aos 18 anos, dando o direito do registro. Então, é uma burocracia que vamos vencer, com certeza, facilitando a vida. Ou seja, quando tem essa lacuna de 12 a 18 anos, é preciso fazer o ajuizamento de uma ação. E agora, nós propomos, com esta lei, que os brasileiros sejam liberados disso. E nós estamos trazendo essas proposições de legislação, sabendo, meus prezados Parlamentares e todos que se interessam no Brasil por esse tema, Sr. Presidente, que nós encontramos hoje uma simpatia e uma inteira aprovação dos dois Presidentes das Casas, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, que são, felizmente, muito vinculados a esse tema dos brasileiros, e nós contamos com essa celeridade, em função dos dois Presidentes das Casas.

Passo para o outro, quarto projeto, que é o Projeto de Anistia. Nós visitamos os paraguaios, vimos lá a penúria dos brasileiros que encontram-se naquele País. Muito importante, vou abrir um breve comentário a respeito da vida dos brasileiros no Paraguai. Uma primeira leva de brasileiros foi convidada por Stroisler (F), dizendo: “Traz os negros, traz aqueles desqualificados, porque só vamos desbravar as florestas e tal”, os primeiros que foram, “e não vai dar tanto problema para nós aqui”. A tentativa era de fazer uma semi-escravidão. Eles foram. A segunda leva já foi: “Agora, traz aqueles que vão mexer na estrutura da produção do Paraguai”, aí foi quando foram os gaúchos, os catarinenses e os paranaenses. Então, nós temos essa formação, ao longo da história do Paraguai, de brasileiros que hoje representam a maior parte da produção do Paraguai, de soja, trigo, iscanola (F) e outros tipos de macro produção agroindustrial do Paraguai. E essas pessoas hoje estão desamparadas, de alguma forma, por uma legislação que possa dar a elas um obrigo constitucional. E outros problemas da modernidade que ocorrem naquele País. Nós vimos agruras de pais que não conseguem registrar os seus filhos, que estão sendo processados por falsidade ideológica no Brasil, por caduquice, digamos assim, da legislação brasileira. Então, esse projeto, que isenta o pai que registrou o filho em dois Países. Às vezes, nós temos situação de pais semi-analfabetos no Paraguai, que registrou seus filhos, “eu estou num País, não sei até quando eu fico aqui, de repente pode ter alguma crise, eu vou segurar a situação do meu filho”, é apenas um exemplo, e registrou no Paraguai e registrou no Brasil. Ora, diante dos dois Países, isso é falsidade ideológica. Então, nós propomos que Governo Brasileiro, daqui para a frente, anule um desses registros, e isso seja flexibilizado diante da lei. É o Projeto da Anistia que nós estamos fazendo, porque nós sabemos o quanto são trabalhadores idôneos e sérios esses que estão produzindo,

a bem do Brasil e, naturalmente, a bem do Paraguai, que é um País dos mais pobres da América, e afinal de contas, o Brasil tem uma dívida social e histórica também com aquele País.

Então, esse Projeto de Lei, que trata do registro de brasileiros. “Art. 1^o. É concedida anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiros nascido em País fronteiro até a data de publicação desta lei; Parágrafo único. A anistia a que se refere o *caput* deste artigo estende-se ao registro que até a data de publicação desta lei tenha se beneficiado da duplicidade de certidões de nascimento; Art. 2^o. Ficam cancelados os registros de nascimento promovidos na forma da do art. 1^o”. E tem outros artigos aqui para clarear a regulamentação.

Portanto, esses são os quatro projetos de autoria exclusiva da nossa Comissão. Mas, temos também alguns outros projetos que entraram à parte por Parlamentares, e que nós vamos dar a eles a devida valorização. E temos mais dois projetos, que nós consideramos também de muito valor, que é o Projeto da Nacionalidade. Esse Projeto da Nacionalidade diz o seguinte: No que diz respeito ao direito da nacionalidade, esta CPMI decidiu enfrentar o problema do texto constitucional em seu art. 12, inciso I, alínea C, alterado pela Emenda Constitucional da Revisão 3, de 1994: O referido dispositivo constitucional exige para reconhecimento da nacionalidade brasileira a fixação de residência no Brasil e a opção pela cidadania. Antes da Emenda, existia a possibilidade de reconhecimento da nacionalidade brasileira pelo simples registro na repartição consular. A exigência de fixação de residência no Brasil, após a Emenda, criou um terrível transtorno para milhares de filhos de brasileiros que residem no exterior, problema conhecido como “A questão dos apátridas”. Ora, até que essas crianças e adolescentes venham a residir no Brasil, falta-lhes a devida proteção constitucional, decorrente do *status* de cidadãos brasileiros. Para corrigir esta situação, apoiamos a PEC 272/2000, do Senador Lúcio Alcântara, hoje é Governador do Estado do Ceará, e outros, que restaura a expressão “desde que sejam registrados em repetições brasileiras competentes” no texto constitucional. Esta Comissão não poderia descordar de medidas que terão impacto positivo na vida de milhares de brasileiros emigrados. Afinal, buscar a melhor solução jurídico-constitucional para o amparo do significativo contingente de brasileiros que hoje vivem no exterior é a razão primeira da existência desta Comissão. Apresentamos, tão somente, sugestões redacionais, que aprimoram o texto da referida proposição, que já foi aprovada no Senado Federal, encontrando-se em tramitação na Câmara dos Deputados, e estamos seguros que o Presidente Aldo

Rebello dará a essa questão a prioridade necessária. Duas Emendas nós estamos fazendo nesse Projeto de Lei do Senador Lúcio Alcântara, para resolver de vez essa problemática.

Agora, a questão dos Estados Unidos. Nós temos ainda, mais um derradeiro projeto aqui, que é a substituição à PEC do Senador Cristovam Buarque.

Então, nos reportamos ao substitutivo à PEC 005 do Senador Cristovam Buarque. Prevê a eleição de representantes das comunidades brasileiras no exterior para o Parlamento brasileiro. Este projeto é de um grande valor. Trata-se de uma proposição caracterizada pelo que é de mais contemporâneo na demanda do processo emigratório mundial. E há de se lembrar que nós não estamos aqui inventando a roda. Nós, naturalmente, temos a alegria de anunciar que tivemos para esses projetos o que temos de melhor em termos de Consultores aqui do Senado Federal e também da Câmara dos Deputados, que debruçaram em várias experiências de avanços nas legislações, para propor para nós não só nesse texto que eu estou lendo aqui, mas, em outros também. Então, nesse texto, nós vimos muitas legislações mais contemporâneas, da Itália, legislação de Israel, Portugal e outros Países que têm esse processo em efervescência, e chegamos à conclusão que o projeto que pode nos auxiliar mais tem alguma similaridade mais próxima à da Itália, porém, com distinções muito claras. Porque, por exemplo, o Senado italiano ele tem uma formatação, uma atribuição inteiramente diferente nas questões mais relevantes do que o Senado brasileiro. Tanto é que eles têm trezentos e poucos Senadores, os Senados são eleitos praticamente na base da proporcionalidade, como é feito na Câmara dos Deputados do Brasil. Não pode-se eleger menos do que sete Senadores nas regiões da Itália.

Então, nesse aspecto, o Brasil avança, propondo um projeto que vem dá aos brasileiros, pela primeira vez, eleger o seu representante nas principais concentrações de emigrantes existentes no planeta. Especialmente, nós nos voltamos aqui, reforçamos para o caso dos Estados Unidos com um milhão de meio de brasileiros, o caso do Paraguai, com cerca de 350 mil brasileiros, para o caso do Japão, 300 mil brasileiros, para a Europa, de uma maneira geral, aí nós temos lá uma distribuição, Alemanha, Portugal, Inglaterra, com 150 mil brasileiros, Espanha. É o seguinte: “Altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir a representação dos brasileiros que moram no exterior, na Câmara dos Deputados. A Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos do § 3º do art. 60 de Constituição Federal promulgam a seguinte Emenda do texto constitucional: Art. 1º. O art 45 da Constituição

Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e pelo sistema majoritário nas comunidades brasileiras residentes no exterior”.

Então, pela função do Congresso brasileiro, aqui nós pensamos em até dar ao Senado brasileiro uma condição de eleger também lá no exterior, os brasileiros, elegerem o seu Senador. Mas, não é possível, isso torna-se inconstitucional.

Então, é possível eleger só o representante das pessoas, dos indivíduos, como o texto constitucional prevê. Nesse sentido, nós vamos propor para, no ano de 2010, e aí será feito naturalmente na legislação ordinária a condição dos brasileiros elegerem o seu Deputado Federal por circunscrição eleitoral. A lei disporá sobre a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição, pelo sistema majoritário de representantes dos brasileiros residentes no exterior. Nós nos esforçamos muito nesse projeto, porque isso é uma demanda das mais originais e das mais contundentes no aspecto político de todas as comunidades brasileiras por onde nós fizemos diligências.

Então, expondo esses quatro projetos, nós compreendemos que, felizmente, podemos propor, na parte da legislação, apresentar ao Brasil um Relatório realmente consistente, cumprindo com o nosso dever. E eu quero saudar aqui a presença do Senador Valdir Raupp, o nosso Vice-Presidente desta Comissão, que também nos deu assim uma grande satisfação em estar junto em momentos muito importantes, em diligências ao exterior, auxiliando muito o nosso Presidente nos momentos em que ele teve que atender outras demandas indispensáveis, e V.Ex^ª. também, como Senador presente aqui, para nós, foi muito importante. Além dos nossos Parlamentares, Deputados, que circularam o tempo todo aí pelo mundo afora e pelo Brasil afora.

Agora, eu entro em alguns aspectos dos Estados Unidos da América. Sobre o número de vistos, da categoria emigrante, concedidos a brasileiros, traz isso ao corpo do Relatório. O que chama mais a atenção é o reduzidíssimo número de vistos da categoria “imigrantes” concedidos a brasileiros pelo serviço consular norte-americano (inaudível) a 2005.

Embora o Brasil seja o País mais populoso da América Latina e também considerado parceiro estratégico dos Estados Unidos na região, ocupa apenas a 15ª posição entre os Países da América Latina e Caribe em número de vistos da categoria “imigrantes”, de acordo com os dados de 2005. O Senador Marcelo Crivella é um dos críticos mais feliz, ele pontua isso com uma

preciosidade de compreensão... Comente, Senador, a respeito desses avanços aí, por gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Exm^o. Sr. Relator, desde a primeira vez que fui aos Estados Unidos e tive acesso no *Department of Homeland Security* do atlas de imigração legal, fiquei surpreso. Por quê? Emigram ilegalmente para os Estados Unidos uma série histórica em torno de um milhão de pessoas. Um número menor em 2003, com o evento do 11 de setembro. Mas, um milhão de pessoas entram nos Estados Unidos todos os anos, legalmente. Me lembro que do México vinham 220 mil, legais, das Filipinas, 40 mil. Historicamente, todo o ano dava-se esse mesmo número de vistos. Da China, 40 mil, do Vietnã, 40 mil, da Índia, 60 mil, me impressionou esse número, do Brasil a média histórica de 6 mil vistos, apenas 6 mil vistos, no pico, vistos de trabalhos legais concedidos a brasileiros. Na minha conversa com os Agentes do *Department of Homeland Security* eles me diziam o seguinte, que isso se dava devido ao grande número de ilegais que entravam nos Estados Unidos. Como o País mandava para lá, ilegalmente, dezenas de milhares de cada ano, eles então acabavam reduzindo o número de vistos legais. Eu acho que uma das grandes conquistas, Sr. Relator, do trabalho desta Comissão, é que dos quase 35 mil brasileiros presos e deportados no ano passado nos Estados Unidos, nós reduzimos em mais de 95%. De tal maneira, que esse argumento de que os americanos não concediam vistos legais para os brasileiros que tentavam imigrar se dava devido a um grande número de ilegais hoje já não existe mais. E V.Ex^a. tem muita razão de tocar nesse assunto, porque eu acho que é uma questão de cooperação entre os dois Países e que deve despertar a atenção do Itamaraty.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Muito bem, Senador Presidente Marcelo Crivella. Feito então essa explicação, vamos passar ao ponto relativo à natureza ilícitas das dívidas. Seja qual for a espécie de contrato verbal estabelecido entre o emigrante e o agenciador “coiote”, não temos dúvida de que a atividade de internação irregular de pessoas em território estrangeiro é uma conduta ilícita sob todos os aspectos civis. Embora ainda não configure um tipo penal autônomo, por conseguinte, todos os emigrantes vítimas desse tipo de atividade estão desobrigados civilmente de efetuar o pagamento de suas supostas dívidas. É que tais contratos não preenchem um requisito essencial de validade dos negócios jurídicos, qual seja, o objeto lícito. A ilicitude decorre explicitamente do Decreto nº (inaudível), de 12 de março de 2004, com força de Lei Federal, que promulgou o Protocolo adicional da Convenção das Nações Unidas contra o

crime organizado transnacional, relativo ao combate ao tráfico de emigrantes por via terrestre, marítima e aérea, ademais, a eventual simulação do acordo, como por exemplo, a assinatura de termos de confissão de dívida, ou contratos de gaveta sobre compra e venda de imóveis, não confere licitude ao negócio jurídico. Recomendação que nós estamos dando, é legal dar calote em “coiote”. É interessante, isso foi até uma brilhante frase que um dos nossos Consultores criou e eu achei ilustrativa, o Leandro.

Então, vejam as recomendações. Solicitar à Defensoria Pública da União e às Defensorias Estaduais a que prestem assistências jurídicas a emigrantes que tenham contraído dívidas abusivas com agenciadores, descaracterizando atos jurídicos que dissimulem o financiamento da emigração irregular, tendo em vista os fundamentos jurídicos expostos no Item 6.1.6.0.

Queremos que o Congresso Nacional faça uma campanha, dentro desse ponto principalmente, queremos que o Governo Brasileiro faça uma campanha. É muito triste, a gente vê nas Minas Gerais, meu Estado, que representa do contingente migratório a metade dos brasileiros que estão no exterior, mães, que às vezes choram a perda de sua casinha porque, na prática, ela fez uma hipoteca daquela casa para que o “coiote” tivesse o seguro para mandar o filho dela para o exterior, e quando chega lá fica dois anos, não trabalha, não manda o dinheiro, aquela casa já tem uma escritura passada, ela é tomada, ela é confiscada, o sítio é confiscado, o carro é confiscado. Então, nós temos que arrumar uma forma realmente legal de esclarecer para a população, enquanto é tempo, isso.

Então, aqui nós vamos passar sobre o acordo de isenção de vistos Brasil-México. Embora elogiáveis as finalidades do acordo, demonstrado o desejo de facilitar a circulação de pessoas entre os Países signatários, o fato é que a despesa de vistos para a entrada em solo mexicano impulsionou, lamentavelmente, a indústria da emigração irregular para os Países. Isso foi, na verdade, um incentivo muito forte para os “coiotes” na medida em que nem Brasil, nem México puderam estabelecer um nível de fiscalização, acompanhamento, para impedir essa traficância, como estava acontecendo. Evidentemente, o acordo de dispensa de visto Brasil-México não pode ser visto como o principal responsável pelo crescimento da emigração irregular para os Estados Unidos. Basta lembrar que os brasileiros estão dispensados de visto de turismo em relação à Itália, França, Portugal e Espanha, entre outros Países desenvolvidos. As verdadeiras causas para a emigração para os Estados Unidos têm raízes muito mais profundas e históricas, sociais, econômicas. Não se pode negar, porém, que o acordo acabou facilitando a ação de

agenciadores no México e no Brasil, sem que as autoridades dos dois Países estivessem preparadas para prevenir e reprimir o fenômeno a contento.

Por outro lado, não há dúvida de que as exigências de vistos de turismo e de negócios representam um retrocesso dos planos de integração regional, sobretudo, para o Brasil e México, desapontando como as duas economias mais vigorosas da América Latina. A decisão do Governo mexicano revela, dessa forma, a complexidade do problema migratório, que pode levar, em alguns casos, à frustração de expectativas divididas há décadas pelas populações dos dois Países. Abandonar tal projeto de integração significativa à perda de soberania, pois, os dois Países ficariam reféns das atividades criminosas do tráfico de emigrantes.

A recomendação que nós estamos trazendo, o Ministério das Relações Exteriores defende a manutenção de negócios com o México para que, em prazo razoável, seja retomado o acordo sobre a isenção de vistos em passaportes comuns, atualmente suspenso por decisão unilateral do Governo mexicano, valorizando os planos de integração regional das duas maiores economias da América Latina.

Apreensões de brasileiros. O Item 4. Seria o capítulo IV. Então, nós vamos fazer menções ao número de apreensões. Traz aqui vários gráficos. É importante ressaltar que houve queda. Em 2002, a evolução percentual das apreensões de brasileiros pela patrulha de fronteira dos Estados Unidos. Eles fizeram apreensão de 3.100. Em 2003, 5240, 69% aqui, é o aumento que houve. Em 2004, veja bem, apreenderam 8.859, 69% de aumento, também em relação a 2003. 2005, 30.843, ou seja, um aumento de 248% em relação a 2004 e, em 2006, veja bem, 971 prisões. Por quê isso? Isso aqui não estamos aqui, num termo bastante popular, puxando a sardinha para a nossa brasa, não. Mas, há de se ressaltar que a intervenção desse Congresso Nacional, pela CPMI, ela foi forte, ela foi presente, objetiva e ela não ficou preocupada com os holofotes.

Até porque, ilustre Presidente, Srs. Parlamentares aqui presentes, Deputados e Senadores, chega aqui o Senador Eduardo Azeredo, que também tem trazido boa contribuição. V.Ex^a. é de um Estado, como é o meu Estado, é de Minas Gerais também, e trouxe a sua contribuição para esse processo e quero dizer assim, que o nosso trabalho, em que pese o País ter que se debruçar numa agenda com aspectos muito destrutivos e negativos como ocorreu, especialmente no ano passado e no início desse ano, nós não paramos em agir aqui dentro do Congresso Nacional, para poder fazer uma agenda construtiva, positiva, propositiva para o País funcionar.

E é por isso que esse número de prisões caiu também. Nós fizemos, pelo menos, esta CPMI, três operações casadas com a Polícia Federal, e o resultado disso foi a prisão, foram indiciamentos e prisões. Houve 35 indiciamentos, 35 indiciamentos no Brasil, além também de três indiciamentos que a CPMI está trazendo. Isso é fruto de um trabalho que foi feito discreto, que foi feito arduamente, sem estar se preocupando em holofotes, mas, muitas vezes, aquela produção parlamentar, porque o Parlamentar, os Senadores e Deputados, só trabalha e trabalha e a gente não vê uma linha na imprensa. Mas, a gente sabe, nós sabemos o quanto isso é fundamental para o Estado brasileiro e para a sociedade brasileira. Por isso, esse Relatório, ele tem uma consistência.

Eu já estou caminhando para a conclusão da apresentação sintética do Relatório e estou também destacando esse lado político, que não foi divulgado amplamente pela mídia nacional. Porque ela estava ocupada com tantas CPMIs de Mensalão, disso, daquilo, de Sanguessuga etc etc, muitas vezes dando dez vezes mais a dimensão da realidade do que deveriam dar. Isso aqui é uma crítica que eu faço com todo o respeito ao papel que a mídia tem que ter, seja qualquer tipo de problema e de crise que se tem num País. Mas, evidentemente que nós temos o direito e o dever de fazer também as nossas ponderações de quem viveu de dentro para fora toda uma problemática, trabalhando na construção deste Relatório, viajando o mundo e viajando o nosso País.

Caminhando, então, para a apresentação conclusiva, nós temos aqui que ressaltar as denúncias de maus tratos que foram apresentadas contra cidadãos brasileiros nas cadeias americanas, nos centros de detenções e nos centros de pré-detenções, digamos assim, nos Estados Unidos. As humilhações que foram feitas a brasileiros, os constrangimentos feitos a brasileiros, e isso, as diligências que fizemos compostas pelo Senador Crivella, compostas também pelo hoje Ministro Hélio Costa, nós vimos situações muito cruéis contra cidadãos brasileiros, contra irmãos brasileiros nas cadeias. Humilhações, deixar as pessoas presas, de guardas americanos botar lá aquele sanduíche bonito, cheiroso, digamos, se sanduíche americano é cheiroso, mas pelo menos despertando a fome, porque a pessoa estava lá há dois dias sem comer, bebendo água e suco, às vezes, e ali o Policial, para criar aquele constrangimento, aquela humilhação, não dava um lanche para o brasileiro, o constrangimento de acordar os brasileiros até três vezes na noite, o constrangimento de não deixar o brasileiro tomar banho durante três dias, inclusive mulheres, que reclamaram conosco, vários outros tipos de procedimentos que houveram.

E aqui tem, por exemplo, cito aqui o caso do Daniel José de Melo Braga, residente em Patos de Minas, abre aspas, “que frio, fome, tortura psicológica, pois era acordado de uma em uma hora, que durante cinco dias recebeu apenas pão e água”; Outro, Marcelo Pichner de Melo, residente em Coronel Fabriciano, Minas Gerais, que durante a abordagem pela polícia americana foi alvejado com gás de pimenta nos olhos e também passou muito frio e fome quando esteve preso na imigração; Outro exemplo, Fernanda Carla Nunes da roxa, residente em Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, que dormiu no chão durante três dias, sem poder tomar banho e ainda foi tratada aos gritos. E tem vários outros depoimentos, porque nós não vamos alongar aqui a leitura, de maus tratos. E esse Relatório ele tem então que ser encaminhado aos órgãos de defesa dos direitos humanos, ONU e outros órgãos, a fim de que os Estados Unidos também sejam cobrados, seja feito àquele País algum expediente que possa registrar que o Governo Brasileiro, também nós vamos mandar para o Governo brasileiro agir, e que o Parlamento brasileiro não aceita maus tratos que ferem as regras internacionais de trato a presos a cidadãos brasileiros. Então, podem até fazer, mas, nós vamos estar sempre aqui denunciando e gritando e protestando no Brasil e no mundo. Esse é o espírito do nosso Relatório nesta parte.

Com relação ao perfil do emigrante brasileiro, nós temos assim vários. Foi feito um trabalho árduo pela Consultoria da CPMI. Diagnosticaram questões desde idade, estado civil, as empresas aéreas, isso foi quando dos repatriados, um pente fino que foi feito, dos 248 deportados que vieram na viagem dirigida pelo ilustre Senador Marcelo Crivella, Deputado Neucimar Fraga, Deputado também Geraldo Thadeu, e outros que acompanharam. Então, é um perfil interessante que vale V.Ex^{as}. se deterem nesta leitura, no Relatório.

Quanto ao Japão, a questão previdenciária. Eu só vou me ater ao Japão aqui, porque tem um aspecto importante. Hoje um número expressivo de *dekasseguís* não recolhe a contribuição devida à seguridade social japonesa chamada de *Shakai Hoken*. As empresas contratantes reconhecidas como empreiteiras não cumprem a legislação japonesa, isso são reclamações dos brasileiros, deixando de recolher a sua parte, sob a alegação de que recolhimento também não é vantajoso para o trabalhador. De fato, os trabalhadores, uma parte deles, chegaram a relatar isso para nós, porém, é preciso dar uma feitura de legalidade, e temos que pressionar tanto o Governo japonês, como o Governo Brasileiro precisa se deter, através do Ministério afim, a esta parte. O Relatório vai recomendar, nós fizemos uma reunião com o Ministro das Relações Exteriores,

no Japão, e ele se prontificou, também o Ministro da Justiça, a dar alguma atenção mais distinta a esse ponto.

Com relação ao Paraguai, nós já fizemos também algumas propostas, tem uma outra aposta da falência dos agricultores brasileiros que estão lá em função de seca, mas, eu penso que é uma demanda que nós vamos dar recomendação ao Governo a estar mais atento a essa situação.

Temos aqui, para fazer o ponto conclusivo, um ponto importante, que é a criação da Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante. Após quase um ano de trabalho, a reflexão sobre o fenômeno emigratório deste País, esta Comissão entende que o Estado brasileiro dará salto qualitativo na proteção às comunidades brasileiras no exterior com a criação de uma Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante. Apesar de reconhecermos os avanços empreendidos pelo Itamarati em seus registros consulares nos últimos anos, julgamos oportuno e necessário o estabelecimento de uma Secretaria que integre a Presidência de República.

Esta CPMI não pode apresentar proposição nesse sentido, por não possuir competência para tal. Porém, nossa dedicação ao tema da emigração de brasileiros nos permitiu ter mais clareza sobre a complexidade do fenômeno migratório, que exige propostas interdisciplinares, que vão além dos serviços oferecidos pelo Ministério das Relações Exteriores. Os desafios são múltiplos e dizem respeito a diversos órgãos ministeriais.

Neste sentido, a Secretaria Especial de Políticas ao Migrante poderá ter como função assessorar diretamente e imediatamente ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para os emigrantes brasileiros residentes no exterior ou reintegrados à vida pátria, assim como, ao emigrante residente no Brasil.

De forma igualmente importante, a Secretaria poderá elaborar e implementar campanhas relacionadas aos riscos envolvidos em fluxos irregulares de emigração ou relacionados ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como promover medidas interdiscriminatórias contra o emigrante e o imigrante.

Por fim, a Secretaria também poderá ter como competência promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para implementar políticas relativas ao fluxo internacional de pessoas.

Para tanto, deverão ser considerados os Tratados ratificados pelo Brasil sobre matéria afim.

A relevância social, política e econômica do fenômeno migratório, refletida, por exemplo, no significativo contingente de brasileiros emigrados e no volume de

remessas por eles efetuados, demanda envolvimento mais efetivo por parte do Poder Executivo federal. Criar uma Secretaria especial de políticas ao emigrante simboliza passo importante nesse sentido.

Também, a reestruturação do serviço consular no exterior, a ampliação de funcionários nos Consulados em muitos lugares do mundo. A readequação dos Consulados para essa nova demanda, porque estava muito voltado para um Brasil de turismo, de negócios, e agora tem um Brasil de trabalhadores no exterior. É importante o Brasil se adequar.

Então, essa demanda ficar na chancela exclusiva do Itamaraty, nesse momento, não é oportuno, até porque outros Países já fazem dessa forma, dando uma dimensão na estrutura de gestão governamental, esse espaço de relevância ao trato da questão emigratória.

Por isso, que estamos propondo ao Governo, e evidentemente que vamos agendar, Sr. Presidente, alguns compromissos importantes, assim que esse Relatório for aprovado entendo que o Sr. Presidente da República deverá receber esta Comissão, a fim de que ele possa apreciar proposições tão importantes para esse momento. Por quê? O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já esteve pelo menos duas vezes naquele País, tratando de assuntos relativos a comunidades de imigrantes, especialmente nos Estados Unidos e no Japão, recebido por comunidades brasileiras. E algumas coisas já melhoraram, a taxa de remessa de recursos, que era de 12%, o Presidente Lula chegou a concordar, através do Banco Central em fazê-la cair para 2,7%, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e através do BANCO DO BRASIL.

Então, alguns avanços fazem parte dessa sensibilidade do Governo, mas, os avanços mais estruturantes que o Estado brasileiro pode alcançar, que esse Parlamento deve alcançar, contém aqui dentro deste Relatório para o momento, evidentemente com toda a nossa limitação, toda a nossa correria, em muitos momentos, tem falhas, tem lacunas, que devem ser aprimoradas na leitura do texto, outras até não serão possíveis, por causa do curto tempo. Há de se considerar que nós temos que ler este Relatório antes de entrarmos no recesso legislativo, estamos entrando num ano eleitoral, temos que ter uma cautela, para que esse trabalho de 11 meses, árduo, seja feito com bastante atenção e seja votado na próxima quarta-feira.

E eu preciso destacar algumas contribuições muito especiais. Primeiro, ela vem no conjunto dos Deputados e Senadores, da confiança que o Senador Presidente Marcelo Crivella depositou nesta Relatoria em trabalhar com o nossa convicção, dar o subsídio, e estar acompanhando. E citar também, nominar a pes-

soa do Deputado André Costa. V.Ex.^a. fez um trabalho brilhante para dar mais lastro ao que este Congresso tem que fazer, para nós impedirmos de fazer o crime que se faz contra a mulher brasileira no exterior. A Comissão Parlamentar Mista que trabalhou a problemática relativa à exploração sexual de crianças e adolescentes, que eu também participei, já fez um trabalho interessante, avançado. Mas, a nossa CPMI, ela integra esse tema, da exploração de 72 mil mulheres brasileiras, que vão ao exterior, muitas vezes, enganadas, para trabalhar em hotéis e similares, e eu sei que V.Ex.^a., no debate da próxima quarta-feira, deverá desdobrar melhor sobre esse tema, então, eu pessoalmente quero agradecer, também evidentemente juntamente com o Presidente Senador Marcelo Crivella, por ter apresentado um capítulo muito importante sobre esse tema. O Deputado Takayama também, que propiciou um debate muito interessante com a comunidade japonesa e trouxe alguma contribuição, exatamente por estar liderando esse processo da Frente Parlamentar Brasil Cidadania sem Fronteira. Deputado Geraldo Thadeu, que foi um guerreiro no início desse trabalho também, viabilizando o trabalho, especialmente dos nossos irmãos mineiros do sul de Minas, naquela região toda, que nos recebeu com muita gentileza e atenção lá na cidade de Poços de Caldas. Também o Deputado Neucimar Fraga, o Deputado Dr. Heleno, que viajou, Leonardo Monteiro, que cuidou do capítulo do Jean Carlo, o Deputado Leonardo Monteiro não se faz presente nesse momento. O nosso Vice-Presidente, que já foi citado aqui, o Senador Valdir Raupp, e outros Senadores que estiveram sempre presentes nesse nosso trabalho, como é o caso do Senador de Santa Catarina, Leonel Pavan, também o Senador de São Paulo, que se fez presente várias vezes aqui, Romeu Tuma.

E desta forma, nós queremos anunciar também para os nossos Deputados e à população que nos acompanha, que esta é uma missão que nós pudemos cumprir, muitas vezes a trancos e barrancos, muitas vezes com limites, então tem falhas, nós reconhecemos, nós não queremos fazer nenhum Relatório perfeito, mas, com uma determinação inabalável em fazer o que de melhor nós tínhamos, em termos de dedicação, trabalho, sem preocupar em aparecendo em mídia, sabendo que a mídia tem o seu valor institucional, para nós inclusive, que precisamos dela, mas, eu acho que até por isso, Senador Crivella, nós também pudemos fazer um estudo científico, criterioso, tivemos esse tempo, tivemos essa liberdade, para dar à nossa Consultoria a condição de ela trabalhar com muita competência. Cito aqui também os nossos Consultores, que fizeram presença sempre conosco nesse trabalho, está aqui o Fabiano presente, Leandro, Isaías, outros que

acompanham aqui o trabalho cotidiano, a Débora, da Câmara dos Deputados, e outros que conosco acompanharam esse trabalho e que permitiu chegar a um Relatório com alto teor científico e profissional. Muito obrigado a todos vocês, obrigado ao meu País, à minha região, que confiou em mim, através do voto, esta oportunidade de fazer um Relatório que, no início, eu tive algum receio, algum receio de “será que eu dou conta de fazer alguma coisa que possa auxiliar o País nesse momento de paradigmas?” E hoje eu estou, graças a Deus, com a minha consciência tranqüila de estar apresentando junto com os Senhores, nobres Deputados e Senadores, o que de melhor este Congresso Nacional pode apresentar nessa virada de milênio ao povo brasileiro. Muito grato a todos. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem. Eu quero ser testemunha do trabalho extraordinário feito pelo nosso Relator, que viveu certa turbulência da vida política durante os meses todos, porque semanalmente nos encontrávamos, ora em Audiências Públicas pelo mundo afora ou no Brasil. Ora, aqui na sala desta Comissão. V.Ex.^a. está de parabéns, até porque V.Ex.^a. é do epicentro dessa crise do Vale do Rio Doce, aonde nós temos as principais cidades contribuidoras, ou regiões contributivas, para o fenômeno da emigração brasileira, diáspora brasileira, sobretudo, aquela realizada ilegalmente. Eu quero ressaltar aqui alguns aspectos citados por V.Ex.^a. neste Relatório, mas que talvez tenham, eu diria, ficando claro para a audiência que está aqui.

Essa recomendação que V.Ex.^a. faz no Relatório de que é legal dar calote no “coiote” é genial. Isso vai trazer um alento para muitas pessoas, milhares e milhares de pessoas, que hoje vivem como escravos brancos nos Estados Unidos, pagando dívidas iníquas e injustas, com juros altíssimos e em dólar. Brasileiros que agora vão poder dizer aos seus credores o seguinte: “Olha aqui, eu vi na televisão o Relatório do João Magno, que essa dívida que vocês estão me cobrando aqui, isso não é legal, não. Isso foi investigado no Congresso Nacional. Nós estamos pagando muito caro, o que é isso?” Isso é fundamental em termos de cidadania. Quando V.Ex.^a. aponta os projetos apresentados aqui para tipificar esse crime, que é facilitar, incentivar, promover a ida de brasileiros ilegalmente para o exterior, esses agenciadores que já ficam na porta dos Consulados esperando que no momento que o brasileiro tenha um carimbo negado, eles já se apresentam para mostrar um financiador, um “coiote”, um falsificador, que coisa, que quadrilha. E as operações feitas com a Polícia Federal.

Uma outra coisa que V.Ex.^a. ressaltou no seu Relatório, e que eu acho de fundamental importância, é

que esses brasileiros no exterior merecem eleger o seu representante, que se preocupe com eles, que seja a sua voz no Congresso Nacional. Até porque, temos aqui dois membros do Itamaraty, vocês lembram, vocês estudaram isso, a miúde, a doutrina americana sempre foi na sua zona de influência geográfica ou geopolítica, a América Latina e a América do Sul, a doutrina mor sempre foi de impor o fluxo livre de seus produtos e de seus capitais.

Aliás, quando visitamos o Japão, numa das prisões de brasileiros, nós estávamos diante da Baía Hudson, onde os americanos pararam as suas esquadras e disseram: “Olha aqui, o Japão está fechado a duzentos anos, agora, se continuar fechado, nós vamos bombardear vocês”. O mesmo fizeram com a esquadra espanhola nas Filipinas. Ora, esses brasileiros, V.Ex.^a. cita: “Na época dos paradigmas da virada do século, esses americanos, agora, podem considerar um ser humano enquanto ser humano ilegal”. É justo isso, um ser humano ser considerado ilegal? Por questões, muitas delas motivadas por um neoliberalismo, por uma globalização, que tem neles o grande gestor e incentivador.

Então, o Relatório de V.Ex.^a. é científico, a Frente Parlamentar que V.Ex.^a. lança hoje no Congresso e um trabalho profundo parlamentar. Eu estou aqui para servir de testemunha de um trabalho que V.Ex.^a. fez, viajando, respondendo telefonemas, respondendo, como diz, turbulências da vida pública importantes, que poderiam ter nublado a visão de V.Ex.^a. quando nos apresenta um Relatório tão bonito. V.Ex.^a. também é um homem abençoado por Deus, porque teve uma Assessoria extraordinária, liderada pelo Isaías e pelo Fabiano, que são hoje profundos conhecedores desse assunto e que ajudaram muito V.Ex.^a. a escrever e dar ao povo brasileiro um retrato fiel do que é o fenômeno da Emigração Ilegal. Hoje são três milhões de brasileiros lá fora.

E, para finalizar, V.Ex.^a. mostrou números irrefutáveis, que comprovam o sucesso desta Comissão. É o seguinte, dos 30 mil brasileiros, mais de 30 mil brasileiros, presos, humilhados e deportados, sobretudo, nos Estados Unidos no ano fiscal de 2004/2005, esse ano, depois do trabalho desta Comissão e das ações feitas na negociação com o México, com os Estados Unidos, as ações com a Polícia Federal, com a Promotoria Pública e a divulgação na mídia, quer dizer, no momento em que chegavam os aviões a Belo Horizonte, com centenas de emigrantes, tomando depoimento de pessoas que ficaram presas e humilhadas, a promoção que foi dada ao que morreram nessa aventura, muitas vezes fatal, reduzimos esse ano o número para menos de mil. Agora, menos de mil, porque ainda tivemos

uma explosão de 600 brasileiros em outubro, quando as medidas todas não haviam sido implementadas. A partir de outubro, esse número caiu para 50, 60. Isso é uma coisa importante, porque evita casos como o do Jean Charles, um brasileiro confundido no metrô de Londres e assassinado cruelmente pelas costas e, aliás, esta Comissão esteve lá e pode representar e dizer aos ingleses, tanto na Câmara dos *Lords*, como na Câmara dos Comuns, “Olha aqui, por mais humilde que seja o imigrante brasileiro, fiquem sabendo que qualquer covardia praticada contra eles, os Senhores terão que enfrentar também um Congresso, um Parlamento, uma Nação, um povo, uma tradição, uma cultura, uma história, que virão cobrar justiça seja onde for e a quem for”. V.Ex^a. está de parabéns.

Eu quero abrir, a partir de hoje, prazo para Emendas deste Relatório extraordinário, que nossa Comissão oferece, e me solidarizar com V.Ex^a., porque, tendo em vista esse tempo de turbulência política que vivemos, sobretudo, no segundo semestre do ano passado, acabou que não tivemos a repercussão de todas as medidas e propostas desta Comissão, porque a mídia, “circense”, normalmente mais interessada no caleidoscópio de besteiro que anestesia a consciência política do nosso povo, deixa de cobrir, muitas vezes, ações tão relevantes para a cidadania brasileira. Mas, isso não impediu que o Relatório seja apresentado hoje, com a relevância e a profundidade de seus termos.

Então, abro, a partir de hoje, prazo para Emendas, para votarmos semana que vem este Relatório. E mais uma vez parabenizando V.Ex^a. e ressaltando as grandes metas alcançadas. Aliás, V.Ex^a. me lembra agora que as Emendas não poderão ser apresentadas até quarta-feira, porque quarta-feira é a data da votação. Então, vamos estabelecer 48 horas antes. Segunda-feira. Porque é um trabalho gráfico também, quer dizer, não é só...

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Tem que ter terça para rodar, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E a discussão das Emendas também. Mas vamos ver se fazemos isso antes do recesso Parlamentar.

Antes de encerrar a Sessão, eu gostaria de saber se há algum Senador interessado em fazer o uso da palavra. Com a palavra, V.Ex^a., Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Ex^a., Senador Marcelo Crivella, e ao Deputado João Magno pelo trabalho que desenvolveram nesta Comissão, como Presidente e Relator, respectivamente. Explicar que, dado o número tão significativo de CPMLs e CPLs e de Comissões eu

acabei, por razões de obrigação e responsabilidade junto ao PT, nem sempre podendo estar aqui como gostaria. Ambos sabem da preocupação que eu tenho tido, Sr. Presidente, e como eu estava na Comissão de Relações Exteriores até há pouco, para decisões importantes, eu não pude acompanhar a leitura do texto do Deputado João Magno, me dirigi até a Câmara, porque me disseram que era lá, fui para lá e voltei, e com isso, perdi, ainda que andando muito depressa, a possibilidade de ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a. acabou fazendo uma “emigração ilegal”.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Mas, felizmente, a tempo para poder fazer a seguinte indagação. Recentemente, eu, tendo em conta que o Congresso norte-americano aprovou, por decisão da Casa dos representantes do Senado, uma expansão, um prolongamento, e até em três etapas, em três fases, do muro que separa os Estados Unidos do México e do restante da América Latina, eu considerei muito importante, Sr. Presidente, que pudéssemos estar nós aqui expressando o desejo que, se for para haver real integração das Américas, que essa integração não seja apenas do ponto de vista da liberdade de movimento de capitais, de bens e serviços, mas, sobretudo, dos seres humanos, que foi inclusive uma das principais preocupações, se não a maior, da criação desta CPML.

E considerando isso, Sr. Presidente, eu apresentei no Senado, já aprovada na Comissão de Relações Exteriores, uma proposta, um Requerimento no sentido de encaminhar armas ao Congresso norte-americano, a ponderação do Congresso brasileiro, do Senado, no caso, mas, eu gostaria de sugerir, seja essa uma proposta e aí encaminhando ao Relator, que essa proposta possa ser incorporada no Relatório Final desta CPML.

Eu acabei de pedir, está chegando, por escrito, mas ela tem o seguinte sentido, Sr. Presidente, de que nós membros do Congresso brasileiro venhamos a propor ao Congresso norte-americano que reflita melhor sobre a decisão de estarem construindo e expandindo esse muro agora, mais 600 quilômetros serão feitos, separando os Estados Unidos da América Latina. Será que isso é o melhor? Há cerca de dois anos e pouco, Sr. Presidente, passou um filme, “Um dia sem os mexicanos”, que retratava a situação do que aconteceria, hipoteticamente, em Los Angeles se os mexicanos e hispano-americanos deixassem a cidade um dia. E o filme mostra que a cidade entraria em colapso, uma vez que são justamente os mexicanos e os hispano-americanos que realizam uma série de serviços da maior

importância para o cotidiano dos americanos e, às vezes, os serviços mais simples, na construção civil, nos restaurantes, como zeladores, então, a cidade entraria em colapso. Ocorreu, a partir de lá um fenômeno, pois, isso me relatou a Embaixadora Cecília Soto, do México, que este assunto galvanizou de tal forma a opinião pública e passaram, sobretudo, os jovens a pedir aos *disc jockeys*, que são muito ouvidos por jovens nos Estados Unidos inteiro, para falar da importância de os hispano-americanos, mesmo os ilegais, ou os que não tem papéis legalmente reconhecidos lá, terem os seus direitos tanto quanto os norte-americanos, e que isso levou a um movimento tal de opinião pública fantástico. E inclusive, no último dia 1º de maio, sabe V.Exª., Presidente, Deputado João Magno, que o 1º de maio é do Dia do Trabalho tradicionalmente comemorado no âmbito dos Países do mundo, mas, não nos Estados Unidos, onde *Labor Day* se dá em setembro. Mas os hispano-americanos fizeram uma grande manifestação no último dia 1º de maio sobre esse tema da igualdade de direitos para os hispano-americanos nos Estados Unidos da América, e isto resultou num movimento importante de conscientização, inclusive houve matérias na imprensa brasileira onde empresários brasileiros ali em Boston e outras regiões onde ação um grande número de brasileiros, inclusive de Governador Valadares e cidades mineiras, como o João Magno conhece tão bem, pois bem, alguns empresários brasileiros chegaram a declarar que eles não iriam punir qualquer brasileiro ou hispano-americano por estar faltando aquele dia, porque eles estavam solidários à causa do reconhecimento dos direitos. Não sei se V.Exª., se ambos assistiram ao filme “Os três enterros” que está passando nos cinemas, por exemplo, de São Paulo, provavelmente, no Rio e, quem sabe, em Belo Horizonte e nas cidades mineiras, mas, eu quero recomendar. Trata-se de um filme do Tommy Lee Jones, que fala, e de uma maneira notável, tanto é que foi premiado em Cannes o filme, e está passando, fala da dificuldade dos mexicanos que vivem na fronteira com os Estados Unidos de estarem tendo a mobilidade que seria normal em outros Países do mundo, na União européia, nós sabemos que hoje eles chegaram a um tal grau de integração que os portugueses, espanhóis, gregos etc podem, se o desejarem, estar vivendo na França, na Itália, na Alemanha, e assim por diante, diferente do que algumas décadas atrás, lá se avançou na direção da integração.

Ora, eu acho que será importante se nós pudermos transmitir ao Congresso norte-americano, e como parte inclusive das reflexões e dos depoimentos havidos, um apelo nesse sentido.

Por isso, eu encaminho a V.Exª., como uma proposição, o seguinte Requerimento, já aprovado na nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado. “Requeiro, nos termos regimentais...”

Então, queria recomendar a ambos que assistam ao filme “Os três enterros” de Melquiades, que fala da dificuldade dos mexicanos de ultrapassarem a fronteira sem serem mortos lá.

“Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o Governo dos Estados Unidos e o Congresso norte-americano e reverem as anunciadas medidas draconianas contra emigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão típicas de guerra para deter o fluxo migratório”.

Ora, Presidente, nós somos inteiramente solidários a preocupação dos norte-americanos, com as explosões lá havidas, a destruição das torres de Nova Iorque com mais de três mil mortos, e assim por diante. Mas, a solução desse problema não pode ser a dificuldade de estarmos, uns e outros termos direitos iguais nas três Américas e, se eles desejam tanto a integração, que seja também do ponto de vista da liberdade de movimentos e de direitos sociais para todos os habitantes das três Américas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Exª. está coberto de razão, eu só pediria a V.Exª. que concluísse, porque nós temos uma...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Encaminho já a minha sugestão para o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Supply. Peço a V.Exª. que conclua, porque temos que sair daqui e, agora sim, ir para a Câmara dos Deputados, para lançar a Frente Parlamentar, como V.Exª. defende, Cidadania sem Fronteiras. Ser humano não deve ser considerado ilegal, enquanto ser humano. Principalmente, no continente americano.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Só pergunto se o nosso Relator está de acordo com o... Pode aperfeiçoar à vontade a redação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Ilustre Senador Supply, nós acolhemos com boa receptividade esta proposição, evidentemente vamos fazer um exame dela para torná-la assimilável da melhor forma com o nosso Relatório, e a Consultoria vem nos dar evidentemente alguma orientação que couber, mas, pela experiência de V.Exª. aqui e pelo próprio trabalho que V.Exª. vem fazendo ao longo dos anos aqui no Senado, no Congresso Nacional, com relação a

esse tema também, sabemos que é possível que com tranquilidade devemos acatar essa proposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Eduardo Azeredo, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Crivella, eu quero cumprimentar V.Ex^a. primeiro, como Presidente desta Comissão, desta CPMI, cumprimentar meu conterrâneo, o Deputado João Magno. Eu participei mais das reuniões iniciais da CPMI, mas, eu pude acompanhar realmente o desenrolar desta Comissão, considero que ela realmente cumpriu a sua missão, levantando dados muito importantes e, mais do que isso, propondo soluções, eu acho que essa é a grande falta, às vezes, em algumas das Comissões do Congresso, e que importante é que você tenha conclusões e busca de soluções.

Nós lá de Minas Gerais temos realmente problemas com os mineiros, especialmente da região do Rio Doce que migram para os Estados Unidos, e isso tem trazido uma preocupação muito grande, pelas condições que as pessoas enfrentam lá nos Estados Unidos. Muitos acham que é sempre uma maravilha, pelos exemplos de sucesso de alguns que vão e voltam com dinheiro, ou que aqui compram imóveis, mas, existem exemplos em grande quantidade que é o inverso, é gente que sofre muito nesse período que fica trabalhando fora.

Eu queria também dar notícia aqui da questão relativa ao projeto que aqui foi mencionado, do voto de representantes brasileiros no exterior. Existe um projeto do Senador Cristovam Buarque, que eu sou o Relator e o meu parecer foi favorável, nesse sentido de que nós tenhamos as comunidades brasileiras no exterior elegendo Parlamentares, a exemplo do que aconteceu com a Itália recentemente.

Então, no caso, nós teríamos brasileiros, um Deputado residente nos Estados Unidos representando os brasileiros de lá, um ou mais, dependendo no número, não se chegou ainda aos parâmetros definidores, mas, seguramente teríamos então representantes dos brasileiros no Japão, representantes dos brasileiros na Europa, representantes dos brasileiros nos Estados Unidos. Eu acho que esse é um projeto interessante, sim, do ponto de vista da cidadania. Um outro projeto, que já foi também aprovado, esse que diz respeito à ampliação do voto de quem está no exterior, para não votar só para Presidente, votar também para Governador e Senadores. Existiam propostas aí de ampliar até o voto até de vereador, mas isso aí no caso eu não acatei essa Emenda, porque teríamos dificuldades in-

clusive operacionais, consultamos ao TSE, para poder chegar ao voto de vereador, porque se chegaria até ao risco da confidencialidade do voto, já que se teriam locais em que as pessoas votariam para vereador de uma cidade, e teria um voto só, dois votos, uma coisa assim. Então, esses dois projetos são realmente importantes para aprimorar representação popular.

Eu quero então deixar os meus cumprimentos no sentido de que este Relatório Final espelha realmente um trabalho dedicado que foi feito, e a expectativa de que nós possamos ter uma vida melhor para esses brasileiros que vão ao exterior. Porque, na verdade, o que queremos é que eles não tenham que ir para lá, é que esses números, que já são três milhões, em termos relativos a outros Países até não é muito, três milhões, para cento e oitenta milhões de brasileiros, quer dizer, não chegam a 2%, se formos comparar com Países da América Central, que às vezes chegam a ter, eu fui a El Salvador, e El Salvador tem 30% da população morando fora. Mas, de qualquer maneira, é um número crescente esse número de brasileiros que se desencantam com a falta de oportunidades aqui, e vão tentar melhores condições no exterior.

Então, o que nós temos que nos preocupar basicamente é que as pessoas não saiam, mas, se saírem, que tenham pelo menos condições mínimas para poder sobreviver.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa é a palavra que eu queria trazer, de cumprimentos e o desejo de que nós possamos obter boas soluções para esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado a V.Ex^a. Deputado Geraldo Thadeu, quer fazer uso da palavra?

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG) – Eu não poderia, caro Presidente, Senador Marcelo Crivella, caro Relator, Deputado João Magno, deixar de cumprimentá-los pelo trabalho realizado por esta Comissão. Realmente, nós fazemos parte de uma região, porque também eu sou de Minas, enquanto nós tivemos lá uma Audiência Pública, participamos aí de bastante trabalho e vimos que o Presidente ressaltou um momento até muito difícil para o Relator que ele passou. Mas, os grandes guerreiros são aqueles que enfrentam e têm persistência e coragem e muita força como o Deputado João Magno, que ultrapassou aquela turbulência toda e em momento algum deixou de se dedicar à Comissão, à CPMI, e agora vem com este Relatório extraordinário que ele apresenta.

É significativo, nós que mantivemos contato com os brasileiros que estão lá fora, vimos as dificuldades, e acho que a luta continua. Agora, com a Frente Parlamentar e, Presidente, foi realmente muito importante,

um momento muito importante para os brasileiros que vão para o exterior, esta Comissão, esses trabalhos e o resultado dela, e agora é continuar o trabalho, para que nós possamos um dia, quem sabe, que os brasileiros tenham mais tranqüilidade para tentar a vida lá fora, em outros Países, que é um direito universal.

Então, parabéns, as minhas palavras são rápidas, mas, não poderia deixar de... E a equipe também, o Isaías, toda a equipe de Assessoria da Comissão, eu gostaria de parabenizar pelo trabalho, pela dedicação e pela qualidade do trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputado André Costa, V.Ex^a. é o último orador inscrito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Permite só fazer reforço aqui, Presidente? Eu estou assim com uma boa liberdade, convocando os ilustres Senadores e Deputados para irem na abertura da Frente Parlamentar, às 15h. Os dois Presidentes da Casa devem estar presente, é um momento muito especial para a emigração. Na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, às 15h.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Deputado André Costa, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ANDRÉ COSTA (PDT-RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, serei breve, pelo avançado da hora, na verdade, teríamos, creio eu, um debate na próxima semana onde eu farei o uso da palavra e tecerei maiores comentários sobre a parte que me coube, o tráfico internacional de mulheres, mas, não posso deixar a oportunidade passar sem cumprimentá-los, a V.Ex^a., Presidente Marcelo Crivella, ao Relator, brilhante Relator, Deputado João Magno, o trabalho, certamente, os Senhores emprestaram muito do sentido patriótico a ele, e isso está claro, é bastante oportuno, porque já há algum tempo se fazia necessário um olhar crítico do Congresso Nacional, e até estratégico o do Estado nacional brasileiro, sobre a questão da emigração, tão presente nas últimas duas décadas, e que, infelizmente, resultado de excessivas crises econômico-sociais que o País passou, e que lamentamos, mas que não podemos fechar os olhos a esta realidade e deixar de lançar um olhar extremamente estratégico e oportuno, e com claras sugestões ao Poder Executivo, e daquilo que é a nossa parte, reformulação também da lei constitucional e infraconstitucional de nós Parlamentares. Na próxima semana, certamente, tecerei maiores comentários. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Às 9h em ponto nós estaremos aqui na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Antes de concluir, quero agradecer ao Leandro, que esqueci de citar, mas o seu trabalho foi primoroso, parabéns, há muito do seu esforço aqui. Agradecer aos jornalistas presentes, agradecer à TV Record, que fez sempre uma cobertura, inclusive de viagens ao exterior, à Folha de São Paulo, enfim, a toda a imprensa. Agradecer também a Antônio Fernando, nosso companheiro, Cônsul-Geral do Brasil no Paraguai, e que trouxe uma comitiva tão ilustre dos representantes dos brasiguaios. Muito obrigado. Nada a mais a discutir, dou por encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h46.

Ata da 18ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2006.

Ao décimo segundo dia do mês de julho de dois mil e seis, às quinze horas e oito minutos, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Edison Lobão, Wellington Salgado, Sérgio Zambiasi, Ney Suassuna e dos Deputados João Magno, Takayama, Hermes Parcianello, Leonardo Monteiro, Dr. Heleno, André Costa, Geraldo Thadeu, reúne-se a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 18ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à discussão e à votação do Relatório Final desta CPMI da Emigração Ilegal. A seguir, passa a palavra ao Relator, Deputado João Magno, para que faça comentários acerca do Relatório. A Mesa coloca o Relatório em discussão, concedendo a palavra aos seguintes parlamentares: Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Deputado Takayama, Deputado Geraldo Thadeu e Deputado André Costa. A Presidência agradece aos membros e à assessoria técnica da Comissão. Colocado em votação, o Relatório Final da CPMI da Emigração Ilegal é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos e, para constar, eu, **Isaías Faria**

de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, acompanhada das Notas Taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental, sobre a graças de Deus, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº. 2/2005 do Congresso Nacional, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros Países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

A pauta dessa 18ª Reunião e última, destina-se a leitura e discussão do Relatório Final da CPMI da Emigração Ilegal.

Passo a palavra ao nobre Deputado João Magno, Relator desta Comissão, para que proceda a leitura do Relatório.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs. Parlamentares, como ficou ritualmente acertado nós faríamos uma Reunião, uma Sessão, para proceder a leitura do Relatório que foi feito na semana passada. Então, nessa oportunidade nós vamos adiantando até que se consiga o *quorum*, está faltando apenas dois nomes para garantir o *quorum*, para abrir o debate em torno do Relatório na medida em que já foi procedida a leitura do Relatório enquanto um todo na semana anterior. Nós faremos então a leitura de algumas propostas de adequação, Emendas que juntamos para concretizar então o desejo, a necessidade dos Srs. Parlamentares que tiveram um prazo aberto para poder fazer as devidas Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Relator apenas só para esclarecer, que há *quorum* para fazermos a Sessão e não para votação, esperando então esses dois nomes aí que faltam.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Justamente. É bem lembrado. O *quorum* para fazer a votação do Relatório é que dependem de duas pessoas que estão para chegar.

Então, a alteração do Relatório apresentada em 28/06/2006. Na verdade, essas proposições elas não conflitam com o Relatório. É para enriquecer o nosso documento, que de fato durante um ano de diligências que fizemos, todo um trabalho diagnóstico, as diligências feitas tanto no exterior como aqui no Brasil, com uma presença bastante positiva dos Srs. Senadores e Deputados, nós conseguimos produzir um Relatório científico combinando uma dedicação, muitas vezes, até obstinação política dos Srs. Deputados e Senadores

para viabilizar um estudo adequado, um diagnóstico. E combinamos essa parte política de articulação, interlocução com outros Países com uma qualidade também muito importante do trabalho da nossa Assessoria Parlamentar que se faz aqui presente, tanto os Assessores do Senado, como da Câmara dos Deputados.

De forma que nós estamos podendo apresentar o Relatório para fazer o debate conclusivo e a votação, fechando um trabalho muito importante para o nosso País. Especialmente quando nós lançamos a Frente Brasil Cidadania sem Fronteiras, nós tivemos uma palavra do Deputado Aldo Rebelo que eu quero trazer de novo para cá, ele teve presente na abertura, dizendo que esse trabalho o surpreendeu, porque ele esperava um Relatório setorial que fosse trabalhar o (inaudível) dos Parlamentares, focando a questão dos Estados Unidos em função das graves violências, crimes que ocorreram com os brasileiros, especialmente nos últimos três, quatro anos. E nós fomos além.

Na verdade, quando nós iniciamos o estudo desse trabalho, da problemática emigratória, nós nos deparamos com uma série de problemas em várias partes do mundo.

Nós não conhecíamos a problemática que os brasileiros enfrentavam no Japão. O único lugar onde os brasileiros estão trabalhando legalmente tem problemas gravíssimos, que nós víamos de perto, em função da violência, discriminação e outros problemas que os brasileiros enfrentam naquele País.

Na Europa, o problema se diversifica com o problema da prostituição, 72 mil mulheres brasileiras com o problema de prostituição. Também na Inglaterra a questão do Jean Charles, nós fizemos uma visita, e em Portugal, Alemanha com problemas dos trabalhadores, Inglaterra também problemas dos estudantes, e depois o problema do Paraguai, os “brasiguaios”. A situação dos “brasiguaios” se tornou um tanto grave nos últimos três anos. A problemática da seca que ocorre naquele País causou danos muito fortes à produção agrícola e a principal fonte de produção no agronegócio hoje do Paraguai era é feita pelos brasileiros.

Portanto, reclamaram quando fizemos lá uma diligência, reclamaram uma assistência maior, uma preparação do Brasil com o BANCO DO BRASIL para socorrer a essa problemática que o agronegócio dirigido pelos brasileiros que lá estão, na verdade, acumulam se que 80% de canola, trigo, soja do Paraguai é de brasileiros bem sucedidos que estão naquele País. E evidentemente que tem um outro problema também que esse Relatório traz que é a problemática dos brasileiros pobres, a primeira leva que foi para lá. O Stroessner quando convidou os brasileiros para ir para lá, ele disse: “Primeiro leva aqueles...”. Os pobres para

chegar a desbravar as florestas, essa era a intenção do Stroessner, para poder depois cultivar. Quando os brasileiros mais empobrecidos, pequeninhos foram lá conseguiram as suas glebas de terra.

O que ocorre lá hoje na verdade é uma articulação daquele Instituto de Terras do Paraguai com grileiros de terra. O Instituto de Terras é órgão oficial do Governo faz vista grossa. A ocupação de terra de pequenos agricultores brasileiros que lá estão no desespero. Visitamos colônias que estão sendo invadidas onde as pessoas ficam lá armadas, os campesinos armados, apoiados por esses donos de terras.

Então em linhas gerais, fazendo uma retrospectiva geral dessa parte das nossas diligências feitas também no Brasil, o Relatório trabalha bem isso. Eu vou ler rapidamente o que é colocado aqui para poder naturalmente viabilizar a intenção de outros Parlamentares que querem enriquecer o nosso trabalho.

Um: A simples organização do sumário para melhor encadeamento lógico da exposição. Esse aí foi um trabalho da nossa Assessoria que o organizou melhor o trabalho para fazer na sequência, como já está previsto, um livro, porque como falou o Deputado Aldo Rebelo nós somos além. Fomos além num estudo combinando com a nossa Assessoria técnica, Senado e Câmara, um estudo científico, porque enquanto os holofotes da mídia estavam focados no que a gente chama de uma pauta negativa, uma pauta de revanche, uma pauta de denunciismo, a maior parte é isto o que aconteceu, a pauta da disputa política eleitoral, nós tivemos um tempo sem nenhum tipo de dissidência na nossa CPI, nenhuma disputa menor e pudemos produzir um Relatório com uma capacidade de mergulhar nos temas e, felizmente, o senhor falou uma palavra outro dia que marcou aqui na Comissão. Nós somos abençoados por Deus porque ter o que de melhor esse Senado e essa Câmara dos Deputados teve. Inclusive, a Assessoria da Câmara dos Deputados ela vem indicada pelos Conselhos de Altos Estudos da Câmara dos Deputados.

Então, de fato, o que de melhor nós temos na Câmara dos Deputados veio para nos auxiliar. Está aqui na pessoa da Débora, e, com certeza, no Senado também. Isso propiciou uma orientação que realmente nos fez cuidar da parte da investigação, da parte de crimes, delitos e da parte também da produção que leis, que nós vamos quitar aqui dentro do texto do Relatório.

O ponto 2 é a elaboração de um capítulo de conclusão citando a Mesa Redonda, realizada no dia 28/06, da Comissão de Relações Exteriores e da Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, bem como a criação da Frente Parlamentar de Cidadania sem Fronteiras, menção a contribuições da Irmã Rosita e

da antropóloga Márcia Sprandel, debatedora da Mesa Redonda.

O que é que a irmã Rosita e a Márcia relatou lá na Mesa? Disseram que todas as demandas que elas estão trabalhando diante da problemática dos imigrantes, do Brasil, 3 milhões, nos últimos dez anos, por incrível que pareça, elas foram surpreendidas.

Esse Relatório atende a todo o debate, a todas as reivindicações importantes que o movimento de imigrantes no Brasil e no mundo tem colocado nos últimos anos. Para nós é um motivo de alegria receber essas considerações de uma antropóloga e da pessoa que tem a maior participação em termos de direitos humanos aqui no Brasil hoje com relação a imigrantes que é a Irmã Rosita.

E depois vem o outro item, alteração do nome CPMI da Emigração Ilegal para CPMI da Imigração evitando com isso reforçar estigmas que recaem sobre os imigrantes não documentados. É salutar evitarmos a tendência a criminalização do fenômeno migratório. Além do mais, o Relatório por sua abrangência não se resume a aspectos de legalidade ou ilegalidades, tratando a migração como fenômeno especial complexo, e hoje tem 180 mil pessoas circulando pelo mundo, conforme os dados da própria ONU.

O Item 04, transferir o sigilo dos dados bancários de Edson Alves de Souza, Wanderlei Vieira de Souza, Gentil Mata Cruz à Secretaria da Receita Federal, sem o que os referidos órgãos não terão condições de apurar os valores sonegados.

O Item 05, acolhimento da sugestão do Senador Suplicy na forma da seguinte recomendação: Manifestar ao Governo norte-americano a objeção dessa CPMI ao recrudescimento de medida repressivas contra imigrantes não documentados, especialmente a construção ou expansão de muros na fronteira México/Estados Unidos. Sintetizamos o desejo do Senador Suplicy para o nosso Relatório.

Sexto: Inclusão de trechos do Relatório do Deputado Neucimar Fraga na visita ao cemitério onde estariam sepultados 180 brasileiros na cidade de El Centro, Califórnia.

Sete: Agradecimento ao Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior. Ao Oficial John O'Malley, por ensejo da Missão Parlamentar que foi aos Estados Unidos em 2004 da qual participaram os Senadores Hélio Costa, Marcelo Crivella e Deputado João Magno. Agradecimento especial ao Conselho de Altos Estudos e avaliação tecnológica da Câmara dos Deputados, como órgão técnico consultivo vinculado à Mesa da Câmara.

O Conselho proporcionou um importante suporte para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão. E outras questões não seriam necessárias.

Portanto, eu só quero aqui fazer a leitura em dois minutos, eu consigo fazer, rapidamente. Do agradecimento feito a uma pessoa que sem ela e também, Senador Marcelo Crivella, sem ela nós não teríamos avançado nessa CPMI, pela sensibilidade, pela determinação que teve o Ministro Hélio Costa hoje, o Senador Hélio Costa, hoje Ministro da República das Comunicações. Nós então queremos proceder à leitura rapidamente, que de fato eu pretendo que seja como Relator e sei que V.Ex^a. também, nós Deputados e Senadores um agradecimento, um destaque a presença do Ministro Hélio Costa.

Por uma questão de justiça o Senador Hélio Costa, atual Ministro de Estado das Comunicações, é merecedor de distinção especial por parte dos imigrantes e dessa CPMI. Sua sensibilidade política e seu profundo conhecimento das questões nacionais e internacionais, levaram-no a iniciar o processo que resultou na criação dessa Comissão.

Esperamos que este trabalho corresponda às expectativas de seu idealizador e renove as esperanças das comunidades brasileiras no exterior. É importante ressaltar que quando o Senador, Presidente dessa Comissão, Senador Marcelo Crivella, esse Deputado que relata todo esse trabalho, Deputado João Magno e o Ministro Hélio Costa, determinamos fazer essa CPMI, buscar as assinaturas, foi quando nós fizemos a primeira repatriação de brasileiros e assustamos com as condições de violência, de abuso, de marginalidade que viviam os nossos brasileiros no exterior e discriminação principalmente nas cadeias americanas, nos presídios americanos. Foi quando determinamos que tínhamos que repatriar os brasileiros, fizemos 1.250 repatriações e a partir daí fizemos essa CPMI que hoje, graças a Deus, reflete e apresenta ao nosso País um trabalho sério e importante para toda a população imigrante que está lá fora e seus parentes que estão também dentro do Brasil.

Essa é a minha participação, Senador, nesse início dos trabalhos. Então aqui nós vamos agora abrir o debate para os Srs. Senadores e Deputados.

Passo a palavra ao Senador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Srs. Senadores eu sei que todos aqui gostariam de falar nesse momento solene em que a Comissão termina seus trabalhos. Então vamos inscrever. Primeiro o Senador Eduardo Suplicy. Mais alguém? O Deputado Takayama, Senador Eduardo Azeredo, André. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr.

Presidente Senador Marcelo Crivella, Deputado João Magno, senhores membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Imigração Ilegal. Eu quero mais uma vez cumprimentar o Presidente, o Relator e todos os membros e também apoiar a menção de agradecimento ao Ministro Hélio Costa que, inclusive, e até juntamente com o Senador Marcelo Crivella e com V.Ex^a. Deputado João Magno, participou de algumas iniciativas de ir aos Estados Unidos para trazer muito dos brasileiros que ali se encontravam presos.

Então naquela fase inicial que resultou depois o trabalho desta CPI enquanto Senador ele estava intensamente participando deste trabalho, então é mais do que justa a referência que é feita a ele. Quero também agradecer de ter aceitado a proposição que fiz que na verdade era da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal que já aprovou, o Senador Eduardo Azeredo é Vice-Presidente lá apoiou, assim como o Presidente Roberto Saturnino Braga. Eu acho que é importante essa manifestação como que possamos nós aqui do Congresso Nacional Brasileiro estar transmitindo ao Congresso Nacional Norte-Americano que não podemos ver com bons olhos a restrição crescente que se faz de barreiras a livre movimentação dos seres humanos.

Se me permite, Deputado João Magno, eu tenho quase certeza que ali no Requerimento que comuniquei a V.Ex^a. tinha ademais daquilo que V.Ex^a. registrou, mas havia uma referência que eu avalio que talvez seja interessante na hora de se enviar a comunicação para o Congresso Norte-Americano. Ou até V.Ex^a. poderá redigir na forma como considerar. Porque eu acredito, Sr. Presidente, que então essa comunicação poderá ser feita pela CPMI aprovado o Relatório pelo Congresso Nacional, pelo Plenário e então decorrerá como resultado um ofício nosso, Congresso Nacional Brasileiro, ao Congresso Nacional Norte-Americano e que haja o seguinte sentido: Que nós não podemos ver com bons olhos o barreira cada vez maior que se faz para os seres humanos hispano-americanos, inclusive, nós brasileiros de estarmos podendo ingressar nos Estados Unidos e até transmitir aos cidadãos norte-americanos e aos seus representantes no Congresso Norte-Americano. Se é desejo deles como tantas vezes manifestado de podermos do Alasca a Patagônia termos uma área de livre comércio, se for para haver a integração, que essa integração chegue a um dia, por exemplo, seguir o que acontece na União Européia onde os seres humanos hoje podem escolher aonde estudar, trabalhar, viver em qualquer dos Países da União Européia e, portanto, que não haja muros daquela ordem que estão hoje sendo objetos

de movimentos crescentes, críticos de opinião pública, inclusive, lá dentro dos Estados Unidos. Então acho que é interessante que nós possamos manifestar isso e com todo respeito e construtivo, nós que obviamente somos solidários à preocupação dos norte-americanos do Governo dos Estados Unidos para que lá não haja mais atos de terrorismo, tais como os que levaram a morte de mais de 3 mil pessoas em 2001, mas que a maneira de corrigir isso não sejam as barreiras crescentes a movimentação dos seres humanos.

Então, mais uma vez, deixo o meu cumprimento, o meu voto favorável, Sr. Presidente. Eu estou inscrito para falar, eu preciso ir ao Plenário. Então fica aqui registrada se puder considerar o meu voto favorável ao parecer lido pelo nosso Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado Senador Eduardo Suplicy. Agradeço a contribuição de V.Ex^a. que se destaca nesta Casa pelo altruísmo, pelo direito, pela defesa às liberdades individuais de qualquer cidadão de qualquer nacionalidade. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Ex^a. o senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não, com a palavra V.Ex^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então está incorporada esta proposição que V.Ex^a. fez, Senador Suplicy, e vamos acatar também o expediente que V.Ex^a. propõe junto ao Congresso Nacional Americano. Fruto deste trabalho, vamos elaborar de acordo com que V.Ex^a. propôs.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E levando em conta a conclusão do Relatório, que possa o Congresso Norte-Americano receber a comunicação por escrito que V.Ex^a. e o Presidente Marcelo Crivella que, inclusive, conhece tão bem o idioma inglês, saberão escrever, e me disponho a ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Vossa ajuda é valiosa. Passamos então a palavra ao nobre Deputado Takayama. Com a palavra V.Ex^a.

DEPUTADO TAKAYAMA (PMDB-PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de iniciar a minha fala eu gostaria de parabenizar a V.Ex^a. pelo brilhante, pelo espetacular trabalho realizado à frente desta CPMI. Com certeza a presença de V.Ex^a. à frente ajudou a enriquecer muito a discussão sobre a situação dos brasileiros no exterior. E também o companheiro Deputado João Magno que apesar de ter enfrentado dentro da sua trajetória política um momento de turbulência, soube demonstrar a serenidade e acima de tudo a dignidade para continuar realizando um trabalho que foi uma determinação do

seu eleitorado e dos brasileiros que o colocaram aqui no Congresso.

Sempre estive ao lado de João Magno, por conhecer e conviver com ele e vendo o seu trabalho, a sua dignidade e sua dedicação. Não poderia deixar também de citar os demais companheiros como o Senador Costa que hoje é Ministro, Hélio Costa que é Ministro das Comunicações. Mas uma citação aqui que não posso faltar é a participação desta Comissão técnica que esteve todo o tempo dando-nos apoio. O companheiro Isaías Faria de Abreu e outro nobre, brilhante Advogado que participou da Mesa recentemente aqui há poucos instantes.

Eu quero deixar aqui nesse último dia no encerramento desta CPMI deixar aqui as minhas considerações.

Primeiro, de que a luta não cessa. Enquanto houver um brasileiro, um cidadão brasileiro convivendo em outro País sendo discriminado, sendo colocado como se fosse uma pessoa inferior, sofrendo as agruras de um trabalhador que vai a um outro País em busca daquilo que é mais digno na vida do ser humano, que é a oportunidade de trabalho. Eu acho que nós, este Congresso deve dar este apoio constante. E é por isso que já desde o início do meu mandato, antes da formação desta CPMI nós já lutávamos com a idéia de criarmos um Projeto que pudesse alcançar o brasileiro no exterior.

No início, companheiro João Magno e demais membros da Mesa, nós iniciamos com um Projeto Educação sem Fronteiras. Conforme eu fui me envolvendo com os problemas do brasileiro no exterior, eu fui percebendo que o problema não era só no âmbito da educação e sim havia problemas sociais profundos, como V.Ex^a. João Magno, já citou aqui na sua Relatoria. Problemas de delinquência, problema de criminalidade. O filho de um brasileiro que, por exemplo, vai viver no Japão em busca de um mercado de trabalho temporário que no Japão ainda é considerado um subemprego, mas hoje até dentro do Japão a realidade mostra a necessidade desse trabalho, muitas vezes só o emigrante ou as pessoas convidadas para ir de fora fazer que é o trabalho braçal, provocava resquício na vida desse cidadão. Principalmente o brasileiro que é o Japão por ele ser um pai de família, por exemplo, teria que levar mais alguns membros da família, um filho. E quando o filho vai a um País como o Japão que tem uma cultura, vamos dizer, diferente da do Brasil. É um País de cultura milenar. O filho do brasileiro que vai lá, quando vai acima dos oito, nove, dez anos, ele dificilmente se adequa a uma cultura e começa encontrar uma barreira enorme na sua integração social com as pessoas que convivem naquele País. É um passo muito

rápido para a marginalidade por ele não se encontrar com seus companheiros e não se sentir igual àqueles que convivem igual a sua volta, e acabam se tornando delinquentes. E o que é pior com o tempo eles se tornam analfabetos no Japão, por exemplo, e quando voltam, faz o caminho de volta com o seu pai se torna um analfabeto em língua portuguesa.

E estes problemas da educação, da integração social, do problema da Previdência que o brasileiro vai ao exterior seja de forma emigrante com visto temporário ou emigrante de forma, vamos dizer, ilegal, essas pessoas acabam não contribuindo nem lá, aliás, até é recolhido a sua parte, mas ele não participa da cidadania daqueles País, e acaba tendo que voltar ao Brasil absolutamente já envelhecido, absolutamente sem nenhuma condição. Então os problemas eu percebia nesta minha participação aqui no Congresso preocupado com o problema do brasileiro no exterior, eu fui me aprofundando e fiquei “feliz”, entre aspas, quando se criou a CPMI, porque aí se desnudou se desnudou um outro quadro, se viu uma outra realidade com milhares de brasileiros tentando o mercado de trabalho, e essa realidade foi minuciosamente destrinchada, aberta, desnudada pelo companheiro como o Senador Marcelo Crivella.

Ora, era hora de nós nos somarmos a esta equipe, para buscamos uma solução. Por isso para finalizar eu quero dizer que me sinto feliz em ter participado e tenho certeza que a minha contribuição foi importante neste processo desta Frente Parlamentar ou desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e deixo aqui exatamente a minha contribuição, porque eu acho que esta ferramenta não pode se encerrar, quando se encerra a CPMI.

Eu acredito que ela deve continuar e a continuação seria exatamente com a criação desta Frente Parlamentar Cidadania sem Fronteiras que vai atuar na área, quer dizer, no apoio ao brasileiro que vive lá fora, e enquanto tiver um brasileiro sofrendo ou encontrando discriminação em qualquer parte do mundo, eu acho que essa Frente será o mecanismo de elo entre o nosso Itamaraty, entre o nosso Poder Executivo e o cidadão brasileiro. Será uma ferramenta, eu tenho certeza importante, quando vejo nomes da importância que foram citadas aqui que nos ajudarão como assessoria técnica a nós avançamos nos grandes problemas que o cidadão brasileiro tem e convive.

Quando nós percebemos que só o brasileiro que vive no Japão, não estou somando a esta estatística os artistas, os jogadores de futebol que trazem grande soma de dinheiro ao Brasil. Mas só o cidadão brasileiro, entre aspas, o chamado “formiguinha”, o trabalhador que vai em busca de salários, muitas vezes, baixos

para aqueles Países, mais altos para a realidade do momento brasileiro que nós estamos enfrentando, são mais de dois bilhões e meio de dólares enviados só do cidadão brasileiro que vive no Japão. Isso de forma oficial fora o que vem de forma, vamos dizer, extra-oficial. (risos) Quando olhamos para o problema dos Estados Unidos. Nós sabemos aqui que os dados oficiais é um. Mas nós sabemos que existem hoje um número enorme cuja estatística nós não podemos ter. Apenas podemos ter uma idéia empírica do assunto, porque nós sabemos que são milhões de dólares enviados ao Brasil de forma, muitas vezes, escusas e essas pessoas acabam se tornando vítimas até de pessoas más intencionadas que acabam furtando esse dinheiro desses trabalhadores que gastam a sua vida e quando chegar no fim da sua carreira, dão o melhor de si para os outros Países, e quando voltam ao Brasil muitas vezes voltam sem absolutamente nada.

Então esse procedimento de criarmos a Frente Parlamentar também vai ajudar o brasileiro no caminho de volta no problema da sua, vamos dizer, do seu investimento quando ele voltar ao Brasil, porque conheço um número enorme de exemplos de brasileiros que estavam no Japão, conseguiram amearhar uma boa quantia, e quando voltam ao Brasil acabam jogando investimento que não estavam preparados ou que não estão adequados, não há uma orientação para eles, acabam perdendo todo o investimento, fazem o caminho de volta, aí desagregam as suas famílias porque acabam tendo que voltar a outro País ou ao País que ele estava, seja o Japão ou qualquer País europeu.

Então eu acho que essa Frente Parlamentar, Deputado João Magno e Senador Marcelo, nós poderíamos ajudar também na criação de mecanismo de orientação no caminho da volta, ajuda no setor da educação como segundo e terceiro graus, e outras coisas como a questão da Previdência que nós temos certeza, que já foram criados aqui através da CPMI grandes avanços para adequar a nossa legislação aos problemas que nós estamos percebendo com relação ao estrangeiro.

Fica aqui os meus parabéns ao Senador Marcelo, o parabéns ao companheiro João Magno pelo seu trabalho, pela dedicação, pelo senso de responsabilidade e esse sentimento de altruísmo que levou a este Relatório brilhante que nós estamos percebendo aqui que estão em nossas mãos. Parabéns e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, V.Ex^a. Deputado Takayama que fez conosco uma viagem ao Japão e que foi o nosso líder. Quer dizer, conduziu todos os trabalhos, nos orientou, nos mostrou exatamente a realidade dos brasileiros, quase trezentos mil que vivem no

Brasil. Parabéns a V.Ex^a. pelos Projetos apresentados, eu diria pelos objetivos alcançados, pelo sucesso dessa Comissão. Nós continuamos em discussão.

Eu vou pedir ao Senador Eduardo Azeredo e o André Costa que façam uso da palavra, e em seguida vamos votar. Nós temos *quorum* já, a votação é por acordo, de tal maneira que não teremos nenhuma dificuldade para aprovar o nosso Relatório. Apenas que possamos fazer com brevidade essa fase da discussão e passarmos então à votação.

Com a palavra o Senador pelo Estado da Minas Gerais, Eduardo Azeredo do PSDB.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr. Relator, Deputado João Magno, Srs. Deputados e Senadores, eu quero justificar o meu voto favorável a esse Relatório, o trabalho é realmente muito bem feito. Nesse período longo, o Relatório que nós temos em mãos ele mostra exatamente, primeiro, um “raio x” da situação dos imigrantes brasileiros, é um “raio x” que mostra dados preocupantes em vários momentos, são preocupantes pelas dificuldades que os brasileiros enfrentam. Esse dado, por exemplo, de que enquanto os Estados Unidos concederam 395 mil vistos de imigrantes em 2005, apenas 2.077 foram para o Brasil. E isso a gente compara com outros Países, eu gosto muito de números, nós vemos aqui Barbados com mais vistos de imigrantes do que o Brasil. Cuba com mais vistos de imigrantes do que o Brasil. Honduras, Equador, El Salvador, Peru, Guatemala, todos estes Países com a população é muito, mas muito menor do que brasileira, e com relações comerciais muito menos significativas do que relações Brasil/Estados Unidos, também.

De maneira que esse é um ponto importante em relação a essa emigração para os Estados Unidos. Ou seja, os Governo americano tem que ser alertado para que possa realmente aumentar o número de vistos legais para os brasileiros, aí tendo mais vistos legais, evidentemente, nós teremos uma diminuição da procura por entradas ilegais naquele País.

O Relatório também aborda a situação dos brasileiros em vários outros Países. O Japão com o caso dos dekassegui, a questão mesmo da Europa, como Portugal, China também um pólo importante de atração em cima dos brasileiros, os nossos conterrâneos de Minas Gerais têm uma participação muito grande nessa população que vai em busca de melhores oportunidades e esperamos que também aí nós tenhamos um outro fator que seja o fator de desestímulo a saída através do estímulo a ficar no País, e que o Brasil possa ter níveis de crescimento maior do que tem hoje, que são níveis de crescimentos como nós temos comentado superiores apenas ao Haiti. No ano pas-

sado, apenas o Haiti no cotejo de Países da América Latina um crescimento muito pequeno realmente que o Brasil teve. Se nós tivermos um crescimento maior, evidente que as oportunidades de trabalho também crescerão e muitos desses que vão embora por aqui poderão ficar.

Eu vejo também que o Relatório chega a um bom termo na questão referente às propostas, uma delas diz respeito à questão de representação política de quem está no exterior, 3 milhões de brasileiros, é muita gente, então eles não têm hoje o direito de cidadão brasileiro a não ser votando para Presidente. Nós já votamos aqui no Senado um Projeto que estende também essa votação também para Governador e Senadores, esse Projeto já está na Câmara, e ainda hoje estava previsto também uma Emenda Constitucional do Senador Cristovam, mas não foi votada, que diz respeito a nós termos também, brasileiros do exterior, representando na Câmara dos Deputados e que está também com um Projeto que consta aqui.

Eu acho que é muito importante que nós tenhamos realmente representantes aqui a exemplo do que acontece com Portugal, com Itália, com Espanha, com vários Países que já têm esse sistema, e que é um sistema importante e que funciona.

De forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, eu quero cumprimentar realmente pelo trabalho feito, uma CPMI que não buscou holofotes, uma CPMI que buscou trabalho, e ao buscar esse trabalho chega a um bom termo. É uma questão que deve continuar merecendo a nossa atenção, agora acompanhando esses Projetos que eles sejam efetivamente votados. Porque essa é uma frustração que todos que são Parlamentares acabam tendo. É que os Projetos por vezes demoram muito a chegarem a fase final e, portanto, não viram leis. Nós precisamos que esses aqui, pelo menos, virem leis efetivamente. Há questão também da Previdência que eu gostaria de salientar a importância de que esses brasileiros possam ter a contribuição para a Previdência, já existem algumas iniciativas tomadas a nível do Governo, mas algumas até anteriores a este Governo, ainda no Governo do Fernando Henrique. Eu me lembro do Maurílio Cunha Lima também já buscando alternativa nesse sentido, mas o fato é que a providência de termos a proteção Previdenciária não existe como deveria ser, e a questão também da transferência de recursos financeiros. Quando a gente tem a oportunidade de fazer alguma viagem e assiste as nossas televisões com a transmissão internacional, nós vemos a quantidade de anúncios de empresas que transferem recursos, só que ela cobram 20% de Comissão, cobram 15% de Comissão.

Então, os nossos Bancos oficiais têm obrigação de melhorarem o serviço prestado a esses brasileiros para que eles possam remeter recursos aqui para o Brasil.

Meus cumprimentos, Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós é que agradecemos a participação de V.Ex^a., muito obrigado por suas palavras, pela análise e o último orador inscrito para discutir o Relatório é o Deputado do meu Estado, André Costa. Com a palavra V.Ex^a.

DEPUTADO ANDRÉ COSTA (PDT-RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, uma boa tarde as Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, um agradecimento especial a toda equipe técnica que propiciou o trabalho dessa CPMI, agradeceria a todos na pessoa do Secretário Executivo da Comissão de Isaías Faria de Abreu. Parabênz, antes de mais nada, V.Ex^a., Deputado João Magno, Senador Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella que certamente na sua condição de trabalho emprestou muito da sua formação cristã, da sua experiência de vida no exterior, durante um longo período, para a compreensão da dramaticidade que envolve toda a comunidade brasileira no exterior e na busca do equacionamento e de soluções práticas até no âmbito do Executivo e soluções legais que dizem respeito ao nosso trabalho.

Parabéns também igualmente ao Deputado João Magno pela brilhante condução do Relatório. O Deputado que provém de uma região exatamente das mais afetadas do Brasil pela imigração.

Com observação inicial eu faria menção rebatismo da nossa CPMI, que eu considero oportuna realmente Imigração Ilegal, pode levar uma dupla interpretação, e que não é o que desejamos. Por vias enfatizamos aqui que não há brasileiro ilegal à luz da nossa legislação, a legislação pátria da Constituição Federal. Onde quer que eles se encontrem alhures, aqui ou acolá, ele é um cidadão de plenos direitos. E é nesse sentido que a CPMI foi conduzida, foi composta, foi trabalhada, ou seja, na garantia desses direitos. Levar o guarda chuva de proteção constitucional que serve a todos os brasileiros que se encontram em território pátrio, a todos os outros que aqui não se encontram, mas que são certamente cidadãos brasileiros de plenos direitos à luz da nossa legislação.

Portanto, fica ainda mais claro esse novo título empregado à nossa CPMI.

Falar da minha satisfação de pertencer a este honroso trabalho que seria... Dada a dramaticidade, dificuldade que este Parlamento viveu nos últimos meses, nos últimos anos, talvez um dos seus melhores frutos têm sido exatamente esse. A CPMI da

Emigração, ou seja nesse aporte que vai muito além do Parlamento, um aporte a sociedade civil, Estado Nacional Brasileiro.

Nesse sentido parabenizar o Deputado Takayama pela iniciativa da Frente Parlamentar, que eu acho que será um grande instrumento porque agora nós constituirmos uma força tarefa junto às Mesas representativas da Câmara e do Senado e ao Governo Federal, para que muito das nossas propostas cheguem a um bom termo o mais rápido possível. Sabemos das dificuldades da tramitação na Casa por conta das Medidas Provisórias, mas devemos então, portanto, termos a responsabilidade de sensibilizar os dirigentes e também ao Presidente da República na necessária condução de alguns Ministérios, naturalmente o Ministério da Justiça e das Relações Exteriores na melhor adaptação a essa nova realidade.

E com relação ao Ministério das Relações Exteriores, por fim eu digo que esse Relatório chega em muito bom momento porque há tempo naquela Casa que percebe-se que o Estado Nacional Brasileiro tem que de dar mais atenção ao serviço consular.

O próprio serviço consular foi desprestigiado durante décadas, no próprio Ministério das Relações Exteriores. Isso não condiz com a nova realidade de 3 milhões de brasileiros residentes no exterior. Precisamos aparelhar o serviço consular. As sugestões estão aqui, espero que a Frente, nesse sentido, a Frente Parlamentar a ser criada ela opere nesse sentido, da sensibilização do Governo Federal para esse ajuste do serviço consular no Ministério da Justiça, na criação da adidância policial em vários postos e naquilo que é nosso dever de Casa que nós consigamos sensibilizar as Mesas Diretoras para que tenham uma tramitação rápida, urgente às nossas proposições legais.

Certamente o que os senhores e senhoras deixam por votar agora há pouco, será um grande legado, não a esse Parlamento, mas o Estado Nacional Brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós é que agradecemos a participação sempre tão contributiva de V.Ex^a. nos trabalhos, nas viagens dessa Comissão. V.Ex^a. que é um Parlamentar de carreira, perdão, um Diplomata de carreira, que nessa condição acabou abrillantando e muito com a sua experiência a nossa Comissão. Eu quero concluir esse trabalho parabenizando a todos os membros dessa Comissão, aos funcionários, nossos Assessores que estiveram permanentemente conosco nas viagens internas e externas. Agradecer ao querido Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações, desde a nossa primeira viagem sempre uma pessoa extremamente preocupada com as questões dos bra-

sileiros que vivem lá fora, porque viveu muitos anos lá fora e sabe como é duro viver em Países distantes do seu, pelo nosso temperamento, muitas vezes, pela discriminação que sofremos e mesmo em condições vantajosas que foi o caso dele. Sempre encontrou dificuldades. Vivi dez anos na África, podia também aquilatar o que passa um brasileiro lá fora.

João Magno, da região do VALE DO RIO DOCE, sabe também perfeitamente o que é emigração em condições, eu diria, que não são as legais ou não são as próprias dos brasileiros que na maioria das vezes são vítimas de coites, aliciadores, financiadores e falsários, que vendem a eles um falso paraíso.

Quanto a isso eu gostaria de terminar isso, quer dizer fazendo uma reflexão sobre o que eu acho ser um arquétipo de todos os movimentos migratórios que envolveram a civilização que é a ida dos Hebreus para o Egito.

Vejam só no momento que José é vendido pelos seus irmãos e vai ser escravo no Egito inicia-se ali talvez a raiz do movimento dos escravos que vieram para o Brasil, também vendidos pelos seus irmãos. 14 milhões de negros são vendidos para a América. Quando José prospera e a fome aflige seus irmãos e seu pai e eles vêm habitar o Egito, tem aí mais uma característica importante que é a fuga da fome, da miséria, da falta de condições de sobreviver que move muito dos brasileiros a irem hoje para o exterior.

No Egito se multiplicaram, chegaram a um número de 3 milhões e aí passaram a sofrer uma perseguição política. Ora, não é essa a motivação, por exemplo, que faz com que, aliás, deu tema ao filme “Hotel Ruanda” naquela região Centro África, com milhões e milhões de pessoas fugindo de um genocídio político? Não é também essa perseguição que fez mover os judeus na época da Segunda Guerra Mundial de tal maneira que a gente olhando para trás de repente consegue projetar o futuro. Movimentos migratórios que ocorrem às vezes em massa pelas mesmas razões de sempre.

A Declaração dos Direitos Humanos de 48 diz que - e nós a citamos no nosso Relatório - diz que: Se qualquer cidadão tem o direito de deixar o País em que vive, inclusive o seu, e a lá tornar, não acontecia com os brasileiros que lá nos Estados Unidos, e muito ainda, estão vivendo como exilados. Tem uma mãe doente que não podem visitar no Brasil. Ou morre, falece um amigo e não podem chegar a um aeroporto que significa prisão. Não vão visitar, nem comparecer ao funeral, por exemplo, porque vão ficar preso três meses aguardando uma sentença de deportação.

Acho que o trabalho fundamental desta Comissão foi aquela visita feita ao Senador Kennedy, o Senador democrático de Massachusetts, porque hoje no

Senado Federal já tramitou, embora não seja regulada a lei e nem definitivamente aprovada, mas em Estado adiantado o Guestworka(F) que foi a mesma lei que os alemães adotaram logo depois da guerra com relação aos trabalhadores turcos. E é isso que nós queremos dos Estados Unidos. Não construam muros, mas que aprovelem definitivamente a lei que dar legalidade a todo trabalhador que tenha emprego formal por ocasião da promulgação dessa lei. Nós citamos no nosso Relatório os dados do ano passado, mas os dados que me veio a mão de 2003 é da série histórica, era de 1 milhão de trabalhadores entrando ilegalmente nos Estados Unidos, e a média história brasileira é de 6 mil no máximo, o ano passado 2. A alegação do Governo americano é de que não concedia mais vistos legais aos brasileiros, porque havia uma importante imigração ilegal que já não existe mais. Outro objetivo extraordinário dessa Comissão. Não vemos mais nesse ano a tristeza de 35 mil brasileiros presos e deportados dos Estados Unidos por imigração ilegal. Esse ano não chega a 600, 700. Quer dizer poupamos de sacrifício, milhares, milhares e milhares de brasileiros.

Eu me lembro, eu quero deixar isso aqui relatado. Um dia numa Texas Parole Violators, que é uma prisão em San Antonio para as pessoas que não pagaram *bail*, não pagaram fiança. Ali estava entulhado de brasileiros. Por duas vezes visitei aquele presídio. Em uma vez os presos me disseram: “Senador, não deixe de ir ao *well*, ao poço”, que era um calabouço aonde estava uma brasileira que segundo eles tinha sido levada para lá por questões psíquicas.

Desci até lá e encontrei um moça de 22 anos, goiana, mas que vivia em Brasília, na seguinte condição: Estava nos seus dias de menstruação, nua, apenas coberta com uma... Apenas vestida com uma coberta, se eu posso dizer vestida, coberta com uma manta, numa cama sem colchão e travesseiro que tinha ao lado um vaso sanitário, que em cima tinha uma pia vigiada por uma policial. Essa moça deitada, isso era um sábado, 3 horas da tarde, muito frio, ela quando me viu falando em português chegou à cela que não tinha mais do que 1,5 por 3... 5 metros quadrados.

Então ela se levanta meio desnorteada, e eu digo: “O que é que está acontecendo? Ela disse: “Olha, aqui é o seguinte - até esse momento ela não sabia que eu era Senador, mas ela me explicou o seguinte - eu estou presa há seis meses, vim para cá iludida, tenho dinheiro para voltar, pagando a minha própria passagem, não falo nada de inglês, o tempo passava e nada se resolvia. Então eu dei uma de louca, eu comecei a gritar, a unhar o meu pescoço, a dizer que ia me matar, e gritava e gritava de noite e eles então me

colocaram aqui porque acharam que realmente eu ia tentar contra a minha própria vida”.

Imaginem João Magno, uma situação de uma moça universitária, eu estava com celular, coloquei ela com a família, o pai muito preocupado porque ela não dava notícia há meses, sendo tratada de acordo com o manual. Os americanos são assim, tratam de acordo com o manual, é louca então coloca ela aí nessa situação mesmo, comendo com as mãos. Nesse mesmo presídio, voltando meses depois encontro um senhora que também três meses de prisão, vindo de Goiás, quando me vê, me abraça, chora e diz: “Senador me tira daqui.” E eu perguntei a ela: “Mas o que senhora veio fazer aqui?” E ela me disse: “Tenho um filho excepcional, 34 anos, me custa 1.400 reais os remédios, ele dá ataque à noite, está cada vez mais difícil conseguir esse dinheiro, não tenho mais a quem pedir, me disseram que empregada doméstica nos Estados Unidos ganha 5 mil reais. Eu vim ser empregada doméstica”, e o relato dela nos comoveu a todos. No dia seguinte consegui para que ela voltasse ao Brasil, pedi a TV Record que acompanhasse quando chegasse em Goiás, em Goiânia, a reportagem acompanhou a chegada dela em casa, uma casa muito humilde, sai lá de dentro exatamente aquele rapaz chorando, desde que a mãe tinha partido estava chorando, vigiado por uma vizinha, a mãe era a única coisa que ele tinha na vida, e ela perdeu lá meses de vida dela, e pior vendeu coisas, se desfez de seus poucos bens para dar dinheiro a coiotes, aliciadores, falsários, a financiadores que exploraram essas pessoas, que chegam lá já devendo dinheiro, e ficam lá anos apenas para pagar a dívida por ter ido para lá ilegalmente.

Conseguimos reduzir esta vergonha nacional, esta ferida aberta. A novela América é outra coisa que gostaríamos de citar no final desse Relatório.

Chamamos aqui a autora da novela, que num gesto muito antidemocrático rejeitou todos os pedidos feitos, inclusive, a ida de um Deputado à Rede Globo para tentar negociar que ela viesse para discutirmos isso, porque foi pela ocasião da novela América que o número de brasileiros explodiu no exterior.

Portanto, nós chegamos ao final de mais de um ano de visitas a Europa, a Ásia, e a América, de muitas idas aos presídios, de conversas com milhares de pessoas, de trazê-los, aliás, o depoimento que deram a Polícia Federal na chegada do aeroporto de Confins em Belo Horizonte, está aqui mostrando o perfil desses brasileiros. É muito humilde. Pessoas que foram para lá apenas para trabalhar.

Fomos a Inglaterra, e agora no dia 27 está prometido o Relatório Final da Scotland Yard para dar definitivamente uma resposta sobre o assassinato brutal e

covarde de Jean Charles de Menezes, que esta Comissão se fez ouvir lá dizendo que aonde assassinassem um brasileiro que mais humilde que fosse, soubessem que por trás dele há um Congresso Nacional, há uma Nação, há um povo, que iria clamar por justiça até o último momento.

De tal maneira que me senti muito honrado, Deputado João Magno, de fazer parte dessa Comissão, e de chegar hoje ao final dos nossos trabalhos.

Queira Deus que a Frente Parlamentar prospere, possa encontrar no trabalho Parlamentar de seus membros especial atenção para que nossos Projetos tramitem, sejam provados. Um já foi aqui no Senado precisa ser aprovado na Câmara, sejam sancionados pelo Presidente da República no momento, eu diria, de cidadania para os brasileiros que vivem lá fora.

Segundo dados do BID, do Banco Interamericano, o Brasil recebeu em 2005, 6 bilhões e 400 milhões de reais emitidos pelos seus estrangeiros, pelos brasileiros que vivem na diáspora, a *broad*(F), 6 bilhões e 400 milhões de reais não é superado por nenhuma outro item da nossa pauta de exportação, nem sequer aviões da Embraer. E mesmo que chegue perto a exportação de (inaudível), que é 7% do nosso PIB, não tem nem de longe o valor agregado dessas remessas que é 100%.

Aliás, fizemos uma denúncia seriíssima, Senador Eduardo Azeredo, numa das tantas audiências que fizemos. Existe uma elite brasileira de rentistas que receberão este ano 180 bilhões por seus investimentos financeiros. É claro que com a concentração da renda que existe no Brasil, uma parcela, eu diria, efetiva desses rentistas vão querer consumir no exterior, se capitalizarem em moeda estrangeira no Brasil estão com o consumo saturado. Para que haja dólar no BANCO CENTRAL onde hoje vige uma Resolução de que o brasileiro pode trocar o quanto quiser de real em dólar, desde que esteja depositado no Banco. Nós precisamos estar muito atentos para que não haja instrumentos de poder de uma elite interessada que haja dólar no BANCO CENTRAL, mesmo que esse dólar venha de brasileiros enganados que foram lá para fora, muitos para limpar banheiro, para fazer serviços que os americanos chamam, Fabiana, de *hard*, *dirty* e mal pago. Quer dizer, sujo, difícil e mal remunerado, e é claro que eles mandam 30 dólares, 40 dólares para uma mãe doente, para um irmão que está estudando, esse dólar fica no BANCO CENTRAL, chega na casa deles o real, e ali tem-se um volume grande de dólares para que uma elite que ganha tanto dinheiro em juros, cujas taxas são as principais causas - diz-se que o Senador Eduardo Azeredo denunciou, que é um crescimento

só acima do Haiti, isso é um absurdo num País com um potencial como o nosso.

Pois bem, nós precisamos estar atentos para que não haja instrumentos de poder para exportar pobre com risco de suas próprias vidas.

Essa CPI foi uma sentinela extraordinária. Parabéns aos senhores, parabéns aos membros dessa CPI, parabéns aos nossos Assessores pelo brilhante trabalho, parabéns ao nosso Relator, e como disse o Takayama foi guerreiro, porque as outras “CPIs do Holofote”, as outras “CPIs do Denuncismo”, das capas de jornal e a gente está vendo que quanto mais passa o tempo, menos denúncias são provadas, a coisa vai caindo naquilo mesmo que a gente sabia, que era uma disputa eleitoral de Governo, oposição aquela coisa toda.

Muito bem, essa CPI manteve o seu curso, fez suas viagens, fez suas reuniões e hoje termina de maneira brilhante prestando ao País um relevante serviço.

Não havendo mais quem queira discutir...

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Excelência...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Por favor. V.Ex^a. tem todo direito de usar da palavra.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – É que eu cuidei da parte mais técnica, do início, e eu peço assim que eu me sinto como brasileiro bastante satisfeito com o trabalho que me foi entregue por parte da população do meu Estado e por parte da população brasileira, também, na condição de Relator na função de ser um Relator de uma CPMI envolvendo as duas Casas aqui do Parlamento Brasileiro, e com certeza eu só posso neste momento de conclusão dos trabalhos fazer alguns agradecimentos que eu acho importante.

Foram, afinal de contas, três anos intensos de uma dedicação assim muito forte ao problema emigratório brasileiro. Quando nós começamos o movimento de repatriação das pessoas. 2003 foi o primeiro avião de deportados. E na seqüência a necessidade de criar uma CPMI. Então em primeiro plano quando a gente concluiu um grande empreendimento das nossas vidas normalmente a gente enfrenta tempestades, e é preciso não desanimar, é preciso encarar porque todo o contexto, toda a conjuntura que eu submeti para poder continuar nessa relatoria e guarnecer o meu mandato de tentativas infames de me tirar do direito de ser um homem público no Brasil, eu consegui. Em primeiro, graças a Deus, eu consegui superar. Se tem uma palavra que eu aqui falo é graças a Deus, é agradecimento ao Pai Superior por ter sido resistência para fazer

o que eu fiz. E desta forma agradeço aos Parlamentares que também colaboraram muito. Os Srs. Senadores aqui presentes, o Senador Eduardo Azeredo, o nosso amigo também Deputado André Costa, e V.Ex^a. Senador. Eu não tenho um estilo de ficar... Tecer elogios, porque muitas vezes quem merece já expressa no seu próprio trabalho e no seu jeito de ser. Mas eu acho que as suas qualidades, são qualidades dignas de ser ressaltadas para o Brasil, em primeiro lugar por ser uma pessoa muito sensível, estudiosa, dedicada às causas maiores do nosso País, e esta causa emigratória é realmente uma causa de alta relevância é uma causa nova, talvez a imensa maioria das autoridades do nosso País ainda não perceberam o que é esse fenômeno emigratório brasileiro. E uma pessoa preparada. Nós precisávamos de políticos que pudesse dominar com fluência o inglês, para chegar diante das principais autoridades americanas e falar o que tinha que falar, dialogar, e tivemos uma boa sorte de ter o Ministro Hélio Costa no começo, que ficou um tanto importante, e V.Ex^a. chegou com esta firmeza, esta dedicação inteira, podendo garantir um trabalho muito contundente diante das autoridades americanas.

Eu me lembro quando nós chegamos lá, foi contada aqui uma pequena história, eu vou trazer aqui uma pequeninha história, também, daquela criança que fugiu com o pai, um pai de Rondônia que saiu com uma criança de nove anos para encontrar com a mãe em Boston e quando atravessaram a fronteira do México, no deserto, perto de Phoenix, chegaram a andar três dias com essa criança, o pai e a criança apenas, quando pegaram durante três dias no deserto, as pessoas já apresentando sinais mesmos de desidratação, a criança, o pai espinhados por cactos, inclusive, a criança que nós chegamos a ver num presídio de crianças, aí pegaram o pai e levaram direto para a prisão, separaram a criança do pai, ele entrou em pânico e desespero, quando nós chegamos lá tinha sete dias de separação. Entramos num ginásio, onde colocaram todos os brasileiros numa prisão em Phoenix para que... Ministro, hoje o Hélio Costa, o Senador Crivella e eu pudéssemos conversar com os brasileiros, e a gente falando, e, de repente, uma pessoa parecia que estava meio doida naquele ambiente e gritava, “minha filha, minha filha”. E aquilo me incomodou, eu cheguei perto dele e disse: “O que é que acontece com a sua filha?”. “Tiraram de mim a minha filha...”. Ele só conseguia falar isso. Aí eu puxei ele para um canto e começamos a conversar, ele acalmou um pouco e de repente conseguiu falar que a criança tinha sido roubada dele. “Mas não pode uma criança ser roubada, ela está em algum lugar certamente”. Foi quando houve uma conversa com o John O’Malley, que nós fazemos

um agradecimento aqui. Muitas coisas que nós conseguimos para poder repatriar os brasileiros foi parte dessa flexibilidade deles. Eles realmente flexibilizaram em algum momento as próprias leis deles, para que a gente pudesse repatriar os brasileiros. Evidente que eles tinham interesses, mas de fato houve uma flexibilização a partir da nossa pressão. Não permitiram que o pai viesse com a criança no primeiro vôo de início, e nem que o pai fosse ver a criança. Aí nós fizemos uma justa pressão, uma cabível pressão, que se não fosse concedido esse direito do pai ver a criança nós íamos denunciar em Órgãos Internacionais e nós Parlamentares não aceitaríamos aquilo. Em nome dos direitos das crianças que em todo mundo tem um Código que precisa ser respeitado. E no outro dia, nós fomos visitar esse presídio das crianças e o pai pode ver a criança e veio no primeiro avião.

Eu acho que são conquistas dos direitos humanos que nós também podemos produzir. É apenas um fato, mas são fatos muito fortes que nós vivenciamos nesses três aviões que vieram e outros que vieram pelo próprio Governo Americano.

Desta forma eu agradeço aqui pessoalmente, então a V.Ex^a., e todos os Deputados que não estão aqui mais, hoje é um dia já de despedida para poder entrarmos num recesso de trabalho eleitoral.

Começar pelo Isaias, o Secretário da Comissão, agradecer aqui os batalhadores também Leandro que se ocupou de juntar todo o trabalho na parte técnica para fazer o Relatório, um batalhador também. Fabiano, na parte jurídica deu uma grande contribuição. Também o nosso Relator que teve conosco o tempo todo na missão do Paraguai junto com o Isaias, aqui está o Tarcísio que soube trazer contribuições muito importantes para o Relatório e a nossa Assessora, Débora, vindo da Câmara dos Deputados. Os que eu citei há pouco são Assessores do Senador, aliás, esta Casa, o Senado, tem um privilégio de poder ter um quadro maior de Assessores de alta qualidade e a Câmara também tem, mas é muito pouco. Um dia eu quero reclamar, nós somos 513 Deputados, mas a Assessoria da Câmara é muito resumida. Foi preciso o Conselho de Altos Estudo da Câmara liberar apenas uma Assessora, liberou o que melhor tinha, ainda bem. Veio a Débora. Mas desta forma a gente cita vocês e também os Assessores Parlamentares. Os Assessores que acompanharam todos nós nesse trabalho, os outros Assessores do Senado que auxiliaram, as pessoas da imprensa do Senado, da imprensa da Câmara.

E eu agradeço também um setor da imprensa brasileira que se faz presente, está aqui a repórter Aparecida está presente, eu posso citar, que cobriu. Muitos Jornalistas que cobriram esse trabalho nosso.

Também a TV Record, ela pode acompanhar, a Rádio Itatiaia em Minas Gerais, os jornais da minha Região do Vale do Aço, também, todos, VALE DO RIO DOCE, Diário do Aço, todos acompanharam com muito interesse esse trabalho.

E todos que puderam, os órgãos de uma maneira geral que puderam colaborar. Evidentemente, que a imprensa ela segue um rito e se o rito está para uma festa de urubus, normalmente ela, como no meu caso aconteceu, ela seguiu, e se está para coisas maravilhosas também, uma festa que possa contemplar aspirações que sejam de pombos que voam para a liberdade, paz, ela também segue, desde que haja festa importante em termos de notícia e resultados.

Mas o Brasil entrou, infelizmente, nesse movimento um tanto de autodestruição, e foi durante quase dois anos aí, largado o foco do que seria um trabalho construtivo para estes Países, eu acho isso normal na política, e, evidentemente, que a imprensa cuidou dentro daquilo que é normal para ela, mesma. Eu não tenho nada a ficar reclamando, não. Eu tenho que estar registrando. Tem que registrar, mas não reclamar. Porque dessa forma eu não quero ficar criando a roda em termos de denúncia.

Então eu agradeço a todos e com certeza esse trabalho, e eu peço que a imprensa se desdobre como cidadão brasileiro sobre ele, porque ele tem muita coisa importante para o povo brasileira, para a Nação Brasileira. Muito importante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

— Só um apartezinho? Eu quero só dar uma parte, Senador Crivella, porque é um momento em que o Deputado João Magno fala um pouco do fundo da alma dele. Eu fui Governador no período que ele era Prefeito de Ipatinga, e mesmo sendo do PSDB e ele do partido de oposição que, evidentemente, tem um enfrentamento com o PT, desde o primeiro momento em que surgiu crítica ao Deputado João Magno eu procurei os meus companheiros de partido, eu era então Presidente do PSDB, dando o meu depoimento da forma como ele sempre se portou, e de na verdade, digamos, da irregularidade que estava sendo colocada não podia nunca enxovalhar o nome dele.

De maneira que eu queria, assim, prestar minha homenagem a você, João, porque é uma questão de justiça. Você não pode de jeito nenhum ser incluído no meio de outras pessoas que se comportam mal. Você sabe muito bem, eu também fui vítima da mesma maneira, e nós temos que levar em frente o trabalho. O seu trabalho aqui é exatamente a demonstração de que o caminho continua, e continua com as pessoas de bem. Aquelas pessoas que foram enxovalhadas realmente merecem sempre um reparo e ficarão, sim.

Não é que você tenha a mágoa, mas você tem o direito de querer a justiça para o seu lado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOÃO MAGNO (PT-MG) – Eu agradeço as palavras de V.Ex^a., e me lembro de ter ido ao Gabinete de V.Ex^a. quando V.Ex^a. era arrastado para esse furacão temeroso, como eu fui arrastado, e sei também que nós tivemos a oportunidade de fazer Governos no mesmo período e tivemos um trabalho bastante integrado de realizar coisas muito importantes tanto para a cidade de Ipatinga como para o Estado de Minas Gerais, como V.Ex^a. pode fazer um maravilhoso Governo para Minas Gerais. E fizeram também injustiça com V.Ex^a. Com certeza, porque o que fizeram, falei diante do meu partido e falei diante de todos os lugares que eu pude falar, que não passava de uma onda de denunciismo vazio balizado pelo cinismo e balizado pela hipocrisia.

Eu tenho no meu coração, diante do povo brasileiro, minha cabeça firme, erguida, que não cometi nenhum crime, nenhum delito, nenhum furto, nada que posso manchar a honra de um povo e a honra minha em particular.

O que eu fiz foi provado, por isso fui absolvido com uma votação até muito grande em relação ao que esperava, por Deputados de vários partidos que não só da base do Governo.

Então esse assunto normalmente, naturalmente eu tive que fazer CPI, o Relatório sustentando em todos os lugares... Toda hora que eu ia falar alguma coisa da CPMI, eles me perguntavam era sobre o Mensalão, que não houve, está provado foi uma criação para se fazer revanche política.

Eu então concluo as minhas palavras, ilustre Senador Marcelo Crivella, agradecendo também a V.Ex^a. que mais uma vez que deu a esta relatoria uma condição de trabalho com inteira liberdade e a sua atitude extremamente generosa, cordial com todos os Parlamentares, Assessores, nos ensinou com certeza a ser um Parlamentar melhor na luta por um Brasil mais digno, humano e justo. Muito grato.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Parabéns a V.Ex^a. pelo trabalho. Não havendo mais quem queira discutir a matéria coloco em votação. Os Parlamentares, os membros desta Comissão que concordam com o teor do Relatório, permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns. (palmas) Muito obrigado.

E dou por encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 16h21)

(OS: 14966/2006)



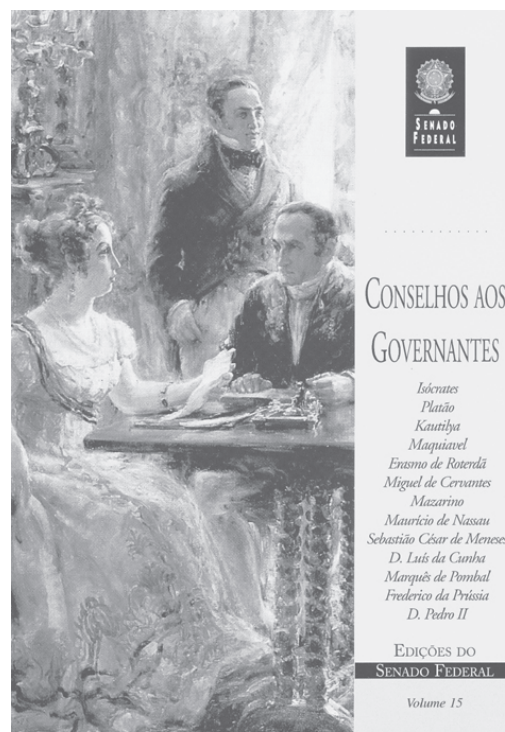
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 266 PÁGINAS

(OS: 14966/2006)